



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

DANIEL VANNUCCI DÓBIAS

AS INFIDELIDADES DO MEIO: ANÁLISES DE IMPLICAÇÃO ENTRE
INTERVENIENTES NO CAMPO DA SAÚDE

CAMPINAS

2024

DANIEL VANNUCCI DÓBIES

AS INFIDELIDADES DO MEIO: ANÁLISES DE IMPLICAÇÃO ENTRE
INTERVENIENTES NO CAMPO DA SAÚDE

*Tese apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da
Universidade Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em
Saúde Coletiva, na Área de Concentração de Ciências
Sociais em Saúde.*

Orientadora: Solange L'Abbate

Coorientadoras: Heliana de Barros Conde Rodrigues e Luciane Maria Pezzato

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DE DANIEL VANNUCCI DÓBIES, ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. SOLANGE L'ABBATE E COORIENTADA PELA PROFA.
DRA. HELIANA DE BARROS CONDE RODRIGUES E PELA
PROFA. DRA. LUCIANE MARIA PEZZATO

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Médicas
Maristella Soares dos Santos - CRB 8/8402

D653i Dóbies, Daniel Vannucci, 1982-
As infidelidades do meio : análises de implicação entre intervenientes no campo da saúde / Daniel Vannucci Dóbies. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Solange L'Abbate.

Coorientadores: Heliana de Barros Conde Rodrigues e Luciane Maria Pezzato.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas.

1. Análise institucional. 2. Biopolítica. 3. Saúde coletiva. 4. Saúde mental. 5. Pesquisa nos serviços de saúde. I. L'Abbate, Solange, 1942-. II. Rodrigues, Heliana de Barros Conde. III. Pezzato, Luciane Maria. IV. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. V. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: The infidelities of the environment : implication's analyzes among interveners in the health field

Palavras-chave em inglês:

Institutional analysis

Biopolitics

Public health

Mental health

Health services research

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Titulação: Doutor em Saúde Coletiva

Banca examinadora:

Solange L'Abbate [Orientador]

Rosana Teresa Onocko Campos

Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Cinira Magali Fortuna

Cláudia Maria Filgueiras Penido

Data de defesa: 19-04-2024

Programa de Pós-Graduação: Saúde Coletiva

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-5583-110>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5833319031487397>

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO

DANIEL VANNUCCI DÓBIAS

ORIENTADORA: SOLANGE L'ABBATE

COORDINADORAS: HELIANA DE BARROS CONDE RODRIGUES E LUCIANE MARIA PEZZATO

MEMBROS TITULARES:

1. **PROFA. DRA. SOLANGE L'ABBATE**
 2. **PROFA. DRA. ROSANA TERESA ONOCKO CAMPOS**
 3. **PROFA. DRA. MARIA CRISTINA GONÇALVES VICENTIN**
 4. **PROFA. DRA. CINIRA MAGALI FORTUNA**
 5. **PROFA. DRA. CLÁUDIA MARIA FILGUEIRAS PENIDO**
-

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da FCM.

Data de Defesa: 19/04/2024

O ser vivo não vive entre leis, mas entre seres e acontecimentos. [...] Nada acontece por acaso, mas tudo ocorre sob a forma de acontecimentos. É nisso que o meio é infiel. Sua infidelidade é exatamente seu devir, sua história. (Georges Canguilhem)

agradecimentos

A toda contribuição da orientadora Solange L'Abbate, das coorientadoras Heliana Conde e Luciane Pezzato e do grupo de apoio do Diretório de Análise Institucional & Saúde Coletiva
(Lucia Mourão, Carla Spagnol e Núncio Sól)

À mana Ana Cris (ou colega de doutorado Ana Cristina dos Santos Vangrelino) pela parceria
sempre presente e atenta

Aos diálogos e compartilhamentos com as parceiras de doutorado Tatiana Loiola, Juliana
Hespanhol e Lia Malaman

A toda atenção das professoras da banca na qualificação e defesa Rosana Onocko, Maria Cristina
Vicentin e Cinira Fortuna

A toda atenção da professora Cláudia Penido que se juntou à banca de defesa

Aos meus pais pelo carinho e incentivo para seguir até o final

Aos bons amigos Victor Bessa, Frederick Romano e Daniel Dalmoro e boas amigas Julia
Francisca, Taíla Castro, Sueli Luchiari e Aliane Aguiar pela disponibilidade para me escutar

À Paula Luchiari por trazer amor e fazer ótima companhia nesses últimos anos

#O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (Capes) - código de financiamento 001#

resumo

O Sistema Único de Saúde é um campo social complexo. Cuidado, gestão, educação, pesquisa e política articulam-se permanentemente, atualizados por acontecimentos e transformações socio-históricas. Na atual sociedade neoliberal, as políticas públicas sofrem desfinanciamento sistemático e o trabalho se torna intensificado, precarizado e fragmentado, produzindo modos de vida individualistas e meritocráticos, em detrimento de práticas coletivas e solidárias. No Brasil, além disso, a ascensão conservadora em diversos segmentos sociais e o recrudescimento das forças políticas de extrema direita nas ações governamentais fragilizaram a proteção social e legitimaram a violência contra minorias. Nesta conjuntura, formulamos um estudo com o objetivo de analisar as intervenções socioanalíticas, que visam ampliar a participação dos sujeitos nas institucionalizações, nos serviços públicos de saúde no Brasil, com ênfase na dimensão política. A pesquisa foi traçada em duas frentes: I) Pesquisa bibliográfica das intervenções realizadas em serviços públicos de saúde, publicadas entre 2014 e 2021; II) Intervenção em assembleias gerais de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) entre outubro de 2021 e julho de 2022, num encontro com usuários, profissionais e gestores do SUS. Adotamos o diário de pesquisa, na perspectiva de René Lourau, para registros e análise das implicações. Realizou-se uma pesquisa interveniente, na qual o pesquisador esteve no meio dos participantes, coproduzindo conhecimentos. Com o pesquisador fazendo parte dos intervenientes deste período, ampliamos as possibilidades de análise. Na intervenção, experimentou-se três estratégias: 1) sustentar o inacabamento: a considerar a necessidade de manter-se aberto em um mundo em permanente transformação; 2) bancar o idiota: posição filosófica criadora de campos de indeterminação fundamentais ao pensamento; 3) agir em comum: o comum como “trabalho do comum” e construção de “um mundo que caiba muitos mundos”. O rumo da pesquisa sofreu desvios devido à: suspensão da intervenção em decorrência da covid-19; tentativa de o pesquisador enfrentar o seu esgotamento; necessidade da entrada do pesquisador no campo de intervenção para “agir no e pelo meio”. O estudo, por esses descaminhos, concentrou-se na intervenção nos Caps, a fim de melhor atingir o seu objetivo. Nas suas assembleias, entre a politização e o esvaziamento político, localizaram-se dezessete ações analisadoras, tais como: engrandecer demais a missão a cumprir; recorrer à infantilização por meio de pedagogismos e patologizações; enquadrar e encaixotar os debates e as ideias; estabelecer compromisso vazio; separar questões individuais e coletivas; tratar miseravelmente das misérias sociais; notar e encarar assuntos espinhosos. Embora tais ações expressem uma tendência de destacar as faltas que podem ajudar a localizar o esvaziamento político, é necessário buscar as potências, que criam resistência aos rebaixamentos e ativam forças emancipatórias em um momento sociopolítico de desvitalização das experiências do comum. O estudo, nos rastros de Anna Tsing, solta esporos à procura de novas ideias para a realização da intervenção socioanalítica. Enuncia a necessidade de combater o convívio amistoso com a escassez, a ordem progressista atropeladora de acontecimentos e a danosa insistência na cisão indivíduo-coletivo da modernidade. Salienta a relevância de lapidar as intervenções institucionais que produzem análises com força de transformação emancipadora.

palavras-chave: análise institucional; biopolítica; saúde coletiva; saúde mental; pesquisa nos serviços de saúde.

abstract

The Unified Health System is a complex social field. Care, management, education, research and policy are permanently linked, updated by socio-historical events and transformations. In the current neoliberal society, public policies suffer systematic defunding and work becomes intensified, precarious and fragmented, producing individualistic and meritocratic ways of life, to the detriment of collective and solidary practices. Moreover, in Brazil, the conservative rise in various social segments and the resurgence of extreme right-wing political forces in governmental actions have weakened social protection and legitimized violence against minorities. In this circumstance we have elaborated a study with the purpose of analyzing socioanalytic interventions that aimed to expand the participation of subjects in institutionalizations in public health services in Brazil, focusing on the political dimension. The research was designed on two fronts: I) Bibliographical research on interventions carried out in public health services, published between 2014 and 2021; II) Intervention in general assemblies of Psychosocial Care Centers (Caps) between October 2021 and July 2022, in a meeting with users, professionals and managers of the Unified Health System. We have adopted the research diary, from the perspective of René Lourau, to record and analyze the implications. Intervening research was carried out, in which the researcher was among the participants, co-producing knowledge. As the researcher was one of the interveners in this period, we expanded the possibilities for analysis. In the intervention, three strategies were tried: 1) sustaining the unfinished: to consider the need to remain open in a world in permanent transformation; 2) playing dumb: a philosophical position that creates fields of indetermination fundamental to thought; 3) acting in common: the common as “work of the common” and the construction of “a world that fits many worlds”. The direction of the research suffered deviations due to: the suspension of the intervention forced by Covid-19; the researcher's attempt to face his exhaustion; and the need for the researcher to enter the field of intervention to “act in and for the environment”. The study, due to these detours, focused on intervention in the Caps to better achieve its objective. In its assemblies, between politicization and political emptying, seventeen analytical actions were located, such as: exaggerating the mission to be accomplished; resorting to infantilization through indoctrination and pathologization framing and boxing debates and ideas; establishing empty commitment; separating individual and collective issues; dealing miserably with social miseries; noticing and facing thorny issues. Although such actions express a tendency to highlight faults that can help locate political emptying, it is necessary to look for powers, which create resistance to relegation and activate emancipatory forces in a sociopolitical moment of devitalization of common experiences. The study, in the wake of Anna Tsing, releases spores in search of new ideas for carrying out socioanalytic intervention. It states the need to combat the friendly coexistence with scarcity, the progressive order that overruns events and the damaging insistence on the individual-collective split of modernity. It highlights the relevance of polishing institutional interventions that produce analyzes with the power of emancipatory transformation.

keywords: institutional analysis; biopolitics; public health; mental health; health services research.

- sumário -

montanha à vista	11
texto 1. entre mentiras, ódios, fuzis e cruzes	32
I. das jornadas de junho de 2013 à ascensão e queda de um tal mito	33
II. a saúde como espaço de incidência de poder e de luta permanente	49
III. a força das ideias e das ferramentas da análise institucional nesta luta	54
texto 2. “vir entre” e outras ações pelo meio	56
I. seguir pelo meio para seguir pelo meio	56
II. no meio de significados e sentidos de intervenção	59
III. meios para combater o “Estado em nós”	63
IV. em meio às práticas da socioanálise e suas derivações	65
V. três meios para a intervenção operar pelo meio	91
V.I. sustentar o inacabamento	92
V.II. bancar o idiota	99
V.III. agir em comum	105
texto 3. na montanha de lixo: entradas no meio de assembleias de centros de atenção psicossocial e encontro com outras intervenções	115
parte I. entre idas e vindas nas assembleias de centros de atenção psicossocial	120
I.I. enquadres e escapes das assembleias	122
I.II. algo sobre cada Caps	138
I.II.I. Caps AD Borbotão: “Tragam lenha para fazermos uma fogueira e aquecermos um pouco o lugar”	138
I.II.II. Caps AD Profusão: “Eles vêm pra cima!”	145
I.II.III. Caps Miríades: “Quebraram a estátua do anjinho que ficava no jardim”	156
I.II.IV. Caps AD Rastilho: “Vamos pensar para frente”	165
I.III. entre a politização e o esvaziamento político	172
I.IV. sujeitos analisadores	227
I.V. “esporos voadores”	233
I.VI. o primeiro pouso dos esporos: as restituições	241

parte II. outros pousos dos esporos: encontro com intervenções socioanalíticas	257
II.I. brotações nas leituras de intervenção	257
II.II. brotações em duas experiências como interveniente	283
uma parada no meio do caminho, em um lugar qualquer da montanha	287
referências bibliográficas	297
anexos	319

- montanha à vista -

*Trabalhar devagar sem fazer nenhum esforço
quem é veloz faz mal a si mesmo e acaba no hospital
no hospital não há vaga e se pode morrer rápido.
Trabalhar devagar sem fazer nenhum esforço
a saúde não tem preço, então diminuir o ritmo
pausa pausa ritmo lento, pausa pausa ritmo lento
sempre fora do motor, viver em câmera lenta
Trabalhar devagar sem fazer nenhum esforço
te saúdo te saúdo, te saúdo com o punho fechado
no meu punho está a luta contra a nocividade
Trabalhar devagar sem fazer nenhum esforço
Trabalhar devagar
Trabalhar devagar
Trabalhar devagar
Trabalhar devagar
Trabalhar devagar¹
(Enzo Del Re)*

No meio de uma assembleia no Centro de Atenção Psicossocial especializado em álcool e outras drogas (Caps AD), soube que estavam construindo um jardim nas calçadas do seu entorno para que o povo da rua não se acomodasse mais por ali. Era um serviço aparentemente bem permeável às estratégias de redução de danos.

Por que isso aconteceu?

Particpei das assembleias com regularidade e não soube – ou não consegui ou não pude – intervir para que algo mais interesse fosse feito. Sinto-me falho, frustrado e triste.

Poucos dias antes, eu havia presenciado uma discussão parecida em outro Caps: o pessoal de rua que se ajeita nos arredores destes serviços “causa problemas” para a vizinhança e para o Caps.

Marcas da atualidade ficam expostas: empobrecimento acelerado, violência policial, aporofobia, crescimento das misérias (inclusive as de pensamento e subjetivas), ódio disseminado e direcionado, meritocracia, culpabilização individual, discurso dissimulado de embelezamento urbano, aliança com os poderosos contra os subalternos, sobrevivencialismo etc.

¹ Música “Lavorare com lenteza” de Enzo Del Re, tradução de Andityas Soares de Moura Costa Matos, disponível em: <https://www.sobinfluencia.com/post/do-eter-a-autonomia-a-radio-alice-como-forma-de-vida>). Acesso em 23set23.

Ao me deparar com a construção deste jardim,² tive vontade de enviar uma foto para o Padre Júlio Lancelotti publicar em seu *Instagram*, já repleto de fotos de ações desse tipo que se espalham país afora. Diferentemente do padre que pegou uma picareta para tirar “as pedras aporofóbicas” colocadas debaixo de um viaduto de São Paulo, eu não tive atitude forte de ir adiante com esse desejo, nem com vários outros que me percorreram e se esvaíram ao longo deste estudo.

O que fazer?

Analisar o que é isso? Como? Isso faz sentido em tempos como este? Quem quer analisar o que se passa? Quais são as forças analíticas que nos toma? Como elas se esvaem?

Construí um trabalho pelas bordas, que quase não existe. Feito em ritmo lento. Pausa, Pausa.

Feito em meio à melancolia e ao estresse, com o corpo atacado por vírus e maus pensamentos, com um olho embaçado por meses decorrente de um longo período de insônia... adesão à medicação psicotrópica. Com o corpo tomado pela impotência dos órgãos que se recusaram a pensar, a analisar, a observar, a ler e escrever, a trabalhar para a produção de uma tese. Tudo pesa. Pesa a tristeza desses tempos que causam mortes e doenças para todo lado. Foram longos tempos solitários escapando do vírus que contamina tudo e infecta quem vacila e quem se protege. Quatro anos de um governo federal fascista que aprofundou a tristeza, normatizando, moralizando e matando. Condições que conduzem à desistência e à improdutividade. Mas há muito em produção. Qual é a produtividade que interessa nesses tempos? Para que e para quem nossos corpos trabalham? Tenho preguiça. Não quero fazer nada. Mas tenho que fazer e faço. Lento e contrariado. Sem recursos para desistir.

Um doutorado feito de casa, um grupo de pesquisa virtual e, muitas vezes, disperso, separação conjugal, limitações para realizar outros trabalhos: isolamento social.

A saída do buraco é lenta e gradual. As possibilidades de circulação social parecem bem recuperadas, mesmo com reaparições do vírus. A vida pessoal ganhou novas cores e encontrou um novo horizonte, impulsionada por um novo relacionamento. Mesmo com a força assustadora do fascismo entre nós, o governo federal é outro e traz alegrias e forças políticas para enfrentar o horror.

Afundado na melancolia e no esgotamento, sinto como um enorme peso para seguir o trabalho analítico.

² Quando retornei neste Caps cerca de um ano depois, o canteiro junto ao muro tinha alguns arbustos recém-plantados e, em uma parte somente de terra, havia uma pessoa dormindo enrolada em um cobertor.

Servir-se destes afetos, ao invés de sucumbir a eles e encontrar outros afetos mais propulsores da força vital para entrar nos combates que urgem. São estratégias que se apresentam para instituir uma prática de pesquisa que segue o seu curso de análise e criação. Mas nem tudo é racionalmente simples e executável.

Particularmente, o afeto biopolítico do esgotamento merece um destaque por ser uma marca destes tempos. Esgotamento é diferente do cansaço, como ressaltam Rafael Lauro e Rafael Trindade, que escrevem em diálogo com Peter Pál Pelbart e publicam no *site* Razão Inadequada:

Um momento, um lugar, uma existência que agoniza sem chegar ao fim, não é deste afeto (bio)político que estamos falando. Essa vida anêmica, pobre, desgastada é o que temos ao nosso dispor, apenas isso, e ela persiste, tendendo ao zero. São os últimos dos homens, anunciados por Nietzsche. O cansaço é sempre ainda o penúltimo suspiro, uma agonia que nunca chega ao fim. Trabalho e transporte diários nos consomem, sobra pouco de nós para nós mesmos. Perdemos a capacidade de transitar, todas as ruas foram fechadas, todos os fluxos, controlados. O cansaço é útil para o capitalismo, ele é a imobilidade obediente. **Já o esgotamento é o último suspiro, o anúncio de trombetas dizendo que não dá mais! É o desgarramento, o desmoronamento, o deslocamento radical das forças que sustentam o real.**³

Interessante perceber a radicalidade transformadora deste afeto, mas não se trata de uma passagem qualquer e pode ser que nem se dê a passagem.

Fato é que as minhas implicações ao longo de grande parte do doutorado estiveram íntima e extrinsecamente enroscadas neste afeto.

As minhas pretensões de me dedicar aos estudos e embarcar numa promissora carreira acadêmica escoaram lentamente pelo ralo. Não consegui me dedicar como gostaria e estabeleci uma relação muito difícil com esse processo. A minha pretensão de encontrar novas ferramentas analíticas em meio ao processo esbarraram na minha perda de força e meu encontro com limitações cognitivas e anímicas.

Entretanto, devagar e perto do esgotamento, realizei leituras e um trabalho de intervenção, que produziram condições para colocar as minhas implicações em análise mais ativa e, por vezes, coletivamente. Certo é que a minha composição de pesquisador em saúde coletiva e análise institucional como psicólogo da atenção psicossocial foi inúmeras vezes colocada em questão seja durante os encontros, seja em momentos de registro em diário, em trocas com colega sobre o trabalho, na orientação ou no próprio processamento da escrita do texto. Neste texto, como já está evidente, uso e usarei principalmente a primeira pessoa,

³ Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2017/05/21/afetos-biopoliticos-esgotamento/>. Acesso em 27dez22.

ora no singular, ora no plural, a depender do quanto me senti mais solitário ou mais em composição tanto na prática quanto na enunciação das ideias. Sinto, de todo modo, que enveredei por rumos que me conduziram ao isolamento e à pretensa individualização, quando o mais interessante seria explorar as possibilidades que se movem nos encontros. Isto é, colocar em análise direta a transversalidade que acompanha as implicações para escapar da binaridade redutora de transferência-contratransferência institucional. A tarefa para abrir o campo analítico é necessária, mas espinhosa, como descreve Lourau (1) ao analisar a questão das implicações a partir de intervenções realizadas e o percurso da análise institucional:

O campo socioanalítico, percorrido por interferências com o global de uma sociedade instável, é, ele próprio, metaestável! A teoria da implicação conserva aspectos negativos, agressivos, *voyeurista (mexe na merda!)* ou exibicionistas (*accounts* íntimos, ou muito íntimos, na técnica diarística, trata-se do diário de campo, do diário de pesquisa ou do diário institucional). Existe também um risco de delação. Enunciar não é denunciar, salvo quando nos desimplicamos, quando nos abstraímos da situação, assumindo uma postura objetivista clássica. Os limites da enunciação coletiva são conhecidos. (...) A análise da implicação não deixará de se chocar com a contradição entre a produção coletiva de um sujeito do enunciado e a existência singular, insubstituível, de sujeitos da enunciação – pessoas, seres como você e eu, cativos de liberdade, obcecados pelo que imaginam que sejam as condições incontornáveis de sua sobrevivência e/ou de seu gozo. (p. 239-40)

Estar na universidade pública, receber bolsa da Capes por mais de quatro anos, estudar práticas sociais em saúde. Isso tudo é entrar em contato direto com a precarização das políticas públicas e o aprofundamento do fosso social produzido pelo fascismo macro e micropolítico destes tempos nestes tristes trópicos. Ao mesmo tempo, é a possibilidade de entrar em contato com alguns indignados, inconformados e resistentes que criam suas estratégias de luta.

o SUS é uma luta política

Instituído em 1990 durante o período de redemocratização do país, o SUS é o produto de um amplo movimento social, que envolveu profissionais da área da saúde, membros da academia, a população e outros atores políticos. O direito de acesso universal a uma vasta rede de serviços tornou o SUS a política pública mais abrangente do país, fundamental na promoção da seguridade social a toda a população, sendo muito reducionista compreendê-lo apenas como uma organização administrativa da rede de serviços e uma sistematização de protocolos de atendimentos. O SUS se institucionalizou por atuações

macro e micropolíticas na própria área da saúde, apoiado em sustentações políticas, sociais e acadêmicas. Constitui-se em um sistema articulado de cuidado, gestão, educação, pesquisa e política, permanentemente provocado em suas entranhas pelas transformações socio-históricas.

Nos anos 1980, cunhou-se o lema “Saúde é Democracia”, que foi fortemente debatido na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986. A primeira a contar com a participação da sociedade civil organizada e onde se construiu as bases para a formulação do artigo sobre a saúde na Constituição de 1988 e da Lei do SUS (Lei nº 8080/90). Sérgio Arouca (2), um dos protagonistas da reforma sanitária, declarou em seu discurso de abertura desta mesma conferência:

Nós, do setor de saúde, sabemos que a saúde é determinada, antes de tudo, pela economia, pela política, pela sociedade, e temos, como grande responsabilidade, a construção desse projeto. Cabe a nós, profissionais, técnicos, romper o muro e o fosso do setor saúde e abrir canais de comunicação com a sociedade brasileira, inclusive aprendendo a falar com ela. Temos que começar a transformar nossa linguagem e a mudar nosso ouvido, para que, quando uma associação de bairro ou um sindicato falar, a gente entenda. (p. 367)

Na Lei 8.080/90, encontra-se a seguinte definição:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (3)

Reconhece-se a saúde estreitamente associada às condições de vida em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Com esse debate candente, força-se a criação de um sistema de saúde para além de formalizações organizativas bem-feitas de prevenção, tratamento e cura das doenças. Para lidar com tamanha complexidade, definem-se as diretrizes organizativas do sistema, tais como descentralização, a regionalização e a hierarquização, que preveem um sistema com ênfase na municipalização e uma participação dos três entes da federação (municipal, estadual e nacional) na execução, formulação e gestão das ações em saúde. Conjuntamente, define-se a diretriz da participação comunitária, assegurada pela Lei 8.142/90 (4), que regulamenta as Conferências de Saúde para a formulação conjunta entre usuários, profissionais e gestores das políticas e das ações a serem implementadas nas esferas municipais, estaduais e nacional; e também regulamenta os Conselhos de Saúde, desde as unidades de saúde até a esfera nacional que são os coletivos paritários tais como os das conferências, mas que se reúnem mais frequentemente para acompanhar a execução das políticas públicas nos serviços. Vasconcelos e Pasche (5) acrescentam outra diretriz, que é a

integração, para reforçar que se trata de um sistema integrado e contínuo, ainda que existam possíveis subsistemas.

Entretanto, a minuciosidade, o detalhamento e o refinamento das articulações organizacionais e políticas do SUS se deparam com entraves prático-políticos. A saúde, por suas características e definições brevemente apresentadas anteriormente, é um campo político que não se acomoda com obsessividades organizacionais e legislativas. Além disso, a montagem de um sistema, na sociedade em que vivemos, inclui uma trama pelas estruturas de Estado. De tal modo que o SUS, desde a sua implementação, é permeado por disputas políticas, econômicas e ideológicas, como ressalta Gastão Campos (6): “o SUS foi idealizado e vem sendo implementado nesse mesmo contraditório, velho e eterno país do futuro e que, aparentemente, nunca se atualiza” (p.5). O movimento está emperrado não é por acaso: vivemos na mesma racionalidade!

À época da implementação do nosso sistema de saúde, crescia no mundo a vertente neoliberal do capitalismo, que radicalizava a lógica da concorrência comercial, o favorecimento do Estado e das políticas públicas às elites capitalistas. Segundo Dardot e Laval (7), nesse período denominado “a grande virada”, a política neoliberal e conservadora, fortalecida pelas ações de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, impõe entraves à manutenção e/ou criação de políticas de bem-estar social.

Se naquele momento, o SUS podia ser considerado uma resistência aos avanços dos interesses privados na saúde, de lá para cá, percebe-se uma intensificação da racionalidade neoliberal nas suas estruturas e práticas. Sustentada pelo discurso de diminuição dos gastos públicos e da necessidade de adoção de uma política de austeridade, a racionalidade neoliberal promove a redução do financiamento e o estabelecimento de um processo de trabalho cada vez mais fragmentado, intensificado e precarizado. Por exemplo, a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, também conhecida como “PEC da Morte”, determinou que os investimentos em saúde e educação permanecessem congelados por vinte anos.

O predomínio desta racionalidade cria uma espessa névoa que impede o vislumbre do horizonte. O colapso do mundo socialista (embora a China, Vietnã, Coreia do Norte, Cuba e Laos sigam com suas experiências), os limites encontrados pelo estado de bem-estar social na Europa e as esparsas e invisibilizadas experiências de vida anticapitalista e altermundialista, tudo isto fortalece o discurso de falta de alternativas ao capitalismo avançado. Alimenta-se a ilusão dos sucessos como conquistas individuais ou destinados a grupelhos privilegiados e ataca-se destrutivamente o apoio mútuo no conjunto de relações

sociais e as conexões das pessoas com os seus territórios. A névoa cerra os olhos dos adeptos mais animados com a racionalidade neoliberal, na medida em que não conseguem olhar muito além dos próprios umbigos, mas também esfumaça a visão dos críticos ou contrários ao neoliberalismo, pois, em geral, estes se sentem impotentes para vislumbrar alternativas a um projeto-sistema que, ultrapassando o campo da economia, penetra nas mais diversas relações sociais e nas dimensões subjetivas.

Esse diagnóstico pouco animador encontra-se nas obras de Dardot e Laval (7, 8) e Han (9), intelectuais das ciências humanas que têm se dedicado, cada qual à sua maneira, a pensar a sociedade atual e os seus entraves. Ao mesmo tempo, eles também formularam algumas possibilidades de enfrentamento e desvio do que parece plenamente determinado. Dardot e Laval (7, 8) descrevem o neoliberalismo como a “nova razão do mundo” que leva os sujeitos a se comportarem em toda parte como se estivessem comprometidos em uma transação comercial e apontam a razão do comum como alternativa, pois consideram o comum como o processo de construção conjunta entre os sujeitos, que possibilita novos modos de viver através da práxis instituinte. Em outras palavras, esses autores formulam, a partir de diversos autores (em especial, Cornelius Castoriadis), uma ideia de comum como uma construção e não como um retorno a um momento socio-histórico anterior, ou seja, o comum é não algo perdido por causa da hegemonia das lógicas capitalistas que deve ser recuperado pelas comunidades, mas é o efeito da coatividade entre os sujeitos, fruto de uma atuação política autônoma de permanentemente criar possibilidades frente às normas vigentes e aos desafios que surgem ao longo do tempo. Han (9), por sua vez, ressalta a exploração da liberdade por meio de obrigações de desempenho e otimização, o que pode ser sintetizado na ideia geral de um sujeito “empreendedor de si”. Para esse autor, o desvio passa por uma negação dessa correspondência às expectativas de saber pleno e do enquadre normativo, tanto que ele recorre às posições do herético e do idiota para ressaltar a potência da liberdade. Insubmissões, singularizações e criações são, portanto, propostas para dissipar as névoas e abrir o campo de visão.

A razão do comum e o desvio das normatividades encontram ressonância nas práticas da análise institucional. Numa contingência de modos individualizados de vida, uma prática analítica que se apoia na experiência coletiva e no questionamento crítico aos alinhamentos naturalmente reproduzidos, tal como a análise institucional, soa como algo anacrônico e desencontrado. Aí está! Seguramente, a relevância deste modo de intervenção está exatamente nesse ponto. Inclusive, neste contexto de austeridade, empreendedorismo e

luta por sobrevivência, os praticantes da análise institucional são chamados a analisarem os assédios e as seduções para terem suas práticas encaixotadas nesta racionalidade.

Como vimos, o SUS sempre esteve permeado por interesses privatistas e pela racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo que produz inúmeros espaços de resistência. Não apenas nas esferas de governo e nas disputas de “macropoder”, mas sobretudo no campo micropolítico, das relações cotidianas de cada serviço, na prática de cada profissional, no encontro com cada usuário e comunidade. Um sistema de saúde é repleto de vida em movimento. A vida, por sua dinâmica e atualização, insiste em provocar permanentemente movimentos instituintes seja nos modos cuidados, seja nos arranjos organizacionais, seja por transformações sociopolíticas etc.

a análise institucional, a saúde coletiva e o SUS

No campo micropolítico é onde os acontecimentos ocorrem insistentemente e movimentam as ações. É onde as marcas do tempo social incidem com virulência. É justamente nesse campo que a análise institucional dispõe de ferramentas para intervir.

O referencial teórico-metodológico da análise institucional reúne um conjunto de saberes e práticas que, aproximadamente desde o início dos anos 2000, tem sido desenvolvido em articulação com a saúde coletiva em variadas áreas (a saúde mental, a prática profissional, a gestão e a formação em saúde), estimulando análises dos modos como as instituições, com os exercícios de poder e a construção de normas, permeiam as práticas, as tomadas de decisão e a implantação de políticas de saúde, especialmente no SUS (10).

Além disso, a análise institucional está presente como inspiração teórica em formulações das políticas públicas do SUS, tais como a Política Nacional de Educação Permanente, a Política Nacional de Humanização (11) e a Atenção Psicossocial (12).

No período de elaboração deste projeto de pesquisa, entre 2018 e 2019, localizamos uma demanda por fortalecimento de espaços coletivos e discussões políticas nesta área. Particularmente, no texto que analisa as dimensões políticas e educativas da saúde coletiva no Brasil, L'Abbate (13) identifica algumas demandas sociais para lidar com a conjuntura social do país nos congressos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)⁴ e da Rede Unida⁵ realizados em 2018, pois ambos enfatizaram a questão política e o fortalecimento dos movimentos de resistência. O primeiro contou com mais de 8.000

⁴ Disponível em: <http://www.saudecoletiva.org.br/index.php>. Acesso em 29set20.

⁵ Disponível em: <http://www.redeunida.org.br/pt-br/evento/5/>. Acesso em 29set20.

participantes no Rio de Janeiro, com o lema “Fortalecer o SUS, os direitos e a democracia”. O segundo, com o tema “Faz escuro, mas cantamos: redes de re-existência no encontro das águas”, teve a participação de mais de 3.500 pessoas em Manaus.

Tais demandas foram explicitadas também pelos pesquisadores de diversas partes do Brasil que trabalham com o referencial da AI, presentes no ateliê *“Les pratiques professionnelles dans le domaine de la Santé Collective au Brésil aujourd’hui: l’influence de la politique de l’État”* realizado durante o Simpósio da *Réseau Recherche Avec*⁶ em 2018. Neste ateliê, debateu-se a importância de espaços coletivos para analisar como a conjuntura política atravessa as práticas, a fim de promover uma leitura mais institucional e criar recursos de enfrentamento por parte dos atores do SUS.

No curso-intervenção,⁷ realizado por membros do Diretório de Pesquisa do CNPq Análise Institucional & Saúde Coletiva no primeiro semestre de 2017, junto a 12 profissionais e gestores da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, veio à tona a relevância de espaços coletivos de análise diante dos riscos de adoecimento no trabalho associados à redução das práticas profissionais ao cumprimento de tarefas urgentes e limitadas, à sensação de falta de recursos para o enfrentamento das transformações sociais e ao julgamento moral reflexo do sectarismo político-partidário disseminado pela sociedade brasileira.

Em diferentes coletivos com atores do SUS, tal como descrito nos três parágrafos anteriores, aparecem demandas por espaços de discussão e construção coletiva, inclusive como possibilidade de arejamento frente à conjuntura endurecida por enquadres financeiros e/ou das relações organizacionais e sociais, mas também marcada pelo esgotamento e pela desesperança, com baixa abertura para a construção de análise e de novos movimentos.

A AI, desde sua fundação por René Lourau e Georges Lapassade durante a década de 1960 na França, apresenta-se como um referencial teórico-metodológico que destaca a força das análises coletivas no processo das transformações institucionais. Partem do entendimento de que as instituições não podem ser naturalizadas, pois são construídas socio-historicamente nas relações entre sujeitos, que estabelecem, sustentam e transformam as normas. Em síntese, as instituições estão em constante movimento e a criação de espaços de análise desse processo fortalece a potência de ação dos sujeitos, que são atravessados pelas mais diversas instituições em suas práticas. Assim, “transformar-analisar-conhecer” formam

⁶ A *Réseau Recherche Avec* (Rede Pesquisa Com) diz respeito a uma rede de troca e compartilhamento internacional e interdisciplinar que reúne professores e pesquisadores de universidades brasileiras, francesas, canadenses e mexicanas, que se encontram a cada dois anos desde 2014. A edição de 2018 foi realizada na França. Mais informações disponíveis em: <http://rechercheavec.com/>. Acesso em 29set20.

⁷ Foi elaborado um relatório amplo sobre essa atividade e feita uma restituição junto aos participantes.

uma tríade que não segue uma sequência linear. Lourau (14), por exemplo, afirma que muitos conhecimentos são extraídos no “quente” dos acontecimentos e que, nesse sentido, a gênese social deve ser tão valorizada quanto a gênese teórica dos conceitos.

A considerar essa dupla gênese, a primeira definição de instituição desenvolvida por Lourau (14, 15) nasce da observação de que, anteriormente, os teóricos mantinham uma definição restrita a um momento da instituição, que seria a sua “forma acabada”, sem atentar para todo o movimento presente na sua construção, sustentação ou dissolução. Assim, Lourau (14, 15), numa perspectiva dialética, compreende que toda instituição passa, ao longo da história, por transformações, nas quais há o instituído, um conjunto de forças de conservação, que produz certa imobilidade; há, por outro lado, forças instituintes de contestação e negação; e o devir, o produto contraditório dessa correlação de forças, que é a institucionalização. Lourau (15) segue advertindo que toda instituição, mesmo aquela com aparência mais sólida, sempre convive com forças de autodissolução.

Outro conceito que Lourau aprofundou ao longo da sua obra foi o conceito de implicação, que sinteticamente pode ser descrito como a recusa da neutralidade do analista institucional e/ou pesquisador, colocando em análise os atravessamentos institucionais que ocorrem na sua prática, tanto aqueles de caráter profissional, como também os ideológicos e os libidinais. Nessa direção, Lourau incorpora, à AI, o conceito de transdução formulado por Gilbert Simondon, a partir do qual irá afirmar que as transformações nas instituições ocorrem nas atualizações e potencializações (16, 17). Tais processos são chamados, por Simondon, de individuação, à qual a análise da implicação estaria fortemente associada. Nessa perspectiva, a implicação, segundo Guillier (18), é entendida como um processo que, num contínuo, toma uma forma ou outra a depender dos acontecimentos. Isto ocorre numa dimensão de metaestabilidade, ou seja, as formas são sempre provisórias.

Ao reconhecer a relevância dos espaços coletivos de análise das implicações para a localização dos problemas e a criação de possibilidades nos serviços públicos de saúde, membros do Diretório de Pesquisa do CNPq Análise Institucional & Saúde Coletiva e/ou do *Réseau Recherche Avec*, associados a diferentes universidades públicas e privadas, desenvolveram pesquisas e intervenções utilizando o referencial teórico-metodológico da análise institucional e suas derivações em serviços do SUS em diversas localidades, tais como: Campinas/SP, Santos/SP, Ribeirão Preto/SP, Araraquara/SP, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Niterói/RJ, Belo Horizonte/MG, Pouso Alegre/MG, Goiânia/GO, Cuiabá/MT, Natal/RN e Porto Alegre/RS.

Kasper et al (11), em uma revisão integrativa da literatura da análise institucional na produção científica em saúde no Brasil, analisam artigos originais publicados entre 2012 e 2017. As autoras indicam a presença de trabalhos realizados nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e nordeste do país.

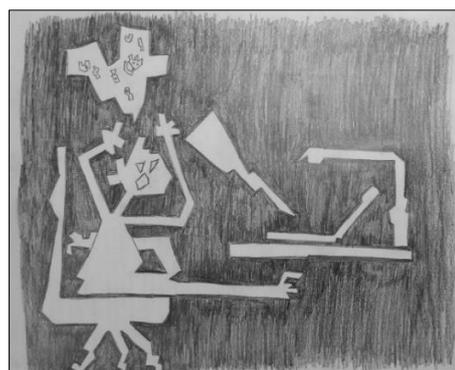
Tais informações indicam que existe um campo a ser investigado não somente por/em sua abrangência, mas também pelas intensidades e singularidades. A articulação entre a análise institucional e saúde coletiva, que vem sendo analisada por L'Abbate (10, 13, 19, 20) desde o início dos anos 2000, sinaliza tanto a possibilidade da análise institucional *da* saúde coletiva quanto a análise institucional *na* saúde coletiva. Uma investigação sobre as práticas de intervenção em serviços públicos poderá agregar novos conhecimentos sobre essas possibilidades e, certamente, deverá encontrar eventuais interrogações que as práticas da análise institucional nos serviços públicos de saúde possam formular a respeito deste referencial teórico-metodológico, seja por limitações encontradas e/ou criações singulares que podem ser importantes para lançar novas possibilidades à prática da intervenção socioanalítica.

Diante dessas elaborações e desses acontecimentos, foi pensado em um estudo de doutorado com o **objetivo** de analisar as intervenções que utilizam o referencial da análise institucional nos serviços públicos de saúde no Brasil (unidades, redes de serviço e/ou grupos de trabalho), seja por revisão da literatura e contato com tais autores-analistas, seja por uma intervenção a ser realizada pelo pesquisador, com ênfase, em ambas as entradas, na dimensão política dessas práticas e nas criações formuladas frentes às condições sociais adversas às políticas públicas e às articulações coletivas. Pretendia-se especificamente: 1) Mapear os trabalhos sobre as intervenções nos serviços públicos de saúde no Brasil (unidades, redes de serviço e/ou grupos de trabalho) realizados com utilização do referencial teórico-metodológico da AI, no período de 2014 a 2021; 2) Descrever quais as modalidades dessas intervenções: socioanálise, socio-clínica,⁸ análise institucional das práticas profissionais, modalidades “híbridas” e outros tipos de intervenções que utilizam o referencial da AI; 3) Analisar a intervenção a ser desenvolvida pelo pesquisador, atentando-se, em especial, à análise das implicações primárias e secundárias; 4) Identificar novas possibilidades de intervenção da análise institucional nos serviços públicos de saúde e na saúde coletiva; 5) Discutir as contribuições e os questionamentos dessas intervenções ao referencial da análise institucional.

⁸ Adotamos essa grafia neste texto, considerando a sua utilização pelo fundador dessa vertente, Gilles Monceau, e pelos autores brasileiros.

Nem tudo é como se imagina ou como se traça inicialmente. Como uma pesquisa implicada, contingencial e porosa aos acontecimentos, tomou rotas de fuga: desencaminhou! Não por acaso ou descuido. Talvez por esgotamento. Seguramente necessário para afrontar as implicações com o modo de trabalho “arrumadinho e bem-organizado” impregnados nas entranhas de um pesquisador “bem obediente”.

os métodos do estudo



(rabisco do “pesquisador”, início/22)

Somente ao final da pesquisa, com todo o caminho já percorrido, é possível descrever assertivamente o método utilizado, como afirma Rodrigues (21). A descrição a seguir passará por formulações iniciais e as mudanças de rota, considerando que as transformações foram parte das elaborações realizadas no processo.

Como as argumentações trazidas na apresentação indicam, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, com utilização do referencial teórico-metodológico da análise institucional em articulação com a saúde coletiva. Conforme L’Abbate (10), há potencialidades seja na utilização dos conceitos deste referencial para analisar as transformações ocorridas na saúde coletiva ao longo dos anos, seja nas intervenções socioanalíticas que foram desenvolvidas nesse campo.

Com ritmo vagaroso e guiado pelo princípio “transformar para conhecer”, adotamos um método que preservou a abertura para construir a pesquisa, analisando as demandas e as transformações que ocorrem ao longo do processo de investigação. De tal sorte, que a própria pesquisa se manteve permanentemente submetida à análise.

Este estudo é uma pesquisa-intervenção,⁹ um método dentro do espectro da “pesquisa-com”, que, segundo Paulon (22) e Pezzato e Prado (23), é algo aberto ao

⁹ Ou pesquisa interveniente...

ineditismo da experiência humana, estando o pesquisador – também pesquisado – disposto a deparar-se com surpresas, de modo que ele não pretende ser o agente da mudança, mas o propiciador, ou mais precisamente, “co-propiciador” de novos sentidos e novas intercessões. Machado (24) reforça o quanto essa modalidade de pesquisa, por visar “derivas em formas de pensar e agir” (p.77), torna o ato de pesquisar e a ação dos pesquisadores como parte do problema e objeto de análise. Complementarmente, Schmidt (25) observa que neste tipo de estudo

[...]o problema de pesquisa é construído no ato de pesquisar e o achado não é procedimento generalizável, mas acontecimento único que pode servir de centelha para outras investigações interventivas. Pesquisar, nesse caso, implica atuar no interior de modos de fazer e de pensar habituais, automáticos, naturalizados. Implica entendimento do objeto e do terreno em estudo como expressão de forças que a pesquisa busca transformar para conhecer[...] (p.15)

Deste modo, a pesquisa-intervenção mergulha nas incertezas das práticas presentes, sem essencializações ou idealizações do passado e do futuro. Há uma perspectiva de indagação sobre o presente, analisando a sociedade e os eventos estudados, livre do compromisso em dar uma forma ordenada e bem-acabada, mas com permanente atenção aos processos de transformação e à desnaturalização do encadeamento dos fatos e das determinações das práticas. Tais características corroboram à advertência de Rodrigues (21): é apenas no final da pesquisa que se consegue descrever o método.¹⁰

Nesse processo, os sujeitos são considerados como produtores de conhecimento científico e aplicável no seu cotidiano de trabalho. Para tal, as relações entre os sujeitos e instituições foram analisadas, sobretudo, por meio dos analisadores. Um dos principais conceitos da AI, analisador é aquilo que permite revelar e analisar as relações dos sujeitos com as instituições e suas contradições, devido ao seu potencial de perturbar, desmontar e desordenar as formas sociais historicamente construídas (14, 26, 27). Aliás, só se produz conhecimento, em análise institucional, mediante o desarranjo e a desarrumação nas relações aparentemente bem definidas, com posições sociais estabelecidas. Inquietados, os sujeitos se movimentam e criam. Tanto que Lourau (28) observa uma crise desse conceito, quando passou a ser utilizado como instrumento para objetivação dos problemas, sem ter a força de transformação ou a “virulência autodissolvente da auto-análise” (p.135). Objetivar os

¹⁰ Nos momentos finais da escrita da tese, encontramos uma nova adjetivação que parece mais apropriada: pesquisa interveniente. L’Abbate e Rodrigues (29) usam esse termo, em diálogo com Brito (30), para evocar com mais precisão o modo de pesquisar “entre e com” os participantes, evitando possível má interpretação pela conotação governamentalizante da “intervenção”. No texto 2, detalhamos melhor essa explicação.

analísadores é uma negação do seu trabalho na AI, pois a localização do analisador é para estimular a discussão, não para nomeá-la e encerrá-la.

Desse modo, os analisadores fazem aparecer as dimensões da implicação, que deverão ser analisadas, sobretudo as implicações do pesquisador. Para tal, foi adotado o uso de diário ao longo da investigação. Esse instrumento, inicialmente mais utilizado nas investigações antropológicas, foi difundido na análise institucional e utilizado em pesquisas em saúde coletiva que utilizam esse referencial teórico-metodológico (31). Embora, a perspectiva inicial fosse de um “diário de pesquisa”, que acompanhasse todos os momentos da investigação, ao final, constato a falta de “energia e obsessão”, que são imprescindíveis para a sua efetivação, segundo Hess (32). Os registros foram mais frequentes ao longo do primeiro semestre da pesquisa. Com o passar do tempo, os registros se tornaram raros, com poucos momentos. Por vezes, tornou-se um “diário pessoal”. A escrita regular e intensa voltou a acontecer no momento do trabalho de campo, que será descrito mais adiante. Passei a fazer os registros a partir das notas escritas no campo, logo depois de retornar. No diário de pesquisa, a experiência no campo foi descrita, entremeando diálogos com leituras, análises sociais e políticas, análises de implicação e outras observações e comentários que se fizeram emergentes naquele momento. Esta escrita repleta de intertextos e extratextos foi uma maneira de localizar os fluxos de institucionalização.

A análise do material foi realizada especialmente a partir dos conceitos da AI, tais como: instituição, análise da encomenda e das demandas, transversalidade, implicação, analisador e autogestão. Segundo L’Abbate (10), tais conceitos podem ser utilizados tanto na investigação da produção bibliográfica e de análise de tipo sociológica (“análise de papel”) como na análise dos encontros com os participantes e nas intervenções.

O estudo, tal como adiantado na descrição dos objetivos, iniciou com duas grandes frentes de trabalho: 1) investigação bibliográfica e dos intervenientes-autores; 2) realização de uma intervenção socioanalítica.

Inicialmente, havia a previsão de uma investigação maior das intervenções publicadas entre 2014 e 2021 com o referencial da análise institucional no âmbito dos serviços públicos de saúde (unidades, redes de serviço e/ou grupos de trabalho), a considerar como se deram as intervenções orientadas por um referencial com forte veio político em seus princípios, num período marcado pelo aumento da tensão política, tal como será abordado no texto 1.

Nesse sentido, foi realizada pesquisa bibliográfica, inspirada na revisão crítica da literatura tal como formulam Kalichman e Ayres (33), que defendem uma revisão orientada pelos objetivos do estudo mais do que pelos caminhos definidos pelas sistematizações de

busca, evitando pré-classificações de relevância e construindo a investigação a partir das argumentações do estudo. Assim, foi adotado tanto um comportamento ativo (busca em base de dados e rastreamento das referências bibliográficas) quanto passivo (indicações de colegas e divulgações de autores), tal como descrito na parte II do texto 3.

O conteúdo dessas publicações foi organizado numa planilha com as seguintes colunas: 1) Qual tipo de intervenção? (socioanálise, socio-clínica, análise institucional das práticas profissionais e/ou outra) E como os autores a caracteriza?; 2) Como é descrito o referencial utilizado na intervenção e se corresponde às descrições teóricas que a fundamentam?; 3) Foram utilizadas outras referências além da socioanálise/socio-clínica? Quais? (esquizoanálise /esquizodrama, psicodrama, psicossociologia, grupo operativo, psicanálise de grupo, psico-higiene, psicologia institucional etc.); 4) Quais conceitos da análise institucional foram utilizados?; 5) Como se iniciou a intervenção? De onde e de quem partiu a iniciativa da intervenção? Por que a demandou? Houve uma encomenda ou uma oferta?; 6) Quais foram os dispositivos analíticos utilizados (discussão, dramatização, música, foto, desenhos etc.); 7) Qual foi o tempo da intervenção e/ou do estudo?; 8) Quem foram os participantes?; 9) Foram observados/constatados efeitos da intervenção? Quais?; 10) Os autores questionam ou problematizam o referencial teórico-metodológico? O que e como?; 11) Quais são as propostas do texto?; 12) Como os autores analisam a conjuntura mais ampla (políticas públicas, momento histórico e social etc.); 13) Houve inovações? Quais? Apresentam novas ferramentas, perspectivas, ações políticas, estratégias, práticas etc.? 14) Referências bibliográficas a pesquisar; 15) Questões a serem encaminhadas para os autores; 16) Observações.

As leituras e organização desse material ocorreu enquanto eu realizava a intervenção socioanalítica, mantendo as duas frentes de estudo em paralelo.

Entretanto, o estudo foi ganhando novos caminhos.

Houve três razões principais para desviarmos do rumo inicialmente traçado: 1) sanitária: a emergência da pandemia de covid-19 em março de 2020 que deixou suspensa a possibilidade de intervenção até outubro de 2021; 2) afetiva: as tentativas de enfrentar o esgotamento do pesquisador, intensificando o trabalho de campo com a finalidade de movimentar corpo e o pensamento pela prática da intervenção; 3) teórico-metodológica: a lapidação da perspectiva de agir no e pelo meio, que mostrou a importância de realçar a entrada do pesquisador no campo do estudo, vivenciando a intervenção.

A perspectiva do estar e agir pelo meio, tal como será desenvolvida no texto 2, fez sobressair a ideia de partir da minha proposta de intervenção para daí encontrar pontos de diálogos com os demais intervenientes-autores e suas intervenções e publicações.

A intervenção também foi elaborada com ênfase no “agir no e pelo meio”. Para isso, pareceu interessante intervir nos espaços das assembleias gerais nos Centros de Atenção Psicossocial de Campinas/SP, que reúne uma ampla rede de serviços de saúde mental e onde eu atuei por cerca de dez anos em um Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas. Ou seja, um campo de intervenção conectado à diferentes dimensões da minha implicação, que são fontes de conhecimento. Além disso, foi considerada a relevância da assembleia como espaço de participação heterogênea de atores da saúde (usuários, familiares, profissionais, gestores, eventuais convidados) que, devido aos diferentes ângulos de implicação, ampliam o potencial de análises dos atravessamentos institucionais.

Vale destacar que a assembleia se tornou importante no âmbito das práticas da saúde mental a partir das reformas nessa área - instituídas na Lei 10.216 de 2001 (34) -, que foi orientada pela defesa dos direitos à cidadania a todas as pessoas com sofrimentos ou transtornos mentais. Uma das grandes influências para o modelo de atenção psicossocial instituído no Brasil foi a da Psiquiatria Democrática Italiana. Franco Basaglia – grande expoente desse movimento – defende a ideia de que a doença deve ser colocada entre parênteses para se olhar para as pessoas e que os “doentes” devem exercer seus direitos como cidadãos. Em uma entrevista concedida a Nino Vascon (35), Basaglia ressalta a importância da prática das assembleias:

O valor e o peso das reuniões [assembleias] são determinados pela presença de pessoas que expressam uma decisão, uma escolha entre diversas alternativas. Talvez seja este o significado principal de todas as atividades desenvolvidas no dia-a-dia do hospital, as quais são em parte espontâneas e em parte organizadas pela equipe médica. Esta é a base do nosso trabalho: fazer que sejam realizadas escolhas. **As pessoas em causa devem ter a possibilidade de decidir pessoalmente, sem estarem sujeitas a uma organização dentro de determinada ordem e para um determinado fim.** (p.26, grifos meus)

A participação na gestão por meio da assembleia encontra ressonância no referencial da AI, que a considera, em termos mais genéricos, um espaço poroso às experiências de autogestão. A quebra, mesmo que momentânea, da heterogestão cria condições para a emergência dos analisadores com mais força e abala as estruturas de controle de transformações e de contenção de possíveis rupturas. Lourau (15), em um curso realizado no Rio de Janeiro em 1993, dedica grande parte dos seus exemplos aos dispositivos da análise institucional para a realização da intervenção socioanalítica às assembleias, em especial, à

assembleia geral. A certa altura, Lourau compara os espaços socioanalíticos às assembleias revolucionárias, nas quais a fala livre faz surgir relatos inusitados que desafiam a “boa organização”.

O potencial transformador da assembleia, portanto, fica evidente por esta quebra das hierarquias bem definidas e fixadas, pela livre circulação da palavra e distribuição do poder de decisão.

Por estas razões, a entrada e a permanência neste tipo de campo de intervenção foi um aspecto importante nesse estudo: um campo fértil ao “agir no e pelo meio”. Para iniciar esse trabalho, considerou-se a “estratégia entrista” tal como a descreve Lapassade (36). Essa estratégia parte da ideia de que o pesquisador entra no campo sem declarar completamente a sua finalidade ao grupo, tanto para evitar uma posição destacada *a priori* como para permitir a experiência do inacabamento. Sem a marca de uma identidade completamente definida, o pesquisador-interveniente pôde exercer uma participação mais contingencial, acompanhando as possibilidades de cada meio ou situação.

Lapassade (37) apresenta a posição política no entrismo:

O entrismo é, no sentido estrito, uma estratégia de oposição interna definida por uma corrente do movimento trotskista: o militante entra num partido já constituído e que não é o seu, para converter este partido ao marxismo verdadeiro. O entrista está no partido sem ser verdadeiramente do partido: será um marxista revolucionário junto dos “marxistas” que, segundo Trotsky, deixaram de o ser. Tal é a origem política do conceito. O mesmo conceito, porém, pode igualmente ser utilizado para definir comportamentos que visem o conjunto das instituições. [...] Este modelo estratégico é, como se vê, o do estranho participante. Ora, tal nos parece ser, precisamente, a situação do homem no Mundo. Uma adesão sem verdadeiro apego, um comprometimento implicando incessantemente o descomprometimento. O que poderia significar isto: qualquer que seja o grau do seu desamparo, da sua solidão, da sua alienação, o ser humano, porque todas as suas posições são inacabadas, permanece capaz de superar as suas servidões. Sob máscara dos estatutos e dos papéis o homem entrista ‘milita’ por um novo destino. (p. 325-6, grifos do autor)

No meu trabalho de mestrado (38), adotei tal estratégia como método de observação e conclui que:

A estratégia entrista [...] auxiliou-me a compreender que o “estranho lugar” dentro do grupo – com meus múltiplos interesses – não deveria ser encarado como algo a ser evitado, mas me convidou a permanecer “inacabado” e “estranho” para poder mover certas análises e lidar com as minhas resistências [...], tanto as práticas como as analíticas. Como “pesquisador na pele de trabalhador”, que se submete às intempéries e às bonanças da prática, pude analisar não só os movimentos nos colegas, mas também as minhas próprias ações, dificuldades e reflexões. Pude exercer e defender minhas posições, sem o constrangimento da “interferência”, sabendo que tais ações eram parte dos meus dois trabalhos – como profissional do Caps AD e como pesquisador. (p.266)

A situação no estudo atual é um tanto diferente, pois, desta vez, não estive como trabalhador de nenhum serviço de saúde estudado. De qualquer forma, pode-se considerar “a estranheza e o inacabamento” devido ao fato de o “analista” não ter uma posição bem demarcada nesta atual pesquisa.

Aliás, em um trabalho socioanalítico, os analisadores são os responsáveis por enunciar as contradições das implicações dos envolvidos na pesquisa, inclusive as do próprio pesquisador-analista. Para Lapassade (39), há uma primazia dos analisadores sobre os analistas:

A prática da análise institucional só pode avançar com a condição de localizar, dentro do campo da análise, dispositivos que devem catalisar as significações e permitir cercar e logo analisar o que estava disperso e dissimulado no conjunto do sistema. A localização dos analisadores já forma parte da análise. Este é o primeiro e principal trabalho daqueles que, nas ciências sociais de hoje, chamam-se analistas. (p.30, tradução minha)

Em outras palavras, este autor afirma que é o analisador que faz a análise, não o analista. Ou, pelo menos, o analisador desencadeia o processo. Isso não significa que o analista é desimportante, mas que o lugar do analista não deve ser confundido com o de um alguém “sentado no trono do saber-poder”, por, ao menos, três razões. A primeira é que, na análise institucional, todos os participantes podem ser analistas, não apenas o “especialista nomeado para exercer tal papel”, pois a palavra circula entre todos com a pretensão de que se diga tudo sobre o que se passa, reconhecendo o potencial de cada um em desencadear o processo analítico. A segunda razão é que não é qualquer intervenção do “especialista” ou dos demais participantes que desencadeia o processo analítico, mas somente quando há conexão com os analisadores. E a terceira é que a emergência dos analisadores pode acontecer sem a participação de qualquer tipo de analista, como no caso dos acontecimentos históricos ou agenciamentos inesperados.

No caso de uma intervenção socioanalítica, o analisador é dotado de potencialidade inquietante, pois, como afirma Guillier (18), é ele que realiza uma conexão entre os campos de intervenção (onde se pratica a intervenção) e o campo de análise (dimensão mais alargada para formulação das análises). A autora explica:

No campo de intervenção a habilidade do analista é identificar algumas partículas do campo de intervenção conectando com um campo maior [campo de análise]. Quando ele faz essa conexão a intervenção se efetua. Ele desloca essa partícula, faz uma conexão com esse campo mais amplo e [a] recoloca. Nesse deslocamento e recolocação se faz a intervenção. Nesse processo se pressupõe uma função analisadora que, em determinado momento, dependendo das condições, permite um movimento disruptivo. (p.16)

A AI, portanto, reúne conceitos e práticas que permitem articular as experiências locais, dos serviços e pequenos coletivos, e as questões mais amplas, que dizem respeito ao modelo econômico, às divisões de poder e alternativas sociais. A intervenção socioanalítica, nesse sentido, ocorre quando o campo de intervenção não fica restrito a um campo especializado de saber (seja lá qual for) e faz conexões com a vastidão do campo de análise.

Nesta pesquisa, em especial, existiu a pretensão de radicalizar a primazia dos analisadores, ao ponto de o pesquisador participar das assembleias sem se apresentar como um analista nem interveniente, mas declarando interesse em participar e analisar esse espaço coletivo devido ao fato de ser um pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva na linha de pesquisa de Análise Institucional e Práticas de Saúde.

Tal entrada foi para colocar em análise outras possibilidades para o dilema da “oferta-encomenda” da intervenção, pois, pelo arranjo proposto, a “intervenção” foi “oferecida” em ato, através da presença do pesquisador e da busca pela localização dos analisadores. O ponto de partida foi a disposição e disponibilidade do pesquisador-interveniente nos encontros com os participantes.

Baremlitt (40) reforça que é fundamental tratar a questão como “produção de demanda”, pois as demandas são produzidas e não são geradas espontaneamente, estando associadas a quem são endereçadas. No caso de uma intervenção, as demandas também são produzidas a partir de alguma oferta feita pela analista ou grupo de analistas. Baremlitt resume que se alguém procura o analista é porque ele se ofereceu e se o analista não se oferecer a fazer análise, ninguém o procura. Importa, assim, pensar como o analista fez essa oferta, analisar as coisas que de fato poderá solucionar, aquelas que poderá solucionar parcialmente, aquelas que não deve solucionar, aquelas que deve encaminhar para outra direção ou devolver a quem demandou. Adverte que essa análise, que nada mais é do que o começo da análise de implicação, precisa “despojar-se da convicção de que a oferta de nossos serviços é lícita, válida e resolutiva etc.” (p.109).

Diante deste aspecto, a proposta do estudo se aproxima da prática desenvolvida por um analista institucional em pequenos times de futebol na Argentina. Baremlitt (41) conta que um antigo aluno, em busca de trabalho, buscava o convívio com esses times, inclusive como jogador, para depois lhes oferecer serviços de análise. Assim, segundo Baremlitt, este analista demonstrava a utilidade da sua prática sem recorrer ao lugar autorizado do saber, o que seria verdadeiramente uma experiência institucionalista.

Lourau (42), em uma nota de rodapé, vislumbrava o desenvolvimento da “socioanálise geral” como a “terceira fase da AI”. Ele explica:

O imaginário social e o imaginário radical, segundo Castoriadis, permitem sonhar com as seguintes fases: 1) análise institucional generalizada nos períodos revolucionários já conhecidos por nós; 2) intervenções socioanalíticas pontuais, análogas a um tilintar, em função da descontinuidade do movimento revolucionário; 3) Socioanálise geral ou “intervenção interna” (e não feita por alguém que intervém de fora), a partir de uma reviravolta futura, anunciada aqui e ali, dos modos de ação controlados pelas instituições-cadáver do movimento operário (sindicatos, partidos). (p.145, grifos do autor)

A seguir, Lourau acrescenta que a socioanálise geral não tem nada de futurista, mas está assentada na negação da socioanálise como “atividade externa, pontual e especializada” (p.146).

Desta maneira, a intervenção presente neste estudo foi formulada a partir desses questionamentos: 1) Seria possível se aproximar, participar de espaços abertos do SUS, para, em ato, se mostrar disponível para o debate (localizando certos analisadores)? 2) Essa seria uma maneira de produzir algum tipo de encomenda (nas definições clássicas)? 3) Se Lourau trabalha com a ideia de “analista institucional em tempo inteiro”, devido às suas implicações com o institucionalismo, será que devemos adentrar os grupos para contribuir com a transformação social como “meros” participantes? 4) Seria possível, como participante, compartilhar recursos para a prática analítica, criando rastilhos para a eclosão de “análises institucionais generalizadas” ou da “socioanálise geral”? 5) Aguardar a encomenda não seria arrogar uma posição de especialista a ser elegantemente convidado?

O desenho do estudo foi aprovado em 17 de maio de 2021 pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unicamp: CAAE - 45210521.2.0000.5404.

a sequência com três textos e uma parada no meio do caminho

Para apresentar, analisar e usar o conhecimento produzido neste estudo, o primeiro texto traz aspectos da conjuntura social do nosso país, em especial na área da saúde e um tanto na saúde mental para localizar as forças sociais e políticas no período de análise das intervenções do estudo. O segundo texto discute como foi a construção da intervenção socioanalítica, quais as transformações ao longo dos anos e como segue desafiada a cada acontecimento que surge. Ao final, elaboramos três estratégias de operar pelo meio, radicalizando a primazia do analisador, ou seja, procurando modos de enunciar as provocações e acontecimentos analíticos na imanência do processo. O terceiro texto é uma longa caminhada, dividida em duas partes, pela “montanha” de conhecimento produzido com os participantes. A primeira parte adentra a intervenção realizada em assembleias gerais

de quatro Centros de Atenção Psicossocial do município de Campinas/SP. A partir de questões abertas nessa primeira parte, a segunda transita pelo encontro com outros trabalhos de intervenção, seja de textos publicados por outros intervenientes entre 2014 e 2021, seja por duas experiências do pesquisador como interveniente. A tese é finalizada com “uma parada no meio do caminho”, na qual se destaca a inquietude da pesquisa que acolhe o acontecimento, as demandas para preparação-atuação do interveniente e a abertura dos campos da análise institucional para atualizar e potencializar as intervenções.

- texto 1 -

entre mentiras, ódios, fuzis e cruzes

15 de dezembro de 2016, Brasília/DF. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal promulgaram a emenda constitucional nº 95, que instituiu o “Novo Regime Fiscal” para os próximos 20 anos! Os gastos públicos passaram a ter um teto determinado pelo montante gasto no ano anterior reajustado pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Apesar de protestos terem se espalhado pelo país, tal limitação foi louvada por economistas das mídias hegemônicas representantes da elite financeira e do rentismo. Comparações sem o menor sentido com os gastos familiares serviam de argumentação fácil a favor de uma suposta racionalidade econômica necessária para o país não “quebrar” e o “mercado” ter confiança para realizar os investimentos fundamentais à geração do crescimento econômico. Houve um avanço na institucionalização de um Estado com restrições nos investimentos e gastos com as políticas públicas de saúde, educação e assistência social, a fim de preservar o superávit primário e o pagamento aos seus credores. Sem muito pudor, esta emenda à constituição reforçou o Estado como um produtor de desigualdade social. Tanto que o apelido ameno de “PEC do Teto de Gastos” foi, por vezes, substituído pelo explícito e crítico: “PEC da Morte”. Para dimensionarmos o tamanho do estrago, só na área da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde calcula que esta emenda resultou numa perda de cerca de R\$60 bilhões entre 2018 e 2022.¹¹

Fica evidente o quanto o engravatado discurso econômico enlaça a realidade dos fatos. Um país com profundas desigualdades econômicas, com déficits em educação, saúde, emprego e moradia demanda ações de um Estado promotor do “Bem-estar Social”, tal como foi prometido na formulação e na promulgação da Constituição de 1988. Entretanto, fica evidente mais uma vez que o Estado por si só, como instituição, não tem necessariamente este tipo de compromisso e se a garantia de direitos sociais já era tratada com cinismo pelo Estado brasileiro, a partir desse novo regime fiscal, ela passa a ser ativamente atacada. Assim, a necropolítica e necroeconomia – para usar os termos de Mbembe (43) – avançam na produção de “seres supérfluos e matáveis” para preservar o funcionamento racional e saudável das “contas públicas”, ou seja, o enriquecimento dos cada vez mais ricos e empoderamento dos cada vez mais poderosos. Vê-se, ao aproveitar a fórmula de Lourau (44), “o que o Estado deseja ou permite” neste momento.

¹¹ Disponível em: <https://futurodasaude.com.br/wp-content/uploads/2023/01/GT-Saude-Relatorio-Final1.pdf>. Acesso em 26jan23.

A considerar esta fórmula de Lourau aplicada à análise, à pesquisa e à intervenção, é interessante nos perguntarmos: 1) Como o país chegou a este tipo de modelo de funcionamento? 2) Quais as direções sociais e institucionais provocadas por ele? 3) Como este acontecimento pode nos alertar a respeito do curso da saúde coletiva e da saúde mental? 4) Como isso permeia as práticas em saúde e qualquer trabalho de intervenção analítica neste ambiente?

Ao tomar a “PEC da Morte” como um analisador, que reúne uma multiplicidade de disposições e desejos, é possível investigar as suas dobras, dentro e fora, a fim de tentar descrever esse momento socio-histórico repleto de mentiras, ódios, cruces e fuzis. Neste sentido, a seguir, serão destacados alguns aspectos característicos desses tempos seja na política nacional, seja na saúde pública, que certamente poderiam ser tomados como analisadores a serem decompostos e esmiuçados mais detalhadamente. Entretanto, essa cadeia de analisadores e decomposições escaparia demais do tema deste estudo. Muitas pontas ficaram sabidamente soltas para novas conexões.

I. das jornadas de junho de 2013 à ascensão e queda de um tal mito

O período inicialmente destacado pelo estudo, de 2014 a 2021, na verdade, transborda para junho de 2013 e janeiro de 2023, a considerar a relevância de recuar às perturbações sociopolíticas provocadas pelas jornadas de junho de 2013 e avançar até a posse do presidente Lula em janeiro de 2023.

Por mais que o momento seja repleto de acontecimentos muito relevantes e de análises controversas e espinhosas, apresentarei uma espécie de álbum fotográfico de alguns eventos, localizando certos efeitos e respingos que produziram na vida social e se espalharam pelo tecido micropolítico, inclusive da prática nos serviços de saúde.

Durante o mês de junho de 2013, o aumento da tarifa do transporte público em algumas cidades do país provocou manifestações de rua. O movimento passe livre (MPL) protagonizou a contestação deste aumento, com a proposta mais radical da gratuidade da passagem. O crescimento do contingente de pessoas nas ruas, inicialmente na cidade de São Paulo, acompanhado da forte repressão policial e ampla convocação pelas redes sociais, fez insurgir um levante cada vez maior de pessoas e uma diversidade de pautas sociais. Torna-se icônico o cartaz “Não é só pelos 20 centavos”. As manifestações ganham amplo apoio popular e uma multidão de adeptos passa a ocupar as ruas de cada vez mais cidades pelo país. As grandes mídias tentam inicialmente ignorar o acontecimento, depois passam a acusar os

manifestantes de vandalismo, desordem generalizada, ignorância e rebeldia sem causa. Entretanto, há uma guinada da cobertura desses veículos de comunicação, visível sobretudo na mudança do discurso do comentarista da Rede Globo Arnaldo Jabor, que no dia 12 de junho acusava os manifestantes de revolta ultrapassada e sem causa e no dia 17 de junho anuncia “um momento histórico lindo e novo” de luta pela democracia despertado pelos jovens brasileiros.¹²

Inicialmente direcionados às prefeituras, os protestos se ampliam às demais instâncias do poder executivo e passam a atacar o jogo de poder produzido pela democracia representativa. Nesse processo, a popularidade recorde da presidenta Dilma Rousseff em março de 2013, com 79% de aprovação, despenca para 31% após o período das manifestações.¹³

Diante do tamanho do levante os governantes recuam do aumento das tarifas no transporte e o governo federal anuncia uma reunião com governadores e prefeitos das grandes cidades para construir uma resposta às reivindicações por melhoria do transporte, da educação e da saúde: elaboração do plano nacional de mobilidade urbana privilegiando o transporte coletivo, destinação de 100% dos recursos do petróleo para financiar a educação e contratação imediata de milhares de médicos estrangeiros para ampliar a cobertura no SUS. A presidenta em seu pronunciamento oficial para rádios e TVs no dia 21 de junho de 2013 foi enfática ao dizer que todo o encaminhamento político deveria se dar “dentro do primado da lei e da ordem”.¹⁴ Como se espera de um máximo representante dessa institucionalização, a excelentíssima presidenta evocou o Estado.

Proeminentes representantes da esquerda institucionalizada, muitos alocados no poder naquele momento, acusaram mais imediatamente ou nos anos seguintes, diante dos acontecimentos posteriores, que as jornadas de junho de 2013 foram o estopim para o ressurgimento de grupos conservadores e de extrema direita vestidos de verde e amarelo, que ganharam força popular e expressividade política nos anos seguintes.

Sem adentrar num campo complexo das múltiplas análises sobre esse acontecimento e seus desdobramentos, mas, tangenciando possibilidades, resalto as análises do quanto obteve vitória imediata, produziu uma experiência coletiva intensa e forçou a abertura de

¹² Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/2631566/> e <https://globoplay.globo.com/v/2640269/>. Acesso em 02jan23.

¹³ Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/18/impeachment-5-anos-a-relacao-entre-junho-de-2013-e-a-ascensao-da-extrema-direita>. Acesso em 02jan23.

¹⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xETRrVw8rLI>. Acesso em 04jan23.

falhas no sistema político. Mas também, como alerta Jourdan (45), há uma micropolítica em questão:

Compreender 2013 como experiência ética é situá-lo na micropolítica e carregá-lo como aprendizado para a vida. Um aprendizado que diz respeito às relações entre meios e fins e que nos ensina, assim, o que é resistência, que a toma como um valor. Uma ética da insurgência, da coletividade, da rebeldia, do inesperado. (p.171-2)

Houve uma ética da resistência, com fim em si, exigente de muitas mudanças sociais, melhoria na qualidade dos serviços públicos, que enfrentou a violência policial e não foi domesticada por um Uno sobreposto a tudo. Expôs uma quebra nas instâncias oficializadas de mediação, como sindicatos e partidos políticos. Ficou múltiplo e inacabado.

Jourdan (45) sintetiza o espírito político e ético:

Não negociar pautas aceitáveis, acima de tudo, não negociar, não aceitar nada além do que uma mudança total, nada menos do que tudo. Sim, por um lado, transformar o impossível em possível, por outro, destruir necessidades. (p.160)

A mesma autora em *live*¹⁵ com outros pensadores insurgentes se pergunta “quem tem direito à revolta?” e apresenta o quanto os ataques diretos às manifestações nas Jornadas de Junho de 2013 e posteriores visavam minar as potências e a autodefesa, ao acusar a ação transformadora de querer demais e demonstrar, com a força de repressão, o quanto a situação ficará pior se quiser mexer no que está num fluxo. Em sua fala, Camila Jourdan recorre a Elsa Dorlin autora de “Autodefesa: uma filosofia da violência” (46) para desenvolver seus argumentos e prontamente me fez recordar da tortura terrível imposta a Millet de Girardiére descrita no prólogo deste livro, na qual fica evidente a utilização de um dispositivo para “transformar qualquer reflexo de preservação em um passo em direção ao sofrimento mais insuportável” (p.14).

Certamente, há uma ação importante do Estado em momentos de insurgência para sustentar a preservação do poder, separando governantes e governados. Como provoca a professora Eloisa na *Escuelita* zapatista: “eles têm medo de que constatemos que podemos governar a nós mesmo” (47, p.187). Não é por menos que qualquer indício de ruptura nos modos instituídos de organização social é fortemente combatido para destruir as forças de resistência criadoras.

Lourau (42) enumera o quanto os movimentos libertários foram massacrados ao longo da história, inclusive pela esquerda burocratizada, diante do “temor da dissolução do

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vMgIZUN0IBw&t=4858s> . Acesso em 05jan2021.

Estado”. Embora haja um senso comum de que não existe vácuo de poder, pois ele sempre será ocupado, é interessante observar que isto quase sempre faz referência a um poder central, a um governo. Entretanto, Lourau (42) observa que o Estado é um “gerente da ausência”, pois ele existe às custas das ausências da consciência revolucionária. Lourau escreve inspirado pelas discussões de Pierre Clastres sobre a “sociedade contra o estado” e os zapatistas, neste mesmo sentido, definem sua luta como:

(...) mais do que uma política sem o Estado, a autonomia é uma política *contra o Estado*, não apenas porque se opõe a ele, mas também porque implica a invenção permanente de mecanismos efetivos para tratar de evitar a dissociação/captura da potência coletiva que o caracteriza. (47, p.195)

Lourau (42) deixa explícito que a análise institucional só existiu porque as lutas pela dissolução do Estado nas décadas anteriores haviam sido derrotadas e foi preciso desenvolver uma teoria crítica das formas sociais que pudesse recuperar a força instituinte das pessoas, que é regulada ativa e permanentemente pelas formas de Estado.

Na tentativa de encaminhar-domesticar a força das jornadas de junho, podemos localizar medidas institucionalizadas potencialmente interessantes na área da saúde, como o Programa Mais Médicos – Medida Provisória nº 621 de 8 de julho de 2013, convertida na Lei nº 12.871 de 22 de outubro de 2013 –, mas também a problemática “Lei Antiterrorismo” – aprovada como Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016 –, que hipertrofiou o aparato jurídico punitivista, dentre outros efeitos e respingos desse processo.

Neste aspecto policial-judiciário, é emblemática a tragédia do jovem Rafael Braga. Ele foi preso com duas garrafas (uma com *pinho sol* e outra com água sanitária) na dispersão de uma manifestação que reunira 300 mil pessoas na cidade do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2013. O jovem preto da favela de 25 anos, foi enquadrado como “terrorista”, acusado de portar “coquetel molotov” e foi condenado a cinco anos de prisão. Ele progrediu para o regime aberto em 2016, mas poucos dias depois foi novamente recolhido ao sistema fechado, acusado de estar com maconha e cocaína, numa abordagem no qual o jovem acusa os policiais de forjarem o “crime” devido sua negativa em fornecer informações sobre o tráfico de drogas na sua comunidade. Por não ser mais réu primário, recebeu uma pena de 11 anos de prisão e desde 2018 está em prisão domiciliar.¹⁶

¹⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/simbolo-da-seletividade-penal-caso-rafael-braga-completa-cinco-anos/>; <https://ponte.org/dez-meses-apos-ser-solto-rafael-braga-continua-doente-e-proibido-de-sair-de-casa/>; <https://canalcienciascriminais.com.br/caso-rafael-braga-o-material-que-portava-era-mesmo-capaz-de-incendiar-explodir/>; <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/07/preso-com-pinho-sol-em-proteto-de-2013-vira-simbolo-e-inspira-mobilizacao-em-sp-e-rio.htm>. Acesso em 12jan23.

Quanto à saúde, vale lembrar que os manifestantes nas jornadas de junho e durante a Copa das Confederações de 2013 exibiam cartazes pedindo “Hospitais Padrão Fifa”, em referência ao zelo com a qualidade dos estádios construídos para a Copa do Mundo de 2014. Entretanto, é possível dizer que forças políticas presentes no governo federal naquele momento serviram-se desta exigência para impulsionar não um projeto de implantação de hospitais, mas para enfrentar o grave problema de falta de cobertura médica nos serviços de atenção básica país afora, seja nas periferias das grandes cidades, seja em localidades mais empobrecidas ou isoladas, distantes dos grandes centros. Este direcionamento das ações sanitárias para atenção básica foi uma medida afinada com as resoluções internacionais e com o conhecimento de décadas na área de que é a qualidade da saúde da população depende de políticas e investimentos nesse nível de atenção. Desta maneira, o Programa Mais Médicos elaborou mecanismos para ampliar a participação de médicos brasileiros neste trabalho e estabeleceu um acordo de cooperação com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) para trazer inúmeros médicos cubanos para o Brasil.

Este programa foi bem recebido por grande parte da sociedade brasileira,¹⁷ que finalmente teria acesso aos cuidados médicos na atenção básica. Ao mesmo tempo, os médicos cubanos foram alvos de acusações por parte das sociedades médicas, membros da elite e seus simpatizantes. Num misto de preconceito, racismo e xenofobia, vociferavam que “não eram médicos, pois nem tinham cara de médicos”.

Aparece nesta ocasião algo que passa a tomar corpo na sociedade brasileira: aspectos ressentidos de classe social, a expressão violenta de ódio e crescimento das forças fascistóides.

Poucos anos antes, a violência higienista contra usuários de crack se espalharam pelo país com apoio de instâncias dos governos, os militares fortalecidos pela atuação na missão da ONU no Haiti de 2004 a 2017 e reativos à Comissão Nacional da Verdade iniciada em 2012 passam a buscar protagonismo na política nacional, o ativismo judiciário ganha força pela revogação da PEC 37 em 2013 e o surgimento da Operação Lava Jato.

Por um lado, as jornadas de junho de 2013 são tratadas como próximas de experiências mais disruptivas como as manifestações de Seattle/EUA em 1999, a ocupação de Wall Street em 2011, Ocupação do Parque Gezi em Istambul/Turquia e a Primavera Árabe. Por outro, algumas análises a incluem, juntamente com estas ocorridas nos países

¹⁷ Em pesquisa do Ministério da Saúde realizada com 14 mil pessoas, 85% avaliaram que houve uma melhoria da qualidade do atendimento médico após a implantação do Programa Mais Médicos (Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/noticias/88-mais-medicos-para-85-da-populacao-atendida-a-qualidade-da-assistencia-melhorou>. Acesso em 06jan23).

árabes e na Turquia, dentre as consideradas Revoluções Coloridas, como parte dos avanços de chamadas Guerras Híbridas¹⁸ por aqui.

Embora seja evidente que as jornadas de junho de 2013, até de modo intencional, produziu desestabilização no governo, seguramente não foi do mesmo tipo de desestabilização produzida nos anos seguintes.

A campanha eleitoral de 2014 foi marcada por uma disputa acirrada e mais hostil entre a presidenta Dilma Rousseff (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB), que terminou com a vitória apertada da presidenta, com diferença de menos de 3% dos votos considerados válidos. O candidato derrotado contestou o resultado eleitoral, atizando uma desconfiança sobre a lisura do processo. Embora a auditoria realizada não tivesse encontrado fraudes, o seu partido ressaltou que esta não poderia ser considerada como “conclusiva”, pois o sistema de voto eletrônico era “inaferível e inaudível” e, portanto, passou a defender a adoção de voto impresso acoplado a votação eletrônica que permitia a conferência.¹⁹

A vitória eleitoral apertada, contestação eleitoral, o início tumultuado do segundo mandato do governo, anúncios de crise econômica, recrudescimento de forças conservadoras, entre outros fatores, culminaram em grandes manifestações de rua entre 2015 e 2016. Tais manifestações foram visivelmente diferentes das ocorridas em junho de 2013. Em 2013, houve uma diversidade muito grande de cores e posicionamentos, mas com um perfil mais jovem e reivindicações por qualificação de serviços de transporte, educação e saúde, ampliação das condições para a ocupação das cidades e luta contra a violência policial. Enquanto em 2015 e 2016, se via uma massa verde-amarela uniforme, com um perfil de classe média e classe média-alta, de pessoas brancas, com faixa etária em geral mais elevada, que imputava pautas morais e conservadoras, travestidas num discurso de luta contra a corrupção, e as pessoas se fotografavam abraçadas com policiais e militares.

O governo Dilma, que foi o grande alvo desses manifestantes, perdeu apoio político e do congresso. Além das razões anteriores, é importante ressaltar que a ascensão social das classes mais empobrecidas, ainda que por vezes reduzida ao aumento na capacidade de consumo, criou um mal-estar naqueles que se viram ameaçados em seus privilégios ou se sentiram rebaixados por uma aproximação daqueles considerados inferiores socialmente.

¹⁸ Andrew Korybko em “Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes”, publicada no Brasil pela Ed. Expressão Popular em 2018, analisa as novas estratégias de guerrear que combina estudos psicológicos, propaganda e uso de redes sociais para desestabilizar governos em nome de reivindicações como a liberdade e a democracia tratadas abstrata e elasticamente. Este autor analisa o cenário da Europa e do Oriente Médio.

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/auditoria-do-psdb-nao-encontra-fraudes-no-2-turno-das-eleicoes-2014.html>. Acesso em 07jan23.

Proliferaram reclamações desse tipo. Uma das mais célebres foi a da colunista Danuza Leão, em dezembro de 2012, que se queixou de não ter mais graça ir à Paris ou Nova Iorque, pois era arriscado dar de cara com o porteiro do próprio prédio passeando por lá. Nesta mesma direção, o ministro da economia Paulo Guedes em 2020, disse que era hora de acabar com “festa danada de até doméstica ir passear na Disneylândia”. Essa expressão de Guedes ressalta outra medida que acionou uma reação rancorosa das classes médias e mais privilegiadas: a lei das trabalhadoras e trabalhadores domésticos.²⁰ Incluir uma classe trabalhadora nas leis trabalhistas foi um choque para uma sociedade com tantos resquícios escravistas.

Em tentativas para se salvar, dentre outras medidas, a presidente Dilma entregou o rico Ministério da Saúde ao PMDB: o partido do vice-presidente da república, do presidente da câmara e do presidente do senado. O ministro escolhido foi Marcelo Castro, que era médico, doutor em psiquiatria e deputado federal pelo Piauí.

Neste período, ocorre uma forte mobilização da luta antimanicomial: “Fora Valencius”. Pois o nomeado coordenador nacional de saúde mental, álcool e outras drogas, Valencius Wurch, era um psiquiatra de ideologia manicomial, protagonista de violência e violação de direitos contra pessoas internadas no maior manicômio da América Latina (Dr. Eiras, em Paracambi/RJ), do qual ele era diretor na época em que foi realizado o seu fechamento em 2012 por ordem judicial. O “Fora Valencius” incluiu ações nas ruas em diferentes cidades do país, mas também a ocupação da sala da coordenação de saúde mental, álcool e outras drogas por 121 dias e o lançamento da frente parlamentar em defesa da reforma psiquiátrica e luta antimanicomial com adesão de 270 parlamentares. As estratégias de ação combinaram: mobilização imediata ao anúncio da nomeação, participação de movimentos sociais (Rede Nacional de Internúcleos da Luta Antimanicomial – Renila – e o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial – MNLA), eventos públicos de massa (Abraça Raps e Loucupa Brasília), ativismo nas redes sociais (*Facebook* e *WhatsApp*), defesa do ato nas mídias e apoio de associações fortes “institucionalmente”, como a Abrasco e o Conselho Federal de Psicologia. Valencius foi exonerado da coordenação, logo após a saída do ministro, em ressonância com as movimentações da destituição da presidenta. Entretanto, os manifestantes ressaltam que o movimento foi fundamental para que na sequência, ao longo de um ano, a coordenação tenha sido desempenhada por uma servidora de carreira bastante respeitada na área de saúde mental. (48)

²⁰ Lei complementar nº 150, 01/06/2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em 11jan23.

Enquanto isto, como adiantado, o processo de impeachment contra Dilma Rousseff avançava. Com o governo enfraquecido, a oposição mais adepta da racionalidade neoliberal ganhou força política e popular, com notável patrocínio midiático.²¹ Em 02 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu andamento ao pedido de impeachment protocolado pelos “juristas” Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, que acusaram a presidenta de crime de responsabilidade, por causa do que se apelidou de “pedaladas fiscais” e por ter editado decretos de abertura de crédito sem a devida autorização do congresso nacional. Estas justificativas foram consideradas frágeis e contestáveis por diversos atores sociais.²²

Este processo foi marcado por justificativas genéricas e conservadoras, notadamente percebidas na votação realizada na câmara federal no dia 17 de abril de 2016, quando o impeachment foi aprovado. Além de votos que homenageavam tola e conservadoramente familiares, houve um voto em homenagem ao torturador da presidenta, daquele que cada vez mais vinha crescendo, sem freios, no cenário político nacional: Jair Bolsonaro.

À moda de outros golpes na América Latina,²³ o julgamento político da presidenta culminou na sua destituição e levou ao poder um vice-presidente, que era completamente comprometido com os ideais neoliberais. Tal pacto era evidente no documento (ou melhor, plano de governo) “Uma ponte para o futuro”, que fora redigido em 2015 pelo seu partido. As medidas neoliberais foram adotadas por meio de reformas e cortes do investimento público, mas isto, evidentemente, não produziu o efeito de prosperidade econômica que era anunciado. No entanto, perdurou o discurso de que a recuperação econômica estava em curso, mas precisava superar os problemas criados pelos governos petistas nos anos anteriores. Cresce o discurso também de que houve gastanças nestes governos por causa da irresponsabilidade fiscal e corrupção difusa.

Um discurso moral se encorpa. Na área da saúde também aparecem normatizações consonantes a um discurso iniciado em outra área: “Escola Sem Partido”. Enquanto,

²¹ Mauro Lopes ressalta o papel fundamental das mídias hegemônicas nesse processo, em especial as Organizações Globo, o Grupo Abril, o Grupo Folha e o Grupo Estado. Em: Lopes, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: Jinkings, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (org). Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

²² Inclusive juristas sinalizaram tais fragilidades em algumas publicações. Disponíveis em <https://www.conjur.com.br/2016-mar-22/grupo-juristas-planalto-manifestar-impeachment> e <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/juristas-fazem-ato-em-apoio-dilma-e-em-defesa-da-legalidade.html>. Acesso em 05 out. 2020.

²³ Disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/02/golpe-no-brasil-e-semelhante-a-outros-casos-na-america-latina-afirma-nobel-da-paz>; <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/559664-golpes-brancos-a-nova-tendencia-na-regiao>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

professores passaram a ser patrulhados sob acusação de promoverem um discurso “esquerdista e comunista” para as crianças e jovens, na área da saúde houve restrições a determinadas pautas, tal como se observou na suspensão definitiva de novas vagas para o Curso de Atualização em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas - Itinerários do Saber (49). Cresce algo que denomina de luta contra a velha política, ações antipolíticas e antissistema, que fez emergir os chamados “outsiders”, como empresários, influenciadores digitais, policiais, pastores etc.

Enquanto isso, Ricardo Barros, deputado federal pelo PP-PR, chefiava o Ministério da Saúde, à moda das velhas práticas patrimonialistas, aliando seus interesses privados às decisões governamentais. Em dois anos a frente desta pasta, Barros trabalhou pela redução de 11 bilhões do orçamento da Saúde (foi, por isto, apelidado de “ministro da doença”), apoiou a desregulamentação das obrigações mínimas para os planos de saúde com seus segurados (estimulou a criação de “planos de saúde populares”) e comprou medicações sem eficácia para o tratamento de leucemia que colocou em risco a vida de mais 4.000 crianças.²⁴

Este ministro, um típico político do chamado “centrão”, sempre esteve associado ao governo de plantão, seja lá de qual vertente política. Entretanto, é notável o quanto a sua atuação no Ministério da Saúde expressa a lógica mais voraz e crua da relação que os neoliberais estabelecem com o Estado. Aliás, explicita a íntima conexão do Estado com os interesses das elites e seus ganhos de capital.

Mesmo com a sustentação nestes pilares econômicos e conservadores, o governo de Michel Temer foi alvo de manifestações sociais significativas. Dentre elas, podemos destacar o movimento dos secundaristas intensificado em 2016, com ocupação de mais de mil equipamentos escolares, contagiando ações também em universidades. Tal movimento iniciado com ocupações no estado de São Paulo foi motivado pela crescente insatisfação com as precarizações anunciadas pela “PEC da Morte” e a política pública na educação, em especial a reforma do ensino médio.²⁵ Outra mobilização ocorrida no período foi a Greve Geral em 28 de abril de 2017, que mobilizou mais de 40 milhões de trabalhadores no país,

²⁴ Informações disponíveis em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/06/26/quem-e-ricardo-barros-deputado-federal-envolvido-no-escandalo-da-covaxin>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57601043>; <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/02/ricardo-barros-de-ministro-da-doenca-a-pivo-do-escandalo-da-covaxin.htm>; <https://jornalggn.com.br/xadrez-2/xadrez-de-ricardo-barros-remedio-chines-em-criancas-com-leucemia-por-luis-nassif/>. Acesso em 11jan23.

²⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>; <https://www.esquerdadiario.com.br/Retrospectiva-2016-As-ocupacoes-estudantis-que-sacudiram-o-Brasil>. Acesso em 12 jan23.

contra as reformas trabalhistas e previdenciárias, que compunham a agenda neoliberal do governo.²⁶ A terceira grande mobilização nacional, neste período, foi a Greve dos Caminhoneiros que se estendeu de 21 de maio a 1º. de junho de 2018. Neste caso, o mais correto seria dizer “locaute patronal”, dada a participação decisiva de empregadores e empresas nesta mobilização contra o aumento do valor do combustível, a cobrança de pedágios e a redução do valor do frete. Fato é que esta paralisação, que chegou a atingir 24 estados da federação, acarretou o desabastecimento de combustível e de alimentos perecíveis nas cidades. Por mais que isto tenha causado grandes problemas na vida das pessoas, a manifestação contou com significativo apoio popular e o pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro, em especial, se apresentou como apoiador muito entusiasmado. A mobilização bastante influenciada por empresários e por ideias do empreendedorismo, num meio de trabalho sem organização de classe de trabalhadores, produziu um ambiente propício para o discurso conservador e o fortalecimento de um populismo de direita.²⁷

Certo é que o governo Temer teve índices altíssimos de desaprovação e impopularidade, atingindo apenas 3% de ótimo ou bom em pesquisa realizada em junho de 2018 pelo Datafolha.²⁸ O que não foi surpresa nenhuma para um governo que ascendeu ao poder sem qualquer melindre para adotar medidas impopulares.

O aparato policial e judiciário antissistema ganhavam terreno e força.

Em março de 2018, a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, mulher negra e periférica, foi brutalmente assassinada a tiros numa emboscada na região central da cidade, que vitimou também o motorista do carro em que estavam. Marielle trabalhava no combate às milícias e as investigações do seu assassinato concluíram que membros desses grupos criminosos a executaram, mas não evidenciaram quem foram os mandantes.²⁹

²⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493303188_266659.html; <https://www.infoescola.com/historia/greve-geral-de-2017-no-brasil/>; <https://www.brasildfato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>. Acesso em 12jan23.

²⁷ Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/31/greve-dos-caminhoneiros-relembre-paralisacoes-anteriores.htm>; <https://www.infoescola.com/historia/greve-dos-caminhoneiros-2018/>; <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/05/24/bolsonaro-bloqueio-caminhoneiros.htm>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44256413>. Acesso em 12jan23.

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 12jan23.

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/assassinato-da-vereadora-marielle-o-que-se-sabe-sobre-o-crime.ghtml>; <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/01/03/ministra-e-irma-de-marielle-franco-anielle-diz-que-familia-vai-repensar-federalizacao-do-caso.ghtml>. Acesso em 12 jan23. Em março de 2024, as investigações avançaram e foram realizadas prisões de supostos mandantes, tal como descrito na reportagem disponível em

Assinar uma mulher negra periférica que vinha se fortalecendo politicamente foi uma evidente ação de silenciamento e para amedrontar as tentativas de ruptura das relações de subalternidade. Ressalta o racismo presente na nossa sociedade, mas também a misoginia e “lgbtfobia”, que definem as vozes a serem permanentemente caladas. A ausência de empenho do Estado para resolução do caso expressa o quanto a participação desse ente social é fundamental nas práticas necropolíticas.

Este caso, junto com as prisões contra Rafael Braga, o golpe contra Dilma, a gritaria contra a lei das domésticas são várias faces de uma sociedade alicerçada no colonialismo patriarcal. Tais expressões ficam cada vez mais explícitas e desenvergonhadas. As velhas raízes fascistas se espalham e emergem. Ficam às claras essas insolentes desimplicações presentes com diversas roupagens e nuances na vida micropolítica.

Soma-se a isto a caçada judiciária que se instala no país pela Operação Lava Jato e outras mais, que passam a praticar conduções coercitivas, julgamentos e condenações sem os devidos ritos legais e constitucionais, justificando seus métodos como formas de combater a impunidade e a corrupção. Seletivamente, alguns grupos políticos se tornam alvos de todo tipo sanha punitiva. O juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol são as personalidades que mais se destacam por um lado e do outro podemos destacar o ex-presidente Lula. Muito embora esta operação tenha condenado diversos políticos e empresários, o julgamento mais célebre seguramente foi o do ex-presidente, acusado de ser proprietário oculto de um sítio e de um apartamento, recebidos em um esquema de propina. A falta de consistência jurídica, o viés político, ódio de classe, a articulação com as mídias e alguns movimentos sociais para sustentar a popularidade da operação e os interesses geopolíticos desde o julgamento eram analisados e discutidos. O seguimento dos fatos fez tudo isto ficar em evidência: as revelações da Vaza Jato,³⁰ o ingresso na atividade política partidária e eleitoral de Moro e Dallagnol, a suspeição de Moro pelo Supremo Tribunal Federal³¹ e a conclusão do comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de que Lula teve seus direitos violados nesse processo.³² Fato é que Lula, líder nas pesquisas eleitorais para presidente, foi preso em abril de 2018, condenado por corrupção passiva e

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-03/pf-aponta-irmaos-brazao-como-mandantes-da-morte-de-marielle>. Acesso em 30abr24.

³⁰ Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em 13jan23.

³¹ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468086&ori=1>. Acesso em 13jan23.

³² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/04/28/onu-lula-teve-seus-direitos-politicos-violados-em-2018.htm>. Acesso em 13jan23.

lavagem de dinheiro no caso do “Triplex do Guarujá”. Ficou impedido de participar do pleito que ocorreria em outubro deste mesmo ano.

Esta condenação alimentou o discurso de “esquerda corrupta e amoral”, o que engrossou o chamado “antipetismo”, mas também contaminou a classe política de modo “generalizado”, pavimentando a estrada para supostos “outsiders”. Para disputar a presidência, um deputado há quase trinta anos atuando no “baixo clero” do parlamento se apresentou como o candidato. Célebre por aparições em programas populares da TV durante anos, sempre repletas de falas violentas, racistas e misóginas, ganhou popularidade e despertou o interesse dos neoliberais. De formação militar, com tendência mais nacionalista, Bolsonaro não tinha um discurso liberal até então.

Dois fatos significativos ocorreram até a data das eleições: 1) a facada de Adelio Bispo contra o candidato Bolsonaro em 06 de setembro em Juiz de Fora/MG, que, segundo as investigações e os laudos periciais, foi uma ação solitária promovida por alguém com o diagnóstico de “transtorno delirante persistente”;³³ 2) o “Movimento Ele Não” promovido por mulheres contra o candidato Jair Bolsonaro, que começou nas redes sociais e realizou manifestações de rua em 114 cidades do Brasil e do exterior em 29 de setembro, chegando a reunir cerca de 100 mil pessoas em São Paulo, configurando-se na maior manifestação de mulheres do país.³⁴

O destaque desses dois acontecimentos nesta eleição não é aleatório. Seja pela escolha editorial dos grandes grupos de mídia sobre qual deles receberia maior atenção, como exemplarmente se viu pela cobertura do Jornal Nacional da TV Globo no dia 29 de setembro, que dedicou mais tempo e informações sobre a viagem de avião do candidato após a alta hospitalar do que aos movimentos de rua ocorridos contra ele naquele dia. Seja pelos afetos que estes dois acontecimentos produziram na população. E este é sem dúvidas o ponto principal, pois a facada despertou consternação e piedade,³⁵ o movimento “Ele Não” atizou um ódio ressentido daqueles que sentiram seus privilégios e modos de vida ameaçados pela força das mulheres. Como destaca a psicanalista Maria Rita Kehl, “para o machista à moda antiga, deve ser um osso duro de roer ver a alegria, a liberdade e a autossuficiência das meninas da geração do #EleNão”.³⁶ Tomados por paixões tristes, muitos aderiram às práticas

³³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tudo-sobre/adelio-bispo/>. Acesso em 13jan23.

³⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 13jan23.

³⁵ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/quem-sao-os-bolsonaristas-arrependidos-que-votaram-em-lula,8426667528fabca72c3289b2eac19cfahoz3ceg3.html>. Acesso em 13jan23.

³⁶ Disponível em: <https://www.revistaserrrote.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>. Acesso em 13jan23.

impositivas mais moralistas e duras ante à diferença e à alegria de outros modos de viver, que confluíram na candidatura de Jair Bolsonaro.

Em 28 de outubro, este candidato vence o segundo turno das eleições, surpreendendo diversos analistas políticos, que no início da campanha não acreditavam que ele superaria uma barreira de votos. Num clima de ódio,³⁷ interferência judicial³⁸ e abuso na campanha pelas redes sociais,³⁹ a extrema direita venceu as eleições em 2018.

Desde que tomou posse, Bolsonaro frequentemente adotou discursos de ódio às minorias e privilegiou os grupos economicamente mais fortes e os sujeitos que se adequam ao enquadre do ideal conservador do capitalismo, com uma identidade branca-patriarcal-neopentecostal. Aliás, este veio religioso conservador, sobretudo das diversas denominações evangélicas, foi uma das direções de campanha que mais renderam votos, seja das pessoas que seguiram as determinações dos pastores, seja daquelas que estavam ávidas pelo discurso reativo e facilmente caíram em *fake news*, como aquela da “mamadeira de piroca” usada nas escolas.

Embora os adeptos deste posicionamento político tratem com uma suposta contradição ao dizerem que se consideram “conservadores nos costumes, mas liberais na economia”, há uma composição entre essas características no modo de vida neoliberal. Permeado pelo conjunto de mudanças geopolíticas latino-americanas e globais, o Brasil é um dos países onde se observa mais explicitamente a articulação entre o neoliberalismo e o conservadorismo. Tal articulação havia avançado pelo mundo nos anos 1980, mas, por aqui, a sua vertente mais autoritária ganhou força nos últimos anos até vencer as últimas eleições nacionais em 2018. Na verdade, o autoritarismo conectado às políticas neoliberais teve um grande laboratório no Chile em meados dos anos 1970, quando diversos economistas, apelidados de “Chicago Boys”, atuaram durante a ditadura vampiresca⁴⁰ de Augusto

³⁷ cf. Solano E, organizadora. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo; 2018.

³⁸ Há uma série de reportagens investigativas, denominada Vaza Jato, promovida pelo site The Intercept Brasil, disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/> (Acesso em 29set20). Dentre elas, destaca-se a matéria disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/> (Acesso em 29set20). O jornal Folha de S. Paulo e a revista Veja também publicaram reportagens a partir desse material obtido pelo The Intercept. Até mesmo a jurista estadunidense Susan Rose-Ackerman, admirada e próxima do procurador da Operação Lava-Jato, fez críticas à parcialidade dessas decisões judiciais. Matéria disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/jurista-americana-reafirma-que-lava-jato-fez-politica-contralula/> (Acesso em 28out20)

³⁹ Matéria de Patrícia Campos Mello trata da interferência das redes sociais na eleição presidencial. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contralula-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em 29set20.

⁴⁰ cf. “O Conde” (2023) de Pablo Larraín, uma cinebiografia satírica que retrata a mistura de avareza, parasitismo e temor dos opressores neoliberais.

Pinochet. Aliás, segundo Dardot e Laval (7), o neoliberalismo tem como principal preocupação eliminar os riscos de uma discussão pública e da expressão da vontade popular que possa vir a exercer qualquer controle sobre o direito privado da propriedade e transação comercial. Nesse sentido, os autores franceses destacam as palavras de Friedrich Hayek – um intelectual expoente do neoliberalismo – a um jornal chileno em 1981: “Minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo” (p.184).

O governo federal que ascendeu ao poder no Brasil no início de 2019, inclusive, exaltava esta experiência chilena e contava com o “Chicago Boy” Paulo Guedes como ministro da economia. Christian Laval, em uma conferência realizada no Brasil em novembro de 2018,⁴¹ resalta como o neoliberalismo hiperautoritário ganha corpo após a crise econômica mundial de 2008, quando se pensava que o neoliberalismo havia chegado ao seu limite, quando, ao contrário, reinventou-se. Desde então, assumiu uma posição de defesa mais explícita de grupos privilegiados, de sustentação do Estado aos ganhos de capital e dos cortes de investimentos em políticas públicas. Isto desencadeou mobilizações sociais importantes na periferia do centro capitalista, em países como Espanha e Grécia, que se viram na tensão entre pagar as parcelas das dívidas e manter os investimentos em políticas públicas.

Segundo Laval, na mesma conferência, os movimentos sociais que reivindicavam uma democracia mais radical e não encontraram uma desembocadura política, tal como as manifestações de junho de 2013 no Brasil, foram capturados pela exploração da raiva social ao gosto da direita ou da extrema direita.

Essa força política, de fato, ganha bastante campo nos anos subsequentes em diversas partes do mundo, seja com eleição de chefes de governo, seja pelo crescimento de partidos e grupos, seja pelas ações micropolíticas permanentes animadas por redes sociais.

A associação entre neoliberalismo e a extrema direita, como se nota, não é provisória nem aleatória. O neoliberalismo, assim como seus irmãos mais velhos, capitalismo e liberalismo, apoia-se nas ações de extrema direita, em determinadas situações e determinados momentos de maneira bem vigorosa.

Os zapatistas são precisos em resumir que “o capitalismo da globalização neoliberal se baseia na exploração, na espoliação, no desprezo e na repressão” (Sexta declaração da Selva Lacandona citada por 47). Todas essas características reafirmam e ampliam o caráter

⁴¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ma5zLSI9gho>. Acesso em 29set20.

de destituição do poder das pessoas nos seus modos de vida, afastando-as da gestão da vida e da construção do comum.

A voracidade necropolítica e a acentuação do fascismo presente na sociedade brasileira e instalados nos poderes federais ficaram completamente à mostra na maneira como se lidou, em nosso país, com a pandemia do coronavírus deflagrada em março de 2020.⁴²

Se na aprovação da “PEC da Morte” a lógica da austeridade econômica mortal aos estratos da sociedade poderia ser insolentemente ignorada pelos adeptos desse modelo econômico-social, a defesa do “mercado e das contas” em detrimento das necessidades básicas da população fica caricaturalmente mais explícita no momento da pandemia. Desde falas de empresários, membros do governo federal e seus apoiadores que procuravam minimizar os riscos de adoecimento e morte, até medidas adotadas (ou a ausência delas) em diversos estágios da pandemia. Dois ministros da saúde, que eram médicos e tiveram um tanto de apreço pelo compromisso ético com a vida (ou suas biografias!?), caíram nos primeiros meses da pandemia. Luiz Henrique Mandetta caiu por concordar com as medidas de isolamento para conter a disseminação do vírus e Nelson Teich, por não concordar com o protocolo de uso da cloroquina, que era uma medicação sabidamente iatrogênica nos casos de covid-19. A partir daí, o presidente nomeou o general Eduardo Pazuello, que finalmente assentiu com todas as determinações “antissanitárias”. O médico Marcelo Queiroga, que o substituiu, seguiu mais habilmente a mesma linha do governo.

Diante da quantidade de infectados e mortos, atrasos na compra de insumos, ausência de coordenação federal nas ações em saúde e menosprezo pelas orientações internacionais e a sustentação de medidas sanitárias comprovadamente ineficazes, iatrogênicas e/ou danosas, por tudo isto e mais outros motivos, foi instaurada a “CPI da Pandemia” no Senado Federal em 27 de abril de 2021. Dentre os inúmeros casos e depoimentos, pode-se destacar, primeiramente, os casos de uso de medicações, “kits de tratamento” sabidamente ineficazes, por vezes associados a estudos e experimentos sem o devido amparo ético, realizados em Manaus/AM⁴³ e em usuários da operadora de saúde Prevent Sênior.⁴⁴ Também pode-se destacar o depoimento realizado pelo epidemiologista Pedro Hallal baseado em seus estudos:

⁴² Mais sobre essa discussão, encontra-se em “Fascismo e bionecropolítica na pandemia - Conversação Libertária Online com Silvio Gallo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ameViPfvMTU>. Acesso em 01fev24.

⁴³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/22/documentos-revela-dos-pela-cpi-sobre-kit-covid-no-amazonas-provocam-criticas-de-senadores> Acesso em 18jan23.

⁴⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/28/advogada-diz-a-cpi-que-prevent-obrigava-medicos-a-receitar-kit-covid> Acesso em 18jan23.

“Em todas as fases do EPICOVID-19 as pessoas mais pobres tiveram o dobro de infecção que as mais ricas, neste país. Indígenas tinham 5x maior risco de contaminação do que brancas, pessoas negras tinham o dobro de risco de infecção que as brancas”. Segundo Pedro Hallal, em torno de quatro a cada cinco mortes poderiam ter sido evitadas se o governo brasileiro tivesse adotado ações medianas para o enfrentamento da pandemia. A médica Jurema Werneck, na mesma sessão, corroborou esta avaliação ao dizer que a pesquisa “Mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil”, de Guilherme Werneck, Ligia Bahia, Jéssica Pronestino e Mário Scheffer, concluiu que muitas mortes seriam evitadas, antes do início da vacinação, caso o isolamento social e o uso de máscaras fossem adotados seriamente no país.⁴⁵ Estes estudos mostram a destreza do projeto neoliberal para atingir populações minorizadas e vulnerabilizadas.

Especificamente na área de saúde mental, antes mesmo da emergência da pandemia que trouxe novos desafios, o governo Bolsonaro se notabilizou por seguir o curso de desmonte da reforma psiquiátrica iniciado em 2016, com a nomeação de Valencius Wurch para a coordenação de saúde mental e acelerada nos anos subsequentes. De dezembro de 2016 a maio de 2019 foram editadas mais de uma dezena de documentos normativos que compuseram a nota técnica 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS, batizada de “Nova Política Nacional de Saúde Mental”. Esta, sinteticamente, redirecionava as ações para serviços de orientação manicomial, sobretudo aos usuários de álcool e outras drogas, beneficiando as comunidades terapêuticas religiosas. Haja cruces para “bêbados e drogados”! Na macropolítica, esta avalanche encontrou resistência em associações da área da saúde, do conselho nacional de saúde e de alguns parlamentares. (50)

Sem grandes contradições, o governo federal avançou em seus modos fascistas. Aliás, pode-se facilmente reconhecer neste governo várias das características que Umberto Eco (51) atribui ao fascismo: tradicionalismo; irracionalismo; frustração individual e coletiva, sobretudo, da classe média; sentimento de humilhação pela riqueza e força dos inimigos; elitismo popular de pertencimento à classe das melhores pessoas da sociedade; adoção de uma linguagem empobrecida para limitar os instrumentos de raciocínio diante da complexidade da vida. Mas, para além desta captura reacionária do ressentimento social, não se trata, como argumenta Safatle,⁴⁶ “de uma ideologia de marcha ré”, pois a potência que efetivamente move a massa fascista é normativa do progresso e da modernização que são atrapalhados por determinados grupos sociais e modos de vida. Este sentido da racionalidade

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7BsmifsZLDc>. Acesso em 17jan23.

⁴⁶ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-fascismo-nasce-das-contradicoes-do-progresso/>. Acesso em 18jan23.

e da ação, completamente afinada com a razão neoliberal, produz o atropelo violento do progresso, que justifica ataques, maus tratos e genocídios contra determinados grupos sociais, frequentemente eufemizados como ação para “salvar”, “civilizar”, “educar”. Como diz Eco (51): “o fascismo pode voltar sob os mais inocentes dos disfarces” (p.10).

Além de ficar evidente o fascismo na condução da pandemia, já era possível localizá-lo na aprovação da “PEC da Morte”. Segundo Carnut (52), o desfinanciamento promovido por esta medida é fruto de uma articulação entre interesses da burguesia, dos neofascistas⁴⁷ e do capital internacional. Para este autor, devido à total intimidade entre capitalismo e fascismo: “Aquilo que o burguês faz lamentando, o fascista faz sorrindo... mas, no final das contas, os dois fazem exatamente o mesmo: destruir a classe trabalhadora.” (p.11)

O autoritarismo do governo Bolsonaro avançou também contra o poder judiciário e sistema eleitoral desde o seu primeiro ano de mandato, inflamando um movimento popular contra a democracia institucionalizada, que se materializou em alguns atos de rua e em ensaios de autogolpe durante o seu mandato.⁴⁸

Em 2022, depois de uma campanha eleitoral muito tensa e repleta de abusos da máquina pública pelo governo federal, Luís Inácio Lula da Silva, apoiado por uma frente de espectro político bem amplo, vence a disputa por uma margem de votos bem apertada, a menor desde a redemocratização: menos de 2% dos votos considerados válidos. Dentre as suas promessas de campanha, encontra-se a revisão da “PEC da Morte”.

II. a saúde como espaço de incidência de poder e de luta permanente

Nestes tempos turbulentos com desinvestimento do Estado em políticas públicas, é quase automático o resgate do SUS, com a sua enorme maquinária e todo o seu efeito social,

⁴⁷ Carnut (52) define que o “neofascismo é um tipo de fascismo que rememora elementos muito fundamentais do fascismo clássico, entretanto, é adaptado e reinterpretado à conjuntura vigente” (p.10). Apesar de adotar um prefixo, o autor curiosamente alerta para o eufemismo no uso de expressões como profascismo, hemifascismo, semifascista.

⁴⁸ A organização de um golpe de Estado, entretanto se armou na combinação de diversos atos. Após o resultado eleitoral desfavorável em outubro de 2022, apoiadores de Bolsonaro bloquearam rodovias em várias regiões do País e passaram a acampar em frente aos prédios do exército em diversas cidades. No dia da diplomação dos vencedores das eleições em 12 de dezembro de 2022, houve tentativa de invasão no prédio da Polícia Federal e veículos foram incendiados em Brasília. Houve uma tentativa de exploração de bomba nos arredores do aeroporto de Brasília na véspera do Natal. E, em 08 de janeiro de 2023, houve a invasão dos prédios dos três poderes em Brasília. Diversas pessoas foram presas e os acampamentos montados em frente aos quartéis foram desmontados no dia seguinte. O relatório da “CPI de 8/1” sugeriu o indiciamento de 61 pessoas, incluindo o ex-presidente, membro do seu governo, militares de alta patente, uma parlamentar e alguns financiadores. Embora muitos indícios sugiram a participação das forças armadas, dos políticos de extrema direita e de ricos empresários na organização da tentativa de golpe, a investigação segue em curso.

ser evocado como um “projeto civilizatório” ou meio de promoção de “justiça social”. Uma salvação, um JeSUS?

É evidente que o SUS, como sistema público de saúde de enorme dimensão, é extremamente impactante na vida social dos brasileiros, seja por viabilizar ampla capilaridade de serviços país afora, seja por insistir em novos arranjos para atender a integralidade das necessidades de saúde das pessoas e comunidades, seja pela distribuição de renda favorecida pela gratuidade dos atendimentos. Entretanto, há algumas questões importantes a serem consideradas para que este projeto não se torne uma bela roupagem que encobre dispositivos para disciplinarização dos corpos e esvaziamento da luta política.

A construção da saúde coletiva diferenciando-se da saúde pública,⁴⁹ pelo destaque dos aspectos sociais e políticos tramados nas práticas de saúde, e o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, fortalecidos nos anos 1970, indicam um movimento necessário de tratar a Saúde para além da distribuição das responsabilidades gestoras, da organização de serviços e do fluxo de atendimentos. Numa campanha empolgada pela grande transformação social num período de luta pela redemocratização do país, acompanhada por um processo de elaboração de uma nova constituinte, o SUS se tornou uma vitória gloriosa. Uma revolução para a Saúde e para a sociedade brasileira.

De fato, num momento de grande barbárie promovida pela ditadura civil-militar e pelas barbaridades de como se arranjava a atenção à saúde dos brasileiros ao longo da história, fazia sentido evocar a luta do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira e da construção do SUS como um “projeto civilizatório”, tal como ressaltam Souto e Oliveira (53) e Narvai (54). Souto e Oliveira (53) utilizam o adjetivo “civilizatório” como contraponto e combate a todo tipo de violência e aumento da desigualdade social provocada pelo neoliberalismo. Afirmam que este projeto civilizatório promoveria uma “reinvenção solidária e participativa do Estado” (p. 215). Mas, como apresentado por aqui o Estado se entendeu muito bem com a razão neoliberal e todos os sofrimentos e adoecimentos produzidos no tecido social.

Como afirma Fuganti (55):

Dá-se o mesmo na oposição dos valores “humano versus desumano” e na relação “civilização versus barbárie”, que opõe, de um lado, a civilização cultivada na lei e na linguagem como condição de paz, de liberdade e de progresso da humanidade, e, de outro, a barbárie mergulhada na tirania, com seus correlatos de violência e de escravidão envolvidos nos caprichos imprevisíveis de um déspota que governa pelo terror e pela brutalidade. Ora, o que nunca é dito é que foi o próprio poder violento das formações

⁴⁹ cf. Nunes ED. Saúde Coletiva: história de uma idéia e de um conceito. Saúde e Sociedade, 1994; 3(2): 5-21.

sociais bárbaras que inventou e modelou, ao mesmo tempo que o poder de Estado, como paradigma de organização humana, a forma da Lei que supostamente pretenderia destituir aquele poder – a lei democrática ou positiva, tendo, na verdade, apenas uma diferença de grau, e não de natureza, em relação à lei despótica. Também não se ousa dizer que o processo civilizatório (com seus Estados democráticos) é sim um modo regulador das relações de sociabilidade, mas não por isso exconjurou as relações de violência e de barbárie. Ao contrário, é sob a chancela de um modo violento de determinado homem estabelecer seu poder – o modo de ser de um homem previamente tiranizado por certo impulso e banhado em relações de poder – que empunhamos a bandeira dos direitos universais do Homem. Movido por um interesse de conservação, este homem precisa negar e/ou limitar toda a ação intensiva de outro tipo diferencial de vida. (p.667-8)

As barbaridades estiveram em alta nos últimos anos, como apresentado anteriormente, muitas promovidas pelo Estado ou com sua cumplicidade. Mesmo assim, é tentador evocar o fortalecimento da “institucionalidade” e do “Estado democrático de direito”. Muitos partidos e movimentos supostamente alinhados à esquerda evocaram um tom moderado de defesa dos aparatos estatais e legais como contraponto à radicalidade destrutiva dos grupos de extrema direita. Evidentemente isto impõe freios ao projeto de ódio e violência contra os diferentes e minorizados. Entretanto, isto também estabelece um limite ao processo de transformação social. Em junho de 2013, o povo quis ir além e a esquerda hegemônica instalada no poder e apegada às suas “conquistas institucionais” não acompanhou as demandas e se manteve aliada à forma Estado, inclusive na sua força policial e repressiva.

Nesta altura da história, seria o caso se guiar por um “projeto civilizatório”?

Hochman e Lima (56) problematizam a perspectiva “civilizatória” dos médicos brasileiros – parte da elite nacional – ao longo dos séculos XIX e XX, sublinhando a contradição presente no tipo de “melhoria” e “qualificação” social almejada por esta perspectiva na e pela saúde. Os autores destacam a relevância da participação política, social e cultural de muitos médicos no desenvolvimento social e das práticas de saúde. Ao mesmo que, travestido do adjetivo “civilizatório”, muitos projetos se mostraram veículos de “europeização” e “embranquecimento” das práticas de cura e dos modos de viver, além de alguns serem declaradamente eugenistas.

De fato, civilizatório remete a uma noção de um modo universal e como finalidade a ser atingida por todos os povos. No dicionário, pode-se encontrar que “civilizar” é tornar cortês, polido, bem-educado. Entretanto, adverte Glissant (57):

Com a noção tipicamente ocidental de civilização, podem se resumir as realizações de uma sociedade para projetá-las imediatamente em um devir que é também, e na maior parte das vezes, uma expansão. Por civilização,

está implícita a vontade de civilizar. Esta ideia está relacionada à paixão de impô-la ao Outro. (p.37)

Civilização, assim como a democracia, passaram a ser tratadas como único regime de poder-governo “aceitável”. Como um padrão-ouro da experiência social. Entretanto, é evidente o quanto se mostram insolentes e cúmplices com toda ordem de atrocidade. Nos últimos anos, vimos como a “nossa democracia” serviu a um governo fascista que alimentou o crescimento das forças de ódio às diferenças.

O civilizatório, em dicotomia com a barbárie, não é apenas uma forma idealizada, uma utopia, um modelo abstrato, pois adquire concretude nas práticas e nos dispositivos sociais. Estabelece uma forma no horizonte, que assenta as forças políticas e sociais. Pode-se vislumbrar o “projeto civilizatório” como uma forma idealmente instituída. Neste caso da Saúde, o Movimento de Reforma Sanitária, a construção da saúde coletiva e a institucionalização do SUS, por toda ação e aparato macropolíticos, buscaram sustentação na forma Estado.

Mas a Saúde, como local de encontro para produção de vida e luta contra as doenças, é um campo micropolítico repleto de criações e lutas. As demandas e necessidades de saúde se multiplicam e proliferam a cada experiência e pelos acontecimentos, animando e desafiando os profissionais de saúde e gestores dos diversos níveis de atenção e hierarquia de poder. Se há problemas pelas vias do horizonte conhecido a ser resgatado e formatado macropoliticamente, apresenta-se como interessante a criação de condições para ampliar as experiências de vida nas micropolíticas, seja pela construção do comum pelas forças instituintes e com produção de singularidades, seja pelas heterotopias, como espaços para imaginação, experiência e criação. Como apresenta Foucault (58), falando inclusive de civilização:

E se considerarmos que o barco, o grande barco do século XIX, é um pedaço de espaço flutuante, lugar sem lugar, com vida própria, fechado em si, livre em certo sentido, mas fatalmente ligado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de zona em zona, de costa a costa, vai até as colônias procurar o que de mais precioso elas escondem naqueles jardins orientais que evocávamos há pouco, compreenderemos porque o barco foi, para a nossa civilização – pelo menos no século XVI – ao mesmo tempo, o maior instrumento econômico e nossa maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Civilizações sem barcos são como crianças cujos pais não tivessem uma grande cama na qual pudessem brincar; seus sonhos então se desvanecem, a espionagem substitui a aventura, e a truculência dos policiais, a beleza ensolarada dos corsários. (p.30)

A imensidão, a fluidez, os pontos de parada, as aberturas para o novo e para a imaginação criadora são atributos interessantes para se conceber modos mais vívidos de experimentar as práticas em saúde em serviços desta área ou quaisquer outros lugares.

Neste sentido, a luta permanente na saúde, ao invés de investir em adaptações a esses “grandes projetos universais”, encontra mais potência ao se aliar e fazer composições com as lutas transversais, ao modo descrito por Foucault (59). Uma luta que acompanha o fluxo de composição com as lutas antirracistas, anticapitalistas, feministas, indígenas, quilombolas, descolonizadoras. Que trama com o “encontro e ecologia de saberes”, abandonando a ideia de que há “uma medicina”, “uma psicologia” ou “uma enfermagem” para produzir aberturas e conexões entre “as medicinas”, “as psicologias”, “as enfermagens”, ou melhor, existem “artes de cura e cuidado” produzidas e produzindo multiplicidades. De tal modo que a energia e disposição sejam direcionadas à abertura para a diversidade e a singularidade dos modos de vida.

São combates de libertação das “normas e manuais universais”. A considerar o quanto a “hidra capitalista” promove o ódio, o ressentimento e o esgotamento. Afetos biopolíticos impregnados na vida contemporânea que poderão ser fontes de saber se forem tomados com a maior seriedade, sem serem ignorados, nem naturalizados nem reforçados. Mas usados como recurso para se construir outros modos de vida, combatendo-os em suas fontes.

Nesse sentido, Kiffer (60), analisando o ódio na sociedade brasileira nos últimos e considerando a “força inventiva do ódio” destacada por Gabriel Giorgi, reforça que:

Vemos hoje uma situação mais agônica do que antagonica vem caracterizando os processos de vida (e logo de ódio e de amor) nas ditas sociedades democráticas. Essa transformação exigiria, por um lado, sair da visão conflitante e binária amor x ódio, pacificação x extermínio (aliás, sabemos como muitas das políticas de pacificação são políticas do ódio enquanto limpeza e extermínio) e, por outro lado, encontrar processos de subjetivação mais concretos, e mesmo corpóreos, de inscrição do ódio como afecção política construtiva, mesmo que momentaneamente desorganizadora. (p.43)

Um ódio constitutivo de distanciamento e separação necessários para o exercício de relação entre as diferenças e os diferentes numa zona comum, afrontando a formação de um corpo político universalizante e unificador. Um ódio que coloque um basta aos micros e macrofascismos, às forças correntes de totalização, aniquilamento, minorização e normatização. Uma abertura de fendas e de possibilidade de religamentos outros, em um campo relacional heterogêneo em proliferação de multiplicidade de singularidades.

Os grandes projetos nomeados com belas palavras com tom totalizador, universal, repletas de “boas intencionalidades” trazem cercas ao processo criador, que possa extrapolar os limites encontrados por uma experiência. A saúde, como ampliação da potência e da vida, pode ser aliada nas lutas permanentes contra as normalização e normatizações. A saúde, por sua natureza mutante e criadora, preserva resistências aos salvacionismos, idealismos e colonialismos. O SUS, mais do que um “JeSUS Salvador”, é uma experiência a ser colocada em análise e desafio para ampliação de mundos e modos de viver.

III. a força das ideias e das ferramentas da análise institucional nesta luta

Em *L'État-inconscient*, Lourau (61) analisa que a forma Estado tinha adquirido uma dimensão planetária e haveria um grande Estado mundial. O autor se diverte com a mensagem do secretário das Nações Unidas, como Chefe de Estado, colocada nas sondas enviadas para Saturno e Júpiter. Para além desse efeito anedótico, Lourau adverte que o Estado adquiriu naturalização que é quase sempre tratado como “indiscutível, atemporal e único”, a tal ponto que seus modos de administrar a vida, falar pelo nosso ventre, instalar-se no nosso pensamento fica “imperceptível”.

A Saúde está incluída nas disposições estatais e, todo o trabalho socioanalítico realizado nesse campo de práticas sociais inevitavelmente está diante das incidências de poder e de governança do Estado. Da escala planetária aos encontros entre profissionais e usuários de uma unidade básica de saúde, da macro à micropolítica, a forma Estatal age.

Lourau (61) afirma que o Estado se constitui com órgãos centrais de gestão e decisão, órgão periféricos de gestão e de aplicação, forças militares e ideológicas para assegurar o fluxo de dominação do centro para a periferia, e de submissão da periferia para o centro.

De tal modo que o trabalho da AI, segundo Lourau, é desnaturalizar o Estado, tornar visível a sua contingência histórica do Estado de formação e questionar as organizações sociais. Há um trabalho para a dissolução deste tipo de regime de centralização do poder. A assembleia geral, a autogestão e o alargamento do campo de intervenção são exemplos de práticas com objetivo analítico e ideia de crítica à ordem estável do Estado. Embora estes movimentos de fuga estejam sempre sob vigilância e controle da política instituída, que busca reduzir a criatividade das pessoas e dos povos governarem a si próprios e justificar a mediação e a tutela, há sempre resistências e forças partindo de baixo-esquerda. Sempre há movimentos instituintes que, ao encontrarem condições, forçam transformações nas relações de poder.

O Estado, ao contrário do que diz o senso comum, não é atacado pelos modos privados de gestão, tal como pode parecer com a adoção da Nova Gestão Pública a de todo tipo de discurso neoliberal. Estas maneiras de produzir a gestão da vida só pode se sustentar no guardião da propriedade e do direito privado que é o Estado. Apoiam-se em conservações e instituídos. A “PEC da morte”, por exemplo, exhibe o quanto o Estado serve aos interesses privados em prejuízo da sustentação das políticas públicas.

Em tempos de assombros de ruptura democrática pelas ações da extrema direita, tal como vivemos nos últimos anos no país, com a associação entre cruces e fuzis, ódios e mentiras, as “instituições” e o Estado emergem como amparo e proteção. Desafia-nos a pensar como seguir com a intervenção socioanalítica nesta conjuntura social fugindo de velhas dicotomias: civilização x barbárie, Estado x selvageria.

Como analistas institucionais ou mais genericamente praticantes da análise institucional estão interagindo com esse momento socio-histórico em suas práticas na área da Saúde? Como essa dimensão da vida política está atravessando e como isso vem sendo trabalhado? O quanto é possível “esticar a corda” da dissolução das formas estatais nas intervenções? Há recuos estratégicos possíveis ou estamos diante de aberturas que devem ser aprofundadas em transformações mais radicais de coletivização ou de “práxis do comum”? O que seria uma ruptura institucional nos termos da AI?

Essas questões e outras implícitas, ocultas ou ignoradas movimentaram a pesquisa sobre as intervenções em análise institucional e como isto se deu nas práticas em saúde no país, que serão apresentados nos textos 2 e 3.

- texto 2 -

“vir entre” e outras ações pelo meio

Quando pensamos em intervenção, o que nos vem à cabeça? Pensamos em ações de um indivíduo (ou alguns) direcionadas a outros? Que ações seriam essas? Quais são os seus propósitos? Consideramos um fazer enroscado pelas preposições “sobre”, “com”, “para”?

Certo é que na intervenção há uma questão com o “meio” sobre a qual podemos analisar determinados aspectos que elucidam pontos de movimentos num processo analítico pretensamente transformador das relações sociais. O “meio” pode ser entendido como aquilo que se encontra entre o “começo” e o “fim”, aquilo que está em curso, o processo em movimento. O “meio” é ponto de contato, sem muitas vezes saber qual foi o começo nem qual será o fim. A intervenção entra aí, num ponto qualquer em acontecimento. O “meio” também pode ser entendido como lugar. Como o “meio ambiente”. Mais uma vez se percebe uma denotação onde a intervenção se processa: há um lugar, um certo espaço ambientado, para ação se fazer. É no “meio” que se intervém: “entre” e “ambiente”.

Talvez carente de articulação, como a minha cabeça em tempos de doutorado solitário na pandemia é capaz de funcionar, trago, na sequência, alguns pontos a respeito da intervenção como algo que acontece e se faz pelo meio. São algumas entradas, talvez pelo meio, de como compreender e operar essa perspectiva, redundantemente dizendo, de “entrar no meio”.

I. seguir pelo meio para seguir pelo meio

A busca por definições, classificações, ordenamentos, origens e finalidades é, quase sempre, orientada pela perspectiva da existência de uma verdade que, se for bem descrita e delineada, trará respostas apaziguadoras para os problemas, pois conduzirá à boa forma de um produto. Trata-se de um tipo de operação que limita a observação, a análise e a produção a um objeto final, a uma representação totalizadora. É uma abordagem que se orienta pelo instituído, que busca eliminar ou esconder as tensões presentes nos acontecimentos e na atualização das práticas que desencadeiam a produção das formas mais visíveis.

Paul Veyne (62), em diálogo com Gilles Deleuze e Michel Foucault, reforça como o processo histórico abre mais caminhos analíticos à medida em que adota a prática de “tomar pelo meio”. Deixa, assim, o encantamento pelos supostos objetos finais para compreender

as coisas, os objetos e os acontecimentos como produzidos pela prática em suas contingências.

Veyne (62) explica os equívocos produzidos pela noção de objeto natural, como alvo ideal da análise dos eventos históricos:

Pois, “os governados”, isso não é nem um, nem múltiplo, assim como não o é “a repressão” (ou “suas diversas formas”) ou “o Estado” (ou “suas formas na história”), pela simples razão de que não existe; existem, unicamente, múltiplas objetivações (“população”, “fauna”, “sujeitos de direito”), correlacionados e práticas heterogêneas. Existe um grande número de objetivações, e isso é tudo: a relação dessa multiplicidade de práticas com uma unidade só se coloca se se tenta atribuir-lhe uma unidade que não existe; um relógio de ouro, um pedaço de casca de limão e um texugo são, igualmente, uma multiplicidade e não parecem sofrer por não terem em comum nem origem, nem objeto, nem princípio. Só a ilusão de objeto natural cria a vaga impressão de uma unidade; quando a visão se torna embaciada, tudo parece assemelhar-se; fauna, população e sujeitos de direito parecem a mesma coisa, isto é, os governados; as múltiplas práticas perdem-se de vista: são a parte imersa do iceberg. Não há, bem entendido, inconsciente, recalque, artifício ideológico nem política de avestruz no caso; há, somente, a eterna ilusão teleológica, a idéia do bem: tudo o que fazemos seria tentativa de atingir um alvo ideal. (p.256-7)

Acrescenta na sequência: “(...) a tese central de Foucault, e a mais original: o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito.” (p.258)

Essa formulação ressalta a importância do meio, do processo em curso, do que ocorre na prática. Veyne (62) enfatiza: “Substituamos, pois, essa filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação e encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso.” (p.259)

Mais adiante, Veyne acrescenta que uma coisa só existe em relação, reforçando o seu argumento de tomar as análises pelo meio, pelas práticas. Isso operacionaliza um modo de pensar desnaturalizador e faz a localização socio-histórica. Afirma, por exemplo, que: “A loucura não existe: só existe sua relação com o resto do mundo” (p.276). Quer dizer que se deve considerar como as coisas se conectam com as outras nas singularidades, interagindo num determinado tempo-espaco.

Se Paul Veyne ressalta a importância da abordagem pelo “meio” de um ponto de vista mais histórico ou de um de historiador, podemos encontrar em Gabriel Tarde diversas construções mais filosóficas, sociológicas e psicológicas que reforçam algo sobre essa força das ações pelo meio, por algo que se dá num plano de imanência, produzindo diferenças, criações.

O sociólogo francês do século XIX, se notabilizou por criar uma sociologia com atenção muito especial à subjetividade, às criações e aos processos micropolíticos, num contraponto sobretudo ao modo mais positivista e atento às grandes representações coletivas e normas sociais da sociologia elaborada por Émile Durkheim. Assim, Tarde é um autor que, segundo Themudo (63), desconfia dos grandes acontecimentos ruidosos e entende que as grandes transformações sociais decorrem de pequenos e, muitas vezes, imperceptíveis formigamentos nas franjas das relações sociais.

Segundo Vargas (64), isso não deve ser entendido vulgarmente pela lente de uma simplória distinção entre sociedade e indivíduo, mas pelas minúsculas diferenças inerentes a qualquer ente:

Para ele [Gabriel Tarde], nem a sociedade é uma ordem mais alta e complexa, nem os indivíduos são seus elementos de base: indivíduos e sociedades, como células e átomos, são todos compostos e, enquanto tais, imediatamente relacionais, integrações de diferenças infinitesimais. (p.33)

Nas relações sociais há uma propagação, que passa pelo processo de imitação e de invenção, que se dá pela passagem de fluxos pelos indivíduos, não afunilada numa transmissão de um indivíduo isolado sobre o outro. Imerso em um fluxo que não se esgota nem se identificam nele, o indivíduo acelera, propaga, impulsiona e/ou transforma as forças que interpenetram as relações sociais. É, inclusive, pela imitação, que os indivíduos se aproximam e estabelecem relações.

Themudo (63) sintetiza que:

A imitação dá consistência, institucionaliza os símbolos e ritos sociais, cria uma memória, enquanto a invenção é a potência renovadora (impessoal), espírito errante, nômade, que vem abrir uma nova variação no enredo da vida social e desejante. (p.24)

A imitação não é uma reprodução exata do que já se fez, mas algo que tem a presença do processo histórico e é acompanhada da necessidade de diferenciação inerente ao contexto, aos problemas que surgem e dos veios diferenciais de cada ser.

A invenção é construída numa processualidade molecular, que, em geral, parte do anonimato de pequenas criações, que são propagadas sorrateiramente até produzir uma mudança radical nas maneiras de viver e pensar. Sem perder de vista que é a heterogeneidade, não a homogeneidade, que habita o interior de cada ser. É pela diferenciação que a existência é preservada. Segundo Tarde (citado por 64), a diferença como ponto de partida, significa que a diferença sempre vai diferindo de modo infinito, mas isso não quer dizer que a diferença vai aumentar ou diminuir com o passar da existência.

Entrar pelo meio é justamente ter contato com as pequenas invenções, muitas vezes, menosprezadas e exibi-las pode ser um modo de participar mais ativamente nesse processo em curso. As variações vão aparecer, pois há uma heterogeneidade radical em cada ser que se efetua nas relações com os outros. A singularidade se impõe e cria uma potência de diferenciação, o que faz movimentar os processos de criação. As ações micropolíticas, as expressões de minorias, as pequenas excepcionalidades no cotidiano forçam a atualização da diferenciação pelo meio e são carregados de potência de virtualidade, que perturbam a estabilidade das zonas estacionárias.

Afirma Themudo (63):

O social é regido por uma boa dose de regularidade, jamais natural e sempre ligada ao funcionamento concreto de instrumentos de poder (ação das mônodas dominantes), e por uma boa dose de intempestivo, de acaso, de indeterminação, de anarquismo, produzida pela potência diferenciante e diferenciada do desejo. (p.84-5)

Assim, Tarde escapa do foco nas zonas estacionárias para voltar-se às flutuações. O interesse está no processo, no que está acontecendo e está em devir. Não se trata de buscar o estado de representação que irá se transformar, mas a tendência de agitação e propagação. Até mesmo um estudo estatístico, segundo Tarde (citado por 63), não deve servir para a confirmação de uma regra, mas para a confirmação ou repulsão de um novo agenciamento desejante. Isto é, quais são os processos em curso, as tendências. Assim, procura construir uma sociologia pela cartografia das intensidades, não pela análise das representações. Uma sociologia dos afetos, das composições desejantes.

II. no meio de significados e sentidos de intervenção

Intervenção, palavra forte, associada a ações autoritárias, verticais e violentas. Tal sentido é reforçado, no contexto brasileiro, seja por seu uso na ditadura civil-militar instaurada nos anos 1960, seja pela palavra de ordem recuperada por grupos reacionários dos anos 2010 e 2020: “Intervenção Militar Já”. Esse é um uso possível para intervenção, é inegável e não seria o caso de tentar desqualificá-lo. É mais interessante, pelo contrário, levar isso em consideração quando se utiliza “intervenção” como numa de uma proposta de trabalho, pois a confusão pode ser geral: gente reacionária-fascista animada com uma possível imposição autoritária ou gente até mais progressista-crítica defendida pelas resistências. De um modo ou outro, essa confusão, que não é inevitável, pode proporcionar que se discuta a polissemia da palavra e inaugurar um modo desnaturalizado de pensar e agir.

Mas a palavra intervenção está longe de estar limitada a esse sentido autoritário e violento. Muito pelo contrário, existe a possibilidade de adotá-la em outros sentidos.

Segundo o dicionário de português Michaelis,⁵⁰ intervenção é uma palavra de origem latina (*interventio*) que significa “tomar parte em uma discussão, emitindo opiniões ou contribuindo com ideias”, como ação direta do Estado para regulação das coisas ou apuração de irregularidades.

O dicionário de francês Larousse⁵¹ também aponta essa origem latina e de um modo mais geral define que intervenção diz respeito à ação, ao papel ou ao efeito de qualquer coisa em um processo. A partir daí, apresenta a ideia de intervenção na agricultura (regulação da estocagem e dos preços do que é produzido), intervenção na arte contemporânea (ações artísticas realizadas em espaços públicos) e intervenção do ponto vista do direito (mediação de um terceiro em situações de pendência entre duas partes ou uma operação feita por meio da força do aparato estatal).

O substantivo transformado em verbo, traz algumas possibilidades interessantes para explorar o sentido dessa ação. Etimologicamente, “intervir” (português) ou “*intervenir*” (francês) vêm do latim “*intervenire*”. Ou seja, trata-se da conexão do verbo “vir” (deslocar/movimentar, chegar/entrar) com o prefixo “inter” que significa “entre”, “no espaço de”, “aquilo que une duas ou mais partes”, “dentro de”, “no meio de”.

Ao buscar as definições desse verbo, é possível encontrar certos aprofundamentos ou acréscimos. No Larousse,⁵² são apresentadas oito definições. A primeira é certamente a mais interessante, diz do sentido de “produzir-se, ter lugar, acontecer”, que é complementada pela segunda “entrar em jogo”. Por aí, nota-se algo de uma ação produzida ao interagir com o meio em que se encontra. Reforçada pela definição de uma ação que se mistura no meio e influencia algo em curso. As demais definições retomam características já mencionadas nas definições do substantivo. Dentre as definições do Michaelis,⁵³ chama atenção a do “acontecer inesperado”, o que reforça essa dimensão de produção de algo novo que se faz presente nessa palavra.

Ao seguir essa depuração das palavras derivadas, chega-se a duas possibilidades de adjetivo na língua portuguesa: interventor e interveniente. Aqui, localiza-se uma marca

⁵⁰ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/interven%C3%A7%C3%A3o/>. Acesso em 07out21.

⁵¹ Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/intervention/43886>. Acesso em 04out21.

⁵² Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/intervenir/43885>. Acesso em 04out21.

⁵³ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/intervir/>. Acesso em 07out21.

importante de distinção. Pelas definições do Michaelis, ambos indicam que se trata de algo que opera como mediador entre as partes, mas “interventor” indica uma entrada do Estado, enquanto “interveniente” não marca essa presença.⁵⁴ Assim, é possível considerar que interventor indica uma forte autoridade reconhecida publicamente, inclusive pelo Estado, e reafirma essa autoridade na ação, enquanto o interveniente é um terceiro que faz uma entrada entre as partes, mas sem esse mesmo peso institucional.

Nessa mesma direção, Brito (30) explica o motivo da preferência por interveniente na análise institucional:

No México, desde as primeiras traduções de textos de análise institucional, preferiu-se o termo *interveniente* ao invés de *interventor*. Este último tem uma conotação de fiscalização e vigilância, muito distante da abordagem socioanalítica dada ao termo em francês *intervenant*. Interveniente se refere à pessoa que intervém, é um adjetivo. Neste caso, o adjetivo é substantivado: já não é a pessoa ou especialista *interveniente*, senão diretamente o *interveniente*. (p.16, tradução minha, grifos do autor)

Lourau (14) considera uma definição de dicionário de que “intervir é ‘tornar-se parte em uma contestação que já estava pendente entre outras pessoas’ para ressaltar que sempre o interveniente – seja sociólogo, psicossociólogo, socioanalista ou conselho perito – intervém numa situação de conflito e como necessariamente tomar uma parte será “percebido ao mesmo tempo como médico e desmancha prazeres” (p.295). Em outras palavras, Lourau considera que intervir é adentrar num terreno de tensões e ambiguidades, não o exercício de um poder externo e sobreposto, mais sutil ou mais violento, investido de garantia de plena aceitação e apaziguamento.

Em um texto dedicado à intervenção, Ardoino (65) ressalta a ambiguidade e a imprecisão do uso dessa palavra nas práticas sociais. Para o autor, há uma equivocidade já a partir da etimologia. Retoma, algo descrito anteriormente, do sentido mais geral de “interpor-se”, que pode ser tomado como mediação, intercessão, ajuda, apoio, cooperação; mas, em outros contextos, pode significar intromissão, ingerência e intrusão de modo violento, de maneira mais corretiva ou até reguladora, tendo em vista o restabelecimento de uma ordem. L’Abbate (19) ressalta, tal como já citado, que esse entendimento de intervenção é particularmente forte no Brasil devido à associação feita com a intervenção militar no golpe que instaurou a ditadura civil-militar em 1964. Penso, entretanto, que o “restabelecimento de uma ordem” merece um destaque, pois é uma intencionalidade a ser criticamente analisada durante os processos de intervenção, pois ela também pode estar entranhada nas ações mais

⁵⁴ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/interventor/> e <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/interveniente/>. Acesso em 07out21.

sutis de mediação e apoio, sem a mesma explicitude, mas com a mesma força de barrar o processo de criação. O próprio Ardoino contribui com essa discussão na sequência do seu texto.

Ao seguir sua apresentação, Ardoino (65) aborda a intervenção em diversos contextos. No direito civil, por exemplo, intervenção tem o sentido de um terceiro que toma parte, pressupondo a preexistência de um Estado. Nas práticas psicológicas, a intervenção aparece para descrever o encontro entre o profissional e o cliente ou a coletividade, com um aspecto de procedimento clínico, distinguindo-o das práticas encerradas na aplicação de exames ou testes. Com Kurt Lewin e suas formulações para a pesquisa-ação, reforça-se a importância de desenvolvimento de fundamentos teóricos para assegurar a técnica da intervenção. Nessa sequência, Ardoino faz uma distinção entre algumas intervenções psicossociológicas que visam uma “reabilitação dos organismos sociais”, preservando uma perspectiva mais reformista, e intervenções, tal como a socioanalítica, que tomam a “desordem” como uma contestação das práticas sociais em curso, que convoca os sujeitos à análise política e das implicações, rompendo com a noção de neutralidade e objetividade das práticas. Rodrigues (21) e L’Abbate (19) reforçam que a intervenção para a análise institucional está orientada pela perspectiva de desestratificar os modos de pensar, ser e agir dos coletivos, ampliando os sentidos e as condições de análise para possíveis transformações sociais. Para finalizar suas observações históricas sobre a intervenção, Ardoino aponta uma diferença de orientação política entre as intervenções que são pensadas num viés retroativo, ou seja, que busca pela pureza das origens ou pelo regresso a uma ordem do passado julgada superior e, por outro lado, as intervenções que visam algo que nunca existiu, movimentando permanentes criações, pois se orientam por uma noção de inacabamento das formas sociais.

Nessa direção, Ardoino (65) complementa que a intervenção é um implemento, com métodos e técnicas, mas estes são necessariamente produtos de ideologias subjacentes.

De modo complementar ao exposto até aqui, pode-se pensar em intervenção associada à noção de transitoriedade, operada sempre pelo meio, sem a necessidade de forjar nem um começo nem um fim. É justamente quando há um dimensionamento muito inflado dessas supostas pontas temporais (começo e fim) é que a intervenção perde seu potencial mais criador de realidades imediatas e se embrutece em idealizações de formas já conhecidas ou instituídas.

Também não devemos desprezar que há momentos em que a intervenção está associada às ações fortes de resistência contra incidências de poder dominante. O processo de criação pelo meio, muitas vezes, demanda uma atenção às diferentes incidências fascistas

sobre as práticas sociais, que canalizam as forças de produção a favor de homogeneizações, normalizações, naturalizações e conduzem ao rebaixamento das forças instituintes. No enfrentamento das práticas fascistas, a ideia de intervenção de modo mais firme e contundente emerge como necessária no campo da AI. Esse é um combate a ser feito com mais rigor, a considerar o quanto é basilar o posicionamento ético-político quando se intervém.

III. meios para combater o “Estado em nós”

A análise institucional é parte de uma vertente das ciências sociais que propõe uma produção de conhecimentos numa ligação direta com os sujeitos e o meio social. Segundo Hess (66), todo sociólogo sonha que o seu trabalho produza um efeito social, mas apenas algumas escolas ou correntes da sociologia investem na intervenção, em uma produção de teoria diretamente no campo, conhecendo a realidade social pelas tentativas de transformá-la. Em outras palavras, se metem no meio do processo estudado. Essas escolas ocupam um lugar de marginalidade dentro das ciências sociais, de tal modo que Lourau (28) diz que, em torno da socioanálise, se reúnem os “contrassociólogos”. Por vezes, é utilizada a ideia de contrassociologia associada à análise institucional ao destacar os seus aspectos de análise de implicação (não neutralidade), do “transformar para conhecer” (extrair o conhecimento da prática), de trabalhar com coletividades em crise (em geral as crises aparecem na periferia do sistema) e potencializar os instituintes que produzem novos movimentos (permanente crítica às bases institucionais da construção do pensamento e das práticas).

Hess (66), ao descrever as origens da sociologia de intervenção, explica que entre o final do século XVIII e o começo do século XIX, com o desenvolvimento da urbanização na Europa, nascem as classes sociais “perigosas”, com maior concentração da população empobrecida aproximando-se geográfica e culturalmente das classes abastadas. O Estado passa a acionar a sociologia, seja para produção de estatísticas seja para intervenções sociais. As igrejas e organizações filantrópicas também fazem esse tipo de encomenda, segundo Hess, e acabam se aliando em grande medida à função controladora do Estado.

Esse costuma ser um meio policialesco de entrar em contato com as pessoas, marcada pela busca de informações e desenvolvimento de mecanismos para adaptação e conformação social, ou seja, seria tipicamente uma análise e uma intervenção do Estado sobre as pessoas. Uma intervenção como recurso de mediação, que cria colchão nas tensões sociais, para preservação das formas estáveis e estatais. No prefácio dessa obra, Lourau (67)

defende, entretanto, que a sociologia de intervenção pode ser um modo de “socializar a sociologia”, pois sem buscar a adaptação dos conhecimentos do centro de poder sobre a periferia nem a aplicação de “remédios prescritos pelo Estado-médico”, a sociologia de intervenção faz a análise social se tornar uma “doença contagiosa, virulenta” a desestabilizar as formas e as forças do arranjo social vigente.

Lourau (61) analisa o quanto o Estado adentra nas relações sociais e no pensamento dos sujeitos tão intensamente de modo a estabelecer uma dimensão a-histórica e única para a vida social. Isto evidencia a necessidade de sempre considerá-lo como parte da análise institucional, pois, mesmo escamoteadamente, ele determina de algum modo as práticas sociais. Uma intervenção socioanalítica, portanto, amplia a sua potencialidade ao adotar arranjos para colocar o Estado diretamente em questão, pela produção de ambientes de autogestão, realização de assembleias gerais ou alargamento do campo de intervenção. Este são alguns meios para criar fissuras no “Estado em nós”.

Além disso, Lourau (61) alerta, apoiado pelo princípio de equivalência marxista, que a institucionalização ruma para uma forma estatal, pois o Estado ocupa o lugar de “legitimador das instituições”. De tal modo que a sustentação, a longo prazo, de determinadas práticas sociais estabelece amarras sociais, e, por isso, a análise institucional se interessa por criar práticas de dissolução das formas, que inclusive retomam as profecias iniciais das instituições e produzem analisadores, ativando as potências que nunca são plenamente soterradas.

Por essas razões, é importante analisar as seduções e os riscos de uma prática analítica se transformar em uma intervenção de “agente de estado”. O praticante de análise institucional necessariamente opera numa zona de tensão, em que se serve das suas implicações, inclusive com o Estado, para movimentar o processo analítico em uma determinada coletividade.

Hess (32) reforça esse ponto de análise para aqueles que intervêm nas práticas sociais para que não se tornem policiais de Estado. Afirma:

Acerca de um terceiro que entra no meio de uma contestação, diz-se que intervém. Para arbitrar? A função de um sociólogo ou do pedagogo não é, entretanto, a de um juiz ou a de um professor de código social. Para apoiar, com todo o seu saber e todo o seu poder, uma das partes em causa? O psicólogo, o terapeuta etc. não são exatamente policiais. Então...? O que Lourau propõe em *A análise institucional* é um método de intervenção em situação que consiste em analisar as relações que as múltiplas partes presentes no jogo social mantêm com o sistema manifesto e oculto das instituições. Outra originalidade do método reside no fato de o analista não mais se situar no exterior dos grupos, coletividades ou organizações que lhe demandam a intervenção, mas como alguém implicado na rede de instituições que lhe dá a palavra. (p.23)

O praticante da análise institucional é realmente parte do conjunto das instituições, inclusive das normas de Estado, e só consegue intervir a partir desse lugar. Está no meio, não é neutro nem externo. Ao analisar por dentro as suas implicações, o analista institucional quebra a cadeia de respostas às demandas sociais e cria uma grande provocação em meio a coletividade.

O próprio referencial da AI, deste modo, precisa colocar as suas construções teóricas e seus modos de operação em análise. Os movimentos de dentro e fora nas construções teórico-práticas da análise institucional provocam rachaduras na sua institucionalização, mantendo-a mais porosa aos acontecimentos e menos instrumentalizável pelo Estado. Seria completamente estranho um referencial que promove esse tipo de crítica à institucionalização ter uma “cartilha de boas práticas” para um analista institucional. Mesmo que, ao longo das suas práticas de intervenção, princípios e recursos analíticos tenham sido elaborados para orientar a prática dos analistas, isso não pode se tornar um mero manual de passo-a-passo.

IV. em meio às práticas da socioanálise e suas derivações

Remi Hess começa o seu livro “Sociologia de Intervenção” (66) de um modo interessante: pelo meio, pela vivacidade da sua experiência de intervenção. Ele conta que preparava um livro sobre a sociologia de intervenção por meio de obras e relatórios de intervenções escritos por outros autores, quando recebeu a encomenda de uma intervenção. Ao conciliar os dois trabalhos, Hess resolve iniciar por essa experiência de intervenção para depois tratar da gênese da sociologia das intervenções e, por fim, apresentar as teorias e práticas da intervenção sociológica. Entretanto, cabe uma observação da minha frustração com o fato de que ele conta apenas o “começo do meio”, sem falar do “meio do meio”, sem trazer as operações realizadas após o contrato. O autor justifica que não o fez porque isso iria requerer pelo menos dois volumes. Uma pena a implicação editorial ter se sobreposto à implicação com a transmissão do conhecimento.

De qualquer modo, Hess (66) conta como foi a análise de uma encomenda feita por uma multinacional de investimentos não rentáveis em cooperativas de produção agrícola e industrial em regiões da periferia do sistema capitalista, tal como países da Ásia e da América Latina. Nessa análise, o autor informa os detalhes de como foi construída a entrada nesta intervenção, desde a avaliação de tomar ou não partido do cliente diante das críticas, a força da equipe de intervenientes para enfrentar as demandas dos clientes e o levantamento das diversas dimensões envolvidas (psicológica, médica, linguística, contábil, jurídica, pedagógica

etc.) até a formulação de contrato de intervenção e pesquisa, montagem da equipe de intervenção e, inclusive, sobre qual seria o momento socioanalítico neste trabalho.

Hess compartilha que as dúvidas emergiram logo no início da intervenção: 1) Propor uma socioanálise durante a assembleia geral que já acontecia ou propor uma assembleia geral para socioanálise? 2) Os clientes teriam disposição imediata para uma socioanálise em meio a tantos ataques que eles vinham sofrendo da imprensa? 3) Os analistas tinham força suficiente para uma socioanálise? 4) Qual era a dimensão de aliança e convivência dos analistas com relação aos participantes frente aos seus inimigos e críticos? 5) Qual é o objetivo da intervenção?

Face a essas questões e outras análises, Hess (66) conclui que em um trabalho de intervenção sociológica comporta fases de diagnóstico, inquéritos e observação (interveniente numa posição mais passiva) e momentos coletivos de intensidade analítica junto aos participantes (interveniente adota uma posição mais ativa). Deixa, entretanto, claro que essas fases clínicas (diagnóstico, inquérito e observação) não cessam com o início do trabalho de intervenção mais direta, mas seguem presentes nos momentos mais intensos. Por esses caminhos, Hess descreve um trabalho de intervenção feito a longo prazo, dentro do qual se busca e/ou se constrói oportunidades e condições para os momentos analíticos. No caso da socioanálise, para que ela se realize é preciso reunir os membros do grupo *staff*, os membros do grupo cliente e todas as pessoas que tenham qualquer coisa a ver com o grupo social em análise em um trabalho de análise das relações de poder, que permeiam inclusive a relação com o grupo *staff*. Isso marca algo muito importante: a socioanálise não é tratada como resposta totalizadora. Há diversas outras necessidades de intervenção para que, inclusive, o momento analítico possa se realizar e produzir efeitos. A socioanálise está no meio desse conjunto de ações e estratégias.

Nota-se, por essa breve e esquemática apresentação de um início de intervenção, o quão complexa é essa atividade. Tal complexidade respinga na escrita e transmissão dessas experiências.

Lourau (1) comenta, por exemplo, que o método de intervenção socioanalítica não fica muito visível, devido à falta de difusão de monografias ou sínteses dessas práticas. Isso é um problema a ser discutido no âmbito da AI, pois, segundo Hess (32), as intervenções ao colocarem em ação todas as construções teóricas e as perspectivas políticas provocam indagações fundamentais à AI. A falta de difusão dessas práticas atrapalha o processo de transformação do próprio referencial. No entanto, para explicar-complicar o modo como a intervenção integra a análise institucional e a faz agir, Lourau (1) utiliza uma metáfora:

Na AI, a intervenção faz parte do paradigma dos três “i” – que, como os Três Mosqueteiros, são quatro. A série, que nada tem de ordinal, declina: instituição, institucionalização, implicação, intervenção. A justo título, o quarto “i” poderia tomar emprestado a Alexandre Dumas a espada, o grande chapéu de plumas e o ardor imaginativo gascão d’Artagnan. Empalidecendo diante da bagunça do bando dos quatro, os outros três “i”, talvez por um efeito de contraste, se revestem do ar terno das noções um pouco abstrusas demais. (p.224)

Ao seu modo, Lourau (1) afirma que a intervenção é o momento de enfrentar a desorganização que se apresenta na prática da AI, valendo-se de ferramentas práticas, conhecimentos e imaginação para criar.

Em texto de 1977, Lourau (68) afirma que: “O objetivo da análise institucional em situação de intervenção é *validar* o conceito de analisador. Esta proposição dá imediatamente a impressão de ter uma finalidade experimentalista” (p.78-9). Nesse ponto, é evidenciado como a análise institucional está conectada com a ideia geral de que o efeito de intervenção se dá na experimentação, de colocar algo em prática junto ao grupo e estimulá-lo a fazer experiências, a partir da análise provocada de modo imediato pelo contato com o analisador, sem a intermediação de interpretações, narrativas e elucubrações eruditas. Tais ações experimentais estão relacionadas a algum movimento contrário à reprodução de relações de alienação, domínio e violência, naturalizadas pela frequente e/ou histórica repetição.

Mais tarde, de posse de novas elaborações e tendo participado de diversas intervenções, Monceau (69), seguramente de um modo bem mais objetivo, afirma que a intervenção socioanalítica:

[...] consiste em uma análise coletiva efetuada pelos membros de uma unidade social sob a condução de analistas institucionais (“socioanalistas”). O que é analisado, partindo da análise das dificuldades encontradas pelos membros da unidade em questão na realização de suas missões ou suas funções, é a dinâmica institucional da unidade social e suas evoluções. (p.103, tradução minha)

Fato é que as intervenções sempre estiveram presentes nas formulações teórico-metodológicas da AI. Rodrigues (70), ao apresentar a terceira edição de “A Análise Institucional”, recorda que a tese de doutorado que originou esse livro continha três intervenções realizadas por René Lourau entre 1967 e 1968. Tais intervenções foram publicadas posteriormente em *Les analyseurs de l’église: analyse institutionnelle en milieu Chrétien* (1972) e reeditadas, com uma nova introdução, em *Interventions Socianalytiques: les analyseurs de l’église* (1996). Além dessas publicações, encontram-se relatos de Lourau em situação de intervenção no ambiente educacional em “Sociólogo em tempo inteiro”, publicado originalmente em 1976. Georges Lapassade, por sua vez, descreve em *L’Arpenteur*, de 1971, a sua experiência de intervenção na Universidade de Québec, no Canadá, em 1970,

analisando as dificuldades para compreender o pedido e o seu lugar de analista na situação. Lapassade (71) apresenta brevemente diversas intervenções, algumas misturadas com formação: na Unef (*Union nationale des étudiants de France*) em 1962 e 1963; no GTE (Grupo de técnicas educativas) dirigido por Fernand Oury e Jean Fonvieille, em 1963; a ação sociocultural e a não “ortodoxa” intervenção em 1965, em Plozevet na região da Bretanha; na paróquia estudantil em Tours, realizada com René Lourau, entre 1967 e 1968; no Québec em 1970; no Brasil entre julho e setembro de 1972, mais detalhadamente publicadas em *Les chevaux du diable*; suas intervenções na Bélgica em 1963 e 1973, depois na Itália e, em 1977, em Portugal; na Casa das Crianças em Oullins, próximo a Lyon, em 1976; no meio escolar de Nancy em 1978 e 1979.

Os anos 1970 foram de intensos convites para intervenções tanto para os fundadores da análise institucional quanto para outros analistas que trabalhavam com eles. Logo, em 1971, Lapassade e Lourau publicam “Chaves da Sociologia”, para diferenciar a intervenção socioanalítica da intervenção psicossociológica e/ou organizacional.

A intervenção socioanalítica, também denominada Socioanálise,⁵⁵ foi caracterizada por reunir seis operações: 1) análise da solicitação, que considera a encomenda oficial e as demandas ocultas que podem surgir ao longo do trabalho; 2) autogestão da intervenção pelo coletivo-cliente; 3) regra do “tudo dizer”, ou da livre expressão; 4) elucidação da transversalidade; 5) análise das implicações do pesquisador-praticante, que contempla as transferências entre o analista institucional e o cliente coletivo; 6) elucidação dos analisadores. (27, 72).

A prática da intervenção, entretanto, não seguiu um curso linear de consolidação de uma prática de manual bem reproduzida. Ao conectar-se com diferentes contextos de intervenção e produções teóricas, analíticas e terapêuticas, os praticantes da análise institucional foram provocados a experimentar e inovar. Hess (32) explica que Lourau se dedicou a elaborar um método de análise institucional (socioanálise) entre 1968 e 1980, mas sempre tratando-o como um método poroso, com aberturas para atualizações do conhecimento, contingências sociais, singularidades grupais etc. Lapassade (73) analisa que a AI, mesmo depois de dez anos de prática, não conseguiu sair de sua fase experimental,

⁵⁵ Encontra-se o uso desse termo pelo psicodramatista Jacob Moreno nos anos 1930 e pelo psicanalista Elliott Jaques a partir do final dos anos 1940 (27). Entretanto, esse termo foi extraído pelos institucionalistas das elaborações do sociólogo van Bockstaele, que tinha uma abordagem mais sociológica do que psicossociológica, sofrendo menos influência das psicologias e psicanálises (74). Lourau (14) considera que ambas as “socioanálises” compartilham da mesma intenção crítica, que acentua a relação entre a “transferência socioanalítica” e a “demanda sociológica”, mas se diferenciam nas intenções teóricas.

devido à raridade das práticas, falta de homogeneidade das situações, ausência de uma comunidade de pesquisa, introdução de novas variáveis ao método a cada intervenção, o princípio de subversão do instituído, falta de conhecimento e problematização necessários entre os analistas da nova geração.

Lourau (68), em texto publicado em 1977, analisa o quanto a análise institucional em situação de intervenção sofria de imaturidade teórica que precisaria ultrapassar os cortes e incompletudes das intervenções até então realizadas e analisadas. Segundo este autor:

Atualmente, a situação paradoxal consiste na necessidade de construir a teoria, a prática e a intervenção a partir de *cortes* de situações incompletas, de pequenos fragmentos de intervenção realizados rapidamente, com poucos especialistas práticos bem formados e com poucas ocasiões para formá-los. Entretanto, para poder intervir de forma mais profunda, mais ampla, ou seja, não somente durante quatro dias de sessões e sim durante meses e anos, seria necessário dispor dessa teoria geral, que só progredirá efetivamente quando forem reunidas condições de trabalho demorado. Nesse momento, a *pesquisa-ação* terá dado um passo decisivo. Porém não estamos nesse momento. (p.85-86, grifos do autor)

Lourau faz referência, além dessa questão do tempo de duração e da formação dos analistas, a uma diversidade maior de lugares onde a análise institucional é colocada em situação de intervenção. Indica a necessidade de alargar o campo de intervenção para explorar melhor a complexidade da sociedade em análise.

Gavarini e Savoye (75) corroboram com essa hipótese:

La teoría del socioanálisis no está construida. Digámoslo claramente: esta construcción está marcando el paso. No se avanza, o poco. Las intervenciones tienen un número limitado, duran generalmente demasiado poco para permitir progresar en la construcción teórica. (p.166)

Em determinado momento, Lapassade e Lourau adotam práticas analíticas distintas e chegam a ter divergências.

Lapassade (73), até mesmo pela crítica descrita anteriormente, entende que a produção da crise necessária para desencadear um processo analítico no coletivo (o que ele chama de “crisanálise”) é muito improvisada pelos analistas institucionais e considera ser interessante aproveitar das potentes técnicas de práticas corporais – Potencial Humano Bioenergética, por exemplo – para atacar mais diretamente as defesas instituídas nos clientes. Lapassade faz uma análise crítica de intervenções de longa duração e defende uma intervenção breve com uma técnica específica autônoma, liberta da noção de mudança progressiva de longa duração associada às práticas psicanalíticas e psicossociológicas. É enfático também ao criticar que o dispositivo da socioanálise, tal como era formulado, induz ao campo de fala, ou até mesmo, a uma verborragia, típicas das psicanálises e psicossociologias. Assim, considera que a ruptura da análise institucional com essas correntes

de pensamento passa pela introdução da bioenergia em suas práticas. Defende, então, o “encontro institucional”:

Llamo *encuentro institucional* a una intervención de corta duración en la que el “plenario cliente” es una organización social conducida a partir de las hipótesis y conceptos institucionalistas, sobre una base de autogestión y que apunta, por medio de cierta cantidad de técnicas, a poner de manifiesto a la institución en una situación de reproducción analítica. (p.218, grifos do autor)

Lapassade (73) descreve um encontro institucional em Marly-Le-Roy em uma associação composta por conselheiros conjugais católicos, com base ideológica psicanalítica, na qual se experimenta a aproximação entre a análise institucional e a bioenergética. Uma aproximação que produziu grande tensão dentro do grupo *staff*, com embates sobre o possível esvaziamento da análise pelos efeitos catárticos e de criação de sensação de harmonização do grupo a partir das práticas corporais ou sobre as práticas mais burocráticas limitadas a uma análise organizacional.

Entretanto, conclui o texto afirmando que havia chegado a hora de unificar a socioanálise e o movimento do Potencial Humano (bioenergia, gestalt-terapia, grupo de encontro etc.). Lapassade seguiu no desenvolvimento dessa aproximação da análise institucional com práticas corporais,⁵⁶ marcado pelo seu interesse, desde os anos 1970, no transe presentes nas religiões afro-brasileiras⁵⁷ e entre Gnaouas de Essaouira no Marrocos e, a partir dos anos 1990, pelo hip hop entre os jovens das periferias de Paris.⁵⁸

Brito (76) reforça que Lapassade, com a heterodoxia do “encontro institucional”, procurava recuperar aberturas analíticas nas demandas dos coletivos, para além da demanda direcionada diretamente para uma socioanálise. Paulon (77) afirma que Lapassade buscava por um “o fôlego técnico para a subversão do instituído” (p.214). Lapassade provocava a socioanálise e os socioanalistas.

Entretanto, René Lourau e outros analistas institucionais, como Antoine Savoye e Patrice Ville, são críticos às novas proposições de Lapassade. Brito (76) e Hess (66) afirmam que Lapassade se interessou e investiu em uma dimensão mais psicológica da intervenção, enquanto Lourau, em uma dimensão mais sociológica. Se Lapassade sofria as críticas por

⁵⁶ Mais sobre essa trajetória de Lapassade pode ser encontrado em Hess R. Georges Lapassade (1924-2008), nosso mestre, nosso amigo. *Mnemosine*. 2008; 4(2):243-67.

⁵⁷ cf. Lapassade G, Luz MA. *O segredo da macumba*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1973; Lapassade G. *Les chevaux du diable*. Paris: J.P. Delarge; 1974.

⁵⁸ cf. Documentário “Où passa Lapassade”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=byxD5Ygsm2o>. Acesso em 09jan24.

essas conexões com práticas com viés terapêutico, Brito (76) lembra que Lapassade entendia que Lourau se afastou da intervenção para se dedicar às pesquisas teóricas e bibliográficas.

El Hammouti (78) localiza como essa diferença produziu um modo distinto de trabalhar com as intervenções:

Outra indicação que explica essa ruptura é o fato de Lapassade ter uma relação individual com o campo de intervenção. Como animador de grupos, não tinha necessidade de trabalho coletivo. Lapassade mostra essa opção pelo trabalho solitário em um texto de 1980, intitulado *Psicosociologia a tempo inteiro*, no qual faz um balanço de seu trabalho de intervenção entre 1960 e 1980. Já Lourau, na medida em que concebe a socioanálise como uma sociologia, vai sentir necessidade de criar um grupo de intervenção que pudesse responder a pedidos de intervenção, bem como analisar e explorar o trabalho sociológico realizado nessas intervenções. (p.53, grifos do autor)

Rodrigues (74) conclui que neste momento:

Lourau insiste na acentuação do nexos entre análise institucional e questão política, através da teorização dos *efeitos e modos de ação* e da ênfase no conceito de *analizador*. Já Lapassade tenta combater os excessos verborrágicos (“*parolistes?*”) das intervenções socioanalíticas mediante uma aproximação com as teorias e técnicas corporais ligadas à bioenergética reichiana. (p.588, grifos da autora)

Rodrigues (74) analisa que as disputas vão além, pois analistas mais jovens como Jacques Ardoino, René Barbier e Olivier Corpet procuram se distanciar tanto da “família Lourau”, considerando-a como uma sustentação de ultraesquerda extremista, quanto da “família Lapassade”, que se aproxima de teorias mais conciliadoras. Para eles, tratava-se de uma “alternativa entre o herói e o canalha [...] entre o irrealismo e o bom senso” (Ardoino; Barbier; Corpet, 1978, p.118, citado por 74, p.612).

De qualquer modo, Rodrigues (74) afirma que todos socioanalistas reconheciam que o período era de institucionalização, na qual as intervenções desestabilizadoras eram repudiadas, a tal ponto dos analistas institucionais, mesmo que de diferentes maneiras, colocarem o conceito de implicação como um elemento central, como uma dobra sobre si mesmos.

Em meio a tudo isso, as ideias e as práticas da análise institucional aportam no Brasil logo nos anos 1970, em plena ditadura civil-militar, com uma singular mistura com o referencial de grupo operativo de Pichon-Rivière e uma busca por atuações críticas às vertentes hegemônicas que operavam com a perspectiva da adaptação e/ou do intimismo. Nesse casamento de heterogêneos, o campo de intervenção se deu em grupos, sobretudo em estabelecimentos ou organizações da educação, saúde mental e prática comunitária; e o

campo de análise foi institucional, na medida em que se manteve atento a questionar qualquer tipo de suposta natureza, unidade ou totalidade nas práticas sociais. (79)

Outra entrada da análise institucional no Brasil foi junto ao psicodrama. Por meio das práticas grupais e intervenções coletivas no período da ditadura, o psicodrama produziu movimentações no campo psi, mas também em alguns movimentos e agitações político-sociais. Nesse período, há, pelo menos, duas aproximações de Georges Lapassade com o psicodrama em nosso país. A primeira foi durante o V Congresso Internacional de Psicodrama realizado em São Paulo/SP em 1970, quando Lapassade, segundo Fonseca (1996) citado por Cepeda e Martin (80), fazia microcomícios contra o congresso e desorganizava algumas atividades, defendendo sua atuação como um sendo um “caos organizativo”. Dorna et al (81) acrescentam que Lapassade, sem ter recebido um espaço oficial nesse congresso, pediu à Jacques Ardoino para usar alguns minutos iniciais do seu ateliê, que acabaram se prolongando por seis horas, das 21h às 3h. Em outra vinda ao Brasil, segundo Dorna et al (81), Lapassade também teve participações em eventos de psicodrama durante a sua visita ao Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais em 1972. Esta segunda visita ou esse “encontro intempestivo”, foi registrado, analisado e deixou seus rastros em algumas publicações: Rodrigues (82),⁵⁹ Cunha et al (83), Garcia et al. (84), Lapassade e Luz (85) e Lapassade (86).

Tanto as vindas de Lapassade como as de René Lourau ao Brasil fomentaram a análise institucional por aqui. L'Abbate (10) destaca as vindas de Lourau em 1982, ao participar o Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições no Rio de Janeiro, e em 1993, quando ministrou o curso “Análise Institucional e Práticas de Pesquisa” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Acrescenta que Lourau visitou o Brasil outras vezes e inclui a relevância das vindas de Félix Guattari nesse processo de difusão das ideias do institucionalismo. Por outro lado, ressalta a importância da ida de brasileiros para estudar com socioanalistas franceses como mais um reforço nesse processo. L'Abbate, inclusive, esteve na França entre 1999 e 2001, onde estudou com René Lourau e Antoine Savoye, e, quando retornou ao Brasil, inaugurou a articulação da análise institucional com a saúde coletiva.⁶⁰

⁵⁹ Esse texto foi republicado em livro mais recentemente lançado por Heliana Conde (87).

⁶⁰ No seu retorno ao Brasil, Solange L'Abbate passou a oferecer uma disciplina eletiva de análise institucional na pós-graduação em saúde coletiva na FCM/Unicamp, orientar pesquisas de pós-graduandos utilizando esse referencial e liderar o Diretório de Pesquisa do CNPq Análise Institucional e Saúde Coletiva. Integrou a equipe que desenvolveu uma intervenção institucionalista na secretaria de saúde de Campinas/SP (cf. Moura AH, Vasconcelos CM, Pasche DF, Barros RDB, Onocko-Campos R, L'Abbate S. Análise do trabalho institucional junto às equipes dos distritos

Cabe incluir, nesse processo, as contribuições do psiquiatra e psicanalista/esquizoanalista argentino Gregório Barenblitt, que se mudou para o Brasil por sofrer perseguição política em seu país durante o período da ditadura. Desde o final dos anos 1970, ele participou ativamente da realização de cursos e eventos sobre a análise institucional pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI) e depois pelo Instituto Félix Guattari/Fundação Gregório Barenblitt (IFG/FGB). Além disso, publicou livros sobre a análise institucional que tiveram amplo alcance, tais como “O inconsciente institucional” em 1984 (88) e o “Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática” em 1992 (40). Neste último, Barenblitt fornece, inclusive, um roteiro para uma intervenção institucional padrão, embora faça questão de ressaltar que os procedimentos adotados devem sempre considerar as singularidades de cada situação. É enfático ao afirmar que a intervenção institucionalista é demasiadamente ampla, heterogênea e complexa a tal ponto que “cada intervenção tem de ser singular, tem de ter uma característica de originalidade, de irrepetibilidade” (p.104). Assim, os passos apresentados para a realização de uma “intervenção institucional padrão” são aqueles a serem dados em sequência em “condições ideais”, o que Barenblitt mesmo reconhece nunca existir. Certo dessas ressalvas e das inúmeras variações, o autor elenca os seguintes passos: 1) Análise da produção da demanda; 2) Análise do encaminhamento, ou melhor, os passos intermediários da articulação entre oferta e demanda; 3) Análise da gestão parcial da demanda, isto é, analisar qual seguimento (direção, proprietários, setor financeiro, setor administrativo, setores de bases etc.) da organização faz a demanda por intervenção; 4) Análise do encargo, o que seria um lado encoberto da demanda, marcado por má-fé, desconhecimento e/ou recalque; 5) Diagnóstico parcial que permite elaborar uma política, uma estratégia, as táticas e técnicas para o começo da intervenção; 6) Autogestão do contrato de intervenção; 7) Execução da intervenção tal como planejada, acompanhada por avaliações periódicas; 8) Prognóstico no final da intervenção que pode ou não ser comunicado ao coletivo, que pode implantar um espaço de autoanálise, que pode criar um espaço para acompanhamento dos analistas; 9) Organização e discussão do conhecimento produzido na intervenção, o que pode levar a teorização ou publicação.

Sobre as práticas da análise institucional no Brasil, destacam-se duas coletâneas publicadas durante os anos 1980 e 1990: “Análise Institucional no Brasil” (89) e “Grupos e Instituições em Análise” (90). Na primeira coletânea, é explicitada, nos textos iniciais, a

sanitários e Hospital Mario Gatti de Campinas. In: Campos GWS, organizador. Saúde Paidéia. São Paulo, Hucitec; 2003. p.167-85.)

intenção de contribuir para a formulação de uma corrente brasileira da AI, a considerar a relevância da influência de Paulo Freire e a pedagogia do oprimido, os movimentos de resistência frente à ditadura civil-militar, os trabalhos nas comunidades de base e as experiências de exílio na América Latina. Há, a partir disso, uma análise das práticas da análise institucional em diferentes situações (“favela, hospício, escola, Funabem”), com “caixas de ferramentas” diversificadas e fabricadas no ato da intervenção. Desta forma, os textos, que foram frutos da prática dos autores, não produziram uma totalidade, mas uma composição de possibilidades de praticar a análise institucional. Observa-se que alguns textos caminham mais para um diálogo com outros referenciais, tais como a Psico-Higiene de José Bleger, o Grupo Operativo de Enrique Pichon-Rivière e/ou a Psicanálise, enquanto outros textos destacam as diferenças entre esses referenciais e a análise institucional. Em “Grupos e Instituições em análise” é declarado que não há uma busca por unidade ou totalidade, pois, como dizem as organizadoras, o livro tem a pretensão de abrir possibilidades de existência e instrumentos de luta, e não de constituir um manual de práticas em análise institucional. Os dois textos iniciais marcam a diferença entre a análise institucional e a psicanálise por meio de analisadores-pessoas, mediante um exercício de análise de implicação, pois muitos analistas institucionais brasileiros haviam tido um percurso na psicanálise. A crítica à psicanálise está relacionada, sobretudo, à cumplicidade com o autoritarismo e a violência durante a ditadura, o que produzia uma redução da prática clínica às dimensões individualizantes em prejuízo de toda a trama social e política presente na vida das pessoas, produzindo alienação, ocultamentos e silenciamentos de muitas dimensões analíticas. A coletânea contém apresentações detalhadas de práticas de intervenção socioanalíticas, incluindo “acertos e erros” e interrogações ao próprio referencial. Por essas razões, as duas coletâneas reúnem material inspirador para os praticantes de análise institucional.⁶¹

A análise institucional se multiplicou pelo país e, neste mesmo período – mais precisamente em 1986 –, foi criado o Instituto Pichon- Rivière em Porto Alegre/RS, pertencente às psicólogas Branca Regina Chedid e Nelma Campos Aragon, que se dedica ao desenvolvimento do trabalho com grupos e instituições. Nesse sentido, dentre as suas

⁶¹ Já no momento de finalização da escrita da tese, foi publicado o livro “No rastro dos ‘cavalos do diabo’” de Heliana de Barros Conde Rodrigues (87). Trata-se da tese de doutorado da autora. Se na sua dissertação de mestrado a autora traça a história da análise institucional na França (74), nesta publicação (87), Rodrigues traz as memórias e histórias da reinvenção do paradigma institucionalista no Brasil.

atividades, este instituto desde então organiza conferências, oferece formações e realiza intervenções a partir dos referenciais institucionalistas.⁶²

Bastante influente na constituição da Psicologia Institucional, o professor de ciência e política da Universidade de São Paulo Guilhon de Albuquerque, especialmente nas suas obras *Metáforas da Desordem* (1978) e *Instituição e Poder* (1982), formula a “análise das instituições concretas”, diferenciando-se das proposições da AI forjada por Georges Lapassade e René Lourau. Para Guilhon de Albuquerque, a análise não deve se confundir com a intervenção, nem tão pouco os instrumentos de análises têm quaisquer compromissos com as modificações das relações sociais. Aliás, este autor adverte que a intervenção envolveria o analista com as “representações da prática institucional” do que está em análise, que o desvestiria do seu “lugar privilegiado de distanciamento analítico”. (91)

Enquanto, no Brasil, o referencial da AI era aquecido por tais práticas e discussões, na França, Rodrigues (92) observa um esfriamento das intervenções. O momento histórico era de um arrefecimento das lutas sociais mais transformadoras, com uma acomodação pela articulação de apoios e estruturações do funcionamento do Estado, com práticas políticas mais normativas e acríticas. Os institucionalistas, em especial René Lourau, voltam-se a uma reflexão teórico-política mais rigorosa do conceito de implicação por meio da escrita. René Lourau fortalece a importância de os analistas, pesquisadores, escritores e especialistas se analisarem em suas diferentes práticas e não se limitarem apenas à análise dos outros, de modo que, tal inclusão no processo analítico lhes permitisse entrar em contato com as normas e as posições sociais presentes nas relações que eles próprios estabelecem nas práticas de pesquisa, análise, intervenção ou escrita. Tal análise de implicação se articula aos analisadores, à encomenda, às demandas e aos dispositivos de gestão, sendo que é por meio dessa análise que se localizam as instituições presentes em uma determinada situação. Não se trata, entretanto, de uma análise psicologista, mas realizada em uma base material e compartilhada coletivamente. Rodrigues (92) afirma, nesse sentido, que houve uma “dobra sobre si” nesses anos de inverno, como os nomeia Guattari, pois, mais do que buscar explicações para a situação da análise institucional, foram investigadas as suas implicações.

No inverno entre 1999 e 2000, foi publicada a revista de análise institucional *Les Cahiers de l'implication*⁶³ n°5 dedicada à “intervenção”, com quatro seções: 1) A intervenção:

⁶² Estas informações e outras sobre este instituto estão disponíveis em <https://pichonpoa.com.br/>. Acesso em 01mai24.

⁶³ A revista surge em 1997/98 com o nome *Les Cahiers de l'implication. Revue d'analyse institutionnelle*. Em 2006, o nome é invertido para *Revue d'analyse institutionnelle. Les Cahiers de l'implication* e a numeração é reiniciada. Foram seis números com o primeiro nome e dois com o segundo. A revista estava alocada no Laboratório de Ciências da Educação da Universidade de Paris 8. Mais informações podem ser

um conceito plural; 2) Socioanálise; 3) Monografias; 4) Formação. Savoye (93) discute o possível ressurgimento das intervenções de bases socioanalíticas (não apenas da corrente da análise institucional) depois de uma temporada entre 1981 e 1996, na qual tais práticas sofreram uma lenta erosão. Para este analista institucional, não houve uma refundação dessas práticas, mas uma revivescência. Algo mais modesto, mas capaz de provocar a reflexão sobre a ideia de mudança institucional e sobre o papel do interveniente.⁶⁴ Lourau (94) e Lapassade (95) compartilham suas práticas de intervenção realizadas na segunda metade dos anos 1990, utilizando os mesmos princípios fundadores, mas agregando algumas discussões e conceitos. Ambos, por exemplo, usam a ideia de dispositivo na análise do trabalho. Lourau (94) dedica mais atenção a este conceito e lhe confere uma dimensão de fluxo indutor a ser considerado e analisado no processo analítico, alertando que essa questão-conceito vinha sendo debatida no laboratório de análise institucional do qual fazia parte. Na parte final da revista, Marcelo Carrillo (96) e René Lourau (97), numa análise interna, exibem as fraturas e as informalidades na difícil articulação entre teoria e prática de intervenção durante a formação em análise institucional, mas ressaltam, especialmente Lourau, que a análise institucional não pode ser reduzida à atividade de intervenção externa ou assessoria, pois pode ser praticada de outras maneiras, o que abre diversas possibilidades de formação. De qualquer forma, é notável, sobretudo nesse debate final, a recusa de analistas institucionais em criar ritos e passos generalizáveis tanto para uma formação em análise institucional e quanto em relação às práticas de intervenção.

Ainda sobre as intervenções, Monceau (69) pesquisou a escrita de cerca de cinquenta intervenções socioanalíticas realizadas por mais de 30 analistas institucionais franceses entre os anos 1962 e 1999, realizadas em estabelecimento de educação, saúde, serviço social, produção fabril e associações culturais e profissionais, que foram publicadas em forma de monografia.⁶⁵ Monceau ressalta que ele próprio esteve presente em algumas dessas intervenções e não adota, portanto, uma posição de “estrangeiro” na análise do material. Dentre os aspectos analisados no texto, pode-se destacar que: 1) nos anos 1980 houve uma queda no número de intervenções comparada à década anterior e à posterior; 2) embora existam diferenças até mesmo no modo de escrita, as regras descritas por Lapassade e Lourau

encontradas em <http://cahiers.implication.free.fr/index.htm> (acesso em 26jan24), onde, entretanto, faltam informações do último número, cujo título foi *Professionnalisations*.

⁶⁴ No texto original, em francês, Savoye usa a palavra “*interveniant*” para se referir ao agente que intervém. No momento da tradução, optou-se pelo uso da palavra “interveniente” ao invés de “interventor”, seguindo as diferenças entre essas palavras já apresentadas no texto, o seu uso justificado por Brito (30), o modo como foi feita a tradução dessa palavra na edição portuguesa da obra “Sociologia de Intervenção” de Remi Hess e o uso deste vocábulo por El Hammouti (78).

⁶⁵ Nome atribuído a uma escrita mais sistematizada do transcórre da intervenção.

(72) são um “esqueleto” comum no desenvolvimento das intervenções; 3) a articulação entre os campos de escrita, análise e intervenção são importantes para produzir uma reflexão sobre as práticas da análise institucional; 4) a questão do tempo da intervenção e do compartilhamento das escritas com os participantes são problematizadas. Para finalizar, Monceau (69) ressalta que a análise numa intervenção permanece superficial se não estiver conectada às demandas sociais que a produziu e às transformações nas normas e nas relações sociais que pode vir a desencadear.

Monceau (98), na sequência, afirma que a intervenção socioanalítica clássica ocorria num período curto e visava um desvelamento rápido ou brutal da estrutura institucional. A partir do final dos anos de 1980, ocorre uma diversificação das intervenções, que passam a ocorrer com maior duração, sendo necessário acrescentar dois princípios àqueles propostos de início pela socioanálise. Ao analisar tais intervenções, Monceau (98) propôs a Socio-clínica Institucional, com oito características: 1) análise da encomenda e das demandas; 2) participação dos sujeitos na abordagem sob modalidades variáveis; 3) trabalho dos analisadores, dando acesso a questões que normalmente não se expressam; 4) análise das transformações que se produzem à medida que o trabalho avança; 5) aplicação de modalidades de restituição que devolvem os resultados provisórios do trabalho aos participantes; 6) análise das implicações primárias e secundárias⁶⁶ do pesquisador e dos outros participantes; 7) intenção de produzir conhecimentos; 8) atenção aos contextos de ordem institucional nos quais tanto os profissionais como os pesquisadores estão implicados.

Pesce (99), baseado no conhecimento da análise institucional em diálogo com as contribuições teóricas de Michel Balat e Charles Sandres Pierce, apresenta quatro categorias de gesto presentes em uma intervenção socio-clínica: devaneio, inscrição, interpretação e projeção. Pesce demarca que a sua análise parte de uma concepção mais básica de que os sujeitos são atravessados pelo poder e dotados de capacidade para uma ação coletiva, que permite ultrapassar a repetição incessante de um passado decepcionante para construir um projeto comum. Adota uma ideia de gesto na tripla dimensão temporal: “(...) o passado de uma tradição, a atualidade de uma performance, o futuro e os efeitos de uma intenção (...)”. (p.16). Analisa que nas seis operações clássicas da AI, descritas na obra “Chaves da Sociologia” de Georges Lapassade e René Lourau, predomina o gesto de “pensar” e há um enfoque no gesto do interveniente. Diante desses aspectos, Pesce (99) se pergunta: “quais são os gestos psíquicos que estruturam a dinâmica deliberativa da equipe acompanhada no

⁶⁶ Monceau entende que as implicações primárias são aquelas atualizadas mais imediatamente na pesquisa e/ou intervenção, enquanto as secundárias estão relacionadas, por exemplo, à ciência e à política.

âmbito de um dispositivo de intervenção socio-clínica?” (p.19). Ele considera que há uma ordem cronológica nesses gestos ao longo da intervenção, embora reconheça que possam coexistir. Assim, a primeira categoria de gesto a ser trabalhada numa intervenção é o devaneio, que envolve dar livre fluxo ao pensamento, que privilegie a descrição factual e escape das tentativas de definições e justificativas estereotipadas para evitar interpretações apressadas e permitir a abertura aos imprevistos. A seguir, os gestos de inscrição dizem respeito à relevância atribuída a uma saliência que quebra o fluxo da divagação e detém a análise dos sujeitos, num processo coletivo de seleção do que será trabalhado de modo comum. No momento seguinte, predominam os gestos de interpretação, que colocam os sujeitos para nomear, categorizar e conceitualizar o que foi selecionado na inscrição, mas com interpretações inéditas que abrem novas perspectivas de ação e, ao mesmo tempo, dão forma ao objeto de análise. A quarta categoria de gestos, segundo Pesce, difere de outras intervenções socio-clínicas e de análise de práticas. Na categoria de gestos de projeção, este autor formula uma crítica à análise institucional e outras intervenções que não reservam espaço para o planejamento das ações e o acompanhamento das suas ações experimentadas. Assim, este autor destaca a relevância da intervenção não se limitar às práticas mais reflexivas e desconstrutivas, mas, ter um olhar para o que está por vir, construir conjuntamente um campo comum de práticas.

Incluída na Socio-clínica Institucional, destaca-se a Análise Institucional das Práticas Profissionais (AIPP). Segundo L’Abbate (100): “Não se trata de analisar as práticas profissionais por/em si mesmas, mas de colocá-las sempre no contexto mais amplo das transformações sociopolíticas mais amplas que envolvem a sociedade e, sobretudo, o Estado” (p. 9). Segue explicando que a AIPP pode assumir duas formas: 1) com profissionais de um mesmo serviço, com um coletivo que trabalha junto, com a participação da coordenação na contratação do trabalho; 2) composto por um coletivo de profissionais de diferentes serviços ou organizações que se reúne fora do ambiente do trabalho. L’Abbate complementa que a AIPP se desenvolveu a partir de intervenções realizadas por Gilles Monceau (98, 101) e Danielle Guillier (102).

As proposições da Socio-clínica institucional ressaltam a intervenção de longa duração e a perspectiva de pesquisa-intervenção para a produção de conhecimento em análise institucional, de certa maneira oferecendo respostas mais operacionais a uma discussão existente entre os analistas institucionais desde o final dos anos 1970.

Assim como Monceau, Pesce e Guillier, outros autores realizaram revisões, comentários e/ou atualizações sobre o percurso das intervenções institucionalistas, tais

como: Simone Paulon (77), Jacques Ardoino (65), Roberto Manero Brito (30 e 76), Valentin Schaepeynck (103) e Gilles Monceau e Jean-Luc Prades (104).

Paulon (77) faz um mapeamento das diferentes concepções e modos de intervenções que existem no movimento institucionalista, a partir da formulação deleuziana de que um conceito poroso, tal como é o caso de “instituição”, permite múltiplas maneiras de como operá-lo. A autora discute como, no campo mais teórico, as definições sociológicas de Émile Durkheim e Karl Marx, as psicanalíticas de Sigmund Freud e as estruturalistas de Claude Lévi-Strauss atravessaram as definições e problematizações nesse campo fértil de política e desejo. O caldo social e cultural de “Maio de 1968” é tratado como um marco importante para o movimento institucionalista, mas Paulon recupera também as práticas anteriores a este acontecimento. Assim, destaca a psicossociologia, a psicoterapia institucional e a pedagogia institucional. Entretanto, a autora reconhece a força da ampla contestação provocada nos anos 1960 como vetores para a criação das novidades conceituais e práticas da análise institucional. Dentre as quais, Paulon ressalta que a socioanálise provocou uma ruptura com o grupalismo e dos pequenos grupos, ao instigar a análise das instituições que atravessam as diversas relações sociais em diversos níveis por meio de amplas assembleias gerais e da autogestão como dispositivos analisadores nesses encontros. Tangencialmente, a esquizoanálise contribui com novas definições de desejo e inconsciente, conectadas diretamente à produção sociopolítica, descolando-se de definições intimistas e familistas da psicanálise tradicional. Tal perspectiva, conduziu à importância de criar dispositivos de enunciação coletiva, a considerar que as instituições não são fundantes, mas processos de subjetivação a serem analisados como modo de reapropriação coletiva da economia social do desejo.

Ardoino (65) descreve mais minuciosamente as metodologias e os procedimentos da intervenção numa vertente socioanalítica. Considera de modo geral que “la intervención es un derrotero clínico que va ha hacer actuar, al mismo tiempo que ciertos procedimientos, una forma de presencia passa assumir y tratar los procesos sociales, buscando su evolución.” (p.21). Deste modo, ele discorre sobre a entrada, o desenrolar, o final e as consequências científicas da intervenção.

Sobre a entrada, Ardoino define que a demanda de um cliente funda a intervenção, mas esta se mistura aos encargos sociais e transforma-se com o andamento do trabalho. Ao mesmo tempo, esta demanda deve se conectar aos desejos, motivações e capacidades dos intervenientes. Tais análises conduzem à negociação de regras práticas entre intervenientes e clientes, mas é fundamental considerar que a explicitude dessas regras para tentar retirar o

trabalho de uma zona misteriosa está repleta de material analítico advindo das projeções fantasmáticas e implicações ideológicas. As negociações incluem a relação com pagamento e o estabelecimento de um contrato formal entre as partes. Entretanto, a dinâmica da intervenção colocará esses acordos em questão permanentemente, sobretudo pelo fato da socioanálise produzir uma prática de autogestão.

O desenvolvimento da intervenção, segundo Ardoino (65), não segue um modelo, mas apresenta um esquema que permite a emergência da intuição. Explica que, na ocasião de intervenções longas, há uma fase de observação e familiarização com o meio onde se realizará a intervenção, que pode incluir entrevistas, questionários e análise de documentos. Na sequência, escreve-se um relatório sobre o diagnóstico situacional. Este pode ser entregue ou não aos clientes, mas Ardoino reforça ser fundamental a realização de uma restituição desse momento, voltada a todos os clientes, não apenas à direção, e sem restrições de conteúdo. Outro ponto ressaltado por este autor é a impossibilidade de determinar *a priori* o tempo de duração da intervenção, devido aos diversos fatores internos e externos, tais como: a relação que se estabelece entre clientes e intervenientes e a conquista de autonomia pelos clientes. Além disso, a intervenção se desenvolve a partir da localização de como operam os processos informais à margem das estruturas formais, considerando, inclusive, a relevância de certos indivíduos nos exercícios de poder e contrapoder que não necessariamente atuam conforme as suas posições na hierarquia formal. A análise dessas relações, combinada às incidências das instituições, ocorre por meio dos analisadores construídos e/ou naturais. Esses analisadores, tratados como tais, rompem com o monopólio do analista na prática analítica, pois “el analizador es pues, supuestamente, quien, por si mismo, llevará la praxis al punto de permitir a cada uno una inteligencia acrecentada de las situaciones donde se encuentra institucionalmente implicado” (p.27). Nesse processo, Ardoino, adverte que há um conjunto triádico preenchido de fantasmas: 1) analistas (incluindo os clientes); 2) analisador; 3) análise. A análise institucional, nesse sentido, propõe colocar em questão as lutas internas pelo poder, assim como as relações de forças socioeconômicas e as lógicas de dominação que atingem os microssistemas. Ao considerar a relevância das questões pessoais (interesses, desejos e necessidades), mas também das ideologias, sistemas de valores e as políticas implícitas e explícitas como elementos que delinham as tramas institucionais, Ardoino defende que as situações vividas recebam uma análise multirreferencial.⁶⁷ Por todo o exposto até aqui, este autor reforça uma perspectiva de intervenção longa, mas alerta que

⁶⁷ Lourau (1) faz uma crítica à multirreferencialidade por considerar que embarca numa perspectiva aristotélica de buscar explicação teórica para tudo e reduzir a atenção às contingências dos acontecimentos.

é fundamental manter um trabalho com a equipe de intervenientes para evitar que estes sejam “fagocitados” pelos clientes. Menciona também a possibilidade de análise interna realizada por um serviço especializado da própria organização a ser analisada. Embora seja uma análise interna, Ardoino faz referência a pessoas de dentro da organização destacadas para o trabalho analítico, ou seja, não é qualquer um de dentro que poderia fazer esta análise.

Ao falar sobre o término da intervenção, Ardoino (65) é breve. Diz que toda intervenção deve ter um tempo limitado, pois, caso contrário, converte-se em um “parasitismo”. Complementa que o fim da intervenção, sem a perspectiva de atingir um final satisfatório ou exitoso, pode ser de comum acordo ou por decisão unilateral de qualquer parte. Conclui, aliás, que a intervenção é marcada pelo inacabamento. A intervenção, por essa formulação, se coloca em um processo de movimentação das forças não de busca por definição, interpretação e organização apaziguadoras das inquietações presentes nas relações e, possivelmente, potencializadas ou provocadas pela intervenção. O fim é pelo meio, com o estímulo ao seguimento do processo analítico necessário para a atualização das transformações éticas, políticas e sociais.

As consequências científicas da intervenção podem ser bem complicadas, segundo Ardoino (65), pois o trabalho tem sentidos, por vezes, conflitantes entre os intervenientes e os clientes. Enquanto os clientes se sentem proprietários da experiência, inclusive sobre eventuais divulgações, os intervenientes têm suas ambições científicas (ou até publicitárias) em publicar o material construído pela intervenção. Deste modo, o autor recomenda prever a possibilidade de publicar o material logo no início da intervenção ou negociar a publicação quando houver o interesse comum das duas partes.

Ao final dessa análise do trabalho das intervenções, Ardoino (65) analisa o declínio ou a desmistificação da intervenção. Considera que a intervenção, como uma pesquisa-ação, não produz um conhecimento com o mesmo rigor nem com a mesma coerência de outras disciplinas e, como prática clínica, os resultados obtidos em uma intervenção são tratados como conhecimentos particulares e sem tonalidade mítica do saber. Há, portanto, uma zona indeterminada entre a prática da teoria e a teorização da prática que prejudica a suposta “resolução científica do problema”. Para Ardoino, essa “ciência do particular e do qualitativo”, em contraposição às ambições clássicas de universalismo e quantificação, deve exibir todo o seu processo de fabricação. Este modo de apresentação tem a vantagem de proporcionar mais elementos aos leitores, pois afirma que “[...] la ‘construcción’ deve ser presentada a la crítica (aquí, a la vez científica y política) con sus fundamentos, con todo su andamiaje, con sus planos y no con el misterio con el que gusta rodear la obra de arte.”

(p.32, grifos do autor). Entretanto, Ardoino ressalta que esse percurso não deve trilhar a pesquisa-ação praxiológica de Kurt Lewin, que persegue um modelo hipotético-dedutivo de pesquisa, mas construir novas formas de cientificidade, que escape das intenções comprobatórias e produza questionamentos. Ardoino apresenta, nesse sentido, um tipo de pesquisa no campo das práticas sociais que chama de histórico-prático. Este modelo preza pela dimensão temporal irreduzível e singular do conhecimento produzido, ao considerar a complexidade e mobilidade do “objeto” de pesquisa, que se encontra em permanente alteração. Além dessas questões epistemológicas, Ardoino afirma que a intervenção pode ser frustrante, pois as mudanças provocadas pela intervenção frequentemente não é aquela aspirada pelos membros mais insatisfeitos e numerosos da coletividade, assim como a intervenção, por mais que provoque um olhar mais crítico da complexidade de forças que permeiam os participantes, muitas vezes, esbarra no alcance do poder real daqueles sujeitos em atingir as matrizes sociais mais determinantes. Mesmo assim, Ardoino considera a intervenção como um trabalho educativo fundamental, seja por elucidar a repetição das formas seja por enfrentar ilusões, ingenuidades e artimanhas.

Brito (76) analisa, em especial, o desenvolvimento da socioanálise para pensar no seu futuro. De início, considera que a socioanálise sempre esteve em processo de transformação por algumas razões: “La evolución de los dispositivos de intervención especializada tiene que ver tanto con sus propias contradicciones, como con los cambios sociales y la aparición de otras formas y proyectos en la relación de los intelectuales y especialistas con el cuerpo social.” (p. 216). Para este autor, aliás, o conceito de dispositivo, a partir das elaborações de Foucault, traz uma enorme complexidade para essa prática, devido às operações de saber e poder tramadas às formas e dinâmicas sociais. Os dispositivos de intervenção necessariamente se enredam nisso tudo, o que faz entrar em contato com contradições e insuficiências durante a prática.

A intervenção socioanalítica emerge, segundo Brito (76), em um momento histórico-social altamente “intervencionista”, no qual não cabia questionamentos sobre a necessidade de intervir, pois o impulso militante de mudar o mundo estava em alta, inclusive dentre os praticantes da socioanálise. Impulsionado pelas forças instituintes do período, constitui-se um campo de intervenções socioanalíticas de modo aberto e experimental, sem estabelecer uma ortodoxia bem delineada. Entretanto, o período pós-1968, é marcado por um sentimento de fracasso das utopias e de implementação de algumas reformas, que incorporavam uma parte das críticas às instituições: família, trabalho, juventude, feminilidade, sexualidade, psiquiatria, educação etc. O processo de institucionalização dessas reformas,

segundo Brito, sofre o Efeito Mühlmann, pois o êxito vem acompanhado de um fracasso, uma vez que o que estabelece não atende às transformações desejadas. Nesse processo, há um arrefecimento das contestações no final dos anos 1970 e uma conseqüente diminuição das demandas por intervenção. Segundo Brito (76), as diferentes intervenções, incluindo a socioanálise, não estiveram à altura das esperanças daquele momento. Embora, ele mesmo afirme que era um “fracasso necessário ante uma missão impossível” (p.225, tradução minha).

Brito (76) recupera uma análise de Lourau na sua obra “O estado inconsciente” publicada em 1978, na qual afirma que: “as condições de possibilidade de um modo de intervenção estão todo o tempo sobredeterminadas pelo grau de fluidez ou rigidez que emana de uma forma estatal dada”.⁶⁸ Combinado a isso, Brito (76) aponta que a socioanálise emergiu numa sociedade “interessada em se questionar, reinventar, desconstruir e criar novas formas institucionais” (p.226, tradução minha). Tais inquietações perderam força com o passar dos anos, o que exigiu novas movimentações da socioanálise. No meio do caldo social de grande ebulição, os praticantes da análise institucional encontravam um ambiente de crise muito quente, na alta temperatura de uma análise institucional generalizada em oposição à lógica de uma prática reservada a especialistas. Os analisadores estavam emergentes e analistas se misturavam a eles. Entretanto, com a queda de temperatura desses movimentos, começou a haver uma discussão maior em torno da crise produzida a frio. É nesse momento que Lourau e Lapassade entram em divergência, pois o segundo passou a experimentar métodos mais heterodoxos, corporais e provocativos.

No final dos anos 1970, Brito (76) afirma que havia um refluxo do movimento de maio de 1968, em que a sociedade não só não desejava a análise das instituições, com a evitava a todo custo. Já não era mais tão palatável acionar um analista externo, por isso foi pensado no desenvolvimento da prática de socioanalistas internos que pudesse operar do meio onde estava inserido. Dá exemplos de trabalhos de Yves Etienne sobre a pedagogia socioanalítica, Jean-François Marchat sobre a experimentação institucional de processos autogestionários e Remi Hess e Antoine Savoye sobre a socioanálise participante.

A noção de socioanálise participante seria, segundo Brito (76), um modo de tornar mais precisa a definição desse novo modo do analista adentrar no processo analítico. Trata-se de algo mais próximo à noção de observador participante, pois não necessariamente é realizada por alguém necessariamente interno, mas que adentra e mistura-se nesse campo.

⁶⁸ Para esta citação, usei a tradução do texto para o português publicada na coletânea René Lourau: analista institucional em tempo integral (2004), organizada por Sônia Altoé.

Brito (76) cita os diferentes modos possíveis a partir das discussões de Hess e Savoye no livro *L'Analyse Institutionnelle* (1993) e de Lapassade em *L'ethnosociologie, les sources anglosaxonnes* (1991):⁶⁹ observador participante periférico, observador participante ativo e o observador participante completo. Hess e Savoye (27) descrevem esses modos de estar no campo com respectivos exemplos e comentam que a socioanálise participante⁷⁰ reúne alguns elementos: 1) Não exige as mesmas condições para a entrada no campo, pois o mais relevante é que a ação do socioanalista seja tolerada; 2) Dura mais tempo, sendo que as técnicas etnográficas podem, sem realizar uma intervenção propriamente dita o tempo todo, produzir conhecimentos que criam aberturas para o campo de análise; 3) É feita partir de uma autorização por si próprio do analista, pois não há um encomenda, o que exige um trabalho de análise de implicação bastante apurado para operar no intermeio das perspectivas funcionais e analíticas; 4) Opera mais no cotidiano, nas ações ordinárias, sem a necessidade de criar um dispositivo de enunciação coletiva, como a assembleia geral, embora possa adentrar em reuniões ordinárias já existentes e provocar um desvio para conduzir a discussão para fins socioanalíticos.

Na conclusão do seu texto, Brito (76) reafirma a mudança de contexto social desde a criação da socioanálise. De tal modo que a perspectiva de amplas mudanças revolucionárias foi substituída por satisfações individuais e paliativas frente à infelicidade instituída no mundo. Projetos de autogestão e autonomia se tornaram oásis no deserto. Os analistas institucionais, cada qual a partir dos seus lugares de prática (pedagogia, pesquisa, docência universitária etc.), adaptaram suas ações e práticas teóricas ao campo de possibilidades institucionais. Assim, Brito retoma o comentário de Lourau de que os analistas incluíram a dimensão institucional em práticas de grupos operativos, psicossociologia, psicanálise como modo de perturbar a velha psicologia de grupo, mas também inclui as tentativas de incorporar novos métodos, tais como a “análise multireferencial” de Jacques Ardoino e “observação questionante” de Ruth Canter Kohn para manter a crítica ativa à instituição científica. Ao mesmo tempo, há processos de institucionalização das práticas socioanalíticas que devem ser atentamente observadas a fim de não dissipar o seu potencial crítico e tornar-

⁶⁹ Georges Lapassade também faz essa discussão em *Les Microsociologies* (1996), publicado no Brasil em 2005 pela Liber Livro Editora.

⁷⁰ El Hammouti (78) ressalta que se trata de “um tipo de intervenção mais voltado à compreensão do movimento do que a estruturação de um dispositivo experimental para realizar uma mudança na instituição e ver os efeitos” (p.73).

se uma prática instrumentalizada que despreza o contexto social. Lourau fala em imaginação socioanalítica⁷¹ como um certo tipo de intervenção.

Mais recentemente, Brito (30), em prólogo de um livro sobre a prática da análise institucional no Brasil e no México, observa as diferenças de rumo da análise institucional nesses países latino-americanos em comparação com a França. Para o institucionalista mexicano, a mestiçagem da análise institucional com outras abordagens grupais logo na origem das suas práticas na América Latina combinada a um desenvolvimento no âmbito das ciências *psí* criou inicialmente um campo de experimentações mais crítico e instituinte da análise institucional. Mesmo diante da força institucionalizante especialmente das universidades e associações *psí*, Brito (30) analisa que os intercursos da análise institucional com os movimentos sociais, o combate à pobreza, a luta antirracista, a pluralidade epistêmica e a interculturalidade “colocam à prova” os conceitos-ferramentas da análise institucional nos países latino-americanos. Da mesma maneira, a heterodoxia e mestiçagem teórico-metodológica quando bem argumentadas também realizam esse trabalho de “abertura dos campos” das práticas socioanalíticas. Para ir mais longe, Brito defende acabar com o “argumento de autoridade” a fim de desprender-se da órbita dos mestres fundadores e embarcar em uma “análise institucional multilíngue, interétnica e intercultural”, o que contraditoriamente seria a melhor homenagem aos instituintes e inquietos fundadores da análise institucional.

Brito (30, 76) é um evidente entusiasta da “última lição” de René Lourau (105), que lança a análise institucional a criar novas aberturas, a usar as “chaves do campo”, que são essas que abrem de dentro para fora, que entra em contato com novos pensamentos, novas afecções, novas práticas, novas epistemes.

Interessante observar que Brito e Masip (106), no mesmo período da escrita do texto de Brito (76), escrevem sobre uma experiência de análise institucional na *Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco*, no México. Relatam que durante o seminário “Dispositivos grupais de intervenção” no programa de Mestrado em Psicologia Social de Grupos e Instituições, foram arrebatados pelo surgimento do amplo movimento estudantil “*Yo Soy 132*”. Com isso, os alunos e docentes foram forçadamente colocados a analisar o movimento que os incluía, pois acabaram por integrá-lo ao seminário e isto provocou análises de implicação e da formação em psicologia social, sob pressão da instituição universidade, num contexto de

⁷¹ Brito afirma que essa discussão se encontra em “Lourau R, L’imagination socianalytique, París, 1985 (inédito).” Este texto, estranhamente, não consta na lista de publicações de René Lourau organizada por Hess (32).

exigências de produção e desempenho na atualidade neoliberal. Resgatam, entretanto, uma fala de René Lourau para enfatizar a potência desse processo: “el análisis institucional no se aprende en los libros, sino en la experiencia de intervención (como miembro de un staff analítico o un staff cliente), o en la participación en un movimiento instituyente (un movimiento analizador de lo instituido).” (p.520)

Schaepelynck (103), por sua vez, analisa o processo histórico da análise institucional, sobretudo do conceito de instituição: teorizações e práticas decorrentes. Insiste que se trata de um movimento que emerge de um agenciamento de tentativas heterogêneas de crítica em ato das instituições, que preserva uma diversidade e uma divergência sem formular uma definição única. Exibe o quanto os caminhos de teorização e prática divergiram especialmente entre Félix Guattari, Jean Oury, Georges Lapassade e René Lourau. Considera algumas divergências mais suavizadas e possíveis de conciliações e outras nem tanto, seja por campos de prática, referenciais teóricos e analíticos combinados, seja por perspectivas e alcances políticos. Entretanto, Valentin Schaepelynck ressalta que não se trata de um movimento tomado por um relativismo liberal e atomizado, pois há uma concepção política comum: sempre problematiza a maneira singular de um segmento no campo social e da sua composição geral. Além disso, considera a análise institucional um referencial vivo, cujo seguimento do seu processo de institucionalização tensionado por forças instituintes o provoca a buscar novas conexões teórico-práticas. Seja por reencontrar uma aproximação do pensamento construído no interior da psicoterapia institucional com as ideias de Michel Foucault e de Cornelius Castoriadis para pensar a práxis instituinte para a produção do comum e enfrentar a avalanche do gerencialismo e da razão neoliberal. Seja por localizar nas experiências atuais de autogestão, como no Movimento Zapatista elementos práticos para vencer certas inocências e mistificações da tensão permanente entre verticalidade e horizontalidade das práticas sociais.

De todo modo, Schaepelynck (103) defende que análise institucional fortaleça uma “reversão das instituições”, o que passa por uma reversão da concepção de instituição. Tal reversão adota uma práxis comum, na qual a institucionalização se torna um fluxo da criação e análise penetrando em todo tipo de cristalização consensual e tentação de reprimir os conflitos políticos. Uma reversão que combate a normalização ou legitimação pela ordem estabelecida, carimbada pelo aparato de Estado, para seguir-se afastada das estruturas opressivas e aliada da produção permanente de emancipação. Ou seja, institucionalização e emancipação, nessa perspectiva são aliadas contra os aparatos de normatização, consensualidade e legitimação estatal.

Numa direção mais de revisão do que de reversão, Monceau e Prades (104) dirigiram uma publicação sobre atualidades e perspectivas da intervenção no campo institucionalista, que reuniu diferentes abordagens praticadas em intervenções e pesquisas realizadas na França, Argentina, Bélgica, Itália e no Brasil. Na introdução, analisam que a instituição nos anos 2020 não tem a mesma conotação pesadamente coerciva que tinha nos anos 1960 e 1970, considerando que ao longo desses anos a noção de instituição passou a ser compreendida como discursos e práticas, para além da seu aspecto mais material e, por vezes, predial. Tal análise para quem acompanha a realidade brasileira nos anos 2020, entretanto, passa ao largo da evidente e contundente coerção do aparato policial-prisional dirigida às populações empobrecidas: violência, por vezes, assassina policial nas ruas e encarceramento em massa. Há, inclusive, a marca da coerção predial. Monceau e Prades, no entanto, ressaltam que a instituição atualizada em discursos e práticas, num contexto de “crise das estruturas” e predomínio do modelo neoliberal, produzem questões contemporâneas a serem consideradas nas intervenções: individualismo, psicologização do social, fragmentação social, esgotamento dos modelos coletivos, mundialização e virtualização aceleradas etc. Assim, segundo estes autores, deve-se reconhecer o quanto “o indivíduo contemporâneo, solitário, se vê de alguma maneira religado aos outros pelas instituições que os protege” (p. 8, tradução minha). De tal modo que argumentam que o combate institucionalista, em especial nas intervenções, é contra o instituído, não contra a instituição.

Dentre os artigos dessa publicação, destaca-se “*La socianalyse institutionnelle ravivée par une nouvelle génération*” de Arnould et al. (107).⁷² Na segunda parte do texto, analisam a “recuperação” da socioanálise a partir das últimas encomendas de intervenção. De pronto, advertem que as encomendas raramente são explicitamente por uma socioanálise, os pedidos são formulados em termos de “acompanhamento”. Embora, localizam certa ressalva dos grupos clientes com os chamados “acompanhamentos” – análise de prática, desenvolvimento pessoal, *coaching* – dado, que perceberam o quanto conduzem ao fortalecimento da individualização de responsabilidades. A grande crise financeira de 2008, nesse sentido, escancarou os danos da lógica da individualização e a necessidade de enfrentar os conflitos coletivamente e promover novas sociabilidades. A partir de 2016, os autores

⁷² O encontro com essa publicação produziu dois novos encontros que considero interessante compartilhar: 1) o site <https://www.socianalyse.net/socianalyse.html>, que reúne diversas publicações, inclusive de intervenções socioanalíticas; 2) ter conhecimento do curso “Epistemologias do Sul e Socianálise aplicadas a projetos multidisciplinares de Saúde: um estudo de caso” realizado pela Fiocruz em 2019, conforme informação do site: <https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/epistemologias-socianalise/descricao-do-curso/3040>. Acesso em 09nov23.

detectaram um crescimento da socioanálise em três campos: à margem (setores do trabalho social, de saúde e cultural), fora (movimentos sociais autogeridos, desinstituintes, alternativos, anticapitalistas, feministas etc.) e no coração do sistema (empresas, mundo industrial). Propõem a “redialetização” como um modo de estabelecer uma análise dos conflitos provocados pelas transformações sociais atuais (transição econômica e ecológica, relações de poder, gênero e produção), ao aceitar a coabitação de dimensões instituídas, instituintes ou institucionalizantes, e a coexistência das dimensões ideológicas, libidinais e organizacionais sem que umas subjuguem ou sejam subjugadas às outras. A “redialetização” dos processos traria as coletividades a análise de implicação e a construção de caminhos mais emancipatórios, escapando das predeterminações ou predestinações ideológicas, libidinais ou organizacionais. Como meio de operação desse processo, os autores ressaltam, em diálogo com a noção de mestre ignorante de Jacques Rancière e de ecologia de saberes das epistemologias do sul de Boaventura de Sousa Santos, que: “Os socioanalistas, em posição de não-saber sobre uma situação, ajudam a tornar visíveis todos os saberes e não-saberes dos atores sociais”. Finalizam, portanto, com essa advertência: os novos socioanalistas estão diante do desafio de uma produção de saber, que rompe com a divisão social do trabalho intelectual e militante e da hiperespecialização.

Cabe destacar finalmente na alongada seção deste texto que a intervenção socioanalítica segue em prática no Brasil em diferentes áreas.

Penzim e Pereira (108) compartilham, dentro de uma coletânea sobre a análise institucional na vida religiosa consagrada, um caminho que adotaram em intervenções de cunho institucionalista, com a ressalva de que não têm qualquer pretensão de estabelecer uma padronização. Descrevem que realizam sete momentos: 1) análise da produção da demanda e do encaminhamento, ressaltando a demanda explícita como conversadora e a implícita como instituinte, bem como o processo de análise como um processo de desconstrução, construção e elaboração ; 2) primeira assembleia com uma tarefa bastante ampla com dez objetivos, incluindo uma apresentação da análise institucional, um planejamento operacional da análise, a identificação de analisadores e a identificação das funções e papéis de cada um no grupo; 3) pesquisa dos analisadores históricos através de um grande questionário sobre aspectos socioeconômicos, históricos, culturais, políticos e religiosos; organização de relatórios de apresentação dos dados e realização de entrevistas semiestruturadas; 4) segunda assembleia geral para aprovação do pré-diagnóstico a partir da análise de todos os analisadores levantados; 5) construção de projetos, com o estabelecimento de prioridades, divisão de grupos responsáveis por cada planejamento e

execução, com prazos definidos; 6) terceira assembleia geral para análise coletiva de cada um dos grupos de trabalho; 7) execução dos projetos, prognóstico e avaliação periódica.

Nascimento e Scheinvar (109) organizam uma coletânea de intervenções socioanalíticas realizadas em conselhos tutelares, reunindo trabalhos de estudantes, monitores e professores-supervisores na prática de estágio de campo, o que permitiu incluir a formação no conjunto das análises. Ressaltam a necessidade escrever e compartilhar a experiências concretas das intervenções, inclusive como meio didático de construção do conhecimento na área, escapando do fatalismo faltoso para encontrar os processos históricos da vida repletos de múltiplas lógicas. Neste sentido, o capítulo “Intervenção em um conselho tutelar: práticas coletivas em análise” escrito por Isabella de Sousa, Izabela Saraiva, Letícia Côrtes, Paula Ribeiro e Samantha Camara apresentam como tomaram o “não saber o que fazer” como meio para localizar os acontecimentos e construir saídas coletivamente.

No amplo campo da saúde coletiva, L’Abbate et al (110) apresentam um conjunto de produções do Diretório do CNPq Análise Institucional & Saúde Coletiva, que discutem práticas profissionais, formação em saúde, intervenções na atenção básica e na saúde mental, entre outras. Na introdução, L’Abbate (10) explicita que a coletânea visa compartilhar “estratégias de intervenção que possam contribuir para que mudanças significativas nos serviços de saúde que constituem o Sistema Único de Saúde” (p.81), considerando a conjuntura social e do processo socio-histórico.

Mais recentemente, Pezzato et al (111), a partir de trabalho coletivo deste Diretório do CNPq, organizam outro livro, cuja segunda parte é dedicada à apresentação de seis intervenções realizadas por intervenientes-pesquisadores. Elas foram realizadas com equipe de serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em cidade do interior do estado de São Paulo, com enfermeira/os do Brasil e da França que trabalham com a formação de novos profissionais, com equipe de um Caps do interior do Rio Grande do Norte, com equipe de enfermagem de um hospital, com equipe de maternidade sobre a segurança no trabalho e saúde do trabalhador, e com uma equipe de atenção primária durante a vacinação contra a covid-19.

Abrahão e Fortuna (112) apresentam uma farta coletânea de intervenções nas práticas de enfermagem em saúde coletiva, sobretudo na vertente socio-clínica. Encontramos pesquisas intervenientes realizadas por exemplo com equipe de vacinação, com enfermeiras obstétricas, com equipe de enfermagem em serviço de atenção básica, junto à educação permanente e com docentes de escola técnica do SUS.

Cabe ressaltar que esse termo pesquisa interveniente é uma proposta recentemente encontrada em L'Abbate e Rodrigues (29). Entretanto, as diferentes conceituações e, conseqüentes, adjetivações para as pesquisas participativas no campo da saúde têm sido debatidas em diálogo com as produções institucionalistas. Sem propor novas conceituações, Pezzato e Prado (23) discutem as aproximações, os distanciamentos e as conjugações entre pesquisa-ação e pesquisa-intervenção, desvelando diferentes modos de trabalhar a pesquisa participativa, ao considerar a diversidade da realidade de cada país e as transformações na área ao longo do tempo. Ressaltam que o pensamento institucionalista perturba o clássico da pesquisa-ação ao reforçar as implicações do pesquisador, as condições socio-históricas e a gênese social da prática de um referencial teórico-metodológico. Também problematizando as maneiras de “pesquisar com”, existem pesquisadores intervenientes que trabalham com a “pesquisa interferência”. Segundo Figueiredo et al (113), este tipo de pesquisa ressalta a presença do pesquisador aberto à fruição do processo, em contato com os acontecimentos, fazendo uso dos afetos produzidos na relação. A proposta de pesquisa-interferência, ao invés de pesquisa-intervenção, demarca a importância de chegar e estar mais aberto no campo de pesquisa (de intervenção), desvestido de intencionalidades bem definidas e mais poroso a escutar as demandas dos participantes. Considera-se o peso da ideia de “intervenção”, tal como apresentado no início deste texto, e procura outros caminhos para promover a pesquisa participativa. Tal proposição apoia-se nas formulações do conceito de intercessor de Gilles Deleuze, que será discutido mais adiante nesse texto. Os pesquisadores que adotam a proposta da pesquisa interferência ressaltam a não neutralidade do pesquisador, o nomadismo e as linhas de fuga. Entretanto, tais fugas por vezes conduzem ao distanciamento da perspectiva da análise institucional. Moebus (114) afirma:

Mesmo que na pesquisa-intervenção tenhamos uma pesquisa que possa ser muitas vezes uma análise microssociológica e micropolítica, ainda que tenhamos uma intervenção no sentido da análise institucional, fugindo dos critérios de verdade, dos especialismos, dos cientificismos etc., permanece a ideia de intervenção institucional.

Não obstante **a pesquisa interferência** ter em comum muitos ou quase todos esses pressupostos da análise institucional, como a produção de analisadores etc., **não tem o pressuposto de uma intervenção institucional e sim, da colocação em funcionamento de um ruído**, que cria visibilidades insuspeitadas, que cria possibilidades de expressão e de escuta.

Interferência como em ondas de rádio, interferência fazendo ruído, fazendo desandar o discurso institucional e pessoal, desconcertando a aparente estabilidade dos regimes semióticos, das identidades, dos territórios [...] (p.59-60, grifos meus)

Ao tentar desviar e expandir, por vezes, se cria um eufemismo escapista que reconduz ao universo da isenção-neutralidade, pela via da sobreimplicação-desimplicação do

“pesquisador desconstruído”, que o afasta da análise da dimensão institucional que o permeia e de “entrar no meio” das institucionalizações a serem desmontadas e retomadas coletivamente.

V. três meios para a intervenção operar pelo meio

Rodrigues (74), dialogando com o pensamento de Guattari sobre o começar pelo *meio* pensar *entre*, afirma que: “No meio-começo está o grupo, dado absolutamente anterior ao indivíduo – corpo ou valor –, cuja constituição depende do grupo. Fugindo aos grupalismos substancializantes, contudo, a concepção e, polos ou vertentes – sujeito, sujeitado – é caracteristicamente *processual* ou fundado *nas práticas*” (p.363-4, grifos da autora).

Essa formulação evidencia que podemos reconhecer ou não, mas sempre entramos pelo meio em um grupo ou em uma intervenção. Não existe nenhuma possibilidade de começar pelo início nem pelo final. O processo estava, está e estará acontecendo num sentido ampliado das construções de formas e práticas sociais sobre as quais incide a intervenção. Numa perspectiva imanente, é interessante resgatar as duas farsas localizadas por Spinoza segundo Luiz Fuganti:⁷³ origem única e finalidade totalizante. Tudo acontece pelo meio, numa composição heterogênea e imanente.

Pensar, analisar e agir pelo meio exhibe modos interessantes de enfrentar as racionalizações, intencionalidades, objetificação e naturalizações. Operar pelo meio, na recusa da intencionalidade, da finalidade, causando inquietações e criando novas articulações e novos caminhos que negam a naturalização dos modos de viver. Agir radicalmente pelo meio, pelo entre.

É fictícia a suposta linearidade “demanda-encomenda-contrato-intervenção-restituição” da socioanálise. Isso é borrado e uma intervenção, no sentido de meter-se no meio, mantém uma relação tensa com esse roteiro a fim de manter vivo o processo analítico para fazer a práxis instituinte forte o suficiente para perturbar as formas que vão se instituindo, tentando cercar e cercear a criação. A idealização dessa linearidade provoca a falsa sensação de finalização e intencionalidade da intervenção, que servem às instâncias de reprodução em prejuízo das aberturas criadoras.

Para seguir o curso do pensamento sobre a intervenção na vertente socioanalítica – que é operar pelo meio – trazemos o desenvolvimento de três contradispositivos “anti-

⁷³ Aula 3 do Curso de “Capitalismo e Esquizofrenia” da “Formação em Esquizoanálise”, disponibilizada apenas para alunos matriculados.

especialismo”, sustentados por uma posição estético-ético-política para a efetuação de um trabalho analítico, crítico e criador. Como forja Alvim (115), o contradispositivo reúne forças que permeiam os dispositivos produzindo fissuras e desvios, a medida em que aglutina várias linhas de resistência em um fluxo comum forte o suficiente para desestabilizar o dispositivo e obrigar a sua reconfiguração. Nesse sentido, os três contradispositivos “anti-especialismo” são construções, aliadas a outras formulações do campo institucionalista, que visam fomentar uma contracorrente, um contrafluxo no modo “dispositivado” de realizar intervenções numa sociedade tomada pela heterogestão e pelo aprofundamento de desigualdades de saber-poder. Como descrito anteriormente, a análise institucional é fundada no princípio de autogestão, não como utopia, mas como prática. A autogestão não nega a importância da especialidade, mas combate a produção hierárquica de poder sustentada nela: a “doença” da especialidade, o “especialismo”. Lapassade (39), como vimos, ressalta a primazia do analisador sobre o analista e Lourau (42) vislumbra o avanço da socioanálise realizada internamente, de modo generalizado, sem um analista destacado. Uma prática pelo meio, sem sobreposição, nem palavra final. Para além da autorização dos fundadores, insistimos na importância da construção de contradispositivos para as lutas micropolíticas contemporâneas por emancipação e para descolonização de várias ordens.

V.I. sustentar o inacabamento

O inacabamento é a conclusão de uma maneira de pensar e agir no início, ao longo e ao final do processo de intervenção. Somos inacabados de partida, assim permanecemos e terminaremos.

Lapassade (37), em “A entrada da vida” originalmente publicada em 1963, defende a tese de que estamos permanentemente entrando na vida, nunca atingimos a maturidade, que seria a forma ideal e definitiva do adulto. Não é apenas a criança que se encontra em processo intenso de transformação corpóreo, psíquico e social. Em todos os momentos da vida, do nascimento ao envelhecimento, seguimos como seres em mutação e inacabados. O acabamento, tratado como forma almejada como parte de uma trajetória bem delineada, torna-se fonte de cobrança-vigilância e sofrimento e mecanismo de estreitamento de horizontes de vida. Lapassade localiza que o inacabamento enquanto espécie se espraia também pelo inacabamento dos sujeitos históricos. Todo tipo de estabilidade, produzido por normas, valores e burocracias, é colocada em questão no percurso da vida, pleno de

acontecimentos. Segundo as provocações de Lapassade (37): “Num mundo em revelação permanente, eis o tempo de aprender a viver o nosso inacabamento” (p.11).

Schaepelynck (103), ao revisitar as produções-provoações de Lapassade, afirma que: “A tese de filosofia sustentada por Lapassade no início dos anos 1960 contribui para a elaboração dessa crítica das instituições, afirmando, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, o inacabamento de toda a institucionalização da identidade humana” (p.74, tradução minha)

Nesse sentido, Schaepelynck (103) destaca quatro aspectos relevantes do inacabamento para nos lançar no processo de criação permanente e revolta contra os velhos e novos dispositivos biopolíticos de fragmentação, precarização e cerceamento da vida: 1) As neoténias, que fazem conservar nos seres vivos traços infantis e juvenis, retardam a maturidade a tal ponto que, nos seres humanos, produzem uma condição não de imaturidade, mas de prematuridade, preservando a capacidade dos seres se diferenciarem da pretensa forma determinada; 2) A “revolta sem causa” da juventude como um analisador das instâncias de controle e mortificação da ebulição juvenil ou, mais amplamente, da vida em intensa transformação. Trata-se de uma revolta contra o silêncio da obediência à normalidade, contra esta que tenta esconder sua “mão violenta”; 3) A análise institucional implica numa reversão de perspectiva ao considerar as instituições não a partir do instituído, mas das práticas instituintes. De tal modo que a infância não poderia ser analisada a partir do ponto de vista do adulto nem a “inadaptação” dos adolescentes pelo ponto de vista dos educadores sociais, mas a partir das instâncias de inquietação: seja da própria prematuração, seja das sabotagens; 4) A adoção de uma posição de estranho participante explicita a condição de não se confundir com o contexto nem com as capturas de identificações totalizantes, de tal modo a exercer algo do “entrismo” trotskista marcado pela adesão sem verdadeiro apego, a fim de sustentar uma prática de problematizações.

Schaepelynck (103) analisa que Lapassade não previu que o capitalismo em suas versões mais recentes investiria à sua maneira na prematuração para estabelecer o controle das vidas pela normalização de modos provisórios-precários e indeterminados, o que poderia levar à tentação de buscar modos para o restabelecimento de uma autoridade decaída. Entretanto, Schaepelynck sustenta que o modo de ação é colocar “em crise a própria crise”, a fim de “conceber a contestação das formas sociais nas quais seja possível tomar a nossa indeterminação, encadeada em contra-normas e contra-instituições” (p.86, tradução minha).

Para sustentar o inacabamento na intervenção socioanalítica, vamos resgatar o ponto

de partida e alguns meandros desse processo, a partir de alguns conceitos-momentos: crise-encomenda-demandas, análise de implicação, analisador, transversalidade e restituição.

Já foi dito anteriormente sobre encomenda e demanda, que emergem no início dos trabalhos, conduzem a formulação de contratos da intervenção. Tais demandas, como vimos, seguem se apresentando e se fazendo ao longo do tempo, interagindo com as condições construídas e os acontecimentos. Entretanto, há um aspecto fundamental, segundo Lourau (116), para reunir as condições para o início da intervenção: a crise. A crise força uma abertura para análise das práticas e normativas em vigência, exhibe o quanto aquilo que de alguma maneira opera, já não produz o resultado esperado. É justamente nesse desencontro, ao serem exibidas as fissuras no aparato instituído, que emerge uma demanda por uma intervenção.

Pode-se, então, questionar: 1) O que é exatamente uma crise? 2) Como ela é desencadeada? 3) Como reconhecê-la? 4) Como tratá-la de modo analítico? 5) Como servir-se dela para criar possibilidades? 5) Como desviar dos anseios por apaziguamento piedoso e complacente dos mal-estares provocados pela crise?

A crise contém algo do acontecimento: uma perturbação desvelada. Há uma pista que é praticamente um senso comum para ter contato com a crise: “algo vai mal entre nós”. Isso indica que os modos de relação e os recursos disponíveis para enfrentar as situações já não conseguem conter, encaminhar nem resolver os problemas que se apresentam. As formas instituídas ao longo do tempo já não permitem mais a continuidade reprodutiva das práticas. Há um empuxo para a busca de alternativas, para movimentar as relações de outro modo. Neste momento é que a análise institucional traz e produz conhecimentos ferramentas do que fazer. Não se trata, entretanto, de buscar um conhecimento a ser padronizado num “manual” de como fazer, como foi apresentado insistentemente na seção anterior deste texto. A crise tratada analiticamente não pode mirar a armação de estruturas de aquietação a favor do bom e velho instituído, mas de potencialização dos movimentos instituintes. Trata-se de ampliar os movimentos e criar aberturas.

Isso se aplica inclusive à resistência, que pode ser uma enunciação de crise, por recusa, confronto ou desvio. Nesse sentido, Monceau (101) ressalta o quanto a resistência, nas relações entre os sujeitos e as instituições, pode ser analítica, destacando ser fundamental tomar a resistência como algo com múltiplos sentidos a serem analisados coletivamente. As resistências como parte das ações sobre ações das relações de poder, tal como formula Foucault (59), enunciam a presença de uma tensão de vivacidade a ser seriamente tratadas no processo analítico. Institucionalisticamente falando, podemos afirmar que a resistência se

mostra como um elemento importante de suspensão das ações correntes (em seu duplo sentido) que provoca a análise das implicações a ser encarada.

Lourau (117), ao analisar as obras de intelectuais franceses, explica que:

Chamo de implicação ao conjunto de relações que o intelectual recusa, conscientemente ou não de analisar na sua prática, quer se trate de relações com seus objetos de estudo, com a instituição cultural, com seu meio familiar, bem como a outras dimensões, como o dinheiro, o poder, a libido, e em geral com a sociedade da qual ele faz parte.⁷⁴

Ou seja, a implicação sinaliza algo inquietante que demanda um exercício ativo dos sujeitos. Entretanto, na prática analítica, por vezes encontram-se barreiras solidificadas à análise das implicações. Lourau (118) alerta para o implicacionismo, no qual a normativa por implicar-se gera uma cegueira analítica que conduz ao sobretrabalho. Consequência chamada, por este autor, de sobreimplicação. Nessa condição em que se encontra desprovido de qualquer crítica, o sujeito adere com veemência à reprodução do trabalho, à divulgação ideológica, à militância política, à pregação religiosa, entre outras. Lourau (105) acrescenta uma outra cegueira, que é a desimplicação associada ao “identitarismo”, em que o sujeito se define completamente por aspectos tidos como naturais, universais e/ou essenciais, – por exemplo: ocidentalismos, eurocentrismos, cientificismos, patriarcalismos, racismos e sexismos –, numa alienação extremamente profunda das suas implicações. Para Lourau (105), a sobreimplicação e a desimplicação, que num primeiro momento podem ser entendidas como polos extremos, são cegueiras muito próximas. Lourau (118) defende, dessa maneira, que a implicação está sempre presente, sendo fundamental criar condições para sua análise individual, mas, sobretudo, coletiva.

A importância da análise de implicação fica ainda mais destacada na sociedade neoliberal, na qual se reforça o sobretrabalho pelo contraditório sentimento de liberdade via autoexploração. O implicacionismo nessa sociedade é fortemente associado ao imperativo do desempenho. Para Han (119), a atual sociedade é marcada pelo desempenho, no qual agressor e vítima se fundem na mesma pessoa, tanto que o sujeito do desempenho, com a crença de que nada é impossível, consome-se a si mesmo e se sente completamente responsável por si mesmo. Han, ao analisar as características dessa sociedade, aponta o efeito depressivo nos sujeitos: “A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo *não*. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados” (p. 24-5, grifos do autor).

⁷⁴ Tradução da professora Solange L’Abbate.

A análise de implicação, portanto, é aliada à vivacidade contra as formas prontas, o que faz ver o inacabamento. Os analisadores, como já vimos anteriormente, é que movimentam esse tipo de análise.

Na AI, os analisadores são agentes inquietantes espontâneos, produzidos pelos acontecimentos emergentes na vida social, ou construídos por algum ente interessado em provocar um processo analítico. Caracteriza o analisador a sua potência de deslocamento e ruptura, de tal modo a expor as implicações dos sujeitos, com seus posicionamentos políticos, interesses de vários tipos, possíveis idiossincrasias, contradições prático-ideológicas e ligações afetivo-libidinais (120).

Os analisadores não estão subordinados a uma determinada ação dos analistas, mas estes podem-devem elucidá-lo durante a análise institucional. Nessa formulação encontram-se (ou se escondem) alguns elementos para abrir o fluxo analítico e driblar as seduções do acabamento: 1) Os analisadores estão para além da criação dos analistas e espontaneamente podem romper as suas tentativas de cerceá-los; 2) Em uma intervenção socioanalítica todos os participantes são analistas, não sendo possível delimitar essa função apenas a especialistas; 3) Todos os sujeitos presentes, inclusive o suposto especialista, são atingidos pelo analisador; 4) Um analisador só pode ser tratado como tal se ele operar uma análise, ou seja, imaginar-idealizar que algo foi ou pode ser um analisador sem descrever a análise provocada não o define como tal e serve apenas para alimentar a soberba do seu enunciador.

Lourau (28) afirma que: “A análise coletiva e permanente é capaz, por si só, de destacar os analisadores de uma situação, sem a necessidade de recorrer aos passes magnéticos de um ou mais peritos em analisadores, deliciosamente imbuídos do próprio poder” (p.136). Nota-se, portanto, que esse modo de conceber a fonte da análise denota o inacabamento, pois investe o coletivo de uma capacidade analítica, criando mais entradas e aberturas para o desencadeamento analítico, o que não existiria se a análise fosse reduzida ao poderio apenas dos especialistas. Ao mesmo tempo, reforça o seu caráter permanente, atribuindo total relevância aos acontecimentos, que não param de permear as relações sociais e institucionais.

Sem a ação dos analisadores, a intervenção é sabidamente falhada como analisa Lourau (121) após sua experiência no Centro Protestante do Oeste que promovia educação popular num contexto de reforma das práticas das igrejas na França. Ele descreve razões técnicas e políticas para que toda a equipe pudesse se reunir em assembleia geral para realizar uma análise coletiva, mas também as ameaças de expulsão, que censuravam as falas que pudessem “agravar os problemas”. Por vários meios, os analisadores acabaram dentro da

gaiola, pois foram “confiscados, encerrados no silêncio ou na tomada da palavra mais ideológica, mais ‘resistente’ à análise.” (p.254) Lourau se pergunta se em determinadas circunstâncias não seria estratégico engaiolar os analisadores até que se apresentasse uma situação mais propícia para o trabalho analítico.

De modo semelhante, Redondo e Rendón (122), ao narrarem a experiência de duas intervenções, localizam o quanto a contenção dos analisadores reforça as caracterizações instituídas e não deixa avançar o processo analítico. Eles contrastam dois trabalhos independentes. Um realizado com mulheres da *Frente de Pueblos en Defensa de la Tierra* em Atenco no México e outro na *Association Appartenances* de Laussane na Suíça. No primeiro, encontram-se mulheres dispostas a colocar em análise o processo de autonomia, em diálogo com as questões de gênero, revirando normativas e provocando, por contágio, a análise de implicação dos intervenientes. Por outro lado, no segundo trabalho, eles se deparam com sujeitos conhecedores do vocabulário institucionalista, que, inclusive, se serviam desse conhecimento para racionalizar suas práticas e impedir os efeitos analisadores. Barravam os analisadores que poderiam provocar fissuras na estrutura hierárquica e formal instituída, na qual o reconhecimento social pelo trabalho a favor da autonomia de povos e coletividades era promovido de modo essencializado, fixado e a-histórico. Um dos elementos fundamentais que evidenciam a diferença entre os dois trabalhos foi que a alteridade serviu para alimentar a análise na primeira intervenção e foi ativamente ocultada na segunda. Os autores dizem que a experiência na Suíça foi de “não-intervenção”. Certamente, a desimplicação por universalização dos modos de viver com benfeitorias a partir do centro do capitalismo impediu o contato com as ranhuras e rachaduras, que permitem o encontro com o próprio inacabamento.

Tais experiências apresentam o quanto o analisador é um vetor de força importante de ser ativado no processo de intervenção para localizar o inacabamento e dar vazão ao fluxo analítico, que pode levar a mudanças mais radicais e profundas ou a um processo de dissolução. Ter abertura para isso, ao contrário das duas intervenções falhadas descritas anteriormente que se apoiavam na preservação do instituído, produz inquietações fundamentais para o combate das capturas do reducionismo e do acabamento, que estão conectadas às formas prontas e propagadas da razão predominante na sociedade.

A perspectiva da transversalidade, enunciada por Guattari (123) e incorporada por Lapassade e Lourau (72) como um dos princípios da socioanálise, também nutre o inacabamento a medida em que reforça o combate contra a pretensão de exclusividade analítica pelo especialista. Abre a trama de transferências e contratransferências a uma

complexidade que ultrapassa binômios e relações duais, bem como busca superar o impasse da pura verticalidade e da simples horizontalidade das relações sociais. Como território instituinte, a transversalidade é uma aliada do inacabamento, provocando permanentemente os sujeitos a analisarem seus protagonismos e assujeitamentos, regularem as suas viseiras para não cegarem com excessiva claridade ou demasiada escuridão, ampliarem as comunicações em diferentes níveis e sentidos.

Schaepelynck (103) ressalta que:

A transversalidade não tem nada a ver com uma simples técnica comunicacional, que visa melhoria, a modernização da gestão de um estabelecimento, oferecendo-se a uma finalidade da circulação ótima de sinais e mensagens entre a direção e a base. Ela não é sinônimo de transparência na administração de pessoas e coisas, que colocaria entre parênteses os conflitos que atravessam a vida da instituição. Ao contrário, ela porta a conflitualidade potencialmente radical, até mesmo explosiva. Ela consiste em deslocamento de percepção que deve localizar as verdades alavancadoras de transformação da instituição. E os poderes reais não estão onde sempre se acredita. (p.45, tradução minha)

Mas o inacabamento, por mais contraditório que possa parecer, inclui saber acabar. A intervenção socalítica não se pretende infinita, quando pensamos no encontro entre intervenientes externos e participantes, o que nos leva a pensar a respeito dos momentos de encerramento desses processos sem que eles conduzam a respostas definitivas, acalentadoras ou destrutivas.

No curso de uma intervenção, há um momento de retomada, reconexão, mas também de encerramento que denominamos restituição. Esse momento, como reforçam os teóricos da AI, não é uma mera devolutiva informativa do que aconteceu ao longo do processo, mas um momento de reaquecer pontos de análise que se mantêm potentes ou abordar questões que ficaram esquecidas ou não encontraram muito espaço, mas ficaram latentes nas entrelinhas do que foi dito ou foram ditas nos espaços informais, nos intervalos, “cafés”, “corredores” ou “cozinha”.

A restituição, segundo Monceau (124), é também a possibilidade de ampliação, que significa agregar ao trabalho socioanalítico pessoas interessadas ou que sejam por alguma razão pertinentes, mas que não tinham sido incluídas anteriormente. Monceau recorda que essa estratégia fazia parte dos primórdios da socioanálise, quando Jacques e Maria Van Bockstaele desenvolveram o princípio de “cooptação”.

Essa estratégia fortalece a abertura e o inacabamento, seja por introduzir novos atores com novas questões e análises, seja por enunciar meramente que tal abertura é bem-vinda na intervenção socioanalítica.

Além disso, Monceau (124) recorda que os materiais escritos a partir da experiência, que também se configuram como modo de restituição. Por não atender diretamente à encomenda ou demandas iniciais, mas evidenciar os deslocamentos provocados pelos encontros, esses materiais costumam produzir certos incômodos e possivelmente novas análises.

De qualquer modo, o grupo que passa por uma intervenção com analista externo é estimulado a seguir com sua autoanálise, sem depender da presença deste analista, servindo-se dos modos de fazer análise e dos efeitos da intervenção para analisar as demandas que sempre se atualizam nas contingências em permanente transformação, seja por eventos ordinários ou extraordinários. Trata-se de evidenciar que o aquilo que começou pelo meio terminou pelo meio.

Esse final, portanto, é mais interessante se for uma espécie de plataforma de lançamento⁷⁵ ao processo ativo e instituinte. Ou como afirma Fuganti (125):

(...) criar modos de ser que, a partir de uma postura acolhedora dos devires ativos ou dos afetos potencializadores que nos atravessam, conduzam a vida a ultrapassar suas próprias configurações existenciais e finitas – a conquista do infinito a cada instante presente, a dilatação da espessura mínima desse presente como fonte inesgotável do próprio devir e do ser do devir. (p.177)

Um processo ativo e criador que inclui a autodissolução. Um movimento a ser analisado permanentemente com intervenientes externos e/ou internos. Uma vez que, como adverte Lourau (126), a autodissolução sempre acompanha o processo de institucionalização, o que, aliás, é um antídoto à totalização e ao acabamento, ao exhibir a fragilidade dos arranjos e dos hábitos, bem como a real possibilidade de chegar a uma finitude. Tal condição é fundamental para o encontro aberto aos acontecimentos, provocadores de novos começos.

V.II. bancar o idiota

É a partir da política do acontecimento que remete às ações micropolíticas, em borbulhas instituintes, que sempre abrem fendas naquilo que parece pronto para a reprodução sem fim. Aí, a postura filosófica do idiota se apresenta como modo interessante de seguir o fluxo da institucionalização das práticas.

⁷⁵ Termo utilizado por Luiz Fuganti na palestra “Criação de si como obra de arte” realizada na Faculdade de Teatro da Universidade Federal de Uberlândia em setembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8jMcywa-HUE> (1h38min). Acesso em 24ago22.

Como dizíamos no trecho anterior desse texto há um inacabamento provocado pelo próprio movimento que faz a vida acontecer. Os intervenientes, seja lá qual lugar ocupar numa organização ou numa intervenção, são forçados a interagir com isso e “banciar o idiota” é uma maneira de fazer isso de modo mais instituinte-criador.

Gilles Deleuze, citado por Han (9), afirma que: “Fazer-se de idiota será sempre uma função da filosofia” (p.109). Philippe Mengue (127) e Byung-Chul Han (9) comentam essa formulação de Deleuze, agregando ideias fortes para experimentar a intervenção numa perspectiva de movimentação criadora.

Mengue (127) explica que Deleuze não pretende fazer uma simples provocação com o “banciar o idiota”, mas produzir uma filosofia que libertasse a vida aprisionada pelas instâncias de controle e repressão da organização social. Deleuze encontra na literatura⁷⁶ o idiota como um personagem conceitual, por entendê-lo como um pensador com grande abertura e fluidez, a medida em que ele preserva num campo de indeterminação com amplitude de possibilidades e produção de linhas de fugas. É um formulador de perguntas que não se determina pelo imposto como verdadeiro pela reprodução social ou pelo predomínio de discurso. Ele perturba as banalizações estabelecidas na maneira de viver.

Tal posicionamento se deve à política do acontecimento, caracterizada por: 1) produzir um encontro violento, pois apresenta signos de modo imprevisível e contingencial que forçam a pensar, agir ou sentir diferente individual ou coletivamente; 2) “fugir e fazer fugir e não chegar e recolher” (Mengue (127), p.19, tradução minha), pois o acontecimento emerge da libertação do estava aprisionado, traçando linhas de fuga e escoando fluxo; 3) reunir condições materiais, sociais e históricas para entrar em devir revolucionário, que conduz a desorganização das instituições e desestabilização social. Num momento sociopolítico em que as lutas sociais não se dão num plano frontal, pois não se trata de um massivo poder repressor e excludente necessariamente explícito, mas que opera pelos contornos, com tons de indeterminação e de modo imperceptível, cabe banciar o idiota. Produzir um desvio para criar movimentos alternativos, inclusive às capturas da liberdade, típicas das máximas empreendedoras neoliberais, produzidas por esses contornos finos ou indistinguíveis. O idiota funciona como um “intercessor-interruptor”, pois, ao não corresponder ao modo de viver vigente e esperado, cria uma fenda, um espaço indeterminado, que amplia as chances para o advento do acontecimento processar seus efeitos nos sujeitos.

⁷⁶ Deleuze ressalta o idiota em duas obras: *O idiota* (1869) de Fiodór Dostoiévsk e *Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street* (1853) de Herman Melville.

Mengue (127) afirma que: “É sobre o nada ou o indeterminado que o controle patina, encrava, fica desprovido e, nessa ocasião, é criada uma abertura em direção ao acontecimento possível.” (p.30, tradução minha)

O idiota lança a maquinária social à indeterminação ao afirmar a singularidade, que não se deixa determinar por molduras externas. Mengue (127) recorda que idiota, etimologicamente em grego, significa singular, particular, único, reforçando o quanto esse personagem faz uma referência ao escape dos domínios e moldes sociais. Nesse sentido, o idiota, por duvidar de tudo e não saber nada, produz um modo de pensar que desliza no plano do saber instituído e hegemônico para abrir o plano para a infinitude. Ele estranha não somente esse suposto fora, mas a si mesmo, ao que ele quer pensar, de modo a pensar por si e por algo que a realidade lhe provoca.

O personagem Bartleby da obra de Melville frente às ordens do chefe responde pronta e sinteticamente “preferiria não”. Tal maneira de interagir ajuda a compreender que a indeterminação não é não-determinação simplesmente. O “não” junto à afirmação e a ausência de objeto na frase criam uma suspensão, amplificando a indeterminação produzida pelo uso verbo no futuro do pretérito, que enunciam a existência de uma virtualidade ambígua pronta para se efetuar na realidade.

Essa zona de indeterminação, enquanto abertura para produção instituinte, é efeito do modo como o idiota age:

O idiota é distraído, hesitante, indiferente, simples de espírito não pela deficiência, incapacidade ou incompetência, mas porque ele está sob o excesso do ser, da vida, do sentido, seja, ao contrário, um excesso dado pela retirada do ser ou do sentido por uma sensibilidade aberta ao nonsense, à ausência de sentido... Mas essa consequência negativa tem pelo avesso uma consequência positiva, a criação de uma zona de indeterminação, de franja de indecisão onde a presença do infinito ou do virtual pode abrir um caminho (127, p.80, tradução minha)

A política deleuziana presente nessas formulações sobre o idiotismo traz uma força interessante ao processo de aposta nos devires e acontecimentos, sem estabelecer um programa com um futuro decalcado pelos acontecidos e conhecimentos do passado. Tal força fica explícita quando Mengue (127) comenta:

Ela [a política deleuziana] visa abrir, problematizar, remontar às questões de que dependem os confrontos estáticos, para recuperar o possível, as potencialidades e não sufocar com o peso das organizações políticas (incluindo a oposição direita/esquerda) e seus afrontamentos codificados, seu “combate” eleitoral predeterminado, especular, esmagador de qualquer novidade possível, qualquer potencialidade mesmo tímida. (p.98, tradução minha)

Han (9) traz o idiotismo como uma maneira de enfrentar as coerções do neoliberalismo e as novas técnicas de poder, que estão repletas de distorções astutas. A liberdade é exaltada por essa racionalidade, mas capturada pelas instâncias que cobram alto desempenho individual. Na verdade, todas as práticas e formas de expressão da liberdade (emoção, jogo e comunicação) são exploradas, de modo a preservar a aparência do dinamismo e da oportunidade de escolhas, mas, ao inflar a liberdade como conquista individual, cria um exército disciplinado de servos de si mesmo que trabalham incansavelmente para multiplicar o capital. Han (9) afirma que: “A liberdade individual, que atualmente assume uma forma excessiva, é nada mais nada menos do que o *excesso do próprio capital*.” (p.13, grifos do autor)

Cabe a ressalva de que as novas técnicas de poder não eliminam as anteriores, que seguem em composição. As velhas técnicas de poder pelos regimes de controle e disciplina são direcionadas a certos públicos e/ou em determinados momentos. Quando a vigilância de si ou entre si falha, há os vigilantes oficiais prontos para agir, tal como se deu perante os motoboys no movimento “Breque nos Apps” que eclodiu em julho de 2020.⁷⁷

De volta às análises desse poder que opera no um a um e na suposta liberdade, percebemos que, embora Han (119) discorde de interpretações de a recusa de Bartleby seja uma interrupção para a enunciação da potência, ele recorre ao idiotismo, em publicação posterior, para dizer que se trata de um modo de oposição ao “poder neoliberal de dominação, à comunicação e à vigilância totais”, justamente por criar “*espaços abertos de silêncio, quietude e solidão* nos quais é possível dizer algo que realmente merece ser dito” (9, p.112). É nesta criação de espaço que a idiotice não limita o pensamento à mera tarefa de fazer escolhas, tal como sugere a definição de inteligência, por exemplo, que significa “escolher entre” (*inter-legere*, do latim). O idiota não se submete a escolher dentre as opções dispostas no sistema pronto, ele cria opções e alternativas pela plena afirmação da sua singularidade, que não é individualidade nem subjetividade, mas o exercício da diferença nos acontecimentos impessoais.

Ao não aderir ao projeto neoliberal que tenta se instalar nele, o idiota cria um vazio no encadeamento das ações esperadas. Produz interrogações nas razões, nas intenções e nos destinos dessa corrente, tornando-se um provocador potente de espaços analíticos e ações instituintes. Abre o horizonte para o que está em devir, a ser criado. Isso é particularmente

⁷⁷ Mais sobre esse movimento está disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/07/30/a-guerra-continua-prometem-entregadores-dos-breques-contr-apps>. Acesso em 14nov23.

interessante de ser feito frente a razão neoliberal, pois pode agir nos meandros nos modos de vida e nas práticas profissionais, onde se ancora o exercício das instituições.

Han (9) acrescenta a profanação e a heresia como práticas de questionamento do instituído elevado à dimensão do sagrado e do mitológico. Apresenta-as como maneiras de desvestir as forças que tentam se sobrepor.

A ideia central da profanação, segundo Han (9) em diálogo com Agamben (128), é que, ao contrário da consagração que retira coisas da esfera dos humanos para entregá-las aos deuses, a profanação é a restituição dessas coisas para o uso comum dos humanos. Agamben (128) traz uma distinção importante entre profanação e secularização, que indica que não se trata de fazer um ajuste no paradigma de poder, mas desfazê-lo:

A profanação implica [...] uma neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso. Ambas as operações [secularização e profanação] são operações políticas, mas a primeira tem a ver com o exercício do poder, o que assegurado remetendo-o a um modelo sagrado [monarquia celestial transmutada em monarquia terrena, por exemplo]; a segunda desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado. (p.68)

A profanação, entretanto, não nega a existência do sagrado, reconhece a existência de uma separação entre o sagrado e os humanos e a sua operação é encontrar meios para recuperar uma parte que havia sido entregue aos deuses e/ou fazer um uso novo dessas separações. Poderíamos dizer que a profanação interage com a consagração e a secularização em diversas coisas e por diversos modos, mas não se trata de uma prática de negação.

Já o herege, segundo Han (9), é aquele que reivindica a sua livre escolha. Aliás, “heresia” significa originalmente “escolha”. Trata-se daquele que se solta das obrigações da conformidade e do consenso e coloca-se a pensar no que se passa, inclusive, questionando as explicações reproduzidas para ele. Um personagem herege histórico, apresentado por Ginszburg (129) é Menocchio, um moleiro do norte da Itália julgado pela Inquisição. Ao longo do julgamento, Menocchio conta como formulou as suas explicações através do conhecimento adquirido no contato com pessoas e leituras, que questionavam os dogmas da Igreja Católica. Menocchio quer saber mais, fazer perguntas, dar e criar explicações para tudo à sua volta. Ele não para de pensar e tem histórias estranhas, curiosas e contagiantes, que fazem dos inquisidores a sua plateia por um bom tempo antes de ser executado.

Seja idiota, profanador ou herege, há um posicionamento analítico potente a favor das perguntas ativas, que toma distância das ordens e dos modelos vigentes e míticos, amplia a capacidade de pensar e criar. Esse tipo de prática exhibe uma força de contágio do pensamento criador, com atualização das potências e dos movimentos instituintes.

O idiotismo, seguramente, traz questionamentos sobre o modo de analisar as implicações. É evidente que a intervenção socioanalítica é realizada por meio da análise de implicação, mas Marchat (130) traz provocações interessantes para “desimplicarmos-nos” ativamente no processo analítico. Ele argumenta que os profissionais do trabalho social frequentemente ficam atolados em demandas produtivistas e progressistas, que normalizam a exigência de cada vez mais engajamento individual, lançando-os em formas de sobreimplicação. Para afirmar essa identidade de “bom profissional”, esse processo produz uma sobreposição à multiplicidade e ao devir. O “desimplicar-se” proposto por Marchat (130) é justamente uma entrada do ser em devir. Analisar a implicação afetada pela transdução, em produção e transformação, não como pontos fixos de agarre definitivo e confortável. Fazer, tal como idiota, questionamentos às verdades instituídas, não aderir a elas para justamente fazer os questionamentos que persigam as verdades.

Bancar o idiota, no entanto, não pode ser confundido com bancar o “bagre ensaboado” ou o “pombo enxadrista”. O “bagre ensaboado”, segundo o conhecimento popular, tem a característica interessante de dispor de inúmeras agilidades para não aderir aos enquadres sociais, para se esquivar de problemas, mas usa de muitos artifícios de enganação, ao invés da inocência questionadora que quer saber mais. O “bagre ensaboado” quer deslizar para salvar a própria pele, não para produzir interrogações. Pode ser uma estratégia necessária para escapar de perigos e ameaças, mas carece de força analítica. Por outro lado, o “pombo enxadrista” é uma expressão criada por Eugenie Scott quando disse que: “Debater com criacionistas sobre o tópico evolução é comparado a tentar jogar xadrez com um pombo: ele derruba as peças, defeca no tabuleiro e volta voando pro seu bando para cantar vitória”.⁷⁸ Ou seja, bancar o idiota não é ignorar “as regras do jogo” para se sentir o vencedor junto aos seus pares. Aliás, essa metáfora, por vezes, lembra um modo como especialistas, seja pesquisadores ou intervenientes, intervêm: fazem de tudo para reforçar a verdade instituída entre seus pares sem colocá-la em jogo na realidade, junto aos outros sujeitos. Do outro lado do tabuleiro, essa formulação nos provoca a analisar se não estamos querendo que um pombo jogue xadrez conosco, caindo, desse jeito, numa falta de análise da realidade ou numa inocência tola. Será que nossas ofertas para produzir o encontro não passam de jogos eruditos que não significam nada para quem está do outro lado?

O idiota não adere, desvia, mas está no jogo, faz parte. Como diz Mengue (127), o idiota é um *intercessor* “entre o plano das virtualidades dos devires e o plano da organização

⁷⁸ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_do_pombo_enxadrista. Acesso em 24ago22.

social” (p.77, tradução minha). Isso nos faz pensar o idiota como um surfista ao modo como analisa Deleuze (131). Pois a questão principal, tal como estamos argumentando, não está na origem, mas que se passa “entre”, na entrada no movimento:

Ora, hoje se vê que o movimento se define cada vez menos a partir de um ponto de alavanca. Todos os novos esportes – surfe, windsurfe, asa delta – são do tipo: inserção numa onda preexistente. Já não é uma origem enquanto ponto de partida, mas uma maneira de colocação em órbita. O fundamental é como se fazer aceitar pelo movimento de uma grande vaga, de uma coluna de ar ascendente, “chegar entre” em vez de origem de um esforço. (p.151)

Nesse sentido, Deleuze (131) destaca que o essencial nos movimentos são os intercessores, que podem ser pessoas ou várias outras coisas, eles inclusive podem ser fabricados. Na perspectiva da multiplicidade, é preciso ter intercessores para se exprimir e eles precisam dos sujeitos para se exprimirem. Deleuze, nessa direção, afirma que Guattari e ele são intercessores. Um analista, um interveniente, um idiota também são intercessores.

O intercessor é esse elemento que chega entre e produz contágios, deslocamentos, análises.

Bancar o idiota, dentre as metáforas levantadas anteriormente, está mais para o surfista que habilidosamente alonga ao máximo a surfada. Ou, até mesmo, um capoeirista, que sempre está no movimento do corpo embalado pela roda e gingando com o balanço do oponente, que tenta acertar um golpe ou desviar, sem jamais imobilizar o outro.

V.III. agir em comum

A análise institucional tem a autogestão como um dos seus princípios desde as suas primeiras formulações. O princípio geral da autogestão, segundo Lourau (15), é criar uma quebra nas experiências de heterogestão que se reproduzem insistentemente nos diversos momentos e situações das nossas vidas, de tal modo que passamos a considerar que ser gerido por outrem seja algo natural. A proposta da autogestão gera uma provocação e desveste esses arranjos que são dados como banais. Seja na discussão das questões mais objetivas de como se combina o trabalho (horário, local, tempo de trabalho, frequência, pagamentos etc.), seja na produção analítica pela distribuição da palavra, pela regra do tudo dizer e pela elucidação e/ou construção dos analisadores para a análise coletiva das implicações; com tudo isso a autogestão promove a experiência de uma posição mais ativa dos participantes-analistas e cria a possibilidade movimentar o instituinte nas relações sociais. A restituição no processo de intervenção é outro momento interessante para se desempenhar

experiências de autogestão, pois é uma maneira de trazer a público e para a análise coletiva acontecimentos e elaborações que ficaram deslocados nas entrelinhas e nos bastidores, exercitando o compartilhamento da experiência e das estratégias de como seguir adiante na autoanálise. Em especial, as tentativas de cooptação dos analistas institucionais por meio de encontros laterais com os dirigentes ou o *staff* cliente.⁷⁹

A autogestão, segundo Jacques Guigou citado por Lourau (1), marca o paradigma da análise institucional nos anos 1960. Lourau (132) afirma que antes do maio de 1968, a autogestão era experimentada como modo alternativo nas relações sociais, em empresas e na pedagogia. Bem como havia sido implementada nos socialismos libertários e movimentos anarquistas dizimados pelo poder central da União Soviética; nas fábricas, nas milícias e nos trabalhos no campo durante a Guerra Civil Espanhola; nas ocupações dos bens vagos pelos felás argelinos após a libertação da França; nas empresas de regime híbrido, de modo mais burocratizado, na Iugoslávia governada por Tito.

A autogestão marca as concepções políticas de René Lourau, que afirma o espírito anarquista e libertário em suas elaborações teóricas e práticas: “Não é por acaso que a análise institucional se refere, ou é referida, às correntes históricas do anarquismo e da ultra-esquerda e, por vezes, também a certas tendências trotskistas” (28, p.131). Essa verve anarquista fica evidente no seu entusiasmo com a análise institucional generalizada provocada pela greve-ocupação-autogestão da fábrica de relógios Lip em 1973 (133), nas suas experiências no meio educacional analisadas em “Sociólogo em Tempo Inteiro” (121) – obra publicada originalmente em 1976 –, nas críticas ferrenhas ao “Estado em nós” e ao “terror do Estado” em “*L’État-inconscient*” de 1978 (61) e na vivacidade propositiva presente no artigo “Educação Libertária” publicado originalmente em 1997 (132).

Esse espírito anarquista-libertário de Lourau indica que as proposições para o modo de realizar as intervenções não pode ser entendido numa perspectiva teleológica ou de meios para atingir uma determinada finalidade. Como afirma Newman (134), os meios libertários são os “fins” da experiência anarquista, pois trata-se de uma construção da experiência no aqui e agora da vida, não num sacrifício de “autoritarismo-submissão” para só depois se atingir a “igualdade” e a “liberdade”, pois “[...] se os meios forem sacrificados ou simplesmente feitos para servirem aos fins, os próprios fins serão sacrificados” (p.33). Esse apreço pelos meios libertários é uma prudência necessária no processo de transformação

⁷⁹ O *staff* cliente é formado por membros do grupo cliente destacados para manter contato com os analistas ao longo de todo o processo da intervenção.

social, uma maneira prática de desatar já no processo os laços afetivos com os modos inimigos de viver.

A autogestão, nesse sentido, não pode ser ignorada, minimizada nem ser decorativa numa intervenção socioanalítica. É a condição para a efetuação desse processo, pois produz questionamentos, rupturas e convoca todos os sujeitos que estão no meio a agir. Sem a busca radical pela autogestão na intervenção, as instituições continuaram acomodadas confortavelmente em análises de implicação bem-comportadas.

Entretanto, a autogestão não acontece facilmente nem naturalmente a partir de uma explicação inicial, uma decisão compartilhada ou implantação de algum dispositivo. Como afirma Lourau (15):

Nós funcionamos, todos, em todos os lugares, sob a heterogestão; ou seja, “geridos” por “outrem”. E a vivemos, geralmente, como coisa **natural**. [...] Aceitamos todas as racionalizações da heterogestão e, em geral, a pensamos insuperável. Talvez porque não tenhamos, ainda, conseguido efetivamente inventar a autogestão. A autogestão que existe, a que tem podido existir, acontece dentro de uma contradição total, já que a vida cotidiana, a minha e também a de vocês, se passa no terreno da heterogestão. (p.14, grifos do autor)

É evidente que Lourau se refere ao modo hegemônico das relações sociais determinados pela lógica norte-ocidental-capitalista-estatal que se esparrama pelo mundo afora, que cerca, cria barreiras ou dizima experiências de outros modos de viver. A produção de autogestão e sua disseminação social é uma maneira de criar resistências contra a reprodução de práticas colonizadoras-estatais que se servem das estruturas hierárquicas para o exercício de poder autoritário pela via da normatividade e violência a favor da maioria política. A autogestão não é uma utopia ingênua, insensata ou impossível, mas um arranjo social para desmontar as relações hierárquicas cristalizadoras das práticas sociais.

O sentido da autogestão inclui os movimentos ativos de dissolução e desinstitucionalização, em um processo que não recorre ao modo de agir e viver determinados pelas formas dadas. Há que dissolver e desinstitucionalizar nas práticas, tal como afirma Lourau (61):

Desinstitucionalização não é então sinônimo de um vazio, de uma ausência, de uma falta, menos ainda de uma recusa de lutar. É uma ação visando a força nua ou vestida de legalismo do Estado, visando as formas criadas ou garantidas pela força do Estado, não se “servindo das armas do adversário”, mas, ao contrário, forçando o Estado a aceitar as formas que matam o Estado: a forma da socialização como processo generalizado para o conjunto da vida social. (p.186)⁸⁰

⁸⁰ Tradução da professora Solange L'Abbate.

A autogestão, na sua radicalidade, é um movimento de luta contra o Estado. Como afirma Clastres (135): “Para que haja o aparecimento do Estado, é necessário pois que exista antes a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, ligadas entre si por relação de exploração” (p.178). A autogestão é um dispositivo de combate às incidências desse tipo de divisão e centralização do poder, que conduz a uma vida violenta e precarizada entre as pessoas. A análise institucional tem esse sentido político em suas proposições: criar “dispositivos e/ou contra-dispositivos contra-o-Estado”. Complementarmente, pode-se dizer que isso não se trata de criar uma recusa vazia, mas de uma resistência, nos termos de Fuganti (136), aos mais diversos modos de “sequestro do comum”.

Mas o que seria o comum?

Dardot e Laval (8) são sintéticos nessa explicação: “[...] ‘comum’ se tornou a designação de um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” (p.18). Ao desdobrarmos essa frase, localizamos alguns pontos interessantes do como esses autores construíram essa definição e da sua potencialidade.

Os autores deixam claro que o comum é não da ordem do universal, do direito, do público nem do apropriável. Também não se refere àquilo que é ordinário, insignificante ou banal. Não se trata de bem-comum nem de senso comum ou bom senso. O comum não é uma coisa, um objeto ou um objetivo. O comum se dá pelo exercício da prática, não por essência. Tem a ver com uso, não com propriedade. É algo em permanente construção e transformação pelo seu fazer conjunto, é uma prática, um princípio político: “O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida.” (p.54).

Quando Dardot e Laval (8) se referem a ações num sentido anticapitalista tem a ver com o fato de o ressurgimento do comum ter sido provocado pelas lutas sociais e culturais contra o capitalismo e o Estado empresarial, em especial por movimentos altermundialistas e ecologistas, que advertiam a destruição da vida na Terra causada pelo regime político-econômico hegemônico. Ao mesmo tempo que critica esse modo atual de viver no capitalismo em sua vertente radical neoliberal, o comum é ressaltado como um chamado para a institucionalização de novos modos de agir nas relações sociais, incluindo questões ambientais.

Nicolas-Le Strat (137), no mesmo sentido, indica que “o comum é um trabalho do comum”:

O comum é, portanto, fundamentalmente trabalho do comum, através do esforço do pensamento e da ação indispensável para subtrair uma realidade da apropriação privada ou estatal, e para erguê-la (instituí-la em

direito e em prática) como realidade inapropriável, que se torna acessível a todos segundo modalidades estabelecidas democraticamente. (p.209)

O comum é da dimensão do uso, não da propriedade. O Estado, que é fundado na lógica de divisão e proteção das propriedades, não pode ser confundido como um espaço para as práticas e desenvolvimento do comum. Como argumenta o professor Andityas Soares Moura Costa Matos,⁸¹ é possível se valer e se embrenhar nos meandros do funcionamento estatal para poder seguir o processo de construção permanente do comum, mas sem se apaixonar pelos ganhos provisórios que se obtém. Ele dá o exemplo das vitórias judiciais que prolongam a permanência das pessoas em ocupações, mas que podem ser destituídas facilmente por falta de amparo jurídico verdadeiro. O Estado não tem compromisso com o comum, pois o seu compromisso é com a ordenação das práticas que preserva, por meio de classificações e vigilâncias, um regime de sustentação das hierarquias fixadas e ampliação dos poderes centrais. O agir em comum está ao lado da destituição desses poderes.

Em termos da análise institucional, o agir em comum é uma força instituinte. É exatamente por aí que Dardot e Laval (8) localizam a atuação do comum. Eles resgatam as produções institucionalistas diversas e ressaltam, ao final, as contribuições de Cornelius Castoriadis para defender que o comum está intrinsecamente conectado com a noção de práxis instituinte. Dardot e Laval (8) explicam que Castoriadis admite a ideia de que o estudo social deve partir da instituição, mas, diferentemente da sociologia durkheimiana (causalista, determinista e instituída), defende a primazia do instituinte, como poder de criação. De tal modo, Castoriadis tem como objeto do seu pensamento o *fazer* histórico, pois compreende a história como elemento novo. Nesse sentido, é o instituinte que gera o instituído, que logo será subvertido por algo novo (instituinte). O imaginário é isso que faz conceber o novo, o instituinte: ver uma coisa que não é ou vê-la diferente do que ela é. O imaginário, segundo Castoriadis, tem uma dimensão instituída e outra instituinte. O instituído condiciona as instituições, mas não conseguem determiná-las completamente e sempre resta espaços para a criação, mesmo que mínimos. Por outro lado, o instituinte, por mais radical que seja, se assenta em algum instituído, algum passado e alguma condição histórica, para impulsionar o seu movimento. Nesse processo, há uma tentativa de negar ou encobrir a dimensão instituinte, que abriria o curso do projeto emancipatório de uma sociedade conscientemente

⁸¹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RBplDCQM0DM>. Acesso em 02set22.

autoinstituinte. O instituinte, portanto, é a própria prática da política, pois questiona o que está em vigência e produz o movimento da história.

Dardot e Laval (8) afirmam que: “A única práxis instituinte emancipadora é aquela que faz do comum a nova significação do imaginário social” (p.478). É o comum, enquanto construção permanente e fundamentalmente em conjunto, é que preserva “uma instituição aberta para a sua história, para a distribuição de lugares, dos estatutos e das tarefas que a caracteriza, para as relações de dominação e exclusão que nela são mantidas, para tudo aquilo que funcione como o seu inconsciente”.

Nicolas-Le Strat (137) destaca que o desafio é triplo:

Convém, de fato, refletirmos conjuntamente sobre a questão do *agir em comum* (Como agir entre muitos? Como fazer coletivamente?), sobre a questão da *constituição de um comum* (O que é que nos reúne, nos associa? O que é que nos mantém em compartilhamento? De que nós dispomos em comum?), e sobre a questão de um *trabalho do comum* (Como agir sobre esse comum que nos humaniza? Como desenvolvê-lo e implantá-lo democraticamente? Como fortalecer sua capacidade emancipatória?). (p.209)

Para Nicolas-Le Strat, a constituição do comum assenta-se sobre três planos:

- 1) Disponibilidade. O comum está conectado a uma enorme disponibilidade que nos rodeia e nos permeia. Essas disponibilidades ganham força de comum a medida em que a coletividade as caracteriza e as documenta politicamente. Nesses termos, o comum se relaciona com o pensamento ecosófico,⁸² no contato com as disponibilidades de todos os seres e ambientes, de todos os recursos materiais e imateriais;
- 2) Capacidade. O agir em comum é se valer da multiplicidade-em-nós que produz inúmeras capacidades: falar, pensar, imaginar, amar, deliberar, analisar etc. Considerá-las em devir, abertas à criação de outras capacidades. Ou seja, valer dessas e experimentar novas, analisando as suas perspectivas e seus efeitos.
- 3) Instituição. O comum colocado enquanto um processo de institucionalização. O comum como aquilo que se busca construir junto, não como algo do que já se dispõe. É um equívoco pensar no comum como anterior ao agir. O comum é o horizonte, envolve um risco que se assume em conjunto, não está num compartilhar preexistente. Sempre a conectar as conquistas se sedimentar com o processo que levou até elas, permanecendo em permanente movimento de reinvenção.

⁸² A ecosofia foi proposta por Félix Guattari na obra “Três ecologias”, publicada originalmente em 1989. Refere-se à articulação ético-política entre três registros ecológicos – meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana – em processos heterogêneos na produção de singularidades. (138)

Nicolas-Le Strat (137) problematiza a necessidade de haver interesses comuns como ponto de partida para a construção do comum, quando o interessante é pensar na importância da heterogeneidade e da diversidade de pontos de vistas para ampliar a capacidade de criação permanente do interesse comum que é decorrente do processo. Como ele afirma, o comum não é conquista nem condição prévia, mas construção:

O comum é alguma coisa que acontece, que fazemos acontecer coletivamente, e o fazemos em situação, numa conjuntura dada, destituindo cada realidade. O comum não se manifesta à frio, com base numa arbitragem ou arranjo qualquer; mas se determina sempre no calor, em contato direto com a dinâmica da experiência coletiva. (p.218-9)

O comum é algo que constrói, mas também evidencia a presença da mesma natureza que permite que estes entes se encontrem, uma natureza comum de multiplicidade-em-si, potência de diferenciar e composição de matéria terráquea. Evidentemente, não se trata da forma instituída, pretensamente igual, homogênea, totalizada nem universal. Numa intervenção, por exemplo, analistas e analisandos, como diz Monceau (101) tem a mesma natureza, por isso podem realizar uma análise coletiva das implicações. Como alerta Fuganti, parafraseando Spinoza, aquilo que atinge um ser ou uma determinada coletividade, seja para o bem seja para o mal (bons e maus encontros), é porque há algo comum entre agentes e afetados. De tal modo que localizar isso que há de comum por meio da análise das implicações – entrando em contato, inclusive, com a produção comum de estagnações, disciplinamentos e violências – é uma maneira de reunir condições para seguir o agir em comum. Lourau (1), por exemplo, recorda a diferença entre enunciar e denunciar. A denúncia é a ação de quem se coloca fora, como desimplicado e que usa da objetividade clássica para evocar a neutralidade. É a enunciação que provoca a análise coletiva de implicação, reconhecendo no meio, “enfiaado na lama, catando lixo, pegando caranguejo e conversando com os urubus” como canta Chico Science e a Nação Zumbi.⁸³

Entretanto, cabe ressaltar a prudência com a publicização das análises e movimentos em curso. Por mais que a análise institucional evoque a “regra do tudo dizer” e a abertura para a análise coletiva desses “subterrâneos” das implicações, há discursos e práticas sociais que têm necessidade de se manterem na invisibilidade, seja para sustentarem modos de vida alternativos, seja se acumularem forças para atuação na esfera mais pública e enfrentamento direto.

Lourau (28) afirma que: “O poder vive e se nutre de escondido, de não dito: portanto, na maior parte das vezes, é muito difícil revelar, ou deixar que outros revelem, essa

⁸³ cf. “Manguetown” (Nação Zumbi).

familiaridade, essa vinculação com o poder. É aqui que aparece a implicação.” (p.133) Essa formulação pode conduzir a dois equívocos a serem tratados com mais refinamento numa intervenção: 1) o poder não parte apenas de um núcleo central, mas é algo que se exerce pelas forças nas mais diversas posições e direções com suas respectivas contingências; 2) o suposto alienado pode estar operando de modo a ser imperceptível ou invisível.

Nessa linha, podemos ilustrar a operação pelo subterrâneo por meio da noção de “discursos ocultos” do antropólogo estadunidense James C. Scott.

Scott (139) constrói a ideia dos discursos ocultos numa contraposição a noção de discursos públicos como uma maneira de analisar de modo mais interessante a dominação e as artes de resistência. Explica que:

Todos os grupos subordinados criam, a partir da sua experiência de sofrimento, um ‘discurso oculto’ que representa uma crítica do poder expressa nas costas dos dominadores. Os poderosos, por seu lado, também elaboram um discurso oculto que enuncia as práticas e as exigências de dominação que não podem ser abertamente confessadas. A comparação do discurso oculto dos fracos com o dos poderosos e de *ambos* os discursos ocultos com o discurso público das relações de poder proporciona uma forma substancialmente diferente de entender a resistência à dominação. (p.19)

O discurso oculto descrito por Scott (139) possui três características: 1) É específico de um conjunto de sujeitos num determinado espaço-tempo; 2) Não se expressa apenas por falas-escritos, mas por práticas diversas (caça furtiva, simulação de trabalho, pequenos furtos, não pagamento de impostos etc.); 3) A divisão entre discurso oculto e discurso público é uma zona de tensão, jamais se firma como muro sólido.

A escravidão, a servidão e o sistema de castas são os tipos de dominação sobre os quais o autor se serve para formular as suas análises, sempre destacando que não se deve fazer uma transposição direta e automática para outros tipos de relação de subordinação-submissão-subalternização que existem nas sociedades ao longo da história e nos diferentes contextos. Em uma eventual transposição desse tipo, deve-se observar a regra de que

quanto maior for a disparidade de poder entre o dominador e o subordinado e quanto mais arbitrariamente esse poder for exercido, mais o discurso público dos subordinados assumirá uma forma estereotipada e ritualística [...] quanto mais ameaçador é o poder, mais espessa é a máscara (p.20)

Isso alerta a existência de movimentos e construções que operam fora do radar da percepção pública. Scott (139) adverte que há construções de espaços protegidos para expressão das mais diversas insatisfações dos subalternizados, que jamais aparecem explicitamente na arena pública. Isso não significa alienação nem conformismo, mas que o enfrentamento está sendo produzido por outras vias que não o confronto direto. Há uma

necessidade de preservação de uma invisibilidade para certas lutas se construírem e terem força de transformação. Há atuações políticas fugidias e veladas. Por outro lado, o discurso público para os dominadores reúne quatro operações – ocultação, eufemismo, estigma e unanimidade – para o exercício de poder de um modo “respeitável” e justificado.

Em razão dos diferentes motivos pelos quais algo é colocado na invisibilidade, é fundamental considerar numa intervenção como lidar com a “regra do tudo dizer” e as práticas de restituição, de modo que, ao mesmo tempo, as incidências de poder sejam enunciadas e colocadas à público e combata-se a instalação de panóptico do poder central-dominante ou de mecanismos de colonização para cercear as práticas de resistências e fortalecimento de linhas de fuga e de potencialização do instituinte. A manifestação das forças de resistência dos subordinados é interessante que emerja tão somente de um modo a ganhar mais musculatura, seja por enunciação para alimentar o ânimo dos resistentes, atrair novos adeptos, colaboradores ou simpatizantes, seja para ensaiar um enfrentamento. Isso tudo a considerar uma perspectiva da intervenção socioanalítica de construção do comum como espaço de singularidades e criação que rompe com a lógica da normatização e da ordenação classificatória dos poderes.

Nesse sentido, são inspiradores e muito potentes os movimentos na América Latina que reforçam as transformações sociais “desde baixo” para a construção de vida sociais emancipadoras e autônomas, que por vezes, operam ativamente na invisibilidade, tal como os zapatistas, para fugir aos olhares capturadores-capturantes dos modos de vida hegemônico-colonizadores (140, 141).

Também são instigantes as provocações e análise de Stefano Harney e Fred Moten (142) sobre a resistência dos “subcomuns” da pretitute ante às governanças que insistem em produzir tentáculos para perseguir as práticas fugidias de vida, advertindo sobre o controle por autogerenciamento desde baixo. Ou das brotações de vida nas ruínas do capitalismo que Anna Lowenhaupt Tsing (143), com sua arte de notar, encontra nas atividades dos catadores sul-asiáticos de cogumelo no noroeste estadunidense, que nos convidam a olhar para as outras modalidades de tempos e ritmos no “fazer mundos”, resistentes aos “sonhos” de progresso e modernização.

A produção do comum em contato com as brotações e resistências dos subterrâneos indica o movimento em permanente construção como aspecto fundamental numa intervenção.

Do seu modo, Schaepelynck (103) reforça a dimensão de processo e criação da instituição, ou seja, da institucionalização. Toma a instituição não como tendência rumo à

formatação normativas e legais, mas como meio de ação para inventar os arranjos de coexistência e sociabilidade. Afirma a reversão:

A reversão das lógicas dominantes e opressivas, sejam elas capitalistas e opressivas, sejam elas capitalistas, racistas, sexistas ou anti-loucos, supõe uma reversão das instituições estabelecidas, mas em um sentido particular, supõe reverter a inclinação da institucionalização nela mesma: não mais normalização mas polifonia, não mais esclerose mas destituição permanente de tudo o que ameaça congelar, assujeitar as práticas instituintes a uma gestão positiva, a uma estrutura opressiva (p.117, tradução minha)

Uma reversão que está manifestamente associada ao agir em comum em contraposição à aplicação reprodutiva de normas existentes: “Reversão que passa por uma redefinição das instituições a partir de uma práxis comum, fazendo da institucionalização outra coisa que uma normalização ou uma legitimação pela ordem estabelecida: um processo de criação.” (Schaepelynck (103), p.122, tradução minha)

A análise institucional em ato é justamente exhibir que há uma espessura na institucionalização, que permita perceber o jogo e a composição das forças políticas e subjetivas em ação no processo. A intervenção, vir entre, pelo meio é produzir uma espessura no que está achatado. Uma espessura que exhibe a multiplicidade em ação e porosidade daquilo que quer parecer fino e compacto.

- texto 3 -

**na montanha de lixo: entradas no meio de assembleias de centros de atenção
psicossocial e encontro com outras intervenções**

“Lixo é resto e descuido” (Estamira)

“Se o mundo é um lixo, eu não sou” (Caetano Veloso)

Estou no meio de uma montanha de lixo. Embora, trata-se mesmo de uma expressão colocada para provocar estranheza e incômodo, espero que isso não conduza a interpretações apressadamente negativas. Faço um apelo à espiritualidade em substituição à cegueira ao imediato do desagrado e da ira.

A minha montanha de lixo por um lado tem um aspecto metafórico-subjetivo, tal como dizia o “solitário anônimo”⁸⁴ que só queria morrer porque o seu passado era uma montanha de lixo. Nesse sentido, a montanha de lixo tem total relação com esses tempos muito tristes da experiência humana: é a longa pandemia de covid-19, é governo fascista no Brasil, é a razão neoliberal... é uma combinação de empuxo ao desânimo, à tristeza e à depressão, sobretudo, para quem não se rende completamente ao ódio fascista. Por outro lado, esse lixo todo se refere a aspectos mais objetivos-materiais que são os meios pelos quais circulei nessa pesquisa: as intervenções socioanalíticas na saúde no Brasil, tanto a que realizei quanto as que li.

Lixo é rejeito, é resto de algo aproveitado, é embalagem de produto consumido, é alimento vencido-azedo, é destroço, é escombro, é ruína, é qualquer coisa que não serve mais ou perdeu a utilidade para alguém. Mas nem tudo que vai para o lixo é desprezível e descartável. Há tesouros no lixo, tal como vemos em filmes como “Estamira” (Marcos Prado, 2005) e “Lixo Extraordinário” (Lucy Walker, 2011), e há pessoas que vivem deles. Nem todo o lixo vai parar em aterros sanitários. Há o lixo reciclável que entra no circuito da coleta seletiva e cooperativas de reciclagens. A montanha se decompõe em objetos com seus diferentes valores comerciais, encontra-se o que há de valor afetivo e de valor para a vida social, descarta-se aquilo que não encontrou serventia alguma naquele momento. O catador é um tipo de analisador do circuito das mercadorias e dos afetos biopolíticos naquele momento. Um catador cartógrafo, ao modo descrito por Deleuze e Guattari (144), que traça as suas ações pela sequência da sua caminhada em meio às condições sociopolíticas existentes

⁸⁴ Referência ao documentário “Solitário anônimo” de Débora Diniz, que está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uT'ZEDtx8noU>. Acesso em 20set22.

e aos acontecimentos, cria a sua trajetória, ao invés de restringir-se a percorrer pelos trilhos deixados pelos outros. Exibe os nossos modos de viver-acumular-descartar-reciclar, exhibe as precariedades empilhadas em cada (sobre)vivente, exhibe as resistências persistentes da natureza inventiva e criadora em nós.

No mundo capitalista que quer produzir sem parar e a qualquer custo, a montanha de lixo só cresce. Acumula-se demais e precisa encontrar novos expurgos. Há exportação de lixo dos países do centro para os da periferia do capitalismo.⁸⁵ Países e regiões viram campos de coleta de mineração de lixo, mas também enormes aterros ou lixões.

Até pessoas vão parar no lixo, seja literalmente para sobreviver de algo que pode ser extraído dos lixões e aterros, seja “metaforicamente” por serem tratadas como restos e sobras da produção ou por serem atiradas na famosa “lata do lixo da história”. Numa sociabilidade orientada pelo imediatismo dos “cancelamentos e lacrações”, esse descarte é apressado e banalmente sentenciado.

Perguntamos. Por que se produz tanto lixo? Será que jogamos no lixo as forças de transformação social em benefício da reprodução social bem asseada? Será que para sustentar a reprodução social bem higienizada não produzimos muito lixo? Será que nas mudanças sociais não jogamos coisas demais no lixo? Será que produzimos muito lixo para produzir aquilo que nos interessa? Será que o lixo é inerente a produção de qualquer coisa ou de todas as coisas? Será que não deveríamos jogar certas coisas no lixo ao invés de acumulá-las? Como enterrar, queimar, livrar-se do que não presta sem deixar que isso nos sufoque?

Há muitas perguntas retóricas aqui que fazem, inclusive, crescer mais e mais a montanha de lixo.

Para o bem ou para o mal, para além do bem e do mal, é certo que me percebo no meio de uma montanha de lixo.

No Caps Miríades,⁸⁶ o lixo é uma pauta frequente. A Srta E. (F)⁸⁷ quer falar em todas as assembleias da necessidade de cuidar do lixo no Caps. Ela quer lixeiras para a seleção e separação do lixo para reciclagem. Jaime (U) reclama dos lixos que os colegas jogam pelo

⁸⁵ Tal prática é exibida em matérias, tais como: Por que a América Latina se tornou novo ‘lixão’ dos EUA (<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60304415>); Deserto do Atacama vira ‘cemitério’ de roupas usadas (<https://www.youtube.com/watch?v=aNFsbPm1Nh8>); O país da África que se tornou um ‘cemitério de eletrônicos’ (https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab); A África soterrada pelo lixo plástico do Ocidente (<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-africa-soterrada-pelo-lixo-plastico-do-ocidente/>); Sudeste Asiático se revolta contra os resíduos do Ocidente: ‘Não seremos o lixão do mundo’ (<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48489791>). Acesso em 20set22.

⁸⁶ Os nomes dos serviços e dos participantes são fictícios.

⁸⁷ Junto ao nome fictício dos participantes, acompanha uma letra para tipificá-los: U – Usuário; P – Profissional; G – Gestor; C – Convidado; F – Familiar; R – Residente.

Caps e da sujeira que fica depois das refeições. Reclamam que os frequentadores do bar vizinho jogam lixo na calçada tomada pelo mato deste Caps, o que faz acumular as misturas de sujeira e abandono aos olhos da vizinhança. “Ninguém aguenta mais falar de lixo”, reclamam os profissionais da equipe e alguns usuários impacientes. “Vamos combinar de não falar de lixo”, sentenciam. “Lia (P) vai arrumar lixeiras com o pessoal da Cipa⁸⁸”, contemporizam. “Não há mais nada a dizer sobre lixo”. Mas o lixo insiste e persegue.

No Caps AD Rastilho, vizinhos sem lixeiras próprias empilham seus lixos na lixeira do Caps. Elevam uma montanha de lixo às escondidas, mas já foram flagrados pelos frequentadores do Caps e a coordenadora promete tratar o assunto com eles. Úrsula (U) alerta que os moradores de rua, grande parte dos frequentadores desse Caps, produzem muito lixo no centro da cidade, o que justificaria medidas restritivas à distribuição de comida a eles.

No Caps AD Profusão, o dono do bar da vizinhança, hostil ao Caps, espalha lixo na calçada deste serviço para dar vazão ao seu ódio aos usuários de drogas, que ele julga desprezíveis e incômodos. Pessoas que vivem nas calçadas deste Caps deixam os seus lixos pela redondeza. Pombos invadem o Caps atrás de restos de marmitas nas lixeiras ou para pegar alguma comida dada por algum usuário solidário com as aves. A equipe exclama: “Pombos trazem doenças! Não alimentem os pombos!”.

Usuários de drogas e, por vezes, também dos Caps, procuram abrigo em frente ou nos arredores dos Caps AD Profusão e Borbotão em busca de alguma proteção social: comida, estar próximo do local de cuidado para voltar sem depender de transporte, evitar a escalada da violência policial contra eles, dormir em grupo de conhecidos. Mas a vizinhança não os quer por ali, pois são perigosos, são assustadores e desvalorizam a região. São considerados como verdadeiros “lixos fora da lixeira”. Os profissionais se sentem pressionados para “convencer” esses usuários a deixarem o entorno dos Caps, pois não querem mais indisposições com a vizinhança.

Entrei nessa montanha pelas assembleias de quatro Caps, mas me sentia já no meio de outra montanha: artigos e escritas sobre intervenção.

No meio dessa crise social e política terrível em que o país está metido, me percebo cercado de montanhas de lixo.

O lixo emerge como um analisador do que se produz no meu inconsciente e direciona o meu olhar, mas há algo que é captado também nos encontros produzidos nesse

⁸⁸ Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

trabalho, seja nos Caps, seja com o material produzido para a academia. Aí vem a análise de implicação.

A academia também quer minha contribuição para crescer a sua própria “montanha de lixo”: artigos, artigos, trabalhos em congresso, apresentações, capítulos, livros, artigos, artigos! Pierre Dardot é direto:

Há pretensões frequentemente fictícias de independência da universidade ou da pesquisa científica que mascaram uma submissão ao conformismo e ao carreirismo. Os pesquisadores titulares nem sempre têm a liberdade de pesquisar o que merece ser pesquisado, mesmo aos seus próprios olhos. Muito comumente eles precisam obedecer a condicionantes institucionais e a injunções burocráticas para existir no campo da pesquisa, quer no plano dos financiamentos, quer no plano do reconhecimento profissional. (145, p. 277)

Greiner (146) conta a história de Keguro Macharia, que deixou inesperadamente a sua boa posição acadêmica nos Estados Unidos da América para retornar para o Quênia, quando notou que a academia determinava o que ele deveria desejar e exigia que fosse eternamente grato pela posição, pelo emprego e pela visibilidade que foram proporcionados a ele.

Se isso ocorre dentre titulares e ilustres, é possível, sem grandes esforços, imaginar como isso se espalha dentre os subalternos da academia. O professor Macharia, é bom que se ressalte, era um homem negro sobre o qual incidia mais violentamente as ordens de produção para inserção no mundo acadêmico.

Perceber-me no meio dessas montanhas de lixo trouxe o alívio de nomear algo que se encontrava difuso, criando fantasmas e paralisias. Agora sei que estou no meio da montanha de lixo.

O “solitário anônimo” tentou se deixar morrer sufocado pela montanha de lixo, mas os devotos profissionais de saúde lhe enfiaram soro pelas veias e comida pela goela. Ficou vivo, mas para reafirmar que seu passado era uma montanha de lixo e não conseguiu sequer morrer. Ao me recordar dessa história penso que é melhor tentar dar algum destino à montanha que encontrei, antes que ela venha a me encobrir completamente.

Deste modo, na tentativa de conciliar as pretensões de análise, intervenção e pesquisa com o princípio do “meio”, construímos um estudo em que isso se mostrasse explicitamente presente. Quis fazer uma análise das intervenções socioanalíticas no campo da saúde, mas estando no meio do processo. Olhar a prática de colegas praticantes de AI, enquanto praticava uma intervenção. No recorte temporal proposto pelo estudo, de 2014 a 2021, tive duas oportunidades de “intervenção”: 1) No Centro de Educação dos Trabalhadores da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas/SP; 2) Em uma entidade que reúne

diversos equipamentos de acolhimento de crianças e adolescentes em um município do interior do estado de São Paulo. Em ambas as experiências, eu estive com colegas analistas do mesmo grupo de pesquisa⁸⁹ e o trabalho foi realizado junto aos profissionais e gestores. Nesta pesquisa de doutorado, entretanto, eu queria realizar uma intervenção que envolvesse os usuários dos serviços, pois me pareceu um modo de estar “mais no meio”. Fui sozinho ao campo, um solitário quase anônimo.

Tal como explicado na apresentação dessa tese: a intervenção que realizei nos Centros de Atenção Psicossocial tomou uma centralidade no estudo. De tal modo que começarei por uma apresentação analítica da intervenção e, metido no meio da experiência, dialogarei, posteriormente, com as publicações que relatam intervenções socioanalíticas nos últimos anos no campo da saúde no Brasil e com duas outras experiências como interveniente que tive durante o doutoramento.

⁸⁹ Diretório de Pesquisa do CNPq Análise Institucional & Saúde Coletiva.

- parte I -

entre idas e vindas nas assembleias de centros de atenção psicossocial

Pensei em uma estranha proposta de intervenção. Talvez tenha almejado realizar um duplo *twist* carpado sem ter o talento da ginasta Daiane dos Santos e “caí de bunda” no chão. Embora seja tentador, não é o caso de cair em lamentação e choro como fez Diego Hypólito quando se encontrou nesta situação constrangedora, mas analisar os movimentos para compreender se há ajustes a serem feitos para novas tentativas, se há necessidades de mais treinos e fortalecimento, ou se há impossibilidades de execução disso que procurei fazer. Mas sem querer evidentemente criar tecnicidades descoladas da atividade política, como algum leitor maldoso pode querer interpretar com esta metáfora olímpica.

Entrei no meio do fluxo das assembleias de quatro Centros de Atenção Psicossocial do município de Campinas, SP em meados de 2021. A entrada estava prevista no desenho do projeto de pesquisa, mas ficou suspensa devido à emergência e à longevidade da pandemia de covid-19. Enquanto as restrições às atividades sociais diminuía a cada dia em 2021 – até mesmo causando certa apreensão pelo grande número de pessoas em estádios de futebol, shows musicais e em grandes áreas comerciais –, esses serviços de saúde mental, numa velocidade muito mais lenta, voltavam a promover encontros grupais. No Caps Rastilho, na assembleia de 08 de novembro de 2021, um usuário em tom provocativo analisa que o Caps parecia o Egito, pois estava vivendo do passado e parado no tempo, enquanto as mudanças aconteciam ao seu redor. Reclama que o Caps não retomava as atividades em grupo, necessárias e possíveis no seu entendimento, enquanto quase tudo reabria e voltava a funcionar. Animado com sua comparação, ele fala de múmias e deserto para se referir às ações do Caps. Deixava visível como um serviço criado na perspectiva de base territorial e conectado com a dinâmica dos seus usuários opera num fluxo tão díspar, desconectado. Em 13 de junho de 2022, uma profissional disse que estavam retomando as atividades grupais e me trouxe à memória imediatamente, a análise sobre Egito e suas múmias no meio do deserto. Ao longo de sete meses, o “estamos em obra” continuou anunciado da mesma maneira.

De todo modo, a minha primeira ida a campo foi em 25 de outubro de 2021 no Caps AD Rastilho. Voltei nesse Caps, mais 16 vezes até 18 de julho de 2022. Iniciei minhas idas no Caps Miríades em 29 de outubro de 2021 e continuei até 13 de julho de 2022, num total de 12 participações em assembleia. No Caps AD Borbotão, estive 12 vezes, entre 03 de novembro de 2021 e 06 de julho de 2022. No AD Profusão, eu comecei no dia 02 de

dezembro de 2021, exatamente no dia quando elas foram retomadas nesse Caps, e fui até o dia 20 de julho de 2022, num total de 15 participações.

O contato inicial para autorização do trabalho de campo foi com a entidade filantrópica⁹⁰ responsável por estes Centros de Atenção Psicossocial, que intermediou o contato com as coordenadoras desses serviços, com as quais combinei por e-mail e *WhatsApp* a primeira ida aos respectivos Caps. No Caps Rastilho, eu tive uma conversa individual com a coordenadora e, no Caps Borbotão, eu fui convidado a falar da pesquisa em uma reunião de equipe antes de iniciar a participação na assembleia. De qualquer modo, todas as explicações sobre a pesquisa e eventuais combinados foram feitos na assembleia. Ao longo das minhas participações, o contato com as coordenadoras foi apenas para algum ajuste de agenda.

Ao longo de todo o período, a assembleia do Rastilho e do Borbotão manteve o dia e horário, enquanto nos outros dois houve mudança. Já nos primeiros meses, a mudança do horário da assembleia do Miríades coincidiu com o horário do Borbotão e, já nos últimos meses, a assembleia do Profusão também passou a acontecer no mesmo horário. Razão pela qual as minhas idas nesses Caps tiveram frequências diferentes.

Ao modo de um catador e, por vezes, ao modo de um diretor de cinema mais distante e em diálogo com os catadores – como no documentário “Lixo Extraordinário” –, eu entrarei em contato com as movimentações políticas e produção de conhecimento nas assembleias decompondo-as e selecionando-as de diversas maneiras e por diversos arranjos para tentar construir algumas figuras.

Iniciarei com uma descrição a respeito da organização geral das assembleias, que mantém um enquadre semelhante entre os Caps. Na sequência, apresentarei algumas singularidades das assembleias de cada Caps, procurando localizar os movimentos institucionais presentes e como os participantes, inclusive eu, lidaram com essas questões. Na sequência, trarei tópicos com algumas movimentações políticas que envolvem os Caps de modo mais conectados entre eles e destacarei alguns sujeitos que emergiram como analisadores durante as assembleias. Na seção final desta primeira parte, levantarei quatro pontos, que são “esporos” soltos, e como foi o pouso deles nas restituições.

⁹⁰ O mesmo pedido de autorização para participação nas assembleias foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Campinas. Após um mês do pedido, em 25/03/21, requisitei uma resposta e recebi a seguinte mensagem: “Eu não tenho conseguido priorizar análise de Projetos, considerando que não está autorizada a entrada nos serviços até voltarmos para fase amarela. Sei que tem o trâmite com CEP, mas te peço tolerância neste momento.” Nunca mais tinha nenhuma resposta e não insisti.

I.I. enquadres e escapes das assembleias

O que é uma assembleia?

Existem algumas **definições** e **experiências sociais** que nos fornecem algumas explicações do que significa uma assembleia.

Em dicionário de política, encontramos que assembleia, em termos gerais, é “qualquer tipo de reunião de várias pessoas para discutir ou deliberar sobre questões comuns” (p.60), podendo acontecer em esferas privadas (entre sócios, com acionistas, em um condomínio etc.) e públicas (legislativa, constituinte, nacional). A assembleia, em termos de governo, pode adquirir sentidos diferentes a depender de qual é a sua atribuição e o seu poder decisório. Pode ter uma função mais demarcada e restrita, pode ter uma perspectiva mais ampliada de uma participação direta, sem representatividade. A depender do poder atribuído à maioria, a assembleia pode promover o que se chama de “tirania da maioria” que impõe a sua vontade sem freios, que pode ser extremamente violenta ou até mesmo letal para os grupos minoritários. (147)

Pessoalmente, eu pude participar de assembleias estudantis e entre trabalhadores motivadas por períodos críticos de enfrentamento contra a precarização e envolvidas sobretudo por movimentos grevistas. Se a minha memória não me trai, esses momentos eram mais reativos à percepção do aumento de prejuízos e precarizações do que animados por lutas por condições melhores e, muito menos, em defesa de outras maneiras de viver. Havia momentos de proposição que visavam até condições melhores, mas de modo mais reativo, para mitigar o sofrimento de um modo de viver normatizado e precarizado. Em momentos mais frios, as assembleias de trabalhadores que eu participei eram correspondentemente frias e esvaziadas de pessoas e ideias. Grosso modo, em termos guattarianos, tratou-se de grupos muito mais assujeitados, com um ou outro momento mais sujeito. Essas assembleias eram, quase sempre, circunscritas a um grupo social: estudantes ou trabalhadores. Por vezes, havia usuários em algumas assembleias, especialmente, no decorrer das manifestações públicas, como paralizações ou greves. As assembleias que envolviam trabalhadores e direção, por exemplo, foram bem mais raras. O encontro de trabalhadores e direção era “preferencialmente” realizado em reuniões com “representantes” a portas fechadas, o que evidentemente tende a favorecer o grupo menor que está alocado no centro do poder, pois traz a discussão para o seu território e retira a força política da performance “dos corpos em aliança”, para usar uma expressão de Judith Butler (148).

Não se mobiliza as pessoas para uma assembleia facilmente, existem determinadas condições sociais e políticas para que ela emerja: forte razão para luta pública, reunião de forças para o enfrentamento, produção de um comum agregador em devir. Lembro de uma vez ter tentado mobilizar uma assembleia geral na chegada de uma nova superintendente à organização onde eu trabalhava. A proposta não encontrou eco nem sequer entre meus colegas “operários” da saúde mental.

Estive em poucas assembleias de condomínio, que se mostraram bem limitadas ao cumprimento de uma formalidade: aprovação do que já vem “pré-aprovado” e eleição de quem já vem “pré-eleito”. Havia poucos moradores presentes e menos ainda participando ativamente.

Dentre todas, as minhas experiências em assembleias de Caps, como psicólogo do serviço, foram um tanto diferentes. Primeiramente porque essas assembleias tinham regularidade e importância cotidiana. Eram semanais, previstas dentro de uma grade de atividades, com registro em ata e uso do espaço para o acompanhamento do funcionamento geral do serviço. Do uso do banheiro à discussão sobre violência, da ausência de lixeiras suficientes à construção de oficinas terapêuticas, quase tudo passa pela assembleia. Mas nem tudo (ou pouca coisa) é construído inteiramente nela. Como marca da regularidade e da relevância cotidiana, existem as denominadas assembleias “extraordinárias”, que são formadas para tratar de situações a quente: furtos, agressões, ameaças de violência etc. Segundo, sempre foi um espaço mais heterogêneo, pois envolvia pelo menos profissionais e usuários, mas com a presença regular da gestão local e a possibilidade de participação de familiares de usuários, outros representantes da gestão, de estudantes e convidados. Entretanto, essas assembleias nem sempre, ou quase nunca, se aproximam da “totalidade” das pessoas que poderiam ou deveriam participar, o que a torna parcial, sem grande relevância política dentro dos serviços, preservando o poder instituído na gestão central e/ou clandestinidade das atuações micropolíticas nos “corredores” e “subterrâneos”. É nítido que há uma potência e um simulacro em questão.

Hess (66) afirma que

Na socioanálise, o dispositivo privilegiado do trabalho sociológico é a assembleia geral. O saber produz-se, então, num grupo que reúne todos os níveis hierárquicos do estabelecimento, eventualmente utentes, etc. (p.209)

Tal afirmação ressalta dois aspectos importantes para ser considerado na análise sobre o que acontece numa assembleia e sua importância para a coletividade em questão e para a AI: ser geral e ser um dispositivo.

O primeiro aspecto é que Hess (66) a adjetiva. Refere-se à assembleia geral, o que designa a participação direta de todos os envolvidos, uma abertura ampla e receptiva à palavra de pessoas alocadas nos mais diversos setores de uma determinada organização social, de várias classes sociais, gêneros, posicionamentos políticos, idades etc. Isso para a socioanálise é importante para favorecer o aparecimento da heterogeneidade, com ampliação de pontos de vistas sobre as relações institucionais, o que certamente permite uma localização melhor dos analisadores, alimenta a multiplicidade na análise coletiva de implicações e uma operação mais transversal.

Lourau (15) nas suas reflexões sobre assembleia na Uerj em 1993 relata que tal multiplicidade é também uma abertura, dá brechas para enunciações que incluem questões aparentemente mais íntimas:

[...] nas primeiras assembléias da Revolução Francesa, entre 1789 e 1790, as regras do parlamentarismo ainda não tinham sido inventadas e reinava, segundo consta, uma grande liberdade de expressão. [...] Numa dessas primeiras assembléias, um homem foi até a tribuna sem ser oficialmente um representante do povo - fato, inclusive, muito comum à época - e se pôs a contar seus sofrimentos. Seu maior sofrimento era a enurese noturna. Assim, 150 deputados ficaram sabendo que um cidadão fazia xixi na cama e que, por isso, era muito infeliz. A enurese, segundo o relato, tinha feito sua mulher e filhos o abandonarem. Era um homem infeliz falando de sua infelicidade na assembléia geral, e sua intervenção foi muito bem acolhida. Encorajado pelo presidente da assembléia a continuar sua estória, tal homem a concluiu sob aplauso geral. Essa restituição não foi vista, então, como um acting out, uma passagem à ação. Há também tal liberdade no clima socioanalítico. Liberdade de não considerar como meras atuações as restituições de cunho “íntimo”. Esse tipo de relato é considerado uma restituição normal e, como tal, pode produzir os mais variados efeitos. Ao dizer isso, gostaria de assinalar que, não raro, há dificuldades enormes em gerir esse tipo de acontecimento. Mas faz parte do trabalho do socioanalista. (p.58)

Ou seja, Lourau (15) ressalta a importância da porosidade à multiplicidade nas falas, o que faz ampliar o alcance da análise política e do enlace social. Aliás, encontrar espaço para tratar das suas infelicidades, sem praticá-las de modo distorcido, tal como é recorrente no fascismo, não é algo qualquer nem pode ser tratado como desprezível. Os últimos anos no Brasil e em outras partes do mundo que o digam!

O segundo aspecto da afirmação de Hess (66) é de que a assembleia geral é um dispositivo do trabalho socioanalítico.

Ao explicar o que compreende como dispositivo, Lourau citado por Penido (149) ressalta que:

O dispositivo não é estrutural, mas operacional. No referencial imposto pelo estruturalismo, nós pensaremos também em matemática, nos operadores de funções por categoria ou transformadores da estrutura. A

reflexão aqui desenvolvida tenta escapar a esta velha e sempre nova problemática. O dispositivo é, por hipótese, estrutura-ação ou, mais simplesmente, um evento produzido para organizar o porvir segundo um plano que, se não submetido aos constrangimentos do segredo institucional ou da clandestinidade, pode se mostrar, se analisar, se justificar. (p.251)

Ao falar diretamente sobre a assembleia socioanalítica, Lourau (15) acrescenta que:

Na Assembléia Geral socioanalítica, há um dispositivo em triângulo. Existem as pessoas que, a princípio, apenas vêm à Assembléia - os participantes -, a equipe organizadora, e a equipe de interventores (socioanalistas). São as relações entre esses três grupos que estudamos. O que propomos é a análise dessa relação, sob a forma de uma discussão coletiva. Geralmente é muito difícil realizá-la. Há sólidas resistências à análise coletiva em todo trabalho de intervenção. Essa resistência pode vir do grande grupo, chamado grupo-cliente, que é sempre dividido, nunca homogêneo, e tem as suas próprias contradições. Essa resistência pode vir da equipe que organizou o encontro, o acontecimento, que passou a encomenda de análise aos socioanalistas. E essa resistência pode vir... dos socioanalistas. (p.31)

Além dessa possibilidade de fazer ver as resistências no encontro entre as diferentes posições numa assembleia geral, Lourau (15) afirma que esse dispositivo cria uma autogestão-artifício, numa perspectiva de construir um ambiente revolucionário que permitiria a entrada de acontecimentos fortes de análise que expõem a “instituição invisível” em operação. Nesse sentido, os momentos revolucionários são marcados pela ampla mobilização diante desses acontecimentos, prescindindo do trabalho do analista institucional. Sinteticamente, Lourau afirma que: “Aquilo que se passa espontaneamente num clima revolucionário, quanto ao funcionamento de uma assembleia, talvez seja o que tentamos reproduzir com um simulacro.” (p.35)

Numa perspectiva um tanto diferente, mais num sentido de participação cidadã e democrática e nem tanto revolucionária, Franco Basaglia e parceiros da Psiquiatria Democrática Italiana colocam as assembleias de setores e a assembleia geral como um recurso importante no cuidado em saúde mental. Aliás, é notório que ser democrático na psiquiatria era bastante revolucionário naquele momento.

Ao descrever o funcionamento das assembleias, Nino Vascon (35) ressalta esse aspecto da cidadania que ultrapassa a visão patológica dos doentes mentais:

Não raro um doente em crise quer sentar-se à mesa central, perturbando os trabalhos e gerando, com sua atitude, uma forte tensão no grupo. Nesses casos suas provocações e sandices são neutralizadas pelos demais doentes com extrema delicadeza. Na realidade seu comportamento é repreendido, não do ponto de vista da doença, mas no plano das relações mútuas, da sensibilidade recíproca, etc. (p.24)

Coerentemente com a máxima deste movimento de “colocar a doença entre parênteses”, Vascon (35) reforça que a fala do doente não é combatida, ignorada, menosprezada pelo uso da sua condição patológica, mas pela dimensão da sua implicação nas relações sociais.

Entretanto, Slavich (150), que também foi integrante da Psiquiatria Democrática Italiana, discute as contradições nesse processo de participação ativa dos doentes nas primeiras experiências italianas e que certamente retratam desafios importantes para se considerar nesse arranjo dos serviços de saúde mental com assembleias. Ele problematiza a imagem de um “autogoverno” construído, no qual os doentes encontram um limite no seu poder decisório que não atinge “estruturas mais profundas”. Afirma que é delegado ao doente um ‘autogoverno’ adequado às decisões e aos objetivos do poder técnico ao médico, ainda que seja um médico de vanguarda. Destaca quatro tipos de debate que acontecem nas assembleias e que revelam os limites decisório dos doentes: 1) O doente não tem poder de decidir pela liberação, transferência ou visitas a familiares; 2) As decisões terapêuticas são de domínio médico, pois o doente não reúne poder técnico para criticar o tratamento; 3) O doente não tem nenhum controle administrativo sobre os prazos e maneiras de aplicação das decisões; 4) As possibilidades de decisão mais efetivas dos doentes e a que prevalece nas assembleias é a sobre a convivência no interior do hospital e criam a aparência de autogoverno. Isto é, os mandatos sociais de exclusão e cura atribuídos ao serviço não são genuinamente abertos à contestação na assembleia.

Além dessas definições, expectativas, problematizações sobre assembleia que encontramos em algumas análises teórico-práticas, é interessante pensar como isso é atualizado nos **enquadres e escapes produzidos nas assembleias de Caps** das quais eu participei.

Ressaltarei aspectos mais gerais das assembleias nos quatro serviços e, em certa medida, comuns entre elas, sinalizando algumas diferenças. Isto decorre de uma constatação de que há um ritual que grosso modo se repete em todos os serviços, sempre com a previsão de um encontro de uma hora com frequência semanal. Além disso, vamos considerar **cinco elementos** que criam a imagem de uma assembleia nesses serviços: 1) formação da roda; 2) apresentação dos participantes; 3) definição do que é assembleia junto aos participantes; 4) coordenação do encontro; 5) registro.

Foi corriqueiro a assembleia começar com uma organização coletiva das **cadeiras em círculo em uma área de convivência** do serviço. Apenas, no Caps AD Profusão

algumas assembleias aconteceram no ateliê.⁹¹ A organização da roda foi quase sempre estimulada pelo chamado de algum profissional ou a coordenadora do serviço. Foram bem raras as situações que usuários tomaram a iniciativa de arrumar as cadeiras antes da chamada de alguém da equipe. Isso ocorreu pelo menos uma vez no Rastilho e uma no Miríades. Houve ocasião em que um profissional chamou timidamente as pessoas para participar, foi praticamente ignorado, arrumou a sua cadeira, sentou-se, fixou-se no seu celular e aguardou as outras pessoas arrumarem o espaço. Em outra ocasião, esse mesmo profissional se sentou em uma cadeira já posicionada onde em seguida seria formada a roda da assembleia, abriu o seu celular e disse aguardaria o início da assembleia.

A preparação da roda foi pauta em algumas assembleias como um meio de justificar que “todos” – neste caso, gestão local, profissionais e usuários – são responsáveis por organizar o espaço, reunir as pessoas e iniciar a assembleia. Nestas ocasiões, ouvi profissionais dizerem que os usuários tinham autonomia para preparar, propor e iniciar a assembleia.

Apenas uma vez, eu ouvi algum usuário problematizar a assembleia no formato de círculo, dizendo que ele conhecia apenas assembleia com uma pessoa colocada à frente de um grupo de pessoas enfileiradas. Neste dia, como a assembleia começou imediatamente em seguida com outro assunto, eu acabei não investigando melhor sobre isso. Certamente, essa disposição cirandeira é favorecida pelo número pequeno de participantes: em torno de 15 pessoas, no máximo 25. Sim, esses números são imprecisos, seja porque não me ative a eles, seja porque a dinâmica da assembleia permite entradas e saídas, participações pontuais, “espiadas” e “participações à distância”:

Tina (U), fora da roda, faz coro para as falas de Úrsula (U). (Borbotão, 12/01/22)⁹²

Usuário, que estava ‘meio fora da roda’, reclama que alguns usuários podem vir ao Caps todo dia e outros não. (Profusão, 10/03/22)

Um usuário que estava de fora da roda, diz que também vai participar [da preparação da caixinha de sugestão] e que estava acompanhando toda a conversa mesmo de fora. (Miríades, 30/03/22)

Apenas no Caps Profusão, eu presenciei situações de troca de lugar com a assembleia em funcionamento. Como era a única assembleia que acontecia em lugar aberto, houve necessidade de trocar de lugar para aproveitar melhor a sombra da árvore. Além disso, foi

⁹¹ Nesses Caps, existe uma sala chamada “ateliê”, onde ficam materiais de arte-artisanato-criação. É uma sala relativamente maior, onde ocorrem atendimentos individuais, grupos e oficinas terapêuticas que utilizam esses materiais.

⁹² Os registros do diário de campo são apresentados em *itálico* para diferenciá-los das citações bibliográficas.

preciso fazer a mudança da sombra da árvore para o ateliê em duas ocasiões: a equipe possivelmente faria uma contenção física de usuário e o conserto de uma porta. Também aconteceu o contrário, de precisarmos mudar do ateliê para debaixo da árvore, por causa da filmagem de entrevistas para um documentário.

Não foram incomuns os atrasos para o início da assembleia. Alguns menores, mas cheguei a registrar atrasos de 40 minutos. O mais raro, na verdade, era o início no horário marcado. Certamente, no Caps Borbotão, os atrasos foram menores ou menos frequentes. No Profusão, os atrasos eram tão frequentes que todos, inclusive eu, passaram a considerar que ela começava 30 minutos depois do “horário oficial”. A situação tomou a seguinte proporção: começou a atrasar 30 minutos ou mais além do atraso oficializado. Um profissional disse que a assembleia começava “a partir das 14h”, sem se comprometer com horário exato.

Diante dos atrasos, os usuários e alguns familiares manifestaram insatisfação, seja pela espera, seja por terem outros compromissos. Por vezes, profissionais e gestoras ao chegarem se desculpavam ou se justificavam. Por vezes, também aproveitavam o atraso para reforçar que os usuários poderiam por conta própria dar início e fazer a assembleia. Como a assembleia é do Caps e não uma assembleia de usuários, não consigo ver muito sentido nessa convocação para essa espécie de auto-organização. Embora não seja desprezível a ideia de uma assembleia de usuários, só não entendo que seja a mesma coisa.

Houve casos de cancelamento das assembleias no Profusão e no Borbotão no horário que elas aconteceriam. Em geral, isso aconteceu em função de uma situação crítica naquele dia ou por causa de um momento mais difícil do serviço. No Borbotão, houve um cancelamento em janeiro de 2022, quando havia dois usuários em crise intensa e muitos profissionais afastados por causa de covid-19⁹³ e de férias. No início das minhas idas ao Profusão me deparei com diversos cancelamentos. Não observei que tais cancelamentos foram informados aos usuários e eu só fui informado à medida em que questionei diretamente os membros da equipe, que daí apresentavam alguma justificativa.

Na preparação para a assembleia, eu me percebi bastante vacilante. Foi um dos momentos em que ficou evidente o desafio de me localizar entre profissional-pesquisador-analista/analizador. Por um lado, eu tinha o interesse em observar como era a preparação deles e aproveitava esse tempo para conversar com algum usuário, profissional ou gestora. Por outro lado, eu sentia a necessidade de ajudar na organização de cadeiras. Bem raramente,

⁹³ Janeiro de 2022 foi um mês de pico de novos casos de covid-19 no Brasil (Informação disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 04out22). No Caps Miríades, houve um esvaziamento de usuários em assembleia nesse período por esta razão.

eu convidei usuários e profissionais para participar. É estranho constatar o quanto eu não me movimentei para fazer esses convites: me senti estrangeiro demais para fazer isso. Minha noção instituída de que o convite deveria partir do anfitrião se manifestou nestes momentos. Certamente, há algum nível de intimidação à iniciativa de autogestão que me atravessou e não soube me desvencilhar de modo interessante.

Feita a roda, o ritual da assembleia continua com uma introdução dividida em duas partes: “o que é a assembleia” e a apresentação dos participantes. Nem sempre essa introdução teve essas duas partes. A **apresentação das pessoas** presentes ocorreu na grande maioria das assembleias em que participei. Foi frequentemente realizada como uma maneira de registrar o nome das pessoas presentes em ata, para tal segue uma ordem horária ou anti-horária e acaba por adquirir a cadência da escrita do relator. Raras vezes, o relator anotou os nomes, prescindindo da apresentação individual. Houve casos em que a apresentação não aconteceu por falta de livro ata. Em algumas assembleias que isso não esteve condicionado ao registro, a apresentação foi realizada de modo mais rápido. De qualquer modo, a normativa do registro em ata dos nomes é, seguramente, uma das justificativas desta apresentação.

No entanto, houve ocasiões nas quais o intuito principal foi apresentar pessoas novas, que não se conheciam. No Caps Miríades, em especial, aconteceu com frequência nas minhas primeiras idas. O Jaime (U), bastante gentil comigo e com as outras pessoas novas no serviço, sempre sugeria uma apresentação das pessoas a fim de se conhecerem. Isso provocava um direcionamento à pessoa nova e motivava apresentações para além do nome e da função no Caps. Na assembleia de 29 de outubro de 2022 neste Caps, por exemplos, os usuários se apresentavam como artistas (cantor, pintor, pirografista), pelas atividades laborais (catador de recicláveis) e/ou com seus anseios de estudo e trabalho (ser psiquiatra).

No Borbotão, houve uma situação um tanto diferente. O Sr. G. (U) aproveitou a sua apresentação para reclamar que estava no Caps contra a sua vontade, pediu para ser liberado dali e disse que não gostaria de falar o seu nome. Como eu já o conhecia e as pessoas deste Caps também, tal queixa não gerou nenhuma surpresa nem mobilização. Sem entrar em detalhes sobre o caso, é sabido que ele fica no Caps contrariado e pede para sair sempre que tem oportunidade.

A apresentação das pessoas, para mim, foi interessante para localizar com mais facilidade quem participava das assembleias, para além de rostidade, preconceito e inferência. Desta maneira, localizei que sempre houve necessariamente profissionais e usuários. Todas as coordenadoras dos Caps participaram das assembleias, embora com assiduidade diferente

entre elas. Essa presença foi maior no Caps Profusão e no Rastilho. Também observei a presença de familiares nas assembleias do Borbotão, do Rastilho e do Miríades. Neste último, isto foi mais marcante: pelo número de vezes, pela diversidade e por um familiar que comparecia com regularidade. Todas eram mulheres: mães, esposas e tias. No Caps Miríades, houve a presença de uma professora e alunas do curso de enfermagem em várias assembleias, pois era parte das atividades do estágio. Ainda no Miríades, mas também no Profusão, houve a participação de residentes multiprofissionais, enquanto no Borbotão houve participação de residentes médicos. Algumas convidadas também estiveram em assembleias em que estive. No Caps Profusão, uma integrante do Conselho Municipal de Saúde participou de um debate preparatório para a Conferência Municipal de Saúde Mental e, no Caps Borbotão, representantes do comitê eleitoral do distrito de saúde estiveram presentes no dia da eleição de representantes de usuários para o Conselho Local de Saúde.

As explicações sobre **o que é a assembleia** não foram tão recorrentes quanto a apresentação pessoal dos participantes. Ocorreu na minoria delas, segundo os meus registros. Tal explicação, em geral, é precedida pela pergunta: “Alguém não sabe o que é a assembleia?”. Quase sempre havia alguém que se manifestava, o que me fez inferir que a pergunta era retórica, pois quem perguntava sabia da presença de alguém novo por ali e/ou pressupunha a necessidade de fazer essa explicação para alguém distraído. As explicações dadas trataram do roteiro da assembleia: introdução (apresentações pessoais e do que seja a assembleia), informes e pautas. Também afirmaram se tratar de um espaço aberto a todos os usuários, a fim de discutirem sobre o funcionamento do Caps. Alguns profissionais, sobretudo no Caps Borbotão e no Rastilho, enfatizaram bastante a separação entre as questões coletivas a serem tratadas na assembleia e as questões individuais a serem abordadas em seus atendimentos com profissionais de referências e/ou em momentos terapêuticos. Os usuários utilizaram palavras mais diretas na explicação, dizendo que a assembleia é o lugar para: “dizer as coisas que a gente sente”, “saber de tudo”, “tirar dúvidas”, “buscar melhoria pra gente e pra vocês”. Teve uma situação na qual um usuário disse para os novatos que “assembleia é algo que se aprende participando de assembleia”. Em geral, as explicações dadas pelos usuários foram procedidas por fala de algum profissional que ora valida ora complementa com palavras mais racionais (construção, fazer em conjunto, coletividade). Raramente, foi feita alguma contraposição.

A razão política da assembleia quase nunca foi dita explicitamente. Isto aconteceu em uma ocasião no Caps Profusão, quando um profissional falou o quanto ela estava associada à participação social dos usuários nos serviços de saúde, o que corresponderia a

um dos princípios do SUS, mas neste mesmo Caps uma usuária afirmou que *“há um espaço para cada um no Caps, que os usuários não mandam em nada, pois são os médicos e os outros profissionais que fazem isso”*. Esta observação nos remete a considerar a advertência de Slavich (150) anteriormente apresentada: a assembleia exerce um poder decisório limitado às questões de convivência que não atinge as normativas das relações sociais em jogo.

O enquadre dado à assembleia pelas definições e modo de condução certamente precisam ser considerados na análise de qual movimento político está em funcionamento nos Caps, inclusive em que momento ocorre a assembleia. Diante de um acontecimento, a coordenadora do Caps Rastilho uma vez apresentou a diferença entre uma assembleia extraordinária e ordinária. Na ocasião, contou que no período da manhã havia acontecido uma assembleia extraordinária para tratar a quente do sumiço de um celular do Caps. Aliás, somente neste Caps foi falado da realização dessa outra modalidade de assembleia em situações especiais. Curiosamente, esta assembleia extraordinária no Rastilho havia produzido uma abordagem de cada um dos usuários para localizar o celular: do coletivo para o individual.

Dentre as explicações introdutórias à assembleia e acordos iniciais, explicou-se como é realizada a **coordenação da reunião**. Não foi incomum, situações nas quais a própria pessoa que registrava a ata ditasse os rumos da assembleia. Em todos os Caps, essa mistura ocorreu em algum momento, quase sempre concentrada nas mãos e nas palavras de algum profissional. No Caps Borbotão, um usuário que costumava fazer os registros também assumiu eventualmente a coordenação, mas era acompanhado algum profissional:

Roda feita, Tatiana (P) começa a dar uma organizada mais geral e pede ajuda de alguém para escrever a ata. Douglas (U) se apresenta para a tarefa. Ela parece ocupar a coordenação, embora de modo discreto, procurando valorizar as ações de Douglas (U), que anotava a sequência de falas. (Borbotão, 17/11/2021)

Douglas (U) pergunta para Pietra (P) se poderia deixá-lo falar. (Mais uma vez aparece essa dobradinha entre eles na coordenação muito peculiar). (Borbotão, 12/01/22)

Esse arranjo não foi observado, mas descrito e projetado no Caps Miríades:

Fabia (P) diz que todos são responsáveis pela assembleia. Entende que seria importante retomar a formação de uma dupla de coordenação nas assembleias (um profissional e um usuário) e que o registro em ata também poderia voltar a ser revezado com usuários. (Miríades, 13/04/22)

De um modo geral, a coordenação ficou a cargo de um membro da equipe do Caps, profissional ou coordenadora, com eventuais compartilhamentos dessa tarefa com algum usuário como relator. Mesmo assim, essa coordenação nem sempre foi explicitada nem definida, tanto que em diversas assembleias eu não identifiquei um(uns) coordenador(es).

Por vezes, foi aberta a discussão de quem coordenaria a reunião. Quando isto não ficava definido, a assembleia seguia com membros da equipe e usuários se acomodando (ou incomodando) nas discussões.

Leila (P) faz a ata e Helga (P) se apresenta como “coordenadora” no início. Tal coordenação fica vaga ou se mostra de baixa “contundência” durante as discussões. (Miríades, 16/03/22)

Uma usuária faz a ata e a coordenação fica indefinida. (Borbotão, 06/04/22)

Douglas (U) assume o registro na ata.

Carina (G) pergunta sobre a coordenação e tenta iniciar uma discussão sobre isso.

Douglas (U) diz que gostaria de falar algo sobre isso também. Entende que é importante a assembleia ter um “mestre de cerimônia”. Discursa sobre a importância de ter alguém que cuide da organização e do cumprimento do horário.

De repente, Douglas (U) se vira para uma das participantes e pergunta o nome. Carina (G) brinca que ele estava escolhendo alguém para coordenar. Ele diz que era apenas para começarem a falar os nomes para ele poder anotar no livro ata. (Borbotão, 20/04/22)

Sobre a coordenação das assembleias, por vezes, senti que isto fez falta para o debate avançar. Em meio ao registro sobre uma assembleia bem agitada e talvez caótica no Caps Profusão, escrevi o seguinte comentário:

Tudo era dito de modo breve, desencontrado, atropelado e sem sequência de discussão. Talvez, alguns estavam ouvindo os outros, mas havia um desencontro de tempo e sequência das falas. Uma coordenação poderia auxiliar, mas mais uma vez não consegui identificar quem estava coordenando. Acho bom fazer essa pergunta da próxima vez, como modo de sinalizar essa dinâmica difícil de discussão. Como li uma vez num texto do Castoriadis,⁹⁴ a coordenação não fere a autogestão, pelo contrário, é importante para organizar o trabalho, o que fere a autogestão é uma coordenação fixa que leva à hierarquização naturalizada. (Profusão, 16/12/22)

Embora essa questão da organização tenha um impacto a ser considerado, não é o único efeito da falta de coordenação. Guattari (151) alerta que a não diretividade ou não estruturação de uma prática em grupo pode ter um efeito inverso do que se imagina. Ao invés de produzir um campo de espontaneidade que permitiria um acesso inconsciente profundo, a fala fica dominada por alguns poucos que tomam toda a palavra e silenciam aqueles que nunca se expressam, ressaltando em “fenômenos de consenso, de redundâncias opressivas, cujo resultado é os participantes dizerem exatamente o que se espera deles” (p. 114, tradução minha). Como Guattari (123) já alertava, é fundamental considerar as relações sociais em termos de transversalidade, escapando dos “homegeinismos” que se produz seja pelo “horizontalismo” que tudo aplaina, seja pelo “verticalismo” que tudo endireita.

⁹⁴ Castoriadis, Cornelius. Autogestion et hierarchie. In : Castoriadis, Cornelius. Le contenu du socialisme. Éditions Grain de sable, 1979. Disponível em: <https://autogestion.asso.fr/app/uploads/2012/10/Autorarchie.pdf> Acesso em 16ago21.

Mas voltando à desorganização, esta ficou aparente em outros momentos. O **livro-ata**, sempre preto e de capa dura, nem sempre foi encontrado antes do início das assembleias. Esta procura (ou a falta dela) pela ata produziu debates sobre as relações e as funções de cada um no Caps:

“Já com a roda formada, Marilda (G) se senta junto comigo e com o Reinaldo (U). Ela avisa que não encontrou a ata e se queixa que ela não iria ficar correndo atrás da bagunça dos outros. Diz: “Não sou mãe de ninguém aqui! Já tenho duas filhas em casa”. Reinaldo (U) brinca que ali ela tem vários filhos, referindo-se a ele e outros usuários. Marilda (G) recusa essa posição e faz a recordação de que ele foi eleito delegado da conferência. Ele demonstra um misto de timidez e satisfação.” (Profusão, 03/02/22)

Seja pela ausência do livro no momento, seja pela dificuldade de anotar na velocidade da discussão, seja por acumular a tarefa de coordenação, ocorreu de o registro não ser feito diretamente na ata e quem anotava disse que depois faria o registro no livro.

De qualquer modo, esse registro não ficou reduzido a algo meramente burocrático ou arquivista. Houve assembleias, sobretudo no Profusão, mas também no Miríades, nas quais esse registro servia para retomar algumas pautas discutidas anteriormente e localizar as pendências. Em determinado momento no Caps Profusão, isto me pareceu uma “lista de desejos infinitamente longa” ou uma tentativa de estabelecer uma continuidade em meio à falta dela.

Houve uma situação no Caps Profusão e outra no Miríades nas quais eu fui convidado ou provocado por algum usuário a fazer a ata, mas recusei. Eu disse que tinha minhas próprias anotações para fazer. Fui um tanto liso, esquivo. Podem ter me proposto essa função na assembleia como meio de me incluírem mais no processo deles. Talvez pudesse aproveitar a brecha. Mas, o fato é que não me meti no meio dos registros de ata e da coordenação das assembleias que participei. Mantive-me no lugar de “pesquisador”, daquele que está lá para anotar coisas para si, para seus estudos, talvez. Não entrei na dinâmica dos usuários e profissionais que registram no livro ata.

Nesse “enquadramento” das assembleias, analiso que fiquei muitas vezes de fora, ausente, por não conseguir me localizar no processo. A minha proposição de estar ali numa posição indeterminada me congelou em determinados momentos, talvez mais do que eu imaginava que poderia acontecer.

Ao analisar as implicações no conjunto “pesquisador de saúde coletiva - analista institucional - profissional de saúde mental”, emergem dificuldades referentes ao deslocamento e composição desses lugares em ato, tal como se nota nesses comentários escritos no diário de pesquisa:

Em vários momentos senti vontade de intervir num sentido de organização. Ainda não consigo me sentir no lugar de pesquisador, de analista. Até fico pensando o quanto fui moldado a exercer muito mais essa prática mais disciplinarizadora como profissional na saúde mental. A formação como psicólogo bem-comportado combinado às exigências sociais de adequação dos “desajustados” deve ter força nessa implicação como bedel. Acho que poderia pensar como localizar analisadores e formular falas/perguntas que suscitem análise. Acho que devo exercer isso na organização do material produzido até o momento. (Miríades, 16/03/22)

Antes de ir para essa assembleia, eu li as anotações anteriores e pensei: “Seria bom desarrumar essa assembleia”. É tudo muito arrumadinho. Esse deve ser o ponto que devo provocar. A assembleia que começou toda certinha seguia esse caminho até um usuário defender o Bolsonaro. Isso foi um analisador maravilhoso que saltou. O desconcerto das pessoas diante dessa fala inusitada me impulsionou a dizer. Não podia ficar calado diante da defesa do excrementíssimo presidente da república. Essa necessidade de falar me parece ser outro efeito analisador. Isso me faz lembrar daquela formulação de que o analisador não deixa mais as pessoas permanecerem em cima do muro, pois força uma análise de implicação. Até o meu problema de silêncio crônico foi vencido. Penso que consegui localizar um analisador, pois a minha intervenção foi capaz de provocar análise de várias pessoas com a minha participação, sem, entretanto, que eu tenha ocupado um lugar de destaque. Aliás, não entrei por essa via nem procurei ocupar nem fui colocado. O rumo da assembleia mudou completamente, ao invés da bem arrumada sequência de informes e pautas, a assembleia enveredou na direção do calor da discussão. (Borbotão, 23/03/22)

Maria (P) diz que os usuários devem se implicar naquilo que dizem, reconhecer o quanto cada um deixa de cuidar do espaço ao invés de ficar falando apenas do outro. Dá o exemplo do pão que Gil (U) havia contado. [Talvez nesse momento, ela poderia ter dado um exemplo dela mesma. Eu também percebo aqui o quanto eu tenho essa dificuldade em falar em primeira pessoa, fazer a minha análise de implicação junto ao coletivo. Acho que é algo a ser exercitado nessas minhas idas às assembleias] (Profusão, 07/04/22)

Tais análises de implicação ganharam mais importância nesse período entre março e abril de 2022, pois foi um momento em que comecei a pensar como organizar o meu material e como faria para apresentá-lo. Havia uma atenção para esse aspecto do pesquisador que tem a demanda de comunicação do seu trabalho. Noto que havia uma inquietação a respeito do modo como estava realizando esse trabalho, se estava conseguindo ou não praticar minha intervenção: me colocar entre, entrar no meio das assembleias.

Nesse enquadre das assembleias, é importante considerar que eu me coloquei num lugar um tanto estranho à comunidade do Caps, com algumas intersecções por ser um psicólogo que já atuou nesse campo e sem uma intencionalidade definida.

No primeiro trecho, fica evidente o quanto os enquadramentos da assembleia estavam também nas minhas entranhas, pois com frequência minha atenção se deteve na organização, no funcionamento e nos encaminhamentos, o que criou barreiras à localização dos analisadores. Como eu localizaria algo que poderia desorganizar se a minha atenção era para a organização? Como desviar das formas, do instituído do “bom acabamento”, para dar

abertura ao fluxo? E tudo isto me inclui, tal como registrei no terceiro trecho acima, no qual fica explícita a minha dificuldade em falar de mim e/ou a partir de mim como modo de criar uma condição de abertura à análise de implicação coletiva.

No segundo trecho, aparece alguma emergência dessa prática provocada pela impulsividade por problematizar a violência do governo federal e do presidente junto a uma comunidade que sofre mais diretamente com isso, onde haveria alguns parceiros para seguir com o debate. Sentia uma certa demanda não explícita seja de profissionais, seja de usuários que conhecia o posicionamento político-ideológico.

Mas houve diversos momentos nos quais não me senti “autorizado” a entrar nesse meio. A autorização para falar foi uma questão, como se nota neste registro do diário:

Mais uma vez me calei diante de assuntos quentes, pulsantes... O bonde analítico passou e eu perdi. Pior, nem tentei entrar. Saí de lá pensando que fico à espera de alguma autorização. Autorização de quem? Autorização da coordenadora, como da vez anterior? Os usuários estavam forçando a discussão, mas não intervi para potencializar os questionamentos e movimentar a análise. Fico preso no imaginário de que sou um profissional de Caps (como fui por muitos anos) ou um ex-colega dos profissionais dos Caps. Isso me traz uma sensação ruim de não saber, especialmente quando eu vejo a discussão dos mesmos problemas que eu ouvia no Caps e não sabia o que fazer. Não sabia e ainda não sei. O que fiz esse tempo todo que não aprendi nada? Como lidar com o uso de drogas dentro do Caps? Como lidar com furtos? Como dialogar com outros modos de tratamento (tipo Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos)? Como não ficar na vigilância e punição? Sobre esses pontos, muitas vezes, eu me vejo como eu fui um profissional altamente disciplinador enquanto estive no Caps e no quanto é difícil sair desse lugar para mim e para vários colegas. Há uma dificuldade em escutar as demandas dos usuários e enxergar os acontecimentos e analísadores. [...] Diante de tudo isso, fico pensando que construí um projeto no qual eu participaria da assembleia, agora percebo que isso significa participar das análises que ocorrem nas assembleias. A diferença talvez não exista, talvez seja uma sutileza que remete ao modo de participação. Um modo que embarque mais nos analisadores (dando o status que merecem) e se preocupe menos com os efeitos das minhas falas. Experimentar entrar junto na análise. (Rastilho, 07/02/22)

Esta inibição foi mais premente neste Caps, mas a expectativa por uma autorização também foi sentida nos demais. Estranhamente, quis colocar minha disciplina à prova com uma proposta de intervenção indeterminada – não especialista –, mas fiquei, por vezes, aderido à dimensão de uma autorização para fazer a análise no seu pior sentido: permissão do “mandatário” do local. Certamente, há algo de uma autorização para a análise, mas que deveria ser descolada de uma fala explícita de um “mandatário”. Uma autorização dada pelo analisador no movimento das demandas coletivas. O ponto de partida da autorização sempre tem seus interesses e pode produzir compromissos e encargos, que são partes do material analítico das implicações. Como pesquisador, por exemplo, eu estava autorizado pelo comitê de ética a pedir autorizações para os participantes das assembleias: mais implicações com a autorização que acompanham essa pesquisa.

Localizo que senti dificuldade em operar pela linha da invisibilidade do analista indeterminado – não especialista, pois esta expectativa de ser autorizado carrega algo da necessidade de se sentir reconhecido como alguém que teria algo a dizer, ser visto como tal. Mas não o fui e me senti estranho no local, como manifestei nesse registro: *“Diferente dos outros dois Caps anteriores, a minha presença não foi muito valorizada inicialmente”* (Borbotão, 03/11/21).

Há aspectos anímicos, ou talvez libidinais e ideológicos, a serem considerados no enfraquecimento da minha disposição analítica, que certamente podem dialogar com esta necessidade de “reconhecimento social” e a dificuldade em lidar com a “invisibilidade”. O isolamento e o entristecimento produzidos pelos longos meses de pandemia vividos durante o exercício de um governo fascista⁹⁵ muitas vezes ampliaram a sensação de insegurança e falta de perspectivas que minaram a resistência necessária para iniciar ou trilhar o processo analítico nas assembleias.

No Caps Rastilho, mais que nos outros, senti uma dificuldade maior em localizar as forças para esse trabalho analítico nas assembleias. Na análise inicial sobre o trabalho em cada Caps que será feita a seguir, espero explicar melhor esse efeito.

Senti muita dificuldade em “banciar o idiota” para fazer perguntas ao modo forjado por Deleuze e muitas vezes me senti o próprio idiota que não soube “o quê”, nem “como perguntar”. Perdi-me sobretudo por notar que a minha cabeça pedia para o lado: da organização, da interpretação banal dos eventos, da barreira de comunicação com os usuários, da minha identificação com os profissionais com dificuldade para saber o que fazer diante dos problemas apresentados pelos usuários. Além disso, sentia que minhas falas foram mais direcionadas e recebidas pelos profissionais (incluindo a gestora local). Foi difícil me desprender da vontade de construir acabamentos das formas de resolução e construir-agir em comum com usuários, profissionais e gestores.

Noto que me perdi na atenção demasiada às faltas e aos problemas, detido numa perspectiva de precariedade das relações sociais e condições de trabalho e assistência na saúde mental. Sobretudo por fazer comparativos idealizados com outros momentos da saúde mental em Campinas. A imagem do “paraíso perdido” tomou conta do meu olhar seja por minhas referências neste mesmo campo, seja pelas atitudes da comunidade dos Caps. Houve

⁹⁵ Resta alguma dúvida disso? O que poderia explicar mais do a realidade nua e crua desses últimos anos. De qualquer maneira, o professor Vladimir Safatle é bem taxativo nessa definição (<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/69962/vladimir-safatle-bolsonaro-e-um-lider-fascista-no-sentido-classico-do-termo-todos-os-elementos-estao-presentes>) e todos podem fazer um exercício de comparação entre o que o ocorre no Brasil e as características do fascismo, segundo Umberto Eco em “Ur – Fascismo: Fascismo Eterno”.

um direcionamento muito grande ao instituído, minimizando as forças instituintes da institucionalização em curso.

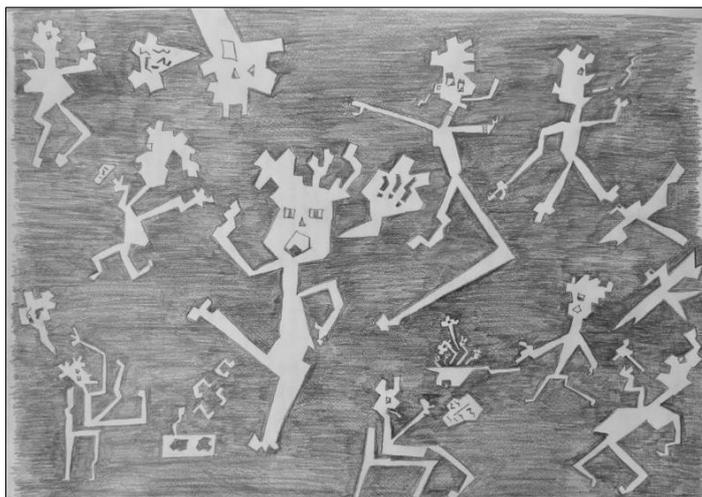
De um modo ou outro, fica evidente que a assembleia, como um dispositivo que é, faz a prática funcionar, faz ver composição das forças sociais heterogêneas aparentemente dispersas e as implicações dos participantes. Como esse positivo da ação e do fluxo, a assembleia coloca materialmente em operação a política, muitas vezes, dessacralizando ou profanando os discursos oficiais da “saúde mental antimanicomial e democrática”. Pois, tal como nos adverte Agamben (152), o dispositivo é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (p.13), mas que são coisas dinâmicas e permanentemente reconfiguradas pelas contingências a cada momento. Por exemplo, as forças reacionárias e fascistas, sempre presentes em alguma medida, encontram-se fortalecidas na atualidade e merecem atenção especial.

Agamben (152) analisa a necessidade da restituição do comum, combatendo a práticas de consagração que separam os seres viventes da sua potência de criação, que, devido ao “endeusamento” dos dispositivos, estaria entregue, numa perspectiva transcendental, ao sacralizado capitalismo. Para isto, formula a ideia de “contradispositivo”. Nessa direção, Alvim (115), a partir de Agamben, destaca a resistência ao “endeusamento” dos dispositivos e a dimensão “corpo-a-corpo” da formação e do exercício dos dispositivos. Alvim (115), aliás, explica que as resistências, que criam “contradispositivos” não são forças reativas ao poder, pois “são as linhas que ele [poder] persegue e espreita, mas que, por outro lado, o ameaçam, o enfrentam e o recusam.” (p.82-3). A resistência, neste sentido, é o que perverte, desqualifica, deturpa ou recusa a fluidez “normal” do dispositivo, desestabilizando-o, contaminando-o, perfurando-o, arejando-o, produzindo a sua reconfiguração.

Na assembleia, permeada pelas instituições, incide transversalmente as forças de poder e os modos de existir no Caps, e cria ambiente, ora tenso e fugidio, para o exercício coletivo de análise. “Contradispositivar” na assembleia vai na direção de criar linhas de combate ao exercício do poder naturalizador e normatizador, pelos desvios, desmontagens e escapes. Tal movimento insurge na autonomia resistente e instituinte que escapa às normas e formas, seja pela piada de um usuário em momento de exigência norma-adaptativa no Caps Miríades, seja pela seriedade dada a um episódio de suicídio que detona o roteiro de informes e pautas no Caps AD Borbotão.

Há um lixo que se espalha, que desliza pelas encostas das montanhas, não entra nas esteiras de seleção e voa dos montinhos... A inquietude dos corpos escapa de classificações dos materiais e não trilha o fluxo da corrente da produção.

I.II. algo sobre cada Caps



(as assembleias - coisarada da minha cabeça e da minha mão, abril/22)

Há quem só veja a montanha de lixo. Não consegue enxergar o trabalho e a renda. Não enxerga metal, plásticos, vidros a ser aproveitados, tão pouco a transformação dos materiais. Não consegue enxergar comida (Pense também nas aves de rapina, cães, ratos, bactérias, fungos etc. Não somos a única espécie nesse mundo). Não enxerga histórias que seguem nos livros, nas esculturas e nos quadros inteiros ou não que estão por lá. Não enxerga uma obra de arte por fazer (não só pelo Vik Muniz e artistas plásticos “profissionais”). Não enxerga vida comunitária, nem exploração social.

É um tanto nessa missão por deslocar o olhar da forma aparentemente acabada, imóvel e distante. Buscarei pelas singularidades, não querem ser governadas, o que se insurge em cada serviço. Tentarei!

I.II.I. Caps AD Borbotão: “Tragam lenha para fazermos uma fogueira e aquecermos um pouco o lugar”

Trabalhei por quase dez anos neste Caps e ao retornar para participar das assembleias logo senti um incomodo comigo mesmo. Deparei-me com uma disciplinarização presente nas relações e me senti parte disso. Tal percepção certamente está bastante associada à

primeira discussão que participei por lá: direitos e deveres dos usuários no Caps. Aliás, eu estive na construção do cartaz de direitos e deveres nos primeiros meses de 2013, época em que este havia sido um caminho encontrado para enfrentar os seguidos episódios de violência que estavam acontecendo. Este cartaz ficou por todos estes anos afixado na parede do serviço. Sabedores do meu envolvimento com este trabalho, profissionais e usuários me mostravam orgulhosos que estavam atualizando o cartaz. Enquanto, eu me sentia um tanto desconfortável por ter uma crítica a isto atualmente, uma vez que não aprecio tanto as “normas” quanto apreciava e aprendi a desconfiar da função delas, inclusive por ter me decepcionado com a não continuidade da sua atualização tal como estava previsto no cartaz. Embora esse trabalho tenha produzido alguns contornos necessários em um momento difícil, foi uma experiência do quanto “a tábua de normas” cria uma falsa sensação da existência de um “caminho da verdade pronto e acabado” a ser simplesmente seguido, atribuindo insensatez, ignorância, inadaptabilidade social ou rebeldia sem causa a todas as transgressões cometidas. Produz um efeito mais de julgamento que de construção do comum.

De um modo ou de outro, lá estava eu diante dessa atualização. Para isto, eles usaram tarjetas com perguntas, tais como: “É proibido usar droga no Caps?”; “O Caps garante a alimentação para todos os usuários?”; “O Caps atende todos os usuários de droga?”.

Somada a essa pauta, outra situação reforçou um mal-estar com o poder disciplinar em operação por ali:

Logo atrás de onde eu estava sentado, havia uma usuária em isolamento. Ela ficava numa área demarcada por faixas zebraadas de segurança, tipo de trânsito. Ela pediu para participar da assembleia e daí abrimos mais a roda para que ela, dentro da área demarcada, tivesse espaço visual para participar da reunião. Foi explicado que ela estava ali em razão de sintomas da covid-19. Tive um misto de preocupação por estar ali perto e de repulsa por ver uma cena como aquela. Fiquei com uma imagem ruim, que, genericamente, chamaria de manicomial. Ela quis fazer o registro da ata, mas foi negado pelas condições na qual se encontrava. (Borbotão, 03/11/21)

Compreendo as necessidades em criar meios para lidar com a pandemia dentro dos serviços, mas desconfio que essa não seja uma boa maneira. Afinal, além da impressão manicomial e disciplinar, essa delimitação era muito falha: outras pessoas se mantinham próximas e alguns usuários sem covid-19 entravam na área demarcada para se deitar na maca.

Entretanto, ao longo do período de participação nas assembleias neste Caps, encontrei dois momentos nos quais houve um desvio de roteiro, que promoveram momentos mais aquecidos.

Na segunda assembleia que eu participei, o informe sobre a morte de um usuário desperta interesse e esquentou a discussão:

Tatiana (P) introduz o informe sobre o falecimento de um usuário. Elisa (P) conta que a família deu a notícia da morte, mas que não tinham muitas informações sobre como foi. Mas logo diz que foi um suicídio. Há um silêncio na roda. Douglas (U) propõe um minuto de silêncio e Tatiana (P) sugere que cada um aproveitasse esse tempo para prestar algum tipo de homenagem. Todos reservam o tempo em silêncio. Na volta, Tatiana (P), entendendo ser uma notícia difícil de lidar, orienta os usuários a falarem sobre isso com suas respectivas referências caso sintam necessidade.

Aquele usuário mais participativo (que ainda preciso descobrir o nome) começa a chorar, fala sobre seus pensamentos suicidas e afirma: “Poderia ter sido eu”. Vários usuários repetem essa expressão. Alice (U), que compartilha ter pensamentos suicidas, afirma que a pessoa que têm esses pensamentos, não quer morrer, mas quer acabar com uma dor insuportável. Outros concordam de maneira geral com essa ideia.

Começam a compartilhar também o que podem fazer diante desses pensamentos suicidas. Falam da importância de lembrar da família, das pessoas que dependem e se importam com eles, falam de ter objetivos, também comentam sobre valorizar a vida e sobre não ser “orgulhoso nem egoísta” (pensar nas demais pessoas que podem sofrer alguma consequência do suicídio).

Eles começam a compartilhar diversas experiências próprias e histórias sobre suicídio. (Borbotão, 17/11/21)

Como analisador, o suicídio afetou as pessoas presentes ali de um modo intenso e produziu um espaço de fala coletivo urgente e necessário para o momento. Artaud (1939) alertava para o fato de que “ninguém se suicida sozinho”, pois é um ato que expressa uma determinada configuração social que recai sobre alguém e, além disso, o suicídio sempre deixa um rastro no seu entorno, mobiliza afetos nas relações entre as pessoas que ficam. Embora, o assunto tenha encontrado um espaço no coletivo, as falas faziam uma referência às individualidades, ao “egoísmo”, como diz um usuário: “É preciso ser egoísta para se amar e não ser egoísta quando pensar em se matar”. Ele segue dizendo que “quando a pessoa entende o que é o ego, fica tudo bem.” (Borbotão, 17/11/21)

Infelizmente, o desvio de rota desembocou em um reforço da responsabilização individual pelos cuidados e pelas decisões: “Mara (P) também faz algumas sínteses e orienta a possibilidade de atendimentos individuais (Borbotão, 17/11/21)”. Como em outras ocasiões, uma profissional destaca que as falas tinham teor individual e os atendimentos individuais seriam o lugar para esse tipo de demanda.

A obediência ao roteiro volta a imperar nas assembleias seguintes:

Sigo achando essa assembleia muito organizada/burocrática, com baixa abertura para as falas dos usuários. Tudo parece controlado, como o cercadinho. Mas é um organizado que falseia, que não deixa o fluxo de ideias correr. O esvaziamento de falas, o mural vazio, a disciplina dos usuários. É frio. Foi quente apenas no dia da discussão do suicídio, mas porque houve um rompimento das tentativas de controle. (12/01/22)

Entretanto, surge uma nova oportunidade de colocar esse modo de funcionar em análise. Tudo começa com uma discussão mais acalorada sobre as eleições gerais de 2022:

Tatiana (P) informa que haverá eleições para presidente, governador, senador e deputados nesse ano. O prazo para regularização do título de eleitor é 04/05. Acrescenta que

seria importante criar um espaço de discussão sobre as eleições e a atribuição de cada cargo político em disputa.

Um usuário, que antes da assembleia cantava um louvor, comenta que, nesse assunto, o seu único interesse é o Bolsonaro vencer a eleição para presidente.

Fica um clima de silêncio e tensão.

Algum usuário fala discretamente que prefere o Lula. Álvaro (P) ressoa, mesmo estando fora da roda.

O usuário defensor do Bolsonaro diz que não se importa com a votação, pois há um governo superior aos governantes. Também reclama de corrupção.

Eu digo que não havia entendido muito bem o que seria esse governo superior e peço para que o usuário explicasse melhor. Ele diz da Nova Ordem Mundial ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Ordem_Mundial_\(teoria_conspirat%C3%B3ria\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Ordem_Mundial_(teoria_conspirat%C3%B3ria))), explicando que há um núcleo central de poder no mundo, que reúne governantes no pentágono. Ele entende que são os “iluminatis”. Acrescenta que não importa que outros governantes façam, pois estão todos submetidos a esse poder mundial.

[...]

Em alguns momentos, a fala desse usuário parecia uma construção delirante. Talvez até fosse, mas nem eu nem ninguém o tratou como um delirante que não merece crédito pelo que fala. Achei bem importante ninguém entrar por esse caminho da patologização da fala e sustentar o debate. Esse é um ponto bem importante para que a assembleia não entre num circuito de faz conta que trata alguns usuários como “café com leite”. (Borbotão, 23/03/22)

Fiz uma intervenção neste momento:

Eu fiz um contraponto à fala do usuário defensor do governo superior. Defendi que a importância da participação política em diversas instâncias e espaços, seja nas eleições, conferências, assembleias, movimentos sociais, protestos etc. Procuo reforçar que todas as pessoas têm força política e não devem se satisfazer com uma ordem dada de fora. (Borbotão, 23/03/22)

A discussão seguiu:

Jorge (U) lembra da luta pela defesa do SUS, apontando para a camiseta de Pedro (P) que tinha a frase: “Lute como um trabalhador do SUS”.

Seguem a debate e passam a incluir os nomes de Bolsonaro e Lula.

Tatiana (P) intervém dizendo que a sua proposta de discutir as eleições não pretende falar sobre o nome dos candidatos, pois esta escolha é algo individual e secreto.

[...]

Outro usuário, que se encontra em situação de rua, entra no debate para falar de questões do dia a dia, nas quais encontra dificuldade, tais como: trabalho e moradia.

O usuário defensor do Bolsonaro volta a tentar defender que há um governo global e dominante.

Tatiana (P) intervém. Pede que fosse respeitado o tempo de fala de cada um, sem interrupção. O defensor do Bolsonaro sai da roda. O pessoal insiste para ele continuar na assembleia, mas ele diz que não queria mais participar da discussão, pois não continuará no Caps. Disse que chegou e irá embora hoje. (Borbotão, 23/03/22)

A coordenadora do Caps tentou envolver mais pessoas nesse debate e uma usuária comentou que costumava ser bem tratada nos serviços de saúde, mas um médico do hospital municipal a tratou mal há alguns dias. Debateram sobre essa situação, analisando a hipótese de que o médico poderia estar num dia pessoal difícil e que os usuários podem fazer reclamações ligando para o 156. Entretanto, um usuário sentenciou: “*Vivemos num país sem lei.*”

As leis não são respeitadas e os serviços funcionam mal.” Pedro (P) rebateu dizendo que há leis que garantem a participação social no SUS.

Na esteira dessa fala de Pedro (P), a coordenadora iniciou a pauta sobre a Conferência Municipal de Saúde Mental que ocorreria nas próximas semanas. Diz que, ao contrário do que aconteceu nas pré-conferências nos distritos de saúde, a conferência seria na modalidade presencial, mas restrita apenas aos delegados eleitos de cada seguimento. Este Caps havia conseguido eleger três profissionais para participar, sendo que nenhum deles estava presente nem costuma participar das assembleias, e a própria coordenadora. Nenhum usuário havia sido eleito. Ela mostrou o documento com o nome de todos os delegados e explicou que seriam 25 delegados representante dos usuários, 18 representantes dos trabalhadores e 12 representantes da gestão pelo distrito onde fica este Caps. Eu comentei que havia um problema de paridade nessa distribuição. Ela concordou, mas não conseguiu checar se isso ficaria equilibrado na soma com outros distritos.

Alguns profissionais analisaram algumas dificuldades desta conferência:

Tatiana (P) queixa que toda a preparação para essa conferência foi muito desarticulada. Conta que receberam a notícia da conferência na última semana de novembro para se preparem para a pré-conferência na primeira quinzena de dezembro. Além desse prazo curto, lembra que vinham de um longo período sem ter assembleia, conselho local e nem grupos no Caps, devido às restrições impostas pela pandemia. Também diz que houve dificuldade para aquecer o debate entre as pré-conferências e a conferência (que inicialmente seria em janeiro) durante o fim de ano, que ocorre um tipo de recesso no Caps.

Mara (P) aponta uma incoerência desta restrição à participação das pessoas num espaço que deveria ser amplamente aberto.

[...]

Carina (G) e Tatiana (P) voltam a falar da enorme dificuldade enfrentada pela falta de tempo para mobilização social e das dificuldades para a participação online das pré-conferências.

Tatiana (P) questiona: “Quem tinha os recursos para acessar um link e participar de uma pré-conferência desse jeito?”

[...]

Pedro (P) diz que os usuários precisam muito se manifestar e quanto mais gente falar mais força haverá. Dá como exemplo a reclamação contra o médico do hospital: se quinze usuários se queixarem terá um peso muito maior do que apenas uma reclamação. Defende, portanto, uma ida de mais usuários na conferência, não restrita à representação eleita. (Borbotão, 23/03/22)

Intervi:

Provoco se eles vão seguir o regulamento. Se não pensam em maneiras de contestar. Pergunto se poderiam questionar a inscrição de novos delegados na hora, se não poderiam ir até lá para tentar participar. (Borbotão, 23/03/22)

Analisamos:

A coordenadora e outros profissionais se animam em tentar formular estratégias para contestar essa situação e projetam fazer isso na próxima assembleia, pois esta já estava no horário para terminar.

Entretanto, começam a formular como poderiam ir ao local da conferência.

Nina (U) acha ruim e pergunta: “Mas a gente vai poder fazer isso?”

Pedro (P) diz: “Não ser convidado, não significa que a gente não possa ir. São coisas diferentes.” [Gostei da ênfase dada por ele. Sempre tive implicância com ele devido às suas amarras às normas, mas hoje ele me surpreendeu bastante]

Carina (G) acrescenta que a pauta do cuidado em liberdade não ganhou o espaço que deveria na pré-conferência e a redução de danos também não.

Digo que ouvi em outro Caps AD a mesma dificuldade em incluir a redução de danos com a ênfase necessária.

Ressalto que há uma força contrária muito grande a favor de um tratamento em ambiente fechado (comunidades terapêuticas) que não deve ser menosprezada. Provoque que a comunidade do Caps AD tem uma responsabilidade grande por defender o cuidado em liberdade para usuários de álcool e outras drogas.

Muitos profissionais e a coordenadora dão sinais de concordância com a minha fala.

Três usuários se queixam da violência policial e da operação “cata-treco”. Reclamam sobretudo de três policiais (Kate Marrone, Steve⁹⁶ e um terceiro) que batem muito neles. Também falam que o estado dá com uma mão e tira com a outra: “O SOS Rua entrega a coberta e no outro dia o cata-treco vem recolhendo tudo, levam também documentos, roupas, aparelho de som etc.” Comentam sobre o péssimo nome da operação, que trata os pertences dessas pessoas como “treco”. Começam a se perguntar como criar mobilizações contra isso. Cogitam ir para a frente da prefeitura fazer alguma manifestação. (Borbotão, 23/03/22)

Esta assembleia terminou em alta e logo depois registrei a seguinte observação em meu diário:

Penso que consegui localizar um analisador, pois a minha intervenção foi capaz de provocar análise de várias pessoas com a minha participação, sem, entretanto, que eu tenha ocupado um lugar de destaque. [...] Achei particularmente interessante observar o sujeito que parecia um porta-voz das regras dizer que poderia ir à conferência sem ser convidado e no quanto isso desencadeou também um espaço para usuários começarem a dizer que algo precisa ser feito contra a violência sofrida pelo povo da rua. A única questão que me deixa em dúvida sobre a força dessa análise é a aparente concordância da gestora. A ver o quanto ela sustentar esse debate, ou melhor, o quanto os profissionais e usuários vão seguir no calor desse debate a despeito de uma mudança de posicionamento dessa coordenadora. (Borbotão, 23/03/22)

O debate sobre o modo de participar da conferência seguiu nas assembleias seguintes. A fervura levantada, entretanto, parecia ter baixado, inclusive em mim, como se nota no registro a seguir:

Carina (G) informa que a Conferência de Saúde Mental terá transmissão pelo Youtube e pelo Facebook, mas a participação presencial será restrita aos delegados eleitos em dezembro. Ninguém questiona e sinto um clima um tanto constrangedor [ou melhor, eu me senti meio constrangido com esse silêncio a considerar a discussão que foi feita na assembleia de 15 dias atrás].

Jorge (U) questiona sobre a falta de delegados eleitos desse Caps e conta que soube de um usuário do Núcleo de Oficinas e Trabalho, que também frequenta o Caps, que foi

⁹⁶ São apelidos dados pela população de rua. Kate Marrone, aliás, era uma investigadora em uma série de drama policial estadunidense que foi exibida no Brasil entre os anos 1980 e 1990 com o nome de “Dama de Ouro”. Dada a notoriedade desta personagem, “Kate Marrone” se tornou uma espécie de figura de representação da violência contra as pessoas em situação de rua, como relata Priscilla Victoria Rodrigues Fraga (Prefeitura de Belo Horizonte/Fiocruz Minas) em sua apresentação no 15º Congresso Internacional da Rede Unida (<https://www.youtube.com/clip/UgkxwJXt7wUZFS6xhW-RWGnlKRmPpIVrqAK5>)

eleito posteriormente. Até esperei que isso pudesse provocar uma discussão mais crítica, pois Jorge (U) parecia questionar que houve algum tipo de abertura para novos delegados. Carina (G) rapidamente interpretou aquilo como algo interessante por ter alguém que iria representar o Caps AD Borbotão.

Na hora, eu percebi esse deslocamento, mas não intervi. Só agora tenho clareza de que eu deveria ter feito alguma intervenção. (Borbotão, 06/04/22)

No entanto, emerge uma nova oportunidade de retomar a problematização do modo “regulamentado” de agir.

Janáina (P) retoma a discussão sobre a conferência, dizendo que, a partir das demandas levantadas na última assembleia, ela rascunhou uma carta com sugestões e propostas a ser levada na conferência. Ela lê o rascunho, em que constava um questionamento sutil e conformado com relação à participação presencial estar restrita aos delegados, a situação de rua e de violência de muitos usuários, a falta de medicações e a necessidade de promover mais atividades culturais.

Eu pergunto para quem seria entregue essa carta.

Carina (G) atravessa a minha pergunta dizendo da falta de medicações. Destaca a falta em toda a rede de serviços do Haldol Decanoato. Ela sai para buscar uma lista de medicações em falta.

Nesse intervalo, Janáina (P) começa a me explicar que a carta seria levada para os delegados no dia da conferência. Entretanto, Carina (G) retorna para a roda com a tal lista e começa a falar por cima da explicação que Janáina (P) estava me dando. Ao escrever sobre esse momento, percebo que Carina (G) estava mesmo disposta a esfriar qualquer questionamento com o mínimo indício de desencadear discussão.

Ao me parecer um tanto frágil a maneira como descreveram essa estratégia da carta, eu pergunto se não pensaram em transformar esse conteúdo em moção para que as propostas tivessem mais força. Logo Carina (G) intervém e diz que isso não era viável porque já teriam que conseguir 28 assinaturas antes do início da Conferência. Estranho a explicação dada por ela, pois me lembro de assinar diversas moções durante as conferências, nas quais eu participei. Digo isso, mas todos parecem assentir com a impossibilidade de levar adiante essa história da moção. (Borbotão, 06/04/22)

Embora eu tenha feito essa problematização, saí dessa assembleia um tanto frustrado com a vitória do esfriamento e das regulamentações e com uma percepção ruim de que havia uma falta de combatividade por ali.

Surpreendentemente, na assembleia seguinte:

Carina (G), que estava sentada ao meu lado, me fala com alegria que a carta discutida na última assembleia em que estive ali foi aprovada como moção e inspirou uma proposta de combate às comunidades terapêuticas que será levada para a Conferência Estadual de Saúde Mental

[...]

Eu reforço a importância de participarem desse movimento [da luta antimanicomial]. Digo que é um bom momento para dar sequência às discussões e construções realizadas na recente conferência municipal de saúde mental. Digo sobre a importância da carta que encaminharam para moção e da proposta que ela produziu para ser levada à conferência estadual de saúde mental. Eu explico que soube dessa informação pela Carina (G), antes de iniciarmos a assembleia. [Faço uma restituição dessa conversa paralela que tive com ela.] Procuro reforçar a importância de lutarem a favor do tratamento em liberdade, sobretudo nessa área de cuidado com pessoas que usam álcool e outras drogas, onde há uma ameaça séria das comunidades terapêuticas. (Borbotão, 20/04/22)

Por caminhos tortuosos, é notável que, ao desarrumar um pouco o modo “arrumadinho” deste Caps, algo se efetuou politicamente.

É interessante observar que em meio a esse processo, um profissional que atribuo o codinome Pedro serviu como analisador das minhas observações e das minhas implicações, produzindo algum impulso analítico. Algo dele ou nele produziu incômodos em mim. Sobre esse encontro com ele, anotei no diário de pesquisa:

O funcionário organizador explica que o governo tem as suas razões para saber se deve ou não pagar o benefício: saber se a pessoa está viva, se tem mesmo necessidade de receber o benefício, se vai manter o pagamento (...) [É importante eu ficar atento se é birra da minha parte ou um sujeito analisador do Estado em nós]. (Borbotão, 03/11/21)

Pedro lembra que há explicações sobre a conferência municipal num quadro. Ele parecia somente querer mostrar serviço, pois nada explica... Esse sujeito tem algo que me irrita, me incomoda. Talvez seja seu modo um tanto arrogante de falar sem nada dizer. Ou pode ser que eu não consiga escutá-lo. (Borbotão, 09/02/22)

Pedro (P) diz que as reivindicações são sempre possíveis, mas joga água fria na sua efetividade ao dizer que não conseguem nem aumentar a quantidade de marmita quem dirá a quantidade de profissional. Esse psicólogo me irrita bastante. Sempre achei que era pelo seu apreço excessivo à organização, o que talvez remetesse a algo da minha prática no Caps. Mas noto que ele procura modos para esfriar os ânimos. [...] Pedro (P), de modo irritante para mim, usa argumentos fatalistas para dizer que os usuários devem ser compreensivos com crises e eventualidades. Só faltou dizer mais explicitamente: “Não podemos fazer nada”. (Borbotão, 23/02/22)

Entretanto, houve uma mudança no modo dele se colocar a partir da assembleia em que se problematizou as normativas da conferência:

Pedro (P) diz: “Não ser convidado, não significa que a gente não possa ir. São coisas diferentes.” [Gostei da ênfase dada por ele. Sempre tive implicância com ele devido às suas amarras às normas, mas hoje ele me surpreendeu bastante] (Borbotão, 23/03/22)

Senti um alívio ao perceber as possibilidades de embarque em linhas de fuga até mesmo do profissional que me parecia a expressão da disciplinarização. Houve algum contato com a potencialidade quando apareceu desalinhos no Caps arrumadinho.

I.II.II. Caps AD Profusão: “Eles vêm pra cima!”

Encontrei mais dificuldades para conseguir entrar neste Caps. Digo isto literalmente, pois os vigias mudavam a cada ida, diferentemente dos outros Caps, e foram menos amistosos. Em várias ocasiões, tive que aguardar a chegada de algum profissional para autorizar a minha entrada, mesmo depois de diversas idas. O portão de entrada, por vários meses, era daquele tipo fechado, diferentemente de outros que eram de grade.

Houve mudanças de horário da assembleia e o local também não era bem definido. Usuários sob efeito de álcool e outras drogas, fumando cigarro, em crise de ansiedade, raivosos, que espiavam pela fresta do portão, todos eram acolhidos nas assembleias. Bombas ou bombinhas explodiram do lado de fora do muro durante algumas assembleias. Achei que seria por causa dos pombos, mas soube que era para avisar da chegada das drogas à biqueira do entorno. Havia um cenário um tanto caótico.

Entretanto, esse caos tinha algo de acolhedor às minhas participações: foi o Caps onde me senti mais livre e a vontade para intervir. Entrar no meio do caos foi mais fácil do que do lugar mais “arrumadinho”. Havia uma abertura maior e não sentia tanto a necessidade de ser autorizado. Pode ser também que esse caos tenha sido mais atraente para mim que andava às voltas com incômodos com organização e disciplina.

Há de se reconhecer a prudente observação de Penzim e Pereira (108) de não “viver o caos pelo caos” (p.107). Mesmo assim, ficam questões. Existiria um contato maior com “caos criador”, com uma espécie de caosmose?⁹⁷ Um acesso mais imediato com o fluxo de movimento complexo e constitutivo de um modo de relação social mais ativo e menos alienante? Um modo de escarafunchar a montanha de lixo que se acumula nas instituições?

Nesse trecho, aparece um modo de agir, em especial de duas profissionais (Maria e Carmen), que problematizam a demanda por ordem e controle:

Maria (P) questiona que há uma questão muito difícil de resolver, pois, por um lado, os usuários pedem por mais atividades e, por outro, reforçam que o material deve ficar mesmo guardado para não sumir.

[Noto que as profissionais seguem enfrentando as questões que surgem, sem recorrer a nenhum tipo de estratégia que conduziisse a um esfriamento da discussão]

Reinaldo (U) diz que o pessoal não quer atividade, quer engordar para emagrecer depois.

Mila (P) retoma a discussão sobre as atividades na ambiência e diz que poderiam deixar por escrito todos os materiais que existem no Caps.

Um usuário descreve que o Caps poderia disponibilizar esteiras e cria a imagem de um lugar que parece um clube, uma praia.

Carmen (P) diz que fica incomodada com as diversas coisas que ficam trancadas, sob controle da equipe. Explica que assim não trabalham com a autonomia dos usuários, que seria um trabalho do Caps. Também diz que não vê nenhum problema de os usuários virem para o Caps apenas para engordar.

Reinaldo (U) pergunta como era feito com os jogos antes da pandemia.

Felício (U) conta que ficavam com a equipe, pois se ficasse disponível sumia tudo.

Maria (P) alerta que o era antes não significa que seja melhor [Achei uma ótima maneira de lançar a pensarem no que podem fazer, ao invés de ficarem pensando no que já foi feito]

Ela segue dizendo que o controle dos materiais atrapalha a atender a necessidade de atividades dos usuários, ficam sem acesso.

⁹⁷ Neologismo e conceito formulado por Félix Guattari para aticar a resistência às reduções produzidas pela “normalidade” e pela homogeneidade, buscando condições para fazer aflorar os acontecimentos e a reconexão com a complexidade dos processos. (154)

Reinaldo (U) retoma que acha muito importante o usuário poder chamar as pessoas para jogarem, sem precisar de um profissional que estimule. Falam sobre a possibilidade de fazerem um controle de retirada de jogos como se faz em biblioteca.

Reinaldo (U) fala para colocar o nome do usuário e da referência.

Eu problematizo a necessidade de incluir o nome da referência: “Será que o usuário não poderia ser o responsável por isso?”

Estavam combinando de organizar o material em um armário na semana que vem, mas entendem que é melhor definir primeiro uma lista de materiais.

Reinaldo (U) sugere “materiais pedagógicos”. Quando questionado a respeito diz que são os materiais para atividades de pintura, colagem... coisas que existem nos ateliês e os jogos.

Combinam também que na semana que vem irão discutir sobre o acesso ao Caps em dias fora do “projeto terapêutico regular” (expressão minha).

Maria (P) fala em “serviço de portas abertas”. Reinaldo (U) diz que isso significa o portão sem cadeado.

Também falamos que ter porta aberta não significa que terá tudo o que quer dentro do Caps.

[Achei interessante a Maria (P) ter bancado essa ideia de portão aberto. Sempre foi um desejo meu de ver um Caps novamente de portão completamente aberto. Achei ousado que ela tenha bancado isso nesse Caps em que há diversos usuários que vivem nas redondezas e vez ou outra tentam entrar ali.] (Profusão, 10/03/22)

O pedido de organização e controle foram problematizados e fizeram a discussão ampliar até formularem a expressão “Caps de porta aberta” e discutirem o ela significava. Profissionais e usuários não recuaram diante da discussão tensa e difícil e houve desvios das saídas aparentemente mais fáceis de combinar, mas que não ativariam o pensamento e o agir em comum, da construção do novo. A discussão foi em um crescente.

O problema é que, pelo que contaram nas assembleias, isto enroscou no dia a dia, como apresentarei mais adiante. Aliás, as duas profissionais mais críticas, que estavam estimulando o agir em comum e escapando das organizações fáceis, logo depois saíram do Caps. Elas estavam em uma fase profissional de seguir o percurso profissional em outros lugares. Uma grande perda para este Caps, a meu ver. Ficou um brilho efêmero do que poderiam produzir com este caos.

Entretanto, esta maneira caótica de juntar as pautas e as problematizações em alguns momentos trouxe dificuldade para se escutarem e se sentirem escutados, revelando outro lado desse modo de agir:

Marilda (G) se queixa que as pautas ficaram muito picadas, que as pessoas estão se escutando pouco e a fala estava concentrada em poucas pessoas. [Na hora, pensei em algo bem semelhante. Agora fico pensando no quanto os usuários desse serviço se queixam de não serem escutados. Isso se repete desde a primeira assembleia. Fico pensando agora que há uma permissividade/liberdade para algumas falas desconstruídas e aleatórias, talvez mais por serem banalizadas e não por uma abertura de fluxo de discussão e construção conjunta]. (Profusão, 16/12/21)

Como escrevi anteriormente sobre a falta de estruturação e alguma diretividade no processo grupal, segundo Guattari (151), o pior não são as falas aleatórias e fugidias, mas o efeito homogeneizador da consensualidade e das redundâncias opressivas consolidadas socialmente, que, na falta de alguma moderação, se sobrepõem aos silentes e às discursividades heterogêneas. Para usar uma terminologia louraudiana, podemos dizer que uma aparente espontaneidade pode, na verdade, fortalecer os modos instituídos nas relações. Guattari, para ser mais preciso, argumenta que há ocasiões em que uma “coordenação” pode ser necessária para abrir o campo da experiência, da heterogeneidade. Ou seja, criar condições para o surgimento do que ele denomina de “linhas de fugas”, ou que podemos, de certa maneira, chamar de forças instituintes. É importante uma intervenção para fazer aparecer o caos e sustentá-lo, combatendo o acabamento consensual bem aceito.

Pode ser também que aqui eu esteja aproveitando para justificar as minhas dificuldades em entrar em determinadas discussões.

De qualquer modo, fico com algumas questões: Como é possível discutir um assunto candente sem produzir enquadramentos congelantes nem se perder no acúmulo veloz das falas quentes?

Em busca de alguma resposta, procurei localizar alguns agentes inquietantes, capazes de mover a análise para o questionamento das práticas institucionais. Neste cenário, localizei três agentes inquietantes, ou melhor, o uso de três coisas que movimentaram as análises durante as assembleias: 1) TV; 2) colchonetes; 3) drogas.

Logo na primeira assembleia que participei, em 02 de dezembro de 2021, Reinaldo (U) apresentou a pauta sobre o uso da TV, queixando-se de que um usuário dominava a TV e assistia telejornal diversas vezes no mesmo dia, sem deixar ninguém assistir outros tipos de programa. Reinaldo reclamou que havia um cartaz na sala de TV com uma grade de programação, mas isto não era respeitado. Pegaram essa grade para atualizar, mas um usuário problematizou que esse trabalho seria inútil, pois ninguém verificaria se aquele cronograma seria cumprido ou não. Complementou que as pessoas que estão naquele determinado momento assistindo TV são aquelas que decidem o programa. Ninguém contestou nem absorveu a crítica. Seguiram a discussão sobre o ajuste a ser feito na grade. Reinaldo e Silvia (U) defenderam a inclusão de um horário para programação educativa – sobre efeitos de drogas ou sobre vida de animais – acreditando que isto despertaria o interesse de muitos usuários. Eu problematizei essa expectativa e a viabilidade de colocar isto em prática no horário do jantar e da troca de turno dos profissionais. Não deram muita importância para as minhas observações. Em meio à discussão, Marilda (G) valorizou que eles conseguiram

ter uma TV com Netflix e poderiam aproveitar isso melhor. Fausto (U) desviou o assunto para uma proposta de oficina de cinema capitaneada por ele, justificando que estava estudando este assunto.

Cada um apresentou seu ponto de vista e seus interesses e os encaminhamentos, que tentaram contemplar essa diversidade, se mostraram evidentemente frágeis: afixar a nova grade de programação na sala de TV e usar uma caixinha de sugestão para escolherem os filmes “educativos”.

A discussão sobre o uso da TV e da sala de TV reapareceu em outras assembleias e em determinado momento avança de tal modo que faz ver uma maneira de violência contra as mulheres no serviço:

Joana (U) é enfática ao dizer que as mulheres não entram na sala de TV, pois os homens ficam lá deitados e muitos deles se encontram muito sujos. Ela diz: “Lá é espaço só pra homem”.

Maya (P) analisa que foi interessante o percurso da discussão que partiu da burocratização para chegar no machismo.

[...]

As mulheres falam que sofrem assédio no Caps.

Caio (P) comenta que o Caps se propõe a combater as relações hierarquizadas e verticalizadas de poder. Enfatiza a necessidade de haver uma horizontalidade entre profissionais e usuários.

[...]

Maya (P) discursa sobre a dificuldade em conviver com as diferenças: homem-mulher (quase não há trans no Caps), limpo-sujo etc.

Vilma (U) elogia o encaminhamento para o grupo de mulheres e valoriza o fato de ter encontrado um espaço para desabafar. Ressalta que a assembleia é um espaço importante para conversar.

A assembleia reforça a importância de conversarem.

Caio (P) faz uma síntese do que tinha sido discutido até aquele momento.

Eu peço um espaço para falar. Digo da importância de tratar das incidências de poder onde elas acontecem, onde ele se exerce. (...) Também falo sobre a necessidade de enfrentar o machismo onde ele aparece. Não adianta muito falar que o machismo é horrível, enquanto as mulheres não conseguem sequer usar a sala de TV e estão sendo assediadas no Caps. Enfatizo que a conversa é importante no momento que acontece, no imediato.

[...]

Maya (P) ressoa o que eu disse, concordando que precisam cuidar dessas coisas no dia a dia.

[...]

Maya (P) diz que hoje havia apenas uma mulher na sala de TV. Insinua que houve algum problema, mas não explicita qual foi. Ela analisa que essa questão das mulheres certamente ganhou espaço nessa assembleia porque hoje havia uma presença bem maior de mulher [de fato, eu não lembro de tantas mulheres presentes nas assembleias anteriores]. Ela entende que isso dá corpo para que essa discussão apareça. Observa, no entanto, que houve uma divisão bem-marcada na roda da assembleia: de um lado estavam as mulheres e do outro os homens. (Profusão, 20/07/22)

O desafio para o uso comum da TV se revelou como um dos pontos onde a violência da hierarquização das pessoas dentro do Caps, em especial de gênero, ficou evidente e sinalizou como poderia ser enfrentada.

Tangencialmente, o uso dos colchonetes e a sua falta conduzem à análise de, ao menos, três pontos: direito ao descanso, zeladoria de bens e solidariedade velada. Tal como observa-se nesses trechos de diário:

Tales (P) conta que, na última reunião de equipe, discutiram essa questão dos colchonetes. Muitos profissionais problematizaram o “sumiço” dos 20 colchonetes em tão pouco tempo e sugere uma discussão sobre esse ponto.

Reinaldo (U) diz que seria melhor fazer um controle de tipo “entrada e saída” dos colchonetes. Cada usuário que quiser o colchonete, pede para o profissional da equipe, anota o seu nome e fica responsável por devolver. Pergunta se todos concordam e pede para os que estão de acordo levantem as mãos. A maioria dos usuários faz o aceno de concordância.

[...]

Zico (U) diz que seria melhor instalar uma câmera de vigilância para aumentar esse controle sobre o uso dos colchonetes.

[...]

Silva (U) diz que concorda com Reinaldo (U) e enfatiza a necessidade de maior controle. Reinaldo (U) diz que é preciso “cortar o mal pela raiz”, fazendo referência à necessidade de aumentar a vigilância para evitar os tais “sumiços”. Acrescenta que com câmera ou sem câmera, era preciso vigiar melhor as coisas do Caps.

Reinaldo (U) diz que a câmera com a instalação de um circuito interno, iria gerar um custo muito alto. Diz que sabe disso porque já trabalhou na área de segurança. [...]

Não concorda com a viabilidade dessa proposta.

[...]

Paulo (P) tenta voltar na escrita da carta com o pedido de colchonetes. Marilda (G) diz que foram repostos 20 colchonetes em setembro do ano passado e todos sumiram. Queixa-se da dificuldade em justificar um pedido de reposição em tão pouco tempo e por sumiço. Se fosse por desgaste do material seria mais fácil, segundo ela. Diz que a equipe e os usuários devem ser responsáveis por organizar melhor as coisas do Caps e impedir esses sumiços. Ela diz que tem a sua responsabilidade como gestora, mas não pode ser responsabilizada sozinha por esses problemas. Acrescenta que vários pertences do Caps sumiram nos últimos tempos, sobretudo objetos de alumínio. Queixa-se do sumiço do papagaio (equipamento para urinar). Indigna-se com o fato de ter sido levado um material hospitalar.

Ela segue dizendo que antes da pandemia notava um cuidado maior dos usuários com o Caps. Conta que Zico (U), por exemplo, pintou algumas coisas da ambiência. Lembra que os colchonetes ficavam todos à disposição, sem nenhum tipo de controle, e não tinha esse problema de sumiço.

Marilda (G) afirma que pode pedir a reposição, mas deixa no ar vários questionamentos.

Reinaldo (U) acredita que os usuários podem ajudar a vigiar melhor os pertences do Caps. Dá um exemplo de que se algum usuário observar outro jogando um colchonete por cima do muro para as pessoas que ficam em situação de rua ali perto, este que viu precisa impedir o ato e/ou chamar alguém da equipe. Se nessa situação, o usuário que viu não fizer nada, ele é conivente.

Zico (U) concorda que nesse caso há conivência. Mas comenta que esse colchonete pode ser uma doação para alguém que está em situação de rua.

Silva (U) diz que esses sumiços prejudicam os próprios usuários. Dá exemplo de lâmpada do banheiro. Também se queixa de que a falta de colchonete faz com que muitos usuários queiram deitar-se no sofá, o que diminui os lugares de quem quer ocupar

o sofá para assistir TV. Ameaça dizendo que essas pessoas que somem com os pertences do Caps um dia serão pegos e “a casa vai cair”.

Maria (P) critica que a saída para o problema está restrita à lógica do controle. Acrescenta que é melhor pensarem numa lógica de responsabilização. Acrescenta que a ideia de escrever uma carta coletivamente seria um modo de tentar responsabilizar mais a coletividade do Caps nesse pedido, evitando que toda essa responsabilidade se concentre na coordenadora. Também diz que a lógica do controle é alvo de reclamação frequente por parte dos usuários que frequentam os abrigos e não seria interessante reproduzir para o Caps isso que não dá certo nos abrigos.

Marilda (G) lembra que houve um tempo em que cuidavam coletivamente de uma calopsita que vivia no Caps. Conta do todo o cuidado com alimentação, abrigo em tempos de frio etc. Diz que ela voou, mas coloca levemente em dúvida o motivo do sumiço.

Marilda (G) pergunta: Se fomos capazes de cuidar de uma vida, por que não cuidamos de objetos comuns?

Felício (U) se queixa que sumiram 20 colheres que ele levava para o Caps. Levou outras onze, mas também sumiram. Em meio à queixa, diz que entende haver situações em que o sujeito levou a colher para uso mais tarde, pois estava em situação de rua e precisava dela para comer as marmitas que consegue.

Eu comento que há uma questão relacionada ao empobrecimento nos últimos tempos, com o aumento de pessoas em situação de miséria e vivendo nas ruas. Problematizo o fato de que os colchonetes e as colheres foram provavelmente levados ou dados para pessoas em condições de pobreza. Coloco a questão sobre o convívio do Caps com as pessoas que vivem do lado de fora do Caps. Apresento que há um desafio entre conviver com a miséria dos usuários e moradores de rua na porta do Caps e o zelo pelos pertences do serviço.

Reinaldo (U) comenta que só vive na rua quem quer, pois existe um monte de abrigo. Acrescenta que o prefeito de Campinas não tem pulso firme como outros prefeitos, pois permite que muitos vivam nas ruas da cidade, inclusive pessoas que vêm de outras cidades. Conta que há diversas prefeituras que encaminham as pessoas em situação de rua para outra cidade. Em contrapartida, Campinas só recebe essas pessoas.

Marilda (G) conta que ao mesmo tempo em que houve um aumento de pessoas em situação de rua, cresceu o número de vagas disponíveis em abrigos.

Maria (P) e Marilda (G) comentam sobre essa incoerência. Maria (P) diz que esse controle todo nos abrigos não ajuda para que eles atendam às necessidades das pessoas que precisam deles.

Maria (P) também se pergunta, a partir da minha fala, se no caso desses sumiços não haveria algum tipo de solidariedade e cooperação.

Silva (U) volta a dizer que é preciso ter regras.

Tales (P) concorda que possa existir regras, mas pergunta por quem elas serão feitas e para quê.

Reinaldo (U) enfatiza que é preciso ter punição.

Marilda (G) comenta que essa pauta é muito complexa. Reconhece que há uma questão a ser pensada sobre essas pessoas que vivem do outro lado do muro do Caps. Também acha que poderiam na próxima semana discutirem sobre o uso do colchonete. Gostaria que os usuários pudessem contar melhor como usam esses colchonetes, pois eles é quem saberiam dizer sobre isso com propriedade. Para a partir daí, eles construiriam combinados sobre o uso. Ela faz questão de reforçar que todos os presentes estejam na assembleia da semana que vem para darem sequência a essa discussão. (Profusão, 24/03/22)

Na assembleia seguinte, Marilda (G) informa que pediu dez colchonetes, mas não explica o motivo dessa diminuição e, no momento, eu não percebi essa diferença para que eu pudesse perguntar. Eles seguem na elaboração de onde ficariam os colchonetes e como seria feito o controle do uso. Tais combinados foram reforçados na assembleia posterior.

Entretanto, até a assembleia de 29/06/22, eles não haviam chegado. Registrei no diário de pesquisa: *Raimundo (U) pondera que é preciso ter primeiro os colchonetes para depois poderem cobrar que os usuários não podem se deitar no sofá. (Profusão, 29/06/22)*

Lá se foram horas de discussão sobre o colchonete, que podem até ter desdobrado em análise das relações sociais, mas nada deles para poderem praticar os combinados que certamente serão rediscutidos se um dia os colchonetes chegarem.

Se o uso dos colchonetes ficou entre memória e expectativa, o uso de drogas seja dentro, seja fora do Caps esteve presente o tempo todo – como não poderia deixar de ser em um Caps AD – e recorrentemente foi discutido nas assembleias.

Durante a assembleia de 09/12/22, esta discussão foi a quente:

Reis (U) surge e começa a fazer um discurso. Diz que é louco todo dia. De um modo até poético fala que todo dia fuma crack, bebe corote, fuma cigarro e encontra bombрил,⁹⁸ agradecendo por sempre conseguir ter isso. Alguns usuários demonstram incômodo com a fala de Reis (U). Houve uma discussão entre Gil (U) e ele. Felício (U) se levanta e Reis o acusa de não aguentar a verdade, o manda tomar no cu e mostra o dedo médio (não diretamente para Felício). Outro usuário, que estava num ponto que eu não conseguia observar, levanta-se e recebe as mesmas acusações de Reis. Esse, entretanto, escuta e começam a ameaçar um ao outro de agressão física. Até que este usuário se afasta da roda. Reis (U) segue com seu discurso sobre o uso de drogas e conta uma história de que hoje de manhã estava no leito-noite e teve algum tipo de conversa/discussão sobre dinheiro.

Achei que a situação estava ficando tensa demais e logo algum tipo de violência mais grave poderia acontecer. Pensei em pedir uma licença para o Reis e começar a falar algo sobre o assunto e tentar redirecionar a palavra para outros usuários. Ao mesmo tempo, ficava em dúvida sobre esse manejo da equipe com o Reis (Por que o deixavam falar tanto assim? Aliás, noto que nesse Caps há uma permissividade maior para falas desse tipo, o que, por um lado valoriza a participação de todos (sem exclusão), mas, por outro, torna-se arriscado quando inclui provocações como a fala do Reis). Quando eu estava prestes a me manifestar, Caio (P) ergue a mão e faz algo bem semelhante ao que havia pensado em fazer.

A fala passa a circular novamente e Reis (U) se afasta da roda. Um senhor mais tímido, que eu não conhecia, diz que poderia haver uma medicação a ser dada para os usuários que estivessem na mesma condição de Reis a fim de acalmá-los. Ele tem uma fala mansa e parecia em busca de algo para que pudesse apaziguar a situação por ali. Começa a circular a palavra e surgem sugestões de como lidar com essa questão do uso de droga dentro do Caps.

Ricardo (U) diz que o problema é mais crítico de manhã, na chegada dos usuários. Ele acha que seria bom ter um horário para o café da manhã dos usuários em leito e outro horário para os usuários que chegam de fora.

Tales (P) pergunta: Por que trazer droga para o Caps?

Gil (U) manifesta que fica com “abstinência” quando escuta essas falas sobre uso de droga. Diz que faz uso intenso e frequente de drogas fora do Caps. Mas que ao ouvir falas como as do Reis (U) o faz querer sair do leito, pois bate muita abstinência.

[...]

Houve uma certa divergência entre Felício (U) e o senhor de fala mansa. Aquele que defendeu com veemência que se fosse dada punição exemplar. Este senhor discorda

⁹⁸ Em outros Caps AD, os usuários também falaram sobre o uso de bombрил na queima do crack. Trata-se de um material para facilitar a combustão, que amplia os danos pulmonares do usuário.

justificando que ali era um serviço de saúde e não poderiam ficar colocando usuários para fora.

Começa a circular uma ideia de uma escala progressiva de punição, tipo: advertência, suspensão e expulsão. Gil (U) traz exemplos de como isso ocorre no Rastilho (aliás, em algum momento, Gil (U) diz que foi expulso de lá).

Tales (P) procura organizar as propostas e sugere que sejam discutidas com mais profundidade, em especial essa parte das punições. (Profusão, 09/12/22)

A frio e por outro caminho, a discussão segue em outro momento:

Faz-se um breve momento de silêncio, até que Reinaldo (U) fala sobre a falta de segurança no antigo portão de entrada. Diz que tem entrado muito corote de pinga por ali.

Cássia (P) começa a dizer sobre o uso de substâncias no Caps ser algo que ocorre mesmo e sinaliza de que o cuidado cabe a todos do Caps (profissionais e usuários). Menciona a possibilidade de que o uso seja um boicote ao tratamento.

Reinaldo (U) dá um direto: “Usuário que usa aqui dentro não quer melhorar”.

Maya (P) rebate: “Não sei”

Marilda (G) diz que a equipe está cuidando para que a entrada do Caps volte a ser pelo outro portão, mas que seria preciso fazer um ajuste no portão e isso havia sido solicitado ao serviço de manutenção da entidade filantrópica.

[...]

Voltam a falar sobre a questão da entrada de substâncias no Caps e Reinaldo (U) defende que fosse feita uma geral em todos que entram no Caps. Os profissionais reagem contra.

Caio (P) defende que o Caps trabalha com a perspectiva da autonomia, independência e corresponsabilização.

Reinaldo (U) diz que concorda e discorda. Segue com a proposta de “dar geral”.

Cássia (P) diz que não tem sentido exercer repressão, mas entende que avisar sobre o uso de substância no Caps pode ser também um modo de exercer o cuidado. Elogia a iniciativa de Reinaldo (U) por ter feito isso.

Reinaldo (U), entretanto, é mais enfático: “Por mim, coloca o corote e o cara pra fora”. É questionado se isso não seria uma violência. Ele concorda que é violento e que isso só cria inimizade.

[...]

Marilda (G) problematiza a situação do Caps, conectando ao contexto social de muita repressão, Pergunta: “Qual é o lugar do Caps na sociedade?” Contesta que o Caps exerça papel repressivo e defende que o Caps é um lugar de resistência, pois procura oferecer novas formas de cuidado.

Reinaldo (U) diz que, dessa forma, seria bom mostrar a importância do Caps para a sociedade. (Profusão, 03/02/22)

Essa análise final da Marilda (G) sobre o lugar do Caps na sociedade, entretanto, merece um capítulo à parte. Ao mesmo tempo em que se discutia nas assembleias o modo como é tratado quem usa droga dentro do Caps, o Caps sofria ataques da vizinhança e não encontrava alianças com outros serviços nem aliados externos para fortalecer um contrapeso. O principal motivo para esta sanha eram os usuários de droga que juntavam e dormiam nas redondezas do Caps, inclusive nas calçadas do seu contorno.

Antes do início da assembleia, Marilda (G) me conta que não participaria da assembleia, pois teria uma reunião, no mesmo horário, com o Conselho Distrital de Saúde. Ela conta que soube informalmente que a vizinhança fez um abaixo assinado (com mais de mil assinaturas) para pedir a retirada do Caps do local onde ele se

encontra. Marilda (G) diz que a vizinhança reclama da concentração de moradores de rua no entorno, do tráfego e do lixo. [Nas minhas idas ao Caps, eu ouvi que o barzinho que fica em frente ao Caps joga todo o seu lixo na frente do Caps e que o dono comete violências contra a população de rua. Dizem também que é bem violento e faz parte milícia.]

Marilda (G) conta que terá muita dificuldade de defender o Caps nessa reunião, pois não recebe muito apoio no distrito.

Ela explica que no ano passado fizeram todo um planejamento para mudar de imóvel, inclusive com adequação do prédio. Entretanto, houve dificuldade de aprovação junto à vigilância sanitária, que não quis afinar o cronograma da reforma com liberação para o funcionamento do serviço. (Profusão, 07/04/22)

Os usuários do Caps se queixaram da situação:

Raimundo (U) reclama que o Caps, entretanto, fica num local hostil, pois há uma cracolândia em frente. Ele conta que já aconteceu dele usar droga do lado de fora, ao invés de entrar no Caps. Queixa que isso prejudica o acesso ao Caps e diz que isso não poderia ocorrer na calçada do Caps.

Zico (U) diz que o local é pesadão. (Profusão, 29/06/22)

Ao final desta mesma assembleia:

Maya (P) comenta sobre recuperarem um projeto de fazer um canteiro na calçada [Achei um tanto estranho. Essa proposta me fez lembrar das “revitalizações” que são “gentrificação”] (Profusão, 29/06/22)

Essa informação não foi analisada, pois logo a assembleia foi encerrada. Durante as semanas seguintes, não houve assembleias. Quando retornei, senti-me negativamente surpreso:

Entro na sala onde costuma acontecer a assembleia e encontro Abílio (U) e a roda formada. Ele me confirma que a assembleia seria ali. Enquanto aguardávamos o início, ele se queixou dos atrasos e me falou que tinham anotado no seu cartão que assembleia começaria às 10h30. Começam os barulhos de uma britadeira e Juca (U) diz que estão fazendo um jardim na calçada do Caps como modo de evitar que os moradores de rua fiquem ali. Ele fica até, me pareceu, desconsertado e diz que foi isso que entendem. [Isso me soou muito mal. Pensei: “Mais um Caps querendo que os usuários saiam de perto”. Pois há poucos dias ouvi a uma queixa semelhante no Borbotão. Lembrei de isso ter sido falado de modo vago em assembleia anteriores, mas não como algo que tenha sido discutido e fiquei especialmente mal por não ter conseguido provocar uma análise sobre essa atuação do Caps nesse processo de gentrificação e aporofobia.]

(...)

Tadeu (U), que esteve na calçada do Caps, diz que não tem nada a reclamar do Caps. Para ele, todos são “anjos” [entendi que se referia aos profissionais]. Diz que não é aceitável que os usuários fiquem usando droga na frente do Caps e as dificuldades que encontra para não ficar junto com eles.

Falam da construção do jardim para que usuários de droga não fiquem mais na calçada do Caps.

Maya (P) problematiza a definição feita pelo Tadeu (U) de que as pessoas do Caps são anjos. Afirma que são pessoas simplesmente, pois também têm problemas. Acrescenta que essa ideia de anjo pode criar um contraponto complicado ao atribuir complementarmente o externo como algo demoníaco.

Ela diz que o fato dessas pessoas ficarem em frente ao Caps não deveria ser simplesmente taxado como ruim e que eles devem ser retirados dali. Entende que podem estar ali por proteção

Juca (U) analisa que o Caps fica próximo a um ponto de venda de droga. Falam que essas pessoas que ficam ali em frente sofrem muito com a violência policial. Tadeu (U) narra situações desse tipo. Diz que tem um sujeito que anda com um celular na cintura simulando que é arma para ameaçar os usuários, mas que ele não é policial. Explica que já falou para esse rapaz que o conhece lá do bairro onde moram, que sabe que ele não é policial e que não deveria fazer esse tipo de coisa. O “falso policial” lhe confirmou essa condição, mas não demonstrou nenhum tipo de constrangimento em seguir com essas ameaças, segundo Tadeu.

Explicam que há muitos policiais à paisana que agem contra os usuários, o que, inclusive, facilita a ação de quem sequer é policial. Dizem que os policiais fazem “bicos”. [Na verdade, fica evidente a atuação de uma milícia na região]

Tadeu (U) conta uma situação em que sofreu ameaças e buscou proteção das câmeras de vigilância colocadas na rua. Protegia-se dizendo para o ameaçador não fazer nada, pois seria flagrado pelas câmeras.

Abílio (U), homem negro que não se encontra em situação de rua, conta que nunca “abusa” [não se expõe nem provoca] e, mesmo assim, sofre com a violência policial. Afirma: “Eles vêm pra cima!”

Maya (P) analisa que é como se houvesse um portal entre “dentro” e “fora” do Caps. Avalia que “fora” há um inferno.

Marilda (G) discursa que a função dos policiais é oferecer proteção às pessoas e que não há qualquer restrição das pessoas permanecerem na rua. Mas explica que tomaram essa medida de construção do jardim nas calçadas do Caps devido à reclamação insistente que sofrem da vizinhança. Narra situações de ameaça da milícia e dos comerciantes. Lembra que tempos atrás queimaram um colchão no portão do Caps.

Juca (U) comenta que a polícia protege mais patrimônio do que pessoas

Maya (P) lembra que da música do Criolo que diz “é o céu da boca do inferno esperando você” (<https://www.youtube.com/watch?v=-1c14nY1Qqs>)

Reinaldo (U) analisa que deixaram ir longe demais, avançar muito.

Tadeu (U) diz que as pessoas não gostam de quem está nessa situação de rua e falam coisas que não são verdadeiras. Ele nega que eles fazem sexo, tal como Marilda (G) disse que ouviu reclamação da vizinhança. Explica que eles procuram cuidar para manter o respeito com as outras pessoas, sobretudo com as crianças que passam na rua. Reconhece, no entanto, que alguns cagam e mijam nas calçadas e não cuidam da higiene. Ele acrescenta que as pessoas estão na situação de rua em razão de problemas sociais e isso não necessariamente tem a ver com o uso de droga. Destaca que conhece pessoas nessa condição que não usam drogas.

São enfáticos ao dizerem que o albergue municipal é o pior lugar do mundo e que não é feito para gente.

Comentam que o Caps também sofre com essa violência.

Marilda (G) pede licença para sair. Explica que Maya (P) e ela precisam sair para participar de uma reunião com membros da assistência social para articular a ida de dois usuários para o abrigo. Ressalta que um deles é o Tadeu (U).

Peço que elas esperem um pouco, pois gostaria que elas ouvissem uma pequena intervenção que tinha a fazer. Elas aceitam.

Digo que entendo que há razões para cuidarem da calçada do Caps e quererem melhorar as relações com a vizinhança. Entretanto, digo que essas pessoas que vivem ali estavam sendo tratadas como inimigas/demônios, nessa divisão “anjos” e “demônios”. Ressalto que estavam cuidando da calçada, mas seria fundamental cuidar dessas pessoas também. A considerar que são usuários de droga que se encontram no território. Resgato a fala da Maya (P) de que é importante observar as razões para que eles estejam ali em frente e não em outro lugar, o que poderia ser explicado pelo fato de se sentirem mais protegidos. Conto que ouvi algo semelhante no Caps AD Borbotão a respeito de usuários que

dormem em frente ao Caps. Enfatizo que é parte do trabalho do Caps, numa perspectiva antimanicomial e de redução de danos, cuidar das pessoas no território, inclusive aquelas que não desejam fazer tratamento no Caps.

Marilda (G) diz que a equipe discutiu bastante em reunião de equipe antes de tomarem essa decisão de construir um jardim na calçada. Sugere que eu leia as atas de reunião para entender isso melhor. Justifica que eles sofrem muitas ameaças e ela pessoalmente sofreu com ameaças da milícia. Diz que não tratam as pessoas que ficam na calçada como inimigas e demonstra incômodo/raiva por eu ter dito isso. Conta que frequentemente falam com elas, já articularam ações de redução de danos e da assistência social. Marilda (G) pede para os profissionais da equipe justificarem suas decisões e contarem do que fazem. (Profusão, 20/07/22)

Marilda (G) e Maya (P) saíram da assembleia. Caio (P) e Charles (P) seguiram na discussão, que adentrou em como os serviços de assistência social, o Caps e a igreja católica da região atendem às demandas sociais dessas pessoas.

Esta foi a minha última participação nas assembleias. Fui afetado por um sentimento de frustração, pois sentia uma potência de criação e construção do comum neste Caps e fiquei abatido ao vê-los adotar medidas de gentrificação e aporofobia cedendo às pressões do ódio e da moralização contra os usuários de drogas e moradores de rua. Isto foi pior, pois eu acreditava que estava conseguindo intervir junto aos participantes, mesmo notando certas dificuldades para provocar movimentos de análise, sobretudo junto aos usuários.

Sinto que acabou mal essa etapa do meu trabalho no Profusão.

I.II.III. Caps Miríades: “Quebraram a estátua do anjinho que ficava no jardim”

Este é o único Caps geral dessa pesquisa, o que estabelece uma diferença considerável com relação aos demais. Embora o uso de drogas seja parte da vida dos usuários deste e dos outros Caps do mesmo tipo e a loucura esteja presente na vida dos usuários de Caps AD, há um modo de relação comunitária dentro dos serviços que é evidentemente diferente. Enquanto nos Caps AD, o binômio obediência-transgressão prevalece nos debates, neste serviço, emerge a questão autonomia-tutelada. Há um sopro de vida muitas vezes reivindicado pelos usuários, que tensiona os debates nas assembleias. Eles querem estudar, festejar, trabalhar, manifestar-se, passear, maquiarse, transar etc. Por mais que se sintam tratados eventualmente como “lixo” – escória ou inútil –, eles reviram a montanha de lixo que tenta encobri-los. E insistem para a equipe fuçar junto com eles e, quando for preciso, ajudar no descarte correto.

Como já apresentado anteriormente, a experiência neste Caps foi uma inspiração para essa dimensão de que há uma montanha de lixo a ser reconhecida da qual, com olhar apurado

e trabalho de coletor, é possível encontrar riquezas ou, pelo menos, matérias para sobrevivência.

Logo na primeira participação, o modo mais direto como alguns usuários conversaram comigo antes das assembleias chamou a minha atenção. A apresentação deles no início das assembleias é mais viva que dos demais Caps, tal como descrito anteriormente neste capítulo e complementado a seguir:

Na apresentação, a primeira usuária a se apresentar disse o seu nome e que era usuária do Caps. Assim, todos os presentes incluíram uma informação extra além do nome. Um usuário ao invés de dizer que era usuário disse que era um líder global e membro do exército. Lino (U) disse que estava realizando um projeto e mostra o caderno onde estava fazendo as anotações para isso. Rosa (U) mostra alguns retalhos dizendo que os utiliza nas atividades que faz em casa. (Miriades, 15/06/22)

Esse modo mais informal e próximo dos usuários se relacionarem, inclusive comigo, continuava após o final das assembleias, quando fui abordado em diversas ocasiões por alguns usuários que se interessaram em seguir conversando comigo por diversas razões: minha pesquisa, meu vínculo com a universidade, minha maneira calma de participar da discussão, para me mostrar o jardim, para falar de algum plano de vida etc.

Este modo de expressão dos pensamentos e afetos, certamente facilita para que eles manifestem mais crua e diretamente como se sentem tratados socialmente, inclusive no Caps.

Iniciemos a apresentação desta característica pelas discussões sobre o lixo no serviço, pois esta dará subsídios, a meu ver, para que fique mais evidente a inquietude e força criadora e instituinte nas falas dos usuários deste serviço.

Logo na minha primeira participação, em 29/10/2021, os participantes reclamaram do lixo espalhado pelo Caps, que cada um deve cuidar da limpeza do lugar, mas reconheceram que alguns usuários, quando estão mal, ficam com a higiene pessoal prejudicada e não cuidam da limpeza coletiva. De qualquer modo, combinaram de fazer plaquinhas de orientação para o descarte correto nas lixeiras, falaram da separação dos tipos de lixo e de reutilizarem o mesmo copo descartável para evitar desperdícios. Essa discussão reapareceu na assembleia de 02/02/2022, quando Cristovão (U) propôs uma educação ambiental, através da separação de lixo. Justificou a importância deste tipo de ação no Caps, compreendo que esse cuidado com o meio ambiente está associado à saúde mental das pessoas. Essa discussão se misturou com a questão do mato acumulado ao lixo nas calçadas do Caps. Atribuíram isto à falta de identificação como serviço de saúde mental, à falta de serviço de manutenção da entidade que gerencia o Caps e à vizinhança habituada a jogar lixo por ali. De qualquer maneira, concluíram que precisavam tomar algumas providências: os

usuários planejaram ações mais imediatas, promovidas por eles próprios; e os profissionais remeteram a responsabilidade ao setor de manutenção da entidade. Após esse debate anotei:

Em meio às discussões sobre o mato e o lixo, notei que as profissionais, especialmente a Fabia e a Leila (P), estavam bem insistentes sobre as responsabilidades da entidade filantrópica e dando baixa abertura para ações diretas dos usuários. Identifiquei-me bastante nesse tipo de argumento/comportamento, pois enquanto trabalhei em um Caps tive esse mesmo raciocínio. Certamente, espera-se que a entidade assuma verdadeiramente e que as iniciativas próprias de cada serviço e seus usuários poderiam produzir um efeito de “desresponsabilização” da entidade. Entretanto, noto cada vez que isso também barra a criação e a implicação de usuários com certos cuidados com a vida coletiva, que pode incluir os cuidados com a manutenção do prédio e cuidado com o lixo que se produz. Aliás, por que será que os vizinhos costumam jogar lixo nos Caps? Lembro que quando trabalhava no Caps havia esse problema e no Caps Rastilho também ouvi essa reclamação. Por que o Caps vira um lugar para se colocar lixo? Será que está relacionado a abandono, descuido, falta de conexão com o território? Por que o mato fica tão alto ao redor do Caps? Por que não se cuida da identificação do serviço? Seria uma mistura com a cidade ou uma clandestinidade? Parece estar muito mais ligada à segunda possibilidade, pois poucos sabem o que de fato é aquele lugar, o que se faz ali. (Miríades, 02/02/22)

É interessante observar que alguns participantes foram insistentes em falar sobre o assunto, mesmo quando era dito que não é para continuar:

Ivana (G) diz para Srta. E. (F) que foi combinado na semana passada que hoje não falaria mais sobre o lixo.

[...]

Jaime (U) reclama da falta de colaboração com a organização das mesas para refeição, pede por mais uma lixeira na ambiência...

Nesse momento, alguns reclamam da volta dessa discussão sobre o lixo.

Jaime (U) também pede cuidado para as pessoas não jogarem bituca no jardim.

[...]

Srta. E. (F) diz que essa questão dos recicláveis é algo importantíssimo, que recolhe material reciclável quando encontra nas ruas e acha fundamental ter uma lixeira para isso no Caps. Os profissionais insistem que isso já está encaminhado para ser resolvido. Srta. E. (F) pressiona. Diz que isso precisa ser resolvido “para ontem”.

[...]

Ariel (P), na sua vez de falar, diz que essa questão do lixo já foi muito debatida e pergunta se não haveria outras pautas.

[...]

Chega a vez da Sueli (U) falar. Ela volta a falar do lixo.

Diante da reação de insatisfação dos outros, Sueli (U) confirma que quer falar disso mesmo e destaca a questão dos restos de comida e dos usuários comerem sobras de comida de outros. (Miríades, 16/02/22)

Se acham que o assunto é importante, eles insistem! Entendo que seja até um bom exemplo de como “bancar o idiota” para provocar a análise sobre uma questão considerada relevante.

Além de ter que lidar com esse “modo indisciplinado” de alguns participantes, a assembleia me pareceu ser acolhedora com certos comportamentos aparentemente inesperados, estranhos ou bizarros:

Em meio à discussão, uma usuária que tinha se apresentado como cantora gospel simplesmente começa a cantar. O pessoal ouve, aplaude e retorna à discussão. (Miríades, 29/10/21)

Robert (U) faz uma entrada para perguntar: “Por que sempre tem um gótico no Caps?”. Diante do silêncio, ele mesmo responde: “Porque ele é o psicótico”. Ele ri direcionando a piada para mim. Depois comenta: “Sem fazer uma piada não dá”. (Miríades, 29/10/21)

Cristovão (U) anuncia que tinha um aviso de utilidade pública para fazer e apresenta a “Sopa de Índio” que, sinteticamente, segundo o seu criador, “limpa tudo por dentro e tudo por fora”. Descreve a receita com vários tubérculos e raízes, explica que fica rosa por causa da beterraba. Ensina como armazenar e consumir. Conta a história de algumas pessoas que tomaram essa sopa e conseguiram as curas que buscavam. (Miríades, 24/11/21)

Cristovão (U) traz um carrinho de mão com um vaso grande com roseiras e girassóis. Coloca esse carrinho no centro da roda. Brincam que ele fez um jardim para assembleia. Uma profissional reclamou que estava ruim de enxergar algumas pessoas do outro lado da roda, mas ninguém concordou com ela. Eu também não achei que estava atrapalhando. O carrinho ficou lá até o final da reunião. (Miríades, 30/03/22)

Logo que a roda da assembleia se forma, Castro (U) começa a cantar “We are the world” e Cristovão (U), que usava um chapéu de palha, óculos de proteção e luvas de pedreiro, começa a cantar uma música de São João. (...) Cristovão (U) coloca o seu chapéu de palha no centro da roda, tal como fez tempos atrás com o carrinho de mão com um vaso de roseira.

[...]

Rosa (U) diz que quer falar. Todos param para ouvi-la. Ela diz que está feliz, pois será bisavó novamente em breve. Já tem sete bisneto e logo chegará mais um. (Miríades, 15/06/22)

Em meio à sua fala, Lino (U) se atrapalha com o seu caderno e deixa cair alguns folhetos de pornografia, que recolhe sem qualquer constrangimento. (Miríades, 15/06/22)

Essa porosidade ao inesperado, ao que desvia o fluxo instituído dos informes e pautas, criou aberturas à análise a partir de falas aparentemente desprezíveis, mas com a força de um analisador.

Havia uma discussão sobre quem regaria as plantas e como isto estava funcionando bem até que:

Joventino (U) diz que quebraram a estátua do anjinho que ficava no jardim.

[...]

Cristovão (U) analisa que houve uma diminuição de vasos de quebrados.

Vânia (P) acrescenta que diminuiu a destruição dos objetos do Caps.

Elvis (U) declama um poema sobre flores. Helga (P) pergunta se o poema era dele mesmo e se havia feito hoje. Ele responde que fez ontem junto com a sua irmã.

Matos (U) comenta que o Caps está mais “rigoroso” (usa essa palavra mesmo), por isso diminuíram as destruições.

Cristovão (U) analisa que o espaço mais amplo do novo local do Caps ajudou, pois as pessoas podem dispersar mais facilmente em situações de conflito.

Matos diz que se sente mais “vigilado”. [A partir dessa frase, eu pude perceber claramente que ele não estava fazendo um elogio, como parecia ser no primeiro momento. Havia uma tentativa de fazer uma crítica]

[...]

Matos (U) reclama de funcionários que dão ordens de modo grosseiro/hostil, sem dar qualquer explicação daquilo para aquilo que estão dizendo. Fala alguma coisa sobre uma ordem para uma pessoa se afastar de um determinado local, com uma fala do tipo: “Vai pra lá”.

Ele formula uma questão para a assembleia: “Como é para os profissionais verem colegas passarem do limite?”

Cristovão diz que a coordenadora é a responsável por resolver esse tipo de situação, pois ela está lá para cuidar da equipe.

Matos se queixa que sempre quando reclama desse tipo de abordagem dos profissionais, é acusado de ser um “paciente psiquiátrico”, que está “surtando”. [Patologização como meio de desvalorização da fala da pessoa. Isso, infelizmente, é um problema corriqueiro. Aqui aparece de um modo mais explícito e reativo, mas já observei, em outros momentos das outras assembleias nos Caps, situações em que a fala é ignorada, tratada como cômica ou exagerada, atribuída ao quadro patológico. Não que não possa existir situação de ignorância, risos ou exagero em qualquer conversa, mas o problema é associá-la à patologia para não escutar algo que pode provocar uma análise coletiva.]

Vânia (P) reconhece que há um problema desse tipo no Caps. Conta que esse foi um dos assuntos discutidos no último planejamento da equipe realizado há poucas semanas. Explica que existe um problema de relação dos profissionais com os usuários e entre os profissionais. Entretanto, ela não diz quais foram as estratégias discutidas ou se foi tomada alguma providência a esse respeito. [De qualquer forma, o fato dela ter recebido como uma questão relevante criou um espaço para a discussão seguir]

Matos explica que releva se o profissional o trata mal uma vez, ou se observa isso contra alguém numa situação isolada. Pois sabe que este profissional pode estar num momento ruim. Entretanto, percebe que há profissional que repete esse modo de se relacionar muitas vezes.

Cristovão diz que os profissionais não querem atrito entre eles, daí acabam por proteger um ao outro. Acrescenta, como exemplo, a história de um profissional que está devendo para o outro e isso o impede de criticar o “seu credor” (minhas palavras).

Fabia reforça, entretanto, que há atritos entre os profissionais, tal como Vânia já havia dito.

Falam, de modo clássico, que há problemas de comunicação, respeito e escuta.

Fabia afirma que a primeira coisa a fazer é assumir que esse problema existe. [...]

Sofia, usuária que havia acabado de se juntar à assembleia, pergunta: “Cadê a coordenadora?”. Segue dizendo que o médico presente nem deveria estar ali, porque tem um monte de outras coisas mais importantes para fazer, mas estava. Ao mesmo que elogia, critica a presença dele. Ele não fala nada. [O seu tom mais provocativo certamente contribuiu para elevar um pouco mais a temperatura da discussão. Como diz Lapassade (citado por Hess em “Sociologia de Intervenção”), o ferro se forja a quente. Certamente, essa foi uma contribuição decisiva para o debate seguir. Esse é um ponto que preciso desenvolver em minha prática: aprender a elevar a temperatura]

Lia (P) justifica que a coordenadora estava em uma reunião, por isso não estava presente.

Sofia (U) diz que isso não é justificativa, pois ela deveria ter desmarcado a reunião para estar ali. Acrescenta que o médico fez isso e ela poderia ter feito também.

A partir daí, Sofia (U), que já havia alertado que estava agitada por não ter dormido durante a noite, engata uma fala longa, rápida e repleta de assuntos aleatórios. Diz que já trabalhou na Unicamp, que quase se tornou cunhada do atual prefeito, que gostava da coordenadora anterior, elogia o ex-prefeito Dr. Hélio, fala que está com tumor maligno devido ao cigarro e não vai parar de fumar, que conhece todos os ministros da saúde desde o Alexandre Padilha etc.

Cristovão comenta que gostava de outra antiga coordenadora.

Sofia (U) volta a falar várias coisas sobre o seu histórico de tratamento e seus contatos sociais.

Vânia (P) propõe a retomada da discussão iniciada por Matos.

Sofia disse que nem sabia do que estavam falando e que ela começou a falar sem parar e se perdeu. [É muito interessante como ela mantinha um fluxo acelerado de fala e critica todos os combinados.]

Vânia contextualiza brevemente e pergunta o que poderiam fazer diante do problema de relação identificado.

Falam que havia um problema de falta de participação na assembleia onde seria o melhor momento para discutirem esse tipo de assunto.

Sofia é enfática: “Vou chamar o prefeito para participar. Todo mundo vai querer vir falar com ele”.

Eu, que já estava ensaiando uma entrada na discussão, finalmente consigo falar.

Quando começo a falar, Sofia esboça um estranhamento e pergunta quem era eu. Digo que me chamo Daniel e sou da Unicamp. Ela arregala os olhos e diz que não gosta de ninguém da Unicamp. Diz que sou ligado a um tal de Paulo da psiquiatria e ela não gosta das pessoas que trabalham com ele. Fabia sorrindo tenta dizer que sou psicólogo.

Sofia (U) diz que odeia psicólogo. Fica um clima de tensão e humor misturados. Sofia era enfática, agressiva e bem-humorada ao mesmo tempo. Fabia e eu destacamos que eu era um pesquisador, mas Sofia seguiu tensionando.

Finalmente, eu consigo formular a minha pergunta para a assembleia, que foi algo do tipo: “Como o usuário pode se posicionar diante das situações de agressividade/hostilidade dos profissionais?”

Matos reclama que não pode falar nada nessas situações, pois o profissional o trata com grosseria, arrogância e desmerecimento.

Ele conta que já presenciou uma situação na qual um funcionário fez piada com uma pessoa cadeirante.

Ele pergunta: “Por que vou falar num lugar onde me veem como um surtado?”

Diz que trouxe um pendrive com músicas e vídeos para ser usado na TV, no lugar da programação ruim da TV, mas isso não foi bem acolhido pela equipe.

Cristovão conta que foi tratado com grosseria dias atrás quando tentava ensinar “sopa de índio” para alguém do lado de fora do portão. Conta que discutiu com o porteiro.

Dizem que é complicado falar diretamente para as pessoas envolvidas na situação. Fabia diz que não é o caso de resolver essas situações individualmente. Apontam que é melhor levar essas situações para discussão em assembleia e, em casos específicos, à coordenação (quando envolve questões administrativas e punitivas). Falam em construir mudanças coletivas a partir do diálogo na assembleia.

Eu pergunto: “E como se cuida no cotidiano desses combinados feitos em assembleia? Como o usuário pode agir no dia a dia?”

Matos (U) diz para fazerem uma caixinha de sugestão. Diz que seria uma ideia simples, que talvez nem fosse suficiente. Entretanto, conclui que nunca aceitam as suas sugestões.

Ele comenta que seria importante conversar com essas pessoas que estão tratando mal os outros, mas enfatizando que não é para mandar ninguém embora.

Cristovão diz que a coordenadora deve sempre mediar essas situações

Matos é lacônico: “Solução Will Smith” [em referência ao tapa de Will Smith em Cris Rock durante a cerimônia do Oscar <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60900334>].

Provoca risos na assembleia.

Noto que eles vão construindo diversas maneiras de criar mediações (caixinha de sugestão, pautas em reuniões de equipe, falar com coordenadora, levar pauta em assembleia)

Fabia recoloca a minha pergunta diante de um questionamento da Sofia, mas emenda dizendo que não sabe o que dizer. Não tem uma resposta.

Sofia se despede depois de falar mais algumas coisas sobre si.

Cristovão (U) diz que é importante não criar atrito e enfatiza o papel da coordenadora para isso.

Digo para ele, que estava ao meu lado: “Você não quer atrito mesmo.” Ele diz que não.

Combinam de fazer a caixinha e tiram os nomes de responsáveis. Um usuário que estava de fora da roda, diz que também iria participar e que estava acompanhando toda a conversa mesmo de fora. [Talvez a equipe tenha feito isso simplesmente como um gesto de acolhimento da sugestão de Matos. Todos pareciam duvidar da eficácia desse recurso] (Miriades, 30/03/22)

O final não foi apoteótico nem revolucionário. Aliás, foi uma saída qualquer. Mas o debate com sinuosidades e intensidades provocou aberturas para expressão e para ampliação da análise sobre o modo de relação estabelecido neste Caps, evidenciando silenciamento das insatisfações dos usuários perante grosserias dos profissionais no cotidiano e o quanto as tentativas de canalização disso para “lugares corretos” alimentou os maus-tratos e enfraqueceu os recursos de autodefesa dos usuários. De qualquer modo, a assembleia os permitiu manifestarem o desejo de serem mais bem tratados pela equipe e que não aceitam um lugar de descrédito e dejetos para o qual se sentem empurrados socialmente. O mesmo movimento ocorreu em outras ocasiões:

Robert (U) introduz a sua pauta (...). Ele exibe dificuldade em introduzir a sua questão, com fala mais insegura e sinais corporais de desconforto. Ele diz que se sente culpado muitas vezes quando o profissional reage rudemente e agressividade diante dele, ou melhor, diante das suas manifestações de crise. Ele diz do seu reconhecimento pelo trabalho dos profissionais e tenta compreender o mal jeito dos profissionais pelo grande número de usuários que precisam atender. [...] Jaime (U) diz que a crise que tem na sua casa, ele não traz para o Caps. Ivana (G) comenta algo no sentido de que o Caps estava lá como lugar para receber as pessoas em crise. Góes (P) diz que a comunicação entre profissionais e usuário é algo complexo e pergunta para Robert o que mais o incomodava. Este volta a manifestar algo de culpa e tristeza, no sentido de ter causado a agressividade do outro. Ivana diz para Robert que a assembleia é o lugar para esse assunto e que Robert não precisava se sentir culpado (até fiquei pensando que houve um episódio significativo e ainda muito mal elaborado). (Miriades, 10/11/21)

Denis (U) inicia um fala longa e um tanto complexa de ser acompanhada. Ele diz das suas conquistas sociais e que espera devolutivas dos profissionais, pois tem muitas dúvidas sobre ele.

Débora explica que ainda estão levantando as pautas e não era hora de desenvolver a discussão

[...]

Denis fica bravo e diz que a assembleia é também dos usuários e ele quer falar.

[...]

Denis ainda arruma tempo para perguntar o que ele precisa fazer para ser melhor. (Miriades, 13/04/22)

Robert (U) queixa do desrespeito dos profissionais, dizendo que há profissionais ali só preocupados em ganhar seu salário enquanto há outros interessados em cuidar das pessoas. Destaca que os profissionais tratam mal os usuários em crise.

Outro usuário endossa essa queixa. Ilustra com uma situação na qual o profissional fica no celular enquanto os usuários ficam “jogados”. Entende que os profissionais só conversam entre eles e do outro lado os usuários só ficam entre eles.

[...]

Usuário reclama que não tem sido atendido pelos profissionais. Explica que está há dias em leito e não é atendido. Também reclama de atrasos.

[...]

Ivana (G) diz que a agressividade na convivência e problemas de comunicação foram abordados no planejamento feito pela equipe. Lembra que encaminharam a confecção de uma caixa de sugestões como modo de tentar melhorar algo nesse sentido. Mostra uma caixa que foi dada pela Helga (profissional que saiu recentemente). Diz que essa caixa poderia ser decorada (Cristovão dá sugestão de usarem o pirografo dele) e ela sugere que nos recados seja colocado o nome dos profissionais que eventualmente forem agressivos/desrespeitosos. [Pareceu ser um instrumento de vigilância e caguetagem... Soou mal para mim] (Miríades, 13/04/22)

Esta vitalidade dos usuários não foi reduzida às queixas nem coube nas caixinhas de sugestão. Encontrou afirmação em atos como o desejo, a luta e a busca por meios de festejar:

Ivone, uma usuária que não participava da assembleia, entra na roda e reclama que não pode comemorar a sua festa de aniversário no Caps. Outros usuários reforçam a queixa dela. A conversa fica mais tensa. Ivone reclama, anda, chora, acusa profissionais de não terem permitido a comemoração. Ela reclama que tinha tudo para ser uma comemoração maravilhosa, que vários familiares foram até lá, teve que desmarcou compromissos de trabalho e estudo, tinha crianças. Chora bastante e demonstra irritação. A profissional de referência da Ivone e outro profissional entram na roda para falar sobre o assunto. Argumentam que é fundamental combinar antes como será a comemoração. Explicam que no caso da Ivone, havia muita gente e não poderiam permitir a entrada de tantas pessoas devido às restrições da pandemia.

[...]

A discussão sobre as comemorações de aniversário seguiu e entraram no ponto de quantas pessoas da família poderiam participar. Sugeriram de cinco a dez, cinco a seis, até cinco... Um profissional da equipe é mais enfático em propor de três a cinco pessoas. Os usuários concordam. (Miríades, 29/10/21)

Rosa (U) é convidada a voltar a falar sobre o assunto que havia introduzido. Mas ela muda o foco. Passa a falar do seu aniversário em 06 de janeiro, quando pretende comprar bolo e fazer uma torta para comemorar no Caps. (...) Ela complementa que pretende que a festa tenha suco e velinhas de 65 anos. Helga (P) até faz uma menção ao combinado que fizeram sobre aniversários no Caps (em outra assembleia). Fabia (P), mais adiante, resgata que havia sido combinado que as comemorações de aniversário no Caps seriam apenas para os usuários que se encontram no leito e não podem ir para casa. Entretanto, dá uma brecha de que seria possível construir esse aniversário no Caps a partir de conversas com os profissionais. (Achei interessante por um lado, pois houve um reconhecimento da singularidade daquela usuária, que, certamente, é muito mais simpática à equipe do Caps comparada àquela que quis comemorar com um número muito grande de familiares e foi impedida). (Miríades, 24/11/21)

Leticia (U) diz que quer abrir a churrasqueira [tem um tapume na churrasqueira] para fazer um churrasco. Ela diz que seu pai pode dar uma picanha para ser assada e que cada família poderia trazer alguma carne também. Cristovão (U) diz que poderiam comemorar o Dia da Família e Leticia diz que Cristovão e ela, que aniversariam no mesmo dia, também poderiam fazer essa comemoração.

[...]

Ivana (G) defende que primeiro fizessem um evento só com pessoas do Caps e depois algo aberto às famílias. Justifica que ainda é preciso preservar alguns cuidados relacionados à pandemia.

Falam que poderiam comemorar a "Família Caps". Cristovão é o principal entusiasta dessa ideia.

Srta. E. (F) defende que todos comemorem juntos e cada um traria alguma coisa. Ela diz que poderia levar refrigerante. (Miríades, 27/04/22)

Manifestaram desejo de passear:

Hugo (U), como havia adiantado no início da assembleia, pergunta sobre passeios. Especulam lugares de interesse. Cristovão (U) diz que não quer ir para Holambra novamente e as pessoas sorriem. Falam sobre parque aquático, parque de diversão e zoológico. Fabia (P) alerta que muitos desses lugares estão exigindo passaporte vacinal e aproveita para alertar os usuários da importância deles se vacinarem.

[...]

Cristovão (U) lembra do passeio da Maria Fumaça entre Campinas e Paulínia, que sempre teve vontade de fazer. Alguém alerta que é muito caro, mas ficam de pesquisar a possibilidade de conseguirem algum desconto. Alguns usuários se animam e dizem que se precisar pagar, eles aceitam. (Miríades, 24/11/21)

Os usuários deste Caps destacaram como trabalhar é muito importante na vida deles:

Marlon (U) entra na conversa para dizer que gostaria de ir para o armazém das oficinas, justificando que é importante manter-se em atividade, inclusive fora do Caps. Fabrício (U) começa a dizer que está fazendo alguns trabalhos e pede auxílio para ampliar isso. Diz que quer crescer na vida. Fala isso enquanto outros falavam.

[...]

Fabrício reforça o quanto sente que o trabalho é importante para que ele se sintam melhor e, inclusive, não fique tão detido no uso de substâncias psicoativas.

Elvis (U) alerta que a questão é que todos devem construir um projeto terapêutico, inclusive que envolva a questão do trabalho.

Cristovão (U) diz que ter começado a trabalhar com reciclagem foi importante para ele, explicando que isso tornou a sua vida mais dinâmica. Acrescenta que se não der para encontrar uma atividade para fazer fora do Caps, é importante ter algo a fazer ali dentro. (Miríades, 19/01/22)

É possível localizar que houve abertura para a “experiência esquizo” nas assembleias, que foram tensionadas pelas singularidades dos usuários que não se encaixam, por mais que se crie “caixas” para suas sugestões, a um modo bem-comportado e normatizado. Entretanto, é evidente que há uma força de vigilância, controle e diminuição da potência dos usuários presente no cotidiano deste serviço. É notável que os profissionais que participaram das assembleias se apresentaram como os mais aliados das experiências instituintes-singularizantes, mas fica a questão de como contagiar os demais e não ser enquadrados por eles? Será que uma caixa de sugestões pode se tornar um uma caixa de ressonância para esse desejo em defesa da singularidade e da expressão da loucura capaz de atingir os ouvidos dos demais profissionais? Parece que foi uma aposta. Ou foi uma das estratégias para fortalecer os debates entre profissionais nos planejamentos e nas reuniões. Entretanto, me pergunto: Por que não fortalecer a autodefesa dos usuários? Isto é arriscado? Arriscado para quem?

I.II.IV. Caps AD Rastilho: “Vamos pensar para frente”

Apesar de ser o quarto Caps a ser apresentado-comentado-analisado, foi o primeiro em que estive presente para participar das assembleias. Percebi diversos estranhamentos iniciais em retornar a um Caps AD, desta vez não como psicólogo da equipe e sim como um pesquisador. Entretanto, essa questão não se desfez ao longo das dezesseis participações. Foi o Caps que comecei a participar, onde consegui ir mais vezes, mas onde, sem a menor dúvida, eu menos consegui intervir.

Este aspecto é um analisador: ficar emperrado. A montanha de lixo estava ali, mas eu mal toquei nela. Por quê?

Certamente, isso não tem nenhuma relação com o modo como a coordenadora deste Caps me recebeu. Foi a primeira das coordenadoras a me dar a autorização para participar das assembleias, ela reservou um tempo antes de começar a primeira assembleia para me receber e sempre foi solícita e disponível ao longo do tempo. Também é interessante observar que os vigias deste Caps também foram gentis e receptivos comigo, o que facilitava bastante o meu acesso e criava alguma sensação de acolhimento no local.

Entretanto, não percebi a mesma abertura e receptividade por parte dos profissionais nem dos usuários. Foram raras as conversas que tive com os usuários e os profissionais antes ou depois das assembleias. No decorrer das discussões em assembleia, eu também não encontrei aberturas e estímulos para intervir. A descrição a seguir dá mostras disso:

Notei que já era por volta de 14h20 e nada. Decidi entrar na casa e perguntar para algum profissional. Encontrei o psicólogo Túlio na recepção lendo um livro. Perguntei sobre a assembleia e ele explicou que começava às 14h30, mas que hoje ele não iria participar porque logo iria atender. Disse para eu procurar por Isadora (P), pois ela estaria cuidando dessa organização. Não lembrava quem era Isadora e como ele disse que iria começar às 14h30, eu disse que esperaria. Esperei mais um tempo. Quando percebi que já era 14h35, eu resolvi ir à sala de equipe perguntar se teria assembleia. Havia dois funcionários por lá que eu não conhecia e me disseram que estavam procurando alguém para coordenar a assembleia. Voltei para a ambiência e me sentei numa cadeira para continuar a esperar. Isadora veio até mim com uma colega e explicou que Luana (G) precisou ir à sede da entidade filantrópica e eles estavam tentando se organizar para fazer a assembleia, mas não estavam conseguindo. Ela me disse que ela mesma não poderia, pois estava em outro tipo de atividade. Também levantou a possibilidade de que talvez não fosse acontecer a assembleia e que eu teria que voltar no dia 22. Entretanto, ela disse que procuraria alguém para ficar comigo na assembleia. Achei estranho e disse que não fazia sentido fazer assembleia por minha causa. Depois fiquei pensando que reagi muito mal. Ficou um certo impasse até que entendi que ela iria verificar primeiro com colegas e depois me falar. Não demorou muito, Túlio, Nice e Laura (P) começaram a chamar as pessoas e fizeram a roda para iniciar a assembleia. Túlio se colocou como coordenador e foi quem chamou mais as pessoas a entrarem na roda. Era 14h40.

[...]

Aviso do TCLE a ser assinado no final da assembleia. Nice pergunta se alguém tinha alguma pergunta a esse respeito. Os usuários pareciam desatentos e não quiseram perguntar nada. Acho que deveria estimular mais a participação com a minha fala. Dar alguma ênfase da ideia da participação social para animá-los mais a partir do meu interesse. Mas a verdade é que a longa espera, a baixa receptividade e o calor não estavam favorecendo muito a minha disposição.

[...]

Tentei me despedir das pessoas. Isadora (P) pareceu ser a mais gentil nesse momento. Parecia que ninguém estava muito afim dessa assembleia de hoje. (Rastilho, 08/11/21)

Um possível desânimo e/ou desinteresse, em especial dos profissionais, inegavelmente me contaminou. O trecho anterior já sinaliza algo que reapareceu em outras assembleias: os profissionais pareciam emperrados, forçados a fazer algo, resistentes a participar das assembleias e a entrar no fluxo das discussões.

Diante disto, é notável como a coordenadora tomou para si o encargo de empurrá-los, como parte das suas tarefas, para que a assembleia acontecesse. Ela, aliás, falou sobre isto logo na conversa que tivemos antes da minha primeira participação nas assembleias:

Na conversa, a coordenadora enfatiza o quanto ela protagoniza a chamada e a organização da assembleia e faz um certo contraponto com aquilo que ocorria pré-pandemia, dando a entender que a equipe era mais participativa. (Rastilho, 25/10/21)

Nas assembleias seguintes isto ficou evidente:

Luana (G) parecia sobrecarregada e apressada dizendo que tinha pautas importantes. (...) Lembrei que no início da assembleia, alguém pediu auxílio para Luana (G) e ao sair da roda da assembleia ela tomou cuidado para dizer que voltaria logo e que se algum outro profissional não soubesse responder alguma coisa, era para aguardá-la. (Rastilho, 29/11/21)

Senti uma demanda por auxiliá-la:

[Fiquei com vontade de dar uma força para a coordenadora, pois a percebi sozinha na tentativa de chamar as pessoas para a participação política... Aliás, em grande parte do tempo, a assembleia ficou limitada a um diálogo entre a coordenadora e a Greta (U). Senti que Luana (G) não estava conseguindo se expressar muito bem e começava a ficar nervosa, desconsertada. Agora penso que seria interessante fazer algum eco e acrescentar alguma coisa sobre conselho local como modo de reforçar a importância do que ela estava falando tanto para usuários quanto para os trabalhadores. Também como modo de circular um pouco mais a palavra, romper com o diálogo restrito. Mais uma vez, na dúvida, eu permaneci quieto e pensei apenas depois no que poderia fazer.] (Rastilho, 14/03/22)

Enquanto a coordenadora tentava empurrar os participantes, sobretudo os profissionais, para dar algum movimento na assembleia, os usuários simplesmente ultrapassavam os profissionais e exibiam o quanto estes ficaram para trás, foram lentos e não enxergaram o que acontecia ao redor:

Neves, aquele usuário que já conhecia do Borbotão, questiona com veemência. Diz que tudo voltou a funcionar, menos as atividades do Caps. Pergunta: “Como pode ter 60 mil pessoas no estádio de futebol e aqui não pode ter ateliê com dez pessoas?”

Ele também fala dos restaurantes, onde já não existe mais a exigência do distanciamento social. Reclama que o Caps parece o Egito, pois está parado no tempo. Profissionais falam que devem seguir as determinações das instâncias superiores, mas acrescentam que alguns grupos estão voltando, tal como o grupo de música.

Neves (U) reclama: “Não tem mais nada!”

Os funcionários começam a explicar que agora é que estão voltando a reorganizar as atividades e precisam definir quais profissionais vão participar de cada atividade.

[...]

O clima segue tenso.

Neves (U) reclama que as atividades são importantes para ele não ficar parado e se distrair. Compara o Caps ao deserto, ao Egito e à múmia, reforçando que o serviço estava parado no tempo.

Nice (P) diz que aquele era o espaço mesmo para se fazer as críticas e falar do funcionamento do serviço.

Túlio (P) passa a contra-argumentar, dizendo que o prefeito de Belo Horizonte (Alexandre Kalil) ao se deparar com o estádio com 60 mil pessoas e quase todas sem máscaras, manifestou sua preocupação com a falta de cumprimento dos protocolos sanitários. Acrescenta que a pandemia não terminou.

São mencionadas atividades a serem recuperadas: ateliê, futebol, culinária e grupo com psicólogo.

Nice diz que a equipe tem conversado a esse respeito e reforça que a pandemia não terminou.

Neves diz que conhece dois funcionários interessados em retomar a oficina de futebol. E começa a especular sobre o melhor lugar para a prática, fazendo referência a uma quadra ao lado. Laura (P) explica que ali foram jogar amistosos contra outro Caps e não dá certeza de que será possível usar desse espaço regularmente.

Nice explica que, embora não esteja tendo um grupo de ateliê, existem materiais disponíveis para os usuários utilizarem caso queiram. Acrescenta que a TO está se preparando para retomar as atividades de Ateliê em grupo.

Laura explica das dificuldades que tiveram para fazer culinária no espaço do Caps devido ao tamanho reduzido da cozinha. Daí passaram a usar o Espaço das Vilas, mas isso gera uma complexidade de transporte e tempo.

É avisado que os usuários podem acessar seu profissional de referência caso se sintam ociosos.

Os funcionários reforçam que essa questão será levada para a reunião de equipe.

Túlio reforça que ali estão submetidos aos protocolos da entidade filantrópica, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde (realmente, não diz do Ministério da Saúde e ninguém inclui essa informação).

[...]

Laura acrescenta que a abertura para se fazer atividade é algo muito recente e não houve tempo para a equipe se reorganizar.

Neves diz mais uma vez que o Caps está olhando para trás. Acrescenta que lamenta as mortes pela covid-19, que ele teve conhecidos/familiares que morreram, mas que já é hora de voltar às atividades: “Vamos pensar para frente”. (Rastilho, 08/11/21)

Sete meses depois:

Um usuário diz que gosta do Caps, mas propõe que se coloque aparelhos de academia e instrumentos musicais para que os usuários tenham alternativas ao ócio.

Deise (P) diz que o Caps está retomando as atividades em grupo (Rastilho, 13/06/22)

Nesse descompasso de tempo, “ninguém” enxergou determinados acontecimentos:

Luana (G) conta de uma assembleia extraordinária realizada recentemente em função de um altar para Santo Expedito que foi montado no gramado do serviço. A equipe não sabia quem tinha feito o altar, que já estava lá fazia alguns dias. O altar foi desmontado e, posteriormente, foi feita a discussão para justificar os motivos pelos quais não é permitido manter um altar no Caps: preservação da laicidade. Explica que depois encontraram quem o fez: uma usuária que é moradora de rua. Segundo a coordenadora, o santo está guardado até que ela volte para buscar. (Rastilho, 25/10/21)

Luana (G) conta que o Caps recebeu um enxoval grande no ano passado, mas que estão enfrentando um problema porque as pessoas levam as toalhas embora.

[...]

Luana (G) reforça o problema do furto do enxoval, acrescentando que tiveram sérios problemas com a falta de cobertor no ano passado. Diz que muita gente chegou a passar frio no Caps por causa disso. (Rastilho, 24/01/22)

Frederico (U) reclama que todos sabem das drogas e bebidas que entram no Caps, que são muito visíveis e só os funcionários que não veem.

[...]

Guiomar (funcionária que ainda não tinha visto) diz que no Caps há usuários de vários tipos de droga e isso é parte das questões da convivência. Diz também que os funcionários têm diversas preocupações e que muitas vezes não enxergam mesmo o uso de drogas ali dentro. Assim como Túlio, ela reforça que é preciso avisar quando alguém percebe o uso ali dentro. Diz que pode ser que isso exija uma assembleia extraordinária. Diz que o dia foi desorganizador para todos ali. Frederico ecoa a fala de Guiomar. Ela segue dizendo que o uso ali dentro desorganiza todo o coletivo e que é importante procurar alguém de maior confiança para contar quando fica sabendo disso. Diz que a proposta do Caps não é vigiar e punir, mas que quando acontece um uso é importante que ocorra alguma abordagem.

Sr. Aderaldo (U) diz que já foi muito pior.

Frederico concorda com Sr. Aderaldo e conta da época que havia um galão de café com pinga que circulava pelo Caps. (Rastilho, 07/02/22)

Sr. Aderaldo (U) pergunta: “Ninguém viu o sujeito sair do Caps carregando uma televisão nas costas?”

[...]

Isadora (P) repete a questão e inclui também os usuários nessa “cegueira”. (Rastilho, 13/06/22)

Na tentativa de saber resolver esse tipo de situação, a equipe estimulou os usuários a serem parceiros nessa vigilância, garantindo sigilo. Evocaram tal necessidade sempre que apareceu esse tema, seja por causa do uso de drogas dentro do Caps, furto ou quebra de algum bem comum. Entretanto, isso não funcionou exatamente como gostariam os profissionais:

Entretanto, começa a crescer uma discussão sobre os furtos frequentes. Contam que já houve outros furtos de DVD. E trazem para a discussão o furto recente do rádio. Frederico (U) diz: “Todo mundo sabe quem foi”. Começam a especular sobre punições e meios de prender os aparelhos com grade, cadeado etc. Frederico, em determinado momento, conta que no albergue municipal tudo é gradeado, até os chuveiros ficam presos dentro de grades. Conta que sente muito medo das pessoas que ficam lá, dizendo que muitas têm cara de assassinas.

Túlio (P), em meio a discussão sobre o furto, fala sobre a necessidade de os usuários comunicarem a equipe sobre o que sabem de modo anônimo para que a equipe possa abordar as pessoas (Ele costuma retomar bastante essa questão). Ele fala que precisam estabelecer esse tipo de parceria e que esses furtos prejudicam muito mais os usuários. Em meio à fala dele, Frederico diz que foi o “irmão da Taninha (U)”. Túlio fica desconsertado e começa a discursar que não precisava dizer assim e que é preciso cautela para saber se a pessoa acusada cometeu mesmo o furto. Recorre até à uma questão jurídica e tudo mais. (Rastilho, 10/01/22)

Nessa situação, eu tentei contribuir com a discussão, mas não consegui abrir campos para análise. Os profissionais foram enfáticos em dizer que já fizeram algo daquilo que incluí na minha fala: “A gente já faz isso”. Se fizeram, fazem ou não talvez nem seja o mais relevante, mas é certo que a minha provocação-proposta não mobilizou interesses nem disposição. Se fazem isto que perguntei, eu talvez pudesse tentar extrair melhor o que conseguiram produzir de conhecimento e eventualmente não estão aproveitando. Eu também senti dificuldade em lidar com esta questão dos furtos, o que seguramente contribuiu para eu não me animar a falar, mas percebo que poderia ter aproveitado desse “não-saber” para estimular um agir em comum. Exibir a minha idiotice em forma de perguntas e curiosidades.

Mas daí dizem que recentemente também foi furtado o celular institucional do Caps. Assim foram três furtos recentes que aconteceram em pouco tempo: celular, DVD e rádio.

Logo retomam a questão de fazer um bazar para conseguir dinheiro e comprar o rádio e o DVD, pois o celular foi repostado pela instituição.

Uma profissional entra na assembleia e pergunta se poderia incluir a compra de caixinha de som para o computador.

A discussão passa a ser sobre o barulho que a caixinha de som no computador pode fazer e dificultar para as pessoas que estão falando no telefone. Frederico (U) diz que poderia usar um fone de ouvido, mas que o computador está colocado de um modo em que o fone fica curto. Especulam modos de mudar a posição do computador para viabilizar o uso do fone ou trocar ele de lugar para que o barulho atrapalhe menos. Entretanto, tudo parecia difícil ou pior. Luana (G) diz que não adiantava muito discutir porque já sabia que o computador está no melhor lugar. Alguém diz de colocá-lo na ambiência externa, ali onde estávamos fazendo a assembleia. Mas logo ressurgiu a questão do furto e que ali ficaria mais fácil disso acontecer. Luana comenta algo como: “Que ruim, a gente está pensando nas coisas e junto em como fazer para não ter outro furto”.

Provoco a retomada dessa questão do furto questionando se era algo de sempre ou se estavam identificando como uma coisa importante daquele momento. Se tinha algo específico acontecendo. Isadora (P) parece sinalizar que tinha sim algo do momento e expressa algum cansaço. Luana (G) defende que algo que sempre aconteceu, mas reconhece que está com uma frequência maior. Parece que há uma certa banalização. Ela diz da importância de os usuários cuidarem do Caps de modo geral.

Pergunto se eles conseguem conversar com essas pessoas que são suspeitas ou identificadas no furto. Ela dá um sorriso um tanto constrangido ao mesmo tempo procurando evitar a continuidade do assunto.

Frederico interrompe para perguntar quem eu era, pois não parecia usuário. Explico que eu era pesquisador e participava das assembleias.

Luana (G) diz que nem sempre eles conseguem ter a informação e/ou fazem uma conversa com essas pessoas. Digo da importância dessas conversas para saber da

singularidade de cada situação, mas também para localizar o que há de comum entre elas e poder pensar melhor como cuidar dessa situação. Isadora (P) assente com a cabeça. Luana (G) diz que já fazem isso. (Rastilho, 10/01/22)

Muitas questões permaneceram dentro da minha cabeça, noto que, mais do que nos outros Caps, perdi diversas vezes o momento certo para intervir, inclusive por falta de disposição. Houve uma lentidão que me tomou:

Ao final, sai com a sensação ruim de que esse Caps está muito descuidado, desinvestido. Já vinha notando pelo esvaziamento de participantes nas assembleias. As pautas também remetem um tanto para isso: furtos, uso de substâncias, falta de atividades, falta de participação nas atividades propostas etc. De pronto, pensei na conexão entre a queixa de falta de atividades e esses furtos. A tal parceria defendida pelo Túlio (P) parece bastante comprometida a considerar as pautas. Não soube como foi o Sarau, nem a ida ao Parque Aquático, nem como está a retomada das atividades coletivas. Talvez eu precise provocar mais a fala nessa perspectiva de construir e experimentar algumas mudanças. A questão do computador agora parece advertir muito sobre esse modo de funcionamento. Acho que era um analisador que infelizmente perdi. Agora penso que a minha proposta de conversar mais com as pessoas envolvidas mais diretamente dos furtos como um tipo de caminho para analisar melhor a situação, mas talvez não tenha sido uma boa estratégia pois pode ter reforçado a falsa solução de buscar o culpado e também não ter coletivizado o debate, mesmo naquele grupo reduzido. (Rastilho, 10/01/22)

(Senti vontade de falar algo sobre o quanto havia incluído na fala de Sr. Aderaldo que os usuários têm algo a dizer sobre o uso de drogas para os profissionais. A conversa entrou em alguns pontos interessantes. Houve algo que esquentou. Entretanto, acho que poderia ter reforçado esse aspecto. Até isso poderia conectar com a questão do protagonismo dos usuários na redução de danos. É curioso notar que foi dito isso, mas havia algo de contraditório em não elaborar a demanda por ter mais espaço e ser ouvido (grupo só de usuários, usuários que ensinam profissionais). Fico até pensando: O que ele queria que os profissionais do Caps aprendessem?) (Rastilho, 24/01/22)

Seguramente, entrei num compasso de lerdeza, que pode estar associado ao meu modo devagar de trabalhar nesse momento, uma identificação com esses profissionais velhos e cansados (retrato que tenho da equipe nesta assembleia), uma adesão a um modo de resistir pela paralisia ou recusa. Certo é que isto impediu que eu bancasse o idiota para movimentar as análises.

Quando fui chamado diretamente a participar, eu também fui atropelado:

A fala do Sr. Aderaldo dispara uma sequência de reclamações de falta de recursos e materiais para as atividades. Falam dos cortes. Por exemplo, da perda da segunda casa onde ficavam os leitos. Queixam da falta de toalhas, das goteiras, do chuveiro que não funciona direito. Reclamam que não têm tido atividades de TO.

Perguntam sobre a responsabilidade pelos materiais de TO e Luana (G) explica que há uma responsabilidade geral, mas tem um núcleo de TO, que cuida mais disso diretamente. Ela destaca o trabalho de organização da Isadora (P), mas explica que existem três TO's no Caps.

Os usuários passam a reclamar da falta de atividades em grupo.

Sr. Aderaldo insiste na questão da falta de transparência.

Luana (G) se volta para mim e comenta que outro dia eu disse sobre a existência do portal da transparência onde se encontra informações sobre os gastos do dinheiro público.

Pergunta qual site. Começo a dizer que todos os níveis de governo têm um portal de transparência. Digo que no site da prefeitura de Campinas, por exemplo, tem também. Mal consigo terminar de falar. Vários usuários voltam a fazer várias reclamações, um por cima do outro. São levantadas dúvidas sobre o mal uso do dinheiro, mas principalmente reclamam dos prejuízos nas atividades.

Sr. Aderaldo reivindica recursos para atividade de música, destacando a mesa de som. Ele compara com o tinha em outro Caps. O pessoal reclama que não quer barulheira no Caps e o Sr. Aderaldo para de reclamar.

Eu perguntei sobre as atividades em que estão em funcionamento. Luana (G) diz que apenas três grupos estão ativos, sendo um deles realizado no Ceco e outro é de família. Ela explica que desde dezembro eles estão planejando o retorno dos grupos, mas têm encontrado dificuldade devido à pandemia. (Embora o aumento do número de infecções tenha ocorrido apenas em janeiro. No momento, eu não formulei isso muito bem, por isso não perguntei. Agora até me faz lembrar do usuário que comparava esse Caps ao Egito. O atraso foi tanto que a pandemia voltou a piorar.)

Os usuários contestam e insistem na necessidade de atividades.

Num intervalo da discussão, eu digo dos sites da prefeitura e da entidade filantrópica onde se encontram informações sobre previsão e execução dos gastos. Achei que deveria atender à demanda da Luana mesmo depois das voltas dadas pela discussão.

Os usuários voltam a reclamar da falta de materiais e comparam a falta de materiais com outro Caps por onde já passaram. (Rastilho, 31/01/22)

Nesses desencontros de tempos e velocidades, este Caps parece não encontrar um território para o agir em comum. Muitos fios ficam soltos e emaranhados, por vezes, são empurrados como bola, nem sequer são queimados para ser transformado em valioso cobre.

O que queimou foi o tempo de trabalho e de análise, pois é notável a falta de continuidade das discussões entre as assembleias, momentos de aceleração durante as discussões e algumas assembleias terminaram com pouco tempo, seja por falta de assunto, pressa pelo término, silenciamento, falta de disposição ou atraso para o início.

[lembrei durante essa assembleia, mas tem vindo das outras, sobretudo nesse Caps, do comentário da coorientadora de que tudo é falado de modo muito rápido... Não há espaço para análise. A pronta resposta, sobretudo da coordenadora em diversos momentos, parece ser uma ducha para o esfriamento dos debates. Tenta rapidamente dar uma resposta. Sem espaço nem tempo, as discussões acabam rápido e não atingem pontos mais interessantes do modo do Caps funcionar]

[Chama muito a atenção o fato de não retornar nada da conferência municipal de saúde mental nem nessa assembleia nem nas demais que participei nos outros Caps. Em todos começou a discussão do CLS, mas sem muita articulação com as questões da Conferência]. (Rastilho, 25/04/22)

Uma usuária nova pergunta sobre oferta de ajuda para pintar o cabelo ou fazer a unha. Explica que viu uma funcionária fazendo isso para alguém e pergunta se pode pedir para algum usuário lhe ajudar. Poliana (profissional que estava na gestão interina), entonando hum hum hum de modo impaciente, diz que ela poderia fazer essas perguntas, mas prefere falar com ela depois da assembleia para explicar melhor como isso funciona no Caps.

Guiomar (U), muito alegre desde a dança antes da assembleia, comenta que ela está se arriscando muito na vida e diz rindo: “estou andando de salto alto na beira do precipício”.

Usuária nova pede para fazer outra pergunta. Quer saber por que a piscina não tem horários disponíveis para uso durante a semana. Explica que ter ficado na piscina durante o fim de semana lhe fez muito bem e sugere que tem alguns horários durante a

semana também. Explica que quer alguma ocupação, pois não quer ficar o tempo todo arrumando o quarto. Os profissionais explicam que durante a semana eles não conseguem ficar junto com o usuário que quer entrar na piscina devido às outras demandas e é necessário que sempre tenha algum profissional junto.

Poliana (P) tenta encerrar a assembleia. (Rastilho, 21/02/22)

Shirley (U) diz que o chuveiro do quarto onde está ficando esses dias está com o chuveiro queimado e se oferece a trocar a resistência se tiverem algum por lá. Túlio (P) faz menção à necessidade de chamar a manutenção. A usuária segue com a explicação de que tomam banho no banheiro de outro quarto. Laura (P) pergunta qual é o quarto para poder passar adiante o problema. [Tudo é dito de modo atropelado. Tento interromper a ânsia de Túlio em trocar logo de pauta, com uma pergunta geral de como eles procedem em casos assim, mas não consigo. Logo algum usuário troca de assunto e o Túlio segue acelerando a discussão] (Rastilho, 18/07/22)

Há uma questão de tempo nesse Caps ou de como mover-se com o acontecimento. Há um processo de atravancamento combinado com um escapismo pela aceleração em momentos potencialmente quentes.

I.III. entre a politização e o esvaziamento político

A dobradiça “politização-esvaziamento político” esteve em ação nas assembleias, pois é um espaço aberto de encontro de corpos e ideias, com pessoas reunidas por circunstâncias de cuidado em saúde mental, cujas relações são, por vezes mais intensas e duradouras, por vezes mais frouxas e breves. É, de alguma maneira, um espaço permeado por forças de intensificação das relações – e, por vezes, de esfriamento – que abre vias potenciais para a institucionalização de uma vida comunitária.

Como já discutido anteriormente, em uma sociedade regida por uma razão que tende ao máximo individualizar a vida, os encontros coletivos podem servir para a difusão dessa outra maneira de viver, seja por meio do conteúdo, seja pela dinâmica do encontro. Seguramente, esses encontros podem servir para simplesmente reafirmar o fracasso da experiência coletiva. Ao mesmo tempo, não deixam de ser oportunidades para produzir resistências e enfrentamentos. Dito isto e aquilo, é um campo minado por este e outros conflitos.

Coimbra e Nascimento (155) enfatizam que, devido à nossa inevitável implicação em tudo que fazemos ou deixamos de fazer, sempre estamos em ação política. Entretanto, essa ação, sobretudo tomada pela alta velocidade das relações e práticas sociais dos tempos neoliberais, sofre com o esvaziamento da sua potência e com as capturas de forças instituintes, que tragam a dimensão crítica e transformadora dos encontros sociais. Sobreimplicados e esvaziados politicamente, as pessoas seguem paradoxalmente exercendo

suas ações políticas: reprodutoras e intensificadoras do “modo instituído”. De tal modo que se faz necessário criar condições para encontrar a incidência da sobreimplicação e colocar em análise o que está em processo.

Lourau (61, 156) adverte que não há uma oposição entre “centro” e “periferia” do poder, pois o poder central está em toda parte e este é o fundamento da análise institucional. Isto é resultado do princípio de equivalência que rege a vida social e é coroado pelo “Efeito Müllhmann”, de tal modo que a institucionalização toma uma forma estatal. As instituições em seu processo de atualização das forças instituintes e das formas instituídas, ganha contornos organizacionais burocráticos e hierarquizados, mimetizando o Estado em seu interior. Hess (157) analisa, a partir do pensamento de Michel Authier em *Pays des connaissances* (1998), que o princípio de equivalência só opera em sociedades em que a conquista de poder é o único modo de socialização e que a socialização criada por rede, como se deu com crescimento da relevância da internet, superou a lógica piramidal. Entretanto, os estudos sobre a razão neoliberal, tal como o realizado por Dardot e Laval (8), mostram como a falta de um poder central é apenas aparente, pois cada indivíduo assume, incorpora, executa e avalia permanentemente as suas responsabilidades individuais, baseando-se em um modelo geral. Um modelo universal que promete liberdade por meio de uma dimensão privada e empresarial, mas que efetivamente depende da escora estatal para ser sustentada.

O poder do Capital e do seu parceiro inseparável – o Estado – não deixam de incidir em socializações liberais ou neoliberais e é extremamente hábil para adentrar em socializações em rede que eventualmente tentam fugir deles ou (dis)simulam tal movimento.

Embora Scott (139) diga que seus estudos fazem referência a modos de socialização específicos de dominação (escravidão, servidão e sistema de castas) e não deva ser simplesmente transferido para outras relações de subordinação, percebo teimosamente as quatro ações utilizadas de modo hábil para a dominação em diversas relações sociais, inclusive nas intervenções socioanalíticas. A ocultação, o eufemismo, a estigmatização e a unanimidade são quatro ações contra as quais é preciso resistir para ativar o processo de politização, de deslocamento das forças de poder. A ocultação é a criação de uma realidade que reforça a posição superior dos dominadores ante os dominados, com a adoção de práticas públicas, performances e modos de vida aparentes do como os dominadores querem ser vistos pelos dominados. O eufemismo é o recurso de descrição narrativa para atribuir uma face inócua, inofensiva e asséptica às ações sórdidas e/ou violentas. Dizer, por exemplo, que é uma ação de “pacificação” quando se trata de “ataque militar”. A estigmatização é justamente difamar e tornar insensato e ofensivo todos aqueles que questionam essa realidade

montada pela ocultação e o eufemismo. É tratar os rebeldes ou revolucionários como criminosos ou, apoiado em “discursos científicos”, criar categorias medicalizadas e impessoais como desviantes, delinquentes ou doentes mentais. Para coroar este conjunto de ações, a unanimidade traz a aparência de um consentimento geral, sem discordâncias entre os dominadores e, que se tornam cada vez mais fortes, à medida em que estendem a unanimidade dentre os subalternos.

Nicolas-Le Strat (158) também contribui para se pensar em ações de desmonte do poder central, ao apresentar quatro teses para o exercício da política lateralmente: 1) tomar o poder por baixo, escapando da visão unilateral de poder como vertical e hierárquico para uma perspectiva transversal, reconhecendo cada passo de cocriação como oportunidade do fazer em comum; 2) fabricar políticas, ressaltando o “como” em detrimento do “porquê”, de tal modo produzir conhecimentos sobre aptidões do agir político pela própria experiência; 3) tratar a experiência numa ótica política, analisando as incidências de poder manifestas e latentes no desenvolvimento das atividades, nas contradições confrontadas e nas micropolíticas instituintes ou constituintes; 4) transitar por diferentes modos de exercer a política, reconhecendo e exercendo a multiplicidade de agir.

Matos (159) é mais radical ao ressaltar que a política é a atividade produzida justamente pela falta de fundamento do poder. Como o poder não é plenamente definido nem ancorado em verdades fundamentais, mas algo que se exerce e se arranja conforme a ação dos sujeitos, a política é a atividade colocada aos sujeitos em relação, que vão construir seus modos de vida.

Radicalizar nessa direção talvez seja como Guattari (160) argumenta sobre o *phylum* maquínico, que segue o sentido da desterritorialização, onde se encontrará novos agenciamentos desde que resista à recomposição de velhos modos de viver. É o que ele chama de agenciamento revolucionário, que, como ele diz, é aquele que se coloca no fluxo de desterritorialização “sempre dois passos atrás em relação ao processo em ato” (p.68).

Longe de reunir a força da prática dessas ideias, mas animado por elas, apresento para a discussão alguns tipos de movimentações políticas e efeitos sociais que notei, por causa das suas forças de inquietação, localizei como analisadores. Embora eu destaque trechos de diário de pesquisa referentes a um ou outro serviço para ilustrar cada uma das ações, isto não significa que tenha acontecido apenas nos Caps citados explicitamente. Trata-se apenas de uma ilustração de algo que, mesmo com intensidade e frequência diferentes, aconteceu em todos eles. Outra ressalva é que o meu campo de observação, como aprendiz de catador, teve uma tendência de procura pela falta, pelos equívocos ou pelo grotesco. Às vezes, eu me

misturei nos “restos e descuidos”. Isto não necessariamente foi ruim, pois foi interessante para localizar as ações de esvaziamento político que, muitas vezes, foram sorrateiras e precisavam emergir para viabilizar o combate. Entretanto, fiz esforços para encontrar as potências, que criam maneiras de resistir aos rebaixamentos e de ativar as forças mais emancipatórias dos sujeitos. Um esforço urgente nesse momento socio-histórico tomado por desvitalização, depressão, fracasso e esgotamento.

Como se verá a seguir em dezessete ações analisadoras, a minha prática interveniente-pesquisadora foi efetuada de três modos, por vezes, entremeados: 1) Acompanhar o efeito analisador, produzido pelo fluxo do desejo e da enunciação “espontânea” dos participantes das assembleias; 2) Entrar no meio propriamente, localizando analisadores e/ou entrando no fluxo de análise; 3) Localizar tardiamente um possível analisador, tentando compreender os movimentos deflagrados e a encontrar novos meios para restituir o movimento analítico.

Assim como fiz na apresentação das movimentações singulares de cada Caps, na descrição e análise das ações analisadoras, preservarei alguns trechos do diário de pesquisa mais longos a fim de que os leitores possam ter mais contato com o registro a quente dos fatos, bem como das análises e comentários provocados naqueles momentos. Alguns trechos apresentados na seção anterior serão retomados, pois foram novamente os mais ilustrativos.

engrandecer demais a missão a cumprir: “não queiram nem peçam demais”

O engrandecimento da missão, certamente está associado ao apequenamento dos sujeitos. Evidenciar que se está diante de uma tarefa muito grande e inacessível, pode até ter uma intenção de fornecer dado de realidade necessário para dimensionar melhor as estratégias, os tempos, as alianças, onde se quer e/ou se pode chegar: preparar melhor a entrada em ação. Mas, observa-se que isto, muitas vezes, rebaixa as forças políticas ou solidifica a inação dos sujeitos.

Entretanto, sempre há algo a fazer, pois como, aprende-se com a AI, as instituições nos permeiam, (re)produzimos governanças, podemos construir novos arranjos, ao mesmo tempo que somos capazes de desejar e alimentar modos hierarquizantes ou tirânicos de viver. A produção do poder se faz no entre das ações.

Raimundo (U) emenda para dizer que o fim de semana precisa ser mais produtivo. Lembra que há tempos, no início do Caps, TO e psicólogo faziam parte do plantão de fim de semana, o que contribuía para a realização de mais atividades. Marilda (G) explica que isso mudou e hoje há uma diretriz de que a equipe de plantão em Caps AD seja formada pela equipe de enfermagem devido às demandas mais clínicas (tipo síndrome de abstinência), que exige um cuidado específico da enfermagem. Raimundo (U) problematiza se isso não poderia ser repensado e Marilda (G) diz

que acredita que não, pois é algo sobre o qual o Caps tem pouco poder de decisão. Entretanto, outros profissionais sinalizam que isso poderia ser levado para discussão na Conferência Municipal de Saúde Mental. Marilda (G) titubeia. (Profusão, 16/12/21)

Neste trecho, talvez o esfriamento dos ânimos por uma melhoria seja sutil. Mas é importante localizar que há uma análise situacional feita por um usuário que resgata algo que até já existiu para demonstrar a viabilidade da sua proposta. Os profissionais tentam direcionar a demanda para um embate político durante a conferência em vistas de acontecer. Contudo, a coordenadora assume o papel de porta-voz dos tempos de austeridade e sobrevivência, numa posição de defesa de que não é o momento para se querer mais, um tipo de discurso que ganhou força, como apresentado no texto 1, desde 2013.

Na mesma linha, ocorreu esfriamentos na animação para preparar festas. Na assembleia de 27 de abril de 2022 no Miríades, entretanto, nota-se que houve movimentações para não sucumbir à austeridade:

*Talita (P) indica que estamos perto do período de festa junina.
Srta. E. (F) embarca nessa lembrança da Talita e diz que poderiam pensar em reunir todos mais para frente.
Wanderleia (professora de enfermagem) propõe um café da manhã mais caprichado e que já ficaria como uma comemoração. Propõe para cada um colaborar levando alguma coisa. [Isso pareceu um pouco desconectado da proposta de criar um evento, mas serviu muito bem para dar o contorno desejado pela equipe.]
Rosa (U) brada que Dia das Mães é todo dia e repete isso com intensidade, talvez com mostras de raiva.
Ivana (G) comenta que poderiam deixar para organizar uma festa maior no final do ano. Uma festa grande e aberta a convidados. Entende que podem pedir, mas dificilmente receberão carne da entidade filantrópica para fazerem um churrasco. Entretanto, terão tempo para recolher doações e contribuições até lá.
Talita volta a insistir na ideia da festa junina, diz que faziam quadrilha e tudo mais. [...]
Vânia (P) pergunta se pode considerar como encaminhamentos: café da manhã em maio e festa no final do ano.
Confirmam e comentam que até o final do ano a pandemia já deverá ter arrefecido e ficará melhor. [...]
Sofia (U) defende que os usuários tragam dinheiro, não carne, pois, assim, os profissionais poderiam comprar as coisas mais certas.
Comentam que podem ir arrecadando aos poucos o dinheiro para o churrasco: parcelas mensais.
Talita (P) diz que pode fazer ofício para os usuários pedirem doação para o café da manhã.
Srta. E propõe que se faça uma lista do que cada um deve levar.
Ivana (G) concorda e diz que essa lista será feita na próxima assembleia. (Miríades, 27/04/22)*

A vaquinha foi uma estratégia também utilizada pelos usuários do Caps Profusão, mesmo diante de algumas dificuldades operacionais:

Clayton (U) lembra que o controle da TV está bem ruim e sugere comprar um novo no supermercado próximo, onde existe uma loja especialista nisso]
Augusto (U) diz que seria bom comprar também uma capa para o controle.
Tales (P) pergunta como Clayton (U) poderia auxiliar na compra desse controle. Falam em fazer uma pesquisa na loja do supermercado e um levantamento do dinheiro)
Tales (P) fala sobre as várias medidas de contenção de gastos e restrições. Dá como exemplo a limitação do almoço para 20 pessoas e oito no jantar.
Diante dessa situação, conta que a equipe decidiu recuperar uma atividade de venda de pastel. Dizem que combinaram de fazer um evento aberto à comunidade para vender pastel no dia 29/04. A ideia é experimentar como vai funcionar para que retomem de modo mais definitivo a “Sexta-feira do Pastel”.
Clayton (U) fala também deles fazerem uma vaquinha para comprar o controle.
Caio (P), Nélio (U) e Augusto (U) concordam.
Lembram que já fizeram um cofrinho de papelão há tempos, mas uma usuária fez uma “artimanha” [palavra deles] para pegar as moedas arrecadadas.
Especulam que poderiam fazer a nova caixinha com madeira ou latão para evitar que isso se repetisse. Perguntam-se: “Quem vai fazer?”
 [...]
 Maria (P), entretanto, acha melhor retomar a discussão da caixinha.
Tales (P) convida os usuários para verem uns caixotes após a assembleia. Ele entende que esse material poderia servir para fazer a tal caixinha.
Combinam de fazer a caixinha após a próxima assembleia. Hélia (P) ressalta que assim daria tempo para conseguirem todo o material e as ferramentas. Maria (P) se dispõe a emprestar suas ferramentas de madeira.
Tales, Clayton e Caio combinaram de fazer esse trabalho. (Profusão, 14/04/22)

Entretanto, notou-se uma tendência de apequenamento do Caps promovido pelos membros da equipe diante de certos anseios “grandiosos” de usuários e familiares:

Sofia (U) diz que poderiam colocar esse evento da luta antimanicomial em rede nacional. Ela diz que pode falar com o prefeito e que poderiam fazer uma explicação do trabalho nos Caps para dar maior visibilidade para essa data nas mídias. Ela volta a dizer dos seus contatos pessoais com o atual prefeito, mas critica a sua gestão e elogia um prefeito anterior.
Ivana (G) entende que essa entrada nas mídias é algo maior e dependeria mais da entidade filantrópica. (Miriades, 27/04/22)

Srta. E. reclama da falta de medicação na farmácia de alto custo e pergunta o que ela poderia fazer. Ivana (G) a orienta a reclamar na ouvidoria municipal. (Miriades, 13/07/22)

Neste segundo caso, anotei no momento do registro que há uma orientação para acumular reclamações diretamente junto à ouvidoria, reforçando a retirada do Caps do debate público e fortalecendo a atomização das ações. Numa movimentação tipicamente instituída pelo regime neoliberal: cada um faz a sua reclamação individualmente no setor de queixas, é a soma das queixas individuais que dará resultado. A forma estatal adaptada aos tempos atuais fica bem aparente: ação individual acumulada, setor especializado em armazenar as queixas individuais, produção de número e indicadores, responsabilidades distribuídas e fragmentadas. De tal modo que a demanda social se dilui e perde a força potencial de transformação.

A questão principal é que o “engrandecimento” de desafios e problemas combinado ao apequenamento da relevância da comunidade do Caps, pode produzir uma interrupção de processo de criação e arrefece a borbulha das potencialidades do agir em comum. Por isto a necessidade de combater o “Estado em nós”, para usar uma expressão de Lourau (61), ou profanar o Estado, forjando a noção de Agamben (128) de que é preciso restituir para o uso comum dos sujeitos aquilo que se encontra sacralizado de algum modo.

No sentido do embarque no fluxo, um movimento de integração do Caps às diferentes instâncias de exercício de poder, foi observada, como descrito anteriormente, no Caps Borbotão na assembleia de 23/03/2022, quando se entrelaçou a eleições gerais que ocorreriam em outubro, com as questões locais do serviço, a vivência dos usuários nos serviços de saúde e a participação na Conferência Municipal de Saúde Mental. A micropolítica encontrou um campo mais fértil de produção.

recorrer à infantilização: entre pedagogismos e patologizações

É necessário construir condições para que o diálogo se estabeleça de tal modo que os sujeitos possam compartilhar suas ideias e construir as ações coletivas durante as assembleias. Como espaço político heterogêneo, é fundamental que a discussão esteja o mais acessível possível para todos os participantes para que as diferenças encontrem pontes de troca. Profissionais devem reconhecer que não se encontram em um ambiente de profissionais de saúde. Usuários devem considerar que os profissionais não compartilham de determinados códigos de linguagem, nem de algumas gírias. Também estão presentes as diferenças de classe social, regiões, idade, gênero, raça, escolaridade etc. Com a convivência, é certo que algumas trocas passem a acontecer mais fluentemente.

Muitas vezes, na tentativa de adotar uma comunicação mais acessível, observei que alguns profissionais recorreram a métodos que pareciam infantilizar a capacidade de compreensão e diálogo dos usuários.

No Caps Borbotão, isto apareceu durante a discussão sobre a atualização dos direitos e deveres do Caps em 03 de novembro de 2021. Utilizaram um recurso interessante das tarjetas com questões referentes ao tema para animar o debate, mas as perguntas, por vezes, adotaram um tom de escola primária. Esse modo de fazer perguntas reapareceu em outras ocasiões, tal como nesta:

Sr. U (U) informa que haverá reunião da Luta Antimanicomial na Estação Cultura no dia 14/07 às 19h00. Tatiana (P) pede para ele explicar do que se trata essa reunião

Sr. U conta que se trata da luta contra as internações longas em ambientes muito fechados, onde muitas vezes se aplica choque. Relata experiências de violência ao longo dos seis anos (no total) em que ficou internado.

Tatiana (P) pergunta para Sr. U: “A gente pode dizer que é uma luta pela garantia de que continue o tratamento em liberdade?”

Sr. U confirma.

[Tatiana adota o tom professoral a cada assunto discutido. Nesse momento foi até mais explicativo, em outros fazia questionários tipo quiz, tratando-os como alunos fracos]

[...]

Tatiana (P) explica, entretanto, que é preciso entender que o Caps é diferente da Assistência Social, pois o Caps está dentro das políticas da saúde e não essa natureza assistencial. Pergunta para os usuários: “Vocês sabem quais são os serviços da assistência social?”

Douglas (U) é o primeiro a dizer: “O Caps!”. Acrescenta que pega ou pegou cesta básica por ali.

Tatiana diz que o Caps não é da Assistência Social e deixa em destaque que essa confusão com a cesta básica seria algo a ser esclarecido durante a discussão.

Começam a listar os serviços que acham que são da assistência social: Centro Pop, Cras, Creas, SOS Rua, Samim, Bom Prato, abrigos...

Elogiam Máisa (U), pois era quem mais acertava os nomes dos serviços: “Arrasou no quiz, Máisa! Tirou dez!” [A escolinha não para!] (Bobotão, 06/07/22)

Há um pedagogismo recheado de retórica, típico da educação bancária, que não estimula o debate, pois tende a desprezar o saber dos usuários na construção do conhecimento:

Pietra (P) intervém. Pergunta: vocês sabem o que é trabalho em rede?

Um usuário diz que significa que seja um trabalho em comunhão. Acrescenta que o usuário também tem que fazer sua parte e não depender só do Caps. Fala que o tratamento não deve ser só dentro do Caps, mas fora também. Diz que respeita quem quer cuidar dos outros, mas ele avalia que nesse momento mal consegue cuidar de si.

[...]

Pietra fala sobre a rede de serviços e que há diferenças do que cada serviço pode fazer, existe a regionalização e tudo mais. (Borbotão, 09/02/22)

Entretanto, usuários podem surpreender e aprofundar a questão ao invés de dar respostas prontas:

Tatiana (P) pergunta se eles sabem o que é luta antimanicomial e ninguém se anima em responder. [Essa pergunta tipicamente escolar não parece interessante. Quase sempre isso me soa mal: exibe o desconhecimento das pessoas.]

Raul (U), entretanto, diz que viu uma reportagem na TV em que havia pessoas em situações de trabalho análogo à escravidão. [Achei bem pertinente essa associação e tentei resgatá-la mais adiante] (Borbotão, 20/04/22)

Combinada ao pedagogismo, encontra-se a patologização dos usuários para justificar a irrelevância da fala de determinados usuários:

Matos (U) se queixa que sempre quando reclama desse tipo de abordagem dos profissionais, é acusado de ser um “paciente psiquiátrico”, que está “surtando”. [Patologização como meio de desvalorização da fala da pessoa. Isso, infelizmente, é um problema corriqueiro. Aqui aparece de um modo mais explícito e reativo, mas já observei, em outros momentos das outras assembleias nos Caps, situações em que a fala é ignorada, tratada como cômica ou exagerada, atribuída ao quadro patológico. Não

que não possa existir situação de ignorância, risos ou exagero em qualquer conversa, mas o problema é associá-la à patologia para não escutar algo que pode provocar uma análise coletiva.] (Miríades, 30/03/22)

Certamente o reconhecimento do outro como sujeito dotado de saberes e potencialidades é um caminho mais interessante, ou até mesmo necessário, para promover a construção de um espaço político mais forte. O fato de todos serem reconhecidos como fortes, por mais que tenham supostas fragilidades, e possam manifestar suas singularidades fortalece a construção do comum, no convívio com as diferenças. Isto certamente contribui para que as dificuldades de interação sejam colocadas nas relações e em termos coletivos, ao invés de serem depositadas nos indivíduos, por exemplo, por sua limitação intelectual ou por sua patologia. A velha máxima basagliana de “colocar a doença entre parênteses” segue sendo um desafio atual. Tratar os usuários da saúde mental como sujeitos em multiplicidade inibe a força das normatizações que se sustentam em diagnósticos e outras rotulações.

enquadrar e encaixotar os debates e as ideias

Esta ação analisadora guarda uma conexão com a anterior, pois faz referência aos modos de “comunicação”. Nas análises de cada Caps isto já foi de certo modo apresentado: recorre-se a cartazes para registrar, transmitir e recordar os combinados feitos em assembleia. Há, no entanto, o problema de que, por vezes ou quase sempre, eles são pouco efetivos, pois eles não carregam o devido apelo enunciativo. Essa provocação indica uma linha de ação para enfrentar essa dificuldade:

Milton (U) sugere placas e Tatiana (P) concorda, mas, ao mesmo tempo, problematiza que as placas não surtem muito efeito. Dá exemplo da placa para não jogar bituca no jardim. Milton diz que a placa poderia ter algo escrito como: “Pelo amor de Deus, não faça mais sujeira no banheiro”.

Indico que Milton estava sugerindo que as placas estão muito burocráticas/sem graça e talvez pudessem ter um teor mais “apelativo/criativo”. Alguns profissionais, sobretudo Tatiana, se animam com a possibilidade de escreverem placas diferentes. (Borbotão, 23/02/22)

O caráter desprezível dos cartazes para alguns usuários fez, em diversas ocasiões, o papel rapidamente ganhar outro uso:

Vânia (P) fala sobre o sumiço dos cartazes e Fabia (P) explica que as pessoas rasgam os cartazes para fazer cigarro/fumo. Cristovão (U) diz que a melhor estratégia é continuar a fazer mais e mais cartazes até vencer pelo cansaço. Fabia brinca que quem faz o cartaz também pode cansar. Comentam que livros e cadernos também são rasgados. Todo tipo de papel vira cigarro. (Miríades, 24/11/21)

A comunicação desafia a escuta e a criatividade dos participantes. Houve muitas falas aparentemente desconexas e estranhas nas assembleias diante das quais se buscou algum tipo

de tradução. Em especial, isto foi feito pelos profissionais diante das falas dos usuários, embora tenha havido situações em que ocorreu o inverso. Um risco nesse processo de tradução é a redução do seu sentido e da sua força expressiva, que barra o processo analítico e construtivo:

Seixas (U) desenvolve uma longa fala. Ele começa dizendo sobre a importância de todos refletirem sobre o que está acontecendo no mundo e como isso tem relação com a vida cotidiana. Diz que é importante existir um consenso familiar em grupo e no social. Exemplifica que os ingleses estão tranquilos e são famosos porque têm uma rainha. Pergunta-se se a rainha está viva, porque sabe que ela é idosa. Diz que os ingleses conseguem ter um monte de objetos que querem, ao contrário dele que só está perdendo. Leila (P) pergunta se Seixas (U) estava desenvolvendo uma discussão sobre convivência, algo sobre isso no Caps. [Eu também entendi que ele falava algo sobre convivência, mas me parecia ser mais sobre convivência na família e na sociedade, pois não falou muito sobre Caps]. (Miríades, 16/03/22)

Muitas vezes, tal como dito sobre os cartazes, recorreu-se literalmente a caixinhas de sugestões como um encaminhamento prático para aquilo que era discutido, como foi apresentado nas apresentações do Miríades e do Profusão. Diante da maneira como observei o rumo da assembleia no Profusão em 02 de dezembro de 2021, anotei exatamente essa questão: “Fico pensando que, assim como Fausto (U), Sílvia (U) estava em uma crescente de ideias e propostas. Como seguir nisso sem encaixotar?” (Profusão, 02/12/21)

Resistir ao enquadramento em forma de cartazes e ao encaixe (ou encaixotamento) em caixinhas de sugestões parece ser um ato a favor da criatividade e contra o desperdício de papel é uma providência ecológica no seu sentido mais amplo: manter a produção em comum e desviar dos anseios por um tipo de acabamento.

ensurdecer, falar sem parar e disputar o espaço

A questão de quem fala e quem escuta nas assembleias é bem interessante. Não somente de quem enquanto pessoa, mas que instituições e multiplicidades se valem das bocas das pessoas para dizer algo. São muitas implicações em ato e, por vezes, em análise. A economia, a política, a doença, a desigualdade social, a profissão, a escola, a família etc. querem passagem e alguns sujeitos fazem concessões. Tudo isso quer falar, disputa espaços, quer convencer pessoas e mentes sobre sua importância e seu valor ou quer perturbar a acomodação alheia ou quer simplesmente enunciar a sua presença. Nessa arena, por vezes, impera ensurdecimentos de várias partes e quem escuta ou tenta fazer escutar é atropelado:

Após a pergunta se alguém teria pauta, Frank (U) reclama que já teve vários profissionais para atendê-lo no Caps, entretanto, está sentindo falta de atendimento na atualidade. Disse: “Já tive um profissional, depois foram três, passou para sete e, agora,

não tem nenhum”. *Queixa-se da falta de medicação, de dificuldades para fazer exames e, olhando para Vânia (P), da falta dos atendimentos com ela.*

Seixas (U) desenvolve uma longa fala. Ele começa dizendo sobre a importância de todos refletirem sobre o que está acontecendo no mundo e como isso tem relação com a vida cotidiana. Diz que é importante existir um consenso familiar em grupo e no social. Exemplifica que os ingleses estão tranquilos e são famosos porque têm uma rainha. Pergunta-se a rainha está viva, porque sabe que ela é idosa. Diz que eles têm um monte de objetos que querem ao contrário dele que está perdendo.

Leila (P) pergunta se Seixas estava desenvolvendo uma discussão sobre convivência, algo sobre isso no Caps. [Eu também entendi que ele falava algo sobre convivência, mas me parecia ser mais na família e na sociedade, pois não falou muito sobre Caps].

Frank volta a falar num modo palestrante. Fala que era bom quando faziam passeios, piqueniques e atividades esportivas pelo Caps. Segue dizendo que o salário é gasto com comida, roupa, objetos de valor, mas que primeiro se gasta com cesta básica e aluguel e o que sobre pode gastar com outras coisas. Pergunta-se: “Por que não podemos ter tudo isso?”. Ele explica que isso é atrapalhado pelo poder, projetos de poder, conflitos, governos, oposição. Pergunta-se: “Por que não temos uma ideia só.” Mais adiante no seu discurso, ele diz: “Pra questionar, tem que saber a resposta”. Segue dizendo que há uma estrutura social problemática e que é importante buscar a igualdade social. Ainda diz que ele é um líder global e está sendo monitorado via satélite, pois o modo como fala para as pessoas o coloca em lugar de muito destaque.

Talita (P) faz uma entrada para dizer que ainda seria o momento de levantar as pautas.

Helga (P) diz que estava entendendo que Seixas gostaria de poder falar e pergunta se ele queria discutir sobre a dificuldade para organizar o salário.

Srta. E. (F) fala sobre a ganância por bens, queixa do prefeito e dos governos em geral. Talita insiste sobre a necessidade de organizar as pautas.

Srta. E. se queixa dos problemas sociais e do governo do país.

Leila diz que ainda estão na etapa de levantar as pautas e indica que até o momento não conseguiu organizar qual será a discussão. Especula que poderia ser sobre o funcionamento do Caps e que isso seria interessante para entrarem em questões que foram discutidas no planejamento que fizeram na semana passada.

Frank diz que o Caps está famoso, pois ouviu notícia sobre ele no rádio. Frank enaltece o trabalho do Caps, com Srta E. fazendo eco às suas falas.

Os participantes, em especial os profissionais, parecem ter ficado lisonjeados.

Talita (P), um tanto irritada [teve um momento que sussurrou que estava prestes a sair da assembleia, pois não estava conseguindo falar], pede para falar e explica que estava no plantão de acolhimento e não poderia ficar por muito tempo na assembleia.

Ela diz que tinha dois assuntos para tratar: horário da assembleia e a participação do Caps em um painel com outros serviços da rede.

Leila propõe que Talita pudesse falar naquele momento, devido à sua necessidade de precisar sair em breve.

Ela tenta explicar do que se tratava o painel que havia mencionado anteriormente. Fala sobre a história da região onde está o Caps, dizendo que havia uma longa história de lutas para conquistar melhorias, tal como o asfalto que foi realizado na avenida tempos atrás. Em meio ao processo de transformação da região, foi criada uma casa de cultura na região e por lá estão resgatando a importância das lutas sociais da região. Encontraram, inclusive, uma árvore centenária de sangra d’água, que, segundo Talita, tem um simbolismo interessante por ter a seiva vermelha, como sangue, e as folhas em formato de coração. Aproveitando-se de tais símbolos, explica que foi criado um movimento de construção de um painel que reproduzirá essa árvore, sendo as folhas representativas de cada serviço da região. O Caps, portanto, foi convidado para participar, enviando a sua folha para compor a árvore. Talita pergunta se as pessoas do Caps estavam dispostas a fazerem isso nos próximos dias, pois o prazo para entrega do material é no começo de abril.

[Fiquei impressionado do quanto a fala de Talita foi longa, desorganizada e difícil de acompanhar. Uma dificuldade semelhante ao que havia sentido na fala do Seixas. Parece que ela queria ocupar um espaço de fala. Ela queria ser ouvida, pois considera as suas falas muito importantes, tal como notei em outras assembleias nas quais ela participou.]

Seixas pergunta se haverá um “esquema teatral” neste evento, com os usuários no palco. Insiste que quer falar.

Talita ressalta a beleza do simbolismo da árvore e tenta mostrar um vídeo, mas é convencida de que seria impossível para todos verem isso do seu celular.

Srta. E. comenta que as conquistas são importantes, mas reclama que a construção do BRT nas avenidas da região derrubou todas as árvores que existiam. [...]

Leila pergunta se esse painel seria uma homenagem.

Talita diz que será uma homenagem às conquistas da região. Acrescenta que os Caps quase nunca são chamados para esse tipo de evento e acha muito importante aproveitar essa oportunidade. Segue com um longo discurso sobre a saúde numa perspectiva mais ampla e dá alguns exemplos tais como o impacto da falta de ônibus ou a presença de comércios como padaria e supermercado nos bairros. Destaca que é importante pensar em atividades dentro, mas também fora do Caps. Emenda com uma ideia de fazerem uma visita à casa de cultura, que abriga um museu sobre a história da região.

Cristovão (U), que havia acabado de chegar na assembleia, acrescenta que seria legal fazer um passeio de Maria Fumaça que vai para Jaguariúna. Mas ele mesmo explica que não sabia direito do que estavam conversando.

Leila e Talita falam que são duas coisas distintas: fazer a folha nesse momento e combinar a visita depois.

Seixas fala que fazer a folha seria uma maneira de ocuparem espaço. [Ocupar espaço parece ter sido o mote dessa assembleia. Seixas e Talita pareciam competir por isso.] (Miríades, 16/03/22)

Curiosamente, há uma disputa por ocupação de espaço para a realização de uma ação que demandava um trabalho final com marcas de compartilhamento e coletividade. Soa estranho observar como se realizou o “debate” para a execução de uma atividade com a intenção de criar uma visibilidade de um trabalho coletivo.

baixar a potência das propostas pela falta de ressonância

A falta de ressonância às propostas de ir adiante nas ações não é só da parte dos profissionais com relação aos usuários. Muitas falas ficaram soltas e perdidas ao não encontrarem ouvidos prontos para elas. Por esta falta de atenção às proposições seja para apoiar, seja para criticar, impõem-se uma barreira à criação de alianças necessárias para animar algumas movimentações institucionais.

Isto apareceu diante de propostas para executar a instalação de utensílios simples ou para o corte de um tipo de serviço do Caps:

Celso (P) fala sobre a “janela da enfermagem”. Ele conta que ontem estava fazendo um procedimento na sala de enfermagem e o usuário reclamou de falta de privacidade, pois a janela era acessível a outras pessoas que circulam pelo serviço e a cortina não é suficiente para garantir a privacidade. Celso propõe a instalação de um insulfilm no vidro. Ele explica que combinou com o usuário que traria esse assunto para a

assembleia. Ele fica tentando justificar a relevância disso para a assembleia. O assunto ecoa pouco e parece soar um tanto estranho. Ninguém faz nenhum tipo de contraposição, além da confirmação de que os recursos atuais não estão suficientes. Não consegui identificar como ficou exatamente os encaminhamentos. (Percebo agora que os encaminhamentos talvez não fiquem bem destacados em diversas ocasiões. Não sei se sou eu que me distraio, o pessoal desiste da discussão, não há muito o que combinar, não é o mais importante... ou um misto de tudo isso).

[...]

Outra pauta: telefone e WhatsApp do Caps. Fabia explica que houve uma intensificação do uso do WhatsApp do Caps durante a pandemia para que fossem mantidos os tratamentos. Entretanto, a equipe discutiu que atualmente o WhatsApp deveria ficar restrito a assuntos mais objetivos e que os usuários devem voltar a tratar de suas demandas de tratamento pessoalmente, sobretudo nos grupos de referência. Os usuários comentam algo sobre usam o recurso, mas não discordam da observação feita pela Fabia. Ela percebe que há pouca gente presente na assembleia de hoje e avalia ser necessário repetir essa pauta em outros momentos.

Sueli (U) bate palmas mais uma vez ao perceber o fim da pauta.

Uma usuária de fora da roda, conversa alto pelo telefone e é orientada a falar mais baixo. (Miríades, 10/11/21)

A falta de privacidade e a forma de comunicação, que supostamente, poderiam provocar mais discussões não encontraram passagem por ali naquele momento.

Durante uma pauta sobre festa junina, a falta de ressonância parece mais associada ao ficar no básico, sem inventar muito para não ter que pensar em algo novo, nem precisar retomar discussões ou ter que aprender a fazer algo diferente do imaginado.

Deise (P) informa que, depois de dois anos, haverá festa junina da entidade filantrópica no mês que vem.

Diante de mais uma informação solta e mal explicada, eu pergunto como seria a participação desse Caps na festa. Deise explica que eles terão uma barraca de batata frita e que a arrecadação servirá para algo de interesse dos usuários. Kelvin pergunta se poderiam vender mais coisas. Deise (P) diz que cada Caps pode ter só uma barraca. Kelvin provoca que uma barraca não significa um produto. Diz que é da área de gastronomia e sugere a venda de outras frituras: mandioca e polenta. Além disso, propõe acompanhamentos para elas: queijo, molhos e bacon. Explica que isso agrega valor e podem conseguir mais dinheiro para os projetos do Caps. Isso fica solto. Os profissionais não se animam com as propostas do Kelvin [Mais um modo de esvaziamento, ao meu ver. Melancólico. Nem sei se é algo instituinte, não me parece, mas um simples movimento parece ser motivo para esvaziamento. Há uma paralisia, como as “múmias do Egito”, como provocou um usuário em uma das primeiras assembleias que participei. É curioso, como desde aquele período, os profissionais falam que estão retomando as atividades em grupo. Os passos são lentos e ficam em atraso com a velocidade dos usuários e dos acontecimentos]. (Rastilho, 13/06/22)

Houve momentos, tal como esse a seguir, nos quais os usuários propuseram parceria entre eles e profissionais para lutar por uma melhoria especialmente para os profissionais:

Sr. Aderaldo (U) pergunta se seria melhor para a equipe se eles tivessem garantia de emprego.

Kelvin (U) acrescenta que os profissionais também deveriam receber melhor.

Deise diz que preferem que aumente o número de trabalhadores e ampliem os recursos materiais.

Isadora (P) fala sobre a necessidade de implementar um Caps AD na região, pois há sobrecarga ao terem que atender dois distritos.

Kelvin (U) comenta que há um problema de salário baixo em todo o país e pergunta-se como usuários e profissionais poderiam se unir para reivindicar melhores condições salariais para os profissionais. Explica que é simples de compreender a lógica: se os profissionais recebessem melhor, ficariam mais satisfeitos e dispostos e, conseqüentemente, atenderiam melhor. Tudo mundo seria beneficiado.

Sr. Aderaldo (U) entende que a entidade filantrópica retém parte dos ganhos e que o salário seria melhor se os profissionais recebessem diretamente do SUS ou da prefeitura.

Sr. Aderaldo diz que pretende pesquisar como é isso em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

Deise (P) discorda. Diz que o SUS está precarizado e que há terceirização também nessas outras cidades e não entende que a terceirização seja um problema.

Kelvin defende que podem obter melhorias para o Caps através de projetos. Sinaliza que poderiam escrever projetos e solicitar recursos e melhorias. Isso não contagia as pessoas.

Isadora (P) diz que concorda com as necessidades de melhorias apontadas até o momento, mas gostaria de acrescentar que há uma atitude mais imediata: melhorar a manutenção dos materiais permanentes do Caps. (Rastilho, 13/06/22)

Há um exercício da pedagogia da austeridade praticada pelos profissionais diante da provocação dos usuários para se buscar mais. Ao evitarem “a abundância e a plenitude”, os profissionais, de certo modo, ensinam os usuários a fazer o mesmo. Algo como a gestualidade adotada por um patrão rico que anda maltrapilho para evidenciar o quanto os seus empregados e os pobres devem se contentar com pouco, pois até ele que é rico está se sacrificando. Alguns governantes fazem algo semelhante. Movimento diametralmente oposto às “reapropriações” promovidas por autonomistas italianos que pegavam

itens básicos como massa, carne e azeite [...], mas também whisky, caviar, salmão e todas as mercadorias de luxo que, segundo uma moral partilhada também pelos grupos, *não faziam ou deveriam* fazer parte da vida proletária. [...] depois da expropriação, fazia-se festa partilhando o caviar e o champanhe francês: apropriavam-se as mercadorias para aniquilar o seu maléfico poder simbólico. (161, p.84).

A austeridade e a conseqüente pedagogia da escassez são efeitos da razão neoliberal que capturam muito mais os profissionais que, inclusive, assumem a posição de preposto deste poder. Os profissionais facilmente incorporam um discurso de que a melhoria salarial retira o recurso para o investimento público na criação de serviços. Certamente, há também uma defesa de preservação do que eles têm para não ficarem sem nada. Os poderosos de plantão e o “deus mercado” agradecem a contribuição desses profissionais, que aceitam o discurso da precariedade, abandonam a luta por melhorias trabalhistas e fortalecem a razão neoliberal junto aos usuários. Como sou um profissional de saúde e que já estive nesta mesma posição destes colegas, consigo compreender muito bem como somos afetados por esta racionalidade predominante na nossa sociedade, que conduz facilmente a este tipo de atuação.

Outra consideração a respeito tanto do ensurdecimento quanto da falta de ressonância podem ser modos para combater pautas e ideias tolas e desinteressantes. Este efeito pode ser analisador, se não explicitado na coletividade, mas em análises que sejam feitas por alguns participantes, tal como faço aqui num exercício de análise de implicações. A inquietude que os analisadores causam nos desejos podem provocar análises em diferentes territórios, inclusive em momentos de quietude solitária. Entretanto, isto se torna mais interessante, do ponto de vista da movimentação institucional, quando há expressividades e ressonâncias no coletivo, provocadas pelas análises do “analista perturbado” que consegue transmitir o deslocamento sentido. É a tal da localização dos analisadores.

informar sem ter informação

O automatismo da transmissão de informação sem muito sentido, reproduzida por algum tipo de obrigatoriedade socialmente determinada, produz uma clara redução da atividade política. Faz transparecer a desimportância do assunto para o interlocutor, mina o interesse e exhibe a falta de sentido.

Isto aconteceu em informações sobre a convivência e atividades promovidas pelo próprio Caps, tal como os cuidados diante da pandemia, oficinas, festas e passeios. Neste caso, a seguir, a equipe reforçava a necessidade de retomarem os cuidados para evitar a transmissão e infecção de covid-19, quando:

Nina (U) pergunta se deve ir para participar dos grupos no Caps caso esteja com algum sintoma. Pietra (P) diz que, nesse caso, é melhor ligar para tirar essa dúvida antes de ir. Se enrola um tanto na resposta e em algum momento diz que não deveria ir ao grupo, diz que poderia ir ao CS ou ao P.A. (Borbotão, 12/01/22)

Tal movimento se repetiu inúmeras vezes, tais como:

Deise (P) dá alguns retornos de discussões que foram feitas na assembleia passada. Ela explica que diante da provocação de que havia poucas atividades oferecidas no Caps, a equipe discutiu sobre isso durante a semana e conseguiram ofertar duas novas atividades regulares: futebol e oficina de redução de danos.

Kelvin (U) pergunta o que era essa oficina de redução de danos e Deise não soube explicar. Ela disse que os redutores estavam na campanha de vacinação junto com o consultório na rua e nenhum deles estava lá para dizer como seria. O usuário não insiste. Não pareceu despertar interesses também. Achei uma pena a oficina ser apresentada dessa maneira. Como alguém poderia se interessar?

Um usuário pergunta para Deise sobre o grupo de teatro, reforçando que ele e outros usuários sentem falta. Deise diz secamente que essa atividade não será retomada por enquanto. Não dá qualquer abertura para essa discussão.

Deise informa que o Caps funcionará num esquema de plantão no feriado e na sexta-feira, ou seja, sem atividades regulares. Kelvin pergunta se haverá “intensivo” nesses dias. Deise não dá certeza. Kelvin diz que irá conversar com os seus profissionais de referência depois da assembleia. [Impressiona o quanto Deise estava mal-informada e

nenhum colega a auxiliou nem ela pediu auxílio ou deu alternativas para obter mais informação. Belo modo de esvaziar politicamente a assembleia: não sei nada além do informe e ninguém precisa saber mais do que isso, nem adianta perguntar] (Rastilho, 13/06/22)

Lia (P) segue dizendo que a festa será na praça onde se encontra o Caps Infantil e a Casa de Cultura e será organizada em conjunto com diversos serviços da região. Será no dia 28/06 das 10h às 16h. [Aliás, o informe foi dado sem ter essa certeza da data e horário e foi preciso verificar num cartaz que se encontrava no espaço onde realiza-se a assembleia. Mais uma vez aqui parece que a informação levada à assembleia não está incorporada àquele que pretende transmitir, não é bem-preparada e/ou não é dada a devida importância] (Miríades, 15/06/22)

Luana (G) diz que o transporte é algo incerto até o momento, mas estão tentando doação e pagar com dinheiro de caixinha. Como não sabem que tipo de transporte vão conseguir, não conseguem precisar quantas vagas terão para o passeio ao parque aquático. (Rastilho, 29/11/21)

A desinformação chamou muito a atenção nas diversas etapas de preparação para a Conferência Municipal de Saúde Mental:

Talita (P) comenta brevemente sobre a Conferência Municipal de Saúde Mental, procurando incentivar a participação dos usuários. Nem Ivana (G) nem Talita souberam dar informações mais objetivas a esse respeito, quando perguntei sobre datas. Terminada a assembleia, Ivana me disse que assim tivesse essa informação, me passaria. (Miríades, 10/11/21)

Marlon (U) retoma que quer acrescentar algo no item de deficiências, mas nenhuma das profissionais presentes consegue localizar este item nos arquivos pessoais em seus celulares nem nos impressos afixados na ata. Ele explica que Marcus (outro profissional, que não estava presente) estava reescrevendo esse item junto com ele. Marlon acrescenta que, após discutir com Marcus, achou melhor levar para a assembleia a definição dos termos a serem escritos no item. Na falta do item e percebendo a improdutividade da discussão, Leila (P) propõe conversarmos de modo mais geral como foi a pré-conferência. (Miríades, 19/01/22)

Eu pergunto se sabiam sobre as outras plenárias livres para a Conferência Municipal de Saúde Mental. Tatiana (P) disse que sabia, mas não soube informar nada sobre isso. Digo que seria importante divulgarem isso, pois há necessidade de inscrição e também pode ser interessante para ampliar a participação de usuários na Conferência, pois há possibilidade de indicação de novos delegados através dessas plenárias. (Borbotão, 23/02/22)

Avisam que haverá conferência de saúde mental na semana que vem. Por enquanto, a participação está restrita aos delegados, mas pode ser que seja aberta a uma participação mais ampla. Eles ainda não têm essa informação. (Miríades, 30/03/22)

Em meio à falta de informações nas assembleias, um usuário protestou: “Pra questionar, tem que saber a resposta” (Miríades, 16/03/22).

estabelecer compromisso vazio

O lado B do engrandecimento da missão a cumprir, é estabelecer o compromisso para a realização de algo que sabidamente é falho e/ou é dificultado pela própria dinâmica de funcionamento do serviço. Ocorreram encaminhamentos quaisquer, que criaram finalidades aleatoriamente e, seguramente, fraudaram o processo em ação.

Marilda (G) comenta que várias dessas discussões sobre convivência (sobretudo os sumiços) antes eram resolvidos em rodas de conversas organizadas no momento do acontecido e isso poderia ser retomado.

[...]

Raimundo (U) disse que ontem havia tentado puxar uma roda de conversa em decorrência do sumiço do seu pendrive, mas não conseguiu.

Eu perguntei o que houve para ele não ter conseguido puxar essa conversa coletiva (lembrei muito nessa hora da fala da Marilda (G) e da Maya (P) que enfatizaram que os usuários têm autonomia para fazer essas rodas). Ele disse que a equipe estava em passagem de plantão e faria a roda depois. Isto se perdeu. Ele se queixa que o tempo passou e a razão para fazer a roda se perdeu.

Perguntei se era possível atender à demanda das rodas imediatamente e como funcionava antes. Explicam que nem sempre é possível fazer de imediato, devido à rotina do serviço, tal como os horários de passagem de plantão. (Profusão, 16/12/21)

Maria (P) repassa a escuta de que está faltando atividades durante a semana.

Lembram que discutiram algo sobre ambiência na assembleia da semana passada e recorrem à ata para verificarem o ficou registrado de combinado, mas não encontram nada [Fico pensando, agora, que isso se repete. Talvez exista um problema recorrente de colocar em prática aquilo que é conversado na assembleia. Não que tudo seja operacionalizável e simples, mas pode existir um discurso na assembleia muito interessante que está sendo pouco experimentado nas práticas do dia a dia. Não digo pela falta de registro em ata, mas por não reconhecerem nenhum movimento novo desencadeado pela discussão]

Tales (P) comenta que os grupos ainda estão voltando, mas são mais fechados e concorda que faltam atividades na ambiência.

[...]

Maria (P) fala sobre uma organização para que uma pessoa do acolhimento fique com a tarefa de propor atividades na ambiência.

Tales conta da experiência que participou ontem de manhã, quando fizeram uma divisão na qual alguns cuidaram das pessoas que estavam de leito-noite e coisas do dia a dia e um profissional se dedicou a cuidar da ambiência.

Reinaldo (U) fala que os três profissionais que ficam no acolhimento poderiam se dividir da seguinte forma: um profissional cuida dos usuários que estão no leito-noite e da ambiência, um cuida daqueles que estão em permanência dia e o terceiro fica para receber as pessoas novas que chegam no Caps. (Profusão, 10/03/22)

É compreensível a importância de fazer experiências e tentativas, mas, por vezes, é evidente que não passam de respostas mal elaboradas. Tal movimentação muitas vezes alimenta a famosa “profecia autorrealizada do fracasso”, que ora confirma certas impossibilidades de certas ações, ora reforçam a incapacidade de as pessoas realizarem o que desejam. Analisar e construir mal os destinos de uma proposta, sem tomá-la em sua dimensão

analisadora, apresentou-se como uma movimentação de esvaziamento político: sem os estranhamentos e questionamentos necessários, sem o envolvimento implicado em um agir em comum, sem a abertura interessante ao movimento do inacabamento da construção permanente.

esmiuçar tola e inutilmente os passos de operacionalização de um trato

Este é um subproduto da discussão anterior. Por vezes, se vai longe na elaboração dos passos de implantação e operacionalização do combinado. Estabelece-se minuciosamente pequenas regras que evidentemente não têm a menor chance de serem cumpridas nem acompanhadas. Há uma aparente elaboração, mas sabidamente falha, que desperdiça esforços e pode criar falsas expectativas:

Marilda (G) explica que fez o pedido de 10 colchonetes, mas propõe que se discuta como será o uso deles.

Nunes (U) propõe um esquema de controle dos colchonetes e outros usuários concordam: os colchonetes ficariam no ateliê ou na enfermaria e, quando alguém quisesse usar, pediria para o guarda e assinaria o nome numa prancheta acrescentando o horário de retirada e devolução.

Marilda diz que é melhor ficar no ateliê, pois é necessário ter menos movimentação na enfermaria, devido aos procedimentos e cuidados feitos por lá.

Tales (P) questiona o segurança nessa função de controle dos colchonetes, pois acredita que ele precisa cuidar do fluxo de entrada e saída do Caps. Propõe que os profissionais do acolhimento exerçam este papel.

Eu retomo que o problema relacionado aos usuários que não cumprem com alguns combinados, muitas vezes porque não estão muito bem, tal como foi falado a respeito do Zico (U). Pergunto como pretendem lidar com essas situações.

Fiquei em dúvida se Nunes disse que um usuário poderia ajudar o outro nesses cuidados. Quando o questiono, ele explica que os usuários podem chamar atenção daquele usuário que não cumprir os combinados.

Lelo (U) diz que é preciso ter “disciplina” [tal expressão sempre me remete a uma linguagem típica do sistema prisional ou do PCC]. Enfatiza que é preciso ter uma punição para quem não cumprir o combinado.

[...]

Marilda (G) explica que é melhor os colchonetes ficarem no ateliê e o profissional do acolhimento ser o responsável pelo controle do “empréstimo e devolução”.

Discutem, entretanto, como os usuários poderiam participar desse controle para não ficar totalmente na dependência dos profissionais.

Pergunto como os usuários sabem quem está no acolhimento? Retomo que há algumas semanas constataram a necessidade de identificar melhor quem são os profissionais do acolhimento em cada período.

Lelo reclama que ele não conhece todos os profissionais da equipe e cita como exemplo a Maria (P). Diz que todos falam da Maria, mas ele não sabe quem é.

Entram numa discussão sobre como seria a melhor forma de fazer essa identificação: coleto, crachá, pulseira, lenço... escrever o nome na lousa.

Concluem que seria melhor fazer um crachá bem chamativo, considerando os recursos, necessidades e viabilidade das propostas.

Também retomam a importância de os usuários poderem falar diretamente uns com os outros em casos de problemas no cumprimento dos combinados e para melhorar as

relações no dia a dia do Caps. Falam que os usuários eventualmente podem auxiliar os profissionais do acolhimento, caso este esteja muito ocupado. Marilda (G) ressalta que os usuários precisam ter cada vez mais autonomia, pois este é um dos trabalhos do Caps.

[...]

Comento que parece haver um problema de impessoalidade no Caps, pois estavam falando coisas do tipo: “Se o profissional que estiver no acolhimento usar uma camiseta vermelha, é só dizer para conversar com a pessoa de vermelho”. Falam algo semelhante com relação ao crachá. Explico que seria mais interessante incluir o nome das pessoas nessas informações. Uso o exemplo do Lelo que não sabia o nome da Maria. Tento provocar ao dizer que o Clayton (U) tinha motivos para se preocupar que o Caps pudesse se tornar um manicômio ao gerar um ambiente de relações mais protocolares.

Marilda (G) lembra que antes da pandemia, havia um café da manhã conjunto entre profissionais e usuários, onde todos se apresentavam, havia uma apresentação das atividades do dia e eram feitos combinados iniciais.

Silva (U) se anima com a volta desse café da manhã.

Discutem sobre a chegada de alguns usuários mais tarde e que isso dificultaria esse momento da maneira como descrita.

Tales (P) entende o assunto como pendente, enquanto Marilda acha que está decidido. Ela confirma isso com os demais participantes. Diante disso, ela diz que esse café conjunto poderia começar amanhã. Maria, que estará no acolhimento, um tanto vacilante, diz que combinará com o seu colega de acolhimento. (Profusão, 31/03/22)

A discussão sobre o uso do colchonete, bem ou mal, produziu uma análise de outros aspectos associados. Percebo que a minha intervenção foi mais no sentido de tentar exibir algumas lacunas nos combinados. O que seguramente contribuiu para o esmiuçamento continuar, inclusive com propostas de punição claramente desproporcional e com tentativas de resolver a falta de intimidade, pessoalidade ou familiaridade entre profissionais e usuários. Por um caminho tortuoso e longo, abordamos a importância de aprofundar relações mais diretas entre usuários e com os profissionais no dia a dia.

É um tanto trágico constatar que os colchonetes não chegaram, tal como comentado na apresentação do Profusão, mas também que o modo de criar estratégias espalhafatosas para enfrentar alguns desafios seguiram:

Em algum momento da assembleia, eu comentei que era preciso dar mais corpo e visibilidade para a ação das assembleias. Comentam que poderiam fazer cartazes e Charles diz que poderiam bastear uma bandeira para evidenciar o começo da assembleia. (Profusão, 20/07/22)

vigiar e punir ou...



(André Dahmer, *Malhados*, 08dez22)

Diante de dificuldades de convivência, descumprimento de regras locais ou dos contratos sociais mais amplos, contravenções, transgressões e congêneres, a punição foi evocada diversas vezes, tal como já apareceu em alguns trechos destacados anteriormente. Evidentemente, para nenhuma surpresa, a punição foi acompanhada por cobranças de maior controle e vigilância, inclusive para identificar os envolvidos na situação.

Nas assembleias, apareceu a ameaça de punição violenta de modo “preventivo”, tal como nesse dia:

Pergunto sobre o uso do DVD, se estava funcionando bem, conforme os combinados da semana passada. Frederico e Péricles (U) dizem que sim e logo ameaçam dizendo que vai continuar funcionando bem, pois ninguém irá mexer porque eles mesmos vão punir violentamente quem tentar furtá-lo. Péricles fala de colocar travas no DVD para ninguém pegar. Luana (G) diz que não terá trava nenhuma e rebate o uso da violência. Os dois brincam que eles não serão violentos porque eles farão apenas uma “massagem” em quem fizer qualquer coisa com o DVD. Essa ameaça violenta desvela que esse tema poderia render uma discussão melhor. (Rastilho, 07/02/22)

Ou como ficou evidente na proposta do “cantinho da madeirada” do Lelo (U) ou das frequentes ameaças de “acerto de contas” do lado de fora do Caps ou de expulsão-exclusão do Caps que foram repetidas no Profusão.

Ocorreu, muitas vezes, uma busca pelo “culpado” e uma resposta individualizada frente ao problema:

Luana (G) organiza a roda e inicia a assembleia com uma rodada de apresentação dos participantes. Explica que esta seria a assembleia ordinária, pois de manhã foi realizada uma assembleia extraordinária em função do sumiço de um celular. Conta que foi realizada uma conversa individual com todos os presentes no Caps e assim foi recuperado o aparelho. (Rastilho, 07/03/22)

Greta (U) comenta que falta punição no Caps. Ela já sofreu várias e acha alguns não são punidos como deveriam, pois ocorrem vários furtos no Caps e os usuários não são punidos pelos erros que cometem. Luana (G) explica que não é o caso de ficar exibindo as punições no coletivo, fazendo denúncias ou coisas desse tipo em assembleia. Explica que as consequências sofridas por alguém diante de algum tipo de desrespeito à regra é tratada de modo individual, limitado ao conhecimento apenas da pessoa envolvida e de membros da equipe. Greta (U) confronta que eles são chamados para assembleia quando acontece alguma coisa assim no Caps e depois não ficam sabendo do desenrolar da história. (Rastilho, 14/03/22)

Entretanto, observei outras propostas ou maneiras agir frente às “transgressões”:

Silvia (U) volta a se queixar de questões relacionadas à convivência, desta vez fazendo uma referência maior ao sumiço de pertences dos usuários e do Caps. Ela diz que há muitos usuários que estão sempre ali, mas não têm essa noção de que não podem pegar o que é dos outros. Ela diz que isso precisa ser ensinado para eles e emenda: “eu me indico para ensinar boas maneiras” (achei essa formulação bem interessante, pois indica

a dimensão do ensino-aprendizagem e o quanto ela se percebe nesse processo, mas isso ressoa pouco). (Profusão, 16/12/21)

Isadora (P) propõe discussão sobre o sumiço do controle remoto do DVD.

Os usuários localizam que o sumiço ocorreu hoje de manhã. Alguns confirmaram terem visto o controle hoje de manhã.

Breno (U) disse que um usuário queria ver filme no DVD hoje de manhã, mas ele não deixou, pois queria ver jornal. Pegou no sono e não viu mais o controle.

Isadora e Deise (P) perguntam: “O que fazer?”

Sr. Aderaldo (U) diz que o controle já deveria estar na biqueira.

Marinho (U) entende que ninguém compraria esse controle, pois só serve para um aparelho específico.

Péricles (U) e outros usuários dizem que era o caso de procurar melhor

Breno sugere comprarem um controle novo.

Isadora diz que ela espera que o controle apareça e questiona se é mesmo o caso de comprar um novo controle. Entende que essa não seria a melhor solução. Sintetiza: “Precisamos achar”.

Marinho, Greta e Péricles falam que esse sumiço tem relação com uma rixa pessoal. Greta explica que alguém ficou bronqueado com o fato de não ter visto o filme na hora que queria e sumiu com o controle como uma espécie de vingança.

Breno contesta essa definição de rixa pessoal. Alerta que não devem tratar a situação com esses termos sem conhecer bem o que aconteceu. Ele diz que foi acusado de ser o autor do sumiço. Nega de modo sutil.

Sr. Aderaldo diz que um controle como esse é muito barato, pois custa uns 10 reais.

Deise diz que a questão não é de valor ou de dinheiro, mas da responsabilidade de todos pelos pertences coletivos.

Breno volta a dizer que queria ver jornal e alguém queria ver filme.

Deise entende que o encaminhamento para essa discussão seria de que eles deveriam procurar melhor, se alguém pegou deveria devolver ou se alguém souber quem pegou que auxilie na devolução.

Usuários reforçam que aquele que pegou pode devolver na miúda, colocando de volta no lugar onde pegou.

[Parece que todos já sabiam o que tinha acontecido e estavam fazendo um ritual para viabilizar a devolução] (Rastilho, 18/04/22)

Essa situação é particularmente interessante, pois exhibe que um “sumiço” não significa exatamente furto, traz à tona maneiras birrentas de resolver pendências do dia a dia, saídas mais proporcionais ao evento e o quanto há uma encenação exigida para lidar com eventos transgressivos para que não sejam banalizados, mas isto não precisa desembocar no exercício de força ou castigo. Sem dúvidas, a análise decorrente do sumiço do controle sem grande valor material evidencia que limitar-se ao evento como “furto”, valorizar o bem desaparecido e ficar na procura de um culpado cega muitas vezes a questão principal. Mais do que um sinal de “desvalorização do Caps e seus bens comuns” estava em pauta uma questão de convivência. É interessante modular as implicações com a “zeladoria” para ir além.

De qualquer maneira, algo dessa movimentação ritualística se aproxima ao que Pierre Clastres descreve da sua experiência com indígenas na América Sul. Em entrevista para Bento Prado Júnior, Clastres conta que certa vez uma indígena queria ter relação com ele e o esposo

principal lhe abordou para dizer do desejo dela e que ele assentia, pois a “ordem estaria restabelecida por uma punição simbólica”, na qual o esposo fingiria atacá-lo com um tacape, mas interromperia o gesto antes de atingir a sua cabeça. (162)

Seguramente estamos diante do desafio de inventar maneiras melhores para lidar com as dificuldades no convívio social que não se limite a vigiar e punir. Os efeitos nocivos do punitivismo na nossa sociedade estão às claras (prisões, armas e ódio não param de proliferar) e serviços que lidam diretamente com os “puníveis” destes tempos são chamados a participar dessa invenção.

intrometer-se onde (não) se é chamado

A noção de intervenção, tal como discutido até então, faz referência a “colocar-se entre”, a “entrar no meio”. Isto tem um sentido de colocar-se dentro para fazer o trabalho, reconhecendo-se como parte do que está em análise. Também tem o sentido de compreender que há um processo em curso, que já havia começado antes da presença e da ação do interveniente e que seguirá depois da sua saída. Entretanto, há “intrometidos” que estão ali por exercício de algum poder. Não que os intervenientes também não possam estar a serviço – aliás devem ficar atentos a isto –, mas o “intrometido do poder”, em geral está aliado ao poder central e hierarquizado e por alguns arranjos está comprometido com ele. Opera pela suposta-imposta “responsabilidade” por manter a ordem e a disciplina, fazer a vigilância. O coordenador do serviço exerce mais este papel, mas os profissionais também ocupam com frequência este lugar. Usuários, menos.

A intromissão das coordenadoras (ou sua busca por) foi observada por diversas razões ou situações: conflitos interpessoais, queixas dos usuários às condutas dos profissionais, atividades nos serviços, zeladoria etc.

Carina (G) enfatiza a gravidade dessa situação narrada pelo Tavares (U). Diz que é inaceitável um deboche desse tipo realizado por um profissional da equipe. Agradece por ele ter contato sobre essa situação e estimula os demais usuários a falarem quando se depararem com isso, pois não pode haver desrespeito dos profissionais contra os usuários. Entende que esse tipo de reclamação pode ser feito na assembleia e fora dela sem necessidade de expor nomes. Ela pede desculpa pelo acontecido. (Borbotão, 09/02/22)

Maya (P) questiona se somente psicólogos e TO's poderiam promover atividades. Marilda (G) reforça essa fala e propõe que fosse levantada as atividades de interesse dos usuários para que fizesse de fim de semana a fim dela levar essa demanda para a equipe de enfermagem (Agora que fiquei pensando no quanto existe uma mediação talvez desnecessária nisso. Tudo bem que poderia ajudar essa intervenção da gestora e colegas junto à equipe do fim de semana, mas poderia ser feito um fortalecimento de que eles podem pedir e construir isso diretamente junto com os profissionais presentes. Isso poderia produzir mais autonomia. Marilda poderia sair um pouco mais de cena, da

mediação e favorecer a construção direta. Por vezes, acho que criar muitas mediações gera barreiras à autonomia). (Profusão, 16/12/21)

Raimundo (U) se queixa dos vigias da noite, dizendo que foi questionado por estar fumando em local não indicado. Ele explica que se encontrava inquieto e estava fumando andando de um lado para o outro. Acrescenta que os vigias deveriam entender que os usuários de droga ficam inquietos. Pede que haja mais compreensão. Pede uma pauta para falar disso e depois fica de conversar a esse respeito com a Marilda (G). (Agora fico pensando, que ele já tinha dito o queria e não vejo necessidade de estender essa questão. Eu também acho os vigias dali complicados. Talvez fosse o caso de a equipe conversar com eles, mas também dos usuários poderem tratar das questões diretamente com os vigias. De novo, a questão da mediação). (Profusão, 16/12/21)

Luana (G) também diz que o lençol de quem permanece mais tempo em leito deve ser trocado uma vez por semana, às terças-feiras. Os usuários contestam a informação. Ela explica que, às vezes, a troca não é feita exatamente às terças porque acontece de ter trocado pouco antes devido, por exemplo, ao fato de o usuário ter urinado durante o sono. Os usuários insistem que essa troca de lençol não está acontecendo e se queixam de que ficam o tempo todo com o mesmo lençol quando estão de leito. Luana (G) diz que iria conversar com os profissionais (até fico pensando agora, como essa fala dela se repete diante da queixa dos usuários. Por que eles não são incentivados a cobrar isso diretamente? Por que essa mediação? Será que isso está associado ao clima de desresponsabilização de usuários e profissionais em resolver aquilo que acontece? Por que a Luana se ocupa disso? Será que ela tenta preservar o seu espaço como coordenadora?)

Pérciles (U) também reclama das roupas e diz que pode falar quem é o profissional que pegou as roupas. Acrescenta que se ele tivesse ali falaria na frente dele. Luana (G) diz que ele poderia falar para ela depois, mas também explica que algumas roupas são separadas para o bazar. Que elas depois servem para fazer o dinheiro usado para compras de coisas para eles. Ela também diz que sabe da falta de roupas masculinas, mas que há um desencontro. Há mais roupas femininas que são doadas (equipe tem mais mulheres) e uma demanda maior por roupas masculinas (maioria de usuários). (Rastilho, 24/01/22)

Há um receio que ficou bem evidente na assembleia do Profusão em 29/06/22 de que no imediato das situações as “cabeças estão quentes” e é importante esfriá-las para evitar conflitos e agressões, que poderiam piorar a situação. Há um pressuposto de “imaturidade” que rebaixa a capacidade resolutiva dos sujeitos e serve para justificar a necessidade de vigilância, mediação e controle.

Caió (P) enfatiza que é preciso tentar resolver as coisas sem agressividade e que no momento que as coisas acontecem, de cabeça mais quente, acontece de serem agressivos e piorarem a situação. Enfatiza que é preciso tentar conversar. (Profusão, 29/06/22)

Será que a cabeça está quente mesmo? Cabeça quente só faz bobagem? Não seria interessante criar estratégias para refinar a avaliação das situações e desenvolver a autopercepção para ampliar as possibilidades de ação imediata entre os sujeitos, que proporcionaria um ganho significativo de autonomia e ampliaria as possibilidades de criação de novos modos de convívio.

Nesse processo, evidentemente não é o caso de descartar a possibilidade de montagem de espaços coletivos de análise:

Marilda (G) comenta que várias dessas discussões sobre convivência (sobretudo os sumiços) antes eram resolvidas em rodas de conversas organizadas no momento do acontecido e isso poderia ser retomado. Fala também que seria bom conversar sobre os combinados de convivência, pois alguns talvez nem conheçam isso muito bem (Profusão, 16/12/21)

Mas estes espaços se tornam interessantes quando preservam o seu aspecto mais analítico e, por vezes, educativo. Há, entretanto, o risco de se transformarem em meio para a incitação de vigilância e/ou para proteger usuários e profissionais de críticas e problematizações importantes no imediato, que poderiam mais breve e efetivamente ser analisadas pelos envolvidos. No Profusão, onde essa questão foi mais analisada e debatida, as profissionais Carmen, Maria e Maya em diversos momentos, driblando o encargo da mediação, estimularam essa relação entre usuários e entre usuários-profissionais de modo mais imediato. Nesse processo, os usuários muitas vezes reforçaram o seu lugar de “selvagem indomável” ou “tolo incapaz”, mas não foram todos. Nesse trecho, uma senhora recusou essa pecha e explicou como faz para falar e ser ouvida pelos colegas e Maria (P) reforçou a importância da fala sob um ponto de vista pessoal e mais “implicada”:

Maria (P) reforça a experiência da Marta e do Nunes (U) que eram ouvidos pois falavam e faziam.

Gil (U) diz que a relação ali dentro do Caps é uma, mas lá fora é outra. Não acredita na possibilidade de falar com os colegas, pois isso leva a brigas. Falava que acontece até ameaça de morte. Conta que sempre anda com facas quando está em situação de rua. Eu pergunto para ele se alguém ameaça o outro por ter dito que não deve dar comida para os pombos.

Ele diz que sim, mas demonstra alguma dúvida.

Reinaldo (U) diz que a ideia é entrar em diálogo, sem violência.

Marta diz que sempre foi respeitada quando fala com os colegas.

Augusto (U) diz que chega na paz e na humildade. Também acredita que é importante saber se expressar e que ele não deseja ter conflito.

Gil diz que está mais calmo nesse momento da vida, mas já teve muitos momentos de conflito e briga.

Maria problematiza a relação direta que Gil faz entre conversa e briga.

[...]

Nélio (U) diz que é a droga que deixa os usuários tão dispostos a brigar.

Reinaldo e Marta discordam de Nélio. Joana (U) também não concorda que a droga faça isso. Para ela há uma diferença entre o comportamento de alguns usuários dentro e fora do Caps.

Gil conta que é acusado por várias tentativas de homicídio.

Alcindo (U) diz que quando está com problemas dá um golpe só de baixo para cima [Soava até engraçado um senhor com aspecto tão frágil falar daquele jeito. Embora faça mesmo sentido para ele tentar acabar com o conflito no primeiro golpe. Caso contrário teria mesmo dificuldade para suportar uma troca de golpes].

Alcindo (U) ironiza que o Caps deveria ter dois controles: uma para usar na TV e outro para controlar os usuários [Acho que ele formulou uma ótima ironia sobre a conversa das últimas assembleias]

Felício (U) diz que é preciso ter respeito.

Marta volta a dizer que ela costuma ter a iniciativa de limpar aquilo que vê que está sujo. Diz que tem liberdade para pegar panos para fazer isso. [Tem uma questão de gênero certamente envolvida nessa forma como Marta fala da sua relação com o Caps: cuidados com o espaço e com as pessoas]

Maria diz que os usuários devem se implicar naquilo que dizem, reconhecer o quanto cada um deixa de cuidar do espaço ao invés de ficar falando apenas do outro. Dá o exemplo do pão que Gil havia contado.

[...]

Marta conta que quando vai comer, costuma chamar as pessoas para irem também. Ela tem um modo de falar que soa contagiante. Certamente deve ter um peso também essa ênfase que ela dá aos cuidados.

Gil, com os braços cruzados, fala que já ficou sem leite porque estava mal e não conseguiu se levantar da cama. [Mais uma vez reclama de modo ressentido do quanto não se sente esquecido ou tratado pior que os outros] Ele acrescenta que sabe de casos de usuários que ficam sem marmitta porque estavam muito medicados e não conseguem ir ao refeitório.

[...]

Gil queixa que ver outros usuários não levando a sério o tratamento o desanima. [Gil passa a falar de modo mais lamurioso do que violento]

[...]

Os usuários voltam a reclamar do Reis (U).

Entretanto, Maria ressalta mais uma vez a importância de falarem de si, não somente dos outros.

Marilda (G), que havia acabado de chegar na assembleia, reforça a importância da empatia num contraponto à violência. (Profusão, 07/04/22)

Esta discussão de estar entre, sem cair no encargo da mediação nem querer mediar, é uma questão a ser trabalhada justamente para que a primazia do analisador se imponha ao “especialista”, que o acontecimento tenha passagem para fazer pensar, criar e agir em comum. Nesse sentido, intervir inclui um combate contra os intrometidos do poder centralizado e hierarquizado (os “funcionários de Estado”, como diz Luiz Fuganti), como meio de exercer e fortalecer a resistência, que permite a vida seguir seu fluxo com mais autonomia, liberdade, iniciativa e criação.

separar questões individuais e coletivas

Como as vidas pessoal e social podem ser dissociadas? O que é da esfera privada e o que é da esfera pública? Quais são as linhas de demarcação desses limites? Por que se cria e se alimenta essa divisão? A quem interessa estabelecer essas divisões?

Mais uma vez, nota-se a mediação. É por ela que alguém investido dessa responsabilidade ou desse poder constrói ativamente a separação. À semelhança do que se utiliza para justificar a mediação, há uma pressuposição de equívoco, falta de discernimento dos usuários em reconhecer o lugar mais interessante para cada tipo de manifestação. Em quase todas as assembleias, há uma orientação inicial de que a assembleia é um espaço para

o debate coletivo e que as questões individuais devem ser tratadas em atendimentos com os profissionais de referência, nas terapias ou nas consultas.

Mas a assembleia é um fórum para análise da vida social, que inclui questões pessoais e do funcionamento do serviço. Interessante observar que em um espaço político, como a assembleia, Elvis trouxe uma análise sobre seu modo de relacionar e do quanto sentia falta de uma assistência melhor do Caps. Isto causou um “curto-circuito” entre membros da equipe:

Elvis (U) diz que não entende bem de metaperspectiva. Explica que não entende muito bem o motivo de algumas pessoas tratarem ele bem e outras mal, não sabe se está agradando ou não. Também traz dúvidas sobre o quanto o seu adoecimento traz dificuldades para as relações.

Ivana (G) diz que esse assunto é mais pessoal e seria melhor tratá-lo nos atendimentos. A assembleia é um lugar para assuntos do grupo. Ela diz que poderia conversar com ele depois. Ele diz que estava todo mundo em silêncio, por isso falou sobre esse assunto. Ivana pergunta se alguém teria pautas. Silêncio. Insiste: “Não tem nenhum problema no Caps?”

(...)

Lia (P) reconhece que os usuários estavam querendo falar mais de si.

Lia diz que os usuários podem voltar a frequentar os grupos de referência onde podem falar sobre essas questões. Comenta que poucos estão participando, pois esses grupos retornaram há pouco tempo e tem muita gente que ainda não sabe disso. Pede para que participem e ajudem a divulgar.

Elvis volta a se queixar das dificuldades de relacionamento, mas desta vez que não tem encontrado espaço para falar nos grupos. Não se sente escutado. (Miriades, 16/02/22)

Em outras ocasiões, houve uma publicização de uma história pessoal, num gesto simples e potente de adentrar na esfera pública, ser escutada em sua singularidade:

Douglas (U) pergunta se mais alguém gostaria de falar. Fran (U) estava falando com um usuário ao lado dela.

Digo que Fran parecia ter algo a dizer.

Ela se anima a contar que a mãe estava procurando por ela na rua. A equipe diz que isso é algo mais individual e tratariam isso com ela em um outro espaço.

Ela parecia feliz de ter falado algo para o coletivo. (Ela tem um problema de fala bem importante e é difícil de entendê-la. Certamente, ter o espaço para falar e perceber o esforço das pessoas para entendê-la pode ter sido interessante). (Borbotão, 12/01/22)

Rose (U) pede para falar uma coisa. Diz que é uma questão pessoal, mas que gostaria de dizer. Explica que toma chá desde os onze anos, até como tradição de família portuguesa, para se acalmar. Ela diz que precisa tomá-lo três vezes por dia e isso é mais efetivo do que as medicações. O chá pode ser de boldo ou erva-cidreira. Tem sempre com ela saquinho de chá que compra no supermercado. Lá no abrigo, ela consegue que alguém prepare para ela, mas não conseguiu ajuda para tomá-lo ali no Caps. Sente-se nervosa.

Laura (P) fica de ajudá-la com isso logo após a assembleia. (Rastilho, 18/07/22)

Diferentemente do que ocorreu nesta última ocasião, o usuário pode ser interrompido em meio à sua fala sobre questões objetivamente coletivas. Assim, chama-se o

usuário para uma conversa no “cantinho”, num claro movimento de esvaziar o sentido político de interesse público da fala:

Diante da insistência do Sr. Aderaldo (U) quanto aos materiais de pintura, Poliana (P/G) disse que conversaria com ele sobre isso depois da assembleia. (Rastilho, 07/02/22)

Uma usuária nova pergunta sobre oferta de ajuda para pintar o cabelo ou fazer a unha. Explica que viu uma funcionária fazendo isso para alguém e pergunta se pode pedir para algum usuário lhe ajudar. Poliana (P/G), entonando “hum hum hum” de modo impaciente, diz que ela poderia fazer essas perguntas, mas prefere falar com ela depois da assembleia para explicar melhor como isso funciona no Caps.

(...)

Usuária nova pede para fazer outra pergunta. Quer saber o motivo da piscina não tem horários disponíveis para uso durante a semana. Explica que ter ficado na piscina durante o fim de semana lhe fez muito bem e sugere que tem alguns horários durante a semana também. Explica que quer alguma ocupação, pois não quer ficar o tempo todo arrumando o quarto. Os profissionais explicam que durante a semana eles não conseguem ficar junto com o usuário que quer entrar na piscina devido às outras demandas e é necessário que sempre tenha algum profissional junto.

Poliana tenta encerrar a assembleia.

[...]

Usuária nova agradece o acolhimento no Caps. Chora e diz que sabe que é melhor ficar no Caps e resistir à vontade que tem de sair. Diz que quer chorar, pois guardou o choro por muito tempo ao longo da sua vida.

Terminada a assembleia, Poliana chama esta usuária para conversar. (Rastilho, 21/02/22)

Ocorre dessa separação ser feita de um modo mais gentil e delicado:

George (U) interrompe a discussão para dizer do seu desejo de sair do LN. Marilda (G) pergunta se ele acha que ali seria o melhor lugar para falar disso ou se preferia esperar o fim da assembleia para conversar com alguém do acolhimento. Ele disse que preferia falar no acolhimento. (Achei um modo um pouco mais cuidadoso de direcionar para o acolhimento, do que simplesmente dizer que ali não era o lugar para esse tipo de fala. Mesmo assim, e, ao considerar a fala de mais dois usuários e a contenção física, fico pensando que havia uma demanda coletiva por falar do leito-noite que infelizmente não entrou nas discussões). (Profusão, 02/12/21)

A construção da individualidade é uma marca do pensamento e da socialização ocidental na modernidade, que tem sido aprofundada nos tempos neoliberais. Cada um tem a sua loucura que merece o seu espaço íntimo-privado-individual. É a criação da identidade e subjetividade em cada pessoa, estabelecendo um destaque com relação aos demais corpos. Mais separado ainda dos outros seres e quem dirá das águas, terra, ar e tudo mais que compõe o planeta. Inclusive, um pouco de decolonialidade cairia bem a todos nós!

Nesta toada, o discurso neoliberal sai pela boca de uma usuária que vive em situação de rua:

Greta (U) volta a dizer que os moradores de rua deveriam “se esforçar mais” e correr atrás daquilo que querem ou precisam. Dá o exemplo de quando teve tuberculose e fez todo o tratamento estando em situação de rua. Destaca que ficou impedida pela antiga coordenadora de acessar o Caps nesse período. [Fiquei impressionado em como Greta discursava a favor da meritocracia. Destacando os esforços pessoais/individuais para conseguir o que deseja ou necessita. É certo que há um predomínio desse discurso meritocrático, individualista, neoliberal na sociedade, mas fiquei pensando se os próprios serviços de saúde não inflam essa perspectiva nos usuários que obtêm alguns ganhos na vida. Há uma perspectiva liberal na maneira como se trata a redução de danos em alguns momentos, que produz uma confusão da singularidade-protagonismo com individualismo.] (Rastilho, 14/03/22)

Em determinado momento, pensei na outra face dessa separação:

A reunião é organizada com informes e pautas. Acrescenta que é diferente dos atendimentos, que são dedicados às questões individuais. [Já nesse momento, eu pensei que sempre fico incomodado com essa divisão: lugar para falar das questões individuais e lugar para falar das questões coletivas. A minha implicância sempre é direcionada às tentativas dos profissionais em barrar as falas “aparentemente” individuais, feitas o tempo todo pelos usuários. Mas hoje pensei que tem o outro lado: não dar escuta para questões sociais e coletivas nos atendimentos individuais, grupos e oficinas, sobrevalorizando um discurso mais individual intimista nesses espaços.] (Borbotão, 23/03/22)

Ao levantar essa discussão, não quero dizer que não existe a possibilidade de delimitar os objetivos e temas a serem tratados em cada tipo de reunião. É certo que há questões que não interessam a uma assembleia e isto pode ser sinalizado pelos participantes, que podem avaliar o interesse em ouvir ou de falar sobre o assunto. A questão aqui é o tipo de seleção: “Isto é individual e não interessa para esse encontro público!”. Seria interessante considerar que supostas questões individuais podem ter uma força de mobilização público-política, ou, pelo menos, que elas podem estimular os participantes a encontrar um sentido político contido nelas, mesmo que passe eventualmente por certos equívocos interpretativos e encaixotamentos, enquadres.

Como descrito anteriormente, Lourau (15) conta a história do homem que despertou o interesse e a comoção das pessoas ao falar sobre sua enurese noturna em uma assembleia da Revolução Francesa, associando-a à sua infelicidade. Mostra como uma enurese não deve ser tratada *a priori* como uma mera questão individual. Eu que tive enurese em sala de aula porque a minha professora da primeira série adotava diversos mecanismos de constrangimentos para não irmos ao banheiro, experimentei os efeitos dessa individualização. Muitos colegas, assim como eu, tiveram enurese durante a aula. Éramos crianças de oito anos, “mijamos de medo” e nos enchemos de vergonha. Cada um consigo. É evidente que não se tratava de um “problema individual”. Aliás, tivéssemos algum senso coletivo, poderíamos ter promovido um “mijaço” para inundar aquela sala de aula e sobre-elevar o que estava acontecendo ali.

destituir a soberania da assembleia

O encargo da mediação mais uma vez se apresenta nisto que denomino de destituição da soberania da assembleia.

A assembleia é soberana, evocou o Sr. Aderaldo:

Sr. Aderaldo (U) disse que já trouxe na semana passada e reforça a necessidade de fazer reunião de Alcoólicos e Narcóticos Anônimos no Caps. Para ele, quem quer parar de usar drogas precisa frequentar essas reuniões. De modo mais duro, ele diz que a assembleia é soberana e, na semana passada, esta proposta não foi colocada em votação. (Rastilho, 07/02/22)

A reclamação deste senhor não deve ser considerada como um espremeio aleatório, de alguém tido como inconveniente, insensato e queixoso, pois as assembleias, muitas vezes, se mostraram destituídas do seu poder decisório. Ficaram limitadas ao lugar de transmissão de informação aberto a análises e propostas, mas sem poder avançar em quase todas as decisões antes de tratá-las com membros da equipe ausentes naquele momento.

Na verdade, as decisões mais significativas foram discutidas e decididas em reuniões de equipe ou pelas instâncias de gestão e depois foram comunicadas nas assembleias, onde sofreram um ou outro ajuste. Os dois trechos a seguir exibem isto:

Luana (G) introduz a pauta seguinte dizendo que se tratava de um assunto polêmico, mas que foi uma decisão tomada pela equipe. (Achei interessante a ênfase que ela dá para o “polêmico” e faz suspense. Também me chama a atenção esse tipo de coisa “decisão da equipe a ser informada”. Sempre pensei o quanto isso soa estranho, pois, se é algo do interesse dos usuários sempre, penso que é algo que equipe pode até levar como proposta a ser debatida, mas não é assim que muitas decisões relevantes chegam para a assembleia. Penso nisso desde os tempos em que estive no Caps. Lembro disto ter aparecido na assembleia do Caps Miríades de alguma forma, inclusive numa pauta sobre Whats.App).

Luana (G) começa explicando que a equipe sente dificuldade em responder as demandas que chegam por Whats.App, por vezes demorando uma semana. Mas há casos em que existe um pedido mais urgente ou complexo que não é respondido no tempo que se exige. Ela faz uma ressalva de que durante a pandemia o Whats.App foi um recurso muito usado e funcionou bem, mas agora que as atividades voltaram ficou mais difícil para a equipe atender às demandas via Whats.App. Deste modo, decidiram encerrar a conta de Whats.App e os usuários que precisarem de alguma coisa deverão buscar o contato pessoalmente ou pelo telefone. Diversos usuários ficam até sem entender o assunto, dizendo que nem sabem o que é Whats.App. Nenhum usuário problematizou o posicionamento da equipe. Luana pergunta se eles estavam de acordo com a exclusão e todos dizem que sim. Um deles depois é mais direto e pede: “Explica para mim o que é Whats.App”. Luana explica que é um aplicativo de troca de mensagens. Ela diz que o Whats.App será excluído e pede para os usuários divulgarem a informação. (Rastilho, 29/11/21)

Sr. Aderaldo, que se manteve em conversa paralela com Rico (U) durante todo o tempo, pergunta sobre a possibilidade de fazerem um karaokê na festa julina. Rico se oferece para levar o equipamento de som e Sr. Aderaldo, o computador. Laura (P) diz que levará essa ideia para discutir em reunião de equipe [Mais uma vez a assembleia fica no “discurso sombreado”, o discurso oficial e definitivo se produz em reunião de equipe.

Parece uma proteção bem delimitada da equipe para manter um modo instituído de funcionar. Até fiquei lembrando da análise do Lourau, em Sociólogo em tempo inteiro, sobre os estudantes argelinos que não tinham qualquer poder analítico/decisório e não poderiam ser considerados como clientes. Será que essa reunião é mesmo uma assembleia? Talvez isso explique o motivo pelo qual sempre se pergunta no início se todos sabem o que é uma assembleia. Talvez estejam querendo saber o que é uma assembleia “efetivamente” ou queiram saber se alguém pode exigir algo mais potente a depender do conhecimento prévio ou estejam ensinando aos usuários como a assembleia é algo esvaziado politicamente (reduzir as potências de encontros grupais/coletivos)] (Rastilho, 18/07/22)

Nota-se que sequer uma decisão aparente simples, como incluir um karaokê viabilizado pelos usuários proponentes, perdeu-se em receio e vacilo e precisou ser levada para decisão no coletivo de profissionais.

Quando não se remeteu às reuniões de equipe ou às instâncias de gestão, seja da direção da entidade, das vigilâncias, do distrito, da prefeitura e outras instâncias governo, indicou-se os profissionais responsáveis:

Pergunto se Geraldo (U) faria a horta sozinho ou se ele estava querendo convidar mais gente para fazer a horta junto com ele. Ele diz que faria sozinho, mas outros poderiam ajudar também. Explica que é técnico agrícola e foram os seus profissionais de referência que estimularam essa atividade.

Timidamente, os profissionais valorizam a ideia. Túlio (P) acrescenta que os usuários podem levar ideias de atividades para os seus profissionais de referência. [Depois que pensei no meu vacilo por não ter incluído a possibilidade de levar essas ideias para a assembleia... De um modo ou outro, os profissionais acabam esvaziando a assembleia (decisão do bazar, sobre a comida, sobre a proposta de atividades...)] (Rastilho, 14/02/22)

Não é por menos que, em um belo dia, um usuário do Caps Rastilho (d)enunciou: “Agora eu sei por que está vazio. É dia de assembleia” (24/01/22).

É importante ponderar que não se trata de defender que tudo seja decidido e combinado na assembleia. Nem sequer os movimentos autonomistas, como os zapatistas, operam desta maneira, como descreve Baschet (47). E como bem ressalta a formulação de Guattari (123), é importante considerar a transversalidade, que existe entre a “horizontalidade” e “verticalidade” das relações sociais. Mas o que se percebe, com a chamada perda de “soberania da assembleia” é o efeito de verticalização do processo social, que já vem da maneira como se define os “mandatários”, o regime de poder e a naturalização e fossilização das posições sociais. A assembleia que não decide nem pelo karaokê, passa longe de colocar em questão os pontos que perpetuam o instituído da autoridade exercida pela dissociação entre “governantes e governados”, fortalece-se o poder central e esvazia a construção do comum “desde baixo”.

Outro aspecto a considerar quando se analisa o poder decisório da assembleia é o chamado risco da “tirania da maioria”, como advertem Bobbio et al. (147). Nesse sentido, cabe precisar o que significa ser “soberana” para não confundí-la com imposição da vontade daqueles mais investidos de poder. A assembleia, como dispositivo da socioanálise ou para a promoção de cidadania dos usuários da saúde mental, é um espaço de defesa da multiplicidade e das minoritárias. É uma soberania pautada pela ética da construção do comum, que justamente alimenta singularidades e os movimentos em contraposição às imposições normativas e morais do instituído (“maioria”).

manter barreiras na esteira das restrições impostas durante a pandemia

Em um momento de aumento do sofrimento mental, tal como evidenciam relatórios internacionais,⁹⁹ os serviços de saúde mental sofreram restrições de acesso, atendimento, acolhimento e permanência como medidas para evitar infecções e transmissões de covid-19. Gestores, profissionais e usuários em meio às responsabilidades, incertezas e demandas se mantiveram mais afastados e, por vezes, reclusos. Mesmo diante de uma demanda maior por atendimentos de saúde mental, outras se sobrepuseram: demandas sanitárias e demandas sociais. Enquanto as primeiras impuseram restrições ao contato social, as demandas sociais lançaram os grupos mais vulnerabilizados a maior exposição de infecção para conseguir meios de sobrevivência e/ou para dar sustentação ao “fique em casa” dos mais privilegiados. Mesmo as alternativas remotas, tal como se viu em trechos anteriormente destacados, tiveram alcance limitado a considerar as condições sociais do público atendido nos Caps.

“Manter barreiras na esteira das restrições impostas durante a pandemia” é uma ação aparentemente específica, mas não é. Houve necessidade de estabelecer certas medidas evidentemente justificáveis durante a pandemia. Entretanto, a questão aqui é não apenas “criar”, mas “manutenção” de barreiras. De tal modo que esta ação possibilita ampliarmos a análise, por exemplo, sobre a morosidade dos serviços em atualizar suas práticas, sobretudo quando se trata de acabar com restrições. Em trechos anteriores, exibimos como isso impactou na realização de atividades em grupo ou festividades. O relato a seguir ilustra como isto ocorreu no momento do acesso ao tratamento inicial e/ou corriqueiro:

⁹⁹ O resumo científico “Saúde Mental e COVID-19: Evidências iniciais do impacto da pandemia” ressaltou o aumento de mais de 25% na prevalência global de ansiedade e depressão no primeiro ano da pandemia de covid-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>; <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/352189/WHO-2019-nCoV-Sci-Brief-Mental-health-2022.1-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em 23nov23).

Juca (U) se queixa que trouxe um amigo, chamado Nonato, para iniciar tratamento no Caps em janeiro e ele não conseguiu ingressar.

A fala desse senhor não ganhou relevância e logo passaram para outro assunto.

Pedi para que o Juca explicasse melhor, pois eu não tinha entendido muito bem o que dissera.

Ele reforça que houve dificuldade em inserir seu amigo no Caps. Os profissionais dizem que não conhecem o Nonato.

Raimundo (U) conta que várias pessoas que se encontram em situação de rua se interessam em conhecer o Caps, quando ele conta onde consegue determinadas ajudas.

Ele defende que os usuários poderiam ter liberdade para convidar um amigo para frequentar o Caps. Dois usuários prontamente reforçam que isso é importante.

Raimundo reafirma: “O usuário precisa ter espaço para trazer outro usuário. Precisamos ter essa permissão.”

Uma usuária diz que há pessoas que vêm um dia e depois não voltam mais, mas concorda que devem ter essa abertura para trazer amigos, conhecidos e/ou vizinhos. Ele destaca bastante o interesse de alguns vizinhos.

Caio (P) analisa que a ideia é interessante, pois um usuário pode ajudar o outro nesse processo de chegada.

Raimundo (U) diz que os usuários precisam ter autonomia de chegar com um usuário e ser acolhido dentro do Caps. Queixa-se que há muita burocracia no Caps. Lembra que o Caps já teve portão aberto e agora há uma espécie de interrogatório feito pelo guarda antes de liberar a entrada. O guarda pergunta quem é a referência, quais são os dias de ir ao Caps, com quem quer falar, se quer falar com o profissional do acolhimento etc. Raimundo diz: “Eu não quero ficar falando do que quero falar no acolhimento para o guarda no portão. Quero falar com o acolhimento.”

Zico (U) pondera que a restrição de acesso ao Caps aumentou desde que começou a pandemia.

Raimundo diz que sua pauta é sobre a necessidade de desburocratização do acesso ao Caps e da autonomia para trazer alguém.

Um usuário problematiza que não dá para trazer alguém que só quer comer e tomar banho. Raimundo concorda com isso e diz: “Quem quiser isso, pode ir ao albergue municipal”. Explica que a ideia é trazer alguém para passar no acolhimento, dali adiante esse usuário combina o que fazer com o profissional.

Caio conta que, na segunda-feira, um usuário trouxe um conhecido e este foi inserido no tratamento. Afirma, com esse exemplo, que já existe a autonomia para trazer alguém.

Eles observam, entretanto, que a burocratização trazida pela pandemia deixou resquícios até hoje, mesmo que a situação atual seja bastante diferente.

Juca explica que Nonato está tentando entrar no Caps desde janeiro e não conseguiu.

Caio e Maya (P) dizem para Juca: “Ele pode vir. Fala para ele vir”.

Eu pergunto qual foi o motivo para o Nonato não ter conseguido entrar no Caps. Juca diz genericamente que ele não venceu a barreira da burocratização, mas não explica o que de fato aconteceu.

[...]

Conversamos sobre os motivos para a dificuldade de o Nonato ter sido inserido no Caps não foi abordada no momento. Eles não são localizados e Juca diz que Nonato não quer mais vir ao Caps. (Profusão, 29/06/22)

As minhas implicações e memórias urgem nesse momento. Recordo-me de uma pesquisa coordenada por Emerson Merhy no início dos anos 2010 na mesma rede de saúde mental de Campinas/SP, que foi publicada por Feuerweker et al (163). Na ocasião, trabalhadores de diversos serviços da mesma entidade filantrópica – inclusive eu – acompanharam as trilhas traçadas por determinados usuários na sua circulação por serviços

públicos e em outras tessituras de rede social, pelas quais buscavam meios para promover seu cuidado em saúde mental. Ao acompanhar esses “usuários-guias”, localizou-se acessos e barreiras. Tal como esse movimento no Profusão descrito anteriormente demonstra, a pesquisa fez ver como os usuários criaram modos singulares de construir sua rede de cuidado, enfrentando possíveis barreiras que se apresentam pelo caminho. O estudo evidenciou como há uma produção de rede informal, que permeia a “rede instituída”, mas não se encerra nela. Como a rede instituída não é “suficiente”, há uma demanda por atos micropolíticos que “desordenam” o trajeto instituído. Aliás, os autores ressaltam que as pesquisas tradicionais sobre acessos e barreiras são limitadas a indicadores sociais, tentando reduzi-los a “um fenômeno quase material e físico”. Por isto esses estudos não atingem o principal ponto nessa discussão, que são as conexões como maneira de expandir o território existencial e intensificar a vida. De tal modo que os autores, complexificando o debate, advertem que um aparente acesso pode se tornar uma barreira: “Pois, muitas vezes ‘entrar’ em uma certa rede de cuidado pode ser o melhor caminho para uma barreira, do ponto de vista da construção de um cuidado que produza “mais vida” nos modos de existir de alguém.” (p.21)

Ou seja, o desafio é maior: não se trata de apenas pensar nas restrições e barreiras físicas, administrativas e burocráticas. Trata-se de detectar interruptores instalados nos serviços, que barram a demanda de criação necessária à vida, em especial das vidas que se encontram rebaixadas e requerem bons encontros para recuperar e produzir saúde.

(des)burocratizar a luta antimanicomial e a redução de danos

A luta antimanicomial esteve presente como pauta e informe durante o período em que participei das assembleias, evidentemente com maior ênfase naquelas mais próximas à data comemorativa de 18 de maio. Sr. U (U) do Caps Borbotão, que participa do movimento permanente da luta antimanicomial, trouxe este tema inúmeras vezes, quase sempre em razão de algum convite para eventos ou participação em grupo de pesquisa na universidade:

Sr. U (U) conta que está frequentando o Grupo de Pesquisa na universidade e da Luta Antimanicomial. Na verdade, Tatiana (P) acrescenta a questão da Luta Antimanicomial. Um usuário pergunta se ainda existe manicômio. Outro responde: Claro que existe manicômio, ainda existe louco. (Borbotão, 17/11/21)

Interessante esta resposta: “onde há louco, há manicômio”. Isto evidencia a associação direta que se faz entre louco e manicômio, o que certamente eleva a importância de manter ativos os debates e todos os movimentos que possam desconstruir esta ideia, inclusive dentre os usuários de Caps, que estão dentre os mais evidentemente

“manicomizáveis”, sendo que alguns, já estiveram em locais deste tipo. Em especial no Borbotão, eles compartilharam alguns horrores em internações: agressões, ofensas, desprezos, punições, assédios, abusos etc. Entretanto, há subterfúgios manicomiais que fazem parecer algo agradável ou vantajoso, mesmo para quem narra situações de violência. Houve a lembrança de “premiações” por “bom comportamento”:

Douglas (U) defende que se adote um modo de funcionamento semelhante ao dos manicômios por onde passou, onde os usuários regavam as plantas e ganhavam maço de cigarro.

Tatiana (P) reage prontamente e diz que tem até uma pauta que defende o contrário.

Raul (U) propõe uma lista de responsáveis.

Douglas acha que essa atividade deve ser uma obrigação dos usuários que se encontram no intensivo.

Carina (G) diz que poderiam fazer uma lista para deixar na recepção e cada um colocaria seu nome como responsável por fazer isso a cada dia.

Douglas insiste que é preciso ter um “incentivo” para os usuários fazerem isso. Assim, sugere que os usuários participantes dessa tarefa ganhem produtos feitos nas oficinas.

Carina reage. Diz que não teriam tantos prêmios assim. (Borbotão, 20/04/22)

No que diz respeito ao movimento social, é interessante observar como dois serviços vizinhos demonstraram dificuldade de construir uma mobilização mais articulada social e politicamente. Por mais que possa ter acontecido uma atualização das agendas, é notável a fragmentação e a falta de força argumentativa e afetiva:

O seu segundo assunto foi sobre o dia 18/05. Talita (P) começa o assunto perguntando se eles sabiam dizer as duas coisas que são comemoradas nessa data. Srta E (F) diz que é o dia das pessoas com transtorno mental. Talita explica que é o dia da luta antimanicomial e que no dia 20/05 haverá uma comemoração em um centro de convivência do outro lado da cidade, mas que discutiram na última reunião de equipe do Caps que poderiam fazer alguma coisa na região. Acrescenta que ela já fez contatos com outros serviços e houve mais gente interessada em participar. Justifica que é necessário fazer algum tipo de manifestação, pois há um risco muito grande de avanço dos hospitais psiquiátricos e que todos puderam sentir o mal causado pelo isolamento social durante a pandemia. [Achei curioso ela lançar mão de um argumento tão genérico num espaço com pessoas que passaram e/ou passaram por experiências de cerceamento de liberdade como suposto tratamento... Ivana (G) que havia anunciado o seu desejo de falar sobre a luta antimanicomial não falou nada] (Miriades, 27/04/22)

Marilda (G) informa que no dia 18/05 haverá manifestação no centro da cidade em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial. Explica que provavelmente conseguirá um transporte para levar todos os interessados em participar, mas se isso não acontecer poderão ir de ônibus, utilizando o cartão do Caps.

[...]

Tales (P) diz que as pessoas que forem à manifestação precisam se preparar, por exemplo, levando água e avisa que não haverá banheiros nem cadeiras.

Boris (U) diz que sua irmã tem uma van e poderia levar as pessoas do Caps, só com o custeio do combustível. Marilda diz que isso não será necessário e retoma as opções de transporte já relatadas.

Reinaldo (U) pergunta se a peça “A margem” será encenada. Ele conta que viu e gostou bastante. Explicam que é uma peça criada pelo médico do Consultório na Rua (que também é ator) e uma profissional de algum dos Centros de Convivência de outro

distrito. Explicam que, embora eles estejam trabalhando com essa peça, ela não será encenada no dia 18. Deverá ser apresentada nos Caps futuramente.

[...]

Marilda (G) diz que no dia 20/05, sexta-feira de manhã, farão a comemoração da luta antimanicomial no Caps.

Farão um lanche pernill para vender, terá bazar de roupas usadas, haverá roda de música com um grupo do centro de convivência e farão a pintura do muro do Caps.

Explicam que conseguiram doação de tintas com o proprietário da casa. (Profusão, 12/05/22)

Embora se note um modo um tanto burocrático e repetitivo em abordar o tema, como se a Luta Antimanicomial estivesse aprisionada a um acontecido que não acompanha os acontecimentos atuais, em, pelo menos, duas ocasiões se observou movimentos mais conectados com as questões emergentes. O primeiro foi esse gesto de aliança com outras lutas, que efetivamente são lutas transversais:

Luana (G) diz que Movimento da Luta Antimanicomial de Campinas está organizando uma plenária.

Primeiro explica o que é o manicômio, dando ênfase às internações como único meio de tratamento, uso de camisa de força e eletrochoque, sem qualquer tipo de investimento no tratamento no território. Sintetiza que tinha uma ideia geral de tirar o problema do convívio social, não promover o tratamento.

Ela continua dizendo que a plenária abordará três temas: mulheres, saúde mental e equidade. Explica que equidade é diferente de igualdade, pois considera a necessidade de recursos desiguais para atender às diferentes necessidades. Explica que o evento será no dia 04 de março às 17h00. Será online, mas também haverá um ponto de encontro para aqueles que não dispõem de recursos para participação online. Luana diz que os organizadores estão destacando a importância da participação das mulheres, mas é um evento aberto a todos. Luana diz que os usuários poderão participar via online desde o Caps. Pergunta se há interessados e três se apresentam. (Rastilho, 31/01/22)

A conexão com os movimentos feministas e com a questão da equidade de modo mais amplo, necessariamente, abordando possíveis interseccionalidades ou compondo com outras lutas minoritárias de raça, classe ou diversidade sexual, esteve presente também nas pautas da conferência municipal de saúde.

Outro movimento interessante foi discutir a conexão da luta antimanicomial com o momento político-eleitoral do país. Isto, como já descrito anteriormente, ocorreu no Caps Borbotão em 23 de março de 2022, mas também de modo lateral no Rastilho e no Miríades. No Profusão, Marilda (G), ao ser interpelada, explicou os motivos da sua crítica ao governo federal:

Boris (U) pergunta se o presidente Bolsonaro é contra os Caps. Ele parecia estar um tanto incomodado com o fato disso ter ficado sugerido na fala da Marilda (G).

Marilda diz que houve uma série de mudanças na área de álcool e outras drogas e destaca a Lei 13.840 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm) que retirou a estratégia de redução de danos, como orientadora do tratamento. Ela explica que o montante de recursos distribuídos para o tratamento de álcool e outras drogas está sendo direcionado para outros tipos de serviços e o Caps está sendo pouco a pouco cada vez menos financiado. (Profusão, 12/05/22)

Sem dúvidas, os Caps AD tratam da estratégia de redução de danos de modo associado à luta antimanicomial e, como sublinearmente indicado na fala anterior da Marilda, em contraponto às comunidades terapêuticas.

Se “onde há louco, há manicômio”, “onde há bêbado e drogado, há comunidade terapêutica”. Se há um isolamento aceitável socialmente para “tratamento” na atualidade é aquele voltado aos usuários de álcool e outras drogas. As tais comunidades terapêuticas ou comunidades terapêuticas, como são geralmente denominados esses locais para o isolamento, em geral, de longo prazo, operam num limbo público-privado, seja por meio de financiamentos diretos, convênios, isenção tributária etc. Nem todos esses locais se adequam às exigências mínimas para o funcionamento, seja das vigilâncias, seja dos parâmetros construídos pela própria federação das comunidades terapêuticas (Febract). Muitas são clandestinas, quase sempre associadas a alguma agremiação religiosa e/ou a um “ex-usuário de droga”. Inúmeros relatórios dos Conselhos de Psicologia e ações de Ministérios Públicos atestam violações graves de direitos humanos nestes locais. São frequentes as notícias sobre “resgates involuntários”, encarceramento, tortura e morte nesses locais, tais como a morte de Onésio Ribeiro Pereira Júnior em Embu-Guaçu/SP no dia 27 de setembro de 2023,¹⁰⁰ o assassinato de um jovem que levou um mata-leão em Abadiânia/GO em 1º de agosto de 2023,¹⁰¹ as torturas de todo tipo praticadas em Luziânia/GO que vieram a público em maio de 2023¹⁰² e a morte durante uma “contenção” de um usuário do Caps Profusão em meados de 2023.¹⁰³

¹⁰⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/27/funcionario-de-clinica-de-reabilitacao-onde-paciente-morreu-diz-que-internos-eram-agredidos- sempre-se-quebrasse-uma-regra-ja-era-espancado.ghtml>. Acesso em 27set23.

¹⁰¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/08/01/funcionarios-de-clinica-de-reabilitacao-clandestina-sao-presos-apos-paciente-morrer-ao-levar-mata-leao-durante-internacao-diz-policia.ghtml>. Acesso em 27set23.

¹⁰² Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/humilhacao-tortura-e-morte-videos-chocantes-mostram-rotina-de-pacientes-em-clinica-clandestina> Acesso em 27set23.

¹⁰³ Soube dessa morte durante a assembleia do dia 16 de agosto de 2023, quando os participantes falaram sobre a camiseta que haviam confeccionado para homenageá-lo.

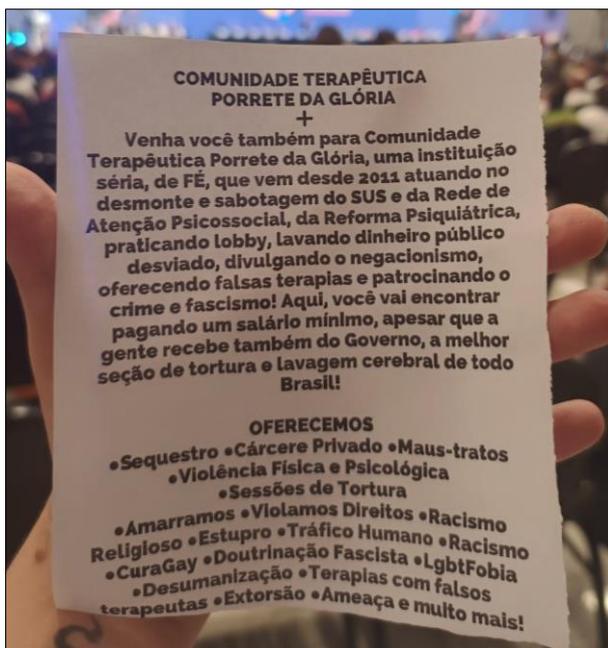


figura 1. folheto – irônico!? – que circulou na Conferência Nacional de Saúde Mental de 2023

É nítido como essas comunidades terapêuticas adotam práticas e cumprem uma função social bastante semelhante àquelas desempenhadas pelos manicômios. Tal como aparece nesse debate no Borbotão:

Maria Lúcia (U) se queixa do prefeito. Conta que, durante a campanha, ele visitava a famosa comunidade terapêutica ligada à igreja católica e se mostrava muito solícito, mas agora não dá a menor importância para ela. Ela se queixa por não se sentir contemplada pelas ações dele na prefeitura.

Um usuário comenta que esse ano é eleitoral e logo os políticos irão voltar a procurar mais pelas pessoas.

Jorge (U) diz que o atual prefeito é uma continuação da gestão anterior. Ele critica o apoio que é dado às comunidades terapêuticas, pois são lugares que promovem restrição de liberdade.

Maria Lúcia questiona a fala do Jorge, pois sempre conseguiu sair quando quis dos lugares onde ficou internada.

Carina (G) diz que nem sempre é como Maria Lúcia relata, pois há diversas denúncias no Ministério Público contra lugares clandestinos que, inclusive, mantêm pessoas em cativeiro. Ela diz que os usuários são livres para escolher onde querem se tratar, mas orienta que todos os usuários fiquem atentos para onde estão indo. [Achei o comentário típico do Pilatos. Sinto falta, já faz algum tempo, de um posicionamento mais forte de repúdio contra as comunidades terapêuticas e do combate contra qualquer investimento público nesses lugares e da valorização das suas práticas. Mas num lugar que conta com profissionais que defendem esse modelo, mesmo que de modo velado, é muito difícil fazer esse enfrentamento.]

Maria Lúcia passa a relatar diversas situações que viveu em comunidades terapêuticas. Conta que recentemente foi levada por um guarda municipal para uma dessas “clínicas” e teve o corpo todo picado por percevejos enquanto dormia. Mostra o braço cheio de marcas e deu para ver marcas também nas pernas. Diz que eles colocavam os colchões no sol de manhã e formava um “enxame” de percevejos. Conta de outro lugar, onde foi convidada para cozinhar. Enquanto esteve lá, ela ia com pessoas da comunidade terapêutica no Ceasa para pegar peixe estragado. Conta que pegavam peixes com os olhos para fora. Também conta de lugares que só comia arroz e feijão. Nunca tinha

carne. Em um deles, ela diz que havia uma piscina com carpas e os usuários ameaçavam pegá-las para comer.

Ela afirma preferir o Caps hoje em dia e não quer voltar nem para a famosa comunidade terapêutica ligada à igreja católica.

Ela lembra de lugares em que alguns usuários se tornam “monitores” e saem pedindo doações. Ressalta, entretanto, que boa parte das doações não ficam com as pessoas que estão na comunidade terapêutica. Diz que eles não tinham carne para comer no dia a dia, mas que eram servidas em abundância nas festas da igreja.

Outra usuária também fala sobre situações em que as pessoas só recebiam comida estragada e depois precisam ser levadas para o hospital. Também comenta ter visto o pastor colocando as doações no seu carro para levar embora. Queixa-se do desvio dos produtos de higiene e roupas, que haviam sido enviados para ela.

Um usuário comenta da venda de sacos de lixo pelas pessoas que ficam nessas comunidades terapêuticas. Maria Lúcia e a outra usuária confirmam essa prática.

Pietra (P) comenta que as declarações foram muito tristes e sugere que algo sobre isso seja incluído na carta esboçada por Janaina a ser levada para a Conferência Municipal de Saúde Mental. Todos concordam. (Borbotão, 06/04/22)

Esse final traz à lembrança a inofensiva saída “Rodrigo Maia”, de manifestar-se contra as ações atrozias por meio de “cartas de repúdio” ao invés de tomar ações mais concretas e decisivas. Entretanto, é bom recordar que esta carta¹⁰⁴ é aquela apresentada na seção sobre o Caps Borbotão, que adquiriu um peso maior durante a conferência municipal de saúde mental. Houve um posicionamento público que encontrou algum espaço e eco entre os participantes em um momento formal do controle social.

Tal movimento realizado pelo pessoal do Borbotão tem relevância, sobretudo por considerarmos a discussão que ocorreu na assembleia do Profusão em 17 de fevereiro de 2022. Quando, uma conselheira municipal de saúde, ao ser questionada por mim, explicou que a comunidade do SUS de Campinas, mesmo sendo defensora ativa dos princípios deste sistema, vacilam quando o assunto é usuários de droga e comunidade terapêutica. A conselheira entende que isto abre brechas para um fortalecimento delas:

Retomo a questão das Comunidades Terapêuticas em Campinas. Pergunto o que a Emma © acha sobre a força da comunidade terapêutica nessa conferência em Campinas, considerando a relevância política da famosa comunidade terapêutica ligada à igreja católica (não cito o nome inicialmente, mas todos reconhecem). Incluo na questão qual tem sido a ênfase da defesa da estratégia da redução de danos nesse cenário desmobilização disso no cenário nacional.

Emma diz que as pessoas podem até defender a comunidade terapêutica em outros espaços, mas não explicitam isso nos espaços da conferência. Entende que há uma certa proteção ideológica na cidade, que não dá espaço para a defesa da comunidade terapêutica. [Fico com a preocupação de que há uma casquinha de ideologia escondendo

¹⁰⁴ O posicionamento político, por meio de carta, contra comunidade terapêutica também foi adotado pelos congressistas do IX Congresso Internacional da ABRAMD, realizado em novembro de 2023 em Brasília/DF. Na carta aprovada, consta um repúdio à criação do Departamento das Comunidades Terapêuticas no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e ao Fundo e ao financiamento público das CTs via Ministério da Justiça e Segurança Pública pelo Fundo Nacional Antidrogas.

um processo sorrateiro de mudança nas políticas de saúde mental. Sobre tudo a considerar aquilo que Emma falou logo em seguida]

Apesar dessa leitura com relação à força manifesta em defesa da atenção psicossocial e da redução de danos ser maior, Emma traz a preocupação de que o atual governo já no seu primeiro ano conseguiu revogar a lei de cogestão da entidade filantrópica. O que o governo anterior tinha esvaziado/desrespeitado, mas não tinha conseguido revogar. O Conselho Municipal de Saúde fez movimentos contrários e chamou a entidade filantrópica e a Secretaria de Saúde para conversar, mas estes não aceitaram fazer qualquer debate. Ela se preocupa com o fato de que há um vácuo. Nada foi colocado no lugar dessa cogestão. Isto cria brechas para o faturamento de serviços de saúde mental (não ser administrado somente pela entidade filantrópica) e para a entrada da famosa comunidade terapêutica ligada à igreja católica. Nesse sentido, Emma complementa que estão com o projeto de lei substitutiva de saúde mental para o município. (Profusão, 17/02/22)

Entretanto, nota-se a presença de encaminhamentos na direção de aumentar as ações de vigilância às comunidades terapêuticas:

Lico (U) entra em questões relacionadas às suas passagens por comunidades terapêuticas, denunciando funcionamentos clandestinos e ter ficado em cárcere privado. Acrescenta que Nice (P) registrou a sua denúncia no Ministério Público. Elogia o Caps por funcionar diferente das tais clínicas por onde passou.

[...]

Luana (G) acrescenta que também discutiram sobre comunidades terapêuticas na Conferência Municipal de Saúde Mental. Sobre isso, aprovaram a proposta de identificarem as comunidades terapêuticas clandestinas e interditar essas locais. (Rastilho, 11/04/22)

Evidentemente, essa discussão segue necessária nos Caps:

Retomo a discussão sobre as mudanças na área do tratamento às pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas. Conto que tinha visto recentemente uma “live” de lançamento da pesquisa realizada pelo Conectas/Cebrap sobre o financiamento público das comunidades terapêuticas (<https://www.youtube.com/watch?v=ukBrw6LjI50&t=5s>) e destaco que houve um crescimento muito grande desse financiamento a partir de 2019, quando começou o governo do presidente Bolsonaro. Acrescentei que eles apresentaram dados do crescimento desse financiamento enquanto o recurso da saúde mental segue “congelado” há anos.

Boris (U) pergunta se o Caps é contra a comunidade terapêutica enquanto eu falava. Pedi para ele aguardar eu terminar de falar. Assim que eu terminei, Marilda (G) explica mais uma vez a questão do recurso total. Que ele acaba sendo de uma maneira tal que o dinheiro destinado à comunidade terapêutica consome uma parte do que seria destinado aos Caps.

Boris (U) passa a fazer uma defesa bastante efusiva das comunidades terapêuticas. Diz que ficou muito bem depois de ter passado pela famosa comunidade terapêutica ligada à igreja católica. Também diz de outras comunidades terapêuticas que são muito boas. Diz que há situações nas quais o sujeito está tão mal, usando crack, sem conseguir cuidar-se e demanda um lugar fechado, talvez até uma intervenção involuntária. Boris destaca que há profissionais bem devotados que trabalham nas comunidades terapêuticas em troca de salários muito baixos.

Diante de um clima tenso e me sentindo um tanto responsável por ter colocado lenha na fogueira, entro na discussão de um modo a dar alguns contornos. Digo que é importante ter uma diversidade de serviços-ofertas para os usuários de álcool e outras drogas. Reforço

que na “live”, os palestrantes disseram sobre a necessidade de regulamentação das comunidades terapêuticas, inclusive por reconhecer que muitos se beneficiam ao passarem por elas. Digo também que não se trata de discutirmos experiências pessoais exitosas, pois elas acontecem. O que está em discussão são os problemas que existem no conjunto geral em comunidades terapêuticas, que não são regulamentadas.

Marilda (G) diz que a famosa comunidade terapêutica ligada à igreja católica é uma exceção dentre as comunidades terapêuticas de Campinas. Lá existe uma equipe conforme a legislação. Por outro lado, ela conta que já esteve em diversas comunidades terapêuticas que sofreram interdição em Campinas devido às condições de terríveis maus-tratos: violência física, falta de comida, condições de abrigo precárias.

Boris tenta rebater, mas recua ao pensar que não conhece outras Comunidades Terapêuticas em Campinas.

Boris conta que ficou em algum lugar com o nome “Sr. Jesus” lá dentro da famosa comunidade terapêutica ligada à igreja católica e destaca o valor religioso no seu processo de mudança. Enfatiza que existe parte biológica, psíquica e espiritual. Ressalta esse último aspecto. Diz, numa fala típica dos doze passos, que é necessário ter uma força superior a quem se reportar na vida para se fortalecer e seguir sem o uso de drogas. Ressalva que faz uso de cigarro, mas de modo moderado/controlado, até como uma estratégia para não usar outras drogas.

Pergunto para ele como fica para as pessoas que não acreditam em deus. Como seria um tratamento para elas a partir dessa perspectiva e se elas não ficariam excluídas.

Ele diz que todo mundo acredita em alguma coisa. Até quem é ateu. Dirige-se a mim como um exemplo de ateu. Entende que os ateus acreditam em si mesmos e podem se valer disso.

Marilda diz que o estado não pode se ligar à religião e os serviços devem estar abertos a todas as pessoas, sem distinção de religião.

Nilton (U) conta que é evangélico. Ele explica que se dedicava muito à religião como meio de lidar com seus problemas com uso de substâncias, sem recorrer aos cuidados de “saúde”. Entendeu que precisava buscar mais ajuda nos serviços de saúde.

[Em meio a essa discussão, eu fiquei muito alerta e voltado ao debate e posso ter me confundido com a sequência e conteúdo das falas. Mesmo assim, esse foi mais ou menos o clima e os assuntos abordados. Tales (P) alertou para o horário e isso abreviou de alguma maneira a discussão. Eu mesmo disse em determinado momento que tinha coisas a dizer e não “respeitaria” a sua colocação de finalizar a discussão] (Profusão, 12/05/22)

A discussão da luta antimanicomial e da redução de danos, articulada a outros temas, necessariamente emergem nas assembleias. As discussões de gênero, classe, raça, trabalho, acessibilidade, preconceito, capacitismo, família, cidadania etc. convocam a comunidade dos Caps a trazer o acúmulo de conhecimentos da luta antimanicomial e da redução de danos, bem como os desafios que se apresentam para a construção do comum. Desburocratizar seria ir além da luta antimanicomial como uma data comemorativa¹⁰⁵ e da estratégia da

¹⁰⁵ Com a importante ressalva de que “comemorar” não é sinônimo imediato para festejar ou celebrar. Pois “comemorar” vem do latim “commemorare”, que significa “trazer à memória”. Também é possível considerar “com-memorare” como “recordar com”, “recordar junto com o outro”. (Copiado-inspirado do editorial da Revista Fractal de junho de 2008, escrito por Marcia Moraes e Maria Lívia do Nascimento, disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/ZpvLZQy44ns9r5GcqDJ7jHR/?lang=pt>. Acesso em 19abr23)

redução de danos como um paradigma formal-ideal na área de álcool e outras drogas. Trata-se de enunciá-las em discussão e ação na construção deliberativa e conflituosa do comum.¹⁰⁶

Controlar o controle social

Em diversos momentos, a Conferência Municipal de Saúde Mental surge nos debates travados nas assembleias e, acopladamente, fala-se do Conselho Local dos Caps. Na formalidade da Lei n.º 8.142 de 1990, o controle social é exercido por esses dois tipos de agrupamento: conferência e conselho. A primeira que tem um caráter esporádico e deliberativo e o segundo, uma função de acompanhar permanentemente o cumprimento das leis e das deliberações em conformidade com as demandas atualizadas.

As minhas participações nas assembleias ocorreram durante o processo da Conferência Municipal de Saúde Mental, que envolveu uma série de adversidades, tais como relatadas em trechos anteriores. A conferência ocorreu em meio à pandemia com suas medidas de restrição de encontro presencial e tentativas de uso de tecnologias para encontro remoto, o que dificultou muito o acesso, pois poucos usuários dispunham de recursos pessoais para participar e os serviços de saúde mental não tinham aparelhos adequados. Foram diversos adiamentos, tanto que a conferência que inicialmente aconteceria em janeiro, ocorreu em abril de 2022. Diferentemente de outras conferências, houve restrições para inscrição de novos delegados no primeiro dia da conferência e não era aberta a não-delegados. As informações sobre as pré-conferências, as conferências livres (temáticas) e da própria conferência eram confusas e incertas.

Durante o período de preparação para a Conferência Municipal, discutiu-se também a fragilidade do processo em um contexto sem Conselhos Locais. Estes estavam inativos em quase todos os serviços de saúde do município. Nos Caps observados, todos estavam sem.

¹⁰⁶ Nos últimos minutos da “prorrogação dessa escrita”, o projeto de lei nº 115/19, de autoria do vereador de extrema direita Nelson Hossri, que prevê “internações involuntárias” e encaminhamento para comunidades terapêuticas, teve suas discussões retomadas e sua votação só foi adiada devido pedido de vistas dos vereadores de oposição (Disponível em: <https://correio.rac.com.br/campinasermc/debate-sobre-internac-o-compulsoria-de-usuarios-de-drogas-fica-para-2024-1.1455107>. Acesso em 09jan24) Na circunstâncias, o Conselho Municipal de Saúde manifestou-se contra o projeto de lei e convocou manifestações de luta (Disponível em: <https://cms.campinas.sp.gov.br/novidades/conselho-saude-campinas-convida-toda-populacao-lutar-contraprovaçao-do-projeto-lei-pl>. Acesso em 09jan24) e os residentes e a coordenação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Unicamp, os pesquisadores do coletivo de pesquisa Interfaces publicaram uma “Nota Técnica pela não aprovação do Projeto de Lei 115/2019 pela Câmara dos Vereadores de Campinas”. Já o Serviço de Saúde Dr. Candido Ferreira, que há pouco receberá emenda parlamentar desse vereador, não se manifestou publicamente.

Havia a justificativa das atividades e novas eleições terem sido suspensas em razão das restrições sanitárias impostas durante a pandemia de covid-19.

Nos Caps, entretanto, há um “terceiro” agrupamento que exerce o controle social: a assembleia. Certamente esta é mais ativa e presente, se considerarmos a frequência e o número de participantes. Todos, no entanto, sofrem com mecanismos de esvaziamento político. Enquanto nos conselhos e nas conferências isto ocorre por cooptação dos seus integrantes e/ou por indiferença dos poderes executivo, legislativo e judiciário às deliberações; as assembleias, como estamos discutindo, sofrem deste processo em sua microesfera de influência.

Por que isto ocorre? Haveria uma espécie de pedagogia de esvaziamento político em ação nas assembleias? As assembleias poderiam combater o esvaziamento político?

O modo de funcionamento dos espaços formais do controle social ganhou espaço. Como já descrito no tópico anterior, uma conselheira municipal foi ao Caps Profusão para falar sobre a conferência. Eles também contaram com a presença de uma apoiadora do distrito em alguns momentos. No processo para realização das eleições dos Conselhos Locais, membros de comissões eleitorais dos distritos foram aos Caps para discutir o assunto.

No Rastilho, eles levantaram algumas questões para este encontro:

Levantam as seguintes questões: 1) O que faz um conselheiro? 2) O conselheiro deverá participar de reuniões externas? 3) Qual é a diferença entre titulares e suplentes?

Luana (G) explica que a composição do CLS é tripartite (usuários, profissionais e gestão)

Túlio (P) sugere que se defina o dia certo das reuniões do CLS, pois este foi um dos problemas que percebeu no CLS anterior. (Rastilho, 25/04/22)

Além de espaço para discussão, as assembleias foram utilizadas para realização de eleição dos conselhos locais no Rastilho, Miríades e Borbotão. Neste último, eu presenciei as eleições, que não foram muito empolgantes:

Regina (médica, apoiadora do distrito) explica como é composto, como funciona e a importância do Conselho Local de Saúde. Tudo isso de maneira breve, sem grandes novidades. Comenta que o Caps Borbotão já teve conselho antes, mas não sabe dizer nada a esse respeito [Acho muito esquisito dar essa ênfase de que o serviço já teve conselho, sendo que é um serviço do SUS que existe desde 2007]. Regina se pergunta e para as colegas se conseguirão, com os presentes, compor a representatividade dos usuários.

Douglas (U) diz que não pretende se candidatar desta vez, pois esteve em conselhos anteriores.

Alberto (U) se queixa da falta de segurança no trabalho no núcleo de trabalho da entidade filantrópica¹⁰⁷ e dizem que ele pode trazer essas questões para discussão no CLS.

¹⁰⁷ Serviço de geração de renda voltado especialmente aos usuários dos serviços de saúde mental.

Ariano (U) conta que acabou de chegar no Caps e antes esteve em Comunidade Terapêutica, onde chegou a ser vice coordenador. Teve recaída recentemente e procurou o Caps. Pergunta sobre as possibilidades de ele contribuir no CLS.

A pedido de Regina, Tatiana (P) pega uma cartolina para escreverem os nomes dos candidatos.

Douglas indica que Hércules coloque o nome na lista. Este prontamente aceita.

Tina (U) reclama e outras pessoas também do fato de o Douglas ter dito para o Hércules colocar o nome. Enfatizam que os interessados deveriam se manifestar por conta própria.

Sr. U e Zezé (U) também se apresentam.

Ariano pergunta se ele mesmo com pouco tempo de Caps poderia se candidatar e confirmam que sim.

Demora até que alguém se manifeste para ser suplente.

Nessa hora, as profissionais do comitê insistem para que os usuários se apresentem, pois a falta de suplente poderia forçar uma nova eleição em breve, pois qualquer um que saísse já comprometeria a composição do conselho.

Douglas é um dos usuários a aceitar entrar como suplente.

Tina também.

Tina e Douglas discutem nesse momento, pois Douglas mais uma vez insistia em indicar pessoas e emitia opinião sobre qualquer coisa.

Por fim, nove usuários dão o nome.

O comitê resolve que os quatro primeiros que se apresentaram seriam os titulares e outros cinco ficariam como suplentes.

Perguntam se todos concordam e eles confirmam.

Todos os representantes passam os dados pessoais e de documentos para o comitê.

Fazem fotos dos eleitos e depois da assembleia.

A assembleia, que estava bem desarticulada e sem muito ânimo, é encerrada. (Borbotão em 25/05/22)

Tal registro dá a medida da desmobilização nesse processo, mesmo após meses de debate sobre a conferência e logo após as comemorações da luta antimanicomial. Alguns usuários problematizaram os conselhos locais nas assembleias. Por mais que a coordenadora do Rastilho defendesse a proposta, Greta manifestou sua descrença:

Luana (G) diz da importância de discutir as propostas para a saúde mental para o município, mas lembra que é preciso reativar o Conselho Local de Saúde no Caps. Diz que logo depois da Conferência, será feita eleição para o conselho local. Ela fala sobre a importância dos espaços de decisão política. Diz que o conselheiro pode até acessar o prefeito, ou melhor, marcar um horário para falar com ele.

Luana avalia que há uma desmobilização política no Caps, com assembleia esvaziada. Pergunta se alguém já tinha sido conselheiro e ninguém responde.

Traz a proposta de trazer algum convidado no Caps para falar sobre o conselho local, mas ninguém ressoa a sua proposta nem a discussão que ela tentava estimular.

Greta (U) comenta que não vê nenhuma melhora, ou continuou como estava ou piorou. Faz uma comparação de 2012 para os dias atuais. [Curiosamente, é o período em que também considerado como marcante para a situação piorar. Foi o ano que foi feita a primeira paralisação que eu participei na entidade filantrópica e logo iniciaram o aperto jurídico por novos enquadres entre entidade filantrópica e prefeitura]

Luana rebate a fala de Greta e diz que é necessário participar desses espaços políticos para falar dos problemas e questionar o uso do dinheiro. (Rastilho, 14/02/22)

Entretanto, “tudo tem limite”:

Túlio (P) também pergunta se os representantes dos usuários poderão participar da reunião geral de equipe uma vez por mês.

Luana (G) é contundente: Não! (Rastilho, 25/04/22)

Vacilei ao não perguntar o motivo da pergunta de Túlio. De qualquer maneira, houve uma limitação à participação dos usuários que ficou explícita. Pois, como se discutiu anteriormente, enquanto a assembleia não é soberana e as instâncias de controle social sofrem esvaziamento, as reuniões de equipe ficam protegidas dos usuários. Mas não de gestores e das decisões de outras instâncias. Que proteção é essa? Os usuários, mais transgressores, poderiam enunciar algo que os profissionais, mais disciplinados, já não conseguem enxergar nem ousam dizer?

Aos trancos e barrancos, a conferência aconteceu e os conselhos foram formados. A força da lei cria condições para que este tipo de controle social ocorra. Mas o controle social, tal como aconteceu, seria mesmo um controle social? Ou seria um controle do social?

Tratar miseravelmente das misérias sociais

A falta de comida e de moradia foram temas transversais que trouxeram questionamentos vivos e em ato para os Caps. Ao frequentar as assembleias como pesquisador, entrei em contato com algo bastante incômodo para mim: minha insensibilidade para com estes temas enquanto trabalhava neste tipo de serviço.

Um dos momentos em que me deparei com isto foi no Miríades:

Rosa (U) faz questão de voltar à questão do almoço e café, pois queria que a Ivana (G) ouvisse. Ela agradece a melhora que conseguiu desde que frequenta o Caps e destaca que inclusive já não passa mais fome. (Isso me fez entender melhor a sua primeira fala. Fico até pensando como esse é um ponto muito delicado do Caps. Há muita gente com experiência de fome e o Caps muitas vezes se torna ou acaba servindo de um lugar que promove a segurança alimentar para algumas pessoas – talvez nesse momento, ainda mais. Sinto que fui cruel e insensível diversas vezes ao recordar os meus posicionamentos frios diante dessas discussões sobre refeição no Caps. Fiquei bem tocado com o relato da Rosa sobre a importância que a refeição tem para vários usuários. Penso no quanto a restrição de refeição que aconteceu no Caps não é mais uma estratégia de redução da sua potência, do seu alcance. Talvez pudesse existir algum tipo de parceria com a Assistência Social para viabilizar um projeto mais interessante nesse sentido dentro dos Caps, evitando separações artificiais entre setores públicos e a exclusão/expulsão do tratamento). (Miríades, 24/11/21)

A discussão sobre a quantidade de marmitas, quantidade e qualidade da comida que vem nelas foi recorrente. Tais como estas discussões que aconteceram no Rastilho:

*O segundo a dar informe é Ivo (U). Ele diz que os usuários que estão medicados sentem fome e a comida oferecida por ali não tem sido suficiente. Pede para que as refeições e lanches sejam reforçados.
Sr. Aderaldo (U) reclama que hoje o pão do café da manhã veio sem margarina. Gilson (U) reclama que a bolacha servida no lanche da tarde é decepcionante.
Luana (G) explica que a compra do mês chegará na quinta-feira e reconhece que algumas coisas faltam nesse período antes da chegada da nova compra.*

Ela também conta que conversou com o serviço de nutrição da entidade filantrópica sobre os problemas relatados pelos usuários. Recebeu a informação de que irão fazer um estudo para melhorar as refeições. Eles lhe explicaram que houve falta de legumes por causa da chuva e escassez de legumes para compra.

Gilson (U) brinca que não vão mais reclamar, pois da última vez que fizeram isso, mandaram só arroz no dia seguinte.

Greta (U) questiona o fato de que a entidade filantrópica tem uma horta grande com vários legumes. Luana (G) explica que essa produção não é suficiente para abastecer todos os Caps e a entidade filantrópica precisa comprar mais produtos. [Sempre soube que a produção da horta era para abastecer o mercado de orgânicos e esses produtos nunca foram destinados para a produção de marmitas]

Frederico e Gilson (U) queixam de ter vindo pouca salada na marmita de hoje.

João Carlos (U) pergunta se a comida servida no Caps é restrita a quem está de leito ou é para todos. Luana (G) explica que só o almoço e o jantar são restritos às pessoas que estão no intensivo ou de leito-noite.

João Carlos e outro usuário questionam que chegaram cedo e não almoçaram.

Luana explica que o almoço é só para quem estiver em tratamento intensivo combinado com sua referência. Não abrange todos aqueles que vão de manhã no Caps. (Rastilho, 11/04/22)

Hilbert (U) aproveita a deixa da comida para reclamar que a marmita está com pouca quantidade. Um usuário discorda, mas Shirley (P) concorda.

Túlio (P) comenta que se o serviço de alimentação não está satisfatório, isso será levado ao conhecimento deles.

Laura (P) conta que foi servir marmitas dias atrás e concorda que a quantidade é mesmo muito pouca. (Rastilho, 18/07/22)

Esta discussão sobre alimentação misturou frequentemente outras necessidades básicas: moradia e segurança. Como já apresentado no trecho dedicado ao Profusão, os Caps se deparam com a falta de moradia às suas margens, escancarada pela aglomeração de pessoas, que frequentam ou não o serviço, nas calçadas ou nos arredores. Como já adiantado, foram adotadas medidas de “embelezamento” e higiene para retirar essas pessoas das calçadas que contornam o Caps Profusão. Coincidentemente no mesmo período, o tema também foi debatido no Borbotão:

Tatiana (P) diz que muitos usuários estão dormindo na calçada em frente ao Caps. Nessa semana, chegou a ter oito usuários nessa situação. Sinaliza que o Caps se encontra num bairro em que os moradores não aceitam a presença do Caps, ouviram dizer que um morador do bairro filmou as pessoas dormindo ali e não sabem o que foi feito dessa filmagem. Insinua que podem ter levado para o Ministério Público ou algum órgão público para denunciar a situação. Acrescenta que os moradores podem chamar a polícia e os profissionais do Caps não têm o que fazer se a polícia chegar com violência. O Caps não tem esse controle, ela diz.

Falam sobre a violência policial muito presente na vida deles.

Tatiana defende o convite para que os serviços de assistência social venham ao Caps para orientar os usuários sobre os recursos que são oferecidos por eles.

Falam que há muito preconceito e discriminação.

[Toda essa fala foi produzindo um incômodo muito grande em mim, mas não sabia como manifestá-lo de um modo analítico]

Tatiana segue dizendo que os usuários que dormem ali relatam que escolheram esse lugar porque se sentem mais seguros, mas ela diz que estão enganados: é uma falsa sensação de segurança.

Maísa (U) cita os apoios da Casa da Cidadania e da casa no centro da cidade, administrada por um filantropo periférico, destinada ao acolhimento de pessoas em situação de rua durante o período de inverno.

Profissionais da equipe, em especial Tatiana e Pietra, reclamam das ameaças dos usuários aos profissionais da equipe frente à recusa de marmita [segundo ela, por falta de marmita suficiente]. Nessas ocasiões, sofrem ofensas e ameaças de quebrar o carro dos profissionais. [Nesse momento, Tico (U) que foi quem fez isso recentemente e já chegou a ser “expulso” do Caps por este motivo, se retira da roda. Pietra (P), que estava ao meu lado, sussurrou essa observação: “Tico saiu da assembleia”]

Queixam-se de que os profissionais estão se sentindo ameaçados.

[Compreendo o quanto é complicado conviver com esse tipo de ameaça e do clima ruim gerado por isso dentro da equipe, com muitas acusações e ameaças também entre os profissionais, que recaem evidentemente nos usuários. Os de cima se isentam, os do meio não se entendem e os de baixo se ferram. É preciso encontrar logo um culpado para aliviar a tensão. Mas não se nota, muitas vezes, a bola de neve que cresce. Lembro de uma época em que foram feitas várias suspensões, transferências, exclusões frente a situações semelhantes (atingindo inclusive o Tico), mas isso não trouxe nenhuma melhoria consistente. Até que uma parte relevante da equipe, presente no congresso da Abramd [Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas] em Belo Horizonte, ouviu a experiência de uma psiquiatra do Rio de Janeiro contando que lá no serviço dela e na experiência que teve em serviços de álcool e drogas na França não excluam ninguém como modo de manter a questão perturbadora em análise, entendendo ser uma situação crítica a ser trabalhada. Nestas experiências relatadas pela psiquiatra havia momentos de produzir algum tipo de distanciamento e respiro para evitar a escalada de tensão e para recuperar as forças para o trabalho, mas nunca conduzir à exclusão taxativa]

Tatiana (P) pergunta para os usuários se estão de acordo em convidar os serviços da Assistência Social para virem falar sobre os serviços no Caps.

Eles concordam.

Ela pede para que eles digam quais seriam os serviços interessantes para convidar.

Douglas (U) [mais uma vez surpreendendo nas perguntas da escolinha] diz para convidarem o Ceasa e o Sindicato Rural para falarem sobre alimentação.

Tatiana comenta que o Ceasa faz distribuição de comida nos bairros e eles poderiam se informar como funciona em cada bairro e talvez tenha alguém que possa explicar isso melhor. Adianta que existe uma burocracia muito grande para se obter esse tipo de cesta básica. [Dentro do Ceasa tem uma ONG chamada ISA – Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação – que cuida dessa distribuição de alimento]

Tatiana anota os serviços sugeridos: ISA, Centro Pop, SOS Rua, Casa da Cidadania, abrigo de um filantropo, Creas, Cras, Samim. Explica que isso levará tempo, pois são muitos serviços.

Tatiana e Pietra comentam que esse assunto será retomado em outras reuniões, pois a presença de usuários nas assembleias é rotativa e acreditam que mais usuários devem participar dessa discussão.

Eu pergunto se eles pretendem fazer algum tipo de conversa com a vizinhança, a considerar este fato de usuários dormirem nas redondezas do Caps.

Tatiana (P) diz que sim, mas a coordenadora não está presente nos últimos dias e a equipe avalia que a presença dela é importante para articularem esse tipo de ação.

Reforço que seria interessante fazer alguma ação junto aos moradores do bairro, considerando isso como parte das práticas antimanicomial, por tantas vezes valorizada nas assembleias deste Caps. Sigo dizendo que esta frente de trabalho antimanicomial talvez seja a mais difícil e menos investida pelos serviços de saúde mental, mas a situação deixa evidente a necessidade desse trabalho como modo de enfrentar as incidências de violência e preconceito que recaem sobre os usuários do Caps. Afinal, qual é a relação das pessoas do bairro com esses usuários. Se eles não dormirem ali na frente e dormirem na rua de detrás resolveriam o problema? Sinalizo que o fato dos usuários se sentirem

mais seguros ali na frente também é uma informação relevante, pois dá a medida da importância da atuação do Caps para 218nuncia-los de alguma maneira.

Tatiana (P) diz que os usuários do Caps não colaboram muito para estabelecer uma boa relação de vizinhança. Dá o exemplo de alguém do Caps que jogou um CD na casa do vizinho e o cachorro comeu isso e se cortou todo por dentro.

Questiono se isso é simplesmente porque se trata de um usuário de Caps. Problemas de vizinhança tem em toda parte. [Depois até pensei se foi mesmo alguém do Caps que jogou esse CD ou se isso veio de outro lugar e o Caps comprou a responsabilização aos drogados, loucos e desajustados: a inconveniência atribuída à patologia]. Isso motivou a colocação de tela de proteção no muro do Caps com esta vizinha.

Tento argumentar a favor da necessidade de não adotarem discursos e práticas que confirmasse os preconceitos.

Um usuário comenta que é importante dialogar para não reforçar as ideias preconceituosas.

Neste momento em que falava sobre isso, notei que recebi atenção dos profissionais e de alguns usuários, inclusive Tico estava de volta.

[Sou capaz de entender a atuação dos profissionais, pois já estive imerso nestas situações, mas um pouco mais distante da fervura da cena, noto o quanto é sedutor e fácil cair na vala do preconceito e assumir toda a culpabilização do Caps pela má vizinhança, despejando isso nos usuários, nos usuários mais fodidos. A luta antimanicomial ainda é focada na desconstrução dos terríveis ambientes fechados e pouco aborda essa vivência no cotidiano da cidade. Penso na responsabilidade dos moradores desse bairro por esse empobrecimento, enquanto parte da sociedade que tem seus modos de vida, suas escolhas de governantes e tudo mais]. (Borbotão, 06/07/22)

Diante de um fenômeno social tão complexo e intrincado, é interessante observar o quanto, em determinados momentos, propuseram saídas na organização das responsabilidades de setores e serviços públicos. Apoiados na máxima “se o problema é social, é problema da assistência social”, profissionais do Profusão argumentaram:

Charles (P) traz a questão de que o Caps é um serviço de saúde e há atribuições que são da assistência social.

Analisa que há necessidade de mais ações da assistência social na região. Especulam a necessidade de um abrigo e um bom prato por ali.

Tadeu (U) diz que o Caps fica no meio de três grandes pontos de venda de drogas. Conta que isso atrai pessoas de outros lugares. Conta o caso de um rapaz que veio de Minas Gerais, passou por Limeira e agora se instalou por ali, antes de ir para São Paulo.

Acrecentam que é uma região onde conseguem encontrar comida. Tem semáforos bem movimentados e muita circulação de pessoas nos comércios, os quais facilitam o pedido de dinheiro.

Falam, sobretudo Caio (P), sobre os problemas macropolíticos presentes no país. Atribui responsabilidade direta ao governo federal que ataca as políticas públicas e gera empobrecimento da população.

Falam dos recursos limitados do Caps, tal como a marmitta.

Problematizo que essa limitação de marmittas já perdura há mais de quatro anos e isso trouxe uma diminuição de usuários que podem ficar no Caps. Questiono se isso não foi na contramão do que deveria buscar o Caps: ampliar as condições de acesso e permanência. Também comento que houve um aumento dessa demanda social e da fome, mas isso não fez aumentar o número de marmittas.

Charles (P) insiste na necessidade de articulação com outros serviços de estado, da assistência social.

Tadeu (U) conta das ações de solidariedade de uma igreja católica da região, que disponibiliza lugar para eles trocarem de roupa, tomar banho e dormir. Conta que dias

atrás a máquina de lavar roupa da igreja foi roubada e o padre teve que suspender o auxílio com banho e troca de roupa. Tadeu analisa que não foi alguém que se encontra em situação de rua que roubou. Diz que pretende contribuir com metade do seu Auxílio Brasil para a compra de uma máquina nova, pois considera esse apoio muito importante para o pessoal que se encontra na rua. Ele diz que o padre dessa igreja é muito bom e engajado na causa dessas pessoas.

Sinalizo que eles falam muito da articulação com outros serviços de estado, mas Tadeu (U) trouxe que há parcerias da sociedade civil que podem ser construídas. (Profusão, 20/07/22)

Esta discussão foi na sequência da que abordamos a “reforma da calçada”, o clima estava quente e as minhas intervenções certamente já rumavam para um tom mais decepcionado e pouco animador. Esta minha fala foi já nos momentos finais da assembleia, quando a equipe exibía sinais de pouca abertura e poucos usuários estavam presentes. Logo a assembleia terminou.

No Rastilho, é possível localizar uma sequência de debates em assembleias diferentes que mostram o modo de abordagem destes temas:

Túlio (P) muda de assunto e diz da sua preocupação com a comida que os usuários trazem para o Caps, pois não sabem se está dentro do prazo de vencimento e como ela foi armazenada até chegar ali. Frederico (U) contesta. Diz que sempre traz comida fresca que pega numa padaria. Como ganha alimento (salgados) em grande quantidade, leva para o Caps para dividir com outras pessoas. Greta (U), assim como Frederico, defende que os usuários possam continuar levando comida e que elas estão dentro do prazo de validade.

Greta (U) discorda da fala de Túlio (embora tenha dito que faria uma ponderação). Defende que os usuários podem levar comida e são responsáveis por isso.

Poliana (P/G) diz que esse assunto precisa ser conversado melhor em reunião de equipe amanhã, pois há diferentes entendimentos a respeito.

Sr. Aderaldo (U) conta que uma vez a prefeita Izalene comprou comida de Sorocaba e vários usuários passaram mal. Frederico diz que Sr. Aderaldo não deveria ficar falando essas coisas, pois os usuários querem continuar levando e compartilhando comida.

(Essa discussão final, me fez lembrar a discussão sobre o decreto do prefeito que proíbe a distribuição de comida à população de rua. Decreto que gerou até protesto: <https://correio.rac.com.br/campinas-e-rmc/2022/02/1162417-veto-a-doacao-de-comida-na-rua-pode-ser-revisto.html>) (Rastilho, 07/02/22)

Deise e Túlio (U) falam sobre a questão dos alimentos que são levados para o Caps. Explicam que não são permitidos alimentos perecíveis, devido às restrições impostas à vigilância sanitária. Só permitirão produtos industrializados: bolacha, salgadinho e miojo. Túlio explica que os produtos perecíveis, mesmo quando estão dentro do prazo de validade, têm o problema de como são armazenados e que o consumo de alimentos no Caps implica numa responsabilidade da equipe. (Rastilho, 14/02/22)

Luana (G), na tentativa de dar um exemplo da importância da mobilização política para reverter algumas ações do governo, fala sobre o decreto “contra” a distribuição livre de marmita para a população de rua ou pobre. [Achei bem curioso ela trazer esse exemplo, pois foi justamente nesse Caps que alguns profissionais, enquanto ela estava de férias, discutiram restrições para o consumo de certos alimentos dentro do Caps]

Greta (U) faz críticas aos moradores de rua, dizendo que eles jogam muito lixo e sujaram as ruas do centro. Conta que a associação dos moradores do centro mobilizou o pedido de medidas mais restritivas.

Luana diz que é só uma parcela da população que concorda com isso.

Greta também analisa que há muita gente que pega as marmitas e não vive em situação de rua, e há também aqueles que levam muitas marmitas e estocam para comer durante vários dias. Entende que há muita desigualdade na população da rua, pois alguns levam muita comida e roupa, deixando vários com pouco ou sem nada.

Laura (P) defende que a distribuição não é mesmo limitada aos moradores de rua do centro. Explica que tem muita gente que conta com essa comida para se manter, pois usa todo o dinheiro para pagar a moradia. Dá exemplo de idosos e pessoas que dependem de benefícios sociais.

Luana (G) fala contra a proposta da criação de um centro de distribuição, explicando que isso limitaria muito o acesso à alimentação. (Rastilho, 14/03/22)

Em geral, os profissionais enfatizam a divisão setorial e responsabilidades de cada serviço enquanto isto há necessidades que ficam à deriva. Usuários indicam a necessidade de saltar das cercanias da esfera pública e estatal, mencionando a ação das centrais de abastecimento, de igrejas, de associações e/ou de pessoas da sociedade civil, e, até mesmo, buscas que eles próprios fazem por doações e compartilhamentos. Mesmo quando profissionais das equipes apresentam sensibilidade ao tema e reconhecem a necessidade de medidas mais ampliadas, há uma desarticulação interna, que promove informações desencontradas e medidas, por vezes, incoerentes.

Outra vertente da importância de ultrapassar o discurso de defesa de divisões de ação por setores e serviços, é quando se discute a convivência nos Caps. Essa discussão reflete outras do mesmo tipo:

Cristovão (U) acrescenta que o Caps poderia ter mesa de pingue-pongue, pebolim etc. para melhor os recursos de convivência.

Ivana (G) diz que poderiam conversar sobre isso na próxima reunião do Conselho Local de Saúde.

Mas logo Ivana questiona se essas atividades deveriam ser dentro do Caps mesmo. Explica, distorcendo um tanto do que eu disse antes, que os usuários do Caps deveriam fazer essas atividades fora.

Cristovão defende que os usuários precisam ter esses espaços de convivência ali dentro, como meio de se fortalecerem para lidar com as dificuldades que encontram no convívio pela cidade. Ele diz que isso é importante, pois, para além do apoio dos profissionais, os usuários podem ajudar uns aos outros [Nesse momento, eu lembrei das formulações do James Scott de que os grupos subalternizados necessitam de espaços próprios para encorpar o discurso oculto que compõem as práticas de resistência. Já fui defensor ferrenho desse discurso de que os usuários devem fazer o máximo de atividades fora do Caps, mas, desde que li James Scott sobre o espaço necessário para o discurso oculto, entendo de uma outra maneira esse pedido dos usuários. O Caps é um lugar que pode oferecer proteção e segurança necessárias para as formulações de práticas de resistência.]

[Nessa fala da Ivana (G), noto o quanto o Caps procura delimitar o seu trabalho, soma-se ao que escutei recentemente no Rastilho (atividades no parque) e no Borbotão (não somos da Assistência Social). Por que não podem mais? Cansaço/depressão X Esgotamento (Deleuze)? Limites burocratizados (Nova Gestão Pública) x Enfrentamento político e criativo. Nesse momento de maior violência contra os grupos subalternizados, me parece interessante considerar que os usuários mais vulnerabilizados irão recorrer ao Caps: “fazer exercício” (Rastilho), “vicolândia na calçada” (Profusão), “os oito que dormem em frente ao Caps” (Borbotão) e “convivência” (Miríades)] (Miríades, 13/07/22)

Certamente, existem caminhos mais alegradores que os Caps poderiam adotar para efetivamente avançar nos debates e nas construções de novos modos de cuidado em saúde mental. Ações que embarquem mais em forças instituintes e se limitem menos nos apoios formais instituídos.

Notar e encarar assuntos espinhosos

Os assuntos espinhosos aparecem nas assembleias, pois fazem parte da realidade dos participantes e as assembleias são espaços dedicados ao debate do amplo espectro das experiências sociais. São assuntos que envolvem polêmicas, preconceitos, divisões e tensões na sociedade, pois ataçam elementos da tradição e da moral. Os profissionais e os analistas também estão imersos neste circuito e nem sempre há uma disposição nem uma preparação para aprofundar estes temas.

O uso do termo “espinhoso”, como qualquer outro, não é aleatório. Nesse caso, desvela os arranhões e cortes que causam na minha posição privilegiada de marcadores sociais: homem cis, branco, heterossexual.

Por vezes, um assunto deste tipo tangencia ou é abordado de modo breve durante a assembleia. Tal como a questão da família foi tratada no Miríades:

Nessa problematização se seria aberto à família ou não, Srta. E diz que é o único familiar que participa do Caps. Reclama que os familiares não costumam ir até lá, pois dizem que não têm tempo. Ela, entretanto, entende que isso não é verdadeiro, pois os mesmos que reclamam da falta de tempo ficam horas no shopping center.

Vários usuários passam a reclamar dos seus familiares. Sofia e Robert (U) são os mais enfáticos. A primeira diz que sua única família é o Caps. Robert diz que já foi colocado para fora de casa várias vezes. Dizem que ninguém liga para eles.

[...]

Marisa (U) também diz que a família traz muito atrito e não são todos que apoiam. Sofia volta a dizer que não se sente apoiada, pois o seu ex-marido chegou a ir ao Caps algumas vezes, mas os seus filhos nunca foram lá. Acrescenta que frequenta o Caps desde 2007.

Ivana (G) questiona: “É festa da família mesmo que queremos?”

Talita (P) indica que estamos perto do período de festa junina.

Srta. E embarca nessa lembrança da Talita e diz que poderiam pensar em reunir todos mais para frente. (Miríades, 27/04/22)

Como já dito neste trecho acima e mencionado em outros trechos deste texto, o Caps é pouco frequentado por familiares e há uma dificuldade em produzir um encontro mais efetivo. Mesmo no Rastilho, onde um psicólogo organiza um grupo com família semanalmente, notou-se algumas medidas tendem a afastar ou, pelo menos, não atrair nem incluir familiares na dinâmica do Caps:

Gustavo (U) pergunta se os familiares também podem votar na eleição do Conselho Local de Saúde.

Luana (G) responde que não. Só está permitida a participação de usuários. [Achei essa informação estranha, pois lembro de incentivarmos a votação e a participação de familiares e membro da comunidade no conselho. Tenho uma lembrança vaga a esse respeito e não tenho certeza se era permitido isso tudo]

Luana (G) explica que na próxima semana podem perguntar como seria a melhor forma de fazer a eleição. (Rastilho, 25/04/22)

A família é um tema importante nas discussões de sociabilidade em uma sociedade, como a nossa, na qual há um modelo instituído de família. Por mais que o modo idealizado da família burguesa retrato em publicidades de margarina e banco, seja exatamente um “ideal” distante da realidade das pessoas e que a cada vez mais se discutem a diversidade de arranjos de familiares – monoparentais, casais homoafetivos, amigos, coletividades, incorporação de pets como familiares – segue presente uma certa normatividade, um instituído de família, a ser problematizada nos Caps. Diversas abordagens “psis” seguem aprisionadas no familismo edipiano e, dentro do aparato estatal, se organizam nas responsabilizações legais (tutela, curatela, medidas contra o abandono de “incapaz” etc.). Sofia e Roberto, usuários do Miríades, sinalizam o quanto a família é uma instituição a ser colocada em análise. A que serve a família? Ronald Laing, expoente da Antipsiquiatria, era um crítico ferrenho dos arranjos familiares instituídos da Inglaterra dos anos 1960/1970, tal como foi exibido no filme, sob sua consultoria, *Vida em Família* (1971) de Ken Loach. A família produzia a doença e era necessário tomar distância. Ou seja, há de se considerar no campo de análise das assembleias e na construção da atenção psicossocial um olhar atento para os arranjos sociais, alerta ao “instituído” da família presente nas práticas profissionais e construções de projeto terapêutico singular.

O instituído da família, entre outros exercícios de poder, é assentado na divisão social do trabalho e na definição do “lugar social” de cada gênero. Embora, durante as assembleias no Miríades, eu tenha encontrado um pai acompanhando sua filha no Caps, uma usuária tenha contato da participação do seu esposo em determinado momento do tratamento e outra que recebe bastante auxílio do pai no seu tratamento... Não podemos esquecer que todos os familiares que participaram das assembleias em que estive eram mulheres.

Diferentemente do que ocorreu com essa discussão sobre família, a questão de gênero avançou em algumas assembleias em três Caps. Além das, já descritas, restrições de ocupação de espaço denunciadas pelas mulheres do Profusão, os profissionais do Borbotão pautaram as atividades voltadas à discussão sobre as mulheres e os homens:

Tatiana (P) traz como informe que há um grupo de mulheres que ocorre toda 5ª. feira no Caps e amanhã vão atualizar o mural de “lambe-lambe” com novas fotos. Vão colocar fotos de “mulheres inspiradoras”, que podem ser de celebridades ou de usuárias

do serviço. Tatiana convida as mulheres para dar sugestão e participarem amanhã. Esteves (U) avisa que há uma lista no balcão de recepção onde todos podem colocar sugestões. Carina (G) e Tatiana acrescentam que na próxima semana vão trazer uma psicóloga da defensoria pública de Sorocaba especialista em gênero e saúde mental (Carol Duarte) para conversar no grupo de mulheres. Enfatizam que será uma atividade restrita à participação de mulheres. Um usuário questiona bem de leve essa restrição. Tatiana é enfática: “Os homens têm tudo todo dia. Esse dia será só de mulheres”. Falam que Pedro e Osvaldo (P) estão, por outro lado, pensando numa atividade voltada para os homens. Pedro convida os homens para participar do grupo de homens toda segunda-feira à tarde, onde pretendem discutir sobre masculinidade. [Eu tenho um monte de dúvidas sobre essas divisões bem reforçadas. Há tempos, isso me soa mal. Preciso estudar melhor as razões pelas quais se faz esse tipo de coisa. Essa fala da Tatiana, que coloquei entre aspas, reforça, a meu ver, a limitação das comemorações e da proposta. Tem algo de limitado. Lembro da ideia de Valeska Zanella do binarismo estratégico, mas não sei se tem a ver com isso. Sempre achei mais interessantes atividades desse tipo que demarcam bem o protagonismo das mulheres, mas aberto à participação geral. Entendo que existe uma inibição devido à presença de homens. Isso é algo que eu concordo. Talvez fosse o caso de ter dois momentos.] (Borbotão, 09/03/22)

Não fui atrás disso. Alguma resistência e cegueira se manteve. Entretanto, há uma consideração importante a fazer sobre gênero. O que se trata de algo a ser trabalhado em articulação com uma análise social e política mais ampla, a fim de evitar essencialismo universalizante e posicionamentos liberais, sobretudo a considerar a população que majoritariamente frequenta o Caps. Rachel Passos (164), autora expoente no debate sobre gênero na saúde mental, ressalta a importância de considerar as diferenças de ser “mulher negra” no Brasil. Nesta pesquisa sobre a saúde mental das mulheres negras cujos filhos sofreram mutilação ou morte em decorrência da violência armada ressalta o quanto há uma experiência de negação dessa dor por parte da sociedade. Além de serem acusadas como “mães de bandido”, deparam-se com a negação do “negro” como humano e o olhar de que se trata de “algo” aniquilável. Além disso tudo, a mulher negra é tratada como alguém que suporta mais as dores. São diversas negações que se presentificam nessas mulheres. O que conduz a autora propor um novo *setting*: a clínica da delicadeza. Explica que se trata de uma “produção do cuidado que se nega o silenciamento, o apagamento e a homogeneização das experiências” (p.122). Um modo de cuidado que envolve o compartilhamento das experiências, em um acolhimento coletivo, sem reproduzir opressões e desviando da patologização e da medicalização como resposta ao sofrimento. Essa clínica foi colocada em prática por um grupo formado somente por mulheres: professoras, residentes multiprofissionais e mulheres da comunidade... Talvez dando alguma resposta à minha inquietação descrita no final do trecho destacado anteriormente.

Ainda nessa questão de gênero, um usuário provocou uma discussão sobre orientação sexual e preconceitos no Caps Miríades:

Cristovão (U) comenta que foi alvo de preconceito por ser heterossexual quando esteve no show de uma mulher trans.

Ele diz que há várias formas de preconceito e todos precisam ser combatidos, mas reforçando muito o quanto as pessoas que em geral são alvo de preconceito também cometem preconceito.

Lia (P), que é uma mulher negra, concorda que é preciso discutir todos os modos de preconceito.

Cristovão (U) diz que enquanto existir essa guerra de sexos as coisas continuaram difíceis.

Srta. E. (F), que nasceu na Espanha, diz que já ouviu que ela deveria voltar para o seu país de origem quando reclamou do mal funcionamento de alguma coisa dos serviços públicos.

Outro usuário comenta que ninguém está certo com esse negócio de preconceito.

Todos concordam em marcar uma data para discutir essa pauta e combinam que será no dia 13/07.

Cristovão, de qualquer modo, diz que o Caps respeita os diversos gêneros.

A considerar o tempo limitado e o encaminhamento proposto de discussão sobre o preconceito. Sinalizo a importância da discussão e proponho que esse debate seja preparado por alguns participantes da assembleia para que possam aprofundar a discussão e não reforçar os preconceitos de cada um. Lia até pensa que seria interessante pensar em algum convidado. Concordam que podem preparar essa discussão para o dia 13. [Ao escrever isso agora, percebo o quanto poderia ter aproveitado melhor a oportunidade para estimular a discussão. Por outro lado, há um cuidado a ser tomado para não entrar no modo palestrinha e esvaziar de vez a discussão. Também noto que não me sinto muito preparado para esse debate sobre preconceito e deveria, pois é onde as instituições incidem com muita intensidade] (Miríades, 15/06/22)

Como sinalizo no comentário final, sinto dificuldade em adentrar nesses debates, o que é um problema grande. Certamente, minha posição como homem cis, branco, heterossexual me isentou de buscar aprofundamento nesses temas ao longo dos anos e me manteve com referências falsamente universalizadas sobre as pessoas. Senti-me mais provocado a ler e me informar sobre estes temas aos poucos e mais intensamente nos últimos anos com o aumento da visibilidade da luta das minorias e o fortalecimento da decolonialidade. É notável o quanto a formação como psicólogo, no aprimoramento profissional e na residência multiprofissional quase não se discutia esses assuntos. Até mesmo no mestrado isso passou batido. Apenas no doutorado é que tive um contato mais direto com esses debates. De modo que a ser recente na minha experiência as constatações de que, como alerta Cida Bento (165), a ação violenta dos brancos desaparece quando se fala do sofrimento imputado ao povo negro. Ou seja, eu tinha dimensão da dor das minorias, mas ignorava quem era privilegiado e o quanto havia uma correlação a ser considerada. Já não se trata de estudar apenas o “sofrimento do outro”, mas também as maneiras como são construídas e reproduzidas no campo social, procurando desviar dessas correntes de saber-poder-fazer instituídos e construir “máquinas de guerra” aliadas da criação, da diferença. Pois, como aprendi com o Favero (166) em seu estudo autobiográfico sobre a experiência trans nas práticas da psicologia, é preciso não atualizar os equívocos, mas arriscar novos

empreendimentos éticos para despatologizar os muitos modos de viver existentes e criáveis na experiência humana, que escapam do “modelo universal.

De qualquer modo, diferentemente do que ocorrera nas situações anteriores, fui chamado a dizer algo a respeito do assunto no debate sobre preconceitos no Miríades. Tentei participar:

Daniela (P) lembra que a assembleia de hoje estava reservada para uma pauta temática: preconceito. Lembra que foi combinado que as pessoas se preparariam para a discussão, com uma leitura, um vídeo etc.

[...]

Cristovão (U) fala do médico que estuprou uma parturiente sedada e foi preso em flagrante. Isso faz ecoar na roda o horror da situação.

Srta. E (F) fala enfatiza que há muitas pessoas ruins, mas que há que se considerar a existência de muitas pessoas boas.

Mais uma vez, tentam retomar a pauta do preconceito.

Cristovão diz que existe o preconceito social e sexual. Diz que o acontecimento do médico evidenciou o machismo e exclama o quanto isso é horrível.

A familiar diz que tudo é o demônio, que o machismo é o demônio.

Vânia (P) alerta para o uso excessivo das ideias religiosas.

Srta. E diz que muitas mulheres se vestem com roupas curtas e provocam os homens. Diz que sempre se culpa o homem, mas as mulheres não se dão ao respeito.

Cristovão discorda e eles discutem por um tempo sobre isso, cada qual marcando a sua posição.

Srta. E insiste para eu falar algo sobre o assunto, com expectativas de que eu confirmaria o que ela estava dizendo [É impressionante como ela tem certeza de que o seu ponto vista é correto e os outros precisam lhe escutar]

Daí em diante, eu não consegui manter as anotações, pois precisei ficar atento às falas e localizar como poderia fazer uma entrada a favor do processo analítico.

A considerar algumas falas do Cristovão, da Srta. E e o Richard (U), perguntei se eles consideravam mesmo que cada um tem o seu lugar bem definido nas relações sociais?

Cristovão argumenta que sim, pois se cada um respeitar o seu lugar todos ficaram em paz, sem conflito. Diz que é preciso saber se calar em alguns momentos. Lembra que recebeu convite do Robert (U) para ir à Parada LGBT, mas disse que não iria, pois ele é hetero e cada um tem a sua luta a fazer.

A discussão segue com Richard, Srta. E, Cristovão e uma familiar. Cristovão diz que antes as mulheres eram protagonistas e com a transição da vida nômade para a sedentária, os homens passaram a assumir um modo mais impositivo. Disse algo do tipo: “Antes, os homens saíam para caçar e as mulheres cuidavam dos lugares. Depois, os homens se fixaram também e passaram a mandar”. Joventino (U) discorda. Intervenho a favor do espaço para ele falar. Ao não entender muito bem o que ele havia dito, peço para ele explicar melhor. Ele se anima a entrar na discussão. Sobre o assunto, ele disse que viu um documentário na escola que mostrava que os homens sempre mandaram mesmo.

Entram numa discussão mais naturalizada das relações homens-mulheres.

Srta. E diz que não tem nenhum preconceito e respeita todo mundo, mas acha errado que as crianças de três anos vejam duas mulheres se beijando e passem a achar aquilo normal. Diz: “Fica incentivando as meninas a se beijarem”. Richard (U) diz que virou uma putaria só.

Questiono se seria comum as crianças verem homens beijarem mulheres desde pequenas. Dizem que sim. Pergunto se isso é um problema ou algum tipo de incentivo. O debate não avança muito.

Cristovão e Richard entram em conflito em determinado momento ao discutirem sobre Lula e Bolsonaro. Richard diz que Bolsonaro irá vencer as eleições e acusa Lula de ladrão. Ele se levanta e vai até Cristovão para questioná-lo. Cristovão enumera os

diversos povos e grupos sociais que Bolsonaro ataca: lgbts, pretos, indígenas. Diz que querem fazer garimpo nas terras indígenas enquanto eles só querem pescar seu peixe em água limpa. A tensão vai até um limiar tolerável e volta-se a discussão mais ampla.

Srta E diz do incomodo com relação aos homens que rebolam. Explica que as mulheres andam rebolando um pouquinho (aí tudo bem!), mas os gays rebolam demais. Ela encena esse andar enquanto fala.

Cristovão diz que na favela ela aprenderia a conviver mais com as diferenças, tal como esta, pois lá todos aprender a respeitar esse tipo de comportamento.

Ele conta que foi questionado por frequentadores do bar de palmeirenses por estar pegando latinha com uma camisa do Palmeiras, mas usando pulseira preta. Ouviu que era preto e usava pulseira preta, logo, ele que é palmeirense, foi chamado de corintiano e acusado de estar disfarçado. Sentiu-se intimidado e expulso.

Ele reclama que há muito racismo no Brasil e racismo só existe em países que tiveram escravos pretos. Explica que isso acontece porque isso provocou miscigenações ao longo dos anos que não são bem aceitas. Alguns contestam essa ideia de que o racismo é restrito a esses países. Alguém lembra dos EUA e Cristovão reforça o seu argumento.

Richard fala que sabe de um caso de um mendigo que foi queimado na região do Caps. Exalta-se para dizer que quem fez isso é uma pessoa má e que merece as piores punições. Pergunto sobre o que faz alguém colocar fogo em um mendigo. Ele diz que é por maldade, que é uma pessoa ruim.

Procuro argumentar que não se trata de algo de uma pessoa, mas que há uma certa permissão/expectativa social para que seja feita uma coisa como essa. Esse argumento se somou a outros relatos sobre violência contra mendigo e uma fala do Cristovão sobre pessoas que são vistas e tratadas como lixo. [Interessante essa incidência do lixo... Perdi uma oportunidade de explorar mais essa questão]

Joventino conta que viveu na rua por alguns anos. Logo, José também disse que passou por essa experiência. A familiar se interessa pela história do Joventino e pede para ele contar como algo até exemplar.

[...]

Joventino conta que tinha que lidar com inúmeras situações de violência e um dia estava fugindo de alguém que lhe ameaçava e ao ser socorrido, foi levado à entidade filantrópica. E daí em diante, pelo que entendi passou a ter alguma moradia.

Ele fala de um usuário que saiu fora de algum combinado social e voltou muito mal e sem vaga na residência terapêutica. Dá um tom de decepção com o serviço, denuncia suavemente. [Ivana (G) faz esclarecimentos para justificar que ele segue acompanhado por outro Caps.]

[Procurei manter uma participação mais orientada por estimular a discussão a partir de algumas questões, sem assumir, nem reforçar uma posição de especialista, o qual Srta. E tentou me colocar. Em determinado momento eu agradei o espaço dado a minha participação, mas ressaltei que estava ali para escutar e não tinha uma “verdade” sobre o assunto. Expliquei que era um assunto muito amplo e entraria na conversa a partir de alguns elementos que eu localizei como relevantes]

Em determinado momento, de alguma maneira, eu senti a necessidade de fazer uma fala mais direta e objetiva. Retomo a minha provocação sobre cada um ter um lugar determinado, como quadradinhos bem delimitados. Dou alguns exemplos a partir das falas dos usuários: homem que não pode rebolar [porque tem que andar reto], mulher que não pode usar roupas curtas [deve ser recatada], preto que é tratado mal por estar em “bar de palmeirenses brancos” [deveria ser corintiano e estar na favela]. Tento explicar que essa lógica mantém um grupo de privilegiados bem protegidos enquanto muitos grupos sociais são colocados num lugar limitado, que se não obedecerem aos limites serão alvos de mal julgamento, ódio, exclusão, punição, violência etc. Tento chamar a atenção para o quanto somos vigilantes dessas normas sociais e julgadores/punidores dos desviantes, mesmo não fazendo parte desse pequeno grupo de privilegiados.

Eles prestam atenção na minha fala. Noto interesse, mas percebo que não consigo tocar as questões de modo interessante. Joventino se levanta e noto que faltou incluir algo sobre

a situação de rua. Também faltou enfatizar o problema decorrente da punição da vítima, que foi algo muito presente na fala da Srta. E.

Em determinado momento, eu trago a questão para algo mais comum aos participantes: o lugar do usuário de Caps, do louco na sociedade. Lembro que foi interessante o modo como se apresentaram na primeira vez em que estive na assembleia por lá, quando não falaram simplesmente que eram usuários do Caps, mas artista, estudante, cantor, catador de papel etc. Cristovão diz que já não é mais artista, pois agora se dedica apenas à reciclagem. Ele acrescenta que se serve da identidade de usuário de Caps para se proteger de algumas violências (“Não faça nada contra ele porque é de Caps”. [Lembro que um usuário que eu atendia no Borbotão também fazia uso dessa estratégia]. (Miríades, 13/07/22)

Bons debates e novas análises sobre a abertura do campo na área de saúde mental proliferaram e facilitaram a entrada nos assuntos “espinhosos”. Além de Rachel Passos, podemos destacar os trabalhos de Emiliano C. David e Deivison Miranda. Todos sob forte influência do psiquiatra martinicano Franz Fanon, mas também de autoras e autores nacionais e internacionais negras e negros, que sofreram e sofrem com o processo de apagamento histórico e epistêmico. Miranda e Félix-Silva (167) discutem como a escuta clínica no Brasil, com suas marginalidades e periferias, é hegemonicamente forjada por concepções ocidentalizadas de um ser humano universalizado, que não tem ouvidos para a multiplicidade periférica e das experiências reais de grande parte da população. De tal modo, que enfatizam a importância da inclusão da perspectiva da sociogênese e do desejo conectado à política na formação da subjetividade como trilhas de abertura ao encontro, ao “fazer com”, ao “entrar em relação”, desvestindo-se das verdades impositivas do centro do poder. Em seus estudos a partir de um Caps infante juvenil, David (168), por sua vez, apresenta o aquilombamento como estratégia ético-política antirracista da luta antimanicomial, a fim de colocar a questão racial nas análises e no manejo clínico, incluindo saberes e práticas dos povos negros, na construção do comum nas diferenças.

I.IV. sujeitos analisadores

Trago para análise como alguns participantes das assembleias me afetaram ao longo das minhas participações. Seguramente, isto passa por minhas implicações e muito pelas minhas implicâncias, com transferências e transversalidades em ação, que tentarei explicitar e analisar em conjunto.

Há algo aqui a ser considerado a partir da fórmula de Spinoza: “Quando Paulo fala de Pedro, sabe-se mais de Paulo do que de Pedro”. Mas também há algo a respeito das instituições que falam nesses “nós”. “Nós” que pode se referir à multiplicidade de pessoas e nas pessoas, mas também aos enrosocos de toda ordem. “Nós” que podem ser apertados e

causar sufocos, “nós” podem ser a aparência de uma “Fita de Moebius”, com sua dobra misturadora de dentro e fora e promotora de movimentos permanentes.

Desde a sua obra seminal, Lourau (14) advertia para a existência de pessoas que se tornam analisadores durante uma intervenção. Elas se tornam meios por onde a diversidade de instituições emitem suas vozes de normatividade e por onde escapa sinais de resistência ou indícios de pontos a serem fortalecidos no combate contra o exercício do poder. Isto aparece por meio dos atos destas pessoas, mas também pelos efeitos da presença delas nos círculos de convivência.

O participante que inspirou essa entrada analítica foi o Sr. Aderaldo, que é usuário do Caps Rastilho. Eu já o conhecia de outros tempos e tinha uma impressão mais agradável a seu respeito, seja pelas suas participações em atividades artísticas, seja por seu posicionamento em defesa do SUS. Tinha a impressão de ser um defensor do movimento negro. Mas logo nas minhas primeiras idas ao Rastilho, eu o vi com uma camiseta amarela da seleção brasileira de futebol, símbolo do “bolsonarismo” em 2022, e isto me causou uma estranheza e um incômodo: como o senhor preto, pobre, “louco”, “bêbado”, sambista etc. pode se aliar a este movimento político tão reacionário e que odeia as minorias? A cada ida a este Caps, os traços bolsonaristas apareciam mais: usou máscara de campanha eleitoral, ouviu noticiário da Jovem Pan¹⁰⁸ antes de começar a assembleia, entrou em discussão com colegas em defesa do presidente e contra o Lula, não desperdiçou nenhuma oportunidade de acusar os políticos e os serviços de praticarem corrupção. As suas falas durante as assembleias, em geral, eram mal-recebidas pelos colegas e pelos profissionais. Ele emitia um tom provocador e desafiador, tal como no debate sobre a entrada do Alcoolicos e Narcóticos Anônimos no Caps ou sobre o possível mau uso do dinheiro pela entidade filantrópica.

Além do evidente sinal dos tempos sociopolítico, inclusive eleitoral, que o Sr. Aderaldo trouxe para o campo de análise, havia uma questão diretamente associada a isto e muito mais complexa. Ele me trazia o incômodo de ser um “bolsonarista que não deveria ser um bolsonarista”. Isto gerou uma perturbação, que acionou preconceitos e posicionamentos classistas e identitários, tal como me alertou Ana Cristina dos Santos Vangrelino, que é minha amiga e colega de doutorado. Ela me perguntou: “Por que preto tem que ser de esquerda?” e me disse para ouvir a entrevista da Sueli Carneiro no podcast

¹⁰⁸ Veículo de mídia tradicional de grande alcance nacional, com canais de rádio AM e FM, TV e no *Youtube*. Com diversos programas de semblante jornalístico, alguns misturando entretenimento, evidentemente a serviço do grupo de extrema direita no poder naquele momento.

“Mano a Mano” de Mano Brown.¹⁰⁹ A partir desses dois encontros, compreendi que, estando numa posição mais privilegiada e com uma expectativa de mudanças sociais, é tentador esperar e cobrar que pessoas que fazem parte das populações subalternizadas ou das minorias engrossem as fileiras da luta por mudança. Isto é, criar a expectativa de que elas devem entrar na linha de frente na batalha contra o poder, enquanto eu fico no conforto de quem não é diretamente atingido. Algo, neste sentido, também acontece na relação entre profissionais e usuários. Espera-se que usuários, tratados como os principais interessados, ajam com mais fibra na luta em defesa do SUS e da Luta Antimanicomial. Mas como fica a luta como gestor e como profissional? Como parte da sociedade?

Ao entrar em contato com isto, noto que fiz uma economia de energia um tanto sacana nas minhas idas ao Caps, ao ficar na posição de espectador em momentos em que deveria agir. Havia necessidade de contribuir mais, ao invés de só esperar.

É interessante observar esse mau uso do identitarismo, que despeja nas minorias uma expectativa de que elas devem ralar mais, exercer o “trabalho sujo e duro” das transformações sociais, ou das eventuais revoluções, ao passo que aqueles, tal como eu “branco de classe média”, pode ficar no aguardo. Seria uma espécie de terceirização da ação que permite sair de “mãos limpas” e isento de possíveis fracassos.

Outros usuários também provocaram algumas análises de implicação. Tais como o Robert e o Cristovão do Miríades. Ambos exibem seus traços esquizos¹¹⁰ nas assembleias. Bem-posicionados no lugar de “louco que faz loucura” são bem escutados quando se manifestam nas assembleias, mas de modos diferentes. Robert causa simpatia com seu aspecto exótico, em especial por causa das vestimentas, das maquiagens e dos adornos. Ele trouxe discussões sobre o funcionamento do serviço e contribuiu no debate sobre família, mas não ficava muito tempo nas assembleias. Dispersava com certa facilidade e não conseguia ir muito longe em suas provocações. Cristovão, por sua vez, não reunia o mesmo fascínio exótico, os seus comportamentos e adornos tinham uma característica mais estranha. Cristovão não preservava a mesma composição, diferentemente de Robert, que sempre mantinha traços góticos, inclusive com o humor mais melancólico. Cristovão tinha algo mais surpreendente e consistente nas perturbações que causava. Ele, como um questionante sempre presente, pautou a assembleia em diversos momentos, ou melhor, em grande parte

¹⁰⁹ Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrijmog0RkUnCPr?si=a33ad7326e9141a6>. Acesso em 23nov22.

¹¹⁰ A noção de “esquizo” é utilizada na perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari apresentada em “Anti-Épido”, que evidencia um modo de andar a vida desviando das normas e em contatos múltiplos, movimentando o “dentro e o fora”, sem ser uma definição patológica.

do tempo. Problematizou desde questões sobre o funcionamento do serviço até as conexões com vivências sociais e debates macropolíticos. Usava sempre das suas experiências e das suas ideias para iniciar o debate. Ele literalmente instalou-se no centro da assembleia – colocou sua carriola e seu chapéu no centro da roda – e, por suas experiências esquizos, provocou deslocamentos interessantes, tais como descritos em trechos de diário já destacados.

No Borbotão e no Profusão, destaco dois usuários que, cada um ao seu modo e em seu tempo, exerceram mais a posição de militante. Falo de Reinaldo do Profusão, novato como representante dos usuários em espaços formais, que formulou diversas propostas e emitiu opinião sobre quase tudo que foi discutido nas assembleias. Os seus colegas de Caps e os profissionais da equipe incentivaram bastante para que ele marcasse presença nos debates e revigoravam as suas responsabilidades. Em determinada assembleia, ao perceber que a suas propostas eram recusadas, ameaçou deixar o posto de delegado na conferência, mas não teve força para bancar a decisão. Mostrou-se bem ajustado ao papel de representante. Em alguns momentos cobrou a ausência de outros usuários que também haviam sido eleitos como delegado e não corresponderam às expectativas de assiduidade nas assembleias e afins. Nas últimas assembleias avisou que diminuiria suas idas ao Caps para se dedicar mais ao trabalho. Vida que segue e Reinaldo pareceu estar bem adaptado ao seu curso.

Já o Sr. U do Caps Borbotão foi um militante persistente. Não apresentou os traços característicos de um militante: fala de um modo confuso, com ares melancólicos e postura discreta. Entretanto, por causa das suas atividades regulares na luta antimanicomial e em um grupo de pesquisa de saúde mental na universidade, Sr. U sempre pediu espaço para algum informe ou pauta sobre o assunto. Aliás, em quase todas as assembleias, ele falou sobre isso. Certamente, o processo da conferência municipal de saúde mental e as e as comemorações do 18 de maio favoreceram esta pauta durante o período, mas Jorge, outro usuário deste Caps, explicitou a importância do Sr. U em manter esse debate sempre ativo nas assembleias. Essa persistência produziu um acolhimento aos usuários que compartilharam suas experiências nos mais diversos (des)serviços de saúde mental, sobretudo as experiências manicomiais, o que enriqueceu as discussões. Por outro lado, isto não empolgou outros usuários e os profissionais a aderirem aos movimentos que ele participava.

Diferentemente do Sr. U e do Reinaldo, Úrsula foi uma militante e uma “representante dos usuários” mais inquieta. Foi bem mais enfática em suas queixas sobre o funcionamento do serviço e suas contradições, fez denúncias através da narrativa de casos.

Falou sobre as suas diversas lutas sociais, com destaque especial para sua atuação na saúde. Diz frases como: *“Vou na prefeitura e vou bonita. Não vou no 156.”*¹¹¹ *“Vou num outro departamento”* e *“Eu luto pelo ser humano”*. As suas falas exuberantes tanto quanto confusas, contagiaram alguns usuários, mas eram um tanto desvalorizadas pelos profissionais. As inquietações de Úrsula, segundo ela mesma, se deviam às suas variações de humor e um comportamento mais impulsivo, que ela avaliava ter sido pior no passado. Os profissionais fizeram gestos que reforçaram tal condição. Com o passar das assembleias, ela, que havia retornado há pouco para o serviço, pareceu mais adaptada e passou a se colocar de modo mais parceiro com a equipe, preservando um modo crítico mais sutil e exibindo sua gratidão aos profissionais e serviços. De qualquer maneira, Úrsula ficou mais disciplinada.

Esta questão da disciplina dá um gancho para entrar nos profissionais que, através dos seus modos de participar das assembleias, promoveram alguns caminhos analíticos. Digo isto, porque o primeiro profissional que destaco é o Pedro do Caps AD Borbotão. Trata-se de um profissional que desde o início me trouxe incômodo pelo seu modo cartilhesco de falar, tinha a postura de um bedel de escola cuja única tarefa é manter todos dentro da regra. Entretanto, ele apresentou uma abertura à “quebra de regra” na assembleia em que se discutiu a possibilidade de usuários e profissionais irem à conferência de saúde mental sem terem sido “eleitos” para estarem lá. Interessante observar como um profissional que me parecia dominado pelo “manual de boas práticas”, ao perceber um movimento de ruptura, aliou-se com entusiasmo. Certamente, este Caps bem encaixadinho ofereceu, não à toa, poucas brechas para rupturas.

No Caps AD Profusão, evidentemente com um aspecto mais caótico, sempre me pareceu, como já disse, um lugar mais aberto à criação de novos modos de cuidado na estratégia de redução de danos. Em algumas discussões era visível um sentido de abertura analítica em detrimento de um discurso mais organizacional. Nesse sentido, Maria, Carmen e Maya se destacaram como profissionais mais provocadoras da análise. Entretanto, a saída de Maria e Carmen parecem ter enfraquecido a criação. Maya, nas últimas assembleias, parecia ter uma posição enfraquecida, carente de alianças para produzir a inquietação reflexiva. Lembro como me chamou atenção a sua indicação de que estava em processo a construção de um jardim nas calçadas do Caps, mas isto não ressoou.

Enquanto eu destaquei Pedro e Maya para explicitar algo sobre a reprodução de práticas e as brechas que ficam, destaco a Talita do Caps Miríades por sua impetuosidade em ocupar o tempo, o espaço e as pautas das assembleias. O Cristovão, penso agora, talvez tenha

¹¹¹ Número de telefone para reclamações, ouvidoria da prefeitura.

sido um tanto irônico quando pediu para ela explicar ponto por ponto a questão dos benefícios sociais. Ela queria sempre falar e servia-se das circunstâncias (tarefas no Caps e eventos externos) para dar urgência à sua imperiosa necessidade de falar. Ela também ocupou o espaço, oferecendo alternativas e respostas, e indicando finalidades. Não pareceu que ela conseguiu contagiar as pessoas com as falas, mas era bastante mencionada como alguém a se recorrer para execução de algumas tarefas ou para tirar dúvidas: mostrou-se útil e era utilizada.

Dentre os profissionais, também vale destacar a Laura do Rastilho. De todos os profissionais mencionados, é a única com cargo de nível médio de escolaridade. Esta categoria de profissionais teve participações mais discretas e pontuais nas assembleias. Paulo do Profusão teve uma participação ativa em uma das assembleias, era indicado como um profissional de referência em determinados momentos, mas a sua participação, em geral, não foi muito significativa. Laura, por sua vez, participou de muitas assembleias, era tida como uma referência profissional dentre vários usuários. Fez falas mais pontuais e fez parte de algumas construções coletivas, mas nunca teve protagonismo nas assembleias. Esse lugar um tanto secundário dos profissionais de nível médio de escolaridade, a considerar a minha experiência profissional e as participações nestas assembleias, segue como um desafio a ser tratado nos Caps.

Finalmente, destaco dois modos um tanto diferentes de gestoras nas assembleias. Embora ambas tenham exercido a função de mediação permanentemente e exibiram sinais de sobrecarga e cansaço, Luana do Rastilho exibiu uma face atarefada, enquanto Marilda apresentou-se empoderada. Em posição de correia de transmissão do poder central, cada uma ao seu modo, elas indicaram as dificuldades em resistir às imposições externas e aos encargos internos. Nessa posição intermediária na hierarquia de poder, com os devidos ganhos correspondentes a este exercício, participaram da dissimulação do poder central.

Os sujeitos analisadores não foram apresentados como a perspectiva do julgamento moral tampouco para “fulanizar” os modos de prática social, mas como uma maneira de apresentar como as instituições incidem em nossos corpos e falam por nossos ventres. Sem perder de vista, tal como ensina Gabriel Tarde citado por Vargas (64), a condição de diferenciação infinitesimal de cada vivente. Isto é, a potência de cada sujeito analisador atualizar, recusar ou combater as normas que lhes atinge.

Numa sociedade imersa na racionalidade neoliberal, é preciso redobrar os cuidados e a prudência em trabalhar com os sujeitos analisadores, buscando evidenciar sempre que possível que são produções sociais e movimentos de institucionalização que permeiam e são

evidenciadas em determinada pessoa. O que importa, nesse sentido, é saber qual é a tendência, o movimento, isso que se cristalizou em determinado corpo, em determinada prática. Há um “dentro e fora” a ser analisado, longe das cisões e binômios modernos de dividir o que é individual do que é coletivo e do que é social.

I.V. “esporos voadores”

Ao ler o livro de Anna Tsing (143) sobre catadores de cogumelos, eu fiquei impressionado com a capacidade de produção rizomática dos cogumelos, pois tramam redes pelas terras, rochas e entre e dentre outros seres vivos, e soltam esporos que voam longe para seguirem se espalhando mundo afora.

Segundo esta autora:

Os esporos partem para destinos incertos, acasalam-se com tipos distintos e, ao menos ocasionalmente, dão origem a novos organismos – um começo para novas espécies. Os esporos são difíceis de enquadrar, essa é a sua graça. Quando pensamos em paisagens, os esporos nos guiam para a heterogeneidade populacional. No caso da ciência, os esporos funcionam como modelos para a comunicação aberta e o excesso: os prazeres da especulação. (p.331)

Sei que trato o meu material como montanha de lixo e não como uma floresta de cogumelos e deveria, aos olhos da coerência e dos bons costumes, ao menos me esforçar para manter a referência de metáforas ou analogias. Digo, então, que a montanha de lixo também produz “dejetos voadores” que espalham sujeiras. Quem viu o filme “Estamira” vai se lembrar de cenas como esta. Mas agora quis me aliar aos cogumelos que têm atributos próprios de um ser vivo expansivo, disforme e inquieto.

Certo é que reservo esta seção a destacar quatro pontos que me parecem soltos e podem se conectar de modo talvez promissor com outras produções a respeito de intervenções socioanalíticas.

1) “ciência dos bens escassos”

O pensamento da escassez esteve entranhado nesses encontros nas assembleias. A falta de recursos materiais e de poder para ação são utilizadas para justificar o que se faz ou não faz, ou até mesmo, o que não se pode fazer nem será feito. Impõe-se uma barreira ao horizonte ou, no máximo, se estabelece uma perspectiva afunilada. Tal discurso reforça a imobilidade social ou a luta limitada por “sobrevivência”, fortalecendo o instituído: estrutura

hierarquizada e meritocrática na qual os “talentosos iluminados” devem ser ouvidos pela massa dócil, que deve aceitar fazer sacrifícios e viver austeramente a fim de evitarem o pior para si.

Esse modo de pensar e encadear as práticas sociais está intimamente conectado à racionalidade neoliberal que penetra fluidamente nos diversos momentos da vida na atualidade.

Dardot e Laval (8) resgatam um artigo de 1968 do estadunidense malthusiano Garrett Hardin sobre o que ele chamou de “a tragédia do comum”. Para este senhor, as pessoas são egoístas e superexploram os recursos comuns, por esta razão há necessidade de estabelecer controles “externos”, inclusive de natalidade, pois a coletividade não reúne condições de criar seus próprios regramentos. Hardin estabeleceu duas saídas para evitar o esgotamento dos recursos comuns: apropriação individual regulada pelo mercado ou a centralização da gestão pelo Estado. Para ele, não existe outro termo diferente do mercado e do Estado. Os neoliberais, entretanto, se apoiaram nessa teoria do abuso destrutivo e da “tragédia do comum” para defender a lógica da propriedade privada e do mercado como regulador, argumentando que o Estado se mostra ineficiente e os “escolhidos” não devem “sustentar os caronas”, que “recebem sem pagar a conta”. Não questionam, de modo algum, a lógica de produção-acumulação associada a esse tipo de comportamento social e o consequente aprofundamento da desigualdade social.

Alimenta-se o discurso fascista e necropolítico, que tem sua ação na micropolítica.

Matos (159) ressalta o quanto esta escassez é utilizada pelo poder neoliberal biopolítico, no seu regime dos corpos, para incluir a dimensão da vida como um recurso, um insumo, que passa a ser tratada como bem escasso. Nesta lógica, instala-se uma lógica competitiva entre grupos populacionais, sobre a qual se concebe que alguns grupos merecem ser beneficiados pelos mecanismos de gestão social para ter sua vida maximizada a partir do escorraçamento ou extermínio dos grupos considerados deficitários e parasitas: “uns só podem viver enquanto outros morrem, ou melhor, uns vivem às custas da morte dos outros” (p.42).

Deixar à míngua e levar à morte “os piores da escala social” é um efeito esperado na economia da escassez, pois a premissa é de que não há bens, recursos, moradia, trabalho nem comida para todos nesse mundo. Não existem recursos para todos. Não existe tanta vida para todos que estão vivos. Como poucos sobreviverão por esta lógica, os grupos intermediários, cada qual na sua camada e no seu campo de ação, fazem uma adesão obediente e passam a reproduzir este discurso em suas práticas sociais e profissionais. Pelas

ameaças permanentes de perda do quinhão restante e pela responsabilização individual para sobreviver, reforça-se a hierarquização por aliança subalternizada aos “poderosos” e a fragilização-subalternização dos que se encontram mais distantes desse centro do poder.

O Estado é parte dessa maquinaria seja por suas decisões macropolíticas, seja para imposição da austeridade em cada serviço que presta atendimentos aos cidadãos, com agentes reproduzindo essa tese a cada atendimento (ou, até mesmo, por sua falta).

Uma estratégia bastante hábil e recorrentemente utilizada é o tratamento moral que se dá à economia. Como argumenta Safatle (169), há um misto de psicologização e moralismo introduzidos por esta gestão social neoliberal que, de um lado, atribui a aceitação da austeridade à responsabilidade e à maturidade, sendo infantis aqueles que recusam tal condição. De outro lado, reforça a razão de que cada um deve se esforçar para produzir e inovar, criando sua própria condição de sucesso e bem-estar social, sendo aqueles que fracassam, por consequência, considerados fracos a serem subalternizados, expurgados ou eliminados. Pelo reforço moral individualizado, os próprios fracassados muitas vezes se ocupam desta tarefa, em especial pelo aprofundamento dos rumos da depressão alastrada neste tipo de sociabilidade.

O velho equívoco muito reproduzido de separar psiquismo (individual, subjetivo) da atividade política (social), facilita com que essa “economia moral”, como chama Safatle (169), esvazie a dimensão política dos regimes econômicos.

Evidentemente, tudo isto não ocorre sem resistência e este parece ser um ponto a ser investido e analisado em conjunto com outros trabalhos.

2) progressismo

Este segundo ponto destacado diz respeito à ordem para avançar permanente e rápido. Há que se produzir, cumprir as tarefas e os prazos estabelecidos para fazer o curso da história seguir. A tal “ordem e progresso” da bandeira nacional parece impregnada nos modos de vida e da prática profissional.

Tsing (143) alerta que embora a noção de progresso pareça arcaica, datada no século XIX, seguem conosco em todos os lugares guiados pelo sentido de uma marcha para frente que arrasta todas as coisas. Alimenta-se a formação subjetiva e objetiva do ser humano produtivo, em permanente crescimento e expansividade.

Isto impõe uma dificuldade muito grande em criar ambientes analíticos, que não entre no fluxo das explicações mais imediatas e diretas nem afunile em encaminhamentos

provisórios mal elaborados. Tudo precisa ser rápido, produtivo, novo! Quem não segue o ritmo recebe o carimbo “vergonhoso” da procrastinação e é ferozmente cobrado por fazer “logo tudo o que precisaria ter sido feito”: “Corra atrás do prejuízo!”

Isto muitas vezes, torna os espaços coletivos em um agrupamento para execução de tarefas, muitas já preestabelecidas, sem o espaço para emergência da polifonia e do alargamento da experiência. O momento de análise da institucionalização e dos rumos do processo fica limitado à necessidade imperativa de dar respostas, encaminhamentos possíveis e factíveis. Não há espaço para o questionamento “inconsequente”, sem as amarras do campo do possível. Convoca-se, como diz Lourau (118), ao implicacionismo, ou à sobreimplicação, que leva os sujeitos ao trabalho incessante sem qualquer possibilidade de análise crítica.

Coimbra e Nascimento (155) descrevem a situação:

A rapidez, a velocidade e a aceleração dominam o mundo atual. Não nos permitem e não nos permitimos perder tempo. Isso faz com que, de um modo geral, as relações e os encontros se dêem de forma apressada, superficial, emergencial, levando a situações de pouco acolhimento e solidariedade, onde o coletivo vai sendo esvaziado. As práticas que não dizem respeito diretamente à produção exigida para um determinado profissional são desqualificadas, consideradas supérfluas. A urgência invadiu nossas vidas e nos são exigidas ações imediatas e instantâneas. Esse “reinado do tempo curto” tem seus efeitos. Produz-se um novo tipo de sujeito, flexível, apressado, colado às exigências do instante, onde o culto à velocidade liga-se à performance, à rentabilidade, à competência. (p.34)

Se devemos marchar para frente, o sentido de tudo já está dado. A ação se limita a responder a uma demanda instituída e as pessoas ocupam um lugar já designado a elas.

Tsing (143) problematiza que se o progresso fez algum sentido tempos atrás, hoje ele perdeu o sentido. Urge a necessidade da “arte de notar”, de olhar para os lados, de escutar a polifonia das experiências de viver, pois existem diversos projetos de fazer-mundos. Esta autora, diz isto até num sentido da vida, para além dos humanos. Ou como o movimento zapatista, segundo Baschet (47), direciona a luta por um projeto emancipatório amplo, para além de identidades e fronteiras, de construir um modo onde caibam muitos mundos.

O louco ou o drogado podem estar no mesmo fluxo progressista ou sofrer com forças para adaptá-los, mas também, como vimos no material anterior, podem ser prenúncios de ruína do progresso ou obstáculos. Podem ser aliados a fazer a cabeça virar para os lados.

Diante do acúmulo de afazeres sem parar, há quem aciona o interruptor e literalmente estaciona no meio do caminho, tal como o motorista de ônibus que para no meio da viagem e diz o óbvio para os passageiros: “Eu não sou robô, sou ser humano como

todo mundo aqui. Robô é quem não precisa ir no banheiro, não precisa dormir, não precisa se alimentar, mas eu preciso me alimentar.”¹¹²

“Trabalhar devagar”, como mantra a música de Enzo Del Re, pode ser outra das estratégias para criar esse tempo de experiência das alegrias e das dores que surgem nos encontros, ampliando o campo de sensibilidade dos afetos. Ação necessária para uma análise política das instituições regentes que só querem progredir sem incômodo. Poder analisar, inclusive retomando a questão da escassez, como se imprime na micropolítica a lógica de seguir fazendo mais com menos com a promessa de ter um pouco mais, sem observar que esse “pouco mais” está condicionado à extração adocedora da energia vital para produzir “muito mais” para quem já tem “infinitamente mais”.

Machado (24) acrescenta como essa ordem progressista se disfarça e se apoia em discursos técnicos, para nesse curso endireitado e veloz das práticas prever os riscos futuros para de modo despolitizado seguir a reprodutividade instituída:

O progresso técnico com o objetivo de atingir o futuro cada vez mais rapidamente faz o futuro deixar de estar além do presente, à nossa frente, para estar no presente. A maneira técnico-instrumental de viver o tempo dispensa a reflexão e acelera o ritmo abreviando o tempo presente, pois a racionalidade técnica responderia às necessidades do futuro. Dessa forma, a necessidade de adaptação às exigências do futuro fica condicionada a uma racionalidade técnica que anteciparia o futuro prevendo riscos. Essa mentalidade sufoca a singularidade associada à incerteza ou abertura de possibilidades na dimensão temporal do futuro: a incerteza dos projetos humanos é substituída pelos cálculos do mercado competitivo em que terá êxito e futuro o indivíduo que se subordine a essas exigências. O triunfo da tecnocracia é a abolição da política, mas, como ressalta [Franklin] Leopoldo e Silva (2001), esse triunfo é fato político. (p.65)

Como se percebe, o campo de intervenção e as implicações primárias, mais imediatas, são muito assediados por essas forças sociais fatalistas, provocando a necessidade de erguer a cabeça para buscar oxigênio menos saturado ampliando o campo de análise e de novas experimentações.

3) individualidades, singularidades e multiplicidades

O velho debate coletivo versus sujeito, indivíduo versus grupo, demanda da coletividade versus desejo individual etc. segue desafiador para quem lida com as relações

¹¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/08/15/motorista-abandona-onibus-por-estar-cansado-e-desabafa-sobre-jornada-de-trabalho-eu-nao-sou-roboto-sou-ser-humano.ghtml>. Acesso em 29nov23.

sociais diretamente, sobretudo numa sociedade tomada por discursos da modernidade, do liberalismo, da propriedade privada, das responsabilidades individuais e da razão neoliberal.

As iscas da identidade e da subjetividade, mas também das confusões em torno da noção de singularidade e diferença alimentam a ficcionalidade da dicotomia individual-coletivo.

A noção de liberdade, como algo abstrato e egoísta, traz a confusão com as dimensões de responsabilização individual frente aos limites de preservação da vida de todos. Ora recorre-se à liberdade associada a uma pedagogia de delimitação do que pode ser feito em cada local, ora discursa-se em benefício de uma liberdade de poder ofender irrestritamente. Mas a liberdade que mal se discute é a de que, na razão neoliberal, a liberdade é de se viver dentro das cercanias de um modo de vida determinado pela individualidade e do aumento permanente da produção “individual” até o esgotamento.

A noção de comum é tratada como primitivista, “injusta com os produtivos-meritosos” ou como utópica. Por vezes, também é rechaçada por sua pronta associação à igualdade, como extirpação da experiência das diferenças. Quase sempre isso faz uma referência aos ganhos financeiros frente à capacidade produtiva e ao potencial individual ou de determinados grupos sociais. Aprisionados na lógica capitalista e neoliberal, faltam perspectivas de modos de vida orientados pelo agir em comum, acolhedor e produtor de diferenças, sempre aberto e em construção de experiências sociais novas.

A noção de indivíduo reforça o entendimento de que haja uma parte dentro de um todo. Isto remete à ideia de totalidade do conjunto social e de demarcação das partes dentro disso. A questão que se apresenta é como desconstruir esta divisão tratada como natural, observando-a como datada e associada a um regime de centralização do poder e homogeneização da vida, para encontrar a profusão de diferenças e criações nas multiplicidades e singularidades das experiências e dos seres.

Nas descrições anteriores, percebe-se que mesmo profissionais na saúde mental, que lidam diretamente com a relação social, são tomados por esta regência normativa e ao tentar disciplinar a composição entre o “social” e o “individual”, operam com a existência desta dicotomia e/ou a produz em suas intervenções. Desperdiça-se, pois, os acontecimentos que poderiam alimentar a singularidades e autodeterminações nos entrelaçamentos da multiplicidade que emerge nos encontros sociais. Desperdiça-se a oportunidade de dissolver as falsas divisões entre seres, que criam competitividade e cizânias. Fica de lado a importante dimensão de conectividade entre os seres e a necessidade de apoio mútuo para a vida de todos e cada um, juntos e entrelaçados.

No campo institucionalista, não há separação entre clínica e política, sujeitos e instituições. Não há uma instância que se sobreponha. Existe um campo de imanência na qual a experiência dos sujeitos é marcada e marca os movimentos institucionais, como diz Lourau (2004f) as instituições são normas que permeiam e não são exteriores aos sujeitos. De tal modo que os sujeitos estão implicados e por aí agem na institucionalização: reproduzem os modos de viver, questionam, combatem, atualizam, dissolvem etc. Quaisquer tentativas de eliminar a conexão dentro e fora dos sujeitos com a vida social, as produções coletivas e a institucionalização reforçam processos de alienação e desvitalizam as potências. Na radicalidade, tal desconexão inibe as ações dos sujeitos. Machado (24) localiza, por exemplo, como o uso da nomeação de algum fato como “institucional” serve para, de certo modo, apartar indivíduo-coletivo, pois remete a algo distante e fatalmente dado, sobre o qual os sujeitos “não têm a nada a fazer”, pois se trata de alguma coisa totalmente sobreposta e externa, que apenas pessoas instituídas hierarquicamente têm responsabilidade e poder de ação.

Uma chave do campo, usando a metáfora trazida por Lourau (105), para essa problemática pode ser encontrada na obra de Édouard Glissant e suas contribuições sobre “Relação”. Glissant insiste na primazia da Relação, que é o “universal em si”, pois somos em relação com tudo e tudo entra em relação: vivos e não vivos, humanos e mais que humanos, palavras e paisagens. Somos com tudo com os quais nos relacionamos. Não somos as nossas origens a serem resgatadas e misticamente reproduzidas, mas somos os rastros produzidos nos caminhos traçados singularmente em nossas histórias, que podem ser inclusive devastados e devastadores. Somos, mesmo que entremeados de silêncios e incomunicabilidade, uma multiplicidade de partilha de mundos diferentes, unidos pela necessária separação. Kiffer e Pereira (170) falam sobre esses pontos na apresentação de *Poética da Relação*, que é uma das obras de Glissant (57), na qual desenvolve seu pensamento vivo sobre Relação. Nessa formulação não cabe a separação indivíduo e coletivo, pois se trata de uma produção múltipla e infinita nos encontros, num dentro e fora dos seres, desviando dos abismos do intimismo e das identidades individuais dos humanos. Quando Glissant fala de separação na relação, diz da necessária demarcação de diferenças entre seres para intensificar a diferença em relação, no comum. Glissant (57) afirma que:

[...] a Relação não retransmite nem religa aferentes, assimiláveis ou aparentes em seu único princípio, pela razão que ela sempre os diferencia e os desvia do totalitário – pois sua obra está sempre mudando cada um dos seus elementos que a compõem e, conseqüentemente, a relação que nasce deles e que os muda novamente. (p.201)

É inspirador quando afirma que: “[...] tentativas de tomada ou de ação globais tropeçam sempre nas singularidades da Relação” (p.208).

Por esses caminhos e outros caminhos analíticos, retoma-se a importância de transitar do campo da produção de individualidades, que são artificialidades paralisantes e danosas à produção do comum, para o campo de intensificação das singularidades e multiplicidades pulsantes da institucionalização.

4) intervenção que produza análise

Os analisadores estão à solta e não são de domínio de especialistas. Radicalmente qualquer coisa pode se tornar um analisador por suas conexões com os dispositivos e capacidade enunciativa do funcionamento das instituições pelas ações sociais emergentes. Radicalmente também pode-se dizer que todos os viventes podem ser analistas institucionais, a medida em que são dotados de notar as incidências institucionais e 240nuncia-las de modo perspicaz.

Mas a questão que fica é como fazê-lo quando se está investido da intencionalidade de produzir análise institucional junto a outras pessoas num determinado contexto. Esta não é uma tarefa técnica e bem definida por mais que se possa apoiar em conceitos tratados como ferramentas, como análise de implicação, análise da encomenda e das demandas, elucidação dos analisadores, combinados a uma atenção à transversalidade em operação e à orientação pela autogestão, conectados com os processos de institucionalização, transdução e autodissolução.

As experiências nesta prática e na atividade política orientada por uma perspectiva mais libertária e emancipadora podem ser respostas possíveis, mas talvez um olhar mais minucioso pode agregar mais estratégias para investir em brechas instituintes e desnaturalizadoras. Como canta a Nação Zumbi: “O problema são problemas demais se não correr atrás da maneira certa de solucionar”.¹¹³

Em um artigo produzido em torno dessa discussão, eu parti da afirmação de Guillier (18) de que os analisadores realizam uma conexão entre o campo de intervenção e o campo de análise para, tal como uma dobradiça, produzir um movimento analítico. Essa conexão, nessa perspectiva, não se trata da busca pela complementaridade totalizadora nem pelas boas explicações que deem acabamentos narrativos. Ao contrário, são conexões por inquietação e pelos movimentos tendenciais que permitem, como já repetidamente trouxemos neste

¹¹³ Verso da música “Samba do lado”.

texto, abrir os campos, ampliar os sentidos e alargar a experiência. De tal modo que importa localizar e entrar no movimento dos devires minoritários, que ao resistirem aos instituídos universalizantes, lançam os sujeitos às variações. Por isto, o lugar do especialista em posição de saber hierarquicamente instituída deve ser permanente combatida. A análise deve permanecer inacabada e ser permanente questionável a fim de implicar todos a entrarem em contato com as suas inquietações, enunciando-as, compartilhando-as, analisando-as, praticando-as etc. (120)

Como uma chave do campo, repetindo o estratagema da seção anterior, podemos aproveitar das elaborações de Vinciane Despret (171), que aproveitou de Bruno Latour, que, por sua vez, encontrou-as em Etienne Souriau. Nessa ciranda de encontros e extrações, importa dizer que “que a existência, qualquer que ela seja, deve ser *instaurada*” (p.14). Para Despret, instaurar – diferentemente de construir, criar ou fabricar – reforça o fato de que se trata da responsabilidade de acolher um pedido de algo já existente, uma certa existência que ao ser partilhada e manifestada ganha “mais existência”. É importante ressaltar que Despret traz essa discussão em suas análises sobre a relação entre vivos e mortos, combatendo a ordem de que “devemos fazer o trabalho de luto”, que é um debate bem complexo e está distante da discussão do presente estudo. Entretanto, esse movimento de “instauração” parece bastante conectado com as investigações realizadas até aqui, pois se trata do exercício de reconhecer as existências, dar passagem a elas em nós, trazê-las à superfície dos encontros para proliferar as existências. É um fio solto de algo que pode fazer parte da caixa de ferramentas dos analistas – difusos, não especialistas – na provocação analítica.

I.VI. o primeiro pouso dos esporos: as restituições

Após a qualificação, em maio de 2023, passei a preparar com mais “segurança” a restituição. Mesmo assim, eu me percebi vacilante e lento. Queria encontrar um rumo “acessível” e analítico para a restituição. Havia conversado com as orientadoras que me disseram: “Siga os esporos”. Isso não foi suficiente. Para vencer a inércia, encaminhei mensagem para as coordenadoras dos quatro Caps, nas quais eu explicava a minha intenção de realizar uma conversa em uma assembleia, sobre a produção de conhecimento no meu encontro com eles. Adiantei que tal atividade demandaria uma reserva de tempo da assembleia e perguntei quando haveria essa disponibilidade. Aos poucos, fui conseguindo agendar as restituições. À medida em que combinávamos as datas, eu passava a preparar um roteiro, que não ficou “acabado” e foi “aperfeiçoado” a cada uma das restituições.

Evidentemente, cada experiência desencadeou aprendizados interessantes que ajudaram na busca por melhores caminhos para a realização de um bom encontro analítico. Afinal, as restituições, como afirma Monceau (124), são momentos de ampliação das análises e, na combinação das restituições cruzadas, inspiradas pelo trabalho de Santana et al (172), persegui os rumos da ampliação. Procurei localizar o fluxo da análise da institucionalização das assembleias e do modo como as análises eram realizadas. Afinal, o maior interesse estava na institucionalização da intervenção socioanalítica nas minhas participações em assembleias e onde se encontra os vetores potentes de análise. Evidentemente, isso não foi linear, tal como a minha tola expectativa por vezes chegou a cogitar.

Como já anunciado, construí um **roteiro**, que continha:

1) Apresentação do motivo da restituição: compartilhamento do conhecimento elaborado, possibilidade de novas análises e condição para análise das movimentações políticas na assembleia.

2) Apresentação da motivação e justificativa da pesquisa, em especial do trabalho de campo: suposta contradição e disputa de forças entre “movimentos políticos apoiados nas lutas do SUS” (proteção social e solidariedade) versus a racionalidade neoliberal (austeridade e individualização) no cotidiano dos serviços de saúde.

3) Explicação de como fiz para realizar esta pesquisa. Falo da escolha das assembleias de Caps, pois se trata de um espaço poroso à multiplicidade, onde se reúnem diferentes atores do SUS: usuários do serviço, profissionais, gestores e, eventualmente, estudantes, familiares, convidados. Por tal característica, minha entrada pelo meio, como pesquisador, comporia a multiplicidade existente e minha participação-intervenção acompanharia um fluxo de produção. Tais participações foram registradas em diário de pesquisa e depois analisadas com o referencial da análise institucional.

4) Apresentação das informações mais gerais sobre as minhas participações (período e quantidade) e da ritualística das assembleias: uma hora de duração com frequência semanal; formação da roda; definição do que é assembleia junto aos participantes; apresentação dos participantes; definição de coordenação do encontro e do relator em livro ata; dinâmica que permite entradas e saídas, participações pontuais, “espiadas” e “participações à distância”.

5) Compartilhamento das movimentações políticas localizadas, misturando o que ocorreu nas assembleias dos quatro Caps. Para tal, foram preparados 17 “zines” diferentes,¹¹⁴

¹¹⁴ Não foi uma inspiração consciente, mas como havia lido anteriormente o trabalho de Ferreira et al (173), é importante explicitar que tais pesquisadoras utilizaram “folhetos” com os resultados da pesquisa no momento da restituição. Este trabalho pode ter inspirado inclusive o que foi a fonte de

considerando as ações políticas destacadas na seção anterior “entre a politização e o esvaziamento político”. Os zines tinham com quatro partes: a) descrição de uma movimentação política; b) uma frase dita em assembleia; c) uma imagem retirada da internet que retratava uma discussão importante ocorrida nas assembleias; d) quatro questões que foram as mais relevantes (os “quatro esporos”). As partes não eram necessariamente correspondentes entre si, ou seja, nem sempre a imagem tinha a ver com a descrição de movimentação política e/ou a frase. A última parte era a única igual em todos os zines. Tal como se pode observar nesse exemplo a seguir:

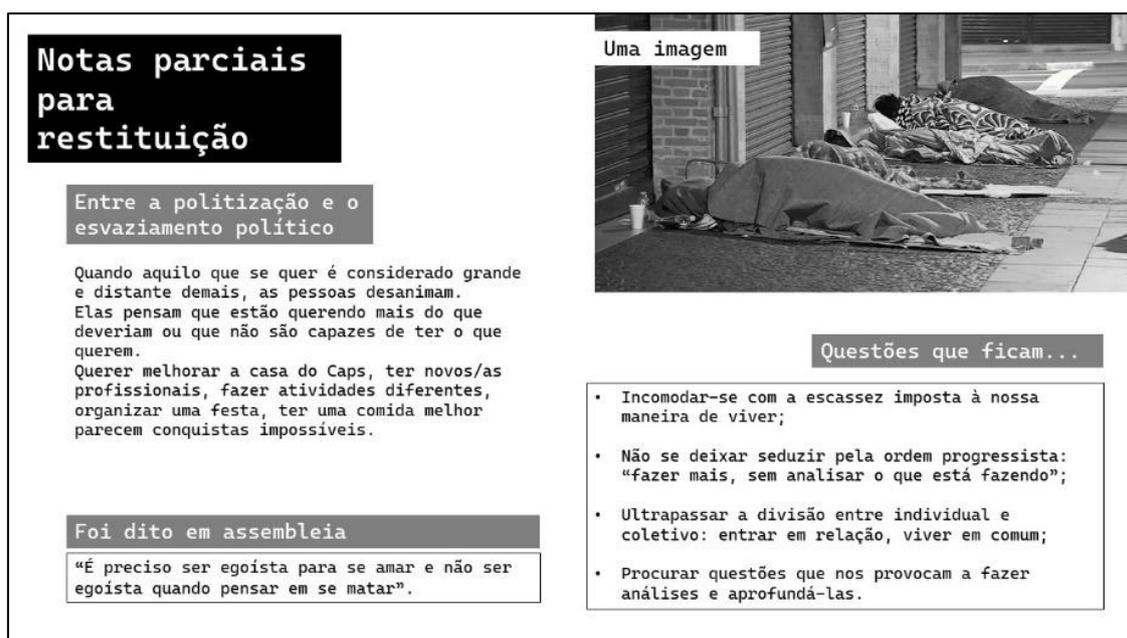


figura 2. Um dos zines utilizados nas restituições.¹¹⁵

6) Os zines foram distribuídos aleatoriamente. Cada participante recebeu apenas um. Como em todas as restituições havia mais de 17 participantes, foram levadas duas cópias de cada zine. Após a entrega, os participantes tiveram um tempo para ver o material recebido e foi proposto que comentassem, a partir daquilo que lhes chamou atenção no zine, o que poderia tornar a assembleia mais interessante. A cada restituição, sobretudo esse momento passou por modificações a fim de tornar o encontro mais potente. Assim, reservamos, por exemplo, um momento para os participantes tirarem suas dúvidas a respeito do material antes de abrir para comentários, análises e discussões coletivas.

A primeira restituição ocorreu no dia 24 de julho de 2023 no **Caps AD Rastilho**. A coordenadora deste Caps, assim como ocorrera no início das minhas idas às assembleias, foi a primeira a responder a mensagem e oferecer uma data para a restituição. Estiveram

inspiração para os zines, que foi a restituição que construímos junto a um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes (174)

¹¹⁵ Demais se encontram em anexo.

presentes cerca de 20 usuários, dois familiares, três residentes (dois da residência multiprofissional e uma da residência de medicina de família), quatro profissionais e a coordenadora do serviço. O psicólogo Tulio, que coordenava a assembleia, me apresentou como um convidado e incluiu a restituição como uma das pautas. Após o ciclo de informes, Tulio abre espaço para eu falar da pesquisa. Entretanto, pondero que a restituição poderia tomar o restante do tempo da assembleia e pergunto se as demais pautas poderiam ser adiadas. Eles analisam que duas precisam ser tratadas naquele dia, mas seriam breves. Noto que eu poderia ter bancado o idiota e ter seguido em frente com o espaço a mim concedido, mas uma polidez misturada aos meus recuos sobressaiu.

Com 40 minutos de assembleia, iniciei a restituição. Segui o roteiro, mas saltei a explicação do que é a restituição e falei de um modo bastante rápido e breve. Fiz uma pausa antes de apresentar os zines, para perguntar se haviam entendido como desenvolvi a pesquisa. Houve um princípio de comentário sobre as assembleias e algumas perguntas a respeito das minhas conclusões. Aproveitei para explicar a proposta de discussão por meio dos zines.

Valdo (U) logo comentou que a imagem de pessoas dormindo no chão (figura anterior) era igual ao que via na sala de TV no Caps. Disse que considerava isto muito indigno. Um ser humano, segundo ele, não deveria se encontrar nessa situação. Lelis (U) reforçou que os usuários de drogas também têm direitos, que precisavam ser respeitados. Ressaltei que isso era parte importante da história das conquistas do Caps: os usuários serem tratados como “cidadãos”, como pessoas com direitos. O assunto não avançou mais. Breno (U) disse que lhe chamou a atenção uma questão do final que indicava a necessidade de localizar o que provoca o aprofundamento das análises. Queixou-se de que o Caps estava muito limitado em suas proposições e ofertas. Sentia como se estivesse sempre “repetindo de ano”, comparando o Caps com o funcionamento das escolas. Explicou que o mundo muda: novas drogas são inventadas, mas o Caps segue fazendo tudo do mesmo jeito. Disse: *“É preciso inventar uma vacina para as drogas atuais”*. De um modo um tanto torto e errático, disse que a doença do usuário, seus usos de droga, demandavam novos antídotos, mas não havia uma dedicação para isso. Deu exemplos de invenções feitas em outros países, destacando a Holanda e o Canadá, mas também em São Paulo. Disse que algo experimentado em São Paulo chegou em Campinas. Trouxe como exemplo o projeto de frente de trabalho “mão amiga”.¹¹⁶ Mas considerou tudo incipiente. Disse também que a terapêutica oferecida no

¹¹⁶ Projeto voltado para a qualificação profissional de pessoas em situação de rua. Disponível em: <https://portal.campinas.sp.gov.br/noticia/47188>. Acesso em 18set23.

Caps era limitada: *“Sou obrigado a procurar uma análise fora daqui com um psicanalista”*. Reforcei a necessidade de aprofundamento, de ir mais longe nas proposições e ideias, inventar novas coisas. Luana (G) comentou alguma coisa sobre a cobrança que sente para dar algumas respostas, resolver as coisas, mas ponderou a importância de todos se escutarem, de construir coletivamente. Inclusive para conseguirem aprofundar em determinados assuntos. Não chega a ser surpresa, a atualização durante a restituição desses dois pontos: o “atraso” dos serviços frente às demandas sociais e a ausência de parceria e coletividade nas ações. Como já havíamos passado do horário de término da assembleia e algumas pessoas estavam entrando e saindo da roda, propus encerrarmos a restituição.

Dois dias depois, em 26 de julho de 2023, fui ao **Caps AD Borbotão**. A coordenadora me orientou a ir às 9h30. A assembleia começaria às 9h00, eles trabalhariam outros assuntos em 30 minutos e depois eu teria das 9h30 em diante para falar da pesquisa. Adiantou que a assembleia poderia se estender até às 10h30. Entretanto, ao chegar às 9h30, notei que a assembleia havia acabado de começar. Havia cerca de 27 participantes, sendo seis profissionais da equipe. A coordenadora não estava presente e não localizei familiares nem estudantes.

A assembleia iniciou com alguns informes e pautas. Dentre eles, chamou a minha atenção a maneira como Tatiana (P) repassou a decisão tomada em reunião de equipe sobre mudanças de horários dos grupos, que afetaria também o horário da assembleia. Explicou que a chegada de novos profissionais demandava algumas alterações para que eles pudessem desenvolver suas habilidades de grupo e que a assembleia passaria para a sexta-feira à tarde. Tudo já chegou pronto, decretado e foi “aceito”.

Na sequência, os usuários iniciaram uma discussão sobre alto nível de estresse devido à pressão por produzir no trabalho. Fiquei um tanto preocupado com o avanço do tempo e comecei a achar que não haviam entendido a minha demanda por um espaço de devolutiva da pesquisa ou que poderia haver um tipo de boicote. Mantive-me no aguardo, mas já pensando em alternativas para não desvalorizar o meu trabalho. Afinal, também estou imerso nesse meio de produtividade!

Poucos minutos antes das 10h00, Tatiana me passou a palavra. Perguntei sobre o horário do término da assembleia e ela disse que terminaria às 10h00 e confirmou que eu teria poucos minutos para falar. Expliquei que tinha levado um material para discutirmos com calma, sendo necessário ter mais tempo. Perguntei se poderiam avançar mais no horário. Ela não foi muito receptiva e disse algo tipo: “Vai, vai”. Ninguém mais se contrapôs e os demais participantes pareceram mais interessados do que ela em saber o que eu tinha a dizer.

Após a minha apresentação, conforme o roteiro. Combinamos de dar cinco minutos para todos lerem e analisarem o material.

A considerar a discussão anterior sobre produção acelerada, bem como o pouco tempo que me foi concedido para a restituição, considero que foram pertinentes as minhas intervenções reforçando que eu precisava de tempo para trabalhar o material com eles e que eles poderiam ler o material com tranquilidade.

Começou o debate. Ursula (U) comentou que o zine que recebeu parecia ter sido feito exatamente para ela. Comentou que tem notado como alguns usuários do Caps se mostravam insatisfeitos com o tratamento e faziam muitas cobranças, sem dar o tempo necessário para que as coisas pudessem acontecer. Explicou que se percebeu muito nesse tipo de atitude dos outros, comparando-se em como ela se comportava no início tratamento e no seu retorno ao Caps. Destacou o quanto é importante ir com mais calma e escutar as pessoas. Nina (U), por sua vez, fez a leitura do seguinte: *“Quando aquilo que se quer é considerado grande e distante demais, as pessoas desanimam. Elas pensam que estão querendo mais do que deveriam ou que não são capazes de ter o que querem.”* Pediu por uma explicação, considerando que a segunda parte desse pequeno texto dizia *“Querer melhorar a casa do Caps, ter novos/as profissionais, fazer atividades diferentes, organizar uma festa, ter uma comida melhor parecem conquistas impossíveis.”* Expliquei que é comum dizer para as pessoas que o que elas querem é impossível e que não devem fazer exigências. Remontei ao quanto isto era dito para as pessoas que lutavam pelo SUS. Diziam para elas que isto era impossível ter um serviço público, gratuito e de qualidade para todo o povo brasileiro e acrescentei que hoje em dia se diz o tempo todo que é preciso conter os gastos. Discutimos o quanto é preciso lutar para conquistar as melhorias. Nina deu o exemplo da necessidade de melhoria da rua da sua casa e conversamos o quanto dá um peso muito diferente quando todos os moradores da rua se mobilizam ao invés de uma pessoa só. Retomamos a importância da construção coletiva.

É interessante observar o quanto Ursula (U), com várias histórias de inquietude em sua vida, compartilhou mais uma vez a sua experiência de disciplinarização dentro desse Caps. Um tanto atendendo a um certo modo de estabelecer as relações por ali, já apresentadas anteriormente e atualizadas no início desta assembleia: “Não reclamem!”. Entretanto, Nina levanta a possibilidade de um contraponto, que tentei valorizar.

Os usuários comentaram sobre a imagem do lixo colocado para fora da lixeira, da frase *“Lute como um trabalhador do SUS”* e da imagem do “ladrão de TV”. Mas esses comentários não aqueceram a análise.

Comentaram em determinado momento sobre a questão das mulheres no Caps e na assembleia. Tatiana (P) ressaltou que havia apenas duas usuárias nesta assembleia: Nina e outra senhora. Ursula (mulher trans) não se encontrava nesse momento e Tina estava do lado de fora da roda, atrás da Tatiana. Ela comentou que durante a Copa do Mundo no ano passado o Caps estava todo decorado de verde e amarelo, mas agora na Copa Feminina não havia nada até elas começarem a produzir um cartaz afixado em uma das paredes da ambiência onde estávamos. Ressaltou a necessidade de dar mais visibilidade para as mulheres no Caps. Comentei que havia um zine com a imagem do “Dia da Mulher” e destaquei que esse tema ganhou espaço na assembleia do Caps Borbotão, especialmente durante os preparativos para a Conferência de Saúde Mental. Defendi que a presença das mulheres nas assembleias é importante para que determinados assuntos possam emergir. Dei o exemplo de uma assembleia no Profusão (sem nomeá-lo) em que o fato de metade dos participantes serem mulheres criou condições para que elas pudessem falar do quanto a sala de TV era hostil à presença delas. Compartilhei que vi decoração da Copa Feminina no Caps Rastilho (também sem nomeá-lo).

Tatiana destacou a importância de que “estamos sempre em relação” da seção “questões que ficam” e defendeu a arte – imagem do seu zine – como uma boa maneira de operar isso.

Deco (U) mostrou a figura das Eleições de 2022. Lembrei que estávamos no início do período eleitoral quando frequentei as assembleias e do quanto as decisões dos governantes interferem no dia a dia do Caps. Conversamos sobre como o Caps auxiliou os usuários a conhecer a importância de cada cargo em disputa nas eleições e para saber como votar. Deco reforçou o lema da figura: “*Seu voto faz o país*”.

Um usuário exaltado e queixoso entrou no Caps e passou por fora da roda acompanhado por uma profissional. Comentamos sutilmente que estar insatisfeito era algo a ser compreendido. Ursula comentou sutilmente que já foi assim.

A considerar o horário (10h30) e o esfriamento do debate, encaminhei a finalização da restituição adiantando um convite para a banca e para leitura da futura tese.

No dia 02 de agosto de 2023, foi a vez de ir ao **Caps Miríades**. Este encontro merecia ter sido gravado para eu compartilhar literalmente a força das palavras da Athenas (U). De qualquer modo, estiveram presentes cerca de 22 participantes inicialmente, mas isso variou bastante. Houve momentos em que havia mais de 30 participantes a contabilizar aqueles que “orbitavam a roda de cadeiras da assembleia”. Dentre os participantes, localizei

cerca de seis profissionais, além da coordenadora do Caps. Diferentemente das situações anteriores, essa assembleia foi reservada integralmente à restituição da pesquisa.

Com mais tempo e tranquilidade, expliquei melhor o momento da restituição dentro do referencial teórico-metodológico. Todos se mostraram atentos à minha apresentação e não fui interrompido enquanto falava. Exceto pelo momento em que um usuário me perguntou: “Você é líder ou tem mais gente junto com você?” Demorei a compreender as palavras dele e o sentido da pergunta. Fabia (P) nos ajudou nesta comunicação. Sem entender muito bem a questão, eu expliquei que tenho orientadora e faço parte de um grupo de pesquisa e que, portanto, não era um líder, mas parte de um grupo. Ele demonstrou ter ficado satisfeito com a resposta.

Ao iniciarmos a discussão dos zines, uma usuária destacou a frase: *“É preciso ser egoísta para se amar e não ser egoísta quando pensar em se matar”*. Ela comentou que já pensou em se matar e encontrou apoio de outras pessoas neste momento. Eu apenas comentei da importância de estar com outras pessoas em momentos críticos como este. Mais ninguém ressoou. Decidi esperar as manifestações das outras pessoas, deixando o espaço mais aberto ao desejo despertado nos participantes.

Fabia (P), com um tom aparente de insatisfação, leu a frase: *“Há um espaço para cada um no Caps. Os usuários não mandam em nada, pois são os médicos e os outros profissionais que fazem isso.”* Ela criticou essa frase e destacou, aproveitando a imagem da “chapa com pernil”, que houve muita discussão nas assembleias sobre as comidas, mas não conseguiram os recursos da entidade filantrópica para fazer as festas. Entretanto, lembrou que foi através das discussões feitas em assembleia que conseguiram construir um pedido consistente para a contratação de novos vigias, que pudessem completar o turno de 24 horas. Ela ressaltou que há muita potência nas assembleias. No momento da assembleia, eu não me dei conta, mas ao descrever esse movimento, chama a minha atenção o sucesso obtido para aumentar a vigilância e o fracasso em tentar promover festividades. Ainda mais se considerarmos que as discussões sobre vigilância, controle e tutela foram bastante intensas e recorrentes nas outras assembleias deste Caps.

Joventino (U), na sequência da fala da Fabia, comentou sobre as vicissitudes da convivência entre as pessoas que moram juntas. Explicou que duas pessoas que moram juntas precisam conversar, mas, às vezes, podem se desentender. Contou que após um desentendimento na moradia, ele foi inserido no leito do Caps e achou isso injusto. Queixou-se do longo período em leito no Caps, das medicações, da injustiça dele ter ido para o Caps e a pessoa com quem se desentendeu estar em condições bem melhores.

Decidi fazer uma entrada para comentar essas duas falas, em especial, para não deixar passar os comentários da Fabia. Compartilhei a minha satisfação em saber da conquista da ampliação do serviço de vigia a partir das assembleias, reforçando que concordava com a potência da assembleia. Lembrei que a frase destacada por ela certamente havia sido dita diante de alguma frustração por não conseguir aquilo que o(s) usuário(s) gostaria(m). Expliquei que eu havia destacado essa frase, pois era forte e provocativa. Disse que, a considerar a fala da Fabia (de sucesso e fracasso no encaminhamento das demandas) e a frustração embutida na frase, poderíamos dizer que os usuários não podem tudo, mas podem algumas coisas. Ou seja, tentei ponderar a ideia de que eles não podem nada. Reforcei que eles sabem, pelo sucesso do vigia, qual era o caminho para conseguirem algumas coisas e ressaltei que os recursos para festejar eram muito importantes.

Notei, entretanto, que desviei do foco do incômodo: a diferença de poder entre usuários e profissionais. Não dei a devida relevância para isso. Recuei por alguma razão.

Na sequência, Athenas (U) pergunta quem escreveu *“Por que vou falar num lugar onde me veem como um surtado?”*. Além disso, pediu para eu dar a minha opinião sobre isso.

Sorri diante das indagações e disse, traquina e tolamente, que eu escrevi a frase de alguém que a havia dito em uma assembleia. Ela disse firmemente: *“Você está rindo? Quero saber a sua opinião e depois eu vou finalizar”*. Senti que havia bancado vulgarmente o idiota.

Rios (U) pediu para falar sobre esse assunto. Ele comentou que quem chama o outro de surtado não sabe o que se passa na mente da outra pessoa. E complementou que a palavra “surtado” afeta muito a pessoa que é chamada assim.

Tentei recuperar a compostura. Eu expliquei que havia sorrido, mas que era um assunto muito sério. Mal comecei a falar e Athenas sentenciou: *“Você é um psicólogo fraco!”* Disse que não entendia nada e falava mal. As pessoas, em especial, os profissionais ficaram espantados com a ênfase da sua afirmação e tentaram contemporizar.

Eu prossegui explicando que esta frase tinha sido dita por uma pessoa que se sentia desqualificada, que não se sentia ouvida. Argumentei que era importante acolher a fala das pessoas, sem desqualificá-las e coisas assim.

Athenas repete: *“Você é fraco mesmo!”*. Disse que ela iria finalmente dar uma resposta forte e “lacrar” (ou coisa do gênero). Disse que lhe falam o tempo todo que ela está surtada e ela confirma que está mesmo. Explicou que usa a seu favor todos os adjetivos pejorativos que lhe dirigem. Insistiu que “é” e “sempre está” surtada. Acrescentou que ela faz o que quer com o cabelo. Corta. Pinta. *“Haja guache!”*, disse sorridente. Afirmou que adora os seus surtos e enfatizou: *“No caos, eu pego fogo”*. Disse que nunca se repete, todo dia cria. Divertiu-se com

o “surtada” e retomou isso em outros momentos. Absorto em ouvi-la, eu não me detive a escrever as suas falas e talvez não conseguissem reproduzi-las com a intensidade que foram ditas. Mas posso assegurar que foi uma fala forte.

Eu ressoei apenas que gostei da fala e que ela “finalizou bem”, conforme havia prometido. Ele brincou: *“Eu sempre cumpro”*.

Celso (P), a partir da frase *“Agora eu sei por que está vazio. É dia de assembleia”*, disse das mudanças na assembleia no Caps para melhorar aumentar a participação das pessoas. Isto não ressoou.

Ivana (G) destacou a frase: *“Vou chamar o prefeito para participar da assembleia. Todo mundo vai querer vir falar com ele”*. Athenas disse que não se importava tanto assim com a presença do prefeito e afirmou: *“Não me envolvo com políticos. Sou politicamente correta.”* Ela se divertiu com sua frase. Um usuário rebateu dizendo que poderiam pedir aumento de salário e benefício para o prefeito. Mas alguém advertiu que o prefeito não interfere nisso e que teriam que cobrar do presidente.

Alguns usuários se queixaram de efeitos colaterais dos medicamentos.

Tentei articular, como das vezes anteriores, duas ou três falas, comentando o quanto há muito força e potência neles e o quanto há um problema em considerar que é preciso se associar ao prefeito para ter força. Acrescentei que mais interessante seria se fazer ouvir pelo prefeito, juntar as forças deles mesmo para conversar com o prefeito. Algo na linha do grupo sujeito.

Marisa (U) fez um agradecimento aos atendimentos do Caps e ao encontro na assembleia.

O usuário que coordenava a assembleia, alertado por Talita (P), sinalizou que já estávamos no horário de terminar. Ela ressaltou que a assembleia transcorreu bem, com um modo diferente.

Athenas (U) finalizou dizendo que “surtado” é só uma palavra e ela não se reduz às palavras e ninguém deveria se limitar àquilo que escuta a seu respeito. Questionou-me sobre o conhecimento produzido pela pesquisa e provocou-me a fazer algo além do possível. Uma fórmula que dirigiu também aos demais participantes.

Para a restituição no **Caps AD Profusão**, houve morosidades. Primeiro porque demorou mais tempo para eu conseguir combinar a minha ida com a coordenadora, que havia trocado de número de celular. Depois, fui à assembleia no dia 16 de agosto de 2023, conforme combinado, mas não consegui incluir a restituição. A coordenadora não estava presente, os participantes não sabiam da minha demanda e eles já tinham outros assuntos

pendentes a tratar. No final desta assembleia, expliquei o meu desejo de realizar a restituição e de que isso demandaria um tempo. Eles analisaram que seria melhor retornar no dia 30 daquele mês. Uma profissional que não conhecia, Gilda, saiu da assembleia para tentar falar com a coordenadora sobre a minha participação, não retornou mais. Após a assembleia, ela disse que havia demorado para conseguir falar com a coordenadora e esta lhe dissera que ela havia combinado a minha ida para a semana seguinte, no dia 23. Desconfiado da minha sanidade, até chequei nas mensagens de celular e eu havia ido no dia combinado. De qualquer modo, expliquei para a Gilda, que havia acordado com o pessoal de retornar no dia 30.

Neste dia, havia cerca de 25 participantes, sendo oito profissionais e uma coordenadora. O número de participantes se manteve semelhante durante todo o período. Havia algumas pessoas orbitando a roda de conversa. Alguns saíram na parte final da reunião e outros chegaram. Vitória (U) e Caio (P) ressaltaram que assembleia estava reservada para a restituição. Agradei por eles terem sustentado e garantido o espaço para a restituição. Por outro lado, Maya (P), que participou de várias assembleias dentre as que estive, disse para mim que ela não sabia deste combinado. Evidenciaram-se os sinais de “caos”, que foram marcantes nas minhas observações das assembleias anteriores, ou, ao menos, de uma comunicação bem truncada.

Entretanto, consegui falar com muita tranquilidade da pesquisa e recebi bastante atenção. Posteriormente, registrei no diário de pesquisa certo estranhamento com essa organização e a ausência do movimento caótico, tal como havia acontecido na reunião anterior. Emergiram alguns sinais da fonte do caos e de alguns movimentos mais organizados.

Enquanto eu distribuía os zines, Maya fez uma sugestão interessante: reservar um tempo para tirar dúvidas sobre o material, antes de iniciarmos a discussão. Colocamos a proposta em prática, pois, além de considerar a sensibilidade dela para notar as dificuldades por ali, lembrei que houve muitas dúvidas nas restituições anteriores.

Marilda (G) perguntou se os escritos de “entre a politização e o esvaziamento político” eram literais. Expliquei que essa parte era uma elaboração minha e apenas as frases eram literais. Um usuário perguntou se a foto de pessoas dormindo era da região da catedral de Campinas e eu respondi que não, mas que eu também achava parecido. Queirós (U) perguntou se a foto de uma reunião era no Caps AD Borbotão. Expliquei que era uma foto de votação de um CLS em Campinas, que provavelmente tinha ocorrido em um CS, mas não tinha certeza. Júlio (U) pediu para eu explicar mais os quatro pontos destacados no final. Procurei desenvolver um pouco naquele momento e, ao longo da discussão, retomamos

algumas vezes esses pontos. Vitória (U) perguntou se as frases eram diferentes. Ao responder que sim, ela disse que queria saber todas as frases. Eu disse que os impressos ficariam à disposição. Ela se queixou de precisar ir atrás de todos e pediu para que fossem lidas. Cinco ou seis usuários fizeram a leitura. O primeiro se enroscou para ler, repetiu a leitura e o pessoal acolheu bem. Os demais leram com ânimo e voluntariamente. Pareceu ser um modo interessante para eles participarem.

Vasconcelos (U) leu a frase do seu zine (*“Estou andando de salto alto na beira do precipício”*) e comentou que a assembleia tinha algo de semelhante às ideias de Paulo Freire. Lembrou que a partir de combinados em assembleia, a comunidade deste Caps e de outros se mobilizaram em frente à prefeitura para defender a permanência da mesma entidade na gestão dos Caps. Marilda lembrou de outras mobilizações semelhantes também no conselho municipal, onde três profissionais três profissionais da equipe leram uma carta com as demandas do Caps. Ressaltou, curiosamente, uma ação mais comportada, menos transgressora do que as listadas por Vasconcelos, deixando alguns sinais de um movimento de canalização mais ordeira e normativa dos anseios políticos.

Vasconcelos (U) seguiu com novas análises. Ressaltou o acolhimento recebido no Caps, o olhar integral e cuidadoso dos profissionais. Contou que ao chegar no Caps, a psicóloga teve o cuidado de problematizar o uso de *Diazepam* para insônia, que fora prescrito em um pronto atendimento universitário da região. Ele lembrou que o médico do PA sequer havia lhe perguntado sobre o uso de bebida alcoólica.

Júlio (U) comentou que entende a assembleia e as relações no Caps como uma “colmeia de formigas” (sic). Ressaltou, assim, a importância da vida comunitária. Falou da importância dos usuários aproveitarem as oportunidades que lhe são oferecidas e, ao mesmo tempo, da necessidade de lutar por bons atendimentos. Perguntou como fazer para que as discussões realizadas no Caps e em assembleia cheguem até o “SUS”, pois não identificou o mesmo acolhimento que recebe do Caps no atendimento que recebeu no mesmo PA universitário. Contou que chegou lá com uma ferida e lhe foi dito que eles não tinham nada a fazer, porque já havia passado do tempo determinado pelo protocolo para iniciar os cuidados.

Neiva (U) leu: *“Quando falamos queremos receber a atenção de quem nos escuta. Queremos saber o que a outra pessoa acha: se concorda, se discorda, se pensa diferente, se entendem, se há alguma outra coisa mais importante etc. Dividir com as outras pessoas um sentimento ou dar uma ideia para fazer alguma coisa diferente no Caps e perceber que as pessoas não deram atenção desanima muito a querer participar da assembleia.”*

Notei, neste momento, que o zine impresso foi um meio que facilitou a participação de alguns: falar para todos, transmitir uma ideia, colaborar com o grupo, atender a um desejo de uma colega, cumprir um combinado do grupo etc.

Após a leitura da Neiva, eu comentei que existem atuações políticas formais dentro do SUS (conselhos e conferências), mas também ocorrem as “informais” (manifestações, greves etc.). Procurei reforçar a importância de ser ouvido.

Uma usuária [mulher trans] contou de como se sente desrespeitada por algumas pessoas que filmam e fotografam ela e outras pessoas em uso de crack. Perguntou-se: *“Quem deu essa autorização?”*; *“E se alguém da minha família ver?”*; *“E se uma criança ver isso?”*.

Marilda defendeu a relevância da restituição e que eu poderia não ter feito isso, como comumente acontece com as pesquisas. Enfatizou o quanto a restituição continha um gesto de respeito com os participantes da assembleia.

Uma profissional, provavelmente da enfermagem, comentou que Cristiano recebeu um atendimento mais integral no Caps para além do protocolo: um olhar para analgesia, por exemplo.

Fiz alguns comentários: 1) importância da luta coletiva e em parceria pelas melhorias; 2) como o cuidado integral denota um enfrentamento à tendência tecnicista-fragmentária do neoliberalismo (olhar só para procedimento a ser pago, rapidez, fazer mais com menos); 3) a relevância da presença física das pessoas para enunciar coisas silenciadas/apagadas, dando como o exemplo a discussão sobre o uso da sala de TV no Caps e outras questões relacionadas a violência de gênero em uma assembleia na qual metade dos participantes eram mulheres.

Marilda e Maya ressaltaram a importância da discussão sobre violência de gênero. Disseram que o acontecimento destacado por mim se desdobrou em um trabalho de supervisão e estão tentando enfrentar essa situação.

Um usuário entrou no Caps bastante insatisfeito e evidentemente sob efeito de alguma substância. Ela reclamou em voz alta e interrompeu as discussões da assembleia para dizer que outros são privilegiados com o leito-noite e ele que precisa não tem essa oportunidade. Duas profissionais se mobilizaram para falar com ele individualmente e saíram do espaço aberto onde estávamos. Rapidamente, a situação foi contornada, mas, de modo interessante, outros usuários ressoaram a mesma queixa. Aproveitei a situação para dar um exemplo de escassez: há mais necessidade do que vagas de leito-noite.

Ao final da restituição no Caps AD Profusão, procurei valorizar também os momentos de alegria na agregação coletiva, resgatando alguns exemplos que escutei nesse

Caps: organização para festas, venda de lanches de pernil, pintura de muro, idas para atividade da luta antimanicomial etc.

No **encerramento** das restituições, expliquei que meu trabalho estava em andamento, em fase de escrita de uma tese, a ser defendida perante uma banca de professores e, se for aprovado, esse material ficará público. Alegrou-me o interesse manifestado pelos participantes seja em participar da defesa seja em ler o material final. A cada restituição fui me percebendo mais poroso a fazer tais convites e senti uma ressonância maior de interesse. Inclusive, fui elaborando e identifiquei a necessidade de retornar aos Caps para fazer o convite pessoalmente e quem sabe animar uma organização da ida dos participantes na defesa. Bem como de levar o texto final para os serviços participantes da pesquisa.

De modo mais geral e no rastreo das **brotações** decorrentes do espalhamento dos quatro esporos, com nomeações em mutação, ressalto esquematicamente que:

- **Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver.** Esta questão foi abordada mais diretamente no Caps AD Profusão, em especial, quando um usuário exaltado entrou no Caps reclamando da falta de leito-noite, os usuários ressoaram esta escassez e eu consegui exemplificar uma temática que pairava nas discussões anteriores. É certo que ouvia essa queixa com frequência enquanto trabalhava em Caps e compreendo a necessidade em problematizar tais demandas e do quanto as ações de Caps não devem sobrevalorizar as ofertas de leito. Entretanto, é evidentemente problemática a limitação (e talvez algumas diminuições) das ofertas de cuidado ao longo de tantos anos. A considerar, inclusive, a piora das condições de saúde mental decorrentes da racionalidade neoliberal nas pessoas, do recrudescimento das políticas de ódio e inimizade no nosso país, aprofundamento das desigualdades sociais e os efeitos agudos e prolongados da pandemia da covid-19 na vida social. A fórmula neoliberal “faça mais com menos” se materializa na limitação do número de leitos e refeições, na redução do salário dos profissionais, no arrocho do repasse governamental, na ausência de perspectivas de melhoria, no modo mais reprodutivo que criativo nas práticas cotidianas. A provocação de Breno no Caps Rastilho aponta o quanto as demandas sociais exigem algo melhor, melhores condições. Ele demanda que se obtenha e se desenvolva o melhor das práticas de cuidado aos usuários de drogas e não se basta com o que considera pouco. É uma retomada do combate contra a política do “SUS pobre para os pobres”.

- **Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”.** Neste ponto, recorro ao modo como se construiu o espaço da restituição nas assembleias. Em alguns momentos, a oferta-demanda da restituição foi tratada

protocolarmente, sem destinação de tempo ou preparo para este momento: uma pauta qualquer. A considerar os elementos de campo anteriormente apresentados nesse texto, certamente não se trata de algo relacionado apenas à pesquisa. Se não encontrei meios para problematizar alguns aspectos da preparação relacionados às participações de membros da equipe e de uma das coordenadoras (que, não à toa era a menos participativa nas assembleias), procurei intervir na reserva de tempo. Ao registrar as primeiras duas restituições me percebi, por vezes, imerso na ordem protocolar e aceleradora, abreviando excessivamente a apresentação e as análises. Entretanto, já na segunda restituição passei a requerer mais tempo e experimentar meios para ampliar o intervalo analítico. Se no Caps Miríades, eu contei com a coordenadora para garantir um tempo mais longo de análise, no Profusão isso foi construído com uma intervenção mais direta da minha parte. Neste último, me percebi mais tranquilo com a necessidade de tempo para uma boa apresentação e análise coletiva. Diferentemente da primeira experiência, quando não tinha muita nitidez da força analítica do material e fiquei mais intimidado e segui no fluxo do atropelo.

- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum.

Para esse combate, não localizei nenhuma movimentação mais interessante nas restituições e não consegui promover essa análise. Ao rever os registros, noto mais nitidamente toda potencialidade presente nas provocações de Breno (U) do Rastilho sobre a necessidade de maior aprofundamento analítico e interventivo do Caps para poder atender às suas demandas, no pedido de alianças de Luana (G) do Rastilho, na disciplinarização exemplar expressada por Úrsula (U) do Borbotão, na força de singularização de Athenas (U) do Miríades e nas inquietudes sociais de Júlio (U) do Profusão. Por um caminho mais fácil e com menos força para exibir a artificialidade danosa da divisão entre indivíduo e coletivo, foi ressaltada a importância das manifestações a favor dos Caps, da luta antimanicomial e pela garantia de direito das mulheres. Movimentações sociais que são importantes, mas que muitas vezes foram apresentadas com um aspecto mais homogeneizador das identidades de “louco” ou “mulher”. Talvez seja o flanco de combate mais complexo e urgente de ser trabalhado.

- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las. O anúncio da necessidade de aprofundamento destacado por Breno (U) na restituição realizada no Caps Rastilho, pude ver em prática no Caps Miríades. Athenas (U), ultrapassou a polidez e avançou no fluxo instituinte da análise. Foi enfática para mostrar como chafurdar as nomeações e seus pretensos determinismos. A franqueza, ou mesmo a parresia, levada a sério, inclusive exhibe uma característica a ser combinada com o idiotismo. Uma coragem de enfrentar as dores, as conciliações vulgares e agradabilidade passiva-agressiva. A força desse tipo de

análise há tempos é adotada: o movimento pela diversidade sexual e afetiva que adota o termo “queer” (estranho), a afirmação da singularidade de corpos “fora do padrão” com uso do termo “crip” (aleijado), a adoção da macaca como mascote pela Ponte Preta evidenciando o tratamento racista de adversários, a adoção da música “Maluco Beleza” pelos “malucos” dos Caps etc.

- parte II -

outros pousos dos esporos: encontro com intervenções socioanalíticas

*“Lembro quase tudo que sei
E organizando as ideias
Lembro que esqueci de tudo
Mas eu escuto o samba”
(Nação Zumbi)*

A parte II bem que poderia ser o “lado B”. De uso um tanto ultrapassado, o “lado B” é o lado do disco onde ficavam as músicas que a princípio fariam menos sucesso e/ou teriam menos valor comercial. Neste caso, é a parte que perdeu o “protagonismo” no percurso da pesquisa e que, por causa de um certo cansaço-preguiça e um acúmulo muito grande de material já trabalhado até aqui, será ainda mais mal-acabada. Será muito mais um trabalho errático de ressonâncias no fluxo das brotações do que um minucioso trabalho analítico. Este poderá ser realizado em outro momento.

Certamente, essa parte expõe uma implicação com certos fantasmas acadêmicos do “cumprimento de objetivos” aos olhos dos leitores-avaliadores: no melhor estilo “pra não dizer que não falei das flores”. Algo em mim fez eu escrever sobre esses encontros. Em parte por esse “dever acadêmico”, em parte por um exercício prático das elaborações teórico-práticas construídas até aqui.

De todo modo, serão dois pousos em multiplicidade. O primeiro será nas leituras – ou melhor, releitura – de intervenções socioanalíticas (ou suas variantes) no campo dos serviços públicos de saúde no período de 2014 a 2021. O segundo será nas duas experiências com intervenção que tive durante o período do doutorado, de 2019 a 2024.

II.I. brotações nas leituras de intervenção

Como já descrito na apresentação, em nenhum momento houve a pretensão de uma revisão integrativa nem sistemática. Pode-se, em certo sentido, dizer que se trata de uma revisão atravessada por implicações do pesquisador, pois seguiu um modo “próprio” de realização, transparecendo as condições e inclinações do estudo.

É facilmente percebido que uma revisão “bem fundamentada”, com um caminho programado desde a partida, mas sem considerar acidentes, necessidades de parada, curiosidades despertadas, imperfeições do mapeamento frente à realidade, termina produzindo uma virtualidade bem-acabada ao invés de descrever a realidade deformada. Um exemplo da fragilidade das revisões desse tipo, eu pude vivenciar durante o mestrado. Uma

mestranda apresentou o seu trabalho de revisão bibliográfica sobre o tratamento em saúde mental na área da infância, ressaltando a ausência de publicações sobre o tema. Ao final da sua apresentação, indiquei um livro que conhecia sobre o assunto, que havia sido publicado por um grupo de pesquisa de uma renomada universidade do país. Recebi a resposta de que isso não a interessava pois não havia sido encontrado por seus descritores em suas bases de pesquisas. O conhecimento foi ignorado para manter firme o seu resultado e sua rigidez científica, podendo confirmar cientificamente a inverdade de que “não havia estudos sobre o tema”.

Ao contrário, esta revisão foi feita à base de muitos acidentes, desvios e paradas. Não parte da noção asséptica, purista e imparcial de ciência, mas sim do reconhecimento de que o conhecimento é implicado. Contudo, houve um percurso adotado para coletar o material. Foram feitas três etapas de busca por artigos via SciELO: 18 de setembro de 2018 (durante a preparação do projeto de pesquisa), 19 de outubro de 2019 e 22 de maio de 2021. Em caso de teses publicadas como artigo(s), foram analisados o(s) artigo(s). A partir do material coletado sobre a prática da análise institucional nos serviços de saúde, buscou-se por referências bibliográficas afinadas com o tema do estudo. Houve também uma “busca passiva”, na qual o pesquisador aproveitou de indicações de textos que foram divulgados ou indicados por colegas. De todo modo, foram considerados como “intervenção” os trabalhos que se declararam como tal ou que promoveram momentos coletivos para análise das implicações dos pesquisadores e dos participantes. Assim, foram analisadas 37 publicações, descritas esquematicamente em um quadro-planilha em anexo, como maneira de “resolver” o meu problema “em falar das flores”, mas também para auxiliar no entendimento das intervenções trabalhadas a seguir.

Tal como informado anteriormente, esse trabalho não avançou e a pesquisa tomou outros rumos, de tal maneira que a busca por intervenções parcialmente publicadas em congressos ou sequer publicadas – que seriam verificadas em projetos de extensão ou intervenções realizadas por diretórios de pesquisas e/ou institutos independentes – e a parte de entrevistas (ou questionários) com autores inicialmente previstas no projeto inicial não foram realizadas.

Essa mudança de rumos da pesquisa perturbou a maneira de olhar para essas intervenções publicadas. Como já dito, o material será discutido a partir dos quatro “esporos” – nominalmente mutantes – lançados a partir da análise da intervenção nas assembleias dos Caps.

Localizar, conviver, ignorar e/ou combater a escassez nas práticas e perspectivas sociais

Ao falar de escassez imediatamente damos de cara com a “nova razão do mundo”: o neoliberalismo e seus efeitos de precarização nos serviços que promovem a ampliada seguridade e proteção social. Dórbies e L’Abbate (26), Fortuna e Romagnoli (175) e Pinheiro et al (176) localizam expressamente esse processo socio-histórico permeando as práticas profissionais e sociais nos serviços públicos de saúde. Pinheiro et al (176), por exemplo, analisam a redução dos investimentos em políticas públicas, a fragmentação e individualização numa regência de suposta autonomia, as precarizações das condições de trabalho e renda, seja na formação atravessada por interesses de mercado, seja no trabalho propriamente dito.

Nesse sentido, diversos trabalhos tratam da escassez de recursos, serviços e ofertas para promover o cuidado em saúde.

Leite et al (177) localizam o processo de desmonte de uma escola técnica do SUS, que perdeu o seu lugar e a sua importância ao longo de 10 anos. Uma docente da escola que participou da pesquisa descreve:

Os docentes, que iniciaram suas atividades antes de 2008, tinham a percepção de que as mudanças que ocorreram após 2008 provocaram um “desmonte” na Escola Técnica, decorrentes de outras formas de relacionamento dos profissionais com os órgãos superiores na oferta de cursos para a formação pedagógica, falta de autonomia na gestão dos recursos financeiros, interferências políticas na Educação e na Saúde, com repercussões no processo de formação pedagógica para o SUS. (p.4)

Pinheiro et al (176), por sua vez, enunciam as perdas vivenciadas na área de saúde mental, apresentando a análise de um profissional de um Caps do interior do Rio Grande do Norte:

O que eu tenho notado aqui há muito tempo é que a gestão não se importa com o Caps [...] O cuidado de quem cuida não existe [...] por isso que a todo momento tem um profissional querendo sair, sai profissional. Se você for olhar a equipe de antigamente, era completa, hoje não tem nem metade dela porque ninguém quer ficar aqui. (p.11)

Também sobre as condições de cuidado em saúde mental no interior do Rio Grande do Norte, Severo e L’Abbate (178) narram:

Em um dos encontros, em maio de 2011, uma das assistentes sociais explicou a situação que a equipe havia vivenciado na noite anterior. Um usuário havia recebido alta há dois dias do CAPS III da região e não havia disponibilidade de carro para pegá-lo e levá-lo ao sítio onde morava. No dia anterior, a assistente social e o administrador foram apresentar as atividades desenvolvidas no CAPS em outra cidade. À noite, na viagem de

retorno, eles passaram no CAPS III, pegaram o usuário e levaram-no para casa. Porém, durante a viagem, em decorrência de chuvas intensas e do transbordamento de um riacho, houve um problema com o transporte, e eles tiveram que andar um trecho no meio do mato, à noite, sob a luz do celular e sob a guia do usuário. Nesse trajeto, a assistente social teve muito medo, porém o usuário tentava acalmá-la ao longo do caminho. Os técnicos falavam da situação rindo, porém expressando o medo diante disso, e diante do risco de serem atingidos por um raio no meio da noite. Ficamos extremamente impressionados com a atitude dos técnicos diante do que eles viveram nessa situação. (p.15)

Essas dificuldades ultrapassam as ações e demandas mais imediatas da saúde, mas reforçam o quanto a saúde é social e está profundamente associada ao conjunto de determinantes sociais e políticos, inclusive do posicionamento ético-político dos profissionais. No entanto, mesmo em contingências mais delineadas para o exercício do cuidado psicossocial em rede, pode aparecer outros tipos de escassez. Penido (149), ao analisar o trabalho de articulação de rede na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, localiza o quanto alguns protocolos do apoio matricial ensurdecem a escuta das demandas das equipes de saúde da família, o que pode regulamentar demais e empobrecer a fluência da relação entre os profissionais e serviços de saúde mental. A autora adverte, de certa maneira, como a complexidade minguia nesses enquadramentos.

Em Dóbies e L'Abbate (26), podemos localizar o quanto a cobrança por produtividade contra-intuitivamente pode promover escassez. Pois, ao mesmo tempo que os gestores exigiam a realização de reuniões de articulação de rede em saúde mental, exigiam que fosse delimitado a uma determinada quantidade, desconsiderando a complexidade dos casos, a vulnerabilização social, as barreiras entre e nos equipamentos sociais. Como ressalta uma das entrevistadas do estudo: “Alguns podem achar que é muito tempo. Mas eu acho que isso é necessário para lógica de trabalho em rede, as construções conjuntas e o trabalho junto com a Atenção Básica.” (p.131)

Também associada à quantificação do trabalho, Borges et al (179) observam o quanto a lógica de escassez consegue “desvalorizar” o complexo e vivo trabalho dos profissionais de saúde por este não ser totalmente quantificável:

Esses sentimentos se encontram atrelados à ideia da sobrecarga de trabalho e, portanto, dificuldade de desenvolver ações que reflitam em dados quantitativos nos índices apresentados pelos municípios. Trata-se da sensação de não conseguir demonstrar, objetivamente, o trabalho realizado como apoiador e articulador. [...] *É como ela falou, a lógica está voltada ao procedimento. Aí eu não consigo dimensionar ou mostrar o meu trabalho. Números. E a EPS não trabalha nessa perspectiva (articulador 5).* (p.6)

Fortuna et al (180) detectam outro efeito da escassez nas práticas profissionais. Ao analisarem o “acolhimento” junto às profissionais de enfermagem de unidades básicas de

saúde, apresentam o quanto essa atividade se configurou numa “gestão de escassez”. Uma escassez das práticas de saúde, que se direcionam excessivamente para a consulta médica: “[...] o procedimento executado pelos profissionais e atribuído como acolhimento é limitado à viabilização da demanda espontânea e não agendada para atendimento médico” (p.7). Tal manobra desvela a “escassez de autonomia” dos demais profissionais subordinados a uma estratificação hierarquizada de saber-poder, que entre outros efeitos, retira das mãos das enfermeiras diversas práticas de cuidado direta com o usuário. Tal conjunto de escassez é completado pelo pouco tempo de trabalhos dos médicos: poucas horas de atendimento e atendimentos muito breves. O usuário, em meio a tudo isso, não fica passivo e a sua maneira muitas vezes recorre aos políticos e à imprensa para conseguir uma parte do “pouco de recursos disponíveis”, o que entretanto acirra a disputa também entre os usuários: “um toma o lugar do outro”. O mais emblemático da escassez em meio a todo esse excesso de falta e miserabilidade aparece quando sinalizam que

Só que diante de tudo isso, a gente colocou o problema inverso, o problema de o pessoal gostar tanto do atendimento ou da boa vontade dos funcionários sabendo que não tem aparelhagem e tudo mais, que eles vinham procurar em excesso a unidade mesmo sendo de outros bairros. (p.5)

Em meio a tantas faltas, a escassez de bons encontros na nossa sociabilidade atual provoca esse tipo de fenômeno, no qual um atendimento mais “humanizado”, que acolhe as fragilidades e deixa os usuários mais à vontade, gera uma nova demanda em um local repleto de escassez. É impressionante como o acolhimento é um analisador em potencial amplo, pois permite conexões entre os campos de intervenção e análise, ampliando o fenômeno e demandando um trabalho de análise dos privilégios e precarizações no conjunto da sociedade, passando pelas relações interprofissionais.

Ainda dentro dessa discussão de como os entraves interprofissionais prejudicam o cuidado aos usuários, Ribeiro (181) apresenta a intrincada entrada da enfermeira obstetrícia em uma equipe de uma maternidade de hospital universitário. Uma participante do estudo ressalta algumas das dificuldades com a escassez de recurso, mas sobretudo a falta de “respaldo institucional”:

[...] Eu acho que a mudança é a mudança de governo, assistencial, que está acontecendo no país todo, e que aparentemente tem uma dificuldade maior de acontecer nos hospitais de ensino, pela questão de ser médico-centrado [...] e nos hospitais de ensino eu acho que essa mudança é ainda pior, então, eu acho que a mudança tem que ser para a mulher e para a equipe de uma forma geral [...] nós temos muita vontade, mas pouca ajuda, por exemplo, o banquinho de parto é emprestado, as bolas foram emprestadas, uma estourou e nós que compramos, então, não existe um apoio institucional [de modo] que o modelo considerado mais adequado

funcione. Existe uma preocupação dos residentes, “vamos levar para o chuveiro, vai para o chuveiro, manda ela para o chuveiro”, existe a possibilidade de parto no banquinho, mas isso não é institucionalizado e isso não é discutido transversalmente, nós não conversamos com a equipe médica, com a equipe de enfermagem, com a psicologia, com a fisioterapia, nós não temos esse diálogo. (Participante 10) (p.98)

[...] Igual nós discutimos na última reunião: qual é o modelo de maternidade que a diretoria quer? [...] O do [projeto Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia (Apice On)] tenta quebrar esse paradigma [...] É isso, a diretoria não compra a briga, não assume isso com a equipe médica. (p.108)

O que pode contribuir para a inserção e prática da enfermeira obstétrica é a escola sair da escola e ir para dentro do hospital, porque a autoridade dentro do hospital universitário é dos docentes [...] Então, para o enfermeiro obstétrico atuar dentro do hospital com apoio, ele precisa do professor lá dentro, com os seus alunos lá dentro, se o enfermeiro obstétrico não entender que ele precisa trazer a escola e os alunos da escola para dentro do hospital, para que ele consiga fazer essa atividade, ele vai continuar sozinho e fazendo serviços que não são do enfermeiro obstétrico [...] (p.109)

Essa aposta no apoio estatal das instâncias organizacionais para promover e dar sustentação às transformações merecem sempre muita atenção e requer um uso de modo estratégico. Basta lembrarmos dos famosos efeitos da análise institucional – tais como o Mühlmann, o Weber, o Lefebvre e o Lapassade/Al Capone – e da já citada advertência do professor Andityas Matos de que é preciso ter muita cautela com os ganhos provisórios advindos das formas estatais e aproveitar deles estrategicamente para seguir a transformação social. Sobretudo, por já termos apresentado como o Estado anda mais comprometido com a reprodução do instituído de fortalecimento de poderes majoritários do que em seu combate.

Ribeiro (181), aliás, faz uma ressalva interessante sobre essa aposta nas formalidades, registrando em seu diário de pesquisa:

[...] Em relação ao protocolo, algumas enfermeiras enfatizaram a importância da publicação, tendo em vista o respaldo institucional e o avanço para a enfermagem obstétrica no hospital. Diante desse analisador, eu me pergunto: “após a publicação do protocolo, a enfermeira obstétrica irá atuar com autonomia na maternidade”? “As relações profissionais e interpessoais serão fortalecidas”? “O que se quer mudar na prática profissional da enfermeira obstétrica após a publicação do protocolo”? “Os processos de trabalho permitem essas mudanças”? “Quais [são] os atravessamentos existentes no processo de publicação do protocolo”? (p.90)

Na conclusão do trabalho, Ribeiro (181) observa o principal problema nesse entrevero:

Essas dificuldades foram relatadas pelas enfermeiras, que, muitas vezes, não conseguem atuar de forma mais efetiva junto à parturiente em um cuidado contínuo e humanizado, por imposição das rotinas institucionais e as atividades administrativas que fazem parte de suas atribuições na maternidade (p.120)

Enquanto Ribeiro (181) nos apresentou as dificuldades para efetivar as mudanças na maternidade em alguma medida atravancada pelo modelo médico-centrado, Rodrigues et al (182) nos informam sobre a formação de novos médicos, em especial, sobre a introdução da perspectiva da atenção psicossocial. Os autores ressaltam que as mudanças na Diretriz Nacional Curricular combinada as forças instituintes da Estratégia Saúde da Família e da Atenção Psicossocial compõem um importante movimento a favor das transformações e que a criação de espaços de espaços para a análise de implicação junto aos estudantes que fez ver esse cenário de forças foi um embrião de transformação. Entretanto, persiste a forte expectativa de aprendizado orientada pela perspectiva curativo-biologicista e o pouco tempo para desconstruí-la.

Destaca-se nesse trabalho outro contato com a escassez, registrado no diário do pesquisador:

Ao realizar a primeira incursão dentro da comunidade, os alunos de medicina demonstram surpresa quanto às condições de vida daquela população, seja na falta de acesso aos serviços de saúde, no seu baixo nível cultural, de moradia precária, e até mesmo, de poucos recursos básicos de sobrevivência. Os alunos reagem de várias formas frente aquela situação. Alguns negam a necessidade de construir seu conhecimento nessas áreas, outros se comovem com a situação e relatam o desejo de ajudar financeiramente a comunidade. (182, p.112)

Nessas reações típicas de quem se encontra em posição de privilégio por não ser convocado a se preocupar com isso até então e que se sente em condições de optar por continuar a não se preocupar.

Não é por menos, que foi lançado o Programa Mais Médicos em 2013, com uma expansão de cursos de medicina a partir de mudanças curriculares. O que, entretanto, demanda um enorme esforço quando a proposta está afinada com a demanda social por “mais médicos que atendam e entendam as pessoas, sobretudo onde os médicos não atendem e/ou não entendem as pessoas”. Pedrosa (183) compartilha a experiência de implantação de um curso de medicina em Parnaíba (PI) e exhibe o quanto a sua perspectiva de institucionalização, como processo em movimento e que enfrenta escassez e dificuldades, o manteve firme como analista-pesquisador entusiasta da implantação, participando ativamente e animando a participação de diversos atores na elaboração do projeto pedagógico, integração ensino-serviço, desenvolvimento docente e infraestrutura. Na análise

do processo, é apresentado como as formas duras dos estabelecimentos e organizações foram ativadas como apoio para sustentar o projeto que o autor faz questão de apresentar como “inovador”, ou seja, que busca construir a sua singularidade na formação de “novos médicos”.

Os trabalhos mencionados até aqui e outros, tal como o de Pedrosa (183), buscam detectar como as pessoas enfrentam a escassez.

Nesse sentido, Silveira et al. (184) apresentam uma declarada posição de busca pelo melhor na decisão do que ser feito. Afirmam:

Na seleção da unidade para a pesquisa, considerou-se a implicação do CD [cirurgião dentista] em relação à equipe Rubi desde a sua instalação, o que permitiu compartilhar da utopia ativa da equipe, ou seja, das metas e objetivos mais altos e nobres que orientam os processos produtivos-desejantes-revolucionários, que nesta unidade se relacionava com a construção de um processo de trabalho da equipe pautado pelos princípios do SUS, diretrizes da ESF e, principalmente, no que se refere à interdisciplinaridade e a humanização do cuidado na saúde. (p.4881)

Sempre cabe o ensinamento dos autonomistas italianos, descrito por Tarì (161), de que é preciso ativamente exigir e desfrutar do melhor que existe, destruindo inclusive as forças simbólicas impregnadas em nós de que precisamos apenas do “básico” e de “um pouco para viver”.

A valorização moral da austeridade, como já discutido anteriormente, serve como anteparo para a sustentação dos regimes de concentração de poder e riqueza em tempos de centralidade do “mercado”. Uma moralidade ancorada na individualização das responsabilidades, que produz, na mesma lógica do mercado, a competitividade entre as pessoas.

Dessa maneira, diversos trabalhos ressaltam as ações coletivas. Frente à escassez, Severo e L’Abbate (178) sinalizam a necessidade de produzir espaços de coletivização do trabalho com as equipes dos diversos equipamentos de saúde e, singularmente, dos diferentes municípios quando envolve serviços regionalizados. Sousa et al (185) defendem a incorporação dos conhecimentos de educação permanente para a equipe construir seus próprios conhecimentos e criar suas práticas, com autonomia e acionando alguns parceiros. Fortuna et al (180) propõem que o acolhimento seja tratado como um analisador a ser trabalhado coletivamente para desnaturalizar as práticas e ativar os modos instituintes. Pinheiro et al (176) localizam estratégias coletivas de resistência à falta de trabalho em rede, à falta de apoio da gestão e aos preconceitos sociais.

Leite et al (177) apresentam como a análise coletiva de implicação colocou em análise a fragmentação entre os docentes de uma escola técnica do SUS, que seguiam esparsamente

exercendo suas resistências, seja por meio de cursos de formação, seja por meio de articulações com o ministério da saúde. Inclusive, a pesquisadora principal, parte da equipe, identificou que adotava maneiras solitárias de enfrentamento sem reconhecer os colegas como parceiros. A criação de uma possibilidade de encontro entre eles, permitiu um compartilhamento e a construção coletiva de algumas estratégias.

Por meio da análise coletiva de implicação no momento da restituição, articuladores de EPS e apoiadores da PNH puderam ressignificar o seu trabalho para além das quantificações estabelecidas. Diz um articulador: *Não dá para dimensionar o trabalho (...) você só vai saber ou não se aquela Unidade avançou no processo de trabalho dela se eles conseguirem perceber que o modo como eles têm trabalhado não tem favorecido, por exemplo, a chegada de alguma demanda até a Unidade.* (179, p.6, grifos dos autores)

Também no sentido da produção de um novo olhar sobre o próprio trabalho, Zambenedetti et al. (186) evidenciam o processo de desconstrução do “tudo errado” e do “não sei o que fazer”, que identifica os trabalhadores como “falhos” e faltantes, para se reconectarem com suas potências e, até mesmo, localizarem com mais precisão quais são os pontos problemáticos:

A pesquisa evidenciou a complexidade das situações que envolvem questões de saúde mental presentes no cotidiano de trabalho dos ACS, além de mostrar a dificuldade dos próprios ACS em reconhecerem como legítimas e oportunas várias ações de cuidado que já desenvolviam no território. (p.700)

Martins et al (187) apresentam duas experiências interessantes diante da escassez. Na primeira, relatam que frente a ausência de documentos formais de registro do grupo de hipertensos e diabéticos da unidade básica, recorreram aos registros dos profissionais, que lhes proporcionou encontrar materiais mais vivos dos momentos festivos registrados por fotos, gravações e vídeos. Analisam que a ausência desses registros na unidade enuncia uma desvalorização das práticas como experiências de cuidado clínico, o que reverberado pelos próprios profissionais da equipe. Entretanto, os autores reforçam a importância deste grupo, pois, com toda sua afetividade-festividade, amplia o cuidado e promove um “excesso” necessário à experiência humana:

Para um grupo existir e resistir desde 2002, deve haver um significado, buscar saúde é um motivo razoável, mas encontrar amigos, espaço para conviver, para conversar, rir, brincar, declamar poesia... Isso sim justifica a sustentabilidade de um grupo. Isso também é promover saúde. (p.525)

Além do mais, como o foco do estudo era a prática dos dentistas historicamente restritas ao cuidado de “boca aberta de alguém sentado em uma cadeira”, Martins et al (187)

ressaltam que também está em questão a necessidade de expansão da prática social desse profissional para si, junto à equipe e à comunidade:

O fato de a dentista estar presente semanalmente no grupo, fazendo parte do mesmo, fez a equipe de saúde perceber que este é também um espaço para um profissional da Saúde Bucal atuar. (p.525)

Martins et al (187), portanto, nos permitem identificar como o diagrama de forças da escassez opera apagando e extraindo a vivacidade dos encontros sociais.

Diante do progressismo, que instaura reprodução conservadora e tenta encobrir as forças de criação

A Educação Permanente em Saúde (EPS) esteve presente nas pesquisas-intervenção com o referencial da análise institucional nestes últimos anos (175, 176, 179, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193). Aliás, EPS bebeu nas fontes da análise institucional e promove uma formação inacabada, produzindo conhecimento a partir da prática, numa dinâmica ativa e crítica dos sujeitos, que aprendem ensinando e transformando a prática. De tal sorte, que é uma maneira de colocar um freio na reprodução morta do trabalho e estimular a análise e movimentos instituintes nas produções de cuidado em saúde.

Entretanto, ao analisarmos esses trabalhos é possível identificar os esperados traços de sobreimplicação com o progresso linear das práticas sociais que nos envolvem e nos capturam por mais atentos que estejamos.

Borges et al (179), em estudo de análise de implicação coletiva junto a apoiadores da Política Nacional de Humanização e articuladores da Educação Permanente em Saúde, analisam a utilização do tempo. Por um lado, ressaltam a falta de tempo desses profissionais para o exercício dessas funções e, por outro, afirmam que há um “mau aproveitamento do tempo” nas unidades básicas de saúde. Destacam a seguinte fala de uma articuladora:

Eu não me vejo exaurida das sete da manhã às quatro da tarde de segunda a sexta (...). Existem momentos em que a gente tem picos na Unidade e existem momentos em que as coisas se acalmam... todos os dias isso acontece. Eu já trabalhei em quatro Unidades, de cidades muito grandes e cidades muito pequenas, já trabalhei em Unidades rurais e unidades urbanas... e é sempre a mesma rotina, mais ou menos (p.5)

Os autores não chegam a afirmar, mas fica submetida a falta de “otimização do tempo”. Também mencionam que a gestão faz indicações de profissionais à revelia, sem consultá-los. De tal modo que, alguns articuladores e apoiadores, mantêm uma função proforma, sem uma dedicação para realizar de fato esse trabalho, e seguem com as mesmas funções de “origem”. A análise institucional, aqui, se parece mais com uma avaliação ou

como planejamento do trabalho. Os ordenamentos normativos “proforma” e reprodutivos seguem preservados, apenas carentes de ajustes gerenciais e das normas legais.

Entretanto, é ressaltado o desânimo e o pessimismo desses profissionais, que os autores atribuem à “dificuldade do trabalho em equipe, as condições inadequadas de trabalho, o investimento insuficiente na saúde e as dificuldades estruturais e gerenciais do trabalho em saúde” e, genericamente, à “captura da força pulsante” (179, p.7)

Por mais que apresentem algumas críticas, encontra-se nas entrelinhas desse artigo um flerte com a lógica progressista do “bom caminho a ser seguido”, seja pela aposta na solução organizativa e legislativa “negada-desejada”, seja pela ausência de problematização da educação permanente em saúde e da política nacional de humanização.

No estudo de Rézio et al (191) sobre as possibilidades de o referencial socio-clínico potencializar a EPS em saúde mental na atenção básica, fica evidente o esforço para apresentar maneiras de ativação instituinte e coletiva nas discussões do trabalho. Entretanto, a utilização de noção de “baliza” sugere algum resquício do “controle” do qual a pesquisadora-facilitadora analisou estar associado à sua implicação com a docência. Baliza, como se sabe, é aquilo que demarca um caminho, estabelecendo limites e pontos de virada e passagem. As pistas, que remetem a indícios e vestígios que instigam uma procura, parecem limitadas e bem controladas quando são delimitadas por balizas.

Em outra publicação, Rézio et al (192) analisam especialmente a facilitação da educação permanente em saúde combinada com o referencial da socio-clínica institucional. A questão do controle sobreimplicado fica mais explícito:

A instituição educação, bem como características tradicionais e conservadoras, muitas vezes atravessa nossa prática, produzindo riscos de reduzir espaços de EPS a simples repasse de informação. Na situação descrita, as facilitadoras centralizaram a análise da cena de dramatização a partir do olhar de especialistas em saúde mental, mas também de docente (lugar de fala de uma das facilitadoras), com poucas perguntas norteadoras capazes de possibilitar à equipe refletir sobre o porquê de terem apresentado uma cena que descrevia atitudes que reprovavam em outra equipe. [...] Esses atravessamentos podem impossibilitar oportunidades de problematizar o que a equipe realmente queira mostrar sobre ela mesma ou permitir que a dramatização em si funcione como o analisador. (p.9)

Uma facilitadora fala de modo bem explícito: “Percebo o quanto ‘acelerei’ o processo para atender um cronograma de temas previstos. [...] Parece que estou tentando controlar o processo de formação/EPS.” (192, p.9, grifos das autoras)

Inamorato (193), combinando o conhecimento produzido nos encontros com as participantes da sua pesquisa com aqueles extraídos da sua vivência como gestora de EP,

observa os efeitos do progressismo em ambientes de construção reflexiva, desconectando as ferramentas da EPS da gestão da EPS e seus planejamentos:

Mediando uma oficina presencial do “Regionalização”, [...] percebi a fala concentrada em quatro pessoas – com lugares de poder estabelecidos – em um grupo de mais ou menos vinte pessoas. Como a EP busca ampliar a democratização e o diálogo nos espaços, sugeri, para a próxima discussão, que as pessoas presentes inserissem suas contribuições em tarjetas de papel e compartilhassem uma a uma o que trouxessem para a roda. No caminhar das discussões e do processo de escutar o outro, um representante me interpelou dizendo literalmente: “Não podemos continuar como esse blábláblá, temos que fechar questões importantes para o projeto, temos pressa!”

[...]

Dentre os desafios, percebo, em meio à tantas atividades e elaboração massiva de oficinas, uma inclinação aos modos gerencialistas, técnico-centrados e hierarquizados de gestão, em que as ações de EP “precisam ser realizadas, porque foram planejadas e somente assim produzirão mudanças”. (p.48-9, grifos da autora)

As normativas de produção, a convocação por ter que ensinar, as cobranças da hierarquia de comando se embrenham para promover o progresso. Como diz Machado (24) já citada anteriormente, “o objetivo de atingir o futuro cada vez mais rapidamente faz o futuro deixar de estar além do presente, à nossa frente, para estar no presente” (p.65). Tudo acelera, numa política de estreitamento do tempo próprio da criação.

Tal como Inamorato (193), que era uma gestora de EPS pesquisando gestoras de EPS, outros intervenientes pesquisadores promoveram análises internas nesse período de 2014 a 2021. Em Silveira et al (184), o pesquisador principal era dentista no serviço onde foi realizada pesquisa na qual se promoveu uma análise coletiva dos modos de cuidado realizados na unidade básica por meio da cartografia de um caso clínico. Na pesquisa de Campagnoli et al (194), a primeira autora, sendo enfermeira de uma unidade básica, criou um dispositivo para a equipe de enfermagem analisar as suas práticas profissionais. Em Dóbies e L’Abbate (26), o primeiro autor passou a pesquisar os movimentos de resistência no grupo de profissionais que estavam construindo uma rede de cuidado em saúde mental, produzindo momentos de análise institucional das práticas profissionais. Em Lima e Fernandez (195), a primeira autora era uma conselheira local de saúde, que realizou intervenções e conversações para recolher conhecimentos com e no conselho, também produziu narrativas que foram analisadas junto com demais conselheiros em momentos de restituição. Ribeiro (181) era enfermeira obstetra de uma maternidade, quando realizou a sua pesquisa-intervenção com a equipe de enfermagem deste mesmo local. Em Sousa et al (185), a pesquisadora principal era psicóloga de um Caps de uma cidade pequena do interior do Piauí e realizou uma pesquisa-intervenção junto aos seus colegas de serviço. Em Oliveira et al (196), a primeira

autora era enfermeira do Caps infanto-juvenil enquanto estudou o apoio matricial em saúde mental com colegas do Caps e da atenção básica. Em Spagnol et al (197), encontramos uma situação um tanto diferente. A primeira autora era uma docente em um grupo que reuniu regularmente durante quatro meses para discutir a articulação ensino-serviço na formação em enfermagem no período crítico da pandemia da covid-19. Desta posição, introduziu seus conhecimentos de análise institucional nos encontros e animou o grupo a publicar conjuntamente esta experiência.

Tais iniciativas, cada qual em sua singularidade, produziu uma desaceleração e abriu algum tipo de alargamento do tempo e espaço para promover momentos de análise e abrir possibilidades de encontrar novas aberturas e multiplicar os caminhos teórico-práticos.

Dentre eles, cabe ressaltarmos o trabalho de Raphael Sampaio dos Santos (198, 199). Ao se ver diante de uma certa normalização de uma produção evidentemente problemática, Santos passa a agenciar modos de intervir acionando a coletividade:

“...Temos uma ferramenta chamada Acesso Mais Seguro. De certa forma, nos tranquiliza saber que, se o território estiver intranquilo, podemos decidir fechar a clínica, encerrar nossas atividades e ir embora. Mas amanhã estaremos lá novamente! Parece que estamos presos à violência, que ela, de certa forma, está entranhada no território, e aquilo nos anestesia com pequenas doses, até me perceber pouco sensível à questão. Não! Eu precisava provocar os colegas de trabalho, não aceitar a situação, ir de encontro ao que estava posto...”. (198, p.4, grifos dos autores)

Uma banalização que encontra ressonância nos usuários da unidade básica. Uma profissional afirma: *“Paciente acha que a gente trabalha na área de risco, a gente tem que estar acostumado com isso!”*. E outro profissional complementa: *“E aí acaba e eles querem que a gente levante a poeira, a gente continue a atender, e não é assim! O psicológico fica afetado! O que eu acho pior é que às vezes começa o tiro e para, aí você fica nervoso, você tem que voltar para o consultório continuar atendendo e fingir que está tudo bem!”* (199, p.6, grifos dos autores).

Aliás, Santos et al (199) ressalta que a exposição à violência armada cotidianamente, por vezes banalizada e/ou denegada, faz os trabalhadores desenvolverem altos níveis de estresse e adoecimentos, explicitados por sentimentos de angústia, irritabilidade, pedidos de afastamento do trabalho e problemas no relacionamento no trabalho.

De todo modo, Santos et al (198) ressalta que o programa Acesso Mais Seguro permite que os profissionais dos territórios sob violência armada orientados tenham autonomia para definir, pela gravidade da violência, se o serviço precisa ser fechado e não fiquem à revelia de uma decisão tomada por alguém de fora da situação. Assegura, inclusive, uma justificativa para o “não alcance das metas estabelecidas pela gestão central”. Contudo, os autores reforçam o quanto esses trabalhos exercem uma autonomia obediente:

Abordamos aqui a relatividade da compreensão do conceito de autonomia pois, diferentemente da sua concepção moral e filosófica clássica, ela se aplica em determinados momentos permitida por instâncias gestoras de saúde superiores (198, p.7)

De um jeito ou de outro, Santos et al (199) ressaltam o quanto foi possível produzir um freio a continuidade do trabalho em saúde, que banalizava os riscos para usuários e profissionais expostas à violência armada.

Enquanto essa autonomia consideramos como obediente, existem “desobediências” – manifestadas em resistências – que promovem oportunidades de análise dos movimentos institucionais e seu diagrama de capturas.

Borges et al (190) discutem como a resistência manifestada por atrasos e ausências de alguns participantes nos encontros da pesquisa de algum modo provocou a pesquisadora principal de uma das pesquisas analisar suas implicações e reconhecer as suas resistências. Não dava para simplesmente “sair fazendo o que era para ser feito”. Tais resistências não são fortuitas, pois esses autores analisam o desencontro entre as demandas (e produções) da academia e dos serviços:

Várias vezes nos inserimos em campos de prática, entramos no espaço e território do paciente/família e da equipe de saúde e, depois, nos ausentamos devido a atravessamentos vinculados à reorganização de atividades acadêmicas, realizando ações descontínuas de cuidado ao outro, muitas vezes sem responsabilização nesse processo. (p.8)

Ao propor a confecção desses diários, o pesquisador enfrentou algumas resistências por parte dos apoiadores, resistências que devem ser consideradas como analisadores, pois a escrita, por si só, produz uma “transparência” que possibilita certo controle das ações que estão sendo realizadas pelo profissional [...] Na nova configuração da pesquisa foram propostos os seguintes dispositivos: entrevistas semiestruturadas com cada um dos apoiadores da PNH e articuladores de EPS dos 24 municípios; grupo de reflexão com os mesmos apoiadores e articuladores (que consistiu nos espaços mensais de discussão já organizados pelo DRS-III) e momentos de restituição da análise. (p.11)

Por sua vez, Lago et al (189), ressaltam o quanto a análise institucional de práticas profissionais junto ao grupo de residentes fortaleceu um movimento de resistência frente a um processo hegemônico contra as políticas públicas:

Destacamos que esse exercício de análise tem maior potência no contexto coletivo, não por seu caráter específico de grupo, mas, sobretudo, pelo esforço de ressignificar sua própria realidade frente aos tempos marcados pela desvalorização daquilo que é público e coletivo. (p.1632)

A autonomia e a resistência, frente aos ordenamentos instituídos e lineares da heterogestão, contribuem para a formação do “grupo sujeito”, ou seja, um grupo que se esforça para preservar o controle das suas condutas.

Em meu estudo de mestrado, retomamos o quanto os movimentos de proposição de políticas e criação de serviços de saúde mental em Campinas sofreram restrições diante de enquadres legais e de definições de rumos pelas instâncias superiores de governo, que inibiram a produção singular das práticas. A incorporação de métricas de produtividade que delimitavam as práticas, encontrou resistências nos movimentos sociais e nas práticas profissionais. Em especial, mostramos como um grupo de profissionais, sustentados pela necessidade de criação para promover o cuidado em saúde mental, resistiram às normas de produtividade, da onda de atropelo “da produção para alimentar planilhas” e reproduzir outros instituídos, para encontrar modos próprios de construir uma rede de cuidado. (26, 38)

Dentre os trabalhos lidos, foi interessante o encontro com a “coletivização acidental da análise de práticas” utilizando grupo de *WhatsApp*. Havia uma demanda por espaço coletivo, uma parada reflexiva em meio ao atropelo cotidiano, que encontrou seu lugar em grupos de *WhatsApp* em duas situações.

Vivot et al (200), que sequer consideram o seu trabalho como de intervenção,¹¹⁷ apresentam como um ato falho na comunicação de um aviso abriu uma brecha interessante. Contam que a criação “sem querer” de um grupo de *WhatsApp* pela pesquisadora colocou enfermeiras da atenção básica em contato e elas passaram a compartilhar questões cotidianas da prática profissional: dúvidas, atualizações e angústias.

Leite et al (201) compartilham como um grupo de *WhatsApp* formado por cinco mestrandos e duas orientadoras se tornou um espaço de análise coletiva de implicação, permitindo a análise das condições em que os estudantes se encontravam, sobretudo de como eram compelidos ao acúmulo de tarefas para conseguirem seguir a carreira profissional:

Há relatos de mestrandos que são obrigados a cumprir carga horária de trabalho de 11 horas por dia, quatro vezes por semana, para justificar sua ausência, uma vez por semana, para cumprir os créditos obrigatórios do mestrado profissional. Alguns mestrandos são obrigados a faltar às aulas por imposição do gestor, com o argumento que, por estarem estudando, não cumprem a carga horária de trabalho. Ainda são submetidos ao sofrimento psíquico provocado pelo assédio moral, por parte dos colegas de trabalho, da chefia imediata e do gestor, devido à ausência no dia do trabalho para estudar e pela própria formação continuada.

Outro aspecto, que vem revelar as contradições do mestrado profissional, ocorre quando se depara com a rigidez da sua estrutura curricular. Muitas vezes, esta impõe normas e regras não flexíveis para o cumprimento das tarefas acadêmicas que dificultam a vida do mestrando. (p.5107)

Esse trecho evidencia algo típico das práticas neoliberais inseridas na nossa racionalidade. Esses profissionais-estudantes se deparam com a “responsabilização

¹¹⁷ Por esta razão, este trabalho não foi incluído nos 37 trabalhos descritos na planilha.

individualizada” para a “sua” qualificação profissional, sem perturbar muito o instituído da formação e do trabalho: cada qual segue com as “suas exigências” preservadas. Entretanto a sobreimplicação impressiona: “No entanto, este processo vivenciado pelos alunos, ainda que traga angústias e sofrimento, tem como relevância contribuir com o mundo da academia e dos serviços, por meio de seus aspectos educativos e formativos” (201, p.5108). Segue o baile! Com os pés esfolados...

Produção de singularidade, para além da artificial dicotomia individual e coletivo

Numa sequência do parágrafo anterior, podemos localizar que o progressismo é uma fábrica de “sobreimplicados”, atomizando as responsabilidades sociais e sobrecarregando cada um.

Nesse sentido, Pinheiro et al (176), ao trabalharem com as implicações profissionais da equipe de um Caps, identificaram como cada profissional é responsável pela própria qualificação:

Ainda sobre formação, é possível perceber um senso de mobilização individual para compensar as lacunas tanto da formação durante a graduação (no caso dos profissionais de nível superior, que foi majoritariamente realizada em instituições privadas de ensino) quanto da Educação Permanente em Saúde Mental. (p.10)

Por mais que na saúde mental, exista a proposta de supervisão numa perspectiva clínico-institucional que procura combater os diferentes modos de individualização que atingem usuários, profissionais e gestores, Severo et al (202) reconhecem uma demanda por um tipo de supervisão sustentada na “individualização-patologização”:

Percebemos que a equipe CAPS apontava um anseio de saber sobre o transtorno mental, esperando encontrar uma resposta absoluta. Acreditamos que o saber sobre o transtorno deveria ser explorado nas supervisões, mas que seria imprescindível a sua articulação com o território e com a existência do usuário.

Ao mesmo tempo, a equipe demandava falar sobre suas angústias, reapropriar-se de seu cotidiano, analisar suas relações dentro da equipe, com a rede, e com a gestão municipal, como veremos adiante. Essa demanda nos levou a adotar diversos saberes, não centrados no saber do supervisor e nem em uma única especialidade, mas englobando os saberes dos diversos sujeitos envolvidos no processo de supervisão. (p.551)

Interessante observar como o modo de produzir o saber descentrado do indivíduo, neste caso, enfrentou dois modos instituídos neste tipo de discussão: isolar o sujeito na discussão de um caso e promover o discurso de especialista. Além disso, Severo et al. (202) referem como os esforços foram direcionados para a construção de uma prática de

autogestão e autoanálise dos profissionais junto aos usuários e familiares por meio das assembleias.

Em outro texto, Severo e L'Abbate (178) discutem como os casos clínicos são analisadores sociais, quando se adota uma supervisão-clínico institucional orientada pela socio-clínica institucional. As autoras apresentam como a equipe do Caps, sobre a qual recai um mandato social de disciplinarização, cria uma demanda para que o supervisor, piedoso com a equipe, legitime suas práticas de controle, punição e/ou desistência. Ao desviar desse tipo de demanda, as autoras ressaltam uma atuação no “entre”, por meio das relações. Assim, a partir do caso de um usuário considerado agressivo com as pessoas e resistente ao tratamento: localizaram uma profissional da equipe mais disposta a construir uma aproximação com ele, problematizaram o quanto há uma hegemonia da perspectiva antiproibicionista e moralista permeando as práticas sociais e profissionais em saúde, articularam profissionais de diferentes equipes e construíram um cuidado ampliado envolvendo outros familiares. Ou seja, um caso, ao não ser encerrado em sua dimensão psíquica individualizada, permitiu uma busca pelas conexões sociais implicando diversos atores sociais numa zona comum de encontro.

Na mesma direção, Oliveira et al (196), em estudo por dentro do apoio matricial em saúde mental envolvendo Caps e atenção básica, ressaltam o quanto a fragmentação da responsabilidade de cada serviço pelo cuidado ao ser analisada coletivamente promoveu uma mudança de perspectiva entre os participantes e a pesquisadora principal, que elaboraram o sentido do cuidado compartilhado, inclusive questionando as fragmentações do cuidado em decorrência dos especialismos e biologicismos que permeiam a práticas profissionais na saúde mental.

Amorim et al (203), também na saúde mental, narram a construção de uma grupalidade, por meio do qual se localiza um movimento singular no coletivo ou, como dizem, em um “coengendramento de indivíduos e sociedade”. Tratou-se de uma maneira de produzir um encontro de heterogêneos (usuários e trabalhadores da saúde mental mais discentes e docentes da universidade) em uma associação por meio da qual se buscou encontrar maneiras de construir autonomia com relação às “instituições instituídas”, modulando para que o apoio da universidade não se tornasse uma relação de tutela e colocando em análise as “identidades instituídas” de cada um dos atores envolvidos. Em um belo movimento de quebra da falsa concorrência entre a demanda individual e coletiva, as autoras compartilham como procederam diante da irritação de um participante durante uma

atividade programada de leitura coletiva. A crise foi acolhida pelo grupo e produziu outros modos de estar em relação:

Mediante a tentativa de várias retomadas do assunto em pauta, o mal-estar continuava. Então diante das reclamações e inquietações do participante, começamos a falar sobre músicas e um dos estudantes começou a cantar músicas gregorianas e então, a irritação foi dando lugar à sonoridade, à música, de acordo com a preferência de cada um. Então, para acompanhar tal movimento, propusemos que fôssemos dar continuidade ao encontro em um dos parques florestais da cidade. (p.671)

Também diante dos desafios da composição acolhendo as diferenças, Sousa et al (185) analisam como, inicialmente, o Caps I com uma equipe formada em sua maioria por moradores da cidade pequena causou uma desconfiança na população e as pessoas tinham vergonha em frequentar o serviço. Entretanto, a pesquisadora principal observou um lado interessante da maior proximidade entre profissionais e a população:

[...] durante a participação observante alguns registros descreviam a aproximação dos usuários com os profissionais, facilitado pela convivência em outros espaços, como vizinhança, vínculos comuns (igrejas, eventos culturais), relações construídas a partir do próprio serviço. Tais encontros possibilitaram a construção de redes de cuidado no território e a articulação de diferentes recursos materiais e humanos para o cuidado em saúde mental. A singularidade de trabalhar em uma cidade pequena acabou revelando através das falas dos profissionais que isso os ajudava na aproximação com os usuários e no reconhecimento do contexto em que estavam inseridos, onde moravam, quem eram seus familiares, a situação socioeconômica, os espaços que frequentam, ou seja, na criação de vínculo. (p.13)

Até mesmo o estigma do usuário da saúde mental foi trabalhado em espaços coletivos:

O desenvolvimento de assembleias onde foram convidados usuários e familiares para explicar como deveria ser o desenvolvimento do trabalho do CAPS, que não estava centrado apenas no atendimento clínico, impulsionou uma maior interação profissionais-profissionais, profissional-usuários e usuários-usuários, ajudando na desconstrução de alguns estigmas. Essa ação foi reconhecida pelos profissionais como um importante momento, que possibilitou ampliar as concepções sobre o cuidado em saúde mental e ofertar diferentes formas de cuidado como oficinas (canto, música, artesanato, alongamento), terapia comunitária integrativa, festas comemorativas, entre outras, sendo um convite para as pessoas que desejassem fazer parte de atividades coletivas, que passaram a ocorrer semanalmente. Além de um acompanhamento clínico, a oferta de cuidados grupais por diferentes profissionais possibilitou encontros, troca de experiência, transformação, construção e desconstrução de saberes e cuidados. (185, p.13-4)

Essa experiência exhibe um modo de trabalhar a saúde, em especial a saúde mental, nas relações, em um agir em comum, encontrando as singularidades.

Aliás, Silveira et al (184) ressaltam que o cuidado singular nada tem a ver com a individualização:

Também considera o sujeito, singular, único e insubstituível na sociedade, onde a relação sujeito-profissional e sujeito-paciente ocorrem segundo um horizonte de possibilidades, deslocando de uma individualidade-eu, substantiva, para uma individualidadesi, verbo, reflexiva e construída em ato, ou seja, a ipseidade do sujeito, historicamente constituído e protagonista do seu cuidado à saúde. (p.4885)

Entretanto, cabe resgatar que a dimensão da Relação e do agir em comum, requer separações para preservação das diferenças fundamentais para aberturas da criação. Trabalhos que abordam as resistências, tais como Dóbies e L'Abbate (26), Borges et al (190), Lago et al (189), Fortuna e Romagnoli (175), contribuem para observar os movimentos de “separação”, que combatem os modos reproduzidos e totalizadores nas relações sociais. De modo semelhante, Spagnol et al (204) apresentam um estudo interveniente sobre conflitos na equipe de enfermagem. Esses estudos procuram trazer à tona muitos fragmentos de relação instituída inaceitáveis, que são os maus jeitos e maus encontros, diante dos quais tradicionalmente se adota práticas de evitação, minimização ou punição, preferencialmente de modo individualizado. Quando, entretanto, se cria condições para uma análise coletiva de implicação por meio das resistências, dos conflitos e outros tipos de tensão, permite-se primeiramente reconhecer as diferenças e localizar as forças políticas em disputa, os efeitos dos afetos biopolíticos, as vozes das instituições presentes nas relações e, além disso, possibilita-se implicar a construção coletiva compondo concordâncias, tendências diversas, manutenção de algumas disputas, produção de novos rumos etc.

No que diz respeito à relação entre pesquisadores e participantes. Em geral, os intervenientes-pesquisadores ressaltam os participantes como coprodutores do conhecimento. Ferreira et al (173) contam como os participantes foram convidados a localizar o problema de saúde do trabalhador a ser abordado pela equipe deles, sendo o material da pesquisa apenas uma das fontes para esse trabalho. As pesquisadoras insistem na perspectiva de um *ethos* de pesquisar que “entrelaça conhecer e fazer, pesquisar e intervir.” (p.926). Assim, a pesquisa não conclui, a pesquisa se torna parte do processo. Pesquisadores e participantes se encontram em um momento de parceria, em um fazer em comum. Os resultados da pesquisa, neste caso dados epidemiológicos, não foram devolvidos para uma equipe de trabalho, mas contribuíram para a localização dos problemas e das possibilidades de agir, envolvendo pesquisadores e trabalhadores em um processamento comum, em relação. As pesquisadoras explicitam o quanto isso demanda uma abertura: “um processo de construção em mão dupla, em que pesquisador e objeto de pesquisa se (re)criam

mutuamente” (p.928). De tal modo que os procedimentos, os instrumentos e a metodologia não podem ser pressupostos, mas em um processo de coengendramento.

Por outro lado, Lima e Fernandez (195) problematizam a produção de invisibilidade que ocorre nas pesquisas, sob a alegação da preservação do sigilo:

Na narrativa produzida após a realização dessa reunião (Cena 2) foi mantido o anonimato das falas, numa tentativa de individualizar ou despessoalizar as expressões de modo a marcá-las como dando passagem a enunciados coletivos, vetores ou linhas que atravessam nosso pensamento e nossas práticas. Se esse procedimento é de certa forma exigido como proteção dos participantes pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido proposto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, por se tratar de pesquisa com seres humanos, ele também produz uma invisibilidade dos sujeitos da pesquisa-intervenção, colocando-se como um limite à sua identificação. Esse é um problema que não foi resolvido e pode ser melhor discutido em outros estudos. (p.139)

Esse é um debate mais avançado nas pesquisas em ciências humanas, mas que encontra bastante resistência na área da saúde e seus comitês de ética. Certo é que essa preservação de sigilo serve muito mais proteger os autores de suas possíveis distorções e erros. É certo que há situações em que cabe o sigilo e a pesquisa não deve servir de panóptico, pois como vimos, há ocasiões que é preciso operar às escondidas e outras em que a exposição é prejudicial à pessoa. Entretanto o “instituído” do sigilo por vezes faz perder a dimensão da singularidade: pessoas, serviços, cidades... Tudo parece uma coisa só. Aliás, essa tese não escapou da normativa que obriga a preservar sigilo dos participantes. Os participantes são coprodutores anônimos do conhecimento, só aparecendo o nome verdadeiro do autor-pesquisador.

Intervenções que provocaram (ou não) análises, inquietaram as práticas sociais e/ou promoveram transformações sociais

A análise coletiva de implicação é frequente sinalizada como o meio para promover a análise institucional e criar movimentos. Em especial, Penido (149) e Borges et al (179) trabalham com a ideia de análise de implicação como dispositivo, sendo a primeira relacionada à transformação do trabalho e os segundos à educação permanente em saúde. Fortuna et al (188) apresentam como a análise de implicação foi o modo como um grupo de pesquisadores encontrou para reencontrar o essencial no processo de implantação da Rede Cegonha que estavam realizando:

A revisão desses fazeres, na forma de análise de implicação, reflete na produção de dispositivos e também no processo de construção das análises coletivas, sempre inacabados e com a tarefa de fazer lembrar o

que muitas vezes é esquecido nas instituições, neste caso: a defesa da vida de mulheres e crianças. (p.9)

Neste mesmo trabalho, a presença de um analista externo ajudou o grupo a analisar as suas tensões latentes com “apagamento das diferenças” para que todos adquirissem a identidade de pesquisador. Conseguiram localizar as diferenças de posição e responsabilidade em torno do objeto da pesquisa: alguns pertenciam à gestão outros à universidade. Puderam identificar que, mesmo com as diferenças, tinham um agir em comum: o cuidado de qualidade para mulheres e crianças.

A partir da experiência de uma pesquisa financiada e assentada em diversas coletivizações, Fortuna e Romagnoli (175) defendem que a força coletiva instituinte pode ser ativada pela restituição realizada de modo aberto. Sintetizam ao final do texto: “Restituir é recriar e admitir que não há nada a ser devolvido como se houvesse retirada de algo pronto por alguém, antes, é mais uma possibilidade de encontrar e no encontro produzir análises e restabelecer pactos de produção conjunta.” (p.59). Uma abertura com posicionamento ético-político – declarado e colocado em análise – de “sustentar a formação de agentes para a implementação de políticas públicas que favoreçam a produção da vida e do cuidado” (p.59). Deste modo, apresentam como articuladores de educação permanente e apoiadores da política nacional de humanização construíram uma dimensão mais coletiva de trabalho ao compor um coletivo analítico entre eles e acionar modos mais coletivos de exercerem suas práticas profissionais, colocando em análise os entranhados ditames hierárquicos nas institucionalizações. Compartilham os seguintes relatos dos participantes:

Eu tinha necessidade de dar respostas e eu acho que isso trouxe um impacto muito bom no meu trabalho, “vamos construir juntos, vamos encontrar as respostas juntos”. E eu percebi também que eu consegui melhorar a minha habilidade de causar reflexões, tanto em mim quanto nos grupos, com essa questão da construção. (p.52, grifos das autoras)

Eu acho que é um amadurecimento mesmo, de que não dá para ir fazendo e pegando, mas tem que olhar a gestão, tem que olhar as necessidades da equipe. [...] inicialmente era uma coisa mais entusiástica, de pegar o que foi aprendido e aplicar. (...) [ficamos mais seletivos] de que hora, em que momento, vamos aguardar, vamos esperar e vamos tentar conciliar as necessidades: demanda, necessidades da equipe, o que eu penso, como eu posso agrupar aquilo que eu tenho de ideia com aquilo que é a gestão e com aquilo que é necessidade. (p.53-4)

As normativas são importantes, conhecer portaria, a gente tem uma média de 5 mil portarias por mês, conhecê-las é bacana, é importante, mas trazer isso do vivido e não a gente começar do outro lado, mas sim o movimento ao contrário. (p.57-8)

Lima e Fernandez (195), por sua vez, mostram como a abertura para se inventar ao longo do trabalho, em processo de afecção e contágio bem como da manifestação de diferenças, produz espaços de confiança e anima o trabalho comum:

O cultivo da confiança [...] é importante em processos nos quais o pesquisador entra como alguém “de fora” do grupo [...] O pesquisador, nesse caso, cria um setting para a pesquisa: inventa espaços específicos. No nosso caso, o *setting* de pesquisa se deu no próprio funcionamento do CLS – não foi criado, além dos momentos de devolutiva, um espaço específico para a pesquisa, o que certamente teve seus efeitos sobre o cultivo da confiança, com a pesquisadora conselheira muitas vezes assumindo posições de dissenso ao desnaturalizar verdades instituídas. [...] o estabelecimento da confiança também é um processo em curso, e o fenômeno de recalcitrância, se no início não era evidenciado através da fala dos conselheiros, após dois anos já se dá de maneira mais direta e clara. [...] A realização de seminários de saúde nos bairros cobertos pelo CS, com participação da população local, mostra-se uma prática capaz de aproximar a unidade de saúde e o CLS da vida no território. Sua presença nos demais Conselhos e no Movimento Popular de Saúde também expressa um engajamento aos movimentos instituintes de produção de vida, ao mesmo tempo em que resiste ao desmonte das políticas públicas de saúde. (p.141-2, grifos dos autores)

Do mesmo modo, Severo et al (202) ressaltam:

Nesse sentido, construímos um modo de fazer supervisão inacabado e que tenta colocar, em análise, o lugar de hierarquia de saber-poder que a supervisão tradicionalmente ocupa. As supervisões devem ser permeáveis à dinâmica do grupo, às características de seu contexto, aos seus saberes e afetos, às experiências vivenciadas pelos usuários. O caráter de construção permanente pode propiciar aumento do coeficiente de transversalidade no grupo, momentos de experimentação dos trabalhadores enquanto grupo-sujeitos. (p.554)

Três publicações indicam que a intervenção (ou pesquisa-intervenção) desencadeou uma ação de saúde ou um embrião disto. Fortuna e Romagnoli (175) apontam que o trabalho garantiu novos recursos para as práticas de educação permanente em saúde e da política nacional de humanização nos municípios. Lima e Fernandez (195) relatam que os sujeitos participaram do desenvolvimento de seminários de saúde nos bairros cobertos pela unidade básica e alguns conselheiros animaram outros conselhos e o movimento popular de saúde. Ribeiro (181) aponta que, ao final dos encontros socio-clínicos, encaminhou-se um planejamento estratégico da enfermagem, envolvendo docentes, alunos de graduação e residentes de enfermagem obstétrica.

Ribeiro (181) descreve como levou a proposta do planejamento:

Pensando na palavra governabilidade em relação ao macro e o micro, que autonomia é essa que estamos buscando para operar nesses espaços? De acordo com as falas e os inúmeros problemas levantados aqui, que também têm suas inúmeras ações, podemos pensar no planejamento estratégico. Existem alguns autores que vêm considerando e trabalhando

o planejamento estratégico como uma tecnologia leve de gestão. Nós já temos o diagnóstico situacional do aprimoramento e do [projeto Aprimoramento e Inovação no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia (Apice On)] e também toda a análise coletiva que fizemos. Assim, podemos refletir e fortalecer o nosso poder de agir e pensar na nossa governabilidade, o que nós podemos pactuar aqui [...] para nós começarmos. Esse é o último encontro da pesquisa, podemos pensar em um próximo encontro para conseguir ocupar esses espaços, nós temos quantas enfermeiras, quantas enfermeiras obstétricas, essas pessoas precisam participar para fortalecer o nosso grupo, então, eu acho que nós precisamos pensar nisso, o que nós podemos fazer neste momento. (p.115-6)

Se, por um lado, Ribeiro (181) indica o desejo do grupo seguir com análise do seu processo de trabalho, com maior protagonismo na sua organização. Por outro, isto indica uma saída pelo “organizar”, pelo “planejar”. E isto dentro das cercanias da enfermagem, sem abrir porosidades importantes para o encontro com outros atores importantes do processo analisado, notadamente os médicos e médicas com os quais aparecem inúmeros conflitos. De qualquer maneira, a saída pelo planejamento é valorizada por Pesce (99), pois entende que é importante avançar nas análises reflexivas e desconstrutivas para a atenção ao que está por vir e o acompanhamento das suas ações experimentadas.

Essa aproximação da análise institucional com a gestão desperta preocupação. Esta análise está a serviço do quê? A autogestão está em processo? Se esta gestão não for “auto”, a análise institucional fica invertida. Ao não enfrentar a heterogestão, alia-se a hierarquia instituída, de modo mais ou menos consciente e manifestado, constituindo o que Lourau (14) tanto receava: ajudar a edificar o panóptico.

Um tanto nessa mesma direção, nota-se o posicionamento político mais conservador ou reformista em alguns trabalhos. Uma posição distante da análise institucional disruptiva e crítica, declaradamente de extrema esquerda.

Penido (149), por exemplo, ressalta a democratização da prática profissional, dialogando com o Método Paideia do Professor Gastão Campos, que trabalha com a noção de cogestão, não de autogestão. Isto, evidencia um limite da distribuição de poder e governança.

Já Campagnoli et al (194) descrevem a análise de prática profissional, em uma perspectiva de reflexividade em diálogo com Donald Schön:

A prática profissional em saúde envolve os atos de conhecer e refletir na ação. Através da experiência de pensar e fazer compartilhamento com o coletivo, desenvolve-se **diferentes maneiras de aprimorar competências que já possuímos.** (p.38, grifos meus)

Há uma explícita expressão reformista-conservadora. A posição de gestora-pesquisadora de Campagnoli, tal como era o caso de Penido, traz o risco de levar o pesquisador a “defender” um determinado modo de gestão, pois este é, explicitamente ou não, um encargo social atribuído às pessoas que exercem este lugar de gestão num sistema de socialização hierarquizado e heteronormativo.

Monceau (205) faz uma crítica a essa perspectiva da reflexividade nas práticas profissionais, advertindo que tem sido utilizada para agregar na constituição do “bom profissional”, definido pela alta competência para exercer a profissão e discursar sobre ela, reforçando um modo liberal e individual de trabalhar. Este autor provoca a recuperação da análise de implicação e da dimensão institucional da prática reflexiva, em seus aspectos políticos e materiais, a fim de animar a força instituinte. Conclui: “Essa reflexividade, a análise de implicação, permanece instituinte no sentido original de Lourau: ela provoca a análise institucional negando um instituído tanto mais difícil quanto mais atacado.” (p.31)

Ao analisar o esvaziamento ético e político da educação permanente em saúde, Inamorato (193) fala do mal uso do espaço de compartilhamento coletivo pelas gestões, que se aproveitam da palavra aberta para extrair informações a serem utilizadas para coerção e controle dos profissionais e num balão de comentário explica o cerceamento político: “Vivenciei espaços em que era reprimido o uso sequer da palavra “política” e em uma discussão, por exemplo, de mortalidade materno-infantil, as questões de raça e classe social não eram problematizadas para além dos indicadores.” (p.22)

É estarrecedor, mas bem típico desse momento histórico, além dos logros favoráveis aos panópticos, essa mordaza “antipolítica” já descrita no texto 1, quando resgatamos exatamente uma expressão da “escola sem partido” no campo da formação em saúde.

A neutralidade, como adverte todo o conhecimento construído em análise institucional, é um posicionamento político, ou seja, não é inofensiva e nem existe verdadeiramente. De tal modo que a isenção no combate que se apresenta necessário em um determinado momento, flertando com a neutralidade e escapismos, indica uma implicação de alinhamento com a força hegemônica e impositiva, desvelando, por vezes, uma posição privilegiada daqueles que não são impelidos pelas condições de existência a lutar. Ou seja, é importante analisar quais são as cumplicidades e privilégios que eximem do combate necessário em favor da criação das múltiplas formas de viver. Inclusive, recônditos pela satisfação com pequenos “ajustes” e “inocentes” estranhamentos, que dão cocairinha sem inquietar verdadeiramente a institucionalização.

Campagnoli et al (194) apresentam uma situação difícil no momento da pesquisa-intervenção, quando uma técnica de enfermagem (profissional da base da hierarquia) pede “ajuda” à gestora-pesquisadora para inserir um acontecimento em análise. Ela não “queria falar”, porque não se sentia autorizada-segura para tal. A gestora também não encontra um modo para falar. A gestora-pesquisadora reconhece a relevância do acontecimento para despertar a análise, mas sem conseguir enunciar, torna-se cúmplice. A regra do tudo dizer não funciona e as possibilidades de restituição não se expressam. As autoras evocam o conceito de analisador para explicar o que estava acontecendo: “Tendo como subsídio o conceito de analisador o fato omitido pela referida técnica de enfermagem sobre o erro de medicação revelou questões que estavam encobertas relacionadas às relações de poder e saber dentro da equipe de enfermagem.” (p.35) Entretanto, podemos dizer que é um “analisador desperdiçado”, tal como muitos que eu trouxe na apresentação da minha intervenção nas assembleias. Neste caso, podemos dar essa alcunha para o analisador, porque ele não foi levado para o grupo, mas também não provocou uma análise de implicação na gestora-pesquisadora e sua “cumplicidade” com esse silenciamento.

A grande maioria dos trabalhos mencionam o uso do conceito de analisador. Apenas nove dos 37 textos analisados não trabalham com este conceito. Dentre esses, alguns mencionam o conceito no momento da introdução ou da descrição metodológica. De todo modo, é gritante como os analisadores não tiveram força para provocar análises, incluindo os clássicos marcadores sociais: classe, raça e gênero. Ou seja, não são apenas os espaços de educação permanente descritos por Inamorato (193) que não têm debatido esses marcadores. Não é fortuita a minha elucubração de que os marcadores sociais são “assuntos espinhosos”. Mesmo quando a sua discussão é desejável, como nos espaços coletivos de análise de implicação, ela foi escassa e vaga.

Encontramos referências a esses marcadores sociais em:

- Zambenedetti e Silva (206): “representação de gênero” para explicar o julgamento moral e as preconceções que levantam barreiras no cuidado de HIV/AIDS;
- Mourão e Soussume (207): breve referência à classe social como determinante na qualidade da alimentação;
- Fortuna et al (188): o fato das pesquisadoras se afetarem especialmente com o objeto da Rede Cegonha por serem em sua maioria mulheres, mães e avós;
- Fortuna et al (180): predominância do feminino na enfermagem, dentro de uma sociedade patriarcal, como um dos fatores que explica a submissão ao poder médico e seus veios masculinos;

- Santana et al (172): origem feminina e religiosa da enfermagem; separação entre as *nurses* (mulheres pobres) responsáveis pelo trabalho manual/técnico (alimentação, higiene do paciente e do local etc.) e as *lady-nurses* (mulheres ricas) responsáveis pelo trabalho intelectual (supervisão e ensino); divisão de classe social reproduzida nas diferentes atuações dentro da enfermagem no Brasil;
- Ribeiro (181): medicalização e vigilância do corpo feminino, que é tratado como uma máquina que demanda manutenção permanente;
- Spagnol et al (197): efeitos desiguais da pandemia de covid-19, reforçando as desigualdades sociais e de gênero;
- Inamorato (193): o feminino na educação permanente, pois a considera fértil, produtiva, imersa em rede; nomeou todos os participantes, inclusive de gênero masculino, com nomes de “deusas da mitologia indígena”.

Se os marcadores sociais não tiveram muita força analisadora, também não localizamos muitas invenções de “dispositivos operatórios” e/ou no modo de provocar a análise. Entretanto, Amorim et al (203) criaram o “grupo pensamento”, que é descrito como uma máquina heterotópica de invenção. Pedrosa (183), por sua vez, adotou o “círculo de cultura” de Paulo Freire. Inamorato (193) apresentou uma oficina para discussão dos diários como meio de introduzir os participantes no uso deste que seria um dispositivo utilizado no estudo. Neste processo, surgiu a ideia de “diário falado”, que foi a escolha da maioria dos participantes. Delfini et al (208) exibiram o uso do itinerário terapêutico desenhado pelos participantes como uma estratégia interessante para localizar os analisadores. Campagnoli et al (194) utilizaram um observador externo num trabalho com “analista interno”, sendo que este foi escolhido pela analista-pesquisadora e só compartilhou suas observações com ela.

Algumas publicações apresentam contribuições com o modo de realização das restituições. Lago et al (189) e Inamorato (193) apresentaram as restituições em forma de narrativa escritas pelas pesquisadoras. Santana et al (172), que trabalharam com um campo no Brasil e outro na França, descrevem a adoção da estratégia de “restituição cruzada” a partir da demanda dos participantes, de tal modo que o conhecimento produzido num dos campos do estudo é apresentado ao outro e vice-versa. Fortuna e Romagnoli (175) trabalharam com restituições com convidados na perspectiva de produzir *élargissement* (ampliação). Ferreira et al (173) trataram a restituição como um modo de ampliar a pesquisa epidemiológica, tratando os resultados da pesquisa como informações para estimular o debate e produzir um conhecimento conjunto com os participantes.

No modo de escrita do texto, podemos ressaltar o trabalho de Inamorato (193), que apresentou uma dissertação em forma de narrativa, com “balões de comentários”. Contudo, a autora faz questão de expressar no texto que foi “autorizada” e encorajada:

Confesso meu receio ao empregar esses recursos no texto, apesar de ter sido encorajada pela orientadora e encontrado respaldo acadêmico na construção de textos narrativos. É interessante pensar que precisamos de amparo científico para justificar e validar este tipo de escrita dentro da academia, diferentemente da escrita já reconhecida como “científica”, que não exige justificativa. (p.6)

Como afirma a autora, as criações na academia precisam ser reconhecidas... Precisam já ter sido criadas ou serem chanceladas por outrem.

Assim, inclusive os referenciais teórico-metodológicos mais críticos passam a ser instituídos nessa maquinária de produção de saber. Os pesquisadores-intervenientes pouco perturbam os “esqueletos” da análise institucional e seus autores. Tanto que não foi localizada nenhuma crítica ou problematização à análise institucional. Aparecem apenas algumas observações sutis como: “ser um modo contra hegemônico de pesquisar” (190); dificuldade em obter de recursos de pesquisa devido ao fato deste referencial não se “encaixar” nas exigências da academia (188); a caixa de ferramentas da análise institucional produz perturbações ao longo do processo e não proporciona segurança para o pesquisador (191); uma crítica à noção de contradição e uma defesa à de paradoxo, que tangencia uma crítica à dialética (206).

II.II. brotações em duas experiências como interveniente

Em meio ao trabalho de doutorado, da intervenção nos Caps e da investigação bibliográfica, participei de duas experiências de intervenção: 1) intervenção em serviço de acolhimento para crianças e adolescentes; 2) preparação do eixo sobre intervenção do segundo livro do diretório de pesquisa análise institucional e saúde coletiva. A primeira foi uma experiência de intervenção propriamente dita, com todas as características e rituais, inclusive sofrendo grandes mutações em decorrência dos acontecimentos sociais. A segunda foi como mais um dos intervenientes que se dedicaram a analisar suas intervenções e suas implicações coletivamente. Ambas permearam o trabalho e ganharam registros no diário de pesquisa. Esses trabalhos foram publicados em *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo* (2023), sendo que a intervenção foi compartilhada em um dos capítulos (174) e a preparação está em parte descrita na introdução do livro (209) e o seu “resultado” aparece na segunda parte do livro, nas ressonâncias escritas para cada um dos capítulos desta parte.

Sem a pretensão de resgatar detalhes e descrições dessas experiências, irei tão somente ressaltar alguns pontos dos aspectos que consigo localizar e possivelmente acrescentar ao que foi discutido até o momento.

Durante a intervenção com os profissionais do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, nós (estava com mais seis colegas do diretório de pesquisa) logo de início tivemos que lidar com a vida como ela é não como queremos que ela seja: a insurgência da pandemia de covid-19 desconstruiu todo o arranjo da intervenção. Por um lado, as contingências se modificaram e exigiram mudanças na intervenção é algo esperado e bem-vindo para que a intervenção entre no fluxo dos acontecimentos e das institucionalizações. Por outro, na lógica produtiva em que estamos inseridos, se faz necessário analisar os atropelos do progressismo.

Neste trabalho, identificamos que havia necessidade de retomar os encontros e reconstruir a intervenção em parceria com os profissionais do serviço de acolhimento, sobretudo pelo alto nível de tensão e sofrimento imposto pela experiência da pandemia em serviços que mantiveram as crianças “isoladas”, sem irem à escola e outras atividades nem encontrarem com os familiares. Entretanto, detectamos que em determinado momento estávamos imersos no “fazer a qualquer custo” sobre o qual os profissionais nos contavam. Sobretudo no grupo com educadores, foi bastante difícil construir um momento coletivo na agenda do próprio trabalho bem como o acesso aos recursos necessários (aparelho e conexão de internet) para conseguirem participar das reuniões por videochamada. Os educadores era o grupo de profissionais do serviço de acolhimento mais destacado na encomenda-demanda da intervenção, mas que foi altamente prejudicado pela necessária migração para a modalidade *online*. Mantivemos os encontros, experimentando mudanças, mesmo com esses percalços e poucos participantes. Tínhamos um contrato a cumprir, estávamos recebendo pelo trabalho, tínhamos uma pesquisa em realização, precisávamos publicar, tínhamos o interesse de educadores por “cursos certificados” e por oportunidades de ganho de empregabilidade. Aspectos de produtividade, de progressismo e sobreimplicação foram emergindo. O “fazer a qualquer custo” também foi detectado no grupo com técnicos (assistentes sociais e psicólogos) e coordenadores. Tentávamos experimentar dispositivos operatórios e seguíamos a “ritualística” de um encontro socioanalítico, com nossas restituições. Entretanto, isso não elucidava os analisadores. Estávamos produzindo, mas não uma análise institucional.

Registrei no diário coletivo da pesquisa-intervenção:

Talvez tenhamos conduzido muito o nosso grupo para análises individuais, com baixa produção de análise mais coletiva e dos

atravessamentos institucionais. [...] Também penso que devemos buscar localizar quais são os analisadores que estão pulando na nossa frente, mais do que criar dispositivos para tentar produzir as análises. (174, p.185-6)

Nesse grupo, era habitual os profissionais fazerem referência a angústias e mal-estares no trabalho numa perspectiva individual, sendo que alguns destacavam o quanto isso ocupava um bom tempo da análise pessoal. O afeto biopolítico escorria para o foro íntimo de cada um.

Tal movimento foi rompido a partir de uma queixa muito sutil dos participantes durante a restituição no início de um dos últimos encontros, que foi acompanhada pela sustentação de silêncio por parte do trio de intervenientes. Era evidentemente um “silêncio barulhento”. Pouco a pouco, os profissionais, até mesmo aqueles que haviam participado poucas vezes, passaram a analisar a maneira como se sentiam silenciados-ameaçados no trabalho. O posicionamento político e os possíveis (necessários) embates com a direção estavam censurados e muitos profissionais analisaram como isto minguou a força coletiva e criativa da equipe.

Tal abertura analítica se manteve de modo interessante e na restituição final, realizada oito meses após o último encontro, foi possível analisar os efeitos da escassez e do progressismo permeando as práticas profissionais e sociais:

O momento mais quente aconteceu quando uma profissional do setor administrativo entregou um carnê para a Jaqueline. A cena chama a atenção de todos(as). Um analista diz: “A conta chegou!”. Isso teve uma força analisadora, pois começaram a analisar sobre “fazer as coisas a qualquer custo” e “os boletos que recebem para pagar”. Perguntam-se: “O que podemos fazer com isso?”. De uma maneira mais imediata, refletem sobre o lugar de “pobreza” nas relações de trabalho: economia e aproveitamento máximo dos poucos recursos; ações para a arrecadação de dinheiro e doações. Aliás, o bloco recebido pela Jaqueline era um carnê de rifa.

Ampliam a análise, ao discutirem como lidam com os encargos que recebem no cotidiano, problematizando o comportamento disciplinar em muitas ocasiões, submetendo-se a limitações das prestações de conta quando vão decidir o que pode ou não ser feito, dedicando grande parte do tempo às atividades burocráticas, sucumbindo aos distanciamentos e fragmentações entre os(as) profissionais da equipe etc.

Dessa maneira, notam o quanto “fazer a qualquer custo” (uma das ações analisadoras) atende aos anseios de manutenção de uma “boa imagem” aos olhos da administração e da sociedade em detrimento de um embarque nas disformes práticas instituintes.

Entretanto, problematizam a exigência moral embutida em suas práticas profissionais conectadas à idealização produtiva. (174, p.193-4)

Já na construção do eixo sobre intervenção do segundo livro do diretório de pesquisa, reconhecemos a importância do espaço coletivo para o compartilhamento das nossas intervenções (ou pesquisas-intervenções) e os nossos modos de registrar-publicar. Durante

as “Oficinas de Análise Institucional e Saúde Coletiva: intervenção, memória e escrita” realizadas em maio de 2022, realizadas para agenciar a escrita dos capítulos do livro, utilizamos exatamente essa intervenção no serviço de acolhimento para crianças e adolescentes como meio animar o nosso debate e esse modo de trabalhar se repetiu com os demais futuros capítulos.

Procuramos, deste modo, coletivizar nossos trabalhos coletivos, movimentando nossas análises de implicação. Na ressonância da intervenção no serviço de acolhimento, Oliveira e Santana (210) ressaltam o quanto o nosso debate desvelou a nossa sobreimplicação com as instituições “pesquisa” e “pós-graduação”, pois nos dedicamos muito mais aos modos de “enquadramento” do texto nos moldes acadêmicos, numa espécie, segundo as autoras, de um efeito “banca de qualificação”. A discussão também ressaltou os riscos desse momento de ascensão da extrema direita e da “antipolítica empurrar e constranger os intervenientes-pesquisadores a realizar “pesquisa sem partido”, despotencializando a força instituinte da análise institucional.

Na ressonância escrita sobre a pesquisa-intervenção Pinheiro e Severo (211) que trabalhava com a violência de gênero, Dóbies e Rézio (212) retomam a dificuldade em adentrar na discussão de gênero e no debate dos temas despertados na intervenção, privilegiando o debate mais metodológico. Se isto reforça dificuldades já ressaltadas anteriormente, por outro, podemos considerar uma perseguição por modos localizar “as intervenções que provocam as análises institucionais”.

Severo e Spagnol (213) ressaltam, a partir das análises coletivas sobre o capítulo escrito por Santana et al (214), o “Efeito Beija-flor”. Analisam como os pesquisadores operaram radical e persistentemente o “entre” coletivos, transportando vários conhecimentos, experiências e práticas entre pessoas em contextos diferentes. Assinalam como se deu o movimento das dobradiças de “dentro-fora”, “campo de intervenção-campo de análise” que remarcam produções do comum e em comum das Relações.

Em Chaves e Spagnol (215), Loiola e Campagnoli (216), Campagnoli et al (217) e Chaves e Oliveira (218), encontramos algumas estratégias para promovem análises de implicação (e, evidentemente, das instituições) nos coletivos, combatendo os atropelos da normativas produtivas e abrindo espaços, inclusive, para cuidados de si, para encontros de singularidade. Inclusive, é interessante observar como Campagnoli et al (217) produziram um texto polifônico, fabricando modos de composição de escrita sobre intervenção.

- uma parada no meio do caminho, em um lugar qualquer da montanha -

*“Pois sempre poderia ter sido de outro modo, mas não foi.
Sempre poderia ter sido distinto, mas não aconteceu.
Outra coisa aconteceu.” (Heliana Conde)*

É hora de parar! Basta de adiamentos! Há um cansaço que requer um repouso. Há algo que fica pelo meio. Insistentemente foi repetido nessa tese que vivemos no meio, querendo ou não: sempre entramos no meio e saímos por ele.

Foi uma longa caminhada, com subidas e descidas, fuçando e acumulando. Aí está uma pesquisa amontoada, errática e vacilante sobre intervenções socioanalíticas no campo da saúde. Essa parada é mais uma repetição desse modo de trabalhar e escrever. Serão entrelaçadas, nesse sentido, três linhas derradeiras: 1) a tentativa de acolher permanentemente o acontecimento ao longo da pesquisa; 2) as demandas para preparação-atuação do interveniente; 3) a implicação com a abertura dos campos da análise institucional.

Nas tentativas de acolher o acontecimento, esta pesquisa foi traçada no seu percurso e nos entremeios, em contato com as intensidades ético-políticas de produção. Esse movimento começou na preparação do projeto e suas atualizações, passou pelas entranhas das revisões bibliográficas e da intervenção socioanalítica e esteve presente na escrita da tese. É um estudo dos movimentos políticos numa confluência de dimensões – saúde, política pública, pesquisa, universidade, loucura, socioanálise etc. – que foram analisadas sob alguns pontos de vista, tais como: olhar para o processamento socio-histórico, promover uma intervenção esquisita em centros de atenção psicossocial e encontrar com a produção de outros intervenientes. Heterogêneos, multiplicidades, complexidades indicando as tendências em disposição inquietante que nos permeiam insistentemente nos serviços e práticas de saúde. Nessa toada, essas “considerações finais” não seguem a tradicional regra de não trazer referências novas. Segue acumulando, acompanhando os esporos e viajando ao encontro de novas alianças para produzir intervenções que “cheguem no meio” das institucionalizações no campo da saúde.

Em determinado momento de orientação, Heliana observou que esta minha escrita exibia “o avesso da costura” e eu considerei isto como um elogio. Pareceu uma metáfora estética interessante para uma pesquisa interveniente. Na organização do livro “Análise Institucional e Saúde Coletiva: experiências em diálogo” (2023), trabalhamos com a metáfora dos andaimes. Sinais de costura e de construção que ficam aparentes e enunciam ações inacabadas. Aberto ao que chega pelos fluxos da vida, fui apresentado à banda bielorrussa Molchat Doma por um analisando, entrei em contato com a estética brutalista de arquitetura.

O encantamento com essa estética logo me remeteu ao inacabamento desta tese: o concreto armado aparente.

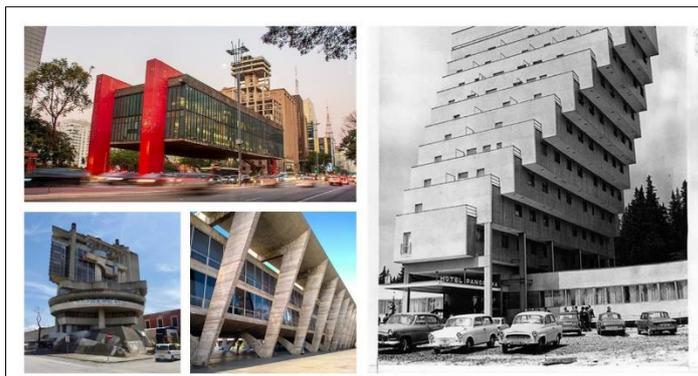


figura 3. outras obras brutalistas

Em um vídeo produzido por arquitetos,¹¹⁸ são destacadas as referências dessa estética. A principal característica é, como adiantado, a aparência dos materiais construtivos. Acrescentam que sua origem remonta aos anos 1950 e 1960 na Europa, quando essas obras, sob escombros de guerra, utilizavam recursos brutos e simples, que poderiam ser executados por não especialistas. Eram tempos de destruição e escassez, mas com investimentos em reconstruções sob égides estadunidenses e soviéticas.

A estética sempre está conectada aos movimentos socio-históricos. Além de aproveitar do brutalismo para falar do inacabamento, é possível remeter ao momento de ruínas e escombros da atualidade socio-histórica. Já falamos sobre montanha de lixo e dialogamos com Ana Tsing (143), ressaltando as brotações persistentes de vida nos descartes e nas ruínas. Contudo, cabe deixar aparente uma reflexão feita durante esse trabalho. Exibir um tanto mais dos “materiais construtivos”.

Em determinado momento da pesquisa, pensei no momento socio-histórico estudado como de “tempos de ruptura dos pactos democráticos”. Entretanto, as leituras e as experiências durante o processo me fizeram ver e pensar o quanto o uso da ideia de “democracia”, em seu uso prático na atualidade, é um conceito esvaziado de força política. Salvaguardada pela fórmula de que “é ruim, mas sem ela seria pior”, a democracia, tomada pela “forma Estado”, está comprometida com as determinações burguesas do regime autoritário do capitalismo, extremamente conciliada e concedente com a violência de toda sorte infringida contra todos aqueles que se distanciam dos seus ideais universais. A democracia, triunfo dos projetos civilizatórios, tornou-se um “ente universal” e, na prática, um grande inimigo da profusão de criação, dos modos de vida diferentes. Aparentemente

¹¹⁸ Cf. síntese dessa estética disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CxstKjLAFxR/?igshid=MTc4MmM1YmI2Ng==>. Acesso em 22dez23.

amistosa e gentil com todos, a democracia exercida na atualidade é um regime cruel que permite o corte de investimentos em políticas públicas para garantir superávits e o pagamento em dia para os polpudos rentistas, aceita ações genocidas promovidas por governantes, estimula a violência policial, mantém o clube fechado das mídias corporativas e hereditárias, preserva o racismo, entre outras atrocidades. A democracia, capturada pela lógica civilizatória, preserva privilégios e comete violências lentas bem direcionada: em nada garante a vida de cada um.

Dei toda essa volta só para justificar que preferi não usar “ruptura do pacto democrático” – uma expressão utilizada nos últimos anos – nem no título da tese nem na análise do contexto, porque “essa democracia” já andava de mãos dadas – certamente de modo mais discreto – com tudo isso que se mostrou mais explicitamente na última década. A guerra em curso, os seus escombros e suas ruínas, como se nota nessa pesquisa, estão evidentes nas práticas nos serviços de saúde e, certamente, só quem se encontra em posição privilegiada não a localiza em suas experiências.

Ainda apoiado na estética brutalista, a dimensão de uma “obra possível de ser executada por não especialistas” foi algo caro e uma busca desse trabalho: encontrar caminhos para a intervenção socioanalítica ser executada fora desse registro da especialidade e da ritualística do especialista. Para isto, desenvolvemos uma intervenção ético-estético-politicamente animada por três contradispositivos anti-especialismo: inacabamento, o idiotismo e o agir em comum.

De modo bem resumido, o paradigma ético-estético-político de Félix Guattari significa que: “ética é o reconhecimento da diferença, a estética faz referência ao processo permanente de criação da existência e a política afirma os compromissos e os riscos de práticas implicadas” (109, p.25-6). Assim, é possível afirmar que o inacabamento é uma estética, pois nos protege da palavra final totalizadora que tenta formatar o processo criador. O idiotismo e o agir em comum sustentam a posição ético-política por produzirem as condições e estratégias implicadas inquietantes para a coexistência das diferenças.

Ao seguirmos por este trajeto das implicações com o anti-especialismo, identificamos que uma intervenção socioanalítica demanda do interveniente uma preparação técnica, política e afetiva. Dimensões de implicação evidentemente misturadas num processo de pesquisa interveniente. De modo geral, ter detectado essas dimensões no meio desta pesquisa não é nada muito surpreende para quem atua no campo social e da saúde interessado em animar processos a favor da emancipação coletiva.

Aliás, Lapassade (73) considera que “animar” descreve melhor o trabalho do interveniente que “analisar”, dada a disposição e movimentação de energia envolvidas em uma intervenção. Animar seria liberar energia social e “mobilizar energia liberada para atividades comuns”.

Isto indica a intensidade canalizada e despertada nesses encontros. Tanto que Hess (66) alerta que: “A sociologia de intervenção, pelo jogo de relações que se constrói, faz correr àquele que a pratica o risco de se fazer analisar pelo ‘seu’ objecto!” (p.53, grifos do autor). Ser afetado *na* e *pela* intervenção evidentemente, não é um problema. Muito ao contrário! É por essa perturbação que se encontra os elementos para a análise de implicação necessária ao ato de intervir. O problema ocorre quando esses afetos afundam no buraco do intimismo, num olhar para si, sem troca com os outros e com os coletivos.

Como discute Lourau (42):

A análise de implicação não é um privilégio; constitui pelo contrário, uma dura coação, produzida pelo lugar que o intelectual ocupa na divisão do trabalho, do qual é legitimador mais, ou menos consciente. Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações), é, ao fim e ao cabo, admitir que sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar: fenômenos, acontecimentos, grupos, ideias, etc. (p.147-8)

A análise de implicação é uma tarefa necessária. Suas composições e forças devem ser analisadas e, no diagnóstico situacional e na preparação para realizar uma socioanálise, como adverte Hess (66), os intervenientes devem avaliar se dispõem de força necessária para iniciar este trabalho.

O conhecimento dos princípios da análise institucional e a desenvoltura para executá-los com fluência, ou seja, com domínio o suficiente para experimentá-los de modo atualizado potencializado – ou seja, transduzindo-os – parece ser uma indicação óbvia. Os princípios da análise institucional, entretanto, não são de simples compreensão, tão pouco, de fácil aplicação. Trata-se de conceitos-ferramentas de contracorrente, de combate ao instituído e naturalizado poder hierárquico alimentado pelo sistema de heterogestão e alienação. Nesse sentido, o domínio teórico em análise institucional requer o acompanhamento do posicionamento e da habilidade política e do bom uso dos afetos.

Especialmente o texto 2 foi dedicado ao preparo teórico-técnico para efetuar a intervenção, procurando sublinhar a verve política anarquista e de extrema esquerda da análise institucional. Após a revisão de outras produções na área, foram forjados os três contradispositivos anteriormente citados. No texto 3, tentei colocá-los em prática para encontrar os movimentos políticos nas assembleias dos centros de atenção psicossocial e

passsei a seguir as tendências dos processos de institucionalização, que incluem as ruínas e a autodissolução.

É fácil localizar meus deslizes e minhas fragilidades do conhecimento teórico e do posicionamento político ao longo do trabalho. Alguns inclusive foram explicitados. Mas tal dificuldade em nada se compara às que encontrei com o uso dos afetos.

Frequentemente, faltou ânimo e energia. Iniciei essa tese com esse aviso e com a referência ao “meu” esgotamento. Inúmeras vezes, quis recusar tudo que fiz nesse percurso, pois me percebi muito inclinado ao olhar julgador e à procura de faltas-defeitos-erros, sem a sensibilidade para localizar e ativar os movimentos instituintes na institucionalização das práticas emancipadoras em saúde. Fiquei detido num suposto “instituinte” idealizado, traçado pelas minhas intencionalidades e pretensioso “já sabido ainda não executado”. Paralisei, não queria mais continuar a fazer as mesmas ações equivocadas e não soube desenvolver as minhas práticas intervenientes. Após um encontro com minha amiga e colega de doutorado Ana Cristina dos Santos Vangrelino, entendi que eu poderia tratar o material das minhas pesquisas como “montanha de lixo”. Isso criou uma abertura fundamental para seguir a caminhada.

Mais adiante li duas frases que se tornaram explicativas-acolhedoras. Primeiro a frase de Marilyn Monroe: “Apenas alguns fragmentos de nós tocarão um dia os fragmentos do outro – a verdade de alguém na realidade é apenas isso –, a verdade de *alguém*. Pode-se somente partilhar o fragmento aceitável para o saber do outro, assim somos quase sempre sós” (citada por 219, p.478-9, grifos do autor).

Pude compreender a importância de desviar da “normativa”, neste caso técnico-científica, de ressaltar o sucesso, os bons resultados... o *aceitável*. Nas ciências, a confirmação da “eficácia” dos referenciais teórico-metodológicos e a divulgação do “bom trabalho” do pesquisador podem produzir enlaces teórico-filiativos, mas certamente separam a pessoa da sua realidade, lançando-a a ser mais uma peça de uma “máquina teórica ideal”. Não se encontra espaço para a singularidade da pesquisa e do pesquisador. É um aceitável que lança à solidão. Longe do ideal do pesquisador, muitos sofrem da “síndrome do impostor” e alguns efetivamente acabam com a própria vida.¹¹⁹

¹¹⁹ Matérias que discutem o fenômeno, estão disponíveis em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/suicidios-na-usp-a-pandemia-nao-e-a-unica-razao-para-o-sofrimento-psiquico-dos-estudantes/> e <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/573096-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos>. Acesso em 06jan24.

Aliás a segunda frase que ressalto é Antonin Artaud: “Se me mato, não será para me destruir, mas para me reconstruir, o suicídio não será para mim senão um meio de me reconquistar violentamente” (citado por 220, p.271). Da qual extraio a força de reconstrução e reconquista de si nas mais violentas destruições. Neste caso, uma destruição do projeto de pesquisa e de anseios acadêmicos para conseguir finalizar esse trabalho.

A intensidade das afirmações de Marilyn Monroe e de Antonin Artaud provoca elaborações que não são novidades para um pesquisador – como eu – da análise institucional. Atos falhos e fracassos são parte da análise institucional. Lourau (1981), ressaltando as ranhuras das implicações e os ativos desconhecimentos das condições institucionais, trabalha com a noção de lapso de célebres intelectuais. Ele próprio publica seus diários em algumas obras, tal como nesta, exibindo as condições, por vezes, “falhas” da sua produção. Durante o Simpósio da *Réseau Recherche Avec* em 2018, Cinira Magali Fortuna, Fabiana Ribeiro Santana e Sébastien Pesce animaram o ateliê surpresa “*Erreurs/échecs dans la Recherche Avec*”, que reuniu 17 participantes do Brasil, da França e do Canadá para compartilhar e analisar seus “fracassos”. Abrahão et al (221), ao chafurdarem o conceito de implicação, encontram a dimensão do “pesquisador in-mundo”, ressaltando a força analítica e de produção de conhecimento quando este “se deixa contaminar com esse processo, e se sujando de mundo, é atravessado e inundado pelos encontros” (p.156). Além das falhas e sujeiras, a destruição e a autodissolução são consideradas na análise institucional. Aliás, são fundamentais para ressaltar a produção histórica das instituições e sua finitude, nos protegendo das naturalizações e da “tragédia finalística”.

Com tanta demanda de energia vital, os afetos biopolíticos são produzidos e se encontram. O esgotamento, já destacado na apresentação da tese, se encontra com a vergonha. Há uma urgente necessidade de esgotar. Um esgotamento de possibilidades que autodissolve as formas para liberar a energia social e a força criadora. Ao final do trabalho, localizo o que mais recentemente pude compreender, ao ler o trabalho de Gros (222),¹²⁰ como “vergonha”. Esgotamento se mistura com a vergonha.

Ao conhecer as ideias de que “a vergonha é o maior afeto do nosso tempo e é um sentimento revolucionário”, lancei um novo olhar sobre a “montanha de lixo”, minhas práticas erráticas e vacilantes na intervenção e todos os encontros supostamente tristes ao longo desse período da pesquisa.

¹²⁰ O filósofo Frédéric Gros cita em seu livro *Annie Ernaux*, vencedora do Prêmio Nobel de Literatura de 2022, que exercita uma escrita de si evidenciando maravilhosa e cruamente a presença intensa das dimensões sociais. Ela afirma que gostaria de ser uma “etnóloga de si mesma”. Dentre suas obras, obviamente, poderíamos citar “*Ernaux A. A vergonha*. São Paulo: Fósforo; 2022”.

Pesquisar na tristeza, com melancolia,¹²¹ imprimem peso e dor a um processo que requer intensidade. Um analista rebaixado não exalta os analisadores, fica intimidado, envergonhado e temeroso, dominado por certa covardia. Compromete-se a parresia, de dizer francamente, para enunciar os efeitos analisadores e entrar no meio da análise de implicação junto aos participantes.

Entretanto, a vergonha não é reduzida à tristeza e armazena uma raiva propulsora de indignação:

Não, nunca superamos as vergonhas: nós as trabalhamos, elaboramos, subutilizamos, sublimamos. Acabamos até, por vezes, delas alavancas, cúmplices, molas propulsoras. Nós as esprememos, purificamos, a fim de eliminar o que elas podem conter de tristeza destrutiva, de desprezo de si, e mantemos apenas a parte pura da fúria. (222, p.14)

A vergonha, segundo Gros (222), é um sentimento de conexão com os outros. Sentimos vergonha *pelo* outro, junto com ele. A humilhação, o fracasso, o constrangimento, a ignorância do outro nos envergonha. A *vergonha albeia* é sentida como nossa vergonha. Envergonhar-se é sentir em si aquilo que é vergonhoso para a sociedade, para a comunidade ou para um coletivo. A vergonha nos protege de insensibilidade social e da insolência. A vergonha nos implica. Entretanto, há uma raiva social voltada para si na vergonha.

Nesse sentido, compreendo que a vergonha que senti pelo meu material e pelas minhas elaborações, por mais dolorosa que sejam, não poderiam me fazer recuar desta análise. Aliás, não poderiam ser escoadas para o buraco das minhas intimidades. Ou seja, falar desses afetos biopolíticos que pude localizar nas minhas implicações não é ensimesmar, mais sim o seu combate.

Persegui a análise de implicação, tal como pude. Localizo e reconheço que o dispositivo cristão-católico da confissão, entranhado em mim, acabou excessivo. Mais uma confissão! Mas foi a maneira possível neste momento. Se fosse esperar me modificar por inteiro, tal como desejo e como desejam em mim, eu não teria conseguido escrever. Como interveniente, em meio aos participantes e outros intervenientes, foi impelido a atualizar as minhas referências e marcas, por vezes, incômodas, vergonhosas: homem cis, branco, heterossexual, classe média, psicólogo (saber autorizado sobre comportamentos, afetos e sentimentos), pesquisador (saber legitimado pela academia). Por estar investido de forças reprodutivas das minhas posições privilegiadas, sou provocado a ficar atento a tais

¹²¹ Participei uma publicação que analisamos esse afeto biopolítico em um momento coexistente dessa pesquisa: Vangrelino ACS, Dóbies DV. Como uma onda de melancolia abateu um grupo de analistas institucionais: um fragmento da análise de implicação em uma pesquisa-intervenção. In: 15º Congresso Internacional da Rede Unida, 2022, Vitória, ES. Revista Saúde em Redes, 2022. v. 8.

incidências se desejar seguir eticamente no combate aos rebaixamentos, estereótipos e estigmatizações. Paradoxalmente, esses marcadores sociais me reservam “um lugar de falha” privilegiado, pois, como discute a escritora Ana Maria Gonçalves,¹²² tal condição não é permitida a minorias, que sempre são mais cobrados a “andarem na linha”. De todo modo, sinto uma convocação para lutar contra as forças universalizantes dos nossos tempos que me inclinam e tentam me ter como aliados em troca de um quinhão dos privilégios. Entretanto, um interveniente, assim como eu, quando é orientado pelo paradigma ético-estético e político da vida criadora, entra em Relação, no meio da zona das micropulsões em permanente movimento, para vivenciar as dores do contato, as experiências de singularização-diferenciação, a força propulsora do acontecimento.

Como sempre intervimos, pois sempre estamos no meio. Cabe observar se é libertadoramente, violentamente, sorratamente, disfarçadamente, insolentemente, deliberadamente, sutilmente etc. A análise de implicação, inclusive das nossas vergonhas, é uma ferramenta aliada para criar, opostamente à norma competitiva do neoliberalismo, a composição como meio comum de diferenciação.

Nesse sentido, atingindo o terceiro destaque derradeiro, a análise de implicação sem o anseio intencional persistente do “bem explicado” passa, parafraseando Haraway (223), por “ficar com o problema”, fazer composições, abrir o campo em alianças, escapando das sedutoras filiações automatizadas e da preservação patrimonial das heranças teórico-metodológicas seja das “análises institucionais” e das “saúdes coletivas”. Brito (30) ressalta a singularidade das práticas da análise institucional na América Latina na atualidade, que não correspondem nem devem corresponder a uma repetição das fórmulas propostas pelos franceses. Afirmar ser fundamental superar a sustentação em argumentos de autoridade e corroborativos. Enfatiza: “Plural, abierto a la alteridad. Ése sería, quizás el mejor homenaje a los maestros: su destitución del lugar de la fundación” (p.19).

O estudo dialogou especial e excessivamente com europeus e guiou-se por suas epistemes. Ao mesmo tempo, foi um exercício de abertura. Ficou um problema. Ficou uma composição errática e fugidia, que foi uma maneira de escapar das linhas duras para manter o espaço aberto, inacabado, neotênico, instituinte, como meio fértil à multiplicidade viva. Muitos trechos, em especial quando destaco as ações analisadoras entre a politização e o

¹²² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/01/sou-escritora-negra-mas-minha-obra-e-universal-diz-autora-de-um-defeito-de-cor.shtml>. Acesso em 15jun24. Na mesa redonda “Inconsciente racializado” do I Encontro de Esquizoanálise na UFMG, Andrea Guerra retoma a ideia do “lugar de falha” discutindo com o conceito mais conhecido “lugar de fala”, que foi difundido no Brasil pela filósofa Djamila Ribeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SA7mX6LkGpY>. Acesso em 15jan24.

esvaziamento político, terminam sem o desenvolvimento das perspectivas apresentadas. Ficam pontas soltas e ou obras inacabadas, só parede pelo meio e andaime. De qualquer modo podem ser chaves do campo¹²³ para abrir a análise institucional.

Haraway (223) explica que:

Na realidade, ficar com o problema requer aprender a estar verdadeiramente presente; não como um eixo que se desvanece entre passados terríveis ou edênicos e entre futuros apocalípticos ou salvadores – mas como bichos mortais entrelaçados em uma miríade de configurações inacabadas de lugares, tempos, matérias, significados. (p.13)

Trata-se de permanecer na relação com o meio, sem explicações quaisquer só para mitigar as incertezas e indeterminações. Haraway lembra que: “Importa quais pensamentos pensam pensamentos. Importa quais conhecimentos conhecem conhecimentos. Importa quais relações relacionam relações. Importa quais mundos mundificam mundos. Importa quais estórias contam estórias” (p.66). Não criar nem se satisfazer com as bordas que esvaziam o meio, escapar das técnicas que adornam o fazer esvaziado politicamente. Produzir movimento, movimentar-se pelo meio, produzindo consistência. Uma chave do campo.

contornos inacabados

Na parada final, deixamos uma síntese da longa e truncada caminhada entre intervenientes e no meio do campo da saúde à procura das suas movimentações políticas e de modos de praticar a análise institucional.

A partir dos quatro esporos lançados por esta pesquisa, ressaltamos que a intervenção socioanalítica pode ser mais interessante se for uma busca pelo melhor que potencialmente existe, em um combate permanente contra o regime de escassez. Se for uma luta política que não seja travada de qualquer maneira, com atropelos violentos e repleta de provisoriiedades. Se não resultar de uma determinação “externa”, nem de uma impositiva vontade “individualizada” e/ou “individualizante”. Se for um agir pela coletividade. Se for contra a razão competitiva, meritocrática e classificatória, que privilegia poucos abastados às custas de muitos subalternizados. Se for uma ação em comum, na imanência proliferadora de diferenças, na relação com suas composições e separações, que seja animada, inquietada e aberta pela análise permanente da institucionalização dos modos de viver.

¹²³ Nos seus últimos escritos, Lourau (105) faz provocar os analistas institucionais a procurar e/ou fabricar “chaves” que criem aberturas nas “delimitações da análise institucional”.

uma música ressoa e voa

*Feliz pelo que ainda não veio
 E saudades do que nem foi
 Esperando o melhor dos agoras
 Nem temos o antes e já queremos o depois
 E do lado de fora dos olhos
 Os ponteiros disfarçam até o anoitecer
 O tempo já sorrindo pro fim
 Relógios não esperam por ninguém
 Ontem você quis o amanhã
 Hoje você quer o depois
 Vou andando nas horas
 Atravessando os agoras
 Dançando as novas auroras
 Vou andando nas horas
 [...]
 Eis o feitiço do tempo
 A corrida faminta incessante das horas
 Lembrando quem adianta os instantes mutantes
 A história e as intenções
 Sem ponteiros nem norte ao redor dos eternos agoras
 Sempre correndo atrás do que nunca demora
 Foi-se embora sem satisfação
 Um roteiro certo
 Panorama no espelho
 Janela de onde tudo vejo
 Já vi esse filme inteiro
 Ainda nem chegou e pensa que já foi
 Ontem você quis o amanhã
 Hoje você quer o depois
 Ontem você quis o amanhã
 Hoje você quer o depois
 Vou andando nas horas
 Atravessando os agoras
 Dançando as novas auroras
 (Nação Zumbi)*

- referências bibliográficas -

1. Lourau R. O campo socioanalítico. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec; 2004. p.224-45.
2. Arouca S. Democracia é Saúde. Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Brasília - 1986, Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, pp. 35-42, 1987. In Hochman G, Lima NT, organizadores. Médicos Intérpretes do Brasil. São Paulo: Hucitec; 2015. p.626-36.
3. Brasil. Lei federal 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
4. Brasil. Lei federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
5. Vasconcelos CM, Pasche DF. O Sistema Único de Saúde. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Jr M, Carvalho YM, organizadores. Tratado de Saúde Coletiva. 2ª ed. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2008. p.531-62.
6. Campos GWS. A defesa do SUS depende do avanço da reforma sanitária. Interface. 2018; 22(64): 5-8.
7. Dardot P, Laval C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo; 2016.
8. Dardot P, Laval C. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo; 2017.
9. Han BC. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné; 2018.

10. L'Abbate S. Análise Institucional e Saúde Coletiva: uma articulação em processo. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizadoras. Análise Institucional & Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2013. p.31-89.
11. Kasper M, Fortuna CM, Braghetto GT, Marcussi TC, Feliciano AB, L'Abbate S. A análise institucional na produção científica em saúde: uma revisão integrativa de literatura. Rev Esc Enferm USP. 2020; 54: e03587.
12. Luzio CA. Atenção Psicossocial e psiquiatria biológica: uma trajetória histórica. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizadoras. Análise Institucional & Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2013. p.471-509.
13. L'Abbate S. A trajetória da Saúde Coletiva no Brasil: análise das suas dimensões políticas e educativas em articulação com a Análise Institucional. Mnemosine. 2018; 14(2): 236-62.
14. Lourau R. A Análise Institucional. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; 2014.
15. Lourau R. Análise Institucional e práticas de pesquisa, Rio de Janeiro: UERJ, 1993. Mnemosine. 2007; 3(2).
16. Combes M. Simondon individu et collectivité. Paris, PUF; 1999.
17. Lourau R. Implicação-transdução. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec; 2004. p.212-23.
18. Guillier D. Comentando as noções de implicação e transdução de René Lourau. Rev. Dep. Psicol. 2004; 16(2): 11-6.
19. L'Abbate S. Análise Institucional e intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. Mnemosine. 2012; 8(1): 194-219.
20. L'Abbate S. A análise institucional e a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva. 2003; 8(1): 265-74.

21. Rodrigues HBC. Caixa de ferramentas para uma atitude histórico-crítica na pesquisa-intervenção. *Rev. Polis e Psique*. 2015; 5(2): 6-31.
22. Paulon SM. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*. 2005 Set-Dez; 17(3): 18-25.
23. Pezzato LM, Prado GVT. Pesquisa-ação e pesquisa-intervenção: aproximações, distanciamentos e conjugações. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizadoras. *Análise Institucional & Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; 2013. p.149-79.
24. Machado AM. Quando a escrita toca a produção institucional. São Paulo: Blucher, 2023.
25. Schmidt MLS. Resistir, insistir, fazer, existir (Prefácio). In: Machado, AM. Quando a escrita toca a produção institucional. São Paulo: Blucher, 2023.
26. Dórbies DV, L'Abbate S. A resistência como analisador de saúde mental em Campinas/SP: contribuição da Análise Institucional. *Saúde em Debate*. 2016; 40(110): 120-33.
27. Hess R, Savoye A. *L'Analyse Institutionnelle (Que sais-je?)*. 2ª ed. Paris: PUF; 1993. *L'intervention socianalytique*; p. 97-111.
28. Lourau R. Uma apresentação da Análise Institucional. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec; 2004. p.128-39.
29. L'Abbate S, Rodrigues HBC. Prefácio insurreto. In: Abrahão AL, Fortuna CM. *Enfermagem e análise institucional: entrelaçamentos no cuidado, gestão e formação*. Porto Alegre: Editora Rede Unida; 2023.
30. Brito RM. Prologo. In: Plata MG; del Río N; Falleti V; Scheinvar E, organizadoras. *Análisis institucional: diálogos entre Francia y Brasil*. México: Ed. Universidad Autónoma Metropolitana; 2022. p.13-25.

31. Pezzato LM, L'Abbate S. O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis*. 2011; 21(4): 1297-314.
32. Hess R. O movimento na obra de René Lourau. In: Altoé S, organizadora. *Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec; 2004. p.15-46.
33. Kalichman AO, Ayres JRJM. Integralidade e tecnologias de atenção à saúde: uma narrativa sobre contribuições conceituais à construção do princípio da integralidade no SUS. *Cad. Saúde Pública*. 2016 Ago; 32(8): e00183415.
34. Brasil. Lei federal 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
35. Vascon N. Introdução documentária. In: Basaglia F, organizador. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1985. p.13-98.
36. Lapassade G. *As microssociologias*. Brasília: Liber Livro Editora; 2005.
37. Lapassade G. *A entrada na vida*. Lisboa: Biblioteca 70; 1975.
38. Dóbiés DV. *Práticas profissionais e resistências: movimentos em uma rede de saúde mental*. Curitiba: Appris; 2021.
39. Lapassade G. *El analizador y el analista*. Barcelona: Gedisa; 1979.
40. Baremlitt G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 6^a ed. Belo Horizonte: Editora FGB/IFG; 2012.
41. Baremlitt G. Apresentação do movimento institucionalista. In: Lancetti A, Cesarino AC, Yasui S, Mascarenhas P, Marazina I, Nicácio MF, et al. *SaúdeLoucura Número 1*. São Paulo: Hucitec; 1989. p.107-19.

42. Lourau R. O Estado na Análise Institucional. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec; 2004. p. 140-53.
43. Mbembe A. Poder brutal, resistência visceral. São Paulo: n-1 edições; 2019.
44. Lourau R. A Análise Institucional no Estado. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec; 2004. p. 154-75.
45. Jourdan C. 2013 – uma dimensão ética libertária. *Verve*. 2018; (34): 159-75.
46. Dorlin E. Autodefesa: uma filosofia da violência. São Paulo: Crocodilo/Ubu Editora; 2020.
47. Baschet J. A experiência zapatista: rebeldia, resistência e autonomia. São Paulo: n-1 edições; 2021.
48. Viana BB, Carnut L. A pressão política da mobilização “Fora Valencius”: protagonismo da luta antimanicomial brasileira. *Revista InSURgência*. 2018; 4(2): 268-93.
49. Brasil. Ministério da Saúde. Ofício nº 151/2018/SGTES/MS, de 23 de agosto de 2018. Assunto: Itinerários do Saber - Suspensão Definitiva da oferta de novas vagas para o Curso de Atualização em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas – CASMAD.
50. Cruz NFO, Gonçalves RW, Delgado PGG. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trab. educ. saúde*. 2020; 18(3): e00285117.
51. Eco U. Ur-Fascismo: Fascismo Eterno. *The New York Review of Books*. 1995 Jun; 22. [Portuguese Version: Lara Kauss, 23/03/2019. Disponível em https://www.academia.edu/38655139/Ur_Fascismo_Fascismo_Eterno. Acesso em 26jan23].

52. Carnut L. “O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo”: neofascismo, capital internacional, burguesia associada e o Sistema Único de Saúde. *Civitas*. 2022 Jan-Dez; 22: 1-11.
53. Souto LRF, Oliveira MHB. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. *Saúde em Debate*. 2016 Jan-Mar; 40(108): 204-18.
54. Narvai PC. SUS: uma reforma revolucionária. Belo Horizonte: Autêntica; 2022.
55. Fuganti L. Biopolítica e produção de saúde: um outro humanismo? *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*. 2009; 13 (Suppl 1): 667-79.
56. Hochman G, Lima NT. Médicos e intérpretes do Brasil: uma introdução. In: Hochman G, Lima NT, organizadores. *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015. p. XVII-XXV.
57. Glissant E. Poética da relação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2021.
58. Foucault M. O corpo utópico; as heterotopias. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições; 2021.
59. Foucault M. O sujeito e o poder. In: Dreyfus HL, Rabinow P, organizadores. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 1995. p.231-49.
60. Kiffer A. O ódio e o desafio da relação: escritas dos corpos e das afecções políticas. In: Kiffer A; Giorgio G. *Ódios políticos e políticas de ódio: lutas, gestos e escritas do presente*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2019. p.21-78.
61. Lourau R. *L'État-inconscient*. Paris: Minuit, 1978.
62. Veyne PM. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

63. Themudo TS. Gabriel Tarde: sociologia e subjetividade. Rio de Janeiro: Editora Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto; 2002.
64. Vargas EVV. Gabriel Tarde e a diferença infinitesimal. In: Tarde G. Monodologia e sociologia: e outros ensaios. São Paulo: Editora Unesp; 2018. p.7-50.
65. Ardoino J. La intervención: imaginario del cambio o cambio de lo imaginario. In: Guattari F, Lapassade G, Lourau R, Mendel G, Ardoino J, Dubost J, Levy A. La Intervención Institucional. México: Plaza y Valdes; 1987. p.13-42.
66. Hess R. Sociologia de intervenção. Porto: Rés Editora; 1983.
67. Lourau R. Prefácio à edição portuguesa. In: Hess R. Sociologia de intervenção. Porto: Rés Editora; 1983. p.5-9.
68. Lourau R. Objeto e método da Análise Institucional. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec; 2004. p.66-86.
69. Monceau G. Enquête sur les monographies d'interventions socianalytiques (1962-1999). Les études sociales. 2001; (133): 101-19.
70. Rodrigues HBC. Um surrealista e as instituições (apresentação da 3ª edição). In: Lourau R. A Análise Institucional. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; 2014. p.11-4.
71. Lapassade G. La intervencion en las instituciones de educacion y de formacion. In: Guattari F, Lapassade G, Lourau R, Mendel G, Ardoino J, Dubost J, Levy A. La Intervención Institucional. México: Plaza y Valdes; 1987. p.125-67.
72. Lapassade G, Lourau R. Chaves da Sociologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1972.
73. Lapassade G. El encuentro institucional. In: Lourau R, Bernard M, Evrad P, Ville P, Gavarini L, Savoye A, et al. Análisis Institucional y Socioanálisis. 2ª ed. México: Editorial Nueva Imagen; 1979. p.197-241.

74. Rodrigues HBC. *As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises*. Rio de Janeiro: Lamparina; 2020.
75. Gavarini L, Savoye A. El socioanálisis en cuestión. In: Lourau R, Bernard M, Evrad P, Ville P, Gavarini L, Savoye A, et al. *Análisis Institucional y Socioanálisis*. 2ª ed. México: Editorial Nueva Imagen; 1979. p.151-67.
76. Brito RM. El devenir del socioanálisis. *Tramas*. 2013; (37): 215-40.
77. Paulon S. Instituição e intervenção institucional: percurso conceitual e percalços metodológicos. *Mnemosine*. 2009; 5(2): 189-226.
78. El Hammouti ND. O Movimento da Análise Institucional, o Interacionismo e a Etnografia. In: Martins JB, Hammouti ND, Íñiguez L. *Temas em Análise Institucional e Construcionismo Social*. São Carlos: RiMa; Curitiba: Fundação Araucária; 2002. p.9-96.
79. Rodrigues HBC, Barros RDB. Socianalyse et pratiques groupales au Brésil: un mariage hétérogène, este artigo foi publicado na Revista *L'Homme et la Société*. 2003 Jan-Jui; (147-148): 55-70.
80. Cepeda NA, Martin MAF. *Masp 1970: o psicodrama*. São Paulo: Ágora; 2010.
81. Dorna LBH, Cunha AAG, Rodrigues HBC. Do V Congresso Internacional de Psicodrama e Sociodrama ao evento “Ética e Cidadania” – Vicissitudes históricas do Psicodrama no Brasil. *Mnemosine*. 2006; 2(1): 58-74.
82. Rodrigues HBC. Encontro intempestivo: Georges Lapassade no Brasil, 1972. *Mnemosine*. 2008; 4(2): 268-89.
83. Cunha AAG, Dorna LBH, Rodrigues HBC. Uma contribuição à história da Análise Institucional no Brasil através de depoimentos orais: o Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1960 e 1970. *Mnemosine*, 2006; 2(1): 2-11.

84. Garcia CM, Luz MA, Katz CS, Lapassade G. Análise Institucional: teoria e prática. *Revista de Cultura Vozes*. 1973; 67(4): 7-52.
85. Lapassade G, Luz MA. O segredo da macumba. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1972.
86. Lapassade G. *Le chevaux du diable*. Paris: JP Delarge; 1974.
87. Rodrigues HBC. No rastro dos “cavalos do diabo”. Rio de Janeiro: Lamparina; 2023.
88. Baremlitt G, organizador. *O inconsciente institucional*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora FGB/IFG; 2011.
89. Saidon O, Kamkhagi VR, organizadores. *Análise Institucional no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1991.
90. Rodrigues HBC, Leitão MBS, Barros RDB. *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
91. Guirado M. *Psicologia institucional*. São Paulo: EPU; 1987.
92. Rodrigues HBC. Os anos de inverno da análise institucional francesa. *Revista do Departamento de Psicologia*. 2006 Jul/Dez; 18(2): 29-46.
93. Savoye A. La résurgence de l'intervention. *Les Cahiers de l'implication: revue d'analyse institutionnelle – l'intervention*. 1999/2000 Hiver; (3): 9-16.
94. Lourau R. Dispositif et champ d'intervention. In: *Les Cahiers de l'implication: revue d'analyse institutionnelle – l'intervention*. 1999/2000 Hiver; (3): 129-42.
95. Lapassade G. Du dispositif socianalytique de formation au dispositif socianalytique d'intervention. *Les Cahiers de l'implication: revue d'analyse institutionnelle – l'intervention*. 1999/2000 Hiver; (3): 71-80.

96. Carrillo M. Comment peut-on ne pas devenir socialanalyste? Les Cahiers de l'implication: revue d'analyse institutionnelle – l'intervention. 1990/2000 Hiver; (3): 153-60.
97. Lourau R. La socianalyse dans l'Analyse institutionnelle, l'Analyse institutionnelle dans la socianalyse. In: Les Cahiers de l'implication: revue d'analyse institutionnelle – l'intervention. 1999/2000 Hiver; (3): 161-65.
98. Monceau G. A socioclínica institucional para pesquisas em educação e em saúde. In: L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizadoras. Análise Institucional & Saúde Coletiva. São Paulo, Hucitec; 2013. p.91-103.
99. Pesce S. Gestos de intervenção sócio-clínica e processos de deliberação. In: Tomasi A, Romagnoli RC, organizadores. Diálogos entre trabalho e educação [recurso eletrônico]: desafios contemporâneos. Belo Horizonte: JADesign; 2020. p.13-36.
100. L'Abbate S. Reflexões sobre a Análise Institucional das Práticas Profissionais. Campinas; 2014. [Texto elaborado para subsidiar a discussão do Diretório de pesquisa do CNPq Análise Institucional & Saúde Coletiva].
101. Monceau G. Como as instituições permeiam as práticas profissionais: socioclínica institucional e formação de professores. In: Pimenta SG, Franco MAS, organizadoras. Pesquisa em Educação. Possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Edições Loyola; 2008. p.27-73.
102. Guillier D. L'analyse institutionnelle des pratiques professionnelles. In: Blanchard-Laville C, Fablet D, organizadores. Travail social et analyse des pratiques professionnelles. Dispositifs de formation. Paris: L'Harmattan; 2003. p.21-46.
103. Schaepelynck V. L'Institution Renversée: folie, analyse institutionnelle et champ social. Paris: Eterotopia France; 2018.
104. Monceau G, Prades JL. Introduction – L'institution revisitée: actualités et perspectives de l'intervention. Nouvelle revue de psychosociologie. 2020 Automne; (30): 7-13.

105. Lourau R. Libertad de movimientos: una introducción al Análisis Institucional. Buenos Aires: Eudeba; 2001.
106. Brito RM, Masip FJG. Somos más de 9: una experiencia de análisis institucional. Anuario de investigación. 2012; 517-45.
107. Arnould M, Gilon, Ville P. La socianalyse institutionnelle ravivée par une nouvelle génération. Nouvelle revue de psychosociologie. 2020 Automne; (30): 65-82.
108. Penzim AMB, Pereira WCC. Caminhos de uma intervenção. In: Chitolina AL, Penzim AMB, Morano CD, Almeida DB, Baldissera DP, Torres MA et al, organizadores. Análise Institucional na vida religiosa consagrada. Belo Horizonte; 2005. p.91-129.
109. Nascimento ML, Schienvar E. Intervenção Socioanalítica em Conselhos Tutelares. Rio de Janeiro: Lamparina; 2010.
110. L'Abbate S, Mourão LC, Pezzato LM, organizadoras. Análise Institucional & Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2013.
111. Pezzato LM, Dóbiés DV, Fortuna CM, organizadores. Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo. São Paulo: Hucitec; 2023.
112. Abrahão AL, Fortuna CM, organizadoras. Enfermagem e análise institucional: entrelaçamentos no cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Editora Rede Unida; 2023.
113. Figueiredo EBL, Andrade EO, Muniz MP, Abrahão AL. Pesquisa-interferência: um modo nômade de pesquisar em saúde. Rev Bras Enferm. 2019;72(2):571-6.
114. Moebus RLN. Pesquisa interferência desde Heisenberg. Diversitates. 2015; 7(1): 54-61.
115. Alvim DM. O é um contradispositivo? Cadernos de Subjetividade. 2012; 4: 120-7.
116. Lourau R. Pequeno manual de Análise Institucional. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. São Paulo: Hucitec; 2004. p.122-7.

117. Lourau R. *Le lapsus des intellectuels*. Toulouse: Privat; 1981.
118. Lourau R. *Implicação e sobreimplicação*. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: *Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec; 2004. p.246-58.
119. Han BC. *Sociedade do Cansaço*. 2ª ed. ampliada. Petrópolis: Vozes; 2017.
120. Dóbies DV. *Em busca de agentes inquietantes para os coletivos: uma revisão conceitual articulada à Análise Institucional*. *Mnemosine*. 2022; 18(1): 214-39.
121. Lourau R. *Sociólogo em tempo inteiro*. Lisboa: Editorial Estampa; 1979.
122. Redondo RM, Rendón MR. *Intervenir a favor de la autonomía: un balance de las significaciones del género y la acción social*. *Tramas*. 2011; (35): 75-101
123. Guattari F. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense; 1987. A transversalidade. p.88-104.
124. Monceau G. *Técnicas Socioclínicas para a análise institucional das práticas profissionais*. *Psicologia em Revista*. 2015; 21(1): 197-217.
125. Fuganti L. *Saúde, desejo e pensamento: as origens da filosofia nômade*. 3ª ed. São Paulo: Instituto Mojo; 2021.
126. Lourau R. *Grupo e instituição*. In: Altoé S, organizadora. René Lourau: *Analista Institucional em Tempo Integral*. São Paulo: Hucitec; 2004. p.66-86
127. Mengue P. *Faire l'idiote: la politique de Gilles Deleuze*. Paris: Germina; 2013.
128. Agamben G. *Profanações*. São Paulo: Biotempo; 2007.
129. Ginzburg C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras; 2006.

130. Marchat JF. Désimpliquons-nous! Recherche-Action et écriture collective. In: Monceau G, organizador. *Analyse institutionnelle des pratiques: une socio-clinique des tourments institutionnels au Brésil et en France*. Paris: L'Harmattan; 2012. p.151-69.
131. Deleuze G. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34; 1992. Os Intercessores; p.151-68.
132. Lourau R. A educação libertária. In: Jacó-Vilela AM, Mancebo D, organizadoras. *Psicologia Social: abordagens socio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: eduerj. 1999. p.167-82.
133. Lourau R. *L'analysateur Lip*. Paris: Union générale d'éditions; 1974.
134. Newman S. *Do anarquismo ao pós-anarquismo*. São Paulo: sobinfluencia edições; 2022.
135. Clastres P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Ubu Editora; 2020.
136. Fuganti L. Utopias e a produção do comum. *Tempo Psicanalítico*. 2022; 54(2): 553-70.
137. Nicolas-Le Strat P. Agir em comum / agir o comum *Revista Lugar Comum*. 2015; (45): 206-20.
138. Guattari F. *As três ecologias*. 21ª ed. Campinas: Parirus; 2012.
139. Scott JC. *A dominação e a arte de resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Livraria Letra Livre; 2013.
140. Rodríguez CR, Calderón CAG. La resistencia como germen de autonomía: una primera interpretación desde/hacia abajo. *Rev. Filosofía Univ. Costa Rica*. 2017 Ene-Abr; LVI (144): 219-31.
141. Zibechi R. *Movimentos Sociais na América Latina: o "mundo outro" em movimento*. Rio de Janeiro: Consequência Editora; 2020.

142. Harney S, Moten F. Pretitude e Governança. *Arte & Ensaios*. 2019 Mar; (37): 112-21.
143. Tsing AL. O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições; 2022.
144. Deleuze G, Guattari F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. 2ª ed. São Paulo: Editora 34; 2011. Cap. 1. Introdução: rizoma; p. 17-49.
145. Andrade DP, Ota NK. Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*. 2015 Jun; 27(1): 275-315.
146. Greiner C. *Corpos Crip: instaurar estranhezas para existir*. São Paulo: n-1 edições; 2023.
147. Bobbio N, Matteucci N, Pasquino G. *Dicionário de política. Volume I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1998.
148. Butler J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2019.
149. Penido C. A análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho. *Revista Interinstitucional de Psicologia*. 2015 dez; 8(2): 248 – 257
150. Slavich A. Mito e realidade da autogestão. In: Basaglia F, organizador. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1985. p.157-74.
151. Guattari F. Entrevista. In: Guattari F, Lapassade G, Lourau R, Mendel G, Ardoino J, Dubost J, Levy A. *La Intervención Institucional*. México: Plaza y Valdes; 1987. p. 95-122.
152. Agamben G. O que é um dispositivo? *Outra Travessia*. 2005; 5: 9-16.
153. Artaud A. *Van Gogh: o suicidado pela sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé; 2004.
154. Guattari F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34; 2012.

155. Coimbra CMB, Nascimento ML. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: Arantes EMM, Nascimento ML, Fonseca TMG, organizadoras. Práticas psi inventando a vida. Niterói: Ed. EDUFF; 2007: 27-38.
156. Lourau R. Análisis institucional y cuestión política. In: Lourau R, Bernard M, Evrad P, Ville P, Gavarini L, Savoye A, et al. Análisis Institucional y Socioanálisis. 2ª ed. México: Editorial Nueva Imagen; 1979. p.9-30.
157. Hess R. Do efeito Mühlmann ao princípio de falsificação: instituinte, instituído, institucionalização. *Mnemosine*. 2007; 3(2): 148-63.
158. Nicolas-Le Strat P. Faire politique latéralement. *Multitudes*. 2011; 2(45): 192-7.
159. Matos ASMC. A an-anarquia que vem: fragmentos de um dicionário de política radical. São Paulo: sobinfluencia edições; 2022.
160. Guattari F, Berardi FB, Bertetto P. Desejo e revolução. São Paulo: sobinfluencia edições; 2022.
161. Tari M. Um piano nas barricadas: por uma história da autonomia, Itália 1970. São Paulo: n-1 edições, 2019.
162. Leirner PC, Toledo LH. Lembranças e reflexões sobre Pierre Clastres: entrevista com Bento Prado Júnior. *Revista de Antropologia*. 2003; 46(2): 423-44.
163. Feuerweker LCM, Merhy EE, Silva E. Como temos armado e efetivado nossos estudos, que fundamentalmente investigam políticas e práticas sociais de gestão e de saúde? A pesquisa sobre acesso e barreira na saúde mental. In: Feuerweker LCM, Bertussi DC, Merhy EE. Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro: Editora Hexis; 2016. p.10-21.
164. Passos RG. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec; 2023.

165. Bento C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.
166. Favero S. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*. 2020; 5(13): 403-18.
167. Miranda DW, Félix-Silva AV. Subjetividades periféricas e descolonização da clínica. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2022; 42(n.spe): 1-12.
168. David EC. Aquilombamento da saúde mental: cuidado antirracista na atenção psicossocial infanto-juvenil. São Paulo: Hucitec; 2023.
169. Safatle V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: Safatle V, Silva Jr N, Dunker C, organizadores. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica; 2020. p.17-46.
170. Kiffer A, Pereira EA. Édouard Glissant e o mar sem margens do pensamento. In: Glissant E. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2021.
171. Despret V. Um brinde aos mortos: histórias daqueles que ficam. São Paulo: n-1 edições; 2023.
172. Santana FR, Fortuna CM, Monceau G. Promotion de la santé et prévention des maladies dans la formation professionnelle en soins infirmiers au Brésil et en France. *Revue Éducation Santé Societes*. 2017; 3(2): 115-35.
173. Ferreira JP, Silva CO, Barros MEB, Rotenberg L. Afirmado um éthos de pesquisador em saúde: processos participativos de restituição de resultados de pesquisas. *Trab. Educ. Saúde*. 2018 Set-Dez; 16(3): 919-33.
174. Dóbies DV, Loiola T, Vangrelino ACS. Vírus, neoliberalismo e inacabamentos: intervenção socioanalítica em serviço de acolhimento para crianças e adolescentes. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.176-95.

175. Fortuna CM, Romagnoli RC. A restituição como dispositivo para a formação interprofissional na educação permanente em saúde. In: Tomasi A, Romagnoli RC, organizadores. Diálogos entre trabalho e educação [recurso eletrônico]: desafios contemporâneos. Belo Horizonte: JADesign; 2020. p.37-64.
176. Pinheiro EMN, Borges FA, Lima NMFV, Severo AKS. Análise das implicações profissionais de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial do interior do Nordeste brasileiro. *Interface*. 2022; 26: e210449.
177. Leite ICM, Mourão LC, Almeida ACV. Implicações docentes na formação pedagógica de uma escola técnica. *Rev Bras Enferm*. 2020; 73(3): e20180679.
178. Severo AKS, L'Abbate S. Uma supervisão clínico-institucional na reforma psiquiátrica na perspectiva da análise institucional. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro. 2019; 17(3): e0021646.
179. Borges FA, Fortuna CM, Feliciano AB, Ogata MN, Kasper M, Silva MV. A análise de implicação profissional como um dispositivo de educação permanente em saúde. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2019; 27: e3189.
180. Fortuna CM, Oliveira KF, Feliciano AB, Silva MV, Borges FA, Camacho GA et al. O acolhimento como analisador das relações entre os profissionais, gestores e usuários. *Rev Esc Enferm USP*. 2017; 51: e03258.
181. Ribeiro RP. Análise da prática profissional de enfermeiras obstétricas: transformá-la para conhecer a realidade [Dissertação]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem; 2020.
182. Rodrigues W, Mourão L, Almeida A, Oliveira G. Os limites do ensino teórico-prático da saúde mental na formação do profissional de saúde. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*. 2016 Out; Esp 4: 107-14.

183. Pedrosa JIS. Implantação e desenvolvimento do curso de Medicina em Parnaíba (PI), Brasil, a partir do Programa Mais Médicos para o Brasil. *Interface*. 2019; 23(Suppl.1): e180012.
184. Silveira F, Mishima SM, Matumoto S, Fortuna CM, Bistafa MJ, Bregagnolo JC et al. Interação de saberes para articulação de ações de saúde bucal coletiva: cartografia de uma equipe de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2014; 19(12): 4879-88.
185. Sousa FMS, Severo AKS, Félix-Silva AV, Amorim AKMA. Educação interprofissional e educação permanente em saúde como estratégia para a construção de cuidado integral na Rede de Atenção Psicossocial. *Physis*. 2020; 30(1): e300111.
186. Zambenedetti G, Piccinini CA, Sales ALLF, Paulon SM, Silva RAN. Psicologia e Análise Institucional: Contribuições para os Processos Formativos dos Agentes Comunitários de Saúde. *Psicologia: ciência e profissão*. 2014; 34(3): 690-703.
187. Martins AA, Sól NAA, Botazzo C, Pezzato LM. Ampliação da clínica de saúde bucal em um centro de saúde do município de Campinas a partir de uma perspectiva grupal. *Rev. APS*. 2019 Jul-Set; 22 (3): 510-29.
188. Fortuna CM, Mesquita LP, Matumoto S, Monceau G. A análise de implicação de pesquisadores em uma pesquisa-intervenção na Rede Cegonha: ferramenta da análise institucional. *Cad. Saúde Pública*. 2016 Set; 32(9): e00117615.
189. Lago LPM, Matumoto S, Silva SS, Mestrine SF, Mishima SM. A análise de práticas profissionais como dispositivo para a formação na residência multiprofissional. *Interface: comunicação, saúde, educação*. 2018; 22(Suppl 2): 1625-34.
190. Borges FA, Rézio LA, L'Abbate S, Fortuna CM. A entrada no campo e a fabricação de dispositivos em pesquisas socioclínicas. *Psicologia em Estudo*. 2018; 23: e40373
191. Rézio LA, Fortuna CM, Borges FA. Pistas para a educação permanente em saúde mental na atenção básica guiada pela Socioclínica Institucional. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2019; 27: e3204.

192. Rézio LA, Conciani ME, Queiroz MA. O processo de facilitação de Educação Permanente em Saúde para formação em saúde mental na Atenção Primária à Saúde. *Interface*. 2020; 24: e200113.
193. Inamorato EA. Gerirgestar: experiências de gestoras e gestores em educação permanente em saúde [Dissertação]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina; 2021.
194. Campagnoli M, Pezzato LM, Spagnol CA, Mourão LC, Garcia RA. Análise Institucional das Práticas de Enfermagem: uma Experiência na Atenção Básica. *Diversitates Int J*. 2017; 09(2): 25-43.
195. Lima RPT, Fernandez JCA. Cartografia de um Conselho Local de Saúde. In: Almeida LSB, Laisner RC, organizadoras. *Políticas Públicas e Participação Social*. Natal: EDUFRN; 2018. p. 121-47.
196. Oliveira PS, Santana FR, Gatto Júnior JR, Santos KS, Araujo PN, Fortuna CM. Apoio matricial em saúde mental infantojuvenil na Atenção Primária à Saúde: pesquisa intervenção socioclínica institucional. *Rev Esc Enferm USP*. 2021; 55: e03731.
197. Spagnol CA, Pereira KD, Castro VPN, Figueiredo LG, Borges KKS, Batista LM. Diálogos da enfermagem durante a pandemia: reflexões, desafios e perspectivas para a integração ensino-serviço. *Esc Anna Nery*. 2021; 25(spe): e20200498.
198. Santos RS, Mourão LC, Almeida ACV, Daher DV, Santos KM, Brazolino LD. Nuances entre o Acesso Mais Seguro e o conflito armado no contexto da atenção básica. *Cad. Saúde Pública*. 2020; 36(10): e00139519.
199. Santos RS, Mourão LC, Almeida ACV, Santos KM, Brazolino LD, Leite ICM. O conflito armado e os impactos na saúde dos trabalhadores que atuam na Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro. *Saúde Soc*. 2020; 29(1): e180850.

200. Vivot CC, L'Abbate S, Fortuna CM, Sacardo DP, Kasper M. O uso do WhatsApp enquanto ferramenta de pesquisa na análise das práticas profissionais da enfermagem na Atenção Básica. *Mnemosine*. 2019; 15(1): 242-64.
201. Leite ICM, Mourão LC, Almeida ACV, Brazolino LD, Santos RS. Ser aluno de um mestrado profissional: análises sobre suas fragilidades e potencialidades. *Rev enferm UFPE on line*. 2017 Dez; 11(12): 5102-9.
202. Severo AKS, L'Abbate S, Onocko-Campos RT. A supervisão clínico-institucional como dispositivo de mudanças na gestão do trabalho em saúde mental. *Interface: comunicação, saúde, educação*. 2014; 18(50): 545-56.
203. Amorim AKMA, Severo AKS, Romagnoli RC. Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. *Physis*. 2015; 25(2): 657-78.
204. Spagnol CA, L'Abbate S, Monceau G, Jovic L. Dispositif socialanalytique: instrument d'intervention et de collecte de données en recherche qualitative en soins infirmiers. *Rech Soins Infirm*. 2016 Mar; (124): 108-17.
205. Monceau G. Institutionnalisation de la réflexivité et obstacles à l'analyse de l'implication. In: Béziat J, organizador. *Analyse de pratiques et réflexivité : regards sur la formation, la recherche et l'intervention socio-éducative*. Paris: L'Harmattan; 2013. p.21-32.
206. Zambenedetti G, Silva RAN. O paradoxo do território e os processos de estigmatização no acesso ao diagnóstico de HIV na atenção básica em saúde. *Estudos de Psicologia*. 2015 Out-Dez; 20(4): 229-40.
207. Mourão LC, Soussume TN. Réflexions sur les actions du programme HIPERDIA dans les centres de santé: implications des professionnels. *Diversitates International Journal*. 2015 Dez; 7(2): 36-49.
208. Delfini PSS, Bastos IT, Reis AOA. Peregrinação familiar: a busca por cuidado em saúde mental infantil. *Cad. Saúde Pública*. 2017; 33(12): e00145816.

209. Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM. Andar os andaimes: a construção de um projeto-comum. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.19-33.
210. Oliveira PS, Santana FR. Ecos, implicações e sobreimplicações de uma intervenção acolhedora. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.196-9
211. Pinheiro EMN, Severo AKS. Caminhos de uma pesquisa-intervenção em um serviço de saúde mental: gênero, violências e outras questões em análise. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.216-32.
212. Dóbies DV, Rézio LA. Silêncios constrangedores. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.233-6.
213. Severo AKS, Spagnol CA. Conexões entre processos formativos: a Efeito "Beija-flor" na pesquisa-intervenção. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.212-5
214. Santana FR, Fortuna CM, Monceau G. Formação do(a) enfermeiro(a) no Brasil e na França: efeitos de uma pesquisa Socio-clínica Institucional. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.200-11
215. Chaves BR, Spagnol CA. Entre a pesquisa-intervenção e a intervenção Socio-clínica: caminhos e descaminhos percorridos no contexto hospitalar. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.237-61.

216. Loiola T, Campagnoli M. O processo analítico e ressonâncias de duas intervenções no contexto hospitalar. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.262-5
217. Campagnoli M, Rézio LA, Spagnol CA. O processo de institucionalização da vacinação contra Covid-19 em um Centro de Saúde: diálogos cruzados entre docentes e a gestora/pesquisadora. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.266-80.
218. Oliveira PS, Chaves BR. Pandemia Covid-19 e o lugar de trabalhadoras-pesquisadoras. In: Pezzato LM, Dóbies DV, Fortuna CM, organizadores. *Análise institucional e saúde coletiva: experiências em diálogo*. São Paulo: Hucitec; 2023. p.281-4.
219. Minois G. *História da solidão e dos solitários*. São Paulo: Editora Unesp; 2019.
220. Neville K. Suicídio na adolescência e o contexto hospitalar: um entrecruzamento discursivo. In: Lima L, Navasconi PVP. *(Re)pensando o suicídio: subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriépistêmicos*. Salvador: Edufba; 2022. p.217-319.
221. Abrahão AL, Merhy EE, Gomes MPC, Tallemberg C, Chagas MS, Rocha M et al. O pesquisador IN-MUNDO e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde (a título de fechamento, depois de tudo que escrevemos). In: Merhy EE, Gomes MPC, organizadores. *Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental*. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2014. p.155-70.
222. Gros F. *A vergonha é um sentimento revolucionário*. São Paulo: Ubu; 2023.
223. Haraway DJ. *Ficar com o problema: fazer parentes no chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

- anexos -

- anexo 1. zines utilizados na restituição –

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Quando aquilo que se quer é considerado grande e distante demais, as pessoas desanimam. Elas pensam que estão querendo mais do que deveriam ou que não são capazes de ter o que querem.

Querer melhorar a casa do Caps, ter novos/as profissionais, fazer atividades diferentes, organizar uma festa, ter uma comida melhor parecem conquistas impossíveis.

Foi dito em assembleia

“É preciso ser egoísta para se amar e não ser egoísta quando pensar em se matar”.

Uma imagem



Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Para se comunicar bem com as outras pessoas é importante se esforçar para usar palavras e ideias que sejam entendidas: adaptar o nosso jeito de falar.

Mas isso também pode revelar nossos preconceitos e fazer a outra pessoa se sentir criança, incapaz ou louca.

Conversar com as pessoas, considerando as suas experiências e a capacidade delas irem mais longe na vida, fortalece os encontros e as invenções em grupo.

Foi dito em assembleia

“Há um espaço para cada um no Caps. Os usuários não mandam em nada, pois são os médicos e os outros profissionais que fazem isso”

Uma imagem



Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Podemos fazer cartaz para deixar visível os combinados feitos em assembleia, tanto para divulgar, quanto para lembrar. Mas, muitas vezes, é escrito de um jeito que não chama a atenção das pessoas: “horário do uso da TV”, “onde pode fumar”, “mantenha o banheiro limpo”. Também podemos usar caixinha de sugestões para recolher novas ideias e caixinha de reclamação para depositar as queixas. Mas as ideias nem sempre saem de lá.

As ideias não podem ficar nem encaixadas nem encaixotadas.

Foi dito em assembleia

“Estou andando de salto alto na beira do precipício”.

Uma imagem



Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Quando falamos com alguém, não falamos só por nós mesmos. Falamos dos nossos desejos, da nossa maneira de entender o mundo, dos nossos gostos, dos nossos compromissos e das nossas obrigações, do que querem nossos colegas.

Quando escutamos também não ouvimos simplesmente por nós mesmo.

Aprender a falar e a escutar é um exercício necessário para não ficarmos só competindo pelo espaço de debate. Criar um meio de querer saber o que as outras pessoas têm a dizer e estar aberto às novas ideias

Foi dito em assembleia

“Vivemos num país sem lei. As leis não são respeitadas e os serviços funcionam mal.”

Uma imagem



Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Quando falamos queremos receber a atenção de quem nos escuta. Queremos saber o que a outra pessoa acha: se concorda, se discorda, se pensa diferente, se entendeu, se há alguma outra coisa mais importante etc.

Dividir com as outras pessoas um sentimento ou dar uma ideia para fazer alguma coisa diferente no Caps e perceber que as pessoas não deram atenção desanima muito a querer participar da assembleia.

Foi dito em assembleia

“Não ser convidado, não significa que a gente não possa ir. São coisas diferentes.”



Uma imagem

5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

É importante levar uma informação para as outras pessoas com detalhes e explicando melhor. É passar o horário, o local, quem vai, quem pode ir, com se inscrever em um determinado evento, por exemplo. E também explicar os motivos da realização deste evento.

Informar sem dar muitas informações desvaloriza o que se informa. Fica só um aviso solto, não dá condições nem anima as pessoas a saberem e/ou participarem de alguma coisa.

Foi dito em assembleia

“Lute como um trabalhador do SUS”



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Às vezes, nós temos ideias muito boas que despertam interesse nas outras pessoas. Mas não sabemos direito se dá para colocá-la em prática. Por outro lado, para não desanimar quem deu a ideia, é comum dizermos que vamos ajudar, mesmo sabendo que não temos condições e que aquilo não será possível de fazer. Falamos para a pessoa que dará “tudo certo” e “estamos juntos” só por falar.

O compromisso não é verdadeiro. Com o tempo, já não se confia mais nos compromissos.

Foi dito em assembleia

“Lá na sala de TV é espaço só pra homem”.

8 de março - Dia Internacional das Mulheres



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Há propostas de melhoria do Caps que exigem que se pense em detalhes: quem vai fazer cada ação, os horários, as regras, quem vai cuidar disso ou daquilo, o que pode dar errado etc.

Mas já sabemos, pela nossa experiência, que as pessoas não costumam cumprir algumas “regrinhas” ou que não temos condições para acompanhar se serão cumpridas. Mais interessante é construir as maneiras de fazer as coisas que sejam simples e práticas.

Foi dito em assembleia

“Por que sempre tem um gótico no Caps?”. Diante do silêncio, ele mesmo responde: “Porque ele é o psicótico”. Depois comenta: “Sem fazer uma piada não dá”.



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Quando some alguma coisa do Caps, descumpre-se algum combinado coletivo, alguém trata mal outra pessoa é comum surgirem diversas ideias de como encontrar o/a culpado/a e como puni-lo/a. Acharmos que quanto mais pesado for o castigo, mais a pessoa aprenderá que errou e não repetirá o erro. Ver quem cometeu um erro receber um castigo pode trazer uma satisfação para a gente. Mesmo assim, é comum o problema se repetir. Certamente, existe outras maneiras de lidar com isso.

Foi dito em assembleia

“Usuário que usa aqui dentro do Caps não quer melhorar. Por mim, coloca o corote e o cara pra fora”.



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Duas pessoas podem se desentender e precisarem conversar a respeito. Uma pessoa pode estar incomodada com a outra por algum motivo e quer falar com ela sobre isso. Uma pessoa pode ter vontade de fazer alguma coisa, sabe quem pode lhe ajudar e vai conversar com esta pessoa. As pessoas vivem em comunidade, em grupo, e precisam falar umas com as outras diretamente. Às vezes, aparece uma terceira pessoa que pode ajudar na conversa, mas também pode impedir que as duas possam se resolver sozinhas, com autonomia.

Foi dito em assembleia

“Vou chamar o prefeito para participar da assembleia. Todo mundo vai querer vir falar com ele”.



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Os nossos sentimentos, as nossas emoções e as nossas ideias estão sempre relacionados com as pessoas com quem convivemos, com o lugar que vivemos, com o momento político, com os animais e plantas ao nosso redor. É importante em uma assembleia ficar atento para falar disso para parece só nosso, considerando o também tem a ver com os outros. Ouvir aquilo que parece algo só do outro, prestando atenção no que também nos diz respeito. Estamos sempre em relação, sempre temos algo em comum com as outras pessoas.

Foi dito em assembleia

“Por que vou falar num lugar onde me veem como um surtado?”



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Diz-se que “a assembleia é soberana”. Ou seja, é o lugar onde se tomam as decisões que deverão ser seguidas por todo mundo do Caps. Essa é uma maneira de criar uma democracia dentro do Caps: todo mundo deve ser escutado e deverá seguir o que for decidido coletivamente. Mas existem outros lugares onde se tomam decisões que interferem no Caps: reuniões de equipe, diretoria, secretaria da saúde, ministério etc. Fica o desafio de encontrar a real importância da assembleia.

Foi dito em assembleia

“Agora eu sei por que está vazio. É dia de assembleia”

ELEIÇÕES
2022
#seuvotofazopais

Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Houve mudanças e restrições no Caps por causa da pandemia de Covid-19. Os atendimentos ficaram suspensos, houve atendimentos por celular, os grupos ficaram um tempo sem acontecer, não teve assembleia nem festas. Enquanto as atividades voltavam nos comércios, nas praças de esporte, no cinema, algumas demoraram a voltar no Caps. Foi um tempo difícil, que mostrou também a importância de analisar as restrições que criamos dentro do Caps.

Foi dito em assembleia

“Ninguém viu o sujeito sair do Caps carregando uma televisão nas costas?”



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

A criação do Caps é uma das conquistas da luta antimanicomial. As pessoas passaram a receber tratamento humanizado em ambiente aberto. Incluir a luta feminista, pela diversidade sexual, contra o racismo trazem novas energias e novos desafios à luta antimanicomial. As estratégias de redução de danos chamam usuários/as e profissionais para o protagonismo e para lutar contra os “manicômios” para usuários/as de álcool e outras drogas.

Foi dito em assembleia

“E como se cuida no cotidiano desses combinados feitos em assembleia? Como o usuário pode agir no dia a dia?”



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

A assembleia pode ser considerada parte do que se chama de controle social, mas existem conselhos e conferências de saúde que são os dois espaços mais formais. Os conselhos e das conferências criam condições para que as propostas e necessidades dos/as usuários/as ganhem espaço dentro das leis e nas normas burocráticas. Mas funcionam de um jeito que não acolhe muito bem o jeito como os usuários do Caps vivem. Há uma dificuldade de combinar as duas coisas.

Foi dito em assembleia

“Que ruim, a gente está pensando nas coisas e junto em como fazer para não ter outro furto”.



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Vários/as usuários/as do Caps vivem na pele o problema da falta de moradia e da falta de comida. Os Caps não são lugar de moradia nem de distribuição de alimento, mas essas necessidades aparecem todos os dias no Caps. Existem serviços públicos e organizações sociais que oferecem “casa e comida”. Mesmo assim, essas necessidades aparecem no Caps e exigem ações da equipe e da gestão, que precisam estar, ao mesmo tempo, à altura das necessidades imediatas dos/as usuários/as e de uma transformação social mais ampla.

Foi dito em assembleia

“Como o usuário pode se posicionar diante das situações de agressividade dos profissionais?”



Uma imagem

Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

Notas parciais para restituição

Entre a politização e o esvaziamento político

Como é um espaço aberto e com muitas pessoas diferentes, podem surgir assuntos difíceis de discutir durante uma assembleia.

Podemos falar alguma coisa que ofende outra pessoa e, muitas vezes, nem entendemos o motivo. É comum termos muitos preconceitos que aparecem quando falamos e pelo modo como agimos. Mais importante é estarmos abertos a nos rever, a pensar diferente.

Precisamos debater com seriedade o racismo, o machismo, a transfobia, xenofobia, o preconceito de classe social etc.

Foi dito em assembleia

“Pra questionar, tem que saber a resposta”

Uma imagem



Questões que ficam...

- Incomodar-se com a escassez imposta à nossa maneira de viver;
- Não se deixar seduzir pela ordem progressista: “fazer mais, sem analisar o que está fazendo”;
- Ultrapassar a divisão entre individual e coletivo: entrar em relação, viver em comum;
- Procurar questões que nos provocam a fazer análises e aprofundá-las.

- anexo 2. quadro com descrição esquematizada das intervenções realizadas em serviços públicos de saúde entre 2014 e 2021 -

Publicação	Local dos pesquisadores e da intervenção	Tipificação da intervenção	Encomenda/Demanda/Oferta	Dispositivos Operatórios ¹²⁴	Tempo da Intervenção	Participantes da intervenção
Severo AKS, L'Abbate S, Onocko-Campos RT. A supervisão clínico-institucional como dispositivo de mudanças na gestão do trabalho em saúde mental. Interface: comunicação, saúde, educação. 2014; 18(50): 545-56.	Pesquisadoras da FCM/Unicamp e intervenção em rede de saúde mental de um município do interior da região Nordeste do Brasil.	Socio-clínica institucional.	Houve uma encomenda de supervisão em novembro de 2010, a partir de um convite do consultor do Ministério da Saúde do Nordeste para supervisão em rede de saúde mental, não restrita ao Caps.	Supervisão clínico-institucional, com discussões de temas da área, discussão de casos, oficina de planejamento e articulação em ato com Nasf e gestão municipal.	Doze encontros mensais, entre março de 2011 a fevereiro de 2012.	Equipe do Caps I, composta por 16 profissionais: psiquiatra, psicóloga, enfermeira, nutricionista, assistentes sociais, farmacêutico, auxiliar de enfermagem, auxiliares de farmácia, artesã, técnico administrativo, coordenador do serviço e a equipe de apoio (cozinha, limpeza e recepção). Seis profissionais do Nasf: fisioterapeutas, psicólogo, nutricionista e educador físico. Secretário de saúde do município.
Silveira F, Mishima SM, Matumoto S, Fortuna CM, Bistafa MJ, Bregagnolo JC et al. Interação de saberes para articulação de ações de saúde bucal coletiva: cartografia de uma equipe de Saúde da Família. Ciência & Saúde Coletiva. 2014; 19(12): 4879-88.	Pesquisadores da EERP-USP e intervenção em uma ESF de Ribeirão Preto/SP.	Pesquisa-intervenção, a partir da cartografia.	O projeto de pesquisa foi apresentado no distrito de saúde. Uma ESF, que contava com um dentista membro da equipe de pesquisa, foi a que se apresentou para esse trabalho.	Cartografia das ações de uma equipe de ESF na produção de conhecimento de Saúde Bucal a partir do cuidado de uma família. O caso foi frequentemente trabalhado nos encontros coletivos da equipe.	Um ano, entre fevereiro de 2010 e fevereiro de 2011.	Profissionais da ESF: um médico, um enfermeiro, duas auxiliares de enfermagem, cinco ACS, um auxiliar de serviços gerais, um coordenador da equipe e um dentista. Residentes, estudantes de graduação e docentes.
Zambenedetti G, Piccinini CA, Sales	Pesquisadores da UFRGS e PUC SP	Pesquisa-intervenção,	Segunda etapa de uma pesquisa que primeiramente	Quatro grupos temáticos de formação:	Quatro meses, entre agosto e	45 ACS de 19 ESF.

¹²⁴ Conforme definição de Gilles Monceau (citado na tese de Flávio Borges publicada em 2017), o “dispositivo operatório” consiste na maneira como os agentes colocam em prática suas ações, considerando as dimensões política, social, econômica e humana. O autor diferencia de “dispositivo analítico” e “dispositivo político”, mas reforça que se trata de uma classificação didático-pedagógica, pois há uma intrínseca conectividade entre eles que se agencia nas atualizações permanentes.

ALLF, Paulon SM, Silva RAN. Psicologia e Análise Institucional: Contribuições para os Processos Formativos dos Agentes Comunitários de Saúde. Psicologia: ciência e profissão. 2014; 34(3): 690-703.	e intervenção em ESF de um distrito de Porto Alegre/RS.	com referencial da análise institucional.	fez um diagnóstico das demandas de saúde no cotidiano dos ACS, que subsidiou a proposta de uma formação em saúde.	Saúde-Doença; Uso de álcool e outras drogas; Sexualidade e DST/AIDS; Saúde mental na atenção básica. Foram utilizadas: perguntas disparadoras, fotos de revista e visita ao CTA.	novembro de 2010.	
Amorim AKMA, Severo AKS, Romagnoli RC. Cartografia de um grupo-pensamento em saúde mental: experimentações rizomáticas no que a vida pode mais. Physis. 2015; 25(2): 657-78.	Pesquisadoras da UFRN, Universidade Potiguar e PUC-MG e intervenção em Natal/RN.	Pesquisa-intervenção cartográfica.	Usuários e profissionais de um Caps montaram uma associação de saúde mental. Pesquisadoras acompanham esse processo de construção e tal encontro se tornou um projeto de extensão da universidade.	Diário (não regular nem cronológico), experimentações no grupo, registro fotográfico (não regular, mas por intensidade).	Dois anos, entre 2013 e 2014.	Estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia, enfermagem, gestão de sistemas de saúde; usuários da rede de saúde mental municipal; pesquisadores e professores de cursos de psicologia da cidade; trabalhadores das redes de saúde da região metropolitana e, eventualmente, gestores locais.
Mourão LC, Soussume TN. Réflexions sur les actions du programme HIPERDIA dans les centres de santé: implications des professionnels. Diversitates International Journal. 2015 Dez; 7(2): 36	Pesquisadoras da UFF e intervenção em unidade de Atenção Primária à Saúde de Niterói/RJ.	Análise de implicação coletiva, sob referencial da análise institucional.	Projeto de pesquisa-intervenção sobre hiperdia em uma unidade de atenção primária, que demandou um espaço de reflexão com os profissionais envolvidos neste trabalho.	Grupo de reflexão, animado com a seguinte questão: "O que você achou de ter participado do projeto de hiperdia?"	Encontro de 40 minutos.	Participaram nove profissionais de saúde: um médico coordenador da unidade, cinco enfermeiras e três auxiliares de enfermagem.
Zambenedetti G, Silva RAN. O paradoxo do território e os processos de estigmatização no acesso ao diagnóstico de HIV na atenção básica em saúde. Estudos de Psicologia. 2015 out- dez; 20(4): 229-40.	Pesquisadores da Unicentro e UFRGS e intervenção em uma UBS de Porto Alegre/RS.	Pesquisa-intervenção, com referencial institucional.	O pesquisador principal estava no doutorado durante o processo de descentralização no município, com estudos em andamento sobre a interface entre HIV/AIDS e atenção básica.	Três grupos focais, separados por categoria profissional: profissionais de nível superior; ACS; técnicos de enfermagem. Dois encontros de restituição com todos os profissionais da ESF.	Não explícita.	Equipe da ESF.

Penido C. A análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho. Revista Interinstitucional de Psicologia. 2015 dez; 8(2): 248 – 257.	Pesquisadora da UFMG e intervenção em uma cidade de médio porte da região metropolitana de Belo Horizonte/MG.	Socioanálise.	A pesquisadora realizou o seu trabalho de doutorado enquanto era coordenadora da equipe de Apoio Matricial em Saúde Mental.	Grupos focais, dois profissionais do grupo de pesquisa para auxiliar na análise, escrita de diário, restituição.	Entre 2010 e 2011.	Equipe de Apoio Matricial em Saúde Mental e profissionais da Estratégia Saúde da Família.
Fortuna CM, Mesquita LP, Matumoto S, Monceau G. A análise de implicação de pesquisadores em uma pesquisa-intervenção na Rede Cegonha: ferramenta da análise institucional. Cad. Saúde Pública. 2016 Set; 32(9): e00117615.	Pesquisadores da EERP/USP e Université Cergy-Pontoise e intervenção em grupo de pesquisadores.	Espaço coletivo de análise de implicação dos pesquisadores dentro da pesquisa-intervenção, com referencial da socio-clínica institucional.	Necessidade de análise das implicações ao longo de todas as etapas da pesquisa.	Doze oficinas, sendo que, em quatro oportunidades, contaram com a presença de analista institucional externo.	De janeiro a dezembro de 2014.	17 pesquisadores vinculados à universidade e ao DRS (trabalhadores em distintas atribuições e posições na gestão regional).
Zambenedetti G, Silva RAN. Descentralização da atenção em HIV-Aids para a atenção básica: tensões e potencialidades. Physis. 2016; 26(3): 785-806.	Pesquisadores da Unicentro e UFRGS e intervenção em uma UBS de Porto Alegre/RS.	Pesquisa qualitativa, com a referencial da análise institucional.	Durante o processo de descentralização da atenção em HIV-Aids, selecionou-se a UBS que tinha realizado mais testes rápidos.	Três grupos focais com os profissionais em categorias separadas: médico e enfermeira; ACS; técnico de enfermagem. Dois encontros de restituição com todos juntos.	De dezembro de 2012 a julho de 2013.	Profissionais de uma ESF (médicos, enfermeiras, ACS e técnicos em enfermagem).
Rodrigues W, Mourão L, Almeida A, Oliveira G. Os limites do ensino teórico-prático da saúde mental na formação do profissional de saúde. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental. 2016 Out; Esp 4: 107-14.	Pesquisadores da UFF e intervenção em um curso de medicina em uma universidade de uma cidade serrana do RJ.	Socio-clínica institucional.	O coordenador do curso de medicina, diante da insatisfação dos alunos e preceptores, endereçou a uma coordenadora de prática uma revisão da integração do ensino teórico com a prática da atenção psicossocial. O autor principal era mestrando e exercia as funções de gestão, docência	Diário de pesquisa, relatório dos alunos e entrevista coletiva.	Entre 2014 e 2015.	Doze alunos do quarto período do curso de medicina.

			e preceptoria nessa universidade.			
Dóbies DV, L'Abbate S. A resistência como analisador de saúde mental em Campinas/SP: contribuição da Análise Institucional. Saúde em Debate. 2016; 40(110): 120-33.	Pesquisadores da FCM/Unicamp e intervenção em um fórum de saúde mental de Campinas/SP.	Participação do primeiro autor neste fórum, analisada com o referencial da análise institucional.	Primeiro autor atuava em um dos serviços que compunha este fórum e propôs a pesquisa.	Participação nas várias práticas associadas ao trabalho do fórum e da construção de rede, sobretudo nas reuniões quinzenais. Diário de pesquisa e entrevistas semiestruturadas.	De junho de 2014 a junho de 2015.	Membros do fórum de saúde mental: profissionais da atenção básica e dos Caps, bem como gestores locais e distritais.
Spagnol, CA, L'Abbate, S, Monceau, G. Jovic, L. Dispositif socianalytique: instrument d'intervention et de collecte de données en recherche qualitative en soins infirmiers. Rech Soins Infirm. 2016; Mar; (124): 108-17.	Pesquisadores da UFMG, Unicamp, Université Cergy-Pontoise, Université Paris Diderot e intervenção no hospital da UFMG.	Pesquisa-intervenção, a partir da construção de um dispositivo socioanalítico	Foi aplicado um questionário sobre as relações de conflito que foi destinado a todas as enfermeiras do hospital, que perguntava o interesse em participar do dispositivo socioanalítico.	Cinco encontros, chamados de dispositivo socioanalítico.	Dois meses.	Seis enfermeiras, sendo duas ligadas à direção e quatro alocadas em diferentes setores do hospital.
Fortuna CM, Oliveira KF, Feliciano AB, Silva MV, Borges FA, Camacho GA et al. O acolhimento como analisador das relações entre os profissionais, gestores e usuários. Rev Esc Enferm USP. 2017; 51: e03258	Pesquisadores da EERP-USP e UFSCar e intervenção nos seis municípios da região coração da DRS de Araraquara/SP.	Pesquisa qualitativa com o referencial da análise institucional.	Esta pesquisa decorreu de uma outra mais ampla realizada na DRS.	Grupos focais, com dois pesquisadores (um observador silente e outro coordenador) e 90 min de duração. Com questões norteadoras: 1) digam como se organiza o trabalho na UBS; 2) falem sobre o acolhimento na UBS de vocês.	Cinco meses, entre dezembro de 2014 e abril de 2015.	137 profissionais da atenção básica: psicólogo, médico, dentista, auxiliar de saúde bucal, recepcionista (escriturário e agente administrativo), técnico de enfermagem, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e ACS. Cada sessão teve de seis a treze participantes.
Leite ICM, Mourão LC, Almeida ACV, Brazolino LD, Santos RS. Ser aluno de um mestrado profissional: análises sobre suas fragilidades e potencialidades. Rev enferm UFPE on line., Recife; 2017; Dec; 11(12): 5102-9.	Pesquisadores da UFF e intervenção no curso de Mestrado Profissional da Escola de Enfermagem da UFF.	Uma análise institucional das práticas profissionais realizada de maneira fortuita, ocasional, acidental.	As professoras/orientadoras criaram o grupo para comunicações gerais, que se tornou um espaço para análise de implicação coletiva	Grupo de WhatsApp, que interagiu ao menos três vezes por semana pelo e desenvolvia, por vezes, análises de implicação.	Não fica explícito o tempo de "intervenção".	Cinco enfermeiros, que eram alunos da disciplina de análise institucional do mestrado profissional, e as duas docentes.
Campagnoli M, Pezzato LM, Spagnol CA, Mourão LC Garcia RA. Análise	Pesquisadoras da Unicamp, Unifesp e UFMG e	Análise institucional das práticas	A primeira autora era enfermeira na unidade	Cinco encontros do tipo GEASE de uma hora, com observadora	De junho a agosto de 2015.	Quatro enfermeiras (incluindo a pesquisadora), cinco

Institucional das Práticas de Enfermagem: Uma Experiência na Atenção Básica <i>Diversitates Int J.</i> 2017; 09(2): 25-43.	intervenção em uma unidade básica de Campinas/SP.	profissionais, na perspectiva socio-clínica institucional.	básica e estava no mestrado profissional.	externa convidada. Diário de pesquisa		técnicos de enfermagem e oito auxiliares de enfermagem. A gestora, também enfermeira, participou de um encontro.
Delfini PSS, Bastos IT, Reis AOA. Peregrinação familiar: a busca por cuidado em saúde mental infantil. <i>Cad. Saúde Pública.</i> 2017; 33(12): e00145816.	Pesquisadoras da FSP-USP e intervenção em Caps IJ da Grande SP.	Grupo focal, iniciados com restituição e permeado pela localização de analisador.	Não é explicitado.	Observação participante; grupo focal (1h30 por sessão); construção de itinerário terapêutico (cada familiar desenhou o itinerário e compartilhou no grupo focal); diário de pesquisa.	De setembro de 2014 a abril de 2015.	Nove familiares de crianças atendidas em um Caps IJ
Santana FR, Fortuna CM, Monceau G. Promotion de la santé et prévention des maladies dans la formation professionnelle en soins infirmiers au Brésil et en France. <i>Revue Éducation Santé Societes.</i> 2017; 3(2): 115-35.	Pesquisadoras da UFG, USP-RP e Université de Cergy-Pontoise e em universidade do estado de São Paulo e em instituto de formação em cuidados de enfermagem na região parisiense.	Pesquisa-intervenção, sob referencial da socio-clínica institucional.	Pesquisa de doutorado em cotutela Brasil e França.	Observações, entrevistas e restituição. No Brasil, foram duas restituições intermediárias e uma final. Esta última teve dados da pesquisa feita na França (“restituição cruzada”). Na França, foram feitas duas restituições, com dados da pesquisa feita no Brasil.	Um ano de trabalho de campo, contemplando observações, entrevistas e restituições.	25 professores no Brasil e 19 formadores na França.
Lima RPT, Fernandez JCA. Cartografia de um Conselho Local de Saúde. In: Almeida LSB, Laisner RC, organizadoras. Políticas Públicas e Participação Social. Natal: EDUFRN; 2018. p. 121-47.	Pesquisadores da FCM/Unicamp e intervenção em conselho local de saúde de uma unidade básica de Campinas/SP.	Cartografia.	Pesquisadora principal era membro do conselho como usuária da unidade básica, mestranda em saúde coletiva, trabalhadora e gestora aposentada do SUS.	Participação nas reuniões do conselho; gravação, transcrição e narrativa. Restituição com a narrativa e produção de nova narrativa. Diário de bordo.	De janeiro de 2013 a dezembro de 2014.	Conselheiros locais de saúde: usuários, trabalhadores e gestores.
Borges FA, Rézio LA, L'Abbate S, Fortuna CM. A entrada no campo e a fabricação de dispositivos em pesquisas socioclínicas. <i>Psicologia</i>	Pesquisadores da EERP/USP e FCM/Unicamp. Pesquisa 1 realizada em um município de Mato	Socio-clínica Institucional.	Pesquisa 1: A pesquisadora principal, por sua experiência anterior no campo, reconheceu uma encomenda social e a incluiu no seu doutorado.	Pesquisa 1: diário de pesquisa, observação participante, entrevista semiestruturada, grupo de reflexão, EPS. Pesquisa 2: diário de	Pesquisa 1: um ano; Pesquisa 2: dez encontros mensais	Pesquisa 1: todos os profissionais de duas equipes de saúde ESF (17 pessoas: duas médicas, duas enfermeiras, quatro técnicos de enfermagem e

em Estudo. 2018; 23: e40373.	Grosso e Pesquisa 2 na DRS III de São Paulo.		Pesquisa 2: Decorreu de uma pesquisa anterior.	pesquisa, entrevista semiestruturada; grupo de reflexão, restituição.		nove ACS); Pesquisa 2: apoiadores de PNH e articuladores de EPS da DRS.
Ferreira JP, Silva CO, Barros MEB, Rotenberg L. Afirmando um ethos de pesquisador em saúde: processos participativos de restituição de resultados de pesquisas. Trab. Educ. Saúde. 2018 set-dez; 16(3): 919-933.	Pesquisadoras da Fiocruz-ENSP, UFF, UFES e intervenção em hospitais públicos do município do RJ.	Pesquisa-intervenção, a partir da restituição de uma pesquisa epidemiológica.	O grupo de pesquisa já havia realizado duas pesquisas anteriores semelhantes (estudos quantitativos e censitários sobre saúde do trabalhador) e experimentaram modos para melhorar a restituição.	Etapas de restituição: folheto informativo, palestra interativa, grupos de discussão de resultados, encontro de saúde do trabalhador de enfermagem (essa etapa foi dividida: construção das ações coletivas a serem postas em prática e acompanhamento da sua implantação.	Entre 2010 e 2013.	Trabalhadores da enfermagem de hospitais públicos do município do RJ e gestores dos hospitais e da SMS-RJ.
Lago LPM, Matumoto S, Silva SS, Mestrine SF, Mishima SM. A análise de práticas profissionais como dispositivo para a formação na residência multiprofissional. Interface: comunicação, saúde, educação. 2018; 22(Supl. 2): 1625-34.	Pesquisadoras da EERP-USP; FORP-USP e intervenção em universidade pública do interior do estado de SP.	Análise institucional das práticas profissionais.	Parte do doutorado da primeira autora.	Realização da análise de práticas em uma atividade curricular do curso, diário de pesquisa e restituição, com narrativas da pesquisadora.	Oito encontros com frequência mensal.	Participaram 32 residentes de duas turmas: Farmácia; Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional. 26 mulheres e seis homens.
Borges FA, Fortuna CM, Feliciano AB, Ogata MN, Kasper M, Silva MV. A análise de implicação profissional como um dispositivo de educação permanente em saúde. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 27:e3189. 2019.	Pesquisadores da EERP-USP, UFSCar e da DRS; e intervenção em DRS do estado de São Paulo, composta por 24 municípios.	Socio-clínica institucional.	Pesquisa anterior realizada com apoiadores institucionais em seis municípios da DRS indicou a falta de sentido para o exercício desta função.	Entrevistas semiestruturadas, doze encontros mensais de três horas com os participantes, restituição, diário de pesquisa.	De setembro de 2016 a setembro de 2017.	35 apoiadores de PNH e/ou articuladores de EPS (16 eram enfermeiros, seis psicólogos, três terapeutas ocupacionais, três fisioterapeutas, dois nutricionistas, um administrador, um fonoaudiólogo, um psicopedagogo, um odontólogo e um farmacêutico.)
Rézio LA, Fortuna CM, Borges FA. Pistas para a educação permanente em saúde mental na atenção básica guiada pela	Pesquisadores da UFTM, EERP-USP, UFSCar e intervenção em unidade básica de	Socio-clínica institucional.	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para levantar demandas para o trabalho de EPS em unidades básicas	Doze encontros de EPS de duas horas, com aporte da socio-clínica; diário de campo.	De março de 2016 a fevereiro de 2017.	Vinte participantes: onze trabalhadores da equipe I e nove trabalhadores da equipe II. Foram onze ACS; duas médicas; duas

Socioclínica Institucional. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2019; 27: e3204, 2019.	município de grande porte de Mato Grosso.		selecionadas pela Secretaria Municipal de Saúde.			enfermeiras; duas técnicas de enfermagem; duas recepcionistas e uma digitadora. Cada encontro teve, em média, de cinco a sete pessoas.
Pedrosa JIS. Implantação e desenvolvimento do curso de Medicina em Parnaíba (PI), Brasil, a partir do Programa Mais Médicos para o Brasil. Interface. 2019; 23(Supl. 1): e180012.	Pesquisador da UFPI-Parnaíba e intervenção no curso de medicina em Parnaíba/PI.	Intervenção pedagógica e pedagogia institucional.	Em meio às ações para implementar o curso, o autor promoveu uma intervenção para trabalhar o projeto pedagógico do curso.	Círculos de cultura, criado por Paulo Freire.	Não explícita.	Docentes do curso de medicina.
Severo AKS, L'Abbate S. Uma supervisão clínico-institucional na reforma psiquiátrica na perspectiva da análise institucional. Trab. Educ. Saúde. 2019; 17(3): e0021646.	Pesquisadoras da UFRN e Unicamp e intervenção realizada em Caps do interior do Nordeste do Brasil.	Supervisão clínica institucional com a referencial da socio-clínica institucional.	Convite da representação do Ministério da Saúde do Nordeste para a pesquisadora participar de uma seleção para projetos de financiamento de supervisão em rede de saúde mental.	Supervisão clínico-institucional, diário de pesquisa.	Encontros mensais de março de 2011 a fevereiro de 2012.	Equipe do Caps (psiquiatra, psicóloga, enfermeira, nutricionista, assistentes sociais, farmacêutico, auxiliar de enfermagem, auxiliares de farmácia, artesã, técnico administrativo, coordenador, chefe de cozinha, auxiliar de cozinha, pessoas que trabalhavam na limpeza, recepcionista), do Nasf (fisioterapeutas, psicólogo, nutricionista e educador físico) e secretário de saúde.
Martins AA, Sól NAA, Botazzo C, Pezzato LM. Ampliação da clínica de saúde bucal em um centro de saúde do município de Campinas a partir de uma perspectiva grupal. Rev. APS. 2019 jul./set.; 22 (3): 510-529.	Pesquisadores da Unicamp, UFOP, FSP-USP, Unifesp-BS e intervenção realizada em Campinas/SP.	Pesquisa qualitativa, com o referencial da análise institucional, na vertente socio-histórica.	A pesquisadora, que havia participado de estudo sobre inovação em saúde bucal, era parte do grupo educativo pesquisado e quis analisar as possibilidades de ampliação da clínica de saúde bucal.	Análise de documentos com registros sobre o grupo, entrevistas, um grupo focal e diário de pesquisa.	A pesquisa de campo foi entre maio de 2016 e março de 2017.	Profissional fundadora do grupo educativo, 15 usuários deste grupo e 15 membros da equipe que realizam este grupo.
Santos RS, Mourão LC, Almeida ACV, Daher DV, Santos KM,	Pesquisadores da UFF e a intervenção em	Socio-clínica institucional.	Oferta do pesquisador, membro da equipe, aos colegas para analisarem a	Dois encontros socio-clínicos institucionais, com a pergunta	Não explícita o intervalo entre os encontros,	Treze profissionais de saúde de nível superior (sete enfermeiros, quatro

Brazolino LD. Nuances entre o Acesso Mais Seguro e o conflito armado no contexto da atenção básica. Cad. Saúde Pública. 2020; 36(10): e00139519	clínica da família localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.		violência armada e o programa Acesso Mais Seguro.	disparadora: “O que pensam da utilização do Acesso Mais Seguro em locais onde predomina o conflito armado?” Diário do pesquisador.	mas certamente entre 2016 e 2018.	médicos e dois dentistas) de sete equipes da mesma clínica da família.
Santos RS, Mourão LC, Almeida ACV, Santos KM, Brazolino LD, Leite ICM. O conflito armado e os impactos na saúde dos trabalhadores que atuam na Estratégia de Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro. Saúde Soc. 2020; 29(1): e180850.	Pesquisadores da UFF e a intervenção foi realizada na clínica da família localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.	Socio-clínica institucional.	Não explícita.	Dois encontros socio-clínicos, após a reunião de equipe, com a colaboração de membros do grupo de pesquisa.	Em 2017.	Treze profissionais de saúde de nível superior (sete enfermeiros, quatro médicos e dois dentistas) de sete equipes da mesma clínica da família.
Leite ICM, Mourão LC, Almeida ACV. Implicações docentes na formação pedagógica de uma escola técnica. Rev Bras Enferm. 2020; 73(3): e20180679.	Pesquisadoras da UFF e intervenção na Escola Técnica do SUS no Rio de Janeiro.	Socio-clínica institucional.	Mestrado profissional realizado por uma docente da escola.	Encontros socio-clínicos e diário. Três encontros “preparativos” e um de intervenção (debater o processo de formação pedagógica da escola).	De abril de 2017 a março de 2018.	Sete profissionais de saúde, docentes da escola técnica, do sexo feminino, com idade variando de 44 anos a 64 anos, sendo quatro enfermeiras, uma assistente social, uma bióloga e uma socióloga.
Fortuna CM, Romagnoli RC. A restituição como dispositivo para a formação interprofissional na educação permanente em saúde. In: Tomasi A, Romagnoli RC, organizadores. Diálogos entre trabalho e educação: desafios contemporâneos. Belo Horizonte: JADesign; 2020. p.37-64.	Pesquisadoras da EERP-USP e PUC-MG e intervenção na DRS de Araraquara/SP.	Referencial da análise institucional na vertente socio-clínica.	A partir da necessidade de acompanhamento do processo de implantação de EPS e da PNH pela DRS, foi desenvolvida uma pesquisa que recebeu financiamento do PPSUS.	Dezenove encontros mensais de EPS, intercalados com três sessões de restituição. Utilização de narrativas, fotografias, música e poesia. Entrevistas semiestruturadas.	Não explícita.	Gestores estaduais, apoiadores e articuladores, docentes e pós-graduandos.
Ribeiro RP. Análise da prática profissional de enfermeiras obstétricas:	Pesquisadora da UFMG e intervenção em	Pesquisa-intervenção com o	A pesquisadora, que era mestranda e trabalhadora da maternidade, propôs este	Quatro encontros socio-clínicos, entrevistas semiestruturada e diário	Trabalho de campo entre agosto e	Quinze enfermeiras participaram dos encontros, sendo quatro

transformá-la para conhecer a realidade. [dissertação] Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem; 2020.	maternidade de hospital universitário em Belo Horizonte.	referencial da análise institucional na sua vertente socio-clínica.	trabalho em reunião com suas colegas.	institucional da pesquisadora.	dezembro de 2019.	generalistas, oito obstétricas, duas professoras da universidade e uma da divisão de enfermagem. Seis gestoras da maternidade foram entrevistadas.
Rezio LA, Conciani ME, Queiroz MA. O processo de facilitação de Educação Permanente em Saúde para formação em saúde mental na Atenção Primária à Saúde. Interface. 2020; 24: e200113.	Pesquisadoras da UFMT e em ESF de Cuiabá/MT.	Socio-clínica Institucional.	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais para levantar as demandas para EPS, ofertada pela pesquisadora que se encontrava no doutorado.	Doze encontro de EPS com cada equipe. Utilizou-se: esquemas conceituais, reflexões a partir de vídeos, dramatizações. Duas facilitadoras se juntaram na restituição.	De março de 2016 a fevereiro de 2017, sendo que os encontros se concentraram em oito meses.	Duas equipes de ESF: onze de uma equipe e nove da outra. No total, foram onze ACS, duas médicas, duas enfermeiras, duas técnicas de enfermagem, duas recepcionistas e uma digitadora.
Sousa FMS, Severo AKS, Félix-Silva AV, Amorim, AKMA. Educação interprofissional e educação permanente em saúde como estratégia para a construção de cuidado integral na Rede de Atenção Psicossocial. Physis. 2020; 30(1): e300111.	Pesquisadores da UFPI-Parnaíba e intervenção em Caps I de um município de pequeno porte no Piauí.	Pesquisa-intervenção, sob referencial da análise institucional, na vertente socio-clínica.	Pesquisa de mestrado da primeira autora, que tinha o objetivo de investigar os processos de EPS e Educação Interprofissional em um Caps I.	Rodas de conversa. Participação observante com registro em diários de pesquisa.	De abril a junho de 2018.	Doze profissionais do Caps, de diferentes áreas, tanto de nível médio quanto de nível superior.
Spagnol CA, Pereira KD, Castro VPN, Figueiredo LG, Borges KKS, Batista LM. Diálogos da enfermagem durante a pandemia: reflexões, desafios e perspectivas para a integração ensino-serviço. Esc Anna Nery 2021; 25(spe): e20200498.	Pesquisadoras da UFMG e SMS Belo Horizonte e intervenção no âmbito da integração ensino-serviço de Belo Horizonte/MG.	Ateliê Pedagógico, que incluía a análise institucional das práticas profissionais.	A proposta foi elaborada diante das repentinas mudanças no ensino provocadas pela pandemia do coronavírus.	Grupo de discussão e reflexão. Seis encontros de duas horas cada, em plataforma virtual.	Quatro meses, entre agosto e novembro de 2020.	Uma docente, uma estudante de graduação em enfermagem, uma gerente e três enfermeiras.
Oliveira PS, Santana FR, Gatto Júnior JR, Santos KS, Araujo PN, Fortuna CM. Apoio matricial em saúde mental	Pesquisadoras da EERP-USP, UFG, Faculdade de Educação São Luís e intervenção em	Pesquisa-intervenção, na vertente socio-clínica.	A primeira autora era membro do Caps e mestranda.	Onze encontros de reflexão de 1h a 2h, com temas escolhidos pelos participantes. Sendo seis encontros com o Grupo	De agosto a setembro de 2017.	Grupo A: uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, quatro ACS, uma dentista da ESF e uma psicóloga do

infantojuvenil na Atenção Primária à Saúde: pesquisa intervenção socioclínica institucional. Rev Esc Enferm USP. 2021; 55: e03731.	município de pequeno porte de São Paulo.			A e cinco com o Grupo B. Dentre os encontros, cada grupo teve dois encontros de restituição. Diário de pesquisa.		Caps. Grupo B: uma psicóloga do Caps, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, um dentista e cinco ACS da ESF
Inamorato, EA. Gerirgestar: experiências de gestoras e gestores em educação permanente em saúde. [Dissertação] São Paulo: Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Medicina; 2021.	Pesquisadora da Unifesp e intervenção na EPS da Baixada Santista.	Pesquisa-intervenção, apoiada no referencial da pesquisa formação e da análise institucional.	Primeira autora construiu sua pesquisa de mestrado na área que atuava com a EPS.	Diário de pesquisa (pesquisadora), diário institucional falado ou escrito (participantes). Oficina de diário e dois encontros para discussão de narrativa produzida pela pesquisadora (<i>online</i>).	O trabalho com o coletivo durou um mês.	Gestoras e gestores da EPS.
Pinheiro EMN, Borges FA, Lima NMFV, Severo AKS. Análise das implicações profissionais de trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial do interior do Nordeste brasileiro. Interface. 2022; 26: e210449.	Pesquisadores da UFRN, UFSCar e intervenção em Caps II do interior do Rio Grande do Norte.	Pesquisa-intervenção, sob referencial da Socio-clínica institucional, na modalidade da análise institucional das práticas profissionais.	A primeira estava fazendo seu mestrado e fez a oferta para o serviço.	Cinco rodas de conversa (quatro presenciais e uma <i>online</i>), sete entrevistas individuais e diário de pesquisa.	Dezessete meses: entre maio de 2019 e outubro de 2020.	Profissionais do Caps: uma psicóloga, uma nutricionista, um enfermeiro, uma técnica de enfermagem, uma monitora de dança, dois auxiliares de serviços gerais, uma auxiliar administrativa, uma assistente social e uma coordenadora.

- anexo 3. aprovação do comitê de ética em pesquisa –



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERVENÇÕES SOCIOANALÍTICAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EM TEMPOS DE RUPTURAS DEMOCRÁTICAS

Pesquisador: Solange LAbbate

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45210521.2.0000.5404

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Médicas - UNICAMP

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.715.129

Apresentação do Projeto:

O parecer inicial é elaborado com base na transcrição editada do conteúdo do registro do protocolo na Plataforma Brasil e dos arquivos anexados à Plataforma Brasil. Os pareceres de retorno, emendas e notificações são elaborados a partir dos dados e arquivos da última versão apresentada.

Introdução: O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído em 1990 durante o período de redemocratização do país, é fruto de um amplo movimento social, que envolveu profissionais da área da saúde, membros da academia, a população e outros atores políticos. O direito de acesso universal a uma vasta rede de serviços tornou o SUS a política pública mais abrangente do país, fundamental na promoção da seguridade social a toda a população brasileira, sendo muito reducionista compreendê-lo apenas como uma organização administrativa da rede de serviços e uma sistematização de protocolos de atendimentos. O SUS nasceu e institucionalizou-se por meio de atuações macro e micropolíticas na própria área da saúde, mas também nas sustentações políticas, sociais e acadêmicas. Trata-se, portanto, de um sistema no qual o cuidado, a gestão, a educação, a pesquisa e a política estiveram em articulação e permanentemente são desafiados pelas transformações sócio-históricas. Nos anos 1980, destacou-se o lema "Saúde e Democracia", que foi fortemente debatido na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986. Esta foi a primeira a contar com a participação da sociedade civil organizada e construiu as bases para a formulação do artigo sobre a saúde na Constituição de 1988 e da Lei do SUS (Lei nº 8080). Sérgio Arouca, um dos

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

Bairro: Barão Geraldo

CEP: 13.083-887

UF: SP

Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3521-8936

Fax: (19)3521-7187

E-mail: cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

grandes protagonistas da reforma sanitária e do fortalecimento da participação política vinculada à saúde, declarou em seu discurso de abertura desta mesma conferência: "Nós, do setor de saúde, sabemos que a saúde é determinada, antes de tudo, pela economia, pela política, pela sociedade, e temos, como grande responsabilidade, a construção desse projeto. Cabe a nós, profissionais, técnicos, romper o muro e o fosso do setor saúde e abrir canais de comunicação com a sociedade brasileira, inclusive aprendendo a falar com ela. Temos que começar a transformar nossa linguagem e a mudar nosso ouvido, para que, quando uma associação de bairro ou um sindicato falar, a gente entenda." (AROUCA, 2015, p. 367) Na lei 8.080, que instituiu o SUS, encontra-se a seguinte definição: "Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais." Reconhece-se, desta forma, a saúde da população estreitamente associada às condições de vida em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Para lidar com tamanha complexidade existem as diretrizes organizativas do sistema, tais como descentralização, a regionalização e a hierarquização, que preveem um sistema com ênfase na municipalização e uma participação dos três entes da federação (municipal, estadual e nacional) na execução, formulação e gestão das ações em saúde. Conjuntamente, há a diretriz da participação comunitária, assegurada pela Lei 8.142/90, que regulamenta as Conferências de Saúde para a formulação conjunta entre usuários, profissionais e gestores das políticas e das ações a serem implementadas nas esferas municipais, estaduais e nacional; e também regulamenta os Conselhos de Saúde, desde as unidades de saúde até a esfera nacional que são os coletivos paritários tais como os das conferências, mas que se reúnem mais frequentemente para acompanhar a execução das políticas públicas nos serviços. Vasconcelos e Pasche (2008) acrescentam outra diretriz, que é a integração, para reforçar que se trata de um sistema integrado e contínuo, ainda que existam possíveis subsistemas. Entretanto, a implementação do nosso sistema de saúde foi permeada por disputas políticas, econômicas e ideológicas, pois, como ressalta Campos (2018, p. 5), "o SUS foi idealizado e vem sendo implementado nesse mesmo contraditório, velho e eterno país do futuro e que, aparentemente, nunca se atualiza". À época da sua implementação, crescia no mundo a vertente neoliberal do capitalismo, que radicalizava a lógica da concorrência comercial e a diminuição do poder regulador do Estado, inclusive na promoção de políticas públicas. Segundo Dardot e Laval (2016), é nesse período, denominado por eles "a grande virada", que a política considerada neoliberal e conservadora, fortalecida pelas ações de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos da América,

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

provoca rompimentos na manutenção e/ou criação de políticas de bem-estar social. Se naquele momento, o SUS podia ser considerado uma resistência aos avanços dos serviços privados na saúde, de lá para cá, percebe-se uma intensificação ainda maior da racionalidade neoliberal nas suas estruturas e práticas. Sustentada pelo discurso de diminuição dos gastos públicos e da necessidade de adoção de uma política de austeridade, a racionalidade neoliberal promove a redução do financiamento e o estabelecimento de um processo de trabalho cada vez mais fragmentado, intensificado e precarizado. Por exemplo, a Emenda Constitucional Nº 95 de 2016, também conhecida como PEC da Morte, determinou que os investimentos em saúde e educação permanecessem congelados por vinte anos. Souza e Cunha (2013) acrescentam que o neoliberalismo instaura uma lógica de competitividade entre os profissionais, que, na luta por emprego (ou mais radicalmente, por sobrevivência), encerram-se em uma busca solitária por qualificação profissional, prejudicando uma dimensão ampla, coletiva e institucional das suas práticas. Campos (2018, p. 7) descreve a miscelânea público-privada consoante a esse fenômeno: "A União, cada município, estado, organização social, fundação de saúde e prestador filantrópico ou privado contratado têm regras próprias, bem como mecanismos diferentes de contratação e de pagamento aos trabalhadores de saúde. Tendo em vista restrições orçamentárias, dificuldades jurídicas e gerenciais para a gestão do trabalho no Brasil, reproduziu-se, na administração pública sanitária, a cultura de improvisação e de precarização das relações de trabalho." Diante desse cenário, cria-se uma espessa névoa que impede o vislumbre do horizonte. A falta de perspectivas com o predomínio da racionalidade neoliberal cria ilusões de sucessos individuais ou em benefício de grupelhos privilegiados e destrói o vasto conjunto de relações sociais e de conexões com os territórios. A névoa cerra os olhos dos adeptos mais animados com a racionalidade neoliberal, na medida em que não conseguem olhar muito além dos próprios umbigos, mas também esfumaça a visão dos críticos ou contrários ao neoliberalismo, pois, em geral, estes se sentem impotentes para vislumbrar alternativas a um projeto-sistema que ultrapassa o campo da economia e penetra nas mais diversas relações sociais e nas dimensões subjetivas. Esse diagnóstico pouco animador encontra-se, em alguma medida, nas obras de Dardot e Laval (2016 e 2017) e Han (2018), intelectuais recentes das ciências humanas que têm se dedicado, cada qual à sua maneira, a pensar a sociedade atual e os seus entraves, mas também formularam algumas possibilidades de enfrentamento e desvio do que parece plenamente determinado. Dardot e Laval (2016 e 2017) descrevem o neoliberalismo como a "nova razão do mundo" que leva os sujeitos a se comportarem em toda parte como se estivessem comprometidos em uma transação comercial e apontam a razão do comum como alternativa, pois consideram o comum como o processo de construção

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

conjunta entre os sujeitos, que possibilita novos modos de viver através da práxis instituinte. Em outras palavras, esses autores formulam, a partir de diversos autores (em especial, Cornelius Castoriadis), uma ideia de comum como uma construção e não como um retorno a um momento sócio-histórico anterior, ou seja, o comum é não algo perdido por causa da hegemonia das lógicas capitalistas que deve ser recuperado pelas comunidades, mas é o efeito da coatividade entre os sujeitos, fruto de uma atuação política autônoma de permanentemente criar possibilidades frente às normas vigentes e aos desafios que surgem ao longo do tempo. Han (2018), por sua vez, ressalta a exploração da liberdade por meio de obrigações de desempenho e otimização, o que pode ser sintetizado na ideia geral de um sujeito “empreendedor de si”. Para esse autor, o desvio passa por uma negação dessa correspondência às expectativas de saber pleno e do enquadre normativo, tanto que ele recorre às posições do herético e do idiota para ressaltar a potência da livre escolha. Insubmissões, singularizações e criações são, portanto, propostas para que os sujeitos possam dissipar as névoas e abrir o campo de visão. Permeado pelo conjunto de mudanças geopolíticas latino-americanas e globais, o Brasil é um dos países onde se observa mais explicitamente a articulação entre o neoliberalismo e o conservadorismo. Tal articulação, como descrito anteriormente, esboçava-se pelo mundo nos anos 1980, mas, por aqui, a vertente autoritária ganhou força nos últimos anos até vencer as últimas eleições nacionais em 2018. Na verdade, o autoritarismo conectado às políticas neoliberais teve um grande laboratório no Chile em meados dos anos 1970, quando diversos economistas, apelidados de “Chicago Boys”, atuaram durante a ditadura de Augusto Pinochet. Aliás, segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo tem como principal preocupação eliminar os riscos de uma discussão pública e da expressão da vontade popular que possa vir a exercer qualquer controle sobre o direito privado da propriedade e transação comercial. Nesse sentido, os autores franceses destacam as palavras de Friedrich Hayek – um intelectual expoente do neoliberalismo – a um jornal chileno em 1981: “Minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo” (p. 184). O governo federal que ascendeu ao poder no Brasil no início de 2019, inclusive, exalta esta experiência chilena. Christian Laval, em uma conferência realizada no Brasil em novembro de 2018, ressalta como o neoliberalismo hiperautoritário ganha corpo após a crise econômica mundial de 2008, quando se pensava que o neoliberalismo havia chegado ao seu limite, mas, este, ao contrário, reinventou-se, assumindo uma posição de defesa mais explícita de grupos privilegiados, da sustentação do Estado aos ganhos de capital e dos cortes de investimentos em políticas públicas. Segundo Laval, na mesma conferência, os movimentos sociais que reivindicavam uma democracia mais radical e não encontraram uma desembocadura política,

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

tal como as manifestações de junho de 2013 no Brasil, foram capturados pela exploração da raiva social ao gosto da direita ou da extrema direita. Tal análise se confirma na sequência de fatos políticos desde então. Já nas eleições de 2014, houve um clima muito mais hostil do que o habitual entre os principais candidatos à presidência. O candidato derrotado contestou o resultado eleitoral, gerando um clima de desconfiança no sistema eleitoral e animando manifestações de destituição da presidenta eleita. Com o governo enfraquecido, a oposição mais adepta da racionalidade neoliberal ganhou força política e popular, conseguindo encaminhar o rito do “impedimento”, baseado em acusações de crimes de responsabilidade, consideradas por diversos atores sociais, como frágeis e contestáveis. O julgamento político da presidenta culminou na sua destituição e levou ao poder um vice-presidente, que já completamente comprometido com os ideais neoliberais, evidentes no documento (ou melhor, plano de governo) “Uma ponte para o futuro”, que fora redigido em 2015 pelo seu partido. As medidas neoliberais foram adotadas por meio de reformas e cortes do investimento público, mas isso não produziu o efeito de prosperidade econômica que era anunciado. No entanto, perdeu o discurso de que a recuperação econômica estava em curso, mas precisava superar os problemas criados pelos governos petistas nos anos anteriores. Em 2018, o ex-presidente Lula, que era líder nas pesquisas eleitorais, foi preso e impedido de participar do pleito. Num clima de ódio, interferência judicial e abuso na campanha pelas redes sociais, a extrema direita venceu as eleições em 2018. Desde que tomou posse, o presidente frequentemente adota discursos de ódio às minorias e privilegia os grupos economicamente mais fortes e os sujeitos que se adequam ao enquadre do ideal conservador do capitalismo, com uma identidade branca-patriarcalneopentecostal. Mesmo durante a pandemia do coronavírus, o governo sustentou o discurso da defesa do mercado a despeito da desigualdade social e avançou contra instâncias de poder que têm a atribuição de controlar ações autoritárias do poder executivo. Tal descrição da conjuntura social-política-econômica é fundamental para pensarmos nos desafios que recaem sobre os serviços públicos de saúde, tanto no sentido de a saúde estar diretamente associada às condições socioeconômicas, como também pela forma de racionalidade imposta ao processo de trabalho e à relação entre gestores, profissionais e usuários. O referencial teórico-metodológico da Análise Institucional reúne um conjunto de saberes e práticas que, aproximadamente desde o início dos anos 2000, tem sido desenvolvido em articulação com a Saúde Coletiva em variadas áreas (tais como a saúde mental, a prática profissional, a gestão e a formação em saúde), estimulando análises dos modos como as instituições, com os exercícios de poder e a construção de normas, permeiam as práticas, as tomadas de decisão e a implantação de políticas (L’ABBATE, 2013). Além disso, a análise

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

institucional está presente como inspiração teórica em formulações das políticas públicas do SUS, tais como a Política Nacional de Educação Permanente, a Política Nacional de Humanização (Kasper et al., 2020) e a Atenção Psicossocial (Luzio, 2013). Em um texto que analisa as dimensões políticas e educativas da Saúde Coletiva no Brasil, L'Abbate (2018) identifica algumas demandas sociais para lidar com a conjuntura social do país nos congressos da Abrasco e da Rede Unida realizados em 2018, pois ambos enfatizaram a questão política e o fortalecimento dos movimentos de resistência. O primeiro contou com mais de 8.000 participantes no Rio de Janeiro, com o lema "Fortalecer o SUS, os direitos e a democracia". O segundo, com o tema "Faz escuro, mas cantamos: redes de re-existência no encontro das águas", teve a participação de mais de 3.500 pessoas em Manaus. Tais demandas foram explicitadas também pelos pesquisadores de diversas partes do Brasil que trabalham com o referencial da AI, presentes no ateliê "Les pratiques professionnelles dans le domaine de la Santé Collective au Brésil aujourd'hui: influence de la politique de l'État" realizado no Simpósio da Réseau Recherche Avec em 2018. Neste ateliê, debateu-se a importância de espaços coletivos para analisar como a conjuntura política atravessa as práticas, a fim promover uma leitura mais institucional e criar recursos de enfrentamento por parte dos atores do SUS. No curso-intervenção, realizado por membros do Diretório de Pesquisa do CNPq Análise Institucional & Saúde Coletiva no primeiro semestre de 2017, junto a 12 profissionais e gestores da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, veio à tona a relevância de espaços coletivos de análise diante dos riscos de adoecimento no trabalho associados à redução das práticas profissionais ao cumprimento de tarefas urgentes e limitadas, à sensação de falta de recursos para o enfrentamento das transformações sociais e ao julgamento moral reflexo do sectarismo político-partidário disseminado pela sociedade brasileira. Em diferentes coletivos com atores do SUS, tal como descrito nos três parágrafos anteriores, verificam-se demandas por espaços de discussão e construção coletiva, inclusive como possibilidade de arejamento frente à conjuntura endurecida por enquadres financeiros e/ou das relações organizacionais e sociais, mas também marcada pelo esgotamento e pela desesperança, com baixa abertura para a construção de análise e de novos movimentos. A AI, desde sua fundação por René Lourau e Georges Lapassade durante a década de 1960 na França, apresenta-se como um referencial teórico-metodológico que destaca a força das análises coletivas no processo das transformações institucionais. Parte do entendimento de que as instituições não podem ser naturalizadas, pois são construídas socio-historicamente nas relações entre sujeitos, que estabelecem, sustentam e transformam as normas. Em síntese, as instituições estão em constante movimento e a criação de espaços de análise desse processo fortalece a potência de ação dos sujeitos, que são atravessados pelas mais diversas

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

instituições em suas práticas. Assim, “transformar-analisar-conhecer” formam uma tríade que não segue uma sequência linear. Lourau (2014), por exemplo, afirma que muitos conhecimentos são extraídos no “quente” dos acontecimentos e que, nesse sentido, a gênese social deve ser tão valorizada quanto a gênese teórica dos conceitos. A considerar essa dupla gênese, a primeira definição de instituição desenvolvida por Lourau (2014 e 2007) nasce da observação de que, anteriormente, os teóricos mantinham uma definição restrita a um momento da instituição, que seria a sua “forma acabada”, sem atentar para todo o movimento presente na sua construção, sustentação ou dissolução. Assim, Lourau (2014 e 2007), numa perspectiva dialética, argumenta que toda instituição passa, ao longo da história, por transformações em uma dinâmica contraditória, na qual há o instituído, um conjunto de forças de conservação, que produz certa imobilidade; há, por outro lado, forças instituintes de contestação e negação; e o devir, o produto contraditório dessa correlação de forças, que é a institucionalização. Lourau (2007) segue advertindo que toda instituição, mesmo aquelas com aparência mais sólida, sempre convive com forças de autodissolução. Outro conceito que Lourau aprofundou ao longo da sua obra foi o conceito de implicação, que sinteticamente pode ser descrito como a recusa de neutralidade do analista institucional e/ou pesquisador, colocando em análise os atravessamentos institucionais que ocorrem na sua prática, tanto aqueles de caráter profissional, como também os ideológicos e os libidinais. Nessa direção, Lourau incorpora, à AI, o conceito de transdução, formulado por Gilbert Simondon (Combes, 1999), a partir do qual irá afirmar que as transformações nas instituições ocorrem nas atualizações e potencializações (Lourau, 2004a; 2001). Tais processos são chamados, por Simondon, de individuação, à qual a análise da implicação estaria fortemente associada. Nessa perspectiva, a implicação, segundo Guillier (2004), é entendida como um processo que, num contínuo, toma uma forma ou outra a depender dos acontecimentos. Isto ocorre numa dimensão de metaestabilidade, ou seja, as formas são sempre provisórias. Em meio a tantos conceitos e definições, Lourau (2004c) reconhece que o método de intervenção socioanalítica não fica muito visível, devido à falta de difusão de monografias ou sínteses dessas práticas. Para explicar-complicar o modo como a intervenção integra a AI e a faz agir, Lourau (2004c, p. 224) utiliza uma metáfora: “Na AI, a intervenção faz parte do paradigma dos três “i” – que, como os Três Mosqueteiros, são quatro. A série, que nada tem de ordinal, declina: instituição, institucionalização, implicação, intervenção. A justo título, o quarto “i” poderia tomar emprestado a Alexandre Dumas a espada, o grande chapéu de plumas e o ardor imaginativo gascão d’Artagnan. Empalidecendo diante da bagunça do bando dos quatro, os outros três “i”, talvez por um efeito de contraste, se revestem do terno das noções um pouco abstrusas demais.” De modo

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

mais objetivo, Monceau (2001, p. 103, tradução minha) afirma que a intervenção socioanalítica: "[...] consiste em uma análise coletiva efetuada pelos membros de uma unidade social sob a condução de analistas institucionais ("socioanalistas"). O que é analisado, partindo da análise das dificuldades encontradas pelos membros da unidade em questão na realização de suas missões ou suas funções, é a dinâmica institucional da unidade social e suas evoluções." Rodrigues (2015) e L'Abbate (2012) ressaltam que, para a análise institucional, a "intervenção" é entendida no sentido de "vir entre" as instituições e como condição de uma visão outra das e nas relações sociais. Trata-se de uma prática de estranhamento, deslocamento e desnaturalização nos modos de olhar, pensar, agir e ser. Não se trata de um "agir sobre", por vezes violentamente, tal como as intervenções militares ou as cirúrgicas. Fato é que as intervenções sempre estiveram presentes nas formulações teórico-metodológicas da AI. Rodrigues (2014), ao apresentar a terceira edição de "A Análise Institucional", recorda que a tese de doutorado que originou esse livro continha três intervenções realizadas por René Lourau entre 1967 e 1968. Tais intervenções foram publicadas posteriormente em *Les analyseurs de l'église: analyse institutionnelle en milieu Chrétien* (1972) e reeditadas, com uma nova introdução, em *Interventions Socianalytiques: les analyseurs de l'église* (1996). Além dessas publicações, encontram-se relatos de Lourau em situação de intervenção no ambiente educacional em "Sociólogo em tempo inteiro", publicado originalmente em 1976. Georges Lapassade, por sua vez, descreve em *L'Arpenteur*, de 1971, a sua experiência de intervenção na Universidade de Québec, no Canadá, em 1970, analisando as dificuldades para compreender o pedido e o seu lugar de analista na situação. Os anos 1970 foram de intensos convites para intervenções tanto aos fundadores da AI quanto para outros analistas que trabalhavam com eles e logo, em 1971, Lapassade e Lourau publicam *Chaves da Sociologia*, para diferenciar a intervenção socioanalítica da psicossociológica e/ou organizacional. (RODRIGUES, 2004) A intervenção socioanalítica, também denominada Socioanálise, foi caracterizada por reunir seis operações: 1) análise da solicitação, que considera a encomenda oficial e as demandas ocultas que podem surgir ao longo do trabalho; 2) autogestão da intervenção pelo coletivo-cliente; 3) regra do "tudo dizer", ou da livre expressão; 4) elucidação da transversalidade; 5) análise das implicações do pesquisador-praticante, que contempla as transferências entre o analista institucional e o cliente coletivo; 6) elucidação dos analisadores. (LAPASSADE; LOURAU, 1972 e HESS; SAVOYE, 1993). As ideias e as práticas da análise institucional aportam no Brasil ainda nos anos 1970, em plena ditadura civil-militar, com uma singular mistura com o referencial de grupo operativo de Pichon-Rivière e uma busca por atuações críticas às vertentes hegemônicas que operavam com a perspectiva da adaptação e/ou do intimismo. Nesse casamento de heterogêneos,

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

o campo de intervenção se deu em grupos, sobretudo em estabelecimentos ou organizações da educação, saúde mental e prática comunitária; e o campo de análise foi institucional, na medida em que se manteve atento a questionar qualquer tipo de suposta natureza, unidade ou totalidade nas práticas sociais. (RODRIGUES E BARROS, 2003) Outra entrada da AI no Brasil foi junto ao psicodrama. Por meio das práticas grupais e intervenções coletivas no período da ditadura, o psicodrama produziu movimentações no campo psi, mas também em alguns movimentos e agitações político-sociais. Nesse período, há, pelo menos, duas aproximações de Georges Lapassade com o psicodrama em nosso país. A primeira foi durante o V Congresso Internacional de Psicodrama realizado em São Paulo/SP em 1970, quando Lapassade, segundo Fonseca (1996) apud Cepeda e Martin (2010), fazia microcomícios contra o congresso e desorganizava algumas atividades, defendendo sua atuação como um sendo um "caos organizativo". Dorna et al. (2006) acrescentam que Lapassade, sem ter recebido um espaço oficial nesse congresso, pediu à Jacques Ardoino para usar alguns minutos iniciais do seu ateliê, que acabaram se prolongando por seis horas, das 21h às 3h. Em outra vinda ao Brasil, segundo Dorna et al. (2006), Lapassade também teve participações em eventos de psicodrama durante a sua visita ao Setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais em 1972. Tanto as vindas de Lapassade como as de René Lourau ao Brasil fomentaram a análise institucional por aqui. L'Abbate (2013) destaca as vindas de Lourau em 1982, ao participar o Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições no Rio de Janeiro, e em 1993, quando ministrou o curso Análise Institucional e Práticas de Pesquisa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. L'Abbate (2013) acrescenta que Lourau visitou o Brasil outras vezes e inclui a relevância das vindas de Félix Guattari nesse processo de difusão das ideias do institucionalismo. Além disso, esta autora ressalta a importância da ida de brasileiros para estudar com os socioanalistas franceses como mais um reforço nesse processo. L'Abbate, inclusive, esteve na França entre 1999 e 2001, onde estudou com René Lourau e Antoine Savoye, e, quando retornou ao Brasil, inaugurou a articulação da Análise Institucional com a Saúde Coletiva. Cabe incluir, nesse processo, as contribuições do psiquiatra e psicanalista/esquizoanalista argentino Gregório Baremlitt, que se mudou para o Brasil por sofrer perseguição política em seu país durante o período da ditadura. Ele participou ativamente da realização de cursos e eventos sobre a análise institucional pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI) e depois pelo Instituto Félix Guattari/Fundação Gregório Baremlitt (IFG/FGB) desde os anos 1980. Além disso, publicou livros sobre a análise institucional que tiveram amplo alcance, tais como "O inconsciente institucional" (2011) e "Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática" (2012). Neste último, Baremlitt (2012), inclusive,

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

fornece um roteiro para uma intervenção institucional padrão, embora faça questão de ressaltar a importância de que os procedimentos adotados sempre devam considerar as singularidades de cada situação. Sobre as práticas da análise institucional no Brasil, destacam-se duas coletâneas publicadas durante os anos 1980 e 1990: Análise Institucional no Brasil (SAIDON e KAMKHAGI, 1991) e Grupos e Instituições em Análise (ROGRIGUES, LEITÃO e BARROS, 1992). Na primeira coletânea, é explicitada, nos textos iniciais, a intenção de contribuir para a formulação de uma corrente brasileira da AI, a considerar a relevância da influência de Paulo Freire e a pedagogia do oprimido, os movimentos de resistência frente à ditadura civil-militar, os trabalhos nas comunidades de base e as experiências de exílio na América Latina. Há, a partir disso, uma análise das práticas da AI em diferentes situações (“favela, hospício, escola, Funabem”), com “caixas de ferramentas” diversificadas e fabricadas no ato da intervenção. Desta forma, os textos, que foram frutos da prática dos autores, não produziram uma totalidade, mas uma composição de possibilidades de praticar a análise institucional. Observa-se que alguns textos caminham mais para um diálogo com outros referenciais, tais como a Psico-Higiene de José Bleger, o Grupo Operativo de Enrique Pichon-Rivière e/ou a Psicanálise, enquanto outros textos destacam as diferenças entre esses referenciais e a análise institucional. Em “Grupos e Instituições em análise” é declarado que não há uma busca por unidade ou totalidade, pois, como dizem as organizadoras, o livro tem a pretensão de abrir possibilidades de existência e instrumentos de luta, e não de constituir um manual de práticas em análise institucional. Os dois textos iniciais marcam a diferença entre a análise institucional e a psicanálise por meio de analisadores-pessoas, mediante um exercício de análise de implicação, pois muitos analistas institucionais brasileiros haviam tido um percurso na psicanálise. A crítica à psicanálise está relacionada, sobretudo, à cumplicidade com o autoritarismo e a violência durante a ditadura, o que produzia uma redução da prática clínica às dimensões individualizantes em prejuízo de toda a trama social e política presente na vida das pessoas, produzindo alienação, ocultamentos e silenciamentos de muitas dimensões analíticas. A coletânea contém apresentações detalhadas de práticas de intervenção socioanalíticas, incluindo “acertos e erros” e interrogações ao próprio referencial. Por essas razões, as duas coletâneas reúnem material inspirador para os praticantes de análise institucional. Enquanto, no Brasil, o referencial era aquecido por tais práticas e discussões, na França, Rodrigues (2006) observa um esfriamento das intervenções. O momento histórico era de um arrefecimento das lutas sociais mais transformadoras, com uma acomodação pela articulação de apoios e estruturações do funcionamento do Estado, com práticas políticas mais normativas e acríicas. Os institucionalistas, em especial René Lourau, voltam-se a uma reflexão teórico-política mais

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

rigorosa do conceito de implicação por meio da escrita. René Lourau fortalece a importância de os analistas, pesquisadores, escritores e especialistas se analisarem em suas diferentes práticas e não se limitarem apenas à análise dos outros, de modo que, tal inclusão no processo analítico lhes permitisse entrar em contato com as normas e as posições sociais presentes nas relações que eles próprios estabelecem nas práticas de pesquisa, análise, intervenção ou escrita. Tal análise de implicação se articula aos analisadores, à encomenda, às demandas e aos dispositivos de gestão, sendo que é por meio dessa análise que se localizam as instituições presentes em uma determinada situação. Não se trata, entretanto, de uma análise psicologista, mas realizada em uma base material e compartilhada coletivamente. Rodrigues (2006) afirma, nesse sentido, que houve uma "dobra sobre si" nesses anos de inverno, como os nomeia Guattari, pois, mais do que buscar explicações para a situação da análise institucional, foram investigadas as suas implicações. No inverno entre 1999 e 2000, foi publicada a revista de análise institucional Les Cahiers de l'implication n°5 dedicada à "intervenção", com quatro seções: 1) A intervenção: um conceito plural; 2) Socioanálise; 3) Monografias; 4) Formação. Savoye (1999/2000) discute o possível ressurgimento das intervenções de bases socioanalíticas (não apenas da corrente da análise institucional) depois de uma temporada entre 1981 e 1996, na qual tais práticas sofreram uma lenta erosão. Para este analista institucional, não houve uma refundação dessas práticas, mas uma revivescência. Algo mais modesto, mas capaz de provocar a reflexão sobre a ideia de mudança institucional e sobre o papel do interveniente. Lourau (1999/2000) e Lapassade (1999/2000) compartilham suas práticas de intervenção realizadas na segunda metade dos anos 1990, utilizando os mesmos princípios fundadores, mas agregando algumas discussões e conceitos. Ambos, por exemplo, usam a ideia de dispositivo na análise do trabalho. Lourau (1999/2000) dedica mais atenção a este conceito e lhe confere uma dimensão de fluxo indutor a ser considerado e analisado no processo analítico, alertando que essa questão-conceito vinha sendo debatida no laboratório de análise institucional do qual fazia parte. Na parte final da revista, Marcelo Carrillo (1999/2000) e René Lourau (1999/2000), numa análise interna, exibem as fraturas e as informalidades na difícil articulação entre teoria e prática de intervenção durante a formação em análise institucional, mas ressaltam, especialmente Lourau, que a análise institucional não pode ser reduzida à atividade de intervenção externa ou assessoria, pois pode ser praticada de outras maneiras, o que abre diversas possibilidades de formação. De qualquer forma, é notável, sobretudo nesse debate final, a recusa de analistas institucionais em criar ritos e passos generalizáveis tanto para uma formação em AI e quanto em relação às práticas de intervenção. Ainda sobre as intervenções, Monceau (2001) pesquisou a escrita de cerca de cinquenta

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

intervenções socioanalíticas realizadas por mais de 30 analistas institucionais franceses entre os anos 1962 e 1999, realizadas em estabelecimento de educação, de saúde, de serviço social, de produção fabril e associações culturais e profissionais, que foram publicadas em forma de monografia. Monceau ressalta que ele próprio esteve presente em algumas dessas intervenções e não adota, portanto, uma posição de “estrangeiro” na análise do material. Dentre os aspectos analisados no texto, pode-se destacar que: 1) nos anos 1980 houve uma queda no número de intervenções comparada à década anterior e à posterior; 2) embora existam diferenças até mesmo no modo de escrita, as regras descritas por Lapassade e Lourau (1971) são um “esqueleto” comum no desenvolvimento das intervenções; 3) a articulação entre os campos de escrita, análise e intervenção são importantes para produzir uma reflexão sobre as práticas da análise institucional; 4) a questão do tempo da intervenção e do compartilhamento das escritas com os participantes são problematizadas. Para finalizar, Monceau (2001) ressalta que a análise numa intervenção permanece superficial se não estiver conectada às demandas sociais que a produziu e às transformações nas normas e nas relações sociais que pode vir a desencadear. Monceau (2013), na sequência, afirma que a intervenção socioanalítica clássica ocorria num período curto de tempo e visava um desvelamento rápido ou brutal da estrutura institucional. A partir do final dos anos de 1980, ocorre uma diversificação das intervenções, que passam a ocorrer em maiores períodos de tempo, sendo necessário acrescentar dois princípios àqueles propostos de início pela socioanálise. Ao analisar tais intervenções, Monceau (2013) propôs a Socioclínica Institucional, com oito características: 1) análise da encomenda e das demandas; 2) participação dos sujeitos na abordagem sob modalidades variáveis; 3) trabalho dos analisadores, dando acesso a questões que normalmente não se expressam; 4) análise das transformações que se produzem à medida que o trabalho avança; 5) aplicação de modalidades de restituição que devolvem os resultados provisórios do trabalho aos participantes; 6) análise das implicações primárias e secundárias do pesquisador e dos outros participantes; 7) intenção de produzir conhecimentos; 8) atenção aos contextos de ordem institucional nos quais tanto os profissionais como os pesquisadores estão implicados. Incluída na Socioclínica Institucional, encontra-se a Análise Institucional das Práticas Profissionais (AIPP). Segundo L’Abbate (2014, p. 9): “Não se trata de analisar as práticas profissionais por/em si mesmas, mas de colocá-las sempre no contexto mais amplo das transformações sociopolíticas mais amplas que envolvem a sociedade e, sobretudo, o Estado”. Segue explicando que a AIPP pode assumir duas formas: 1) com profissionais de um mesmo serviço, com um coletivo que trabalha junto, com a participação da coordenação na contratação do trabalho; 2) composto por um coletivo de profissionais de diferentes serviços ou organizações que

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

se reúne fora do ambiente do trabalho. L'Abbate (2014) complementa que a AIPP se desenvolveu a partir de intervenções realizadas por Gilles Monceau (2008, 2013) e Danielle Guillier (2003). Dentre as análises, a partir dos seus estudos, Monceau (2008) ressalta o quanto a resistência, nas relações entre os sujeitos e as instituições, pode ser analítica, destacando ser fundamental tomar a resistência como algo com múltiplos sentidos a serem analisados coletivamente. Nessa mesma direção, Dóbie e L'Abbate (2016) e Dóbie (2016) discutem o ato de fazer a análise pelas resistências na rede de saúde pode constituir um potente analisador do processo de monetarização-privatização das políticas públicas, da fragmentação do processo de trabalho e da precarização das relações de trabalho, que são características da sociedade regida pela razão neoliberal. Entretanto, na prática analítica, por vezes encontram-se barreiras à análise das implicações que os sujeitos estabelecem com as instituições. Lourau (2004b) alerta para o implicacionismo, no qual a normativa por implicar-se gera uma cegueira analítica e leva ao sobretabalho, consequência chamada, por este autor, de sobreimplicação. Desse modo, o sujeito, desprovido de qualquer crítica, adere com veemência à reprodução do trabalho, à divulgação ideológica, à militância política, à pregação religiosa, entre outras. Lourau (2001) acrescenta uma outra cegueira, que é a desimplicação associada ao "identitarismo", em que o sujeito se define tão intensamente por aspectos tidos como naturais, universais e/ou essenciais (por exemplo: ocidentalismos, eurocentrismos, cientificismos, patriarcalismos, racismos e sexismos), numa alienação tão profunda, que o sujeito se encontra praticamente proibido de analisar essas implicações. Para Lourau (2001), a sobreimplicação e a desimplicação, que num primeiro momento podem ser entendidas como polos extremos, são cegueiras muito próximas. Lourau (2004b) defende, dessa maneira, que a implicação está sempre presente, sendo fundamental criar condições para sua análise individual, mas, sobretudo, coletiva. A importância da análise de implicação fica ainda mais destacada na sociedade neoliberal, na qual se reforça o sobretabalho pelo contraditório sentimento de liberdade via autoexploração. O implicacionismo nessa sociedade é associado ao imperativo do desempenho. Para Han (2017), a atual sociedade é marcada pelo desempenho, no qual agressor e vítima se fundem na mesma pessoa, tanto que o sujeito do desempenho, com a crença de que nada é impossível, consome-se a si mesmo e se sente completamente responsável por si mesmo. Han (2017), ao analisar as características dessa sociedade, aponta o efeito depressivo nos sujeitos: "A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados" (p. 24-25, grifos do autor). Ao reconhecer a relevância dos espaços coletivos de análise das implicações para a localização dos problemas e a criação de

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

possibilidades nos serviços públicos de saúde, membros do Diretório de Pesquisa do CNPq Análise Institucional & Saúde Coletiva e/ou do Réseau Recherche Avec, associados a diferentes universidades públicas e privadas, têm desenvolvido pesquisas e intervenções utilizando o referencial teórico-metodológico da Análise Institucional e suas derivações em serviços do SUS em diversas localidades, tais como: Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Araraquara, São Paulo, Rio de Janeiro, Niterói, Belo Horizonte, Pouso Alegre, Goiânia, Cuiabá, Natal e Porto Alegre. Como tais trabalhos estão ligados à atividade de formação, certamente outros analistas institucionais que passaram por esses lugares devem estar praticando intervenções com este referencial teórico-metodológico em outras cidades do Brasil. Ainda assim, essa “pequena amostra” de pesquisadores do diretório já indica a amplitude das possíveis intervenções inspiradas na AI e a multiplicidade de práticas de intervenção a considerar as contingências locais, as formações profissionais e os lugares de atuação. De qualquer forma, tal abrangência é constatada por Kasper et al. (2020) em uma revisão integrativa da literatura da análise institucional na produção científica em saúde no Brasil, que analisa artigos originais publicados entre 2012 e 2017. As autoras indicam a presença de trabalhos realizados nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e nordeste do país. Cabe considerar que, no processo dessa revisão, foram excluídos relatos de experiência, dissertações e teses, que podem reunir um material ainda mais vasto de experiências de intervenções socioanalíticas realizadas pelo país afora. Essas intervenções podem, por exemplo, estar publicadas em livros, como a intervenção realizada por Lima, Moraes e Figueredo (2018), que foi publicada em uma coletânea de um grupo de pesquisa capixaba de saúde coletiva e instituições, ou como a intervenção realizada por Moura et al (2003) junto aos distritos sanitários e hospital público de Campinas/SP. Ou podem nem ter sido publicadas ainda, como o relatório do curso-intervenção, anteriormente citado, realizado junto a profissionais da Secretaria Municipal de Saúde do município de Campinas/SP. Tais informações indicam que existe um campo a ser investigado não somente por/em sua abrangência, mas também pelas intensidades e singularidades. A articulação entre a AI e Saúde Coletiva, que vem sendo analisada por L'Abbate (2003, 2012, 2013, 2018) desde o início dos anos 2000, sinaliza tanto a possibilidade da análise institucional da Saúde Coletiva quanto a análise institucional na Saúde Coletiva. Uma investigação sobre as práticas de intervenção em serviços públicos poderá agregar novos conhecimentos sobre essas possibilidades e, certamente, deverá encontrar eventuais interrogações que as práticas da AI nos serviços públicos de saúde possam formular a respeito do referencial teórico-metodológico da AI, seja por limitações encontradas e/ou criações singulares que podem ser importantes para lançar novas possibilidades à prática da intervenção socioanalítica.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

DELINEAMENTO DA PESQUISA: Trata-se de estudo qualitativo com utilização do referencial teórico-metodológico da Análise Institucional (AI) em articulação com a Saúde Coletiva, por meio de Questionário e Restituição Coletiva, que envolverá em uma primeira fase cerca de 50 indivíduos adultos, autores, pesquisadores e analistas (aplicação de questionário e Restituição Coletiva) e em uma segunda fase 200 indivíduos adultos, membros das assembleias dos Capss, (Observação participante), que passarão por experiência de intervenção com referencial da AI por meio de observação participante. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com utilização do referencial teórico-metodológico da AI em articulação com a Saúde Coletiva, conforme as potencialidades destacadas por L'Abbate (2013), seja na utilização dos conceitos da AI para analisar as transformações ocorridas na Saúde Coletiva, seja nas intervenções socioanalíticas desenvolvidas nesse campo. Este estudo será uma pesquisa-intervenção, que, segundo Paulon (2005) e Pezzato e Prado (2013), é algo aberto ao ineditismo da experiência humana, estando o pesquisador disposto a deparar-se com surpresas, de modo que ele não pretende ser o agente da mudança, mas o propiciador, ou mais precisamente, co-propiciador de novos sentidos e novas intercessões. O estudo será organizado em duas frentes de trabalho: I) Pesquisa investigativa e bibliográfica das intervenções praticadas entre 2014 e 2021 com o referencial teórico-metodológico da AI no âmbito dos serviços públicos de saúde (unidades, redes de serviço e/ou grupos de trabalho). Serão realizadas buscas por artigos, livros, capítulos de livros, entrevistas, comunicações breves, relatos de experiência, relatórios de pesquisa, dissertações, teses, resumos e trabalhos completos em anais de congresso. Em paralelo ao levantamento, serão formuladas questões mais gerais e outras personalizadas a serem encaminhadas para os autores, pesquisadores e/ou analistas institucionais para permitir maior entendimento do material e das suas contribuições aos objetivos da pesquisa. Na parte final do estudo, espera-se realizar uma restituição coletiva com todos os participantes, possivelmente, por meio de plataforma de reunião virtual tipo Google Meet para o compartilhamento do material produzido. II) Experiência da intervenção com referencial da AI por meio de observação-participante. Ao considerar a relevância da análise das implicações do pesquisador ao longo de investigações e intervenções das quais participou, o pesquisador pretende desenvolver uma experiência de intervenção com base no referencial da AI. A partir dessa experiência profissional e das contingências-urgências sociais, emergiu a ideia de realizar uma intervenção nos espaços das assembleias gerais nos Centros de Atenção Psicossocial do Campinas/SP, que reúnem uma ampla rede de serviços de saúde mental. Abordar a experiência profissional deste autor decorre do fato da sua atuação por cerca de dez anos em um Centro de

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas nesse município. Assim, tendo participado de diversas assembleias desse tipo, o pesquisador poderá reavivar as dimensões da implicação, que seriam fontes de conhecimento. Em relação às contingências-urgências sociais, ressalta-se a relevância dos espaços de participação heterogênea de atores da saúde (usuários, familiares, profissionais, gestores, eventuais convidados) que, devido às diferentes implicações, podem reunir maior potencial de análises dos atravessamentos institucionais. A operacionalização dessa frente da investigação deverá contar com: a) Um mês de idas semanais aos cinco Capss do município de Campinas/SP que autorizaram a minha participação como observador-participante das assembleias. b) Durante esse momento exploratório, será avaliado quais serão os serviços nos quais a intervenção socioanalítica seguirá, com os seguintes critérios: regularidade, diversidade de participantes, acolhimento da participação do pesquisador, diversidade regional dos serviços, diversidade de categorias de Capss; c) A intervenção deverá ser desenvolvida por seis meses, com frequência ao menos quinzenal. Esta proposta inicial deverá ser avaliada junto aos coletivos das assembleias; d) Serão realizadas restituições ao longo do processo e no final do estudo junto aos participantes. Cabe a ressalva de que essa segunda frente estará permanentemente sujeita às condições e restrições sanitárias para o funcionamento das atividades anteriormente descritas

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA: A pesquisa de campo será realizada nos Centros de Atenção Psicossocial do município de Campinas/SP.

POPULAÇÃO A SER ESTUDADA: Na investigação das intervenções nos serviços públicos de saúde, os participantes serão os pesquisadores-analistas que forem localizados, com os quais se construirão possibilidades de diálogo para o melhor entendimento do trabalho de intervenção.

No trabalho de intervenção a ser realizada pelo pesquisador, a população estudada será a comunidade de usuários, familiares, trabalhadores e gestores dos Centros de Atenção Psicossocial do município de Campinas/SP durante as assembleias gerais que ocorrem nos serviços. Pretende-se incluir eventuais convidados e/ou participantes especiais que estiverem presentes no momento da assembleia geral, pois se trata de um espaço coletivo aberto.

De modo mais (im)preciso, pode-se dizer que a população a ser estudada são analistas institucionais, a comunidade dos serviços de saúde e, até mesmo, a sociedade brasileira. Ou seja, há um campo aberto de análise a partir do contato mais imediato com os pesquisadores-analistas e os participantes das assembleias que serão estudadas.

GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: Os participantes das duas frentes de trabalho (levantamentos das intervenções e intervenção-observação-participante) receberão uma explicação sobre os objetivos da pesquisa e deverão assinar o termo de consentimento livre e

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

esclarecido, autorizando a utilização das informações de interesse do estudo. Será assegurado o anonimato dos participantes, preservando o sigilo dos nomes e outras informações de identificação pessoal. Todos os participantes serão maiores de 18 anos e capazes de consentir a sua participação.

MÉTODO: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com utilização do referencial teórico-metodológico da AI em articulação com a Saúde Coletiva, conforme as potencialidades destacadas por L'Abbate (2013), seja na utilização dos conceitos da AI para analisar as transformações ocorridas na Saúde Coletiva ao longo dos anos, seja nas intervenções socioanalíticas que foram desenvolvidas nesse campo.

Trata-se de um método que preserva uma abertura para caminhar a partir da análise das demandas e transformações que ocorrem ao longo do processo de investigação, de modo que a própria pesquisa deve estar permanentemente submetida à análise. A pesquisa, desse modo, será guiada pelo princípio do “transformar para conhecer”.

Este estudo será uma pesquisa–intervenção, um método dentro do espectro das “pesquisas-com”, que, segundo Paulon (2005) e Pezzato e Prado (2013), é algo aberto ao ineditismo da experiência humana, estando o pesquisador disposto a deparar-se com surpresas, de modo que ele não pretende ser o agente da mudança, mas o propiciador, ou mais precisamente, copropiciador de novos sentidos e novas intercessões.

Nesse sentido, a pesquisa-intervenção mergulha nas incertezas das práticas presentes, sem essencializações ou idealizações do passado e do futuro. Há uma perspectiva de indagação sobre o presente, analisando a sociedade e os eventos estudados, livre do compromisso em dar uma forma ordenada e bem acabada, mas com permanente atenção aos processos de transformação e à desnaturalização do encadeamento dos fatos e das determinações das práticas. Por essas razões, somente ao final de uma pesquisa, com o caminho percorrido, que os seus procedimentos podem ser descritos com assertividade. (Rodrigues, 2015).

Os sujeitos da pesquisa, nessa perspectiva, são considerados como produtores de conhecimento científico e aplicável no seu cotidiano de trabalho. Para tal, as relações entre os sujeitos e instituições serão analisadas, sobretudo, por meio dos analisadores. Um dos principais conceitos da AI, analisador é aquilo que permite revelar e analisar as relações dos sujeitos com as instituições e suas contradições, devido a seu potencial de perturbar, desmontar e desordenar as formas sociais historicamente construídas (Dóbie e L'Abbate, 2016; Lourau, 2014; Hess e Savoye, 1993). Aliás, só se produz conhecimento, em análise institucional, mediante o desarranjo e a desarrumação nas relações aparentemente bem definidas, com posições sociais estabelecidas.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

Desse modo, os analisadores fazem aparecer as dimensões da implicação, que deverão ser analisadas, sobretudo as implicações do pesquisador. Para tal, deverá ser adotado o diário de pesquisa ao longo da investigação. Esse instrumento, inicialmente mais utilizado nas investigações antropológicas, tem sido bastante difundido na AI e vem sendo utilizado em pesquisas em Saúde Coletiva que utilizam esse referencial teórico-metodológico (Pezzato e L'Abbate, 2013).

A análise do material produzido será realizada a partir dos conceitos da AI, tais como: instituição, análise da encomenda e das demandas, transversalidade, implicação, analisador e autogestão. Segundo L'Abbate (2013), tais conceitos podem ser utilizados tanto na investigação da produção bibliográfica e de análise de tipo sociológica ("análise de papel") como na análise dos encontros com os participantes e nas intervenções. O estudo será organizado em duas frentes de trabalho:

I) Pesquisa investigativa e bibliográfica das intervenções praticadas e/ou publicadas entre 2014 e 2021 com o referencial teórico-metodológico da AI no âmbito dos serviços públicos de saúde (unidades, redes de serviço e/ou grupos de trabalho).

Serão realizadas buscas por artigos, livros, capítulos de livros, entrevistas, comunicações breves, relatos de experiência, relatórios de pesquisa, dissertações, teses, resumos e trabalhos completos em anais de congresso.

O levantamento aqui proposto é inspirado na revisão crítica da literatura tal como formulam Kalichman e Ayres (2016), que defendem uma revisão orientada pelos objetivos do estudo mais do que pelos caminhos definidos pelas sistematizações de busca, evitando pré-classificações de relevância e construindo o rastreamento a partir das argumentações do estudo.

Nesse sentido, as entradas para esse levantamento se tornar mais denso e ativo são:

- i. Revisão da literatura nas bases de dados com o apoio da profissional da biblioteca, buscando o cruzamento dos descritores/palavras-chaves: Análise Institucional, Socioanálise, Intervenção Socioanalítica, Análise Institucional das Práticas Profissionais, Pesquisa-intervenção, Saúde Coletiva.
- ii. Referências citadas no material localizado
- iii. Procurar por trabalhos de pesquisadores, estudantes e técnicos dos Diretórios de Pesquisa do CNPq que trabalham com o referencial teórico da AI na área da Saúde;
- iv. Pesquisar trabalhos realizados em institutos de formação que trabalham com AI, tal como o Instituto Pichon-Rivière no Rio Grande do Sul e Instituto Félix Guattari em Minas Gerais.
- v. Recomendação e/ou disponibilização de material por indicação.

Os materiais encontrados serão analisados a partir das seguintes questões: 1) Qual tipo de

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

intervenção? (socioanálise, socioclínica, AIPP e/ou outra) E como os autores a caracteriza?; 2) Como é descrito o referencial utilizado na intervenção e se corresponde às descrições teóricas que a fundamentam?; 3) Foram utilizadas outras referências além da socioanálise/socioclínica? Quais? (esquizoanálise /esquidrama, psicodrama, psicossologia, grupo operativo, psicanálise de grupo, psico-higiene, psicologia institucional etc.); 4) Quais conceitos da AI foram utilizados?; 5) Como se iniciou a intervenção? De onde e de quem partiu a iniciativa da intervenção? Por que a demandou? Houve uma encomenda ou uma oferta?; 6) Quais foram os dispositivos analíticos utilizados (discussão, dramatização, música, foto, desenhos etc.)?; 7) Qual foi o tempo da intervenção e/ou do estudo?; 8) Quem foram os participantes?; 9) Foram observados/constatados efeitos da intervenção? Quais? Caso não, saberia explicar o motivo?; 10) Os autores questionam ou problematizam o referencial teórico-metodológico? O que e como?; 11) Quais são as propostas do texto?; 12) Como os autores analisam a conjuntura mais ampla (políticas públicas, momento histórico e social etc.)?; 13) Houve inovações? Quais? Apresentam novas ferramentas, perspectivas, ações políticas, estratégias, práticas etc.?

Em paralelo ao levantamento-rastreo, serão formuladas questões mais gerais (Anexo) e outras personalizadas a serem encaminhadas para os autores, pesquisadores e/ou analistas institucionais para permitir maior entendimento do material e das suas contribuições aos objetivos da pesquisa. Tais questões serão enviadas por e-mail divulgado nas publicações ou indicados por outro participante.

Na parte final do estudo, espera-se realizar uma restituição coletiva com todos os participantes, possivelmente, por meio de plataforma de reunião virtual tipo Google Meet para o compartilhamento do material produzido e a possibilidade de colocá-lo em discussão. A restituição, segundo Lourau (2007), não é um ato caridoso ou gentil, mas uma parte importante da pesquisa na qual aquilo que, em geral, é deixado às sombras pode ser abordado (incluindo as ações do pesquisador), preservando uma postura ético-política de tratar o material como algo inacabado e vivo.

Adota-se, portanto, uma perspectiva de criar condições para, nos termos propostos por Rodrigues (2006), a enunciação das “implicações” nas instituições, ao invés de deter-se numa “escritura explicativa”.

II) Experiência da intervenção com referencial da AI por meio de observação participante.

Ao considerar a relevância da análise das implicações do pesquisador ao longo de investigações e intervenções das quais participou, o pesquisador pretende desenvolver uma experiência de intervenção com base no referencial da AI.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

A partir dessa experiência profissional e das contingências-urgências sociais, emergiu a ideia de realizar uma intervenção nos espaços das assembleias gerais nos Centros de Atenção Psicossocial do Campinas/SP, que reúnem uma ampla rede de serviços de saúde mental. Abordar a experiência profissional deste autor decorre do fato da sua atuação por cerca de dez anos em um Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas nesse município. Assim, tendo participado de diversas assembleias desse tipo, o pesquisador poderá reavivar as dimensões da implicação, que seriam fontes de conhecimento. Em relação às contingências-urgências sociais, ressalta-se a relevância dos espaços de participação heterogênea de atores da saúde (usuários, familiares, profissionais, gestores, eventuais convidados) que, devido às diferentes implicações, podem reunir maior potencial de análises dos atravessamentos institucionais. Vale destacar que a assembleia se tornou importante no âmbito das práticas da saúde mental a partir das reformas que ocorreram nessa área e que foram instituídas na lei 10.216 de 2001, que ressaltou os direitos à cidadania a todas as pessoas com sofrimentos ou transtornos mentais. Uma das grandes influências para o modelo de atenção psicossocial, por exemplo, foi a da Psiquiatria Democrática Italiana. Franco Basaglia – grande expoente desse movimento – defende a ideia de que a doença deve ser colocada entre parênteses para se olhar para as pessoas e que os “doentes” devem exercer seus direitos como cidadãos. Em uma entrevista concedida a Nino Vascon, Basaglia ressalta a importância da prática das assembleias:

O valor e o peso das reuniões [assembleias] são determinados pela presença de pessoas que expressam uma decisão, uma escolha entre diversas alternativas. Talvez seja este o significado principal de todas as atividades desenvolvidas no dia-a-dia do hospital, as quais são em parte espontâneas e em parte organizadas pela equipe médica. Esta é a base do nosso trabalho: fazer que sejam realizadas escolhas. As pessoas em causa devem ter a possibilidade de decidir pessoalmente, sem estarem sujeitas a uma organização dentro de determinada ordem e para um determinado fim. (VASCON, 1985, p. 26)

Essa possibilidade de participação na gestão por meio da assembleia encontra ressonância no referencial da AI, que a considera um espaço onde é possível criar uma experiência de autogestão. A quebra, mesmo que momentânea, da heterogestão permite retirar o controle das possíveis rupturas e cria condições para a emergência dos analisadores com mais força. Lourau (2007), em um curso realizado no Rio de Janeiro, em 1993, dedica grande parte dos seus exemplos aos dispositivos da AI para a realização da intervenção socioanalítica às assembleias, em especial, à assembleia geral. A certa altura, Lourau compara os espaços socioanalíticos às assembleias revolucionárias, nas quais a fala livre faz surgir relatos inusitados que desafiam a “boa

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

organização”.

O potencial transformador da assembleia, portanto, fica evidente por esta quebra das hierarquias bem definidas e fixadas, pela livre circulação da palavra e distribuição do poder de decisão.

Por esta razão, a entrada e a permanência no campo de intervenção-observação é um aspecto importante a considerar nesse estudo. Pretende-se, nesse sentido, adotar a “estratégia entrista” tal como a descreve Lapassade (2005). Essa estratégia parte da ideia de que o pesquisador entra no campo sem declarar completamente a sua finalidade ao grupo, tanto para evitar uma posição destacada a priori como para permitir a experiência do inacabamento. Sem a marca de uma identidade completamente definida, o pesquisador exerce uma participação mais contingencial, acompanhando as possibilidades de cada meio ou situação.

Lapassade (1975 p. 325-6) apresenta a posição política no entrismo: O entrismo é, no sentido estrito, uma estratégia de oposição interna definida por uma corrente do movimento trotskista: o militante entra num partido já constituído e que não é o seu, para converter este partido ao marxismo verdadeiro. O entrista está no partido sem ser verdadeiramente do partido: será um marxista revolucionário junto dos “marxistas” que, segundo Trotsky, deixaram de o ser. Tal é a origem política do conceito. O mesmo conceito, porém, pode igualmente ser utilizado para definir comportamentos que visem o conjunto das instituições. [...] Este modelo estratégico é, como se vê, o do estranho participante. Ora, tal nos parece ser, precisamente, a situação do homem no Mundo. Uma adesão sem verdadeiro apego, um comprometimento implicando incessantemente o descomprometimento. O que poderia significar isto: qualquer que seja o grau do seu desamparo, da sua solidão, da sua alienação, o ser humano, porque todas as suas posições são inacabadas, permanece capaz de superar as suas servidões. Sob máscara dos estatutos e dos papéis o homem entrista ‘milita’ por um novo destino. (aspas do autor).

No trabalho de mestrado, o autor desse projeto adotou tal estratégia como método de observação e concluiu: A estratégia entrista [...] auxiliou-me a compreender que o “estranho lugar” dentro do grupo – com meus múltiplos interesses – não deveria ser encarado como algo a ser evitado, mas me convidou a permanecer “inacabado” e “estranho” para poder mover certas análises e lidar com as minhas resistências e as coletivas, tanto as práticas como as analíticas. Como “pesquisador na pele de trabalhador”, que se submete às intempéries e às bonanças da prática, pude analisar não só os movimentos nos colegas, mas também as minhas próprias ações, dificuldades e reflexões. Pude exercer e defender minhas posições, sem o constrangimento da “interferência”, sabendo que tais ações eram parte dos meus dois trabalhos – como profissional do Caps AD e como pesquisador. (DÓBIES, 2016, p. 223-224)

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

A situação no estudo atual é um tanto diferente, pois o pesquisador não irá pesquisar a sua própria prática. De qualquer forma, pode-se considerar que o fato de o “analista” não ter uma posição bem demarcada, tal como propõe a estratégia entrista, pode provocar análises no coletivo.

No caso de um trabalho com o referencial da AI, os analisadores são os responsáveis por enunciar as contradições das implicações dos envolvidos na pesquisa (inclusive as do próprio pesquisador), o que desloca os sujeitos dos seus pontos de sustentação e os obriga a se movimentar. Para Lapassade (1979, p. 30, tradução minha), há uma primazia dos analisadores sobre os analistas: A prática da análise institucional só pode avançar com a condição de localizar, dentro do campo da análise, dispositivos que devem catalisar as significações e permitir cercar e logo analisar o que estava disperso e dissimulado no conjunto do sistema. A localização dos analisadores já forma parte da análise. Este é o primeiro e principal trabalho daqueles que, nas ciências sociais de hoje, chamam-se analistas.

Em outras palavras, este autor afirma que é o analisador que faz a análise, não o analista. Ou, pelo menos, o analisador desencadeia o processo. Isso não significa que o analista é desimportante, mas que o lugar do analista não deve ser confundido com o de um alguém sentado no trono do saber, por, ao menos, três razões. A primeira é que, na análise institucional, todos os participantes podem ser analistas, não apenas o “especialista nomeado para exercer tal papel”, pois a palavra circula entre todos com a pretensão de que se diga tudo sobre o que se passa, reconhecendo o potencial de cada um em desencadear o processo analítico. A segunda razão é que não é qualquer intervenção do analista, seja o “especialista” ou os demais participantes, que desencadeia o processo analítico, mas somente quando há conexão com os analisadores. E a terceira é que a emergência dos analisadores pode acontecer sem a participação de qualquer tipo de analista, como no caso dos acontecimentos históricos ou agenciamentos inesperados. No caso de uma intervenção, o analisador é dotado dessa potencialidade mobilizadora, pois, como afirma Guillier (2004), é ele que realiza uma conexão entre os campos de intervenção (onde se pratica a intervenção) e o campo de análise (dimensão mais alargada para formulação das análises). A autora explica: No campo de intervenção a habilidade do analista é identificar algumas partículas do campo de intervenção conectando com um campo maior [campo de análise]. Quando ele faz essa conexão a intervenção se efetua. Ele desloca essa partícula, faz uma conexão com esse campo mais amplo e [a] recoloca. Nesse deslocamento e recolocação se faz a intervenção. Nesse processo se pressupõe uma função analisadora que, em determinado momento, dependendo das condições, permite um movimento disruptivo. (GUILLIER, 2004, p. 16)

A AI, portanto, reúne conceitos e práticas que permitem articular as experiências locais, dos

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

serviços e pequenos coletivos, e as questões mais amplas, que dizem respeito ao modelo econômico, às divisões de poder e alternativas sociais. A intervenção socioanalítica, nesse sentido, ocorre quando o campo de intervenção não fica restrito a um campo especializado de saber (seja lá qual for) e faz conexões com a vastidão do campo de análise

Nessa pesquisa, em especial, pretende-se tomar uma posição de radicalizar a primazia dos analisadores, ao ponto de o pesquisador participar das assembleias sem se apresentar como um pretense analista, mas declarando interesse em participar e analisar esse espaço coletivo devido ao fato da pesquisa estar vinculada ao programa de pós-graduação em Saúde Coletiva na linha de pesquisa de Análise Institucional e Práticas de Saúde. Tal posição adotada na relação com o grupo exigirá uma permanente análise de implicação do pesquisador, inclusive junto à orientadora e, possivelmente a outros colegas do grupo de pesquisa.

Tal entrada poderá colocar em análise outras possibilidades para o dilema da “oferta encomenda” da intervenção, pois, pelo arranjo proposto, a “intervenção” será oferecida e poderá ser encomendada em ato através da presença do pesquisador e da busca pela localização dos analisadores. O ponto de partida será a disposição e disponibilidade do pesquisador nos encontros com os participantes.

Nesse aspecto, tal proposta se aproxima da prática desenvolvida por um analista institucional em pequenos times de futebol na Argentina. Barembliitt (1989) conta que um antigo aluno, em busca de trabalho, buscava o convívio com esses times, inclusive como jogador, para depois lhes oferecer serviços de análise. Assim, segundo Barembliitt (1989), este analista demonstrava a utilidade da sua prática sem recorrer ao lugar autorizado do saber, o que seria verdadeiramente uma experiência institucionalista.

O presente projeto, desta maneira, foi formulado a partir de alguns questionamentos: Não seria possível se aproximar, participar de espaços abertos do SUS, para, em ato, se mostrar disponível para o debate (localizando certos analisadores)? Essa não seria uma maneira de produzir algum tipo de encomenda (nas definições clássicas)? Se Lourau trabalha com a ideia de “analista institucional em tempo inteiro”, devido às suas implicações com o institucionalismo, será que não devemos adentrar os grupos para contribuir com a transformação social como “meros” participantes? Não seria possível, como participante, compartilhar recursos para a prática analítica, criando rastilhos para a eclosão de “análises institucionais generalizadas”? Aguardar a encomenda não seria arrogar uma posição de especialista a ser elegantemente convidado?

Diante do exposto, a operacionalização dessa frente da investigação deverá contar com:

1) Um mês de idas semanais aos cinco Capss do município de Campinas/SP que autorizaram a

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

minha participação como observador-participante das assembleias¹⁹. Esse momento permitirá conhecer o máximo possível a diversidade das assembleias.

2) Durante esse momento exploratório, será avaliado juntamente com a orientadora e, possivelmente, com o grupo de pesquisa, quais serão os serviços nos quais a intervenção socioanalítica seguirá. Para isto, deverão ser considerados os seguintes critérios: regularidade das assembleias, diversidade de participantes nas assembleias, acolhimento da participação do pesquisador, diversidade regional dos serviços, diversidade de categorias de Capss.

3) A intervenção deverá ser desenvolvida por seis meses, com frequência ao menos quinzenal. Esta proposta inicial deverá ser avaliada junto aos coletivos das assembleias.

4) Serão realizadas restituições ao longo do processo e no final do estudo junto aos participantes dessas assembleias onde se realizará a intervenção.

Cabe a ressalva de que essa segunda frente estará permanentemente sujeita às condições e restrições sanitárias para o funcionamento das atividades anteriormente descritas. Ou seja, o pesquisador só dará andamento às observações com as atividades que estiverem acontecendo durante o período do estudo.

Cronograma: A pesquisa somente será iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP, a partir daí, pretende-se desenvolver o estudo com o seguinte cronograma:

Orçamento: O pesquisador é bolsista da Capes por demanda social e este recurso auxiliará no custeio das despesas.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA:

Crítérios de inclusão: Serão incluídos, nas intervenções, todos autores de intervenção localizados ao longo da investigação e todos os presentes nas assembleias dos Capss que forem observadas.

Crítérios de exclusão: Serão excluídos aqueles que não concederem a devida autorização de participação na pesquisa.

Riscos e benefícios envolvidos na execução da pesquisa: A pesquisa “não apresenta riscos previsíveis” em nenhuma das duas frentes. Entretanto, caso ocorra qualquer desconforto dos autores das intervenções socioanalíticas na resposta ao questionário ou na restituição coletiva, o pesquisador se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos. Da mesma maneira, caso a presença ou a fala do pesquisador provoque algum tipo de constrangimento ou incômodo, o pesquisador se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos. Em caso de necessidade, poder-se-á recorrer à orientadora e/ou aos colegas do grupo de pesquisa para auxiliar na resolução do problema. Como benefício, pode-se dizer que a pesquisa pretende construir novos recursos teóricos e práticos para a análise coletiva dos participantes de assembleia.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

Critérios de encerramento ou suspensão de pesquisa: A pesquisa poderá ser suspensa ou encerrada, parcial ou totalmente, caso a queixa de algum participante quanto à execução da pesquisa não seja plenamente esclarecida ou não seja possível encaminhar uma resolução mesmo com a intervenção da orientadora e outros colegas do grupo de pesquisa.

Resultados do estudo: Dentro do referencial teórico-metodológico da análise institucional que será adotado nesse estudo, está prevista a realização de restituições, que são momentos nos quais o pesquisador devolve aos participantes quais foram os conhecimentos produzidos ao longo da investigação, a fim de que eles possam aproveitar do compartilhamento, mas também poderem agregar novas informações ou questionar aquilo que o pesquisador construiu.

Divulgação dos resultados: O estudo é parte das exigências para a obtenção do título de doutor em Saúde Coletiva, devendo, portanto, gerar uma tese que se tornará um material público, de livre acesso. Também, pretende-se que esse material gere artigos e /ou capítulos de livros que ajudem na divulgação do conhecimento sobre as intervenções socioanalíticas nos serviços públicos de saúde e crie possibilidades de maior participação social nos rumos desses serviços e da política pública em saúde.

Metodologia de análise de dados (obtido na PB): A análise do material produzido será realizada a partir dos conceitos da AI, tais como: instituição, análise da encomenda e das demandas, transversalidade, implicação, analisador e autogestão. Segundo L'Abbate (2013), tais conceitos podem ser utilizados tanto na investigação da produção bibliográfica e de análise de tipo sociológica ("análise de papel") como na análise dos encontros com os participantes e nas intervenções. Este estudo será uma pesquisa-intervenção, um método dentro do espectro das "pesquisas-com", que, segundo Paulon (2005) e Pezzato e Prado (2013), é algo aberto ao ineditismo da experiência humana, estando o pesquisador disposto a deparar-se com surpresas, de modo que ele não pretende ser o agente da mudança, mas o propiciador, ou mais precisamente, co-propiciador de novos sentidos e novas intercessões. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção mergulha nas incertezas das práticas presentes, sem essencializações ou idealizações do passado e do futuro. Há uma perspectiva de indagação sobre o presente, analisando a sociedade e os eventos estudados, livre do compromisso em dar uma forma ordenada e bem acabada, mas com permanente atenção aos processos de transformação e à desnaturalização do encadeamento dos fatos e das determinações das práticas. Por essas razões, somente ao final de uma pesquisa, com o caminho percorrido, que os seus procedimentos podem ser descritos com assertividade. (Rodrigues, 2015) Os sujeitos da pesquisa, nessa perspectiva, são considerados como produtores de conhecimento científico e aplicável no seu cotidiano de trabalho. Para tal, as

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

relações entre os sujeitos e instituições serão analisadas, sobretudo, por meio dos analisadores. Um dos principais conceitos da AI, analisador é aquilo que permite revelar e analisar as relações dos sujeitos com as instituições e suas contradições, devido a seu potencial de perturbar, desmontar e desordenar as formas sociais historicamente construídas (Dóbie e L'Abbate, 2016; Lourau, 2014; Hess e Savoye, 1993). Aliás, só se produz conhecimento, em análise institucional, mediante o desarranjo e a desarrumação nas relações aparentemente bem definidas, com posições sociais estabelecidas. Desse modo, os analisadores fazem aparecer as dimensões da implicação, que deverão ser analisadas, sobretudo as implicações do pesquisador. Para tal, deverá ser adotado o diário de pesquisa ao longo da investigação. Esse instrumento, inicialmente mais utilizado nas investigações antropológicas, tem sido bastante difundido na AI e vem sendo utilizado em pesquisas em Saúde Coletiva que utilizam esse referencial teórico-metodológico (Pezzato e L'Abbate, 2013)

Desfecho Primário: Dentro do referencial teórico-metodológico da análise institucional que será adotado nesse estudo, está prevista a realização de restituições, que são momentos nos quais o pesquisador devolve aos participantes quais foram os conhecimentos produzidos ao longo da investigação, a fim de que eles possam aproveitar do compartilhamento, mas também poderem agregar novas informações ou questionar aquilo que o pesquisador construiu.

Objetivo da Pesquisa:

Hipótese: A ideia principal é a de que as intervenções com o referencial da AI praticadas nos serviços públicos de saúde podem ser espaços de heterotopia, onde se produzem cortes na aparente uniformidade do espaço social, necessários para transformações mais autônomas e singulares. Para Foucault (apud Orellana, 2012), ao contrário da utopia que remete à idealização seja pela exacerbação do impossível ou por uma crítica extremante radical da realidade, as heterotopias são os lugares reais, onde ocorrem as inquietações diante das possibilidades, multiplicidades e brechas das experiências. Portanto, é importante ressaltar que os resultados não têm uma meta específica, dado o seu caráter aberto aos inúmeros caminhos que os encontros e as transformações sociais deverão proporcionar ao longo da investigação.

Objetivo primário: Analisar as intervenções que utilizam o referencial da AI nos serviços públicos de saúde no Brasil (unidades, redes de serviço e/ou grupos de trabalho), seja por revisão da literatura e contato com tais autores-analistas, seja por uma intervenção a ser realizada pelo pesquisador, com ênfase, em ambas as entradas, na dimensão política dessas práticas e nas criações formuladas frente às condições sociais adversas às políticas públicas e às articulações coletivas.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

Objetivos secundários: 1) Mapear os trabalhos sobre as intervenções nos serviços públicos de saúde no Brasil (unidades, redes de serviço e/ou grupos de trabalho) realizados com utilização do referencial teórico-metodológico da AI, no período de 2014 a 2021; 2) Descrever quais as modalidades dessas intervenções: socioanálise, socioclínica, análise institucional das práticas profissionais, modalidades “híbridas” e outros tipos de intervenções que utilizam o referencial da AI; 3) Analisar a intervenção a ser desenvolvida pelo pesquisador, atentando-se, em especial, à análise das implicações primárias e secundárias; 4) Identificar novas possibilidades de intervenção da AI nos serviços públicos de saúde e na saúde coletiva; 5) Discutir as contribuições e os questionamentos dessas intervenções ao referencial da AI.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores informaram quanto aos riscos e desconfortos previstos para os participantes da pesquisa que “A pesquisa “não apresenta riscos previsíveis” em nenhuma das duas frentes. Entretanto, caso ocorra qualquer desconforto dos autores das intervenções socioanalíticas na resposta ao questionário ou na restituição coletiva, o pesquisador se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos. Da mesma maneira, caso a presença ou a fala do pesquisador provoque algum tipo de constrangimento ou incômodo, o pesquisador se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos. Em caso de necessidade, poder-se-á recorrer à orientadora e/ou aos colegas do grupo de pesquisa para auxiliar na resolução de um eventual problema”.

Os pesquisadores informaram quanto aos benefícios diretos previstos para os participantes da pesquisa que “Produzir conhecimentos que poderão potencializar os atores do SUS na construção de práticas mais libertárias e emancipatórias nos serviços públicos de saúde, favorecendo o protagonismo dos sujeitos na atualização dos seus modos de cuidar, trabalhar e gerenciar no cotidiano”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A EQUIPE DE PESQUISADORES citada na capa do projeto de pesquisa na PB inclui SOLANGE L'ABBATE (Graduação em Ciências Sociais, Docente do Departamento de Medicina Preventiva e Social da FCM-UNICAMP, Pesquisadora responsável, Orientadora) e DANIEL VANNUCCI DOBIES (Graduação em Psicologia, Doutorando no PPG em Saúde Coletiva da FCM-UNICAMP, Orientando).

O orçamento descrito na PB informa que a pesquisa terá custo de R\$ 5.200,00 para despesas de custeio e será bancada pela FUNDO COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP (CAPES).

A pesquisa foi classificada na Grande Área 4 (Ciências da Saúde) e Grande Área 7 (Ciências Humanas) e tem como título público “INTERVENÇÕES SOCIOANALÍTICAS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

DE SAÚDE EM TEMPOS DE RUPTURAS DEMOCRÁTICAS”.

A pesquisa não foi classificada nas áreas temáticas especiais.

A Instituição proponente do protocolo é a FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS da UNICAMP e não foi listada Instituição Coparticipante.

O cronograma proposto no projeto informa o início em 01/06/2021 e o término em 30/04/2023 e prevê cerca de 23 meses para a conclusão da pesquisa. O cronograma descrito na PB indica que a pesquisa será iniciada em 01/06/2021 (etapas preliminares), em 01/07/2021 (envolvimento de participantes) e será concluída em 30/04/2023, em cerca de 23 meses.

Necessidade de registro de Biorrepositório: A descrição da metodologia indica que não serão coletadas amostras biológicas para a realização da pesquisa e, portanto, não há necessidade de registro de biorrepositório.

Outras informações, justificativas ou considerações a critério do pesquisador: Duas observações: 1) O número de participantes está estimado, mas poderá sofrer alterações a depender das condições encontradas ao longo da pesquisa. 2) Foram feitos dois tipos de TCLE, a considerar as diferenças entre os participantes de cada uma das frentes da investigação. Os participantes da primeira frente serão autores de intervenção e da segunda serão participantes das assembleias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

OOs documentos e blocos de informação utilizados para elaboração do parecer foram:

Registro do protocolo na Plataforma Brasil: Arquivo “PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1703668.pdf” de 30/04/2021.

Carta-resposta ao parecer: Arquivo “CARTA_RESPOSTA.docx” de 30/04/2021.

Projeto de pesquisa: Arquivo “Projeto_Revisado.doc” de 30/04/2021.

Cronograma de realização da pesquisa: Arquivo “CRONOGRAMA_REVISADO.docx” de 30/04/2021.

Também foram apresentados 6 arquivo de versão anterior do protocolo, os quais não foram avaliados para a elaboração deste parecer.

Recomendações:

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) orienta a adoção das diretrizes do Ministério da Saúde (MS) decorrentes da pandemia causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), com o objetivo de minimizar os potenciais riscos à saúde e a integridade dos participantes de pesquisas e pesquisadores.

De acordo com carta circular da CONEP intitulada “ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADE DOS CEP DURANTE A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19)” publicada em 09/05/2020, referente ao item II. “Orientações para Pesquisadores”:

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

- Aconselha-se a adoção de medidas para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa.
- Em observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2 (COVID- 19), é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho.
- Caso sejam necessários a suspensão, interrupção ou o cancelamento da pesquisa, em decorrência dos riscos imprevisíveis aos participantes da pesquisa, por causas diretas ou indiretas, caberá aos investigadores a submissão de notificação para apreciação do Sistema CEP/Conep.
- Nos casos de ensaios clínicos, é permitida, excepcionalmente, a tramitação de emendas concomitantes à implementação de modificações/alterações no protocolo de pesquisa, visando à segurança do participante da pesquisa, assim como dos demais envolvidos no contexto da pesquisa, evitando-se, ainda, quando aplicável, a interrupção no tratamento dos participantes da pesquisa. Eventualmente, na necessidade de modificar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o pesquisador deverá proceder com o novo consentimento, o mais breve possível.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há mais pendências por resolver:

Pendência 1 (atendida em 30/04/2021)–Quanto ao número estimado de participantes os pesquisadores informaram que “A fim de resolver essa pendência, foram atualizadas as seguintes informações na Plataforma Brasil: - No campo “Tamanho da Amostra no Brasil” de “Detalhamento do Estudo”, o número foi corrigido para 250 participantes. - No campo “Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa” de “Outras informações”, a quantidade foi atualizada para 250 indivíduos. - Na tabela “Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro” de “Outras informações”, foi alterada a quantidade de indivíduos na linha “Membros das assembleias dos Capss” para 200”.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

Pendência 2 (atendida em 30/04/2021)– Os pesquisadores confirmaram que serão envolvidos na pesquisa apenas indivíduos maiores de idade e capazes de consentir com a participação, com a seguinte resposta: “Para resolver essa pendência, foi acrescentada uma frase no item “Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa do Projeto de Pesquisa”. O novo texto ficou: Os participantes das duas frentes de trabalho (levantamentos das intervenções e intervenção-observação-participante) receberão uma explicação sobre os objetivos da pesquisa e deverão assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando a utilização das informações de interesse do estudo. Será assegurado o anonimato dos participantes, preservando o sigilo dos nomes e outras informações de identificação pessoal. Todos os participantes serão maiores de 18 anos e capazes de consentir a sua participação”.

Pendência 3 (atendida em 30/04/2021)– Os cronogramas no projeto de pesquisa e na PB foram harmonizados.

Considerações Finais a critério do CEP:

- O participante da pesquisa deve receber uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (quando aplicável).

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (quando aplicável).

- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado. Se o pesquisador considerar a descontinuação do estudo, esta deve ser justificada e somente ser realizada após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou. O pesquisador deve aguardar o parecer do CEP quanto à descontinuação, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de uma estratégia diagnóstica ou terapêutica oferecida a um dos grupos da pesquisa, isto é, somente em caso de necessidade de ação imediata com intuito de proteger os participantes.

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial.

- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo.

- Lembramos que segundo a Resolução 466/2012, item XI.2 letra e, "cabe ao pesquisador apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento".

- O pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1703668.pdf	30/04/2021 09:19:56		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	30/04/2021 09:19:01	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Revisado.doc	30/04/2021 09:03:39	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_REVISADO.docx	30/04/2021 09:03:20	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Candido.pdf	30/03/2021 10:05:59	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoCompleta.pdf	09/03/2021 14:06:55	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	16/02/2021 11:03:32	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_autores.pdf	16/02/2021 11:01:18	Daniel Vannucci Dobies	Aceito

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126

Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887

UF: SP **Município:** CAMPINAS

Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



Continuação do Parecer: 4.715.129

Justificativa de Ausência	TCLE_autores.pdf	16/02/2021 11:01:18	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_assembleia.pdf	16/02/2021 11:01:07	Daniel Vannucci Dobies	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Cartao_Solange.pdf	16/02/2021 10:49:56	Daniel Vannucci Dobies	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 17 de Maio de 2021

Assinado por:
Renata Maria dos Santos Celeghini
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Tessália Vieira de Camargo, 126
Bairro: Barão Geraldo **CEP:** 13.083-887
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-8936 **Fax:** (19)3521-7187 **E-mail:** cep@fcm.unicamp.br



fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/20/gramacho-a-cidade-do-lixo-parada-no-tempo-a-30-quilometros-da-praia-de-copacabana>